Carla Diéguez
Rodrigo Estramanho de Almeida

MODERNA SUPERAÇÃO!

SOCIOLOGIA

NEJI

MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2026 - ENSINO MÉDIO
Código da coleção:
0019 P26 01 01 204 816

Área de conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente curricular:
Sociologia

MODERNA

Carla Diéguez
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (SP).
Mestra em Ciências, no programa Sociologia, pela Universidade de São Paulo.
Consultora de projetos e professora.

Rodrigo Estramanho de Almeida
Doutor e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Professor, coordenador e pesquisador.

MODERNA SUPERAÇÃO!

SOCIOLOGIA

VOLUME ÚNICO
ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular: Sociologia

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

Edição executiva: Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Denise Ceron, Elena Judensnaider Knijnik, Isadora França, Júlia Daher, Laura Lemmi Di Natale, Letícia de Oliveira Raymundo, Patrícia Moreira Nogueira
Assessoria pedagógica: Helena Morita, Jonatas Mendonça dos Santos, Maira Fernandes, Maria Lídia Vicentin Aguilar, Pedro Paulo da Silva
Preparação de texto: Kandy Saraiva
Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima
Revisão: Ana Cortazzo, Ana Maria C. Tavares, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro
Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Bruno Tonel, Everson de Paula, Vinicius Rossignol
Capa: Everson de Paula, Paula Miranda Santos
Fotos: Atleta com deficiência usa prótese projetada para permitir uma locomoção veloz © Seksan Mongkhonkhamsao/Moment/Getty Images
Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira
Coordenação de arte: Mônica Maldonado, Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Renata Susana Rechberger
Editoração eletrônica: Estudo Gráfico Design
Coordenação de pesquisa iconográfica: Flávia Aline de Morais
Pesquisa iconográfica: Mariana Zanato, Renate Hartifiel
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Denise Feitosa Maciel, Vânia Maia
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Organização dos objetos digitais: Cesar Brumini Dellore
Elaboração dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Maria Clara Antonelli

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diéguez, Carla
Moderna superação! sociologia / Carla Diéguez, Rodrigo Estramanho de Almeida. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2024.

Obra em volume do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.
Componente curricular: Sociologia.
Área de conhecimento: Ciências humanas e sociais aplicadas.
ISBN 978-85-16-14031-1 (aluno)
ISBN 978-85-16-14032-8 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio) I. Almeida, Rodrigo Estramanho de. II. Título.

24-226365 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados.

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

APRESENTAÇÃO

Caro estudante,

Durante os primeiros nove anos da Educação Básica, você reconheceu as características da vida em sociedade. Percebeu injustiças, constatou diferenças, desenvolveu ideias e imaginou um mundo melhor.

Muito mais do que somente apresentar ideias ou conceitos, o estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas oferece instrumentos e práticas que nos auxiliam a compreender a sociedade e atuar nela, tomando por base suas múltiplas dimensões – o pensamento, a história e o espaço. Com esse estudo, notamos elementos dessa realidade que antes podiam passar despercebidos.

Além de incentivar a compreensão do mundo ao nosso redor, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos convidam a analisar o impacto produzido pelo ser humano no meio ambiente, a compreender estruturas de poder e a distinguir as interações de sistemas econômicos e políticos ao longo do tempo. Essas habilidades nos ajudam a participar da sociedade de forma ativa, para que exerçamos plenamente a cidadania. Injustiças devem ser combatidas, diferenças devem ser respeitadas e ideias devem ser geradas para que um mundo melhor seja construído.

Este livro faz parte de uma coleção com volumes de história, geografia, sociologia e filosofia. Eles são organizados em seis unidades temáticas comuns, que contêm abordagens articuladas entre esses quatro componentes e foram concebidas para que você desenvolva competências e habilidades.

Nos boxes e seções distribuídos na obra, são expostas e analisadas diferentes interpretações de um fenômeno ou evento. Além disso, nesses boxes e seções, são realizadas aproximações entre diferentes áreas do conhecimento, sistematizados e ampliados os principais tópicos de estudo, apresentadas as perspectivas do mundo do trabalho e demonstradas diferentes práticas de pesquisa.

Esperamos que este livro sirva como ferramenta para a ampliação de suas perspectivas sobre a realidade, como instrumento para a construção de seu conhecimento e como impulso para atitudes de participação social!

Os autores

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Você sabia que em 2015 foi assinado, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, um documento em que 193 países, incluindo o Brasil, se comprometeram a tomar medidas importantes para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade? Trata-se da **Agenda 2030**. Nela, são apresentados **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os ODS, que determinam metas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável até 2030. Vamos conhecê-los?

Para que a Agenda 2030 seja cumprida no Brasil e no mundo, é necessário promover engajamento e parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da implementação devem ocorrer em níveis global, nacional e regional.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A seguir, apresentamos cada objetivo da Agenda 2030. No decorrer deste livro, você vai encontrar indicações de ODS sempre que houver propostas, temas ou conceitos relacionados a eles.

ODS 1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.
ODS 2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3	SAÚDE E BEM-ESTAR	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ODS 7	ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
ODS 8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos.
ODS 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
ODS 11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
ODS 13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
ODS 14	VIDA NA ÁGUA	Conservar e usar de forma responsável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	VIDA TERRESTRE	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, reverter a degradação dos solos e preservar a biodiversidade.
ODS 16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 22 set. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

CONHEÇA SEU LIVRO

Os elementos que compõem esta obra foram pensados para tornar seu estudo eficiente e prazeroso. Para isso, os boxes e seções distribuídos no livro apresentam objetivos bem definidos. Conheça os recursos que você vai encontrar neste livro e suas características.

UNIDADE 1

CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

Você já se comunicou com jovens que vivem em contextos sociais diferentes do seu? Uma comunicação desse tipo seria possível pelo contato pessoal com migrantes e viajantes ou mesmo pela internet, por meio de redes sociais. Mesmo que você não tenha vivenciado essa experiência, imagine que fosse convidado para um grupo de estudos que envolvesse estudantes de outros países. Nessa situação hipotética, as pessoas seriam convidadas a se apresentar e comentar alguns aspectos culturais do local onde vivem. O que você destacaria sobre a cultura do local em que vive? Que aspectos você considera representativos da cultura à qual pertence? Compartilhe suas respostas com os colegas e, juntos, procurem definir *cultura*.

Apresentação do grupo Reisado Mirim da comunidade quilombola de Inhanhum, no município de Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco. Fotografia de 2023. O reisado é um festejo que mistura rituais cristãos (relacionados à visita dos reis magos a Jesus) e elementos da cultura afro-brasileira (associados à coroação de reis negros africanos).

Jovens participam de baile *ballroom* no município de São Paulo, estado de São Paulo. Fotografia de 2023. O *ballroom* surgiu nos Estados Unidos, como um ato de resistência da comunidade LGBTQIA+, e celebra a diversidade.

Apresentação de carimbó por estudantes de escola pública na comunidade ribeirinha de Cabeceira do Amorim, no município de Santarém, no Pará. Fotografia de 2017. O carimbó é uma dança que mistura influências indígenas e africanas, bastante praticada no Pará e em outros locais da Região Norte do país.

Jovens dançando passinho no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2015. Essa dança tem como base o funk, criado nas favelas cariocas.

Os termos que compõem o título desta unidade – ciência, cultura e sociedade – correspondem a conceitos fundamentais para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essas categorias são inter-relacionadas e seu estudo possibilita compreender como os grupos humanos se organizam, ocupam o espaço e produzem conhecimento em diferentes tempos e contextos.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume, a unidade se desdobra no estudo da constituição da sociologia como ciência, suas especificidades e campos de atuação, bem como na análise das múltiplas acepções de cultura.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- conhecer o contexto de institucionalização da sociologia e o objeto de estudo dessa ciência;
- caracterizar os componentes curriculares das ciências sociais, seus temas de estudo e seus principais paradigmas teóricos;
- refletir sobre a atuação do sociólogo e seu papel para a construção de uma sociedade menos desigual;
- analisar as múltiplas acepções de cultura e as principais teorias relacionadas a esse conceito;
- caracterizar cultura erudita e cultura popular;
- compreender o valor da cultura e dos saberes das comunidades quilombolas.

12

13

Abertura de unidade

Uma dupla de páginas com texto e imagens que relaciona temas e conceitos desenvolvidos nos capítulos seguintes com algum problema do mundo contemporâneo, além de apresentar uma lista de objetivos de aprendizagem que vai guiar seus estudos.

Capítulo 3

Poder, Estado e nação

Você já parou para pensar que os países tal como os conhecemos na atualidade nem sempre existiram? Boa parte das organizações políticas nacionais do nosso tempo se consolidaram nos últimos séculos, sobretudo no início do século XIX, como os do Brasil.

A análise desse processo de consolidação política depende, inicialmente, da compreensão da dinâmica do poder e de seu significado na vida coletiva. Afinal, o que faz milhões de pessoas concordarem em viver em uma sociedade na qual nem todos os indivíduos têm o mesmo poder político? Por que uns dominam e outros se sujeitam à dominação? E como as pessoas resistem às tentativas de dominação?

O que sustenta a existência dos países da forma como se apresentam na contemporaneidade – dando legitimidade à dominação política, garantindo coesão social e refreando possíveis resistências ao poder constituído – são as instituições políticas do Estado. Mas o Estado não representa apenas instituições de poder e dominação, posto que em seu interior também estão organizadas as formas de representação, e é por meio dele que se assegura a autonomia cultural das nações.

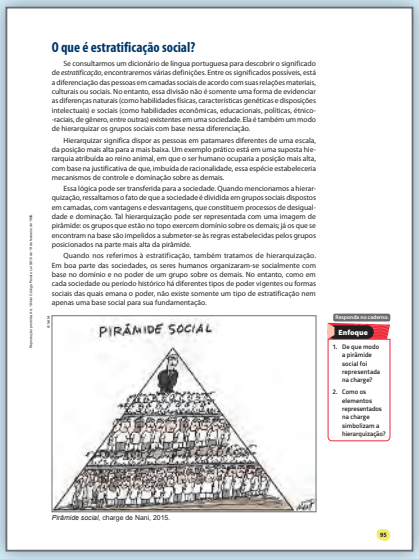
Neste capítulo, você compreenderá que uma nação pode existir independentemente de instituições estatais e que mesmo dentro de um dado Estado podem existir diversas nações. Em todo caso, historicamente, é muito difícil analisar a trajetória dos povos sem nos referirmos aos aspectos nacionais, ao Estado e à dinâmica do poder.

Grafite de Agnaldo Miragaia na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. A representação do rosto de uma menina negra no centro da bandeira brasileira provoca uma reflexão sobre a constituição da nação brasileira.

66

Capítulo

Os capítulos deste livro foram pensados visando promover o desenvolvimento de competências e habilidades com base em conteúdos trabalhados em atividades e textos teóricos enriquecidos com imagens, como fotografias, charges, ilustrações e mapas.


O que é estratificação social?

Se consultarmos um dicionário de língua portuguesa para descobrir o significado de *estratificação*, encontraremos várias definições. Entre os significados possíveis, está a diferenciação das pessoas em camadas sociais de acordo com suas relações materiais, culturais ou sociais. No entanto, essa divisão não é somente uma forma de evidenciar as diferenças naturais (como habilidades físicas, características genéticas e disposições intelectuais) e sociais (como habilidades econômicas, educacionais, políticas, étnico-raciais, de gênero, entre outras) existentes em uma sociedade. Ela é também um modo de hierarquizar os grupos sociais com base nessa diferenciação.

Hierarquizar significa dispor as pessoas em patamares diferentes de uma escala, da posição mais alta para a mais baixa. Um exemplo prático está em uma suposta hierarquia atribuída ao reino animal, em que o ser humano ocuparia a posição mais alta, com base na justificativa de que, imbuída de racionalidade, essa espécie estabeleceria mecanismos de controle e dominação sobre as demais.

Essa lógica pode ser transferida para a sociedade. Quando mencionamos a hierarquização, ressaltamos o fato de que a sociedade é dividida em grupos sociais dispostos em camadas, com vantagens e desvantagens, que constituem processos de desigualdade e dominação. Tal hierarquização pode ser representada com uma imagem de pirâmide: os grupos que estão no topo exercem domínio sobre os demais, já os que se encontram na base são impelidos a submeter-se às regras estabelecidas pelos grupos posicionados na parte mais alta da pirâmide.

Quando nos referimos à estratificação, também tratamos de hierarquização. Em boa parte das sociedades, os seres humanos organizaram-se socialmente com base no domínio e no poder de um grupo sobre os demais. No entanto, como em cada sociedade ou período histórico há diferentes tipos de poder vigentes ou formas sociais das quais emana o poder, não existe somente um tipo de estratificação nem apenas uma base social para sua fundamentação.

PIRÂMIDE SOCIAL

Pirâmide social, charge de Nani, 2015.

Responda no caderno.

Enfoque

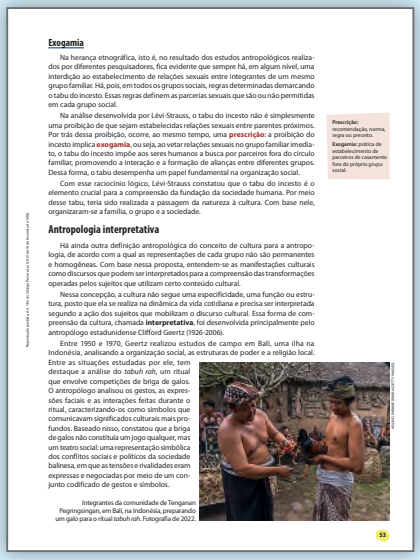
1. De que modo a pirâmide social foi representada na charge?
2. Como os elementos representados na charge simbolizam a hierarquização?

95

Enfoque

No decorrer dos capítulos, este boxe traz atividades de interpretação e reflexão, possibilitando que você aplique seus conhecimentos durante os estudos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Exogamia

Na herança etnográfica, isto é, no resultado dos estudos antropológicos realizados por diferentes pesquisadores, fica evidente que sempre há, em algum nível, uma interdição ao estabelecimento de relações sexuais entre integrantes de um mesmo grupo familiar. Há, pois, em todos os grupos sociais, regras determinadas demarcando o tabu do incesto. Essas regras definem as parcerias sexuais que são ou não permitidas em cada grupo social.

Na análise desenvolvida por Lévi-Strauss, o tabu do incesto não é simplesmente uma proibição de que sejam estabelecidas relações sexuais entre parentes próximos. Por trás dessa proibição, ocorre, ao mesmo tempo, uma **prescrição**: a proibição do incesto implica **exogamia**, ou seja, ao vetar relações sexuais no grupo familiar imediato, o tabu do incesto impõe aos seres humanos a busca por parceiros fora do círculo familiar, promovendo a interação e a formação de alianças entre diferentes grupos. Dessa forma, o tabu desempenha um papel fundamental na organização social.

Com esse raciocínio lógico, Lévi-Strauss constatou que o tabu do incesto é o elemento crucial para a compreensão da fundação da sociedade humana. Por meio desse tabu, teria sido realizada a passagem da natureza à cultura. Com base nele, organizaram-se a família, o grupo e a sociedade.

Prescrição: recomendação, norma, regra ou preceito.

Exogamia: prática de estabelecimento de parceiros de casamento fora do próprio grupo social.

Antropologia interpretativa

Há ainda outra definição antropológica do conceito de cultura para a antropologia, de acordo com a qual as representações de cada grupo não são permanentes e homogêneas. Com base nessa proposta, entendem-se as manifestações culturais como discursos que podem ser interpretados para a compreensão das transformações operadas pelos sujeitos que utilizam certo conteúdo cultural.

Nessa concepção, a cultura não segue uma especificidade, uma função ou estrutura, posto que ela se realiza na dinâmica da vida cotidiana e precisa ser interpretada segundo a ação dos sujeitos que mobilizam o discurso cultural. Essa forma de compreensão da cultura, chamada **interpretativa**, foi desenvolvida principalmente pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006).

Entre 1950 e 1970, Geertz realizou estudos de campo em Bali, uma ilha na Indonésia, analisando a organização social, as estruturas de poder e a religião local. Entre as situações estudadas por ele, tem destaque a análise do *tabuh rah*, um ritual que envolve competições de briga de galos. O antropólogo analisou os gestos, as expressões faciais e as interações feitas durante o ritual, caracterizando-os como símbolos que comunicavam significados culturais mais profundos. Baseado nisso, constatou que a briga de galos não constituía um jogo qualquer, mas um teatro social: uma representação simbólica dos conflitos sociais e políticos da sociedade balinesa, em que as tensões e rivalidades eram expressas e negociadas por meio de um conjunto codificado de gestos e símbolos.

Integrantes da comunidade de Tenganan Pegringsingan, em Bali, na Indonésia, preparando um galo para o ritual *tabuh rah*. Fotografia de 2022.

Glossário

Apresenta o significado de termos selecionados.

TRABALHO E JUVENTUDES

Bacharelado em serviço social

A Constituição Federal de 1988 garante a todos os cidadãos os direitos de renda, moradia, segurança, saúde, lazer, cultura e educação. No entanto, ainda há pessoas no Brasil que, afetadas pela extrema desigualdade social, não contam com o mínimo necessário para garantir sua sobrevivência, dignidade e proteção. É nesse âmbito que atua o bacharel em serviço social, também conhecido como assistente social. Esse profissional é capacitado para efetivar o acesso da população, sobretudo a vulnerável, a seus direitos sociais.

Ao longo do curso de serviço social, o estudante tem contato com disciplinas dos campos da psicologia, sociologia, filosofia, economia, política, ética profissional, entre outras, com foco na compreensão dos problemas sociais do Brasil e das possibilidades existentes para sua superação. As instituições de ensino também contam com projetos que facilitam o contato do estudante com o dia a dia da profissão, contribuindo para que ele ganhe experiência e cumpra parte do estágio obrigatório.

Na prática, a pessoa formada na área trabalha atendendo e orientando a população, informando-a sobre seus direitos e colaborando para que ela faça uso dos recursos disponíveis a fim de efetivá-los. Para isso, o profissional da área pode realizar o levantamento do perfil socioeconômico do público de uma região, identificando suas principais demandas e facilitando seu acesso aos equipamentos sociais disponíveis. Ele também orienta e planeja projetos para dar efetividade às políticas públicas, trabalhando em parceria com movimentos sociais, em ações sociais promovidas por empresas privadas ou em órgãos do governo.

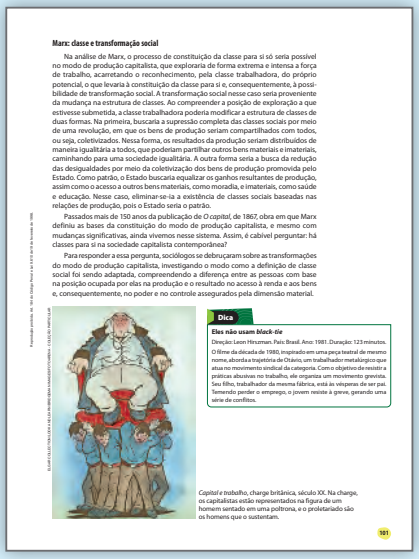
O assistente social também participa da avaliação e da criação de políticas públicas, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção do bem-estar coletivo. Por lidar com políticas públicas, esse profissional pode se especializar em áreas específicas, como educação, saúde, moradia, proteção da infância, promoção da igualdade, acesso a cultura e lazer e previdência social.

O serviço social, portanto, consolidou-se e regulamentou-se como profissão para garantir que as causas dos problemas sociais sejam identificadas e solucionadas – indo além da resolução pontual de problemas –, o que ocorre, por exemplo, por meio da participação na elaboração e na efetivação de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade social.

Assistente social, acompanhada de técnico agropecuário, realizando trabalho de campo na residência de um trabalhador rural no município de Petrolina, Pernambuco. Fotografia de 2016. O trabalho do assistente social abrange uma ampla gama de atividades.

Trabalho e juventudes

Apresenta possibilidades de cursos e atuação profissional que poderão ajudar você a pensar os passos seguintes à conclusão do Ensino Médio.



Marx: classe e transformação social

Na análise de Marx, o processo de constituição da classe para si só seria possível no modo de produção capitalista, que exploraria de forma extrema e intensa a força de trabalho, acarretando o reconhecimento, pela classe trabalhadora, do próprio potencial, o que levaria à constituição da classe para si e, consequentemente, à possibilidade de transformação social. A transformação social nesse caso seria proveniente da mudança na estrutura de classes. Ao compreender a posição de exploração a que estivesse submetida, a classe trabalhadora poderia modificar a estrutura de classes de duas formas. Na primeira, buscaria a supressão completa das classes sociais por meio de uma revolução, em que os bens de produção seriam compartilhados com todos, ou seja, coletivizados. Nessa forma, os resultados da produção seriam distribuídos de maneira igualitária a todos, que poderiam partilhar outros bens materiais e imateriais, caminhando para uma sociedade igualitária. A outra forma seria a busca da redução das desigualdades por meio da coletivização dos bens de produção promovida pelo Estado. Como patrão, o Estado buscaria equalizar os ganhos resultantes de produção, assim como o acesso a outros bens materiais, como moradia, e imateriais, como saúde e educação. Nesse caso, eliminar-se-ia a existência de classes sociais baseadas nas relações de produção, pois o Estado seria o patrão.

Passados mais de 150 anos da publicação de *O capital*, de 1867, obra em que Marx definiu as bases da constituição do modo de produção capitalista, e mesmo com mudanças significativas, ainda vivemos nesse sistema. Assim, é cabível perguntar: há classes para si na sociedade capitalista contemporânea?

Para responder a essa pergunta, sociólogos se debruçaram sobre as transformações do modo de produção capitalista, investigando o modo como a definição de classe social foi sendo adaptada, compreendendo a diferença entre as pessoas com base na posição ocupada por elas na produção e o resultado no acesso à renda e aos bens e, consequentemente, no poder e no controle assegurados pela dimensão material.

Dica

Eles não usam *black-tie*

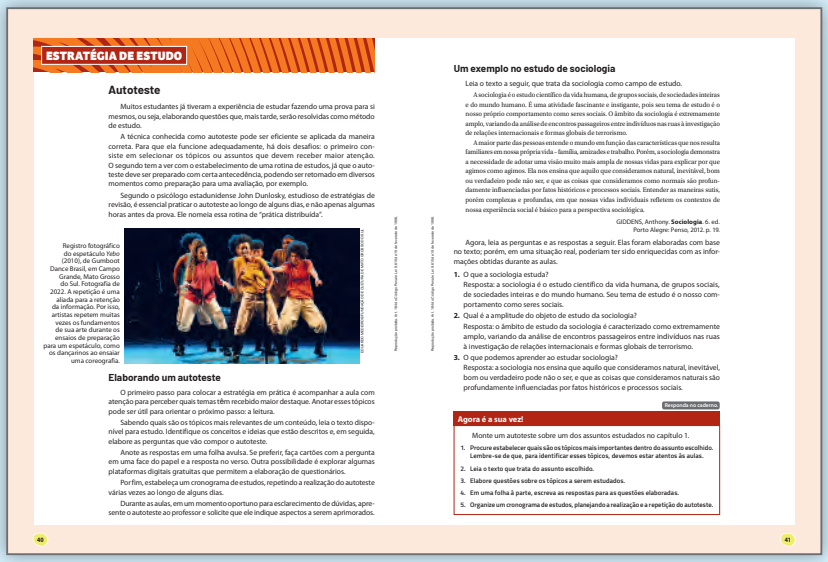
Direção: Leon Hirszman. País: Brasil. Ano: 1981. Duração: 123 minutos.

O filme da década de 1980, inspirado em uma peça teatral de mesmo nome, aborda a trajetória de Otávio, um trabalhador metalúrgico que atua no movimento sindical da categoria. Com o objetivo de resistir a práticas abusivas no trabalho, ele organiza um movimento grevista. Seu filho, trabalhador da mesma fábrica, está às vésperas de ser pai. Temendo perder o emprego, o jovem resiste à greve, gerando uma série de conflitos.

Capital e trabalho, charge britânica, século XX. Na charge, os capitalistas estão representados na figura de um homem sentado em uma poltrona, e o proletariado são os homens que o sustentam.

Dica

Boxe com indicação de recursos, como vídeos, áudios, textos e *sites*, que aprofundam os conteúdos abordados.



ESTRATÉGIA DE ESTUDO

Autoteste

Muitos estudantes já tiveram a experiência de estudar fazendo uma prova para si mesmos, ou seja, elaborando questões que, mais tarde, serão resolvidas como método de estudo.

A técnica conhecida como autoteste pode ser eficiente se aplicada da maneira correta. Para que ela funcione adequadamente, há dois desafios: o primeiro consiste em selecionar os tópicos ou assuntos que devem receber maior atenção. O segundo tem a ver com o estabelecimento de uma rotina de estudos, já que o autoteste deve ser preparado com certa antecedência, podendo ser retomado em diversos momentos como preparação para uma avaliação, por exemplo.

Segundo o psicólogo estadunidense John Dunlosky, estudioso de estratégias de revisão, é essencial praticar o autoteste ao longo de alguns dias, e não apenas algumas horas antes da prova. Ele nomeia essa rotina de "prática distribuída".

Registro fotográfico do espetáculo Yebo (2010), de Gumboot Dance Brasil, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2022. A repetição é uma aliada para a retenção da informação. Por isso, artistas repetem muitas vezes os fundamentos de sua arte durante os ensaios de preparação para um espetáculo, como os dançarinos ao ensaiar uma coreografia.

Elaborando um autoteste

O primeiro passo para colocar a estratégia em prática é acompanhar a aula com atenção para perceber quais temas têm recebido maior destaque. Anotar esses tópicos pode ser útil para orientar o próximo passo: a leitura.

Sabendo quais são os tópicos mais relevantes de um conteúdo, leia o texto disponível para estudo. Identifique os conceitos e ideias que estão descritos e, em seguida, elabore as perguntas que vão compor o autoteste.

Anote as respostas em uma folha avulsa. Se preferir, faça cartões com a pergunta em uma face do papel e a resposta no verso. Outra possibilidade é explorar algumas plataformas digitais gratuitas que permitem a elaboração de questionários.

Por fim, estabeleça um cronograma de estudos, repetindo a realização do autoteste várias vezes ao longo de alguns dias.

Durante as aulas, em um momento oportuno para esclarecimento de dúvidas, apresente o autoteste ao professor e solicite que ele indique aspectos a serem aprimorados.

Um exemplo no estudo de sociologia

Leia o texto a seguir, que trata da sociologia como campo de estudo.

A sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. É uma atividade fascinante e instigante, pois seu tema de estudo é o nosso próprio comportamento como seres sociais. O âmbito da sociologia é extremamente amplo, variando da análise de encontros passageiros entre indivíduos nas ruas à investigação de relações internacionais e formas globais de terrorismo.

A maior parte das pessoas entende o mundo em função das características que nos resulta familiares em nossa própria vida – família, amizades e trabalho. Porém, a sociologia demonstra a necessidade de adotar uma visão muito mais ampla de nossas vidas para explicar por que agimos como agimos. Ela nos ensina que aquilo que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não ser, e que as coisas que consideramos como normais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais. Entender as maneiras sutis, porém complexas e profundas, em que nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é básico para a perspectiva sociológica.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 19.

Agora, leia as perguntas e as respostas a seguir. Elas foram elaboradas com base no texto; porém, em uma situação real, poderiam ter sido enriquecidas com as informações obtidas durante as aulas.

1. O que a sociologia estuda?
   Resposta: a sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. Seu tema de estudo é o nosso comportamento como seres sociais.
2. Qual é a amplitude do objeto de estudo da sociologia?
   Resposta: o âmbito de estudo da sociologia é caracterizado como extremamente amplo, variando da análise de encontros passageiros entre indivíduos nas ruas à investigação de relações internacionais e formas globais de terrorismo.
3. O que podemos aprender ao estudar sociologia?
   Resposta: a sociologia nos ensina que aquilo que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não o ser, e que as coisas que consideramos naturais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais.

Responda no caderno.

Agora é a sua vez!

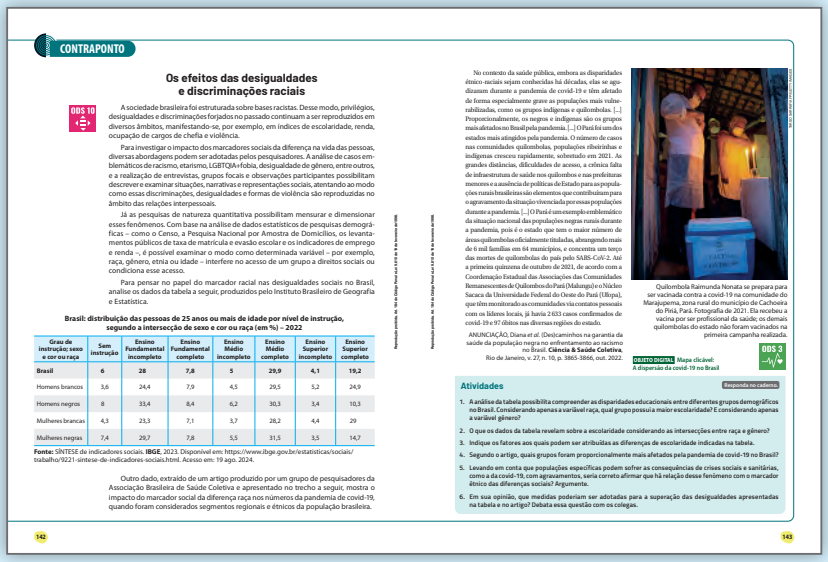
Monte um autoteste sobre um dos assuntos estudados no capítulo 1.

1. **Procure estabelecer quais são os tópicos mais importantes dentro do assunto escolhido. Lembre-se de que, para identificar esses tópicos, devemos estar atentos às aulas.**
2. **Leia o texto que trata do assunto escolhido.**
3. **Elabore questões sobre os tópicos a serem estudados.**
4. **Em uma folha à parte, escreva as respostas para as questões elaboradas.**
5. **Organize um cronograma de estudos, planejando a realização e a repetição do autoteste.**

Estratégia de estudo

Apresenta uma técnica que poderá ser aplicada durante todo o curso, oferecendo um recurso para que você melhore a sua rotina de estudos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



CONTRAPONTO

Os efeitos das desigualdades e discriminações raciais

ODS 10

A sociedade brasileira foi estruturada sobre bases racistas. Desse modo, privilégios, desigualdades e discriminações forjados no passado continuam a ser reproduzidos em diversos âmbitos, manifestando-se, por exemplo, em índices de escolaridade, renda, ocupação de cargos de chefia e violência.

Para investigar o impacto dos marcadores sociais da diferença na vida das pessoas, diversas abordagens podem ser adotadas pelos pesquisadores. A análise de casos emblemáticos de racismo, etarismo, LGBTQIA+fobia, desigualdade de gênero, entre outros, e a realização de entrevistas, grupos focais e observações participantes possibilitam descrever e examinar situações, narrativas e representações sociais, atentando ao modo como essas discriminações, desigualdades e formas de violência são reproduzidas no âmbito das relações interpessoais.

Já as pesquisas de natureza quantitativa possibilitam mensurar e dimensionar esses fenômenos. Com base na análise de dados estatísticos de pesquisas demográficas – como o Censo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os levantamentos públicos de taxa de matrícula e evasão escolar e os indicadores de emprego e renda –, é possível examinar o modo como determinada variável – por exemplo, raça, gênero, etnia ou idade – interfere no acesso de um grupo a direitos sociais ou condiciona esse acesso.

Para pensar no papel do marcador racial nas desigualdades sociais no Brasil, analise os dados da tabela a seguir, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Brasil: distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo a intersecção de sexo e cor ou raça (em %) – 2022

Grau de instrução; sexo e cor ou raça	Sem instrução	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo
Brasil	**6**	**28**	**7,8**	**5**	**29,9**	**4,1**	**19,2**
Homens brancos	3,6	24,4	7,9	4,5	29,5	5,2	24,9
Homens negros	8	33,4	8,4	6,2	30,3	3,4	10,3
Mulheres brancas	4,3	21,3	7,1	3,7	28,2	4,4	29
Mulheres negras	7,4	29,7	7,8	5,5	31,5	3,5	14,7

Fonte: SÍNTESE de indicadores sociais. **IBGE**, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em: 19 ago. 2024.

Outro dado, extraído de um artigo produzido por um grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e apresentado no trecho a seguir, mostra o impacto do marcador social da diferença raça nos números da pandemia de covid-19, quando foram considerados segmentos regionais e étnicos da população brasileira.

No contexto da saúde pública, embora as disparidades étnico-raciais sejam conhecidas há décadas, elas se agudizaram durante a pandemia de covid-19 e têm afetado de forma especialmente grave as populações mais vulnerabilizadas, como os grupos indígenas e quilombolas. [...] Proporcionalmente, os negros e indígenas são os grupos mais afetados no Brasil pela pandemia. [...] O Pará foi um dos estados mais atingidos pela pandemia. O número de casos nas comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e indígenas cresceu rapidamente, sobretudo em 2021. As grandes distâncias, dificuldades de acesso, a crônica falta de infraestrutura de saúde nos quilombos e nas prefeituras menores e a ausência de políticas de Estado para as populações rurais brasileiras são elementos que contribuíram para o agravamento da situação vivenciada por essas populações durante a pandemia. [...] O Pará é um exemplo emblemático da situação nacional das populações negras rurais durante a pandemia, pois é o estado que tem o maior número de áreas quilombolas oficialmente tituladas, abrangendo mais de 6 mil famílias em 64 municípios, e concentra um terço das mortes de quilombolas do país pelo SARS-CoV-2. Até a primeira quinzena de 2021, de acordo com a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e o Núcleo Sacaca da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que têm monitorado as comunidades via contatos pessoais com os líderes locais, já havia 2 633 casos confirmados de covid-19 e 97 óbitos nas diversas regiões do estado.

ANUNCIAÇÃO, Diana *et al.* (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3865-3866, out. 2022.

Quilombola Raimunda Nonata se prepara para ser vacinada contra a covid-19 na comunidade do Marajupema, zona rural do município de Cachoeira do Piriá, Pará. Fotografia de 2021. Ela recebeu a vacina por ser profissional da saúde; os demais quilombolas do estado não foram vacinados na primeira campanha realizada.

DIREITO DIGITAL **Mapa clicável: A dispersão da covid-19 no Brasil**

ODS 3

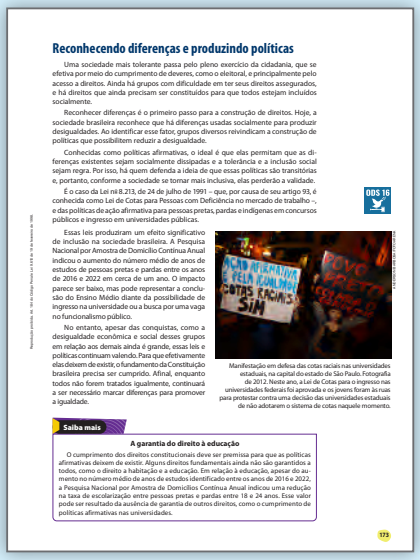
Atividades Responda no caderno.

1. **A análise da tabela possibilita compreender as disparidades educacionais entre diferentes grupos demográficos no Brasil. Considerando apenas a variável raça, qual grupo possui a maior escolaridade? E considerando apenas a variável gênero?**
2. **O que os dados da tabela revelam sobre a escolaridade considerando as intersecções entre raça e gênero?**
3. **Indique os fatores aos quais podem ser atribuídas as diferenças de escolaridade indicadas na tabela.**
4. **Segundo o artigo, quais grupos foram proporcionalmente mais afetados pela pandemia de covid-19 no Brasil?**
5. **Levando em conta que populações específicas podem sofrer as consequências de crises sociais e sanitárias, como a da covid-19, com agravamentos, seria correto afirmar que há relação desse fenômeno com o marcador étnico das diferenças sociais? Argumente.**
6. **Em sua opinião, que medidas poderiam ser adotadas para a superação das desigualdades apresentadas na tabela e no artigo? Debata essa questão com os colegas.**

142 143

Contraponto

Esta seção promove a comparação de abordagens opostas ou complementares, valorizando a argumentação bem fundamentada e o respeito à diversidade de pontos de vista.



Reconhecendo diferenças e produzindo políticas

Uma sociedade mais tolerante passa pelo pleno exercício da cidadania, que se efetiva por meio do cumprimento de deveres, como o eleitoral, e principalmente pelo acesso a direitos. Ainda há grupos com dificuldade em ter seus direitos assegurados, e há direitos que ainda precisam ser constituídos para que todos estejam incluídos socialmente.

Reconhecer diferenças é o primeiro passo para a construção de direitos. Hoje, a sociedade brasileira reconhece que há diferenças usadas socialmente para produzir desigualdades. Ao identificar esse fator, grupos diversos reivindicam a construção de políticas que possibilitem reduzir a desigualdade.

Conhecidas como políticas afirmativas, o ideal é que elas permitam que as diferenças existentes sejam socialmente dissipadas e a tolerância e a inclusão social sejam regra. Por isso, há quem defenda a ideia de que essas políticas são transitórias e, portanto, conforme a sociedade se tornar mais inclusiva, elas perderão a validade.

É o caso da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – que, por causa de seu artigo 93, é conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho –, e das políticas de ação afirmativa para pessoas pretas, pardas e indígenas em concursos públicos e ingresso em universidades públicas.

ODS 16

Essas leis produziram um efeito significativo de inclusão na sociedade brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Anual indicou o aumento do número médio de anos de estudos de pessoas pretas e pardas entre os anos de 2016 e 2022 em cerca de um ano. O impacto parece ser baixo, mas pode representar a conclusão do Ensino Médio diante da possibilidade de ingresso na universidade ou a busca por uma vaga no funcionalismo público.

No entanto, apesar das conquistas, como a desigualdade econômica e social desses grupos em relação aos demais ainda é grande, essas leis e políticas continuam valendo. Para que efetivamente elas deixem de existir, o fundamento da Constituição brasileira precisa ser cumprido. Afinal, enquanto todos não forem tratados igualmente, continuará a ser necessário marcar diferenças para promover a igualdade.

Manifestação em defesa das cotas raciais nas universidades estaduais, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2012. Neste ano, a Lei de Cotas para o ingresso nas universidades federais foi aprovada e os jovens foram às ruas para protestar contra uma decisão das universidades estaduais de não adotarem o sistema de cotas naquele momento.

Saiba mais

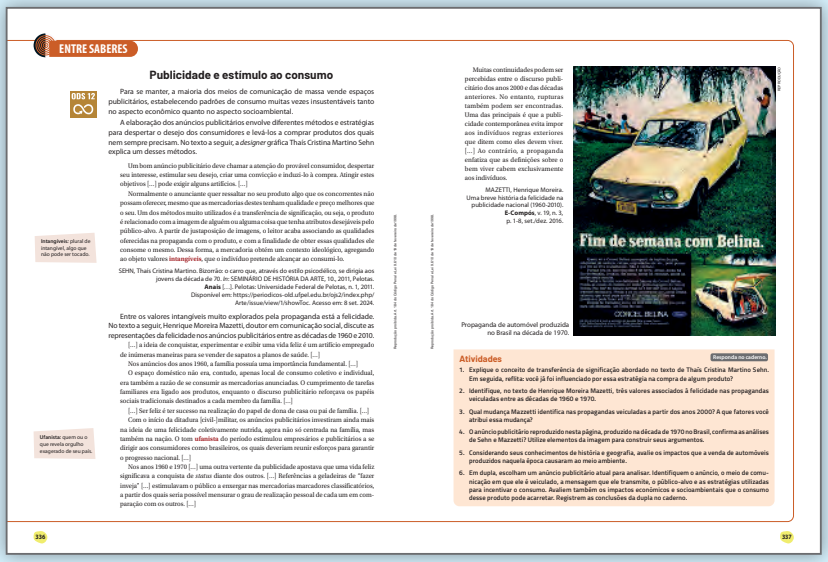
A garantia do direito à educação

O cumprimento dos direitos constitucionais deve ser premissa para que as políticas afirmativas deixem de existir. Alguns direitos fundamentais ainda não são garantidos a todos, como o direito à habitação e à educação. Em relação à educação, apesar do aumento no número médio de anos de estudos identificado entre os anos de 2016 e 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual indicou uma redução na taxa de escolarização entre pessoas pretas e pardas entre 18 e 24 anos. Esse valor pode ser resultado da ausência de garantia de outros direitos, como o cumprimento de políticas afirmativas nas universidades.

173

Saiba mais

Boxe com curiosidades e informações complementares que ajudam a contextualizar as temáticas do capítulo.



ENTRE SABERES

Publicidade e estímulo ao consumo

ODS 12

Para se manter, a maioria dos meios de comunicação de massa vende espaços publicitários, estabelecendo padrões de consumo muitas vezes inusitantáveis tanto no aspecto econômico quanto no aspecto socioambiental.

A elaboração dos anúncios publicitários envolve diferentes métodos e estratégias para despertar o desejo dos consumidores e levá-los a comprar produtos dos quais nem sempre precisam. No texto a seguir, a designer gráfica Thais Cristina Martino Sehn explica um desses métodos.

Um bom anúncio publicitário deve chamar a atenção do provável consumidor, despertar seu interesse, estimular seu desejo, criar uma convicção e induzi-lo à compra. Atingir estes objetivos [...] pode exigir alguns artifícios. [...]

Normalmente o anunciante quer ressaltar no seu produto algo que os concorrentes não possam oferecer, mesmo que as mercadorias desses tenham qualidade e preço melhores que o seu. Um dos métodos muito utilizados é a transferência de significação, ou seja, o produto é relacionado com a imagem de alguém ou alguma coisa que tenha atributos desejáveis pelo público-alvo. A partir de justaposição de imagens, o leitor acaba associando as qualidades oferecidas na propaganda com o produto, e com a finalidade de obter essas qualidades ele consome o mesmo. Dessa forma, a mercadoria obtém um contexto ideológico, agregando ao objeto valores **intangíveis**, que o indivíduo pretende alcançar ao consumi-lo.

SEHN, Thais Cristina Martino. Bizorrão: o carro que, através do estilo psicodélico, se dirigia aos jovens da década de 70. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 10., 2011, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, n. 1, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/issue/view/1/showToc. Acesso em: 8 set. 2024.

Intangíveis: plural de intangível, algo que não pode ser tocado.

Entre os valores intangíveis muito explorados pela propaganda está a felicidade. No texto a seguir, Henrique Moreira Mazetti, doutor em comunicação social, discute as representações da felicidade nos anúncios publicitários entre as décadas de 1960 e 2010.

[...] a ideia de conquistar, experimentar e exibir uma vida feliz é um artifício empregado de inúmeras maneiras para se vender de sapatos a planos de saúde. [...]

Nos anúncios dos anos 1960, a família possuía uma importância fundamental. [...] O espaço doméstico não era, contudo, apenas local de consumo coletivo e individual, era também a razão de se consumir as mercadorias anunciadas. O cumprimento de tarefas familiares era ligado aos produtos, enquanto o discurso publicitário reforçava os papéis sociais tradicionais destinados a cada membro da família. [...]

[...] Ser feliz é ter sucesso na realização do papel de dona de casa ou pai de família. [...]

Com o início da ditadura [civil-]militar, os anúncios publicitários investiram ainda mais na ideia de uma felicidade coletivamente nutrida, agora não só centrada na família, mas também na nação. O tom **ufanista** do período estimulou empresários e publicitários a se dirigir aos consumidores como brasileiros, os quais deveriam reunir esforços para garantir o progresso nacional. [...]

Nos anos 1960 e 1970 [...] uma outra vertente da publicidade apostava que uma vida feliz significava a conquista de *status* diante dos outros. [...] Referências a geladeiras de "fazer inveja" [...] estimulavam o público a entregar nas mercadorias marcadores classificatórios, a partir dos quais seria possível mensurar o grau de realização pessoal de cada um em comparação com os outros. [...]

Ufanista: quem ou o que revela orgulho exagerado de seu país.

Muitas continuidades podem ser percebidas entre o discurso publicitário dos anos 2000 e das décadas anteriores. No entanto, rupturas também podem ser encontradas. Uma das principais é que a publicidade contemporânea evita impor aos indivíduos regras exteriores que ditem como eles devem viver. [...] Ao contrário, a propaganda enfatiza que as definições sobre o bem viver cabem exclusivamente aos indivíduos.

MAZETTI, Henrique Moreira. Uma breve história da felicidade na publicidade nacional (1960-2010). **E-Compós**, v. 19, n. 3, p. 1-8, set./dez. 2016.

Propaganda de automóvel produzida no Brasil na década de 1970.

Atividades Responda no caderno.

1. **Explique o conceito de transferência de significação abordado no texto de Thaís Cristina Martino Sehn. Em seguida, reflita: você já foi influenciado por essa estratégia na compra de algum produto?**
2. **Identifique, no texto de Henrique Moreira Mazetti, três valores associados à felicidade nas propagandas veiculadas entre as décadas de 1960 e 1970.**
3. **Qual mudança Mazzetti identifica nas propagandas veiculadas a partir dos anos 2000? A que fatores você atribui essa mudança?**
4. **O anúncio publicitário reproduzido nesta página, produzido na década de 1970 no Brasil, confirma as análises de Sehn e Mazzetti? Utilize elementos da imagem para construir seus argumentos.**
5. **Considerando seus conhecimentos de história e geografia, avalie os impactos que a venda de automóveis produzidos naquela época causaram ao meio ambiente.**
6. **Em dupla, escolham um anúncio publicitário atual para analisar. Identifiquem o anúncio, o meio de comunicação em que ele é veiculado, a mensagem que ele transmite, o público-alvo e as estratégias utilizadas para incentivar o consumo. Avaliem também os impactos econômicos e socioambientais que o consumo desse produto pode acarretar. Registrem as conclusões da dupla no caderno.**

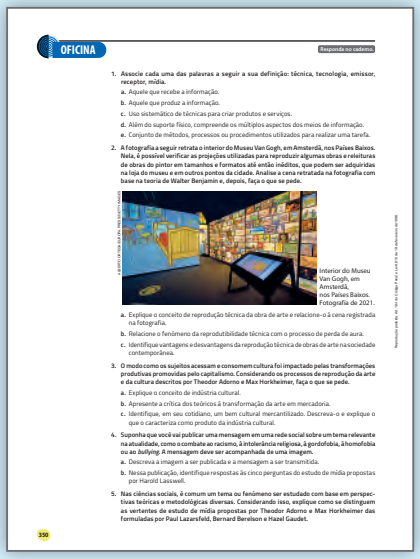
336 337

Entre saberes

Apresenta leituras e atividades que incentivam o diálogo entre a produção de diferentes áreas do conhecimento, reforçando a importância de uma leitura interdisciplinar da realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.


OFICINA

Respondendo sem caderno

1. **Associe cada uma das palavras a seguir a sua definição: técnica, tecnologia, emissor, receptor, mídia.**
   a. Aquele que recebe a informação.
   b. Aquele que produz a informação.
   c. Uso sistemático de técnicas para criar produtos e serviços.
   d. Além do suporte físico, compreende os múltiplos aspectos dos meios de informação.
   e. Conjunto de métodos, processos ou procedimentos utilizados para realizar uma tarefa.
2. **A fotografia a seguir retrata o interior do Museu Van Gogh, em Amsterdã, nos Países Baixos. Nela, é possível verificar as projeções utilizadas para reproduzir algumas obras e releituras de obras do pintor em tamanhos e formatos até então inéditos, que podem ser adquiridas na loja do museu e em outros pontos da cidade. Analise a cena retratada na fotografia com base na teoria de Walter Benjamin e, depois, faça o que se pede.**

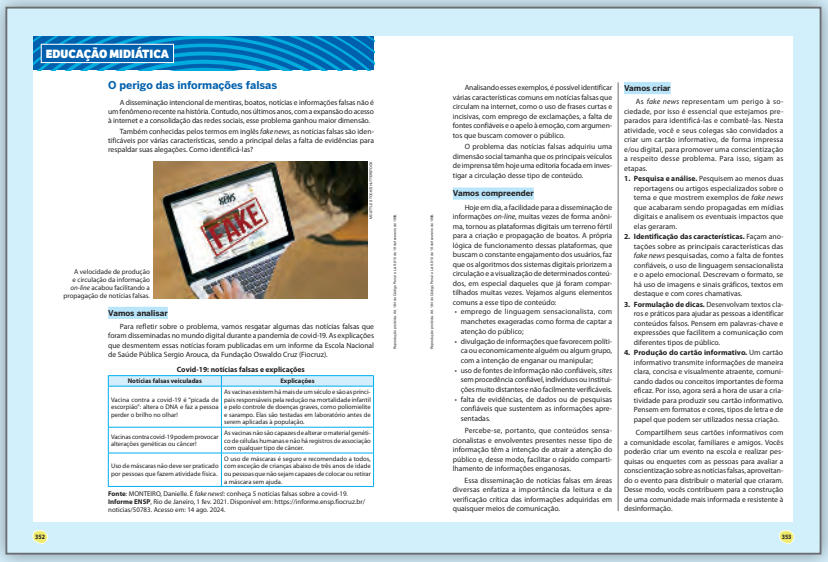
Interior do Museu Van Gogh, em Amsterdã, nos Países Baixos. Fotografia de 2021.

   a. Explique o conceito de reprodução técnica da obra de arte e relacione-o à cena registrada na fotografia.
   b. Relacione o fenômeno da reprodutibilidade técnica com o processo de perda de aura.
   c. Identifique vantagens e desvantagens da reprodução técnica de obras de arte na sociedade contemporânea.
3. **O modo como os sujeitos acessam e consomem cultura foi impactado pelas transformações produtivas promovidas pelo capitalismo. Considerando os processos de reprodução da arte e da cultura descritos por Theodor Adorno e Max Horkheimer, faça o que se pede.**
   a. Explique o conceito de indústria cultural.
   b. Apresente a crítica dos teóricos à transformação da arte em mercadoria.
   c. Identifique, em seu cotidiano, um bem cultural mercantilizado. Descreva-o e explique o que o caracteriza como produto da indústria cultural.
4. **Suponha que você vai publicar uma mensagem em uma rede social sobre um tema relevante na atualidade, como o combate ao racismo, à intolerância religiosa, à gordofobia, à homofobia ou ao *bullying*. A mensagem deve ser acompanhada de uma imagem.**
   a. Descreva a imagem a ser publicada e a mensagem a ser transmitida.
   b. Nessa publicação, identifique respostas às cinco perguntas do estudo de mídia propostas por Harold Lasswell.
5. **Nas ciências sociais, é comum um tema ou fenômeno ser estudado com base em perspectivas teóricas e metodológicas diversas. Considerando isso, explique como se distinguem as vertentes de estudo de mídia propostas por Theodor Adorno e Max Horkheimer das formuladas por Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet.**

350

Oficina

Localizada ao final de cada capítulo, esta sequência de atividades contribui para o desenvolvimento de habilidades de retomada, síntese, organização, pesquisa, redação, argumentação, entre outras. Além disso, questões de Enem e vestibulares ajudam você a se preparar para exames e avaliações.


EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

O perigo das informações falsas

A disseminação intencional de mentiras, boatos, notícias e informações falsas não é um fenômeno recente na história. Contudo, nos últimos anos, com a expansão do acesso à internet e a consolidação das redes sociais, esse problema ganhou maior dimensão.

Também conhecidas pelos termos em inglês *fake news*, as notícias falsas são identificáveis por várias características, sendo a principal delas a falta de evidências para respaldar suas alegações. Como identificá-las?

A velocidade de produção e circulação da informação on-line acabou facilitando a propagação de notícias falsas.

Vamos analisar

Para refletir sobre o problema, vamos resgatar algumas das notícias falsas que foram disseminadas no mundo digital durante a pandemia de covid-19. As explicações que desmentem essas notícias foram publicadas em um informe da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Covid-19: notícias falsas e explicações

Notícias falsas veiculadas	Explicações
Vacina contra a covid-19 é "picada de escorpião": altera o DNA e faz a pessoa perder o brilho no olhar!	As vacinas existem há mais de um século e são as principais responsáveis pela redução na mortalidade infantil e pelo controle de doenças graves, como poliomielite e sarampo. Elas são testadas em laboratório antes de serem aplicadas à população.
Vacinas contra covid-19 podem provocar alterações genéticas ou câncer!	As vacinas não são capazes de alterar o material genético de células humanas e não há registros de associação com qualquer tipo de câncer.
Uso de máscaras não deve ser praticado por pessoas que fazem atividade física.	O uso de máscaras é seguro e recomendado a todos, com exceção de crianças abaixo de três anos de idade ou pessoas que não sejam capazes de colocar ou retirar a máscara sem ajuda.

Fonte: MONTEIRO, Danielle. É *fake news*!: conheça 5 notícias falsas sobre a covid-19. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro, 1 fev. 2021. Disponível em: https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50783. Acesso em: 14 ago. 2024.

Analisando esses exemplos, é possível identificar várias características comuns em notícias falsas que circulam na internet, como o uso de frases curtas e incisivas, com emprego de exclamações, a falta de fontes confiáveis e o apelo à emoção, com argumentos que buscam comover o público.

O problema das notícias falsas adquiriu uma dimensão social tamanha que os principais veículos de imprensa têm hoje uma editoria focada em investigar a circulação desse tipo de conteúdo.

Vamos compreender

Hoje em dia, a facilidade para a disseminação de informações *on-line*, muitas vezes de forma anônima, tornou as plataformas digitais um terreno fértil para a criação e propagação de boatos. A própria lógica de funcionamento dessas plataformas, que buscam o constante engajamento dos usuários, faz que os algoritmos dos sistemas digitais priorizem a circulação e a visualização de determinados conteúdos, em especial daqueles que já foram compartilhados muitas vezes. Vejamos alguns elementos comuns a esse tipo de conteúdo:

- emprego de linguagem sensacionalista, com manchetes exageradas como forma de captar a atenção do público;
- divulgação de informações que favorecem politica ou economicamente alguém ou algum grupo, com a intenção de enganar ou manipular;
- uso de fontes de informação não confiáveis, *sites* sem procedência confiável, indivíduos ou instituições muito distantes e não facilmente verificáveis.
- falta de evidências, de dados ou de pesquisas confiáveis que sustentem as informações apresentadas.

Percebe-se, portanto, que conteúdos sensacionalistas e envolventes presentes nesse tipo de informação têm a intenção de atrair a atenção do público e, desse modo, facilitar o rápido compartilhamento de informações enganosas.

Essa disseminação de notícias falsas em áreas diversas enfatiza a importância da leitura e da verificação crítica das informações adquiridas em quaisquer meios de comunicação.

Vamos criar

As *fake news* representam um perigo à sociedade, por isso é essencial que estejamos preparados para identificá-las e combatê-las. Nesta atividade, você e seus colegas são convidados a criar um cartão informativo, de forma impressa e/ou digital, para promover uma conscientização a respeito desse problema. Para isso, sigam as etapas.

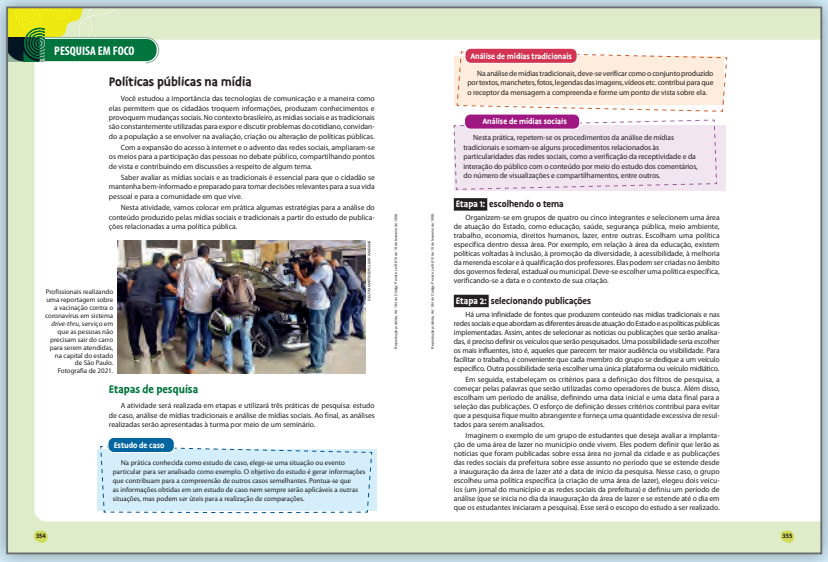
1. **Pesquisa e análise.** Pesquisem ao menos duas reportagens ou artigos especializados sobre o tema e que mostrem exemplos de *fake news* que acabaram sendo propagadas em mídias digitais e analisem os eventuais impactos que elas geraram.
2. **Identificação das características.** Façam anotações sobre as principais características das *fake news* pesquisadas, como a falta de fontes confiáveis, o uso de linguagem sensacionalista e o apelo emocional. Descrevam o formato, se há uso de imagens e sinais gráficos, textos em destaque e com cores chamativas.
3. **Formulação de dicas.** Desenvolvam textos claros e práticos para ajudar as pessoas a identificar conteúdos falsos. Pensem em palavras-chave e expressões que facilitem a comunicação com diferentes tipos de público.
4. **Produção do cartão informativo.** Um cartão informativo transmite informações de maneira clara, concisa e visualmente atraente, comunicando dados ou conceitos importantes de forma eficaz. Por isso, agora será a hora de usar a criatividade para produzir seu cartão informativo. Pensem em formatos e cores, tipos de letra e de papel que podem ser utilizados nessa criação.

Compartilhem seus cartões informativos com a comunidade escolar, familiares e amigos. Vocês poderão criar um evento na escola e realizar pesquisas ou enquetes com as pessoas para avaliar a conscientização sobre as notícias falsas, aproveitando o evento para distribuir o material que criaram. Desse modo, vocês contribuem para a construção de uma comunidade mais informada e resistente à desinformação.

352 353

Educação midiática

Esta seção, localizada após o último capítulo do livro, ajudará você a ter uma postura ética e crítica no uso das tecnologias digitais, seja como consumidor ou produtor de conteúdo.


PESQUISA EM FOCO

Políticas públicas na mídia

Você estudou a importância das tecnologias de comunicação e a maneira como elas permitem que os cidadãos troquem informações, produzam conhecimentos e provoquem mudanças sociais. No contexto brasileiro, as mídias sociais e as tradicionais são constantemente utilizadas para expor e discutir problemas do cotidiano, convidando a população a se envolver na avaliação, criação ou alteração de políticas públicas.

Com a expansão do acesso à internet e o advento das redes sociais, ampliaram-se os meios para a participação das pessoas no debate público, compartilhando pontos de vista e contribuindo em discussões a respeito de algum tema.

Saber avaliar as mídias sociais e as tradicionais é essencial para que o cidadão se mantenha bem-informado e preparado para tomar decisões relevantes para a sua vida pessoal e para a comunidade em que vive.

Nesta atividade, vamos colocar em prática algumas estratégias para a análise do conteúdo produzido pelas mídias sociais e tradicionais a partir do estudo de publicações relacionadas a uma política pública.

Profissionais realizando uma reportagem sobre a vacinação contra o coronavírus em sistema *drive-thru*, serviço em que as pessoas não precisam sair do carro para serem atendidas, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2021.

Etapas de pesquisa

A atividade será realizada em etapas e utilizará três práticas de pesquisa: estudo de caso, análise de mídias tradicionais e análise de mídias sociais. Ao final, as análises realizadas serão apresentadas à turma por meio de um seminário.

Estudo de caso

Na prática conhecida como estudo de caso, elege-se uma situação ou evento particular para ser analisado como exemplo. O objetivo do estudo é gerar informações que contribuam para a compreensão de outros casos semelhantes. Pontua-se que as informações obtidas em um estudo de caso nem sempre serão aplicáveis a outras situações, mas podem ser úteis para a realização de comparações.

Análise de mídias tradicionais

Na análise de mídias tradicionais, deve-se verificar como o conjunto produzido por textos, manchetes, fotos, legendas das imagens, vídeos etc. contribui para que o receptor da mensagem a compreenda e forme um ponto de vista sobre ela.

Análise de mídias sociais

Nesta prática, repetem-se os procedimentos da análise de mídias tradicionais e somam-se alguns procedimentos relacionados às particularidades das redes sociais, como a verificação da receptividade e da interação do público com o conteúdo por meio do estudo dos comentários, do número de visualizações e compartilhamentos, entre outros.

Etapa 1: escolhendo o tema

Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes e selecionem uma área de atuação do Estado, como educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, trabalho, economia, direitos humanos, lazer, entre outras. Escolham uma política específica dentro dessa área. Por exemplo, em relação à área da educação, existem políticas voltadas à inclusão, à promoção da diversidade, à acessibilidade, à melhoria da merenda escolar e à qualificação dos professores. Elas podem ser criadas no âmbito dos governos federal, estadual ou municipal. Deve-se escolher uma política específica, verificando-se a data e o contexto de sua criação.

Etapa 2: selecionando publicações

Há uma infinidade de fontes que produzem conteúdo nas mídias tradicionais e nas redes sociais e que abordam as diferentes áreas de atuação do Estado e as políticas públicas implementadas. Assim, antes de selecionar as notícias ou publicações que serão analisadas, é preciso definir os veículos que serão pesquisados. Uma possibilidade seria escolher os mais influentes, isto é, aqueles que parecem ter maior audiência ou visibilidade. Para facilitar o trabalho, é conveniente que cada membro do grupo se dedique a um veículo específico. Outra possibilidade seria escolher uma única plataforma ou veículo midiático.

Em seguida, estabeleçam os critérios para a definição dos filtros de pesquisa, a começar pelas palavras que serão utilizadas como operadores de busca. Além disso, escolham um período de análise, definindo uma data inicial e uma data final para a seleção das publicações. O esforço de definição desses critérios contribui para evitar que a pesquisa fique muito abrangente e forneça uma quantidade excessiva de resultados para serem analisados.

Imaginem o exemplo de um grupo de estudantes que deseja avaliar a implantação de uma área de lazer no município onde vivem. Eles podem definir que lerão as notícias que foram publicadas sobre essa área no jornal da cidade e as publicações das redes sociais da prefeitura sobre esse assunto no período que se estende desde a inauguração da área de lazer até a data de início da pesquisa. Nesse caso, o grupo escolheu uma política específica (a criação de uma área de lazer), elegeu dois veículos (um jornal do município e as redes sociais da prefeitura) e definiu um período de análise (que se inicia no dia da inauguração da área de lazer e se estende até o dia em que os estudantes iniciaram a pesquisa). Esse será o escopo do estudo a ser realizado.

354 355

Pesquisa em foco

Ao final do livro, esta seção oferece uma atividade coletiva, estruturada em etapas, em que você e seus colegas poderão usar práticas de pesquisa e criar um produto final a ser compartilhado com a comunidade escolar.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: O Estatuto da Criança e do Adolescente

Ícone Objeto Digital

Indica um objeto educacional digital para ampliar possibilidades de aprendizagem.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE 12

CAPÍTULO 1 As ciências sociais 14
Uma sociedade em mudança 15
O social como objeto de estudo 17
A sociologia como campo científico 18
Outras ciências sociais 22
TRABALHO E JUVENTUDES Ciências sociais 27
A sociologia para além da academia 28
A sociologia para além do centro 30
CONTRAPONTO Repensando as ciências sociais 36
OFICINA 38

ESTRATÉGIA DE ESTUDO Autoteste 40

CAPÍTULO 2 O conceito de cultura 42
Natureza e cultura 43
Em busca de uma definição de cultura 46
Sentidos antropológicos de cultura 47
Os rituais 54
Homi Bhabha e a noção de hibridismo cultural 57
Lélia Gonzalez e a noção de amefricanidade 57
Stuart Hall, identidade e multiculturalismo 58
Cultura erudita e cultura popular 59
ENTRE SABERES Saúde e preservação da natureza 60
OFICINA 62

UNIDADE 2 POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS 64

CAPÍTULO 3 Poder, Estado e nação 66
A política e a vida coletiva 67
Poder e dominação 68
Poder em Foucault 72
Poder e gênero 76
O Estado 78
O que é nação 83
Estado e nação no Brasil 86
CONTRAPONTO Dominação e resistência 90
OFICINA 92

CAPÍTULO 4 População e estratificação social 94
O que é estratificação social? 95
A dimensão material das classes sociais 98
A dimensão simbólica das classes sociais 104
Estratificação, desigualdade e mobilidade social 110
TRABALHO E JUVENTUDES Bacharelado em serviço social 113
Novas formas de organização social 115
ENTRE SABERES Gênero, trabalho e estratificação social 121
OFICINA 122

UNIDADE 3 ÉTICA E CIDADANIA 124

CAPÍTULO 5 Socialização e marcadores sociais da diferença 126
A interação social 127
O processo de socialização 127
O papel social e sua representação 130
A construção de identidades 130
CONTRAPONTO Os efeitos das desigualdades e discriminações raciais 142
TRABALHO E JUVENTUDES Pedagogia 149
OFICINA 150

CAPÍTULO 6 Cidadania, desigualdade e discriminação 152
Direitos humanos 153
Cidadania, cidadanias 156
Desigualdades e diferenças 164
Preconceito e discriminação 167
Competição e empatia 171
Reconhecendo diferenças e produzindo políticas 173
ENTRE SABERES Preconceito linguístico e a relação entre linguagem e sociedade 174
OFICINA 176

UNIDADE 4 TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 178

CAPÍTULO 7 Trabalho, produção e sociedade 180
Os meios de vida 181
Natureza, história e sociedade 182
Meios de produção 188
Karl Marx: valor de uso e troca da mercadoria 192
Émile Durkheim: a divisão do trabalho social 197
Max Weber e o espírito do capitalismo 200
Consumo e *status* social 203
Divisão Internacional do Trabalho 204
ENTRE SABERES O futuro do trabalho 206
OFICINA 208

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 8 Formas de organização social do trabalho 210
Trabalho como fonte de organização social 211
Modelos de gestão do trabalho 214
O trabalho na era digital 220
Tecnologias e novas competências para o trabalho 225
Desregulação do trabalho 229
CONTRAPONTO Trabalho por aplicativo: da precarização à organização 234
TRABALHO E JUVENTUDES Superior tecnológico em gestão de recursos humanos 235
OFICINA 236

UNIDADE 5 ESTADO, PODER E DEMOCRACIA 238

CAPÍTULO 9 Formas e sistemas de governo 240
O que é governo? 241
Formas de governo 241
Sistemas de governo 246
Formas de Estado 249
Democracia 250
Partidos políticos 256
As eleições 261
Sistema político brasileiro 264
TRABALHO E JUVENTUDES Técnico em serviços públicos 265
CONTRAPONTO Diversidade e representação política no Brasil 266
OFICINA 268

CAPÍTULO 10 Transformação social, sociedade civil, movimentos sociais 270
Sociedade civil 271
Movimentos sociais 273
Ação coletiva 276
Movimento operário e sindicalismo 278
CONTRAPONTO Para onde vão os sindicatos? 282
Movimentos sociais do século XX 284
As crises do final do século XX 288
Novos movimentos sociais 289
Novas formas de ação coletiva 295
ENTRE SABERES A escrevivência e a luta do povo negro 298
OFICINA 300

UNIDADE 6 SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE 302

CAPÍTULO 11 Cidade e meio ambiente 304
A noção de cidade 305
Cidade: palco da vida social 306
A cidade e a globalização 310
O futuro das cidades 313
A sociedade e o meio ambiente 316
A sociologia e a questão ambiental 318
CONTRAPONTO É possível um capitalismo sustentável? 322
TRABALHO E JUVENTUDES Engenharia ambiental 325
OFICINA 326

CAPÍTULO 12 Sociedade, tecnologia e comunicação 328
Técnica, tecnologia e comunicação 329
Como os sociólogos estudam a mídia 331
ENTRE SABERES Publicidade e estímulo ao consumo 336
CONTRAPONTO Povos indígenas na era da informação 348
OFICINA 350

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA O perigo das informações falsas 352

PESQUISA EM FOCO Políticas públicas na mídia 354

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS 358

SUMÁRIO DOS OBJETOS DIGITAIS

Carrossel de imagens: Mulheres negras na ciência 34
***Podcast*:** Arte indígena 59
Vídeo: Relatório de pesquisa 92
Mapa clicável: Africanos escravizados 116
Mapa clicável: A dispersão da covid-19 no Brasil 143
Vídeo: O Estatuto da Criança e do Adolescente 146
***Podcast*:** Violência escolar 151
Infográfico clicável: Profissões envolvidas na produção de um robô 210
Infográfico clicável: Trabalho digno 229
Carrossel de imagens: Ativismo nas redes 255
***Podcast*:** O movimento negro e a Constituição Federal 287
Infográfico clicável: Conquistas de direitos da população LGBTQIA+ 291
Vídeo: Revisão bibliográfica 301
Infográfico clicável: Mudança antropogênica e recursos hídricos 317
Carrossel de imagens: Práticas sustentáveis 320
***Podcast*:** O trabalho análogo à escravidão 330
Vídeo: Métricas em mídias digitais 351

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 1

CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

Você já se comunicou com jovens que vivem em contextos sociais diferentes do seu? Uma comunicação desse tipo seria possível pelo contato pessoal com migrantes e viajantes ou mesmo pela internet, por meio de redes sociais. Mesmo que você não tenha vivenciado essa experiência, imagine que fosse convidado para um grupo de estudos que envolvesse estudantes de outros países. Nessa situação hipotética, as pessoas seriam convidadas a se apresentar e comentar alguns aspectos culturais do local onde vivem. O que você destacaria sobre a cultura do local em que vive? Que aspectos você considera representativos da cultura à qual pertence? Compartilhe suas respostas com os colegas e, juntos, procurem definir *cultura*.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Apresentação do grupo Reisado Mirim da comunidade quilombola de Inhanhum, no município de Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco. Fotografia de 2023. O reisado é um festejo que mistura rituais cristãos (relacionados à visita dos reis magos a Jesus) e elementos da cultura afro-brasileira (associados à coroação de reis negros africanos).

KARIME XAVIER/FOLHAPRESS

Jovens participam de baile *ballroom* no município de São Paulo, estado de São Paulo. Fotografia de 2023. O *ballroom* surgiu nos Estados Unidos, como um ato de resistência da comunidade LGBTQIA+, e celebra a diversidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUCIANA WHITAKE/PULSAR IMAGENS

Apresentação de carimbó por estudantes de escola pública na comunidade ribeirinha de Cabeceira do Amorim, no município de Santarém, no Pará. Fotografia de 2017. O carimbó é uma dança que mistura influências indígenas e africanas, bastante praticada no Pará e em outros locais da Região Norte do país.

MARIO TAMA/GETTY IMAGES

Jovens dançando passinho no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2015. Essa dança tem como base o *funk*, criado nas favelas cariocas.

Os termos que compõem o título desta unidade – ciência, cultura e sociedade – correspondem a conceitos fundamentais para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essas categorias são inter-relacionadas e seu estudo possibilita compreender como os grupos humanos se organizam, ocupam o espaço e produzem conhecimento em diferentes tempos e contextos.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume, a unidade se desdobra no estudo da constituição da sociologia como ciência, suas especificidades e campos de atuação, bem como na análise das múltiplas acepções de cultura.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- conhecer o contexto de institucionalização da sociologia e o objeto de estudo dessa ciência;
- caracterizar os componentes curriculares das ciências sociais, seus temas de estudo e seus principais paradigmas teóricos;
- refletir sobre a atuação do sociólogo e seu papel para a construção de uma sociedade menos desigual;
- analisar as múltiplas acepções de cultura e as principais teorias relacionadas a esse conceito;
- caracterizar cultura erudita e cultura popular;
- compreeender o valor da cultura e dos saberes das comunidades quilombolas.

Capítulo 1

As ciências sociais

Em algum momento da vida, você já deve ter feito reflexões sobre o que acontece a sua volta, no ambiente familiar, na escola em que estuda, no bairro onde vive com seus amigos. Pode ter questionado os motivos pelos quais a rua onde mora está esburacada há meses e ninguém faz nada ou por que alguns amigos deixaram a escola para trabalhar. Pode ainda ter debatido com colegas as mudanças na estrutura curricular do Ensino Médio ou o fato de algumas pessoas terem mais dificuldades do que outras para ingressar na universidade.

Se você já fez isso, de alguma forma usou os conhecimentos das ciências sociais. Essas ciências estudam a sociedade e se baseiam na indagação e na discussão de temas relacionados à vida coletiva.

No entanto, fazer ciência é mais do que questionar. Essa atividade envolve métodos e teorias específicos. Como o próprio nome sugere, para as ciências sociais, fazer ciência envolve estudar, de forma metódica, o social. Mas o que é isso?

Neste capítulo, você vai entender como as ciências sociais surgiram, qual seu objeto de estudo e suas principais disciplinas e campos de atuação.

Vai compreender, também, que, para as ciências sociais, existem padrões coletivos que estruturam nossas maneiras de ser, pensar e agir e que investigar essas regularidades é trabalho do cientista social.

Por fim, vai refletir sobre a atuação desse profissional e sua contribuição para a construção de uma sociedade menos desigual.

CRIS FAGA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Manifestação em frente ao Theatro Municipal de São Paulo contra o represamento de verbas federais destinadas a projetos culturais pela prefeitura, na capital de São Paulo. Fotografia de 2024. As políticas públicas voltadas à cultura são objeto de estudo das ciências sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Uma sociedade em mudança

As ciências sociais tiveram origem na Europa, no século XIX, e estão relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nesse período.

No final do século XVIII, o cotidiano da sociedade europeia, sobretudo na parte ocidental do continente, passou por profundas transformações. As **ideias iluministas** – que valorizavam a razão em detrimento dos dogmas religiosos – levaram à ascensão da prática e do pensamento científicos, que ganharam notoriedade e impactaram de forma decisiva a vida da população.

No século XIX, com o desenvolvimento da medicina, da engenharia moderna e da produção industrial, as grandes cidades da Europa e da América do Norte – como Paris, Londres e Nova York – começaram a experimentar os efeitos da modernização: descoberta de tratamentos de doenças antes tidas como incuráveis; reformas urbanas, por meio das quais foram construídas grandes avenidas e edifícios; além de multidões de operários trabalhando em fábricas, que produziam, em larga escala, roupas, alimentos e outros bens de consumo.

Essas transformações foram acompanhadas da crescente especialização do trabalho. Assim, os trabalhadores deixaram de dominar todo o processo de produção de uma mercadoria, passando a especializar-se em apenas uma das etapas do todo. No interior das fábricas havia muitos operários manejando máquinas e ferramentas – os bens de produção. Também havia aqueles responsáveis pela administração do processo produtivo, calculando e prevendo custos e lucros, como gerentes, administradores e contadores. Cientistas, físicos e químicos passaram a vender seus serviços para grandes indústrias, fornecendo os conhecimentos e as técnicas capazes de dar forma a produtos inovadores. Havia, ainda, trabalhadores responsáveis pela manutenção dos bens de produção e pela limpeza, por exemplo.

As relações comerciais também passaram por transformações. A publicidade e a imprensa foram incrementadas, impulsionando a formação de grupos interessados no consumo de bens de informação, como jornais e livros. Foram fundadas grandes lojas, que atraíram multidões de consumidores.

Todo esse processo só foi possível graças à Revolução Industrial, que teve início na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, e difundiu-se pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. O desenvolvimento industrial introduziu o **modo de produção capitalista**. Nele os trabalhadores foram destituídos dos meios de produção e tiveram de vender sua força de trabalho em troca de salários, mudando de forma drástica os sistemas econômico, político e social de países europeus e dos Estados Unidos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 1996 THAVES/
DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Frank e Ernest, tirinha de Bob Thaves, 1996.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Como a fala do trabalhador pode ser relacionada à especialização do trabalho?
2. Na sua opinião, o que esse tipo de trabalho manual de caráter repetitivo pode causar à saúde de um trabalhador?

Mudanças políticas

Entre os pensadores iluministas, havia aqueles que defendiam o liberalismo político. Além de criticar a organização social vigente, eles propunham a limitação dos poderes dos reis por meio de uma constituição.

Ao longo do século XVIII, a difusão dos ideais iluministas impulsionou as críticas ao absolutismo monárquico e serviu de base para revoluções burguesas, como a Guerra de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789. Até então, o poder das antigas camadas aristocráticas era justificado pela teoria do direito divino, segundo a qual os reis seriam representantes de Deus, por isso comandavam a sociedade. Com a tomada do poder pela burguesia, foram instaurados o sistema representativo e o processo eleitoral, fortalecendo o parlamento.

No âmbito econômico, os pensadores liberais defendiam o fim da intervenção do Estado na economia, expressa, por exemplo, nos monopólios e nas taxas alfandegárias. Alguns também defendiam a divisão do trabalho em várias etapas, a fim de torná-lo mais produtivo. Essas ideias logo tiveram o apoio da burguesia industrial.

A conquista de poder político e econômico fortaleceu a burguesia e favoreceu a difusão do modo de produção capitalista.

No decorrer do século XIX, tanto a Europa como os Estados Unidos passaram por uma intensa modernização. Estava em curso uma série de transformações políticas e sociais que, apesar de denotarem certa noção de progresso, geraram efeitos e fenômenos que acabaram refletindo na ordem social: desigualdade salarial entre trabalhadores de diferentes ramos e atividades; greves decorrentes dos conflitos entre donos de bens de produção e trabalhadores; deslocamento de grandes contingentes de pessoas do campo para os centros urbanos; entre outros.

As ideias iluministas e liberais também impulsionaram a independência das antigas colônias latino-americanas, como o Brasil, a Bolívia e o Peru, cujos territórios haviam sido explorados e administrados por países europeus de modo sistemático desde o século XVI.

Após o processo de emancipação, as ex-colônias assumiram a tarefa de organizar-se como nações independentes. Aliás, a palavra *nação* passou a acompanhar a organização política dos Estados que emergiram dessa nova conjuntura do modo capitalista de produção.

ABACA PRESS/ALAMY/FOTOARENA

Cartaz do artista Shepard Fairey na exposição *Capitais: sessenta anos de arte urbana em Paris*, realizada em Paris, na França. Fotografia de 2022. Na obra, está inscrito o lema da Revolução Francesa, inspirado nos ideais iluministas: "Liberdade, igualdade, fraternidade".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O social como objeto de estudo

Os precursores da sociologia estavam preocupados em estudar e compreender as implicações sociais, políticas e culturais da expansão do capitalismo. O social – aquilo que é coletivo e afeta a maior parte da população – tornou-se, então, objeto de estudo.

Assim como outras ciências, a sociologia é empírica, ou seja, tem como base a experiência. No entanto, seu laboratório é a vida social cotidiana. A atividade que o sociólogo utiliza para constituir conhecimento científico, uma vez que não pode realizar experimentos em laboratórios, é a **observação**. Não se trata de uma observação livre e desinteressada – o modo como o senso comum faz a todo momento. Trata-se de uma observação guiada por perguntas e hipóteses que contribuem para a compreensão das coisas como elas são.

O sociólogo não pode construir explicações lógicas dedutivas sem praticar a análise e a interpretação extensiva e intensiva dos dados que observa; por isso, a sociologia é uma **ciência indutiva** – em vez de deduzir, como faz um matemático, o sociólogo deve ser induzido a informar o que a coleta e a análise dos dados empíricos evidenciam. Assim, deve embasar suas hipóteses na observação e na análise minuciosa de dados.

O conhecimento produzido pela sociologia advém da observação da realidade empírica, sendo organizado objetivamente por meio de argumentos lógicos, e não simplesmente com base na opinião do pesquisador. Assim, um sociólogo não pode afirmar que determinada crise tem uma causa específica sem demonstrar empiricamente a relação entre elas, observando e analisando um conjunto de dados que tornem confiável sua proposição. Ele pode até se basear na acepção de senso comum de que, por exemplo, os governantes são os principais responsáveis por uma crise econômica, mas não basta afirmar isso sem respaldar a análise em um conjunto de dados que comprovem essa inferência.

Os sociólogos – assim como outros pesquisadores das ciências humanas – precisam se esforçar para produzir algum distanciamento do objeto da pesquisa a fim de chegar a conclusões lógicas sobre determinado fenômeno, por exemplo, uma crise econômica. Ainda mais importante é perceber que o conhecimento científico não constitui verdades absolutas, mas demanda saberes que estão em constante mudança e que devem estar dispostos com muita clareza – quando, como e com quais objetivos foram produzidos – para que outros pesquisadores possam refazer os passos de estudos já realizados, confirmando-os, refutando-os ou superando-os.

Como uma ciência, a sociologia não pode ser apenas descrição da experiência sensível ou registro da opinião; ela deve ser construída de acordo com métodos lógicos e baseada na observação da realidade guiada por hipóteses objetivas, que permitam constatar padrões em fenômenos e fatos sociais a fim de compreendê-los, indo além do senso comum.

ACERVO IBGE

Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística durante o Censo Demográfico de 2022, na capital de São Paulo. Os dados coletados nesse tipo de pesquisa embasam diversos estudos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociologia como campo científico

A instituição da sociologia como ciência iniciou-se na França, durante a primeira metade do século XIX, com o propósito de compreender a vida cotidiana após as transformações decorrentes das revoluções burguesas e da Revolução Industrial. Os primeiros pensadores tinham a intenção de observar o cotidiano de forma científica e contribuíram para consolidar a sociologia tal como a conhecemos atualmente.

A sociologia de Auguste Comte

Pode-se afirmar que o conjunto de teorias da ciência da sociedade começou a ser construído no século XIX pelo pensador francês Auguste Comte (1798-1857), que fez uso de analogias científicas para explicar os fenômenos sociais. Para Comte, diante das transformações pelas quais a sociedade francesa passava, era necessário apresentar propostas científicas que pudessem solucionar os problemas sociais cotidianos.

Assim como existiam a medicina – ciência construída para cuidar do corpo das pessoas – e a física – ciência que oferecia soluções para a criação de máquinas –, deveria haver uma forma objetiva de investigação social capaz de oferecer explicações e soluções para os problemas e consequências do progresso. Essa **física social**, nome pelo qual Comte chamou inicialmente a sociologia, teria como tarefa desenvolver um arcabouço teórico e metodológico semelhante ao das ciências da natureza, que possibilitasse realizar um estudo científico da sociedade.

Para Comte, a afirmação de que uma família-padrão é composta de pai, mãe e filhos só pode ser feita, por exemplo, com o uso de evidências de que esse modelo é majoritário na sociedade. Segundo ele, toda teoria ou hipótese deve estar sustentada em pesquisas empíricas.

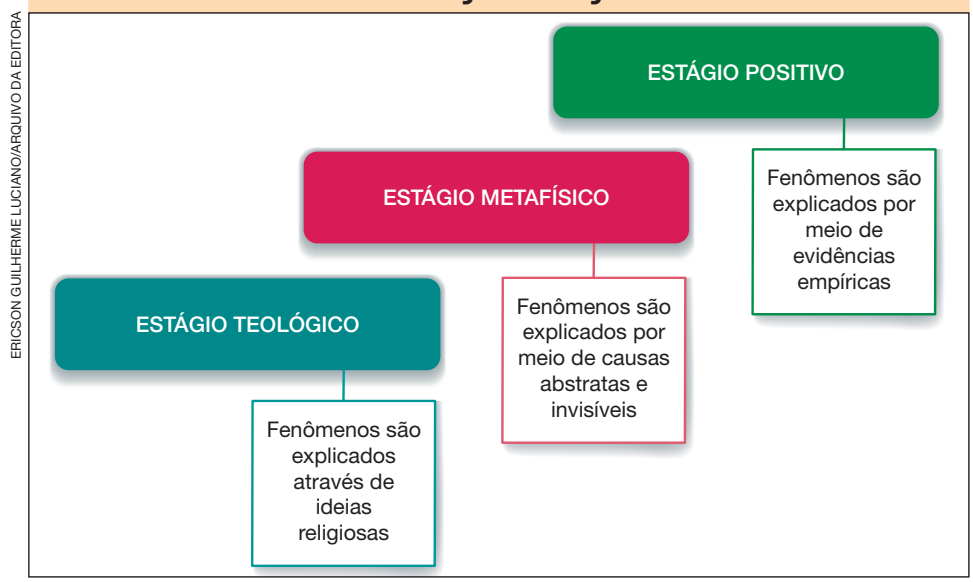
Comte usou como base modelos e conceitos de ciências mais consolidadas – como a física e a biologia – para elaborar os fundamentos conceituais e metodológicos da sociologia.

Segundo ele, o desenvolvimento científico implicaria um movimento gradual de substituição do pensamento mítico e religioso por um conhecimento assentado em metodologias científicas. Sobre esse tema, o sociólogo inglês contemporâneo Anthony Giddens afirma:

> A lei dos três estágios de Comte assinala que as tentativas humanas de entender o mundo passam por estágios teológicos, metafísicos e positivos. No **estágio teológico**, o pensamento era guiado por ideias religiosas e pela crença de que a sociedade era expressão da vontade divina. No **estágio metafísico**, que tomou frente por volta da Renascença, a sociedade passou a ser vista em termos naturais, e não sobrenaturais. O **estágio positivo**, anunciado pelas descobertas e realizações de Copérnico, Galileu e Newton, estimulou a aplicação de técnicas científicas ao mundo social. De acordo com essa visão, Comte considerava a sociologia como a última ciência a se desenvolver – com base na física, na química e na biologia – mas também como a mais significativa e complexa de todas as ciências.
>
> GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 24. (Grifos nossos).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Lei dos três estágios de Auguste Comte



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 24.

Auguste Comte e o positivismo

Na obra *Curso de filosofia positiva*, Comte expôs as principais ideias que fundamentaram sua abordagem. O primeiro princípio proposto por Comte à sociologia era comum a todas as ciências: as teorias deveriam sustentar-se pela verificação realizada com base na observação, buscando evidências nos fatos. Nesse sentido, a sociologia precisaria ser uma **ciência positiva**, cuja ideia, nesse contexto, diz respeito àquilo que pode ser comprovado e verificado.

Para Comte, portanto, era necessário que o conhecimento sobre a sociedade estivesse fundamentado na observação do fato empírico. A verificação e a observação deveriam ser guiadas por uma hipótese que orientasse a direção da pesquisa, de modo a conferir à sociologia o *status* de disciplina científica, levando-a ao mesmo nível de qualquer outra ciência.

Com esses preceitos, Comte fundamentou uma abordagem que ficou conhecida como positivista. O **positivismo** foi uma corrente filosófica que postulava que o conhecimento científico nas ciências humanas deveria ser fundamentado exclusivamente em observações empíricas, rejeitando, assim, especulações metafísicas e teorias não verificáveis. Os teóricos positivistas defendiam que o **método científico** – baseado na observação, na experimentação e na análise dos fatos – seria a única fonte legítima de produção de conhecimento. Por meio dele, seria possível estabelecer relações causais para, então, inferir leis gerais de forma a antever acontecimentos futuros. O positivismo teve influência significativa no desenvolvimento das ciências sociais, orientando as primeiras metodologias de observação da realidade social e contribuindo para uma compreensão mais sistemática e empírica do mundo.

A ideia por trás do modelo teórico do positivismo tinha um objetivo claro: o conhecimento científico sobre a sociedade poderia descobrir as leis que a regem e, assim, a sociologia seria utilizada para construir um mundo, a seu ver, melhor. A ciência, mais especificamente a sociologia, seria utilizada como instrumento de construção e reforma da ordem social em direção a um suposto progresso.

Saiba mais

O positivismo e a bandeira do Brasil

A bandeira do Brasil adotada atualmente foi criada após a Proclamação da República. O lema "Ordem e progresso" enfatiza o propósito de constituir uma sociedade organizada de forma científica e racional, em que a ordem, entendida como estabilidade e organização social, seria um pilar para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico, ou seja, o progresso. Na última década, integrantes do movimento *Amor na bandeira* têm reivindicado que o lema adotado no século XIX teria registrado uma versão incompleta dos fundamentos comtianos, demandando, assim, a adição do termo "amor" na bandeira nacional.

TÉO & O MINI MUNDO/CAETANO CURY

Onde foi parar o amor?, charge da série *Téo & o mini mundo*, de Caetano Cury, 2019.

Enfoque Responda no caderno.

1. Qual é o lamento realizado por Comte na charge?
2. Mobilizando seus conhecimentos de história, explique como os ideais positivistas de Comte influenciaram o início da República no Brasil.
3. Com colegas, debata: como a busca por ordem e progresso repercute nas questões sociais no Brasil?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociologia de Émile Durkheim

Os estudos de Comte inspiraram o francês Émile Durkheim (1858-1917). Desde cedo, Durkheim interessou-se pelo papel exercido pelas crenças e instituições religiosas na formação dos sujeitos e na organização da vida coletiva. Quando cursou filosofia na Escola Normal Superior de Paris, teve contato com as obras de Comte, as quais influenciaram sua concepção da sociologia como ciência e disciplina formal.

Ao longo de sua trajetória, Durkheim lecionou filosofia em diversos colégios franceses, viajou à Alemanha para aprofundar seus estudos e conseguiu um posto de professor na Universidade de Bordeaux, na França, em 1890, onde fundou o primeiro departamento de ensino e pesquisa dedicado à sociologia. Assim, a partir de Durkheim, a ciência da sociedade deixou de ser apenas uma prática intelectual livre para se tornar um campo especializado do conhecimento científico.

O fato social

Na obra *As regras do método sociológico*, escrita em 1895, Durkheim procurou delimitar o campo científico da sociologia ao descrever seu objeto de estudo, diferenciando-a de outras ciências dedicadas à análise de questões humanas (como psicologia e filosofia): o **fato social**. Ao definir esse conceito, Durkheim estabeleceu a sociologia como uma ciência direcionada ao conjunto de valores, normas e estruturas que se sobrepõem às determinações individuais, exercendo controle sobre os grupos. Um fato social, segundo Durkheim, é sempre **coercitivo**, pois determina, com base na coletividade, a atitude e o comportamento individual.

Coercitivo: imposto por meio da força, obrigatório.

Por exemplo, uma pessoa nasce em uma sociedade que tem determinada língua já estabelecida. A partir de seu nascimento, o indivíduo vai gradativamente incorporando a língua comum do grupo, queira ele ou não. Falar certa língua, portanto, é resultado da coerção originada de um fato social: nesse caso, a língua do grupo. Assim também são muitos dos gestos que fazemos: colocar o polegar erguido apontando para cima é, para boa parte da cultura ocidental, um sinal de acordo, concordância ou saudação. O significado desse gesto é partilhado e entendido pelo grupo. No entanto, esse mesmo gesto pode existir como fato social em outra sociedade e apresentar sentido diferente. No Irã, por exemplo, significa um insulto.

De acordo com Durkheim, para investigar cientificamente um fato social, o pesquisador precisa afastar-se de seus valores morais e de seus preconceitos a fim de se distanciar o máximo possível de seu objeto de estudo. Afinal, como perceber a sutil diferença de significado de um gesto se não partirmos do princípio de que o outro pode estar agindo motivado por coerções e sentidos diferentes dos nossos?

FG TRADE/GETTY IMAGES

Jovens acessando mídias sociais por meio de aparelhos celulares na capital de São Paulo. Fotografia de 2023. As mídias sociais podem ser consideradas exemplos de fatos sociais: existem independentemente dos indivíduos e exercem pressão sobre a conformidade com padrões específicos de comportamento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fato social como coisa

Para Durkheim, o sociólogo deve considerar os fatos sociais como coisas, isto é, como algo destituído de valor moral. Para isso, precisa analisar os objetos da vida social sem preconceitos ou predefinições.

Leia a definição de Durkheim sobre coisa.

> O que vem a ser uma coisa? A coisa se opõe à ideia assim como o que se conhece a partir de fora se opõe ao que se conhece a partir de dentro. É coisa todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável à inteligência, tudo aquilo que não podemos fazer uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender a menos que saia de si mesmo, por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. XVII.

A definição apresentada de *coisa* nos revela que ela é algo externo a nós, por isso não a conhecemos; ou melhor, não sabemos como ela é produzida. Dessa forma, ao tratarmos o fato social como coisa, observamos que ele é produzido externamente aos indivíduos, de forma coletiva, ou seja, percebemos suas características de externalidade e generalidade.

Por exemplo, é bastante comum usarmos tênis quando corremos, certo? Apesar de parecer algo corriqueiro, o fato de elegermos os tênis para corrida não é simples. Ele é um fato social. Sua definição foi produzida e compartilhada socialmente, sendo comum a todos e produzida de forma externa aos indivíduos. Quando alguém pretende correr com outro calçado, como um par de chinelos, é comum ser encarado de forma estranha, pois está fora do padrão. Isso mostra que, além de ser algo social e externo, a opção por correr de tênis é uma imposição do grupo, que a considera necessária para a prática da corrida, exercendo uma **coerção** sobre os praticantes.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Qual é a proposta de Durkheim para o método científico da sociologia?**
2. **Segundo o teórico, por que é necessário tratar o fato social como coisa?**

ANA FERNANDEZ/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Participantes de prova de corrida em Nijmegen, na Holanda. Fotografia de 2022. O corredor que aparece no canto esquerdo da imagem calça sandálias, diferenciando-se do padrão seguido pelos demais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As características do fato social

No exemplo mencionado, o que seria uma simples corrida é, de fato, um exercício de reflexão sociológica, pois nos revela as características do fato social: generalidade, externalidade e coercitividade.

- **Generalidade**: significa que os fatos sociais são disseminados entre a maioria ou a totalidade de membros de uma sociedade.
- **Externalidade**: significa que os fatos sociais existem de maneira externa às consciências e independente das manifestações individuais.
- **Coercitividade**: significa que os fatos sociais exercem coerção sobre os indivíduos, impondo sanções a comportamentos desviantes.

Ao entendermos que o fato social é construído e partilhado socialmente, podemos analisá-lo buscando conhecê-lo sem juízos de valor. Para entendermos como o uso dos tênis para corrida teve início e se difundiu socialmente, precisamos fazê-lo sem avaliação moral, isto é, sem avaliar se essa decisão é boa ou ruim.

Essa metodologia se aplica a fatos sociais de qualquer ordem. Por exemplo, ninguém vai afirmar que o crime é algo bom; ao sociólogo, porém, não cabe dizer se o crime é bom ou ruim, pois esse é um problema de ordem moral. Assim, o crime é um fato social e deve ser estudado como uma coisa que existe na realidade das sociedades e cujo sentido social só poderá ser desvendado se for analisado com base em suas características.

Outras ciências sociais

A sociologia foi a primeira das ciências sociais a ser institucionalizada no século XIX. No entanto, estudos antropológicos e de filosofia política já estavam sendo realizados naquela época e acabaram inspirando o que viriam a ser essas ciências.

As ciências sociais, assim, são um campo mais amplo que reúne três áreas especializadas do conhecimento: **antropologia**, **ciência política** e **sociologia**.

O início da prática da antropologia e da ciência política é quase simultâneo ao da sociologia, e os pesquisadores de todas elas buscavam inspiração em estudos filosóficos e científicos anteriores a sua institucionalização. Cada uma apresenta peculiaridades, a começar pelos temas aos quais se dedica. No entanto, as três têm mais similaridades do que diferenças, e há quem defenda a união delas em uma única ciência.

RODRIGO PAIVA/GETTY IMAGES

Pessoas em rua movimentada durante a pandemia de covid-19 na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2020. O uso de máscaras faciais nesse contexto pode ser considerado um fato social.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Descreva as características do fato social.
2. Explique por que o uso de máscaras no Brasil durante a pandemia da covid-19, entre 2020 e 2023, pode ser considerado um fato social.
3. Identifique a presença de outro fato social em seu cotidiano e caracterize-o.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Antropologia

De maneira genérica, pode-se afirmar que antropologia é a ciência dedicada ao estudo do gênero humano, das diferenças e semelhanças entre os grupos e as culturas.

A antropologia e a sociologia cresceram praticamente entrelaçadas. Os estudos e as teorias de Émile Durkheim e de seu sobrinho, o antropólogo Marcel Mauss (1872-1950), por exemplo, foram muito importantes para a consolidação desse campo do conhecimento nas ciências sociais praticadas na França.

Entre o final do século XIX e o início do século XX – época marcada pela expansão neocolonial (ou imperialista), pelos acontecimentos políticos e econômicos que levaram à eclosão da Primeira Guerra Mundial e pelas consequências devastadoras do conflito –, pesquisadores de nações europeias passaram a se debruçar sobre questões relativas ao gênero humano. Diante de ritos, mitos e da produção de material de povos até então desconhecidos pelos europeus, formularam-se questionamentos sobre as semelhanças e as distinções socioculturais existentes entre os diferentes grupos humanos.

Os primeiros antropólogos desenvolveram noções e conceitos que, muitas vezes, estavam imbuídos de discriminação racial, evidenciando o **etnocentrismo**: eles interpretavam que as produções, as representações e os valores de sua cultura e de seu grupo ("etno") eram um padrão cultural a ser seguido. Além de confundir o que era natural e/ou cultural, eles pressupunham a possibilidade de classificar os diferentes povos segundo uma escala de evolução humana.

No princípio, portanto, a antropologia acabou servindo ao projeto colonial, pois os teóricos dessa área tentavam justificar cientificamente que certos povos só deixariam de ser "atrasados" em contato com outros supostamente mais evoluídos.

HISTORY AND ART COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA

O antropólogo francês Bronislaw Malinowski em trabalho de campo com a população das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné. Fotografia de cerca de 1918. A antropologia começou a ser praticada na Europa ocidental, em um contexto marcado pela expansão imperialista, como ciência dedicada ao estudo dos modos de vida de sociedades não europeias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Consolidação da antropologia

Após algumas décadas, a antropologia começou a mudar. Os antropólogos passaram, então, a valorizar a diferença entre as culturas em vez de simplesmente classificá-las como mais primitivas ou civilizadas com base em termos raciais. Pode-se afirmar que, em um primeiro momento, o processo de formação da antropologia foi marcado pela tentativa de compreender as culturas não ocidentais, e seus povos, como primitivas e, em um segundo momento, como distintas e diversas da cultura ocidental, sem estabelecer uma hierarquização entre elas.

Com o decorrer do tempo, os antropólogos passaram a se ocupar de outros objetos e deslocaram seu foco das culturas não ocidentais para a cultura ocidental, procurando compreender como o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial afeta a conformação das culturas, no que se refere à religião, aos ritos e mitos, à linguagem, aos modos de vida na cidade e outros fatores culturais.

DENILSON BANIWA – COLEÇÃO PARTICULAR

Caçadores de ficções coloniais, colagem digital da série *Ficções coloniais (ou finjam que não estou aqui)*, do artista indígena Denilson Baniwa, 2021. Na série, o artista realiza intervenções irônicas em fotografias de indígenas feitas no século XIX, questionando, assim, o discurso etnocêntrico.

Essa ciência, então, passou a ter subdivisões, como a antropologia da religião, a antropologia urbana e a antropologia política. Os estudos de gênero e sexualidade também ganharam destaque no campo da antropologia. A antropóloga brasileira Jacqueline Moraes Teixeira, por exemplo, tem se dedicado a pensar as relações entre gênero, política e religião, verificando como os fatores sociais derivados da posição de gênero e os fatores culturais desenvolvidos pela religião afetam escolhas políticas.

Depois de romper com o etnocentrismo que marcou os primeiros estudos dessa ciência, a antropologia tornou-se o componente da área do conhecimento das ciências sociais que mais contribuiu para a compreensão dos povos nativos segundo a lógica de suas culturas. Ela também nos ensina a tentar compreender o mundo da perspectiva do outro, em uma atitude epistêmica com base na alteridade. Ao tomar essa atitude, consideramos as diferenças culturais e sociais entre os povos, ao mesmo tempo que entendemos que essas diferenças não resultam de um padrão civilizacional, mas da diversidade cultural e social. Desse modo, a antropologia nos mostra que não há povos mais ou menos evoluídos, apenas diferentes e, ao mesmo tempo, similares na capacidade de pensar, criar e representar as coisas e o mundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Como os indígenas foram representados por Denilson Baniwa?
2. De que modo essa obra pode ser relacionada ao desenvolvimento da antropologia?

Ciência política

Assim como a sociologia, a ciência política tem uma forte relação com a filosofia política clássica e moderna, inspirando-se em autores como Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704).

Em termos gerais, pode-se afirmar que o objeto de estudo da ciência política é o poder político e suas formas de exercício, organização e realização. O prefixo *polis-*, com o qual se forma a palavra *política*, corresponde, em grego, a "cidade". Assim, de certo modo, podemos pensar que a ciência política é também a ciência que estuda o poder político implicado na administração do governo da cidade, isto é, no Estado.

Dessa forma, é possível afirmar que a sociologia estuda as relações sociais; a antropologia, a diversidade das culturas; e a ciência política, o poder político. Essa definição é bastante simplista, pois o argumento de que o foco de estudo dessas ciências pode se entrelaçar não deixa de ser verdade.

De todo modo, a prática científica é feita de forma especializada e, por isso, é importante saber que, embora haja relação íntima entre as três áreas em razão da complexidade dos objetos da vida social, umas estão mais focadas em certos aspectos que outras, bem como variam seus métodos e formas de observar a realidade empírica.

Das três áreas que compõem as ciências sociais, a ciência política é a que mais recentemente se institucionalizou, pois seu desenvolvimento ocorreu ao longo do século XX e ganhou repercussão acadêmica sobretudo após a década de 1930, consolidando-se após o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos.

Os primeiros estudos em ciência política se caracterizam pela coleta de dados sociodemográficos, pela aplicação maciça de questionários e pelo desenvolvimento de teorias dedicadas à compreensão dos fenômenos da representação política – voto e eleições – ou a emergência e a crise da democracia contemporânea. Os primeiros cientistas políticos, portanto, interessaram-se pelos fenômenos da representação política, não só pelos que resultaram em governos democráticos, mas também por aqueles relacionados às realidades autoritárias.

Dica

Politiquês

Produção: Nexo Jornal. Brasil, 2018-2019.

Por meio de entrevistas com cientistas políticos, a temporada do *podcast* Politiquês veiculada em 2018 e 2019 apresenta episódios com caráter de glossário, que elucidam o significado e a constituição histórica dos principais termos utilizados no debate político contemporâneo.

EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Marcha dos participantes do Acampamento Terra Livre, maior mobilização nacional dos povos indígenas no Brasil, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2024. O Estado, os regimes representativos, os mecanismos de participação e os movimentos sociais, como os dos povos indígenas, são alguns dos objetos de estudo da ciência política.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cientistas políticos

Entre os cientistas sociais que contribuíram de forma importante para o avanço da ciência política, fazendo uso de pesquisas estatísticas, análises de contexto e conjuntura para a compreensão do comportamento político e eleitoral, figura o sociólogo austríaco, radicado nos Estados Unidos, Paul Lazarsfeld (1901-1976). Posteriormente, destacam-se a produção de autores que se debruçaram sobre o entendimento da racionalidade que orienta tanto as escolhas de representantes como o comportamento político, e a relação dessa lógica com a liberdade, a participação política e a democracia. Fazem parte dessa corrente de pensamento autores como Kenneth Arrow (1921-2017), Mancur Olson (1932-1998) e Robert Dahl (1915-2014), autor do influente livro *Poliarquia*, de 1971, no qual discute a relação entre competição, participação e inclusão a fim de compreender os limites e potenciais das democracias contemporâneas.

Ao longo do século XX, também se destacaram na Europa importantes intelectuais dedicados ao estudo dos temas clássicos da ciência política: as elites dominantes, os partidos políticos, os sistemas eleitorais, as formas e os sistemas de governo. Dentre esses intelectuais, podemos destacar três nomes: o alemão radicado na Itália Robert Michels (1876-1936), conhecido por seu livro *Os partidos políticos*, de 1915, sobre a lógica de organização dos partidos políticos; o francês Maurice Duverger (1917-2014), autor de extensa bibliografia, da qual fazem parte *Os partidos políticos*, de 1951, e *Ciência política: teoria e método*, de 1959; e Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano responsável, com outros autores, por um dos mais respeitados dicionários da área, o *Dicionário de política*, de 1998.

Ciência política no Brasil

No Brasil, a institucionalização da ciência política ocorreu quase simultaneamente à verificada em outros países. Sua consolidação como campo científico universitário teve início na década de 1960 com a produção do mineiro Fábio Wanderley Reis, um dos fundadores do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, e do carioca Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019), fundador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Muitos trabalhos desses cientistas concentram-se em temas como autoritarismo brasileiro, pensamento político e dificuldade de consolidação da democracia participativa e competitiva no país.

Entre as primeiras produções nacionais da área, destaca-se *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964*, escrito pela cientista política Maria do Carmo Campello de Souza (1936-2006), que procurou compreender elementos de formação e crise partidária anteriores ao golpe civil-militar de 1964.

ACERVO TSE

Cartaz do Festival Primeiro Voto, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de incentivar os jovens a tirar o título de eleitor, em 2024. A participação dos jovens nas eleições pode ser tema de estudo da ciência política.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ciências sociais

As ciências sociais reúnem uma série de conceitos e teorias, técnicas de pesquisa e procedimentos metodológicos específicos.

O **curso superior de ciências sociais** é destinado aos estudantes que se interessam pela formação humanística e desejam aprofundar o pensamento crítico e analítico para compreender os problemas da sociedade contemporânea. Os cursos mesclam disciplinas teóricas, palestras e conferências com aulas de práticas de pesquisa utilizando metodologias diversas, que vão do trabalho de campo ao uso de *softwares* de análise de dados estatísticos. Nessa carreira, as atividades práticas acadêmicas, como iniciação científica, são fundamentais na formação do cientista social.

Espera-se que o curso possa preparar o recém-formado para realizar uma série de atividades, como: levantamento de dados quantitativos e qualitativos; análise de dados estatísticos; investigação etnográfica; formulação de políticas públicas; elaboração de estudos acadêmicos; divulgação e transmissão do conhecimento; participação em congressos, conferências e encontros; levantamento bibliográfico; revisão de conceitos e teorias; e produção científica.

Instituições de Ensino Médio e Superior, centros de pesquisa, órgãos destinados à formulação de políticas públicas, consultorias públicas, urbanas e ambientais, organizações internacionais, organizações de sociedade civil e institutos de levantamento de dados e pesquisa de mercado são os principais campos de atuação dos profissionais dessa área.

É interessante saber, também, que as ciências sociais têm sido um campo do conhecimento fundamental para o fortalecimento da luta contra as desigualdades e a favor dos direitos das minorias sociais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há uma crescente participação de indígenas no Ensino Superior, e muitos buscam o curso de antropologia como forma de obter apoio em suas lutas. Em 2020, por exemplo, foi criada a Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos, com o objetivo de facilitar a integração do conhecimento acadêmico aos movimentos indígenas.

Se você se interessa por esses temas, busque conhecer outros objetos de estudo das ciências sociais e a forma como elas ajudam a promover sociedades mais justas e inclusivas.

RONNY SANTOS/FOLHAPRESS

Lilia Schwarcz, professora de antropologia no curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo, durante palestra na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociologia para além da academia

As ciências sociais se constituíram no interior das universidades, baseadas no desenvolvimento de teorias e pesquisas empíricas para compreensão da realidade social.

Alguns cientistas sociais defendem a ideia de que a ciência deveria ficar restrita à academia, com a produção em universidades e institutos de pesquisa e o debate entre pesquisadores.

No entanto, há cientistas sociais que entendem que, por estudar a vivência das pessoas em seu cotidiano, as ciências sociais devem ser mobilizadas a serviço da sociedade, seja por meio do planejamento de ações para promover melhores condições de vida aos seres humanos, seja pela atuação direta na sociedade em busca de soluções para os problemas.

O sociólogo inglês radicado nos Estados Unidos Michael Burawoy identificou, ainda no século XX, a possibilidade de a sociologia servir tanto o público acadêmico como o extra-acadêmico, sem deixar de lado a produção de novas teorias e conceitos nem a popularização desse conhecimento para o público geral. Assim, os sociólogos podem tanto se envolver com a produção e o desenvolvimento de pesquisas e seu desdobramento em novas teorias como comprometer-se com grupos sociais, utilizando o conhecimento produzido nas pesquisas para auxiliá-los na resolução de problemas.

A análise feita por Burawoy resultou na identificação de quatro linhas de trabalho sociológico ou formas de produção e uso do conhecimento sociológico: **sociologia profissional**, **sociologia crítica**, **sociologia para políticas públicas** e **sociologia pública**.

As duas primeiras voltam-se ao trabalho de pesquisa e à reflexão sobre a sociologia e as teorias e conceitos que ela produz. Seu público é acadêmico e sua aplicação é dirigida ao estudo da sociedade e da sociologia como ciência capaz de produzir conhecimento sobre a sociedade. Vamos conhecer um pouco mais sobre as duas últimas.

Sociologia para políticas públicas

Essa linha de trabalho é voltada para a resolução de problemas originados de demandas da sociedade e envolve organizações públicas e privadas. O conhecimento sociológico, dessa forma, é reconhecido pela comunidade e torna-se importante ferramenta para construir uma sociedade mais justa.

No entanto, é preciso cautela. A sociologia para políticas públicas pode se tornar útil na manutenção de posturas antiéticas ou de comportamentos nocivos caso os pesquisadores se deixem influenciar pelos interesses dos "clientes" que encomendam as pesquisas e busquem chegar aos resultados por eles almejados. Para evitar esse problema, os estudos devem ser feitos com rigor científico, mesmo que a pesquisa tenha sido contratada ou que a demanda seja específica. Só assim as ciências sociais servirão de ferramenta para soluções de problemas sociais.

WILSON MELO/FOLHAPRESS

Florestan Fernandes em passeata de estudantes em apoio à greve de professores e funcionários de escolas públicas, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1988. O sociólogo atuou nos debates que fundamentaram a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sociologia pública

Nessa área, os sociólogos devem estar atentos às demandas sociais e, como produtores de conhecimento sobre a vida coletiva e integrantes da sociedade, agir em favor da construção de uma comunidade democrática.

Imagine que você é um sociólogo que estuda um movimento social de luta por moradia e que, em sua pesquisa, busca identificar as estratégias utilizadas pelo movimento para reduzir o déficit habitacional, ou seja, o número de pessoas que não possui moradia ou vive em moradias inadequadas. Em seus estudos, você verifica que as estratégias do movimento não resultam em melhoria de vida para as pessoas sem moradia e, inclusive, dificultam o acesso da população às políticas de habitação social.

O resultado de sua pesquisa é importante para que o movimento possa rever suas práticas e promover formas de melhorar o acesso das pessoas à habitação. No entanto, você utilizou os resultados apenas para escrever alguns artigos científicos, divulgando o conhecimento produzido somente entre os leitores de seus artigos, ou seja, entre pessoas que, como você, estudam esses movimentos. Você não levou os resultados de sua pesquisa ao conhecimento do movimento, o que impossibilitou a revisão das práticas por esse grupo de pessoas, além de acabar favorecendo a manutenção delas na antiga condição.

Nesse exemplo, sua pesquisa de fato cooperou para o avanço do conhecimento científico acerca das estratégias utilizadas por determinado movimento social na luta por moradia; no entanto, ao permanecer restrita ao campo científico, ela não contribuiu para a resolução do problema.

Muitos sociólogos são questionados sobre esse aspecto, o que os leva a refletir: para que serve, então, o conhecimento sociológico? O conhecimento produzido na área da sociologia pública deve servir para avançarmos na solução dos problemas sociais e na redução das desigualdades. Nesse sentido, os profissionais dessa área interessam-se, sobretudo, em contribuir com análises críticas da sociedade por meio da prática política e social implicada nos problemas do cotidiano, com o suporte de pesquisas elaboradas com base em critérios científicos, ainda que suas preocupações extrapolem os limites acadêmicos.

Dica

Sociologia é um esporte de combate

Direção: Pierre Carles. França, 2001. 139 minutos.

Pierre Bourdieu foi um filósofo e sociólogo francês que transitou entre o espaço recluso da academia e os diversos palcos da luta política. Por meio de cenas cotidianas da vida de Bourdieu, o documentário apresenta reflexões sobre a relação entre a teoria e a prática sociológica. As questões apresentadas podem ajudar na análise do conceito de sociologia pública.

Classificação indicativa de *Sociologia é um esporte de combate*: 12 anos.

LÉLIA GONZALEZ DISCURSA EM ATO PÚBLICO/ARQUIVO JANUÁRIO GARCIA/ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Lélia Gonzalez discursando no Primeiro Ato Público do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 1978. A antropóloga destacou-se por sua produção teórica sobre as desigualdades de raça e gênero e atuou ativamente em grupos de resistência à ditadura civil-militar e de combate ao racismo no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PATRÍCIA SANTOS/FOLHAPRESS

Herbert de Sousa, o Betinho, em campanha contra a fome na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 1997. O sociólogo destacou-se na luta contra a fome e, em 1993, fundou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, importante organização da sociedade civil que atua no combate à fome e à pobreza extrema no Brasil.

Aplicação na vida cotidiana

Retome o exemplo de sua pesquisa como sociólogo: com os resultados obtidos na pesquisa sobre as estratégias do movimento social para reduzir o déficit habitacional, é possível ajudar o movimento a entender as próprias ações e a rever estratégias para construir meios de atuação mais efetivos. Você também compreende a importância de o movimento ter acesso ao estudo, pois considera que a habitação é um direito básico em uma sociedade democrática.

Ao compartilhar os resultados com o movimento e participar da elaboração de novas estratégias, você atua diretamente para melhorar o acesso das pessoas às políticas habitacionais. Assim, o conhecimento sociológico produzido torna-se de interesse público e contribui para a redução dos danos decorrentes de um problema social.

Talvez você não pretenda compartilhar seu estudo diretamente com o movimento, mas ainda assim deseja torná-lo de interesse público. Uma forma de conseguir isso é publicar artigos em veículos de comunicação de grande circulação, o que permite à população entender melhor tanto os movimentos quanto as políticas públicas de habitação. Isso demonstra que há diversas maneiras de tornar relevante e acessível o conhecimento produzido na área da sociologia e intensificar a atuação pública do sociólogo.

A sociologia para além do centro

Os sociólogos e, de modo geral, os cientistas sociais desenvolveram seus métodos e **epistemologia** pela ótica da Europa continental. Em ciências humanas, chamamos de epistemologia o ramo de pesquisa dedicado a refletir e a analisar a natureza do conhecimento e as possibilidades de construção do pensamento científico. Os principais conceitos, métodos e correntes teóricas das ciências sociais, até algumas décadas atrás, eram estudados com base em autores clássicos, que elaboraram suas teorias na Europa no século XIX, como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Posteriormente, os desdobramentos desses estudos foram associados às teorias de pensadores franceses, britânicos e alemães, os quais, por sua vez, embasaram os trabalhos dos primeiros sociólogos sul-americanos, por exemplo. Pouco se sabia de autores produzindo fora desse eixo geográfico do conhecimento.

Ao longo do século XX, no entanto, esse cenário foi se alterando. Já nas primeiras décadas do século XXI foi possível vislumbrar diversas novas correntes de pensamento e formas de compreender a realidade social. Esse panorama recente teve como base propostas epistêmicas criadas em outros centros de poder econômico, como os Estados Unidos, e em nações emergentes ou em desenvolvimento que, de forma gradual, foram constituindo suas instituições de ensino e pesquisa e, assim, passaram a participar com mais frequência no debate científico global.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial

Desde o início do século XX, não é possível compreender o mundo apenas considerando a produção intelectual europeia. Isso porque o desenvolvimento das ciências e da sociologia no Ocidente tem relação direta com os processos coloniais e neocoloniais na América, na Ásia e na África.

Sem renunciar à leitura e à compreensão das teorias clássicas, os pesquisadores das ciências sociais precisaram considerar de forma diferenciada a realidade empírica, sobretudo em países do Sul global, como Brasil, Peru, África do Sul, Índia e Jordânia, por exemplo.

A expressão **Sul global** é utilizada nas ciências humanas em alusão às disparidades globais de poder e influência. Trata-se de uma noção que extrapola a localização geográfica, podendo abarcar tanto países do hemisfério sul como países do hemisfério norte que enfrentam desafios socioeconômicos e compartilham uma experiência de marginalização e subalternidade em relação aos centros de poder globais – o **Norte global** – similares aos de nações que passaram pelo processo de dominação colonial.

No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, formas diferentes de pensar a realidade social passaram a ser produzidas em nações do Sul global, justamente em decorrência do papel que esses países têm ocupado nas relações internacionais.

Durante o século XIX, as nações da América Latina tornaram-se independentes. Ao longo do século XX, povos da África e da Ásia conquistaram a emancipação política, desvinculando-se do domínio das metrópoles imperialistas europeias.

Apesar do fim da colonização formal, a lógica e o legado do colonialismo persistem na sociedade contemporânea. Em decorrência disso, a partir da metade do século XX, a expressão **pós-colonial** passou a ser utilizada, em sentido cronológico, para tratar do contexto posterior à independência das colônias da África e da Ásia, e, epistemologicamente, para fazer referência à produção teórica dedicada a analisar a herança do colonialismo sobre as narrativas e estruturas de poder.

Vale destacar que os **estudos pós-coloniais** não constituem uma corrente homogênea de pensamento, tampouco foram feitos ao mesmo tempo, mas têm em comum o olhar analítico de que a emancipação jurídico-política das colônias não extinguiu definitivamente a dominação, que continuou a ser exercida seja pela presença do racismo nas relações econômicas e sociais, seja pelo eurocentrismo que ainda orienta o imaginário social, denotando a permanência da condição periférica dessas nações.

Também com essa lente analítica constituiu-se, a partir do final da década de 1990, um movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico que ficou conhecido como **perspectiva decolonial**.

MERY GRANDOS HERRERA/AFP/GETTY IMAGES

Manifestantes derrubando a estátua de Cristóvão Colombo durante protesto em Barranquilla, na Colômbia. Fotografia de 2021.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Explique de que modo o evento registrado na imagem se relaciona com a crítica à dominação colonial.
2. Eventos como esse dividem a opinião de especialistas. Embora todos reconheçam a legitimidade dos protestos, alguns argumentam que as estátuas deveriam ser preservadas, pois constituem um patrimônio que representa a memória coletiva da população. Outros defendem o deslocamento delas para museus ou sua ressignificação, por exemplo, por meio de placas que problematizem os personagens representados. O que você pensa sobre isso? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Said e o orientalismo

Entre as produções teóricas mais proeminentes dos estudos pós-coloniais está a obra do intelectual palestino Edward Said (1935-2003). No livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de 1950, Said argumenta que a imagem que fazemos dos povos orientais não corresponde à realidade; trata-se de uma representação cultural construída.

Said dá o nome de **orientalismo** à maneira como o Ocidente, sobretudo a Europa, construiu uma visão distorcida e estereotipada que estabelece uma distinção homogeneizante entre "o Oriente", representado como exótico e primitivo, em contraste com "o Ocidente", caracterizado como racional, avançado e civilizado. Na análise do autor, o orientalismo opera como uma forma de dominação cultural e política, definindo e controlando, por meio de narrativas sobre os povos orientais, suas culturas e territórios.

Aplicando o raciocínio de quando pensamos na religião islâmica, por exemplo, não refletimos sobre o que é o islamismo, pois dele pouco sabemos, excetuando-se os estereótipos reproduzidos nos meios acadêmicos e culturais do Ocidente, sobretudo os de origem europeia.

Said nos faz refletir, portanto, sobre a necessidade de proceder a um deslocamento de perspectiva para perceber as nuances relacionadas à dominação colonial. Com base em sua obra, percebemos a necessidade de adotar uma postura pós-colonial a fim de reconhecer essas contradições.

Dica

Persépolis

Marjane Satrapi. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Nessa história em quadrinhos autobiográfica, a jovem iraniana Marjane Satrapi descreve sua trajetória desde a infância até o início da vida adulta. Tendo vivido a infância no Irã, a protagonista descreve o Oriente da perspectiva oriental. Ao mudar-se para a Áustria, durante a adolescência, ela enfrenta múltiplos desafios para lidar com um ambiente cultural diferente daquele ao qual estava acostumada.

Saiba mais

Os dados sobre o islamismo foram retirados de: RELIGIOUS Composition by Country, 2010-2050. **Pew Research Center**, 21 dez. 2022. Disponível em: https://www.pewresearch.org/religion/feature/religious-composition-by-country-2010-2050/. Acesso em: 16 maio 2024.

O crescimento de islamismo

O islamismo é uma das religiões que mais crescem no mundo e sua cultura vem sendo difundida em muitos países, inclusive no Brasil. Estudos divulgados pelo Centro de Pesquisas Pew, em 2022, demonstram que o islamismo é a segunda maior religião do mundo, sendo a Indonésia e a Índia os países com maior população muçulmana, contrariando os estereótipos difundidos na mídia, que relacionam o islamismo aos países do Oriente Médio. Esses dados revelam a importância da prática de alteridade para entender as diferenças do outro, sem estereotipá-lo.

LIFESTYLE PICTURES / ALAMY / FOTOARENA

Cena do filme musical *Aladdin*, produzido por Walt Disney Studios, 2019. Embora apresente avanços em relação a produções anteriores, o filme foi criticado pela generalização de diferentes culturas de povos que vivem no Oriente Médio e por reforçar o exotismo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fanon e a noção de epidermização da inferioridade

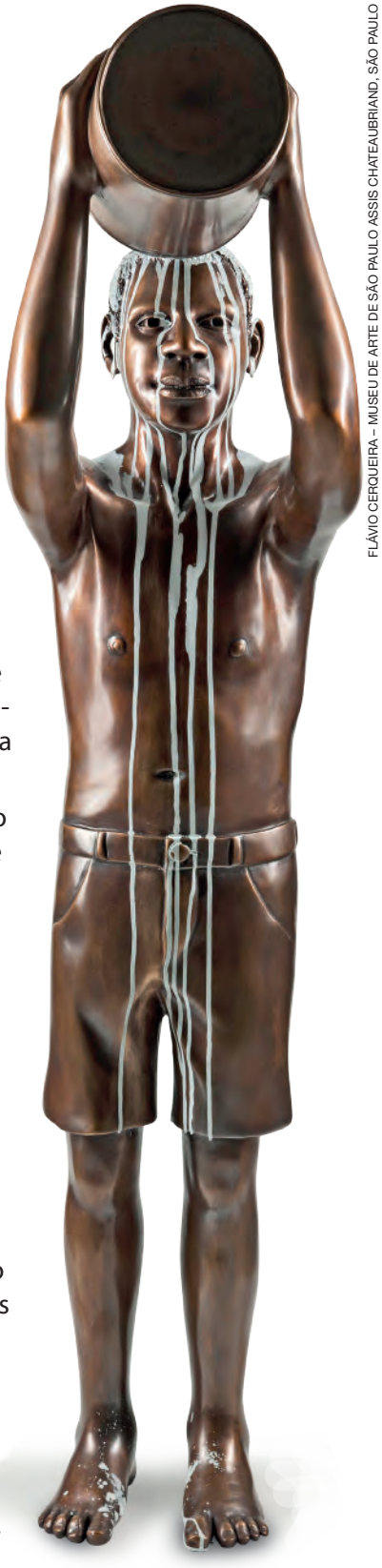
O psiquiatra e sociólogo martinicano Frantz Fanon (1925-1961), em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952, argumenta que a população negra habitante da Martinica, ilha no Caribe colonizada pela França, vivia recoberta pelo véu colonial. Na obra, o autor realiza uma interpretação psicanalítica que busca examinar as implicações traumáticas do colonialismo na população colonizada. Ele descreve que a população negra vivia um processo de interiorização de uma inferioridade associada à cor da pele – o que o autor chama de **epidermização da inferioridade** –, incutido, desde a infância, pela população branca. Embora fossem de ascendência africana, costumavam se autodepreciar por encararem a realidade pela lente da cultura francesa. Efeito psicológico violento do colonialismo, a epidermização da inferioridade deixa profundas marcas sociais na subjetividade dos indivíduos ao impor ao negro o esforço de fazer-se branco.

Quijano e a colonialidade do poder

Uma vez reconhecida a particularidade que as formas de pensar adquirem nas realidades pós-coloniais, pronunciam-se outros autores preocupados com a superação desse mal-estar imposto pela dominação, afirmando a necessidade de criação de novas epistemologias e do reconhecimento de saberes subalternizados para que os povos emergentes possam pensar de forma autônoma e em diálogo aberto com as teorias tradicionais.

É o caso de Aníbal Quijano (1928-2018). Em seus diversos escritos, esse sociólogo peruano desenvolveu o conceito de **colonialidade do poder**: estrutura de dominação que submeteu a América Latina, a África e a Ásia, reprimindo os saberes e os modos de produção de conhecimento locais e impondo o imaginário do colonizador europeu. Na análise do autor, essa estrutura molda as relações sociais contemporâneas, promovendo a continuidade do projeto colonial atualizado nos moldes do capitalismo neoliberal. A essa continuidade, Quijano dá o nome de colonialidade.

Para o autor, como contrapartida à colonialidade, é necessário que os pesquisadores adotem uma perspectiva teórica e prática decolonial: analítica em relação à realidade e autoanalítica no tocante às suas próprias formas de pensar. Dessa maneira, pesquisadores das ciências sociais precisam atentar para que suas lentes de interpretação da realidade não sejam constituídas com base na teoria dominante do outro, que no passado era justamente o colonizador. Com o pensamento decolonial, portanto, vem à tona a crítica das desigualdades resultantes da dominação.



FLÁVIO CERQUEIRA – MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Amnésia, escultura de Flávio Cerqueira, 2015.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que elementos compõem a obra *Amnésia*, de Flávio Cerqueira?
2. Analise a obra com base na teoria de Frantz Fanon.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Mulheres negras na ciência

A contribuição das minorias sociais

Ao longo do século XX, as chamadas minorias passaram a elaborar formas inovadoras de realizar estudos e pesquisas nas ciências humanas.

Nas ciências sociais, o termo **minoria social**, ou **minoria política**, é utilizado para fazer alusão a grupos de pessoas com características comuns que demarcam desigualdades nas relações de poder. Essas disparidades podem se manifestar em diversos aspectos, por exemplo: na garantia real de direitos civis (como o direito à vida e à expressão religiosa), políticos (como a possibilidade concreta de eleger-se) e sociais (como o acesso a oportunidades educacionais).

Vale atentar para o fato de que as minorias sociais não compreendem, necessariamente, **minorias numéricas**. Apesar de serem numericamente majoritárias na sociedade, as mulheres negras, por exemplo, estão sub-representadas no Congresso Nacional. Essa sub-representação em determinados espaços de poder leva a considerá-las uma minoria social.

Durante muito tempo, sobretudo nas nações colonizadas como o Brasil, a sociabilidade das mulheres estava majoritariamente restrita ao âmbito doméstico e privado. O espaço público era predominantemente ocupado por homens. O exercício do trabalho era comum apenas entre mulheres brancas pobres e mulheres negras, estas, muitas vezes, na condição de escravizadas.

A ampliação da atuação das mulheres no mercado formal de trabalho, assim como nos espaços de participação e representação políticas e nos círculos de produção intelectual e científica, é recente. O papel central do sexo masculino nas relações de poder é um fenômeno ligado ao processo de dominação política e, também, à fase inicial do capitalismo.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 5

O desenvolvimento do movimento feminista, desde fins do século XIX, possibilitou uma série de conquistas para mulheres e mostrou que o conhecimento produzido por elas pode realçar diversos aspectos da realidade empírica até então imperceptíveis aos homens. Afinal, só elas podem saber o que é ser mulher em um mundo de padrões majoritariamente masculinos.

Nesse sentido, as transformações resultantes das lutas políticas das mulheres contra o predomínio de relações com base nos interesses masculinos não só ajudaram a reduzir as injustiças sociais de gênero, como também contribuíram com novas formas de analisar a realidade, constituindo uma epistemologia feminista fundamental para a crítica dos problemas cotidianos entre os gêneros – do mundo do trabalho às relações afetivas.

EMMANUELE CONTINI/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Participantes de manifestação no Dia Internacional da Mulher, em Salvador, na Bahia. Fotografia de 8 de março de 2023. Na ocasião, as manifestantes reivindicavam, entre outros direitos, igualdade de gênero, equiparação salarial com os homens e proteção contra a violência doméstica e o feminicídio, que atinge principalmente as mulheres negras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O mesmo raciocínio se aplica à questão da diversidade sexual. Por exemplo, a população **LGBTQIA+** passa cotidianamente por experiências de preconceito e discriminação que uma pessoa **cisheterossexual** não vivencia. Portanto, suas perspectivas sobre a realidade social são bastante diferentes. Desse modo, a experiência de socialização sustentada por um sociólogo ou uma socióloga LGBTQIA+ pode enriquecer as possíveis compreensões acerca do tema.

No campo das discussões étnico-raciais, as ciências sociais também avançaram muito. É possível a mulher negra enxergar a realidade da mesma forma que a mulher branca? Um homem oriental vivencia o cotidiano do mesmo modo que outro de ascendência indígena? Provavelmente não, pois as diferenças étnico-raciais, assim como as de gênero e de classe, são indispensáveis para pensar a vida em sociedade. Um sociólogo negro que pesquisa relações étnico-raciais pode produzir métodos, análises e hipóteses que um pesquisador branco não elaboraria, porque cada um deles realiza a experiência social de forma muito diversa.

Interseccionalidade

A jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw construiu o conceito de **interseccionalidade** para analisar as formas de discriminação construídas pelo entrecruzamento das diversas formas de opressão e exclusão – como gênero, raça e classe – sofridas pelas minorias sociais e compreender como elas operam em dada situação social.

Ela elaborou esse conceito após conhecer a história de Emma DeGraffenreid, uma cidadã estadunidense que processou uma fábrica alegando que a recusa de sua candidatura a um emprego estaria relacionada ao fato de ela ser mulher e negra. A denúncia foi rejeitada pelo juiz, que argumentou que havia negros e mulheres trabalhando na fábrica.

Ao analisar a situação, Crenshaw verificou que havia homens negros na área de manutenção da fábrica e mulheres no escritório, mas nenhuma posição ocupada por mulheres negras. Essa análise revela, portanto, uma falha judiciária ao não reconhecer a violência específica enfrentada por mulheres negras devido à intersecção entre dois marcadores: raça e gênero.

Antes mesmo da difusão do termo *interseccionalidade*, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez destacava a importância de compreender de que forma as categorias sociais, como raça, gênero e classe, se entrelaçam e moldam a experiência das mulheres negras afro-latino-americanas.

LGBTQIA+: sigla que compreende pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, *queer*, intersexo e assexuais. O símbolo "+" indica outras identidades sexuais e de gênero que não estão explicitamente designadas na sigla. Na década de 2010, a sigla que faz referência à diversidade sexual e de gênero mudou significativamente, e segue em mudança, em resposta à crescente compreensão e ao reconhecimento das especificidades que atravessam os diferentes sujeitos dessa população.

Cisheterossexual: pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento (cisgênero) e que sente atração romântica ou sexual exclusivamente por pessoas do gênero oposto ao seu (heterossexual).

Dica

A urgência da interseccionalidade
TED Mulheres. Estados Unidos, 2016. 19 minutos.

Em uma das edições do *Ted Talks* – ciclo de palestras em que figuras públicas de referência em diferentes campos do conhecimento são convidadas a expor suas ideias –, a jurista Kimberlé Crenshaw descreve o fenômeno da interseccionalidade e analisa sua manifestação na sociedade.

MAURO AKIN NASSOR/FOTOARENA

Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Salvador, na Bahia. Fotografia de 2023. O aumento da visibilidade midiática e política da população LGBTQIA+ impulsiona a realização de pesquisas sobre a sociabilidade, as demandas sociais e as políticas públicas voltadas a essa população.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Repensando as ciências sociais

ODS 10

É bastante comum os cursos de ciências sociais no Ensino Superior ou a disciplina de sociologia no Ensino Médio iniciarem por aquilo que ficou conhecido como cânone, ou seja, um conjunto de teorias e autores considerados autoridades em determinado campo.

Na produção analisada nos anos iniciais dos cursos de sociologia, orientadora de muitos estudos e pesquisas no mundo todo, destacam-se trabalhos realizados no final do século XIX, por homens brancos e europeus, como Max Weber e Georg Simmel, e no século XX, por alguns sociólogos estadunidenses, como Robert Merton e Talcott Parson.

A presença de autores fora do Norte global no cânone é bastante reduzida, assim como a presença de mulheres, as quais figuram no campo da antropologia do século XX, como as estadunidenses Margaret Mead e Ruth Benedict.

No entanto, a produção teórica de países do Sul global – como da América Latina, da África e da Ásia – só foi apresentada como influenciadora do debate das ciências sociais em nível global após a década de 1950. Nesse período, sociólogos brasileiros, como Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, ganharam destaque pela produção sobre raça. Posteriormente, nos debates realizados pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram trabalhadas por pesquisadores como Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.

Atualmente, nota-se um movimento de decolonização do saber em curso, com a valorização de outras epistemologias, inclusive no Norte global. Epistemologias feministas, por exemplo, têm construído bases para a produção de conhecimento sociológico sobre as relações de gênero e sexualidade, entre outras.

Diante disso, faz-se necessário refletir sobre a formação das ciências sociais como campo científico e a incorporação desses saberes, bem como o papel que lhes cabe e a contribuição deles para construir uma ciência mais inclusiva e condizente com a realidade de sua produção.

Para refletir sobre isso, analise os textos a seguir. O texto 1 é um trecho de um artigo em que Lucas Amaral de Oliveira, professor do curso de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, comenta um livro produzido por dois professores de sociologia da Universidade Nacional de Cingapura, Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha.

Texto 1

Ainda não traduzido para o português, o livro de Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha é uma obra que instiga a repensar tanto a docência quanto o próprio cânone da sociologia. O livro consolida um movimento epistemológico que vem ganhando forma e força em espaços acadêmicos não hegemônicos – isto é, fora do eixo "euro-norte-americano". Trata-se de reler a tradição sociológica clássica de modo a atentar para os perigos das narrativas unívocas, que fizeram da experiência da "modernidade europeia" o único pano de fundo possível para o surgimento da disciplina. Paralelamente, os/as autores/as denunciam os traços de dependência acadêmica nos cursos de ciências sociais, posicionando-se em defesa de currículos e ementas que compreendam métodos, fundamentos, categorias e conceitos não euro e **androcêntricos**.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. A crítica do cânone e as sociologias alternativas. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 61, p. 424-425, 2020.

Androcêntricos: relativos a androcentrismo, tendência a assumir os comportamentos, pensamentos ou experiências associadas ao sexo masculino como padrões da sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O texto 2 é um verbete da *Enciclopédia de Antropologia*, obra virtual produzida por estudantes de ciências sociais da Universidade de São Paulo para difusão do conhecimento acadêmico. O verbete trata da vida e da obra de Davi Kopenawa, uma liderança intelectual, política e espiritual do povo Yanomami, grupo indígena que habita uma região que abrange o Amazonas, Roraima e parte da Venezuela. No trecho em destaque, é mencionada a obra *A queda do céu*, produzida em parceria entre Kopenawa e o antropólogo francês Bruce Albert.

Texto 2

Segundo Bruce Albert, a extraordinária combinação de ter vivido a infância imerso nos modos tradicionais de existência Yanomami, sua vasta experiência entre os brasileiros não indígenas e seu treinamento xamânico permitiram que Kopenawa desenvolvesse uma reflexão **cosmológica** original, apresentada em *A queda do céu*, sobre os elos entre o **fetichismo** de mercadorias característico das coletividades não indígenas, a destruição das florestas e as mudanças climáticas, assim como os desdobramentos patogênicos dessas intervenções nos corpos e no mundo, com base na **ontologia** Yanomami.

TADDEI, Renzo. Davi Kopenawa. **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2021. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/autor/davi-kopenawa. Acesso em: 16 maio 2024.

MARCO RAVAGLI/FUTURE PUBLISHING/GETTY IMAGES

Davi Kopenawa durante conferência em Roma, Itália. Fotografia de 2024. Desde 2020, ele é membro colaborador da Academia Brasileira de Ciências.

Atividades

Responda no caderno.

1. A teoria sociológica clássica, tomada como cânone da disciplina, considera as perspectivas de grupos de fora do eixo euro-norte-americano? Explique sua resposta e dê um exemplo com base na interpretação dos textos 1 e 2.
2. Reflita sobre a presença de indígenas, de negros e de mulheres no campo científico e argumente sobre a contribuição que esses grupos podem trazer para a construção de teorias e conceitos sociológicos.

Grafia dos nomes dos povos indígenas brasileiros

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas que vivem no Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada em 1953 na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia:

- com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, e opcional, quando usados como adjetivo.
- sem flexão de número ou de gênero.

Não estendemos esse padrão aos demais povos indígenas americanos e povos africanos.

Cosmológica: relativa à cosmologia, ou seja, ao estudo da origem e do desenvolvimento do universo.

Fetichismo: característica que reveste a mercadoria de um valor construído nas relações sociais, ocultando o real valor da mercadoria e impedindo o reconhecimento do trabalho humano em sua produção.

Ontologia: ramo da filosofia que estuda a natureza do ser, da sua existência e a da realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Leia os textos 1 e 2 e faça o que se pede.

Texto 1

É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. p. 11.

Texto 2

Estudantes da Universidade Federal de Lavras (UFLA) fizeram um "saiaço" nesta quinta-feira depois que um aluno foi barrado de entrar de saia na instituição. Vestindo saias e com cartazes, eles pararam o trânsito na entrada da universidade e questionaram a ação de guardas, que barraram o aluno. [...]

"A pessoa veio fora de um padrão considerado por ele [o segurança] razoável observando as normas e, portanto, ele de uma forma extremamente cortês considerou que aquilo ali não era uma vestimenta adequada", disse o reitor [da universidade] [...].

ESTUDANTES fazem "saiaço" após aluno ser impedido de entrar na UFLA. **G1**, Minas Gerais, 5 maio 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/05/estudantes-fazem-saiaco-apos-aluno-ser-impedido-de-entrar-na-ufla-em-mg.html. Acesso em: 24 nov. 2023.

a. Identifique o conceito apresentado no texto 1 e explique sua importância para a sociologia.

b. Analise a notícia apresentada no texto 2 com base no conceito abordado no texto 1.

2. O sociólogo Marcelo Medeiros tem se dedicado aos estudos sobre desigualdade no Brasil. Com base no conhecimento resultante de pesquisas sociológicas, Medeiros defende, no excerto a seguir, a ideia de que, no planejamento de qualquer política pública, é preciso considerar a contribuição que ela terá para o combate à desigualdade. Analise o texto e redija um parágrafo indicando as possibilidades de uso do conhecimento sociológico e os cuidados necessários para o enfrentamento de problemas sociais.

A preocupação com a desigualdade tem de estar presente em todas as políticas. Essa é a ideia. É algo tão disseminado que todas as políticas têm de prestar a atenção na desigualdade. Quando a gente define, por exemplo, o subsídio para as empresas, temos de parar e perguntar: quem vai ganhar mais e quem vai perder com isso? Quando a gente decide nossa política monetária, temos de fazer uma pergunta o tempo inteiro: quem são os vencedores e quem são os perdedores desse jogo? Em outras palavras, a ideia é pensar todas as políticas como sendo políticas sociais, porque toda política tem impacto social.

MEDEIROS, Marcelo. Desigualdade no Brasil não se resolve só com educação e taxas sobre grandes fortunas, diz sociólogo. [Entrevista cedida a] Luiz Guilherme Gerbelli. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 144, n. 47494, 30 out. 2023. Economia, p. B2.

3. Com base no que você estudou sobre a sociologia pública, conceituada por Michael Burawoy, leia as afirmações a seguir e, no caderno, avalie as que estão corretas e incorretas, redigindo um breve comentário acerca de cada uma delas.

a. A sociologia pública foi fundamental para a afirmação do saber sociológico como ciência no século XIX, por meio da compreensão da sociedade e da produção de subsídios para que organizações trabalhassem em prol do desenvolvimento social.

b. As políticas públicas foram inseridas no debate sociológico por meio da consolidação do conceito de sociologia pública, cujo principal objetivo é observar problemas sociais latentes para formular soluções a serem aplicadas pela iniciativa governamental.

c. Para Burawoy, o sociólogo, como produtor de conhecimento sobre a sociedade, tem o dever de agir em favor da construção de uma sociedade democrática, estando atento às demandas sociais da vida coletiva.

d. A principal função do saber sociológico é compreender o mundo. Para que isso seja feito de forma competente, é necessário ao pesquisador reconhecer sempre a importância de separar teoria de prática e distanciar-se da realidade social.

e. A sociologia e o processo do saber sociológico estão integralmente voltados para a construção de um mundo diferente, de modo que na base de suas ferramentas, conceitos e teorias está uma lógica que se constitui em prol da luta política.

4. O texto a seguir aborda programas geradores de imagem por meio de inteligência artificial. Analise-o com base nas ideias de Edward Said. Depois, discuta com os colegas formas de solucionar o problema levantado pelo texto.

Em documentos divulgados recentemente, a companhia rival [...] afirmou que seu mais recente gerador de imagens [...] exibe "uma tendência para um ponto de vista ocidental" com imagens que "representam desproporcionalmente indivíduos que parecem brancos, do sexo feminino e jovens". [...] À medida que as imagens sintéticas se espalham pela web, elas podem dar nova vida a estereótipos ultrapassados e ofensivos,

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

codificando ideais abandonados sobre tipo de corpo, gênero e raça no futuro da criação de imagens.

CHEN, Szu Yu Chen; TIKU, Nitasha; SCHAUL, Kevin. Entenda como os sistemas de IA se apoiam em vieses e disseminam estereótipos nos EUA. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 144, n. 47500, 5 nov. 2023. Link, p. B8.

5. **Você costuma acompanhar filmes, séries, histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos ou outros elementos que contenham personagens orientais? Como esses personagens são representados? Essa forma de representação ajuda a reforçar estereótipos?**

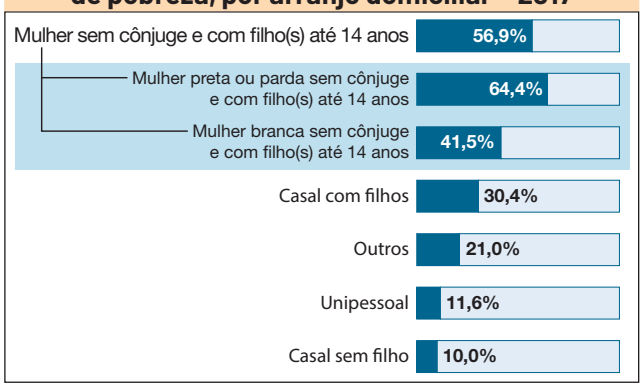
6. **(Enem-MEC – adaptada)**

Texto 1

Interseccionalidade: intercruzamento de desigualdades que gera padrões complexos de discriminação.

Texto 2

Brasil: proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, por arranjo domiciliar – 2017



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: Disponível em: www.agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 2 dez. 2018.

Considerando o conceito apresentado no texto 1 e os dados apresentados no texto 2, no Brasil, são fatores que intensificam o fenômeno da discriminação:

a. Raça e gênero.

b. Etnia e habitação.

c. Idade e nupcialidade.

d. Profissão e sexualidade.

e. Escolaridade e fecundidade.

7. **Leia um trecho da obra *Quarto de Despejo*, escrita em formato de diário por Carolina Maria de Jesus.**

13 de maio Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpatico para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

[...]

[...] Choveu, esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetaculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. p. 30-32.

Esse trecho foi escrito em 1958, setenta anos após a abolição da escravatura. Com base no que você aprendeu a respeito da perspectiva decolonial, redija um comentário analítico sobre ele.

8. **Analise os textos a seguir para redigir um texto dissertativo-argumentativo sobre o racismo na atualidade. Nesse trabalho, você pode se basear nos conceitos de epidermização, de Frantz Fanon, de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, e de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano.**

Texto 1

Conselheiro da OAB-DF (Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal), o advogado Nauê Bernardo afirmou hoje que foi confundido por um segurança do STF (Supremo Tribunal Federal) com um motorista.

"Chegar no Supremo de carro bom e ser confundido com motorista: *check*. Para a galera branca do 'meu avô é negro': bora trocar de pele um dia só. Eu vou me vingar disso destruindo na sustentação oral, é meu compromisso", disse Nauê por meio de seu perfil [em uma rede social].

RIBEIRO, Weudson. Advogado negro diz ter sido confundido com motorista por segurança do STF. **UOL**. 29 mar. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/03/29/advogado-negro-diz-ter-sido-confundido-com-motorista-por-seguranca-do-stf.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

Texto 2

A professora e historiadora Luana Tolentino viralizou nas redes sociais após relatar um caso de racismo sofrido em Belo Horizonte. [...]

Hoje uma senhora me parou na rua e perguntou se eu fazia faxina.

Altiva e segura, respondi:

– Não. Faço mestrado. Sou professora. [...]

No imaginário social está arraigada a ideia de que nós negros devemos ocupar somente funções de baixa remuneração e que exigem pouca escolaridade. Quando se trata das mulheres negras, espera-se que o nosso lugar seja o da empregada doméstica, da faxineira, dos serviços gerais, da babá, da catadora de papel.

BASILIO, Ana Luiza. Você faz faxina? Não, faço mestrado. Sou professora. **Carta Capital**, 20 jul. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/voce-faz-faxina-nao-faco-mestrado-sou-professora/. Acesso em: 16 maio 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Autoteste

Muitos estudantes já tiveram a experiência de estudar fazendo uma prova para si mesmos, ou seja, elaborando questões que, mais tarde, serão resolvidas como método de estudo.

A técnica conhecida como autoteste pode ser eficiente se aplicada da maneira correta. Para que ela funcione adequadamente, há dois desafios: o primeiro consiste em selecionar os tópicos ou assuntos que devem receber maior atenção. O segundo tem a ver com o estabelecimento de uma rotina de estudos, já que o autoteste deve ser preparado com certa antecedência, podendo ser retomado em diversos momentos como preparação para uma avaliação, por exemplo.

Segundo o psicólogo estadunidense John Dunlosky, estudioso de estratégias de revisão, é essencial praticar o autoteste ao longo de alguns dias, e não apenas algumas horas antes da prova. Ele nomeia essa rotina de "prática distribuída".

EDUARDO MEDEIROS/FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL

Registro fotográfico do espetáculo *Yebo* (2010), de Gumboot Dance Brasil, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2022. A repetição é uma aliada para a retenção da informação. Por isso, artistas repetem muitas vezes os fundamentos de sua arte durante os ensaios de preparação para um espetáculo, como os dançarinos ao ensaiar uma coreografia.

Elaborando um autoteste

O primeiro passo para colocar a estratégia em prática é acompanhar a aula com atenção para perceber quais temas têm recebido maior destaque. Anotar esses tópicos pode ser útil para orientar o próximo passo: a leitura.

Sabendo quais são os tópicos mais relevantes de um conteúdo, leia o texto disponível para estudo. Identifique os conceitos e ideias que estão descritos e, em seguida, elabore as perguntas que vão compor o autoteste.

Anote as respostas em uma folha avulsa. Se preferir, faça cartões com a pergunta em uma face do papel e a resposta no verso. Outra possibilidade é explorar algumas plataformas digitais gratuitas que permitem a elaboração de questionários.

Por fim, estabeleça um cronograma de estudos, repetindo a realização do autoteste várias vezes ao longo de alguns dias.

Durante as aulas, em um momento oportuno para esclarecimento de dúvidas, apresente o autoteste ao professor e solicite que ele indique aspectos a serem aprimorados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Um exemplo no estudo de sociologia

Leia o texto a seguir, que trata da sociologia como campo de estudo.

> A sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. É uma atividade fascinante e instigante, pois seu tema de estudo é o nosso próprio comportamento como seres sociais. O âmbito da sociologia é extremamente amplo, variando da análise de encontros passageiros entre indivíduos nas ruas à investigação de relações internacionais e formas globais de terrorismo.
>
> A maior parte das pessoas entende o mundo em função das características que nos resulta familiares em nossa própria vida – família, amizades e trabalho. Porém, a sociologia demonstra a necessidade de adotar uma visão muito mais ampla de nossas vidas para explicar por que agimos como agimos. Ela nos ensina que aquilo que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não ser, e que as coisas que consideramos como normais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais. Entender as maneiras sutis, porém complexas e profundas, em que nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é básico para a perspectiva sociológica.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 19.

Agora, leia as perguntas e as respostas a seguir. Elas foram elaboradas com base no texto; porém, em uma situação real, poderiam ter sido enriquecidas com as informações obtidas durante as aulas.

1. O que a sociologia estuda?

Resposta: a sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. Seu tema de estudo é o nosso comportamento como seres sociais.

2. Qual é a amplitude do objeto de estudo da sociologia?

Resposta: o âmbito de estudo da sociologia é caracterizado como extremamente amplo, variando da análise de encontros passageiros entre indivíduos nas ruas à investigação de relações internacionais e formas globais de terrorismo.

3. O que podemos aprender ao estudar sociologia?

Resposta: a sociologia nos ensina que aquilo que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não o ser, e que as coisas que consideramos naturais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais.

Responda no caderno.

Agora é a sua vez!

Monte um autoteste sobre um dos assuntos estudados no capítulo 1.

1. **Procure estabelecer quais são os tópicos mais importantes dentro do assunto escolhido. Lembre-se de que, para identificar esses tópicos, devemos estar atentos às aulas.**
2. **Leia o texto que trata do assunto escolhido.**
3. **Elabore questões sobre os tópicos a serem estudados.**
4. **Em uma folha à parte, escreva as respostas para as questões elaboradas.**
5. **Organize um cronograma de estudos, planejando a realização e a repetição do autoteste.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 2

O conceito de cultura

Cultura é um termo polissêmico. Isso significa que ele não tem apenas uma definição e, portanto, compreendê-lo depende de uma variedade de conhecimentos sobre aspectos objetivos e subjetivos relacionados à existência humana e à vida coletiva.

Neste capítulo, o conceito de cultura será abordado em suas múltiplas dimensões pela perspectiva das ciências sociais e, mais especificamente, com base nas proposições de uma ciência que, desde o final do século XIX, deteve-se ao estudo dos fenômenos culturais: a antropologia.

Como você estudou no capítulo 1, a antropologia é uma ciência dedicada à análise de diferentes formas de vida, organização, crenças, costumes e instituições que caracterizam as diversas sociedades. A despeito das imensas diferenças no modo de ser, pensar e agir entre um indígena mapuche no Chile e um nuer no Sudão do Sul, há um aspecto partilhado: ambos são seres humanos. Compreender essa diversidade e, ao mesmo tempo, o que nos torna únicos como seres sociais é um dos objetivos da antropologia.

Inicialmente, você vai refletir sobre uma questão fundante da antropologia – as aproximações e os distanciamentos entre a cultura e a natureza – para, em seguida, analisar os aspectos relacionados à diversidade e à dinâmica da cultura.

Após compreender as circunstâncias históricas da elaboração do conceito e as múltiplas definições que ele adquiriu com o passar dos séculos, você perceberá que não existe apenas uma cultura, mas sim culturas plurais, e que seus processos e dinâmicas só podem ser compreendidos com base na análise dos mitos, dos ritos, das relações e interações, bem como das dinâmicas de poder e dominação.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Mulher servindo arroz e galinha caipira com cuxá, no quilombo Soledade, em Caxias, no Maranhão. Fotografia de 2014. Os hábitos alimentares são um aspecto da cultura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Natureza e cultura

O que é viver em sociedade? Por que agimos da forma como agimos? Essas são algumas questões que as ciências sociais procuram responder. Embora estudiosos de outros campos do conhecimento, como a biologia e a psicologia, também se dediquem a analisar o comportamento humano, há uma especificidade na abordagem da antropologia: a análise das maneiras como os contextos culturais moldam as ações humanas.

Enquanto os biólogos exploram aspectos fisiológicos e genéticos do comportamento e os psicólogos investigam processos mentais individuais, os antropólogos direcionam seu foco para o estudo das influências das normas culturais em nossa maneira de ser, pensar e agir.

Para refletir sobre isso, vamos analisar uma prática cotidiana com a qual você deve estar familiarizado: a alimentação.

Da fome à vontade de comer

Como você sabe quando quer comer? Os estudiosos do cérebro, como um médico neurologista ou um neurocientista, podem explicar que, quando uma pessoa sente fome, ocorre no corpo dela um processo fisiológico no qual os neurônios transmitem uma mensagem que indica a necessidade do organismo de obter energia via alimento. Essa explicação é fundamentada por pesquisas que mapeiam a atividade cerebral, submetendo seres humanos e de outras espécies animais a experimentos científicos.

Dessa forma, é possível argumentar que somos, em parte, levados a comer por **instinto** – um impulso interior, inato, que estimula a execução de determinadas sequências de ações para a sobrevivência. Afinal, para viver é preciso se alimentar.

Os sistemas de significado

Embora comer seja uma ação necessária para que o corpo funcione, a alimentação tem um aspecto social, pois está ligada a **elementos simbólicos**, isto é, ainda que o ato de comer seja comum a todos os agrupamentos humanos, as formas de realizá-lo variam de sociedade para sociedade. O que, onde, quando, de que forma e com quem comemos (ou deixamos de comer) é aprendido e transmitido por meio das relações sociais, expressando significados partilhados.

O aspecto social dos hábitos alimentares pode ser observado por meio da análise da lógica simbólica que, em diferentes sociedades, categoriza os animais em comestíveis e não comestíveis. No Brasil, enquanto o consumo de carne de cachorros e gatos é moralmente condenável, a ingestão de carne bovina é aceitável e compõe a alimentação de muitas famílias.

A facilidade de encontrar um estabelecimento no Brasil que sirva uma refeição com carne bovina não se verifica em outros lugares do mundo: na maior parte dos estados da Índia, por exemplo, esse consumo é proibido por lei. A vaca é considerada um animal sagrado pelo hinduísmo, e o consumo de sua carne constitui uma interdição alimentar. Assim, o critério de comestibilidade animal não deriva de um aspecto nutricional ou fisiológico, e sim de um processo de significação coletiva.

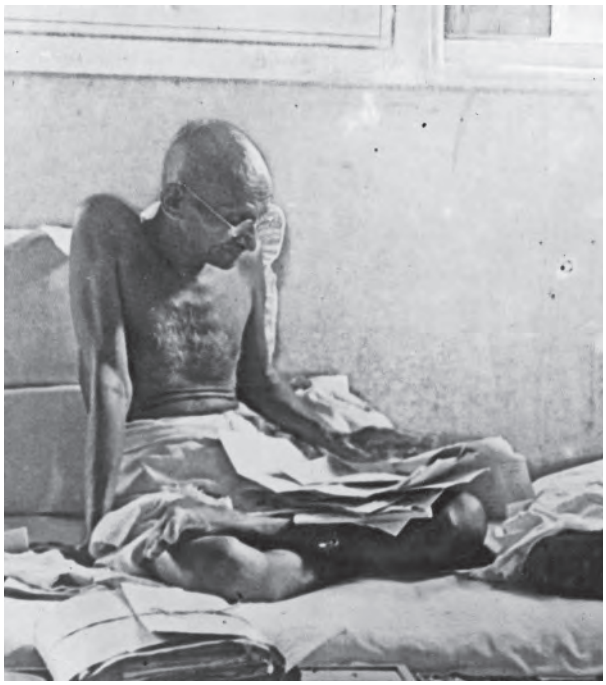
É também em grupo que o ser humano, por ser dotado de consciência e linguagem, partilha do significado de símbolos que animam a vida para além das necessidades orgânicas. A vida nas sociedades tem, portanto, uma **dimensão simbólica** que classifica, organiza e nomeia seus pares e as coisas do mundo.

NARINDER NANU/AFP VIA GETTY IMAGES

Ritual de adoração a um bezerro durante um festival hindu em Amritsar, na Índia. Fotografia de 2022. Segundo o mito que fundamenta a cultura hindu, as vacas são animais sagrados. Por isso, para o hinduísmo há restrição ao consumo de carne bovina.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

KEYSTONE/GETTY IMAGES



Líder da luta pela independência da Índia, Mahatma Gandhi, enquanto fazia greve de fome em protesto contra o domínio britânico, em Pune, na Índia. Fotografia de 1933. Contrariando as necessidades biológicas, a greve de fome denota um aspecto simbólico presente nas práticas de alimentação humana.

As necessidades fisiológicas e as construções sociais

O caráter social das práticas alimentares também pode ser notado na intencionalidade do não comer. Se a ingestão de alimentos é uma necessidade humana de sobrevivência, o impulso instintivo impossibilita explicar as situações em que, na contramão da necessidade biológica de comer, indivíduos decidem não se alimentar. É o caso da greve de fome por motivações políticas, uma estratégia de pressão que consiste na interrupção intencional da ingestão de alimentos. O emprego desse tipo de prática – mesmo com riscos de degradação do corpo – evidencia o fato de que, na espécie humana, comer transcende a necessidade fisiológica de se alimentar.

Como hábito aprendido, o desejo de comer não é impulsionado apenas pelas necessidades fisiológicas, mas também por **construções sociais**. Nesse sentido, a maneira como nos alimentamos pode incentivar a vontade de comer. Isso envolve, por exemplo, os diferentes rituais utilizados no preparo das refeições, os utensílios usados para comer (pratos, cumbucas, talheres, *hashis*) e o modo de dispor e consumir as refeições (em cadeiras e mesas, no chão, em movimento etc.). Nesse sentido, a alimentação tem valor simbólico como parte das atividades sociais cotidianas, abrangendo hábitos, gostos, técnicas e ritos. Por isso, muitas vezes, o ritual de comer torna-se mais importante do que a demanda por saciar a fome. Isso é notável nas situações de preparo e consumo de pratos para ocasiões especiais, cuja celebração envolve rituais.

Nas festas de aniversário realizadas no Brasil, por exemplo, é comum haver um bolo, em torno do qual se homenageia o aniversariante cantando a canção "Parabéns a você". Nesse rito, muitas vezes, a primeira fatia do bolo é servida a uma pessoa querida do aniversariante. Nessas ocasiões, o consumo do bolo não deriva da fome. Na realidade, trata-se de uma demonstração de agradecimento ao aniversariante pelo gesto de dádiva que compõe o ritual.

Nos restaurantes, é comum a apresentação de pratos especiais, com cores e aromas que variam de acordo com o empenho de *chefs* de cozinha, dedicados a inovar, não só para saciar a fome dos clientes, como também para cativá-los ou instigá-los a comer mais prazerosamente.

Dessa forma, torna-se mais fácil compreender que o ato de comer na sociedade contemporânea vai muito além da saciação da fome para preservar a vida.

Saiba mais

Instinto ou construção social?

Na análise das ciências sociais, muitos aspectos da vida humana que parecem inatos ou biologicamente determinados são, na verdade, construções sociais. Além do ato de comer, outro exemplo contemporâneo é a noção muito disseminada na sociedade ocidental de "instinto materno": uma predisposição biológica que condicionaria o comportamento das mães em relação a seus filhos. Para a antropologia, o papel social da mãe e as expectativas em relação à maternidade são construções sociais, que variam de sociedade para sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A imaginação sociológica

Podemos afirmar que os cientistas sociais, diferentemente dos neurologistas e dos neurocientistas, não são estudiosos das questões relacionadas à biologia e à fisiologia humanas. Sem negar essas questões, os cientistas sociais se debruçam sobre o estudo da cultura e, no exemplo que utilizamos, podem, assim, estudar as condições sociais relacionadas à fome e à vontade de comer.

Na abordagem de um cientista social, o ato de comer – que pode aparentar ser uma ação fisiológica e trivial – constitui um terreno fértil para a compreensão da sociedade. A análise da alimentação de determinada sociedade nos permite compreender a estrutura da vida cotidiana, bem como as relações de poder, os mecanismos de distinção e as formas de estratificação social. Ao se alimentar, o ser humano encontra-se emaranhado em uma complexa rede de relações sociais e econômicas. Tudo isso integra a cultura e é, portanto, de interesse das ciências sociais.

A esse exercício de observar um fato ou situação que parece dizer respeito à singularidade de um indivíduo para então analisá-lo de maneira mais ampla, a fim de compreender as estruturas sociais, o sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962) deu o nome de **imaginação sociológica**.

No trecho a seguir, o teórico explica esse conceito.

> A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos, permitindo-lhes levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. [...]
>
> O primeiro fruto dessa imaginação – e a primeira lição da ciência social que a incorpora – é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se **cônscio** das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele. [...] todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969. p. 11-12.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Identifique uma característica da imaginação sociológica citada no texto de Charles Wright Mills.**
2. **Qual é, segundo o texto, a primeira lição da ciência social que incorpora a imaginação sociológica?**

Cônscio: consciente.

BRUNA PRADO/GETTY IMAGES

Pessoas comprando e vendendo alimentos em feira livre na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2020. Quem produziu esses alimentos? De que modo eles são vendidos? Em que situações eles são consumidos? Qualquer pessoa pode ter acesso a eles? Ao propor questões como essas, por meio de uma simples compra, é possível investigar estruturas de uma sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em busca de uma definição de cultura

O sentido do termo *cultura* varia de acordo com o contexto em que ele é usado. Para pensar mais sobre ele, atente às seguintes proposições:

1. Um agricultor prepara a terra, ara, semeia, cuida do crescimento das plantas e realiza a colheita de alface. É possível dizer que esse sujeito se dedica à cultura de hortaliças.
2. Um professor de história analisa processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em diferentes tempos, examinando fontes e explicando conceitos. É possível considerar que ele é um sujeito culto, ou seja, alguém com muita cultura.
3. Em uma mesa de café da manhã em Salvador, na Bahia, são servidos tapioca, cuscuz, aipim e carne de sol. Já na capital paulista, as pessoas costumam comer um pão com manteiga e beber café com leite. A depender da cultura local, portanto, os ingredientes do café da manhã e até o nome desses ingredientes podem mudar.

No primeiro exemplo, a palavra *cultura* faz referência ao ato de cultivar na terra. No segundo, refere-se ao fato de o professor apresentar conhecimento institucionalmente legitimado na área em que atua. No terceiro, demarca diferenças nos hábitos alimentares de grupos humanos que habitam as diversas regiões do país.

Como é possível notar nesses exemplos, a palavra *cultura* pode apresentar diferentes significados. No entanto, mesmo nesses três casos, a cultura no sentido em que é concebida pelas ciências sociais pode ser percebida de forma sutil.

O agricultor tem um saber-fazer, ou seja, um conjunto de conhecimentos, habilidades, técnicas e práticas aprendidas com alguém, provavelmente os pais e avós, para que a tarefa de cultivar seja bem-sucedida. O saber tradicional, passado de pai para filho, possibilita o cultivo e a coleta do alimento necessário à vida e constitui um patrimônio cultural imaterial.

No caso do professor, o conhecimento socialmente legitimado capaz de dar a ele o *status* social de homem culto constitui um capital cultural institucionalizado, adquirido nas instituições escolares, e que ele, por sua vez, transmite em suas aulas.

À mesa do café, manifestam-se gostos e hábitos alimentares, aprendidos pelos seres humanos ao longo da vida nos espaços de socialização.

A cultura, então, garante a transmissão das técnicas, do conhecimento e das formas de fazer e nomear as coisas, fundamentando o encontro entre as pessoas.

JUAN GABRIEL SOLER/CORTESIA MUSEU DA AMAZÔNIA

Cultivo de mandioca segundo o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, no Amazonas. Fotografia de 2020. Reconhecido como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN, o sistema constitui um saber-fazer de povos indígenas de 23 diferentes etnias pertencentes às famílias linguísticas Arawak, Maku e Tucano, que habitam os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos.

Dica

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br. Acesso em: 24 maio 2024.

O IPHAN é uma instituição pública que atua na proteção de bens culturais, sejam eles materiais (como monumentos, edifícios históricos, sítios arqueológicos e obras de arte), sejam imateriais (como tradições, festividades, conhecimentos e expressões culturais). No *site* da instituição, é possível navegar pelos bens patrimonializados e conhecer suas formas de salvaguarda.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sentidos antropológicos de cultura

Você já compreendeu que o termo *cultura* apresenta nuances. Agora, vai conhecer uma definição mais específica, percorrendo os caminhos trilhados pela antropologia.

Evolucionismo cultural

Um dos primeiros antropólogos a arriscar uma definição do conceito foi o britânico Edward Burnett Tylor (1832-1917), que, no texto *A ciência da cultura*, de 1871, apresentou uma acepção amplamente aceita por algumas décadas. Nas palavras de Tylor:

> Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido **etnográfico**, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura [1871]. *In*: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 31.

Etnográfico: relativo à etnografia, pesquisa antropológica composta de uma descrição densa acerca do grupo estudado.

Edward Tylor, junto a Lewis Morgan e James Frazer, foi um dos teóricos integrantes de uma corrente antropológica dominante no final do século XIX e hoje conhecida como **evolucionismo cultural**. Uma das questões que essa geração de antropólogos buscava responder era: como explicar a diversidade humana?

Inspirados pelos escritos do filósofo Herbert Spencer (1820-1903), os antropólogos evolucionistas postulavam que as diferenças entre os modos de vida dos grupos humanos evidenciavam a existência de distintos estágios históricos de um processo evolutivo, que avançava em direção à civilização.

Apesar de haver especificidades teóricas no pensamento de cada um desses autores, de modo geral, o evolucionismo cultural continha dois pressupostos básicos:

- haveria uma **unidade psíquica**, que caracterizaria a espécie humana;
- a espécie humana se desenvolveria seguindo uma **trajetória unilinear e ascendente**, composta de estágios sucessivos e obrigatórios, que iriam do modo de vida mais simples ao mais complexo.

Cada teórico interpretou à própria maneira a história da humanidade, sem que houvesse um acordo sobre a posição de cada sociedade nos degraus da escada evolutiva. Entretanto, apesar das discordâncias, todos partilhavam de uma noção de **progresso**, ou seja, pressupunham que as diferentes sociedades sempre avançavam em direção à civilização. Nesse sentido, no contexto da antropologia evolucionista, não havia "culturas", no plural, mas diferentes estágios evolutivos de uma única cultura: a **civilização**.

Nesse contexto, o "outro", ou seja, os povos não ocidentais, era percebido como um "museu vivo" da história humana, representando o que a sociedade ocidental teria sido no passado. Daí a razão de esses pesquisadores, como o inglês Lewis Morgan, terem classificado como "selvagens" e "bárbaros" os grupos cujas formas de vida eram diferentes da conhecida pelos europeus, que consideravam a própria cultura o padrão de civilização.

Responda no caderno.

Enfoque

1. A tirinha apresenta um diálogo entre Hagar, um navegante *viking*, e seu filho Hamlet. Como Hagar divide o mundo?
2. De que modo a tirinha pode ser relacionada ao evolucionismo cultural?

Hagar, o horrível, tirinha de Chris Browne, 1990.

HAGAR, O HORRÍVEL, DIK BROWNE © 1990 CHRIS BROWNE-KING FEATURES/ DISTR. BULLS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etnocentrismo e projeto colonialista

Os teóricos evolucionistas estavam imersos no espírito colonialista da segunda metade do século XIX. Assim, as noções e os conceitos presentes nessas teorias estavam imbuídos de discriminação racial e de etnocentrismo, isto é, em seus postulados teóricos, os evolucionistas interpretavam as produções, as representações e os valores de seu grupo – *etno* – como um padrão cultural a ser seguido.

A perspectiva etnocêntrica, quando aplicada à compreensão da história, produz uma abordagem linear que inferioriza os grupos que não seguem o padrão do observador. Não é difícil pensar, portanto, que a antropologia, no princípio, serviu ao projeto colonialista, pois seus teóricos tentaram justificar cientificamente a ideia de que certos povos só deixariam de ser "atrasados" quando se deixassem dominar pelo contato com outros povos supostamente mais evoluídos.

Darwinismo social e eugenia

No final do século XIX, a mesma postura etnocêntrica e hierarquizante dos antropólogos evolucionistas estava presente em outro conjunto de teorias que ficou conhecido como **darwinismo social**. Nessas formulações, hoje entendidas como **pseudociência**, com base em uma concepção equivocada de raça, as diferenças físicas entre os seres humanos eram associadas a distintas capacidades intelectuais e qualidades morais. Na interpretação desses teóricos, existiriam raças mais evoluídas que outras, e isso poderia ser demonstrado a partir da análise das características físicas dos membros dos grupos estudados.

O darwinismo social impulsionou **formulações eugênicas**, isto é, que defendiam a importância da seleção humana com base em pressupostos de superioridade genética, buscando a eliminação das raças consideradas inferiores. Assentadas nesses pressupostos pseudocientíficos, políticas eugenistas – que desencorajavam a miscigenação e promoviam a segregação racial – foram implementadas em diversos países. No Brasil, as ideias eugenistas foram mobilizadas para defender o branqueamento da população, fosse por meio do incentivo à imigração europeia, fosse por meio da miscigenação da população local com esses imigrantes.

MODESTO BROCOS – MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

A Redenção de Cam, pintura de Modesto Brocos, 1895. A pintura expressa ideias eugenistas ao representar o branqueamento de uma família ao longo de diferentes gerações.

Dica

Cuaracy Ra'Angaba: o céu Tupi-Guarani

Direção: Lara Velho, Germano Bruno Afonso. Brasil, 2013. 26 minutos.

Esse documentário trata do conhecimento astronômico dos indígenas Tupi-Guarani, registrando o modo como relacionam os fenômenos celestiais com a forma de interpretar a vida e suas transformações. Pajés fazem interessantes relatos sobre o modo como analisam os eventos celestes, mostrando que não é somente a ciência moderna que tem uma interpretação válida da astronomia.

Classificação indicativa de *Cuaracy Ra'Angaba*: livre.

Pseudociência: formulação de aparência científica, que carece de fundamentação empírica ou analítica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A raça como construção social

No século seguinte, essas teorias foram refutadas nas ciências biológicas pela demonstração de que a variação genética – e não a fenotípica – pode ser tão grande entre membros de um mesmo grupo quanto entre membros de grupos diferentes. Somos tão diferentes do ponto de vista biológico como podemos ser do ponto de vista psíquico, social e cultural.

Nesse sentido, desde o século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se o entendimento de que a classificação de seres humanos em raças com base em traços de fenótipo ou de genótipo não tem fundamentação científica, não mais operando, portanto, como uma classificação válida para quaisquer catalogações socioculturais da espécie humana.

Em decorrência das implicações históricas do racismo científico na realidade social, o conceito de raça – como construção social – é utilizado contemporaneamente nas ciências humanas, por exemplo, quando se aborda o tema das relações raciais, analisando as identidades sociais, desigualdades e discriminações entre grupos, e não suas características biológicas. Assim, quando tratamos de questões raciais em ciências sociais, não nos referimos, em nenhuma hipótese, a determinantes biológicos.

Raças, tirinha de Laerte, 2011.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Identifique a ironia presente na tirinha.
2. Relacione a tirinha às discussões sobre o conceito de raça.

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Saiba mais

Evolucionismo cultural *versus* evolucionismo biológico

O **evolucionismo cultural** e o **darwinismo social** são frequentemente associados e até confundidos com o **evolucionismo biológico**. Nesse sentido, é importante atentar para uma diferença marcante entre as correntes. Impulsionado pela repercussão da obra *A origem das espécies*, de 1859, de Charles Darwin, o evolucionismo biológico postulava que, em um contexto de competição por recursos e necessidade de adaptação ao ambiente, os seres vivos sofreriam um processo de seleção natural, em que as características adaptativas mais vantajosas de uma espécie seriam transmitidas às gerações seguintes. Diferentemente das teorias das ciências humanas, na biologia a noção de evolução não pressupunha um caminho unilinear de progresso.

Dica

Nem preto nem branco muito pelo contrário

Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

Nesse livro, a antropóloga analisa a questão racial no Brasil, a partir da reconstituição das teorias raciais dos séculos XIX e XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Culturalismo norte-americano

Apesar de suas contribuições para a consolidação da antropologia como campo científico, o evolucionismo cultural enfrentou críticas significativas. A abordagem unilinear, etnocêntrica e imbuída de julgamento de valor começou a ser contestada no final do século XIX e novos paradigmas se consolidaram no século XX.

O antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942), radicado nos Estados Unidos, realizou trabalho de campo com a população inuíte e a população kwakiutl no Canadá e, baseado nessa experiência etnográfica, traçou críticas ao método comparativo e à ideia de civilização dos teóricos evolucionistas.

Diferentemente dos antropólogos evolucionistas, que usavam a palavra *cultura*, no singular, Boas passou a referir-se à existência de *culturas*, no plural. Segundo ele, cada sociedade é dotada de especificidades culturais que devem ser compreendidas com base em seu sistema de crenças, atitudes, linguagens e comportamentos. Assim, é preciso relativizar o olhar para compreender a cultura do outro em sua singularidade, sem exercer comparações.

Por dar ênfase à diversidade cultural, e não a uma suposta evolução civilizatória, Franz Boas traçou as bases para o que, posteriormente, foi chamado de **relativismo cultural**: uma postura metodológica que postula a necessidade de analisar as culturas em seus contextos, sem aplicar julgamentos de valor.

Boas inspirou diversos teóricos, sobretudo nos Estados Unidos, os quais foram denominados **culturalistas**. Dentre eles, destacaram-se antropólogas como Margaret Mead (1901-1978) e Ruth Benedict (1887-1948).

Saiba mais

Transformação cultural

Na década de 1950, a antropóloga Margaret Mead revisita a população manu, habitante das ilhas do Almirantado, na Papua-Nova Guiné, buscando documentar e analisar as transformações culturais que a estrutura social, as relações familiares, a educação das crianças e as formas de governo sofreram em um contexto de crescente influência ocidental e colonialismo.

O culturalismo de Margaret Mead

As pesquisas desenvolvidas pelas antropólogas Margaret Mead e Ruth Benedict foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos culturais. Da primeira, destaca-se o livro *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*, publicado pela primeira vez em 1935. Nessa obra, Mead registrou as conclusões obtidas no trabalho de campo que desenvolveu com os povos arapesh, mundugumor e tchambuli, habitantes da região do Rio Sepik, em Papua-Nova Guiné.

BETTMANN/COLABORADOR/GETTY IMAGES

Margaret Mead conversando com mulher e criança durante pesquisa nas Ilhas do Almirantado, em Papua-Nova Guiné. Fotografia de 1953.

ODS 5

Ao realizar a observação desses povos, a antropóloga analisou o comportamento dos homens e das mulheres visando compreender se haveria inatismo em temperamentos masculinos e femininos. A comparação e a análise dos dados demonstraram que o temperamento considerado tipicamente feminino ou masculino naqueles grupos era, em realidade, um padrão cultural transmitido e aprendido entre as gerações. A partir da comparação entre os modos de vida nos três grupos, Mead sustenta que a expectativa social de como deve se comportar um homem ou uma mulher não é inata, pois não resulta da determinação biológica do sexo, mas sim da transmissão cultural no grupo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O culturalismo de Ruth Benedict

Assim como Mead, Ruth Benedict, em seu livro *Padrões de cultura*, de 1934, defendeu a tese de que, quando se trata de populações humanas, o que molda a personalidade dos indivíduos são os padrões culturais e não potencialidades determinadas por variantes biológicas.

As ideias de Benedict e Mead foram fundamentais para cimentar o caminho da compreensão de que, em se tratando de cultura, cada sociedade traça caminhos próprios na definição de seus valores, suas crenças e seus costumes.

Estrutural-funcionalismo britânico

Os estudos produzidos pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) também contribuíram para as críticas antropológicas ao evolucionismo, sobretudo pela formalização do método etnográfico.

No início do século XX, Malinowski fez uma pesquisa de campo vivendo com a população que habitava as ilhas Trobriand, localizadas na parte ocidental do Oceano Pacífico, próximas a Nova Guiné. No livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, em que trata dessa pesquisa, o autor dedicou um capítulo ao que chamou **método etnográfico**: a descrição dos hábitos, ritos e práticas cotidianas de uma sociedade com base na **observação participante**, ou pesquisa de campo. Segundo o autor, apenas a convivência cotidiana e próxima possibilita ao antropólogo captar a totalidade de determinada cultura, compreendida da perspectiva dos nativos e segundo a visão de mundo deles.

No capítulo em que trata do método etnográfico,

> Malinowski procurava ensejar uma observação o mais possível "imparcial e objetiva", por meio de um "contato aberto e sincero", até que "a carne e o sangue da vida real [preenchessem] o esqueleto vazio das construções abstratas" [...]. Ele incluía como parte fundamental os famosos *imponderáveis da vida real,* isto é, os imprevistos da vida cotidiana.
>
> É o caso, então, de uma proposta de *intersubjetividade* entre o etnógrafo e as pessoas com quem convive – não mais os dados frios (ou "mortos", nas palavras de Malinowski) coletados na varanda do missionário, supostamente "objetivos", nem tampouco a "*subjetividade*" dos preconceitos dos brancos locais, que geralmente almejavam apenas transformar, influenciar ou usar os nativos em seus negócios. O etnógrafo pretende, portanto, chegar a um *contato intimista*. Essa rara combinação entre ciência e intersubjetividade converteu-se no modelo ideal do fazer etnográfico, favorecendo a combinação entre pesquisa e compromisso ético, vigente até hoje.
>
> PEIRANO, Mariza. *Argonautas* faz cem anos. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 8, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/13116. Acesso em: 30 jul. 2024.

Malinowski compreende que a cultura – hábitos, regras e crenças – exerce um papel fundamental na coesão e na reprodução necessárias à manutenção da ordem social e, portanto, de um grupo humano. A cultura exerce, assim, funções regulatórias na vida social. Por essa razão, os antropólogos que pensam de modo similar ao de Malinowski são denominados **estrutural-funcionalistas**.

COLEÇÃO PARTICULAR

À direita, barraca de Malinowski ao lado das habitações nativas durante seu trabalho de campo nas Ilhas Trobriand, na Nova Guiné. Fotografia de 1922. A proposta de observação participante de Malinowski foi um marco na antropologia porque mudou o lugar da investigação etnográfica da varanda para o centro da aldeia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

APIC/GETTY IMAGES

O antropólogo Claude Lévi-Strauss em uma de suas expedições etnográficas realizadas entre os anos de 1935 e 1939 nos estados de Mato Grosso e Rondônia, quando estudou os povos indígenas das etnias Kadiwéu, Bororo, Nambikwara, Tupi-Kagwahiva e da família linguística Mondé.

Estruturalismo

No início do século XX, outra compreensão de cultura foi desenvolvida. Para o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), a cultura está relacionada a fundamentos profundos da mente humana e, embora as representações culturais variem e mudem muito de sociedade para sociedade, todas elas estão fundamentadas em princípios organizadores que estruturam a mente e a vida social. Assim, ele reconhece que, embora o conteúdo das culturas seja marcado pela diversidade, haveria estruturas mentais universais partilhadas pelos seres humanos. Compreender essas estruturas seria, para ele, o objetivo da antropologia.

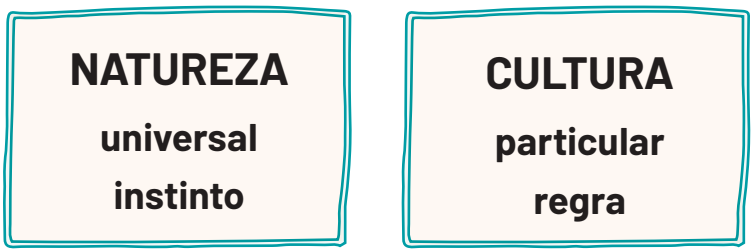
Nessa acepção, a cultura seria entendida como um sistema simbólico, e a diversidade humana estaria expressa no conteúdo de suas representações, e não na capacidade e na forma de pensar. Por essa razão, os antropólogos que seguem a concepção de cultura desenvolvida por Lévi-Strauss são conhecidos como **estruturalistas**.

Passagem da natureza à cultura

Além de constituir uma definição sólida de cultura e do método adequado para seu estudo, outra questão que moveu pesquisas antropológicas foi a relação entre natureza e cultura. Se, para a antropologia, o que caracteriza o comportamento dos seres humanos é a cultura, o que caracteriza a passagem da natureza para a cultura? Isto é, onde acaba a natureza e onde começa a cultura?

Na busca de uma resposta científica para essa questão, o antropólogo Claude Lévi-Strauss organizou as seguintes premissas lógicas:

- O entendimento do **universal** – ou seja, o que ocorre em todas as sociedades – como característico da natureza.
- O entendimento do **particular** – ou seja, o que apresenta variações entre os grupos humanos – como distintivo da cultura.
- O entendimento do comportamento **instintivo** como constitutivo da natureza.
- O entendimento da **regra** como constitutivo da cultura.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Associando a dúvida antropológica a essas premissas, Lévi-Strauss buscou identificar alguma regra (característica da cultura), de caráter universal (associada à natureza), para, com isso, compreender como teria se dado essa passagem. A resposta para isso foi o tabu do incesto – regra moral que estrutura as relações sociais. Segundo Lévi-Strauss: "A proibição do incesto possui ao mesmo tempo a universalidade das tendências e dos instintos e o caráter coercitivo das leis e das instituições".

A citação de Claude Lévi-Strauss foi retirada de: LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 49.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Identifique um exemplo de comportamento humano que as pessoas costumam associar à natureza.**
2. **Relacione o comportamento citado na questão anterior à cultura.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Exogamia

Na herança etnográfica, isto é, no resultado dos estudos antropológicos realizados por diferentes pesquisadores, fica evidente que sempre há, em algum nível, uma interdição ao estabelecimento de relações sexuais entre integrantes de um mesmo grupo familiar. Há, pois, em todos os grupos sociais, regras determinadas demarcando o tabu do incesto. Essas regras definem as parcerias sexuais que são ou não permitidas em cada grupo social.

Na análise desenvolvida por Lévi-Strauss, o tabu do incesto não é simplesmente uma proibição de que sejam estabelecidas relações sexuais entre parentes próximos. Por trás dessa proibição, ocorre, ao mesmo tempo, uma **prescrição**: a proibição do incesto implica **exogamia**, ou seja, ao vetar relações sexuais no grupo familiar imediato, o tabu do incesto impõe aos seres humanos a busca por parceiros fora do círculo familiar, promovendo a interação e a formação de alianças entre diferentes grupos. Dessa forma, o tabu desempenha um papel fundamental na organização social.

Prescrição: recomendação, norma, regra ou preceito.

Exogamia: prática de estabelecimento de parceiros de casamento fora do próprio grupo social.

Com esse raciocínio lógico, Lévi-Strauss constatou que o tabu do incesto é o elemento crucial para a compreensão da fundação da sociedade humana. Por meio desse tabu, teria sido realizada a passagem da natureza à cultura. Com base nele, organizaram-se a família, o grupo e a sociedade.

Antropologia interpretativa

Há ainda outra definição antropológica do conceito de cultura para a antropologia, de acordo com a qual as representações de cada grupo não são permanentes e homogêneas. Com base nessa proposta, entendem-se as manifestações culturais como discursos que podem ser interpretados para a compreensão das transformações operadas pelos sujeitos que utilizam certo conteúdo cultural.

Nessa concepção, a cultura não segue uma especificidade, uma função ou estrutura, posto que ela se realiza na dinâmica da vida cotidiana e precisa ser interpretada segundo a ação dos sujeitos que mobilizam o discurso cultural. Essa forma de compreensão da cultura, chamada **interpretativa**, foi desenvolvida principalmente pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006).

Entre 1950 e 1970, Geertz realizou estudos de campo em Bali, uma ilha na Indonésia, analisando a organização social, as estruturas de poder e a religião local. Entre as situações estudadas por ele, tem destaque a análise do *tabuh rah*, um ritual que envolve competições de briga de galos. O antropólogo analisou os gestos, as expressões faciais e as interações feitas durante o ritual, caracterizando-os como símbolos que comunicavam significados culturais mais profundos. Baseado nisso, constatou que a briga de galos não constituía um jogo qualquer, mas um teatro social: uma representação simbólica dos conflitos sociais e políticos da sociedade balinesa, em que as tensões e rivalidades eram expressas e negociadas por meio de um conjunto codificado de gestos e símbolos.

AGUNG PARAMESWARA/GETTY IMAGES

Integrantes da comunidade de Tenganan Pegringsingan, em Bali, na Indonésia, preparando um galo para o ritual *tabuh rah*. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os rituais

Viver em sociedade é participar de ritos variados. Os ritos, na maioria das vezes, envolvem a coletividade e normalmente reúnem os membros de uma comunidade em torno de sua celebração. Os rituais têm origens e significados diferentes em cada cultura e influenciam as pessoas em suas ações e práticas sociais. Eles são uma forma de simbolizar e transmitir, por meio de uma cerimônia ou de um momento especial (ritual), as crenças das pessoas, as ideias e os conceitos de algum tipo de mito.

Em 1909, o antropólogo holandês Arnold van Gennep publicou um livro que se tornou um clássico sobre o assunto: *Os ritos de passagem*. Nessa obra, ele afirmou que os ritos têm uma sequência cerimonial para demarcar simbolicamente os acontecimentos da vida social, contribuindo, assim, para passarmos por momentos de agregamento, situações importantes ou mesmo despedidas. Daí a denominação **ritos de passagem**.

Por exemplo, entre os Ticuna – etnia indígena que habita a Amazônia na atual região fronteiriça de Brasil, Peru e Colômbia –, sempre que uma jovem da comunidade atinge a puberdade, isto é, passa da infância para a adolescência, celebra-se a "Festa da moça nova": trata-se de um ritual realizado ao longo de três dias (há cerca de vinte anos, esse ritual demorava até um ano), que se inicia quando uma jovem da comunidade tem sua menarca. A menarca é o momento em que ocorre a primeira menstruação. No ritual, a menina é colocada em reclusão para evitar que ela entre em contato com os demais membros da comunidade, exceto com a mãe e a avó, que ficam encarregadas de lhe dar ensinamentos sobre a nova etapa de sua vida.

Durante a reclusão, as mulheres da aldeia plantam mandioca para a preparação do *pajauaru*, uma bebida produzida especificamente pelos Ticuna. A comunidade também faz reparos e confecciona adornos para a casa onde a festa será celebrada.

Enquanto a moça permanece reclusa, tem seus olhos vendados e seu corpo pintado com suco de jenipapo. Segundo o mito Ticuna, as pinturas no corpo afastam espíritos.

Atrás da casa onde a moça está reclusa, os membros da comunidade sibilam e tocam flautas sagradas para atrair os deuses de sabedoria.

Esse ritual Ticuna é um rito de passagem, porque é realizado para demarcar a transformação na vida de uma pessoa, que passa a ser percebida de outra maneira por sua comunidade: a jovem e sua comunidade atestam saber que ela não é mais uma criança. Portanto, ela assumirá certas responsabilidades e será tratada de outro modo pelos demais membros do grupo quando o ritual terminar.

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Preparativos para a "Festa da moça nova" na aldeia Vendaval, na Terra Indígena Evaré I, no município de São Paulo de Olivença, Amazonas. Fotografia de 2018.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Que elemento do rito de passagem dos Ticuna descrito no texto pode ser identificado na fotografia?
2. Os ritos de passagem estão presentes em diversas culturas. Identifique um rito de passagem presente na sua cultura, caracterizando o que ele celebra e de que forma.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Durkheim: ritos e coesão social

O sociólogo francês Émile Durkheim, em seu livro *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912, analisou a importância dos mitos e ritos para a sociedade. Durkheim vivia o contexto da passagem do século XIX para o XX, quando as sociedades ocidentais enfrentavam intensas mudanças políticas, econômicas e sociais, o que lhes causava profundas incertezas.

Vale lembrar que, nesse período, o mundo ocidental assistiu a profundas transformações tecnológicas, que acentuaram o processo de industrialização e, consequentemente, conduziram o capitalismo para uma nova fase de desenvolvimento: máquinas movidas a eletricidade aceleraram a produção e as comunicações, e as principais cidades europeias passaram por grandes ciclos de urbanização, que foram acompanhados de diversas mazelas sociais, como aumento nas taxas de criminalidade e pobreza.

No campo político, as nações se sentiam desafiadas a organizar estatutos que assegurassem a ordem e, ao mesmo tempo, garantissem parcelas de representação de setores sociais, como os sindicatos de trabalhadores, que se organizavam mais e com maior número de membros. Questões religiosas tradicionais de diferentes grupos se chocavam com o espírito do tempo, voltado à racionalização e ao interesse das ciências institucionalizadas. Tudo isso gerava um quadro de muita instabilidade e convocava os estudiosos da sociedade a uma reflexão sobre a ordem e a mudança social.

Isso explica por que Durkheim estava interessado em estudar temas relacionados ao que podia agregar ou desagregar os sujeitos em uma sociedade, como já havia feito em outro estudo de 1893, intitulado *Da divisão do trabalho social*.

Em *As formas elementares da vida religiosa*, a fim de refletir sobre as questões de ordem social, Durkheim afirmou que o mito tem uma **função social**, e é por sua força que a comunidade se mantém coesa, tanto do ponto de vista moral como da perspectiva dos laços afetivos que promovem a identidade entre os membros de uma cultura. Por meio dos ritos, reconhecemos uns aos outros, identificando os mitos aos quais prestamos honras e a comunidade à qual pertencemos.

HISTORY ARCHIVE/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Boulevard des Capucines, em Paris, na França. Fotografia de cerca de 1890. Na segunda metade do século XIX, Paris passou por uma profunda reforma urbana, que incluiu o alargamento de avenidas e a expulsão dos trabalhadores das áreas centrais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mitos e rituais

Para Durkheim, o **mito** – entendido como uma narrativa simbólica que expressa e reforça valores de uma sociedade – tem uma **função social**. Ao oferecer explicações para a ordem social existente, os mitos possibilitam às pessoas compreender e justificar as estruturas e as hierarquias existentes na sociedade em que vivem. Segundo o autor, a força do mito assegura a **coesão social**, tanto do ponto de vista moral como dos laços afetivos que promovem a identidade entre os membros de uma mesma cultura.

Assim como os mitos, para Durkheim, os **rituais** também têm uma função social. Ele identificou que os rituais são compostos de regras de conduta que devem ser seguidas por quem deles participa. O teórico interpreta essas manifestações não como meras expressões individuais de fé, mas especialmente como meios pelos quais cada sociedade reforça seus valores e garante a manutenção da coesão social. Durkheim analisa que, durante os rituais, é criada uma **efervescência coletiva**, em que os integrantes de uma sociedade se veem atrelados por meio de uma experiência emocional e simbólica que fortalece seus laços sociais.

Em sua análise, o autor classifica os rituais em duas categorias: **sagrados** (que têm vinculação religiosa) e **profanos** (de manifestação não religiosa). Ele nota que os rituais profanos têm uma liturgia (conjunto de elementos e práticas típicos do culto religioso), cuja função é muito parecida com a dos rituais sagrados. Assim, celebrações como as realizadas em datas cívicas (relacionadas à história do país), cerimônias relacionadas à trajetória de vida das pessoas (como aniversário, casamento, funeral), organização de desfiles e blocos de carnaval e mesmo uma manifestação política dispõem de grande força em termos de coesão social, pois exaltam sentimentos coletivos e funcionam como momentos de integração dos indivíduos no corpo social. Perceba que todas essas manifestações coletivas têm regras que demarcam início, meio e fim, e definem o modo como cada participante deve se comportar. Assim, tanto ritos profanos quanto religiosos têm uma liturgia a ser seguida para que sejam eficazes em termos de coesão social.

HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

Multidão acompanhando a passagem do bloco de carnaval Galo da Madrugada, em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2023. O Carnaval é uma festa pagã, ou seja, um ritual profano; após o dia final, na cultura cristã, passa-se a contar a preparação para a Páscoa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Homi Bhabha e a noção de hibridismo cultural

O indiano, teórico da cultura, Homi Bhabha apresenta um conceito para pensarmos na dinâmica da cultura no mundo contemporâneo, sobretudo quando consideramos que boa parte dos encontros e desencontros culturais dos povos se estabeleceu a partir e após os processos de colonização empreendidos desde o século XVI pelas nações europeias. Trata-se do conceito de **hibridismo cultural**.

Em linhas gerais, Bhabha argumenta que os encontros e desencontros culturais ocasionados pela colonização – perdas, traumas, apagamentos – que recaem sobre a identidade dos povos colonizados no passado produzem uma espécie de dualidade na imagem e na autoimagem destes.

Assim, os povos do Sul global têm uma identidade cultural de caráter híbrido que resulta de uma construção de si impulsionada pelo projeto de poder político, econômico e cultural de um outro. Desse modo, é como se o passado colonial se reatualizasse constantemente na cultura dos sujeitos que habitam o Sul global.

De acordo com o conceito de Bhabha, a identidade cultural está mais vinculada às relações históricas e às narrativas produzidas sobre os processos de opressão que constroem essa história do que propriamente com a localidade da cultura. Nessa perspectiva, por exemplo, os brasileiros teriam muito a ver com os indianos, não porque compartilham símbolos ou localidade, mas por partilharem de passado colonial, de histórias de opressão, de identidades transfiguradas e atravessadas por muitos povos e identidades.

Lélia Gonzalez e a noção de amefricanidade

Em sentido similar ao de Bhabha, vale destacar o conceito formulado pela antropóloga mineira Lélia Gonzalez (1935-1994): o de **amefricanidade**.

Segundo a autora, a perspectiva que historicamente se estabeleceu sobre a cultura africana na América após a colonização foi marcadamente romântica ou insistiu em posicionar os negros, antes escravizados, na condição de subalternos. Para ela, é preciso reivindicar um lugar conceitual que revela a identidade étnica africana na América como parte integrante da dinâmica cultural ativa do continente, identificando os povos negros de todas as nações na luta contra a subalternização e o racismo.

Nesse sentido, o conceito de amefricanidade envolve o reconhecimento da população negra como participante ativa da cultura que fez, faz e continuará fazendo os destinos e sentidos políticos e sociais da América, orientados continuamente contra as heranças racistas coloniais.

JAIME LAURIANO - PINACOTECA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Êxodo, obra de Jaime Lauriano, 2015. Assim como Lélia Gonzalez, ao elaborar o conceito de amefricanidade, nessa obra, o artista chama atenção para as conexões históricas e culturais entre o Brasil e a África.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Stuart Hall, identidade e multiculturalismo

Uma questão central relacionada à cultura é a da identidade. Afinal, uma das formas de nos entendermos no mundo em relação a nós mesmos e aos outros é pelo conhecimento de nossas origens e de nossos antepassados. Por exemplo, quem tem um avô imigrante pode reconhecer e especificar as próprias origens culturais. Mas, e se nada sabemos dos nossos antepassados, como identificamos nossa origem cultural? Os milhões de descendentes de escravizados africanos no Brasil sabem que seus antepassados foram traficados da África, mas de que grupo étnico, de qual região? É nesse sentido que os processos de dominação são cruciais no prolongamento ou no apagamento das culturas e identidades.

Em razão de muitos processos de trocas, resistências, lutas, dominações e apagamentos, a realidade contemporânea é permeada não por uma cultura, e sim por uma dinâmica de culturas em constante contato, cujas origens são difusas. O mundo contemporâneo é, pois, marcado pelo **multiculturalismo**.

Esse é o diagnóstico a que chegou o sociólogo jamaicano-britânico Stuart Hall (1932-2014). Ele atestou que as **identidades modernas** são descentradas, isto é, na esteira dos processos de colonização, decolonização, nacionalização e globalização, as origens e as ancestralidades se fundiram de tal modo que é muito difícil para os sujeitos saber quais são seus ancestrais, sua tradição, seus valores e suas crenças de origem. Segundo Hall, na complexidade das sociedades contemporâneas formou-se uma identidade que não pode ser fixada segundo a origem e os costumes primordiais.

Dessa forma, os sujeitos buscam atribuir significado cultural e formar sua identidade por meio de um processo de crítica e um questionamento constantes de normas e tradições quase sempre diluídas nas interconexões possibilitadas por uma ordem discursiva apoiada na tecnologia. Nesse sentido, a identidade para Hall não é fixa ou essencial, mas dinâmica e multifacetada.

Muçulmanos realizando suas orações semanais no bairro La Goutte d'Or, em Paris, França. Fotografia de 2010. Esse bairro é habitado por muitos imigrantes. Nele, tradições culturais do norte da África, como a prática do Islã, coexistem e interagem com tradições culturais da França urbana.

THOMAS SAMSON/GAMMA-RAPHO/ GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cultura erudita e cultura popular

Se estivéssemos na França em meados do século XVIII, perceberíamos que a palavra *cultura* era utilizada em contraposição à ideia de barbárie. Assim, a cultura seria, segundo uma concepção vigente na Europa oitocentista, sinônimo de civilização.

Para se manter civilizados, portanto, os povos precisam das instituições responsáveis pela instrução e pela educação formal dos indivíduos. Afinal, segundo essa perspectiva, sem uma estrutura de ensino formal, são bárbaros e, portanto, não civilizados.

A ideia por trás dessa ideologia da cultura é a de que o pensamento humano deve ser refinado e moldado segundo a lógica racional das ciências modernas, pois a razão é a grande aliada contra os hábitos rudes e animalescos dos povos sem instrução. Em razão disso, o culto à ciência, à etiqueta e aos "bons modos" permeia essa primeira e já superada noção de cultura.

O caráter etnocêntrico – isto é, a crença de que produções, representações e valores de sua cultura ou comunidade estão no centro de um modelo cultural a ser seguido, que inferioriza os grupos que não seguem esse padrão – da concepção oitocentista de cultura já foi muito criticado. Entretanto, ainda se atribui distinção à cultura produzida e transmitida pelas instituições formais de ensino, a qual, não raras vezes, é denominada **cultura erudita**. Afirmamos, por exemplo, que os músicos educados formalmente em conservatórios, com conhecimento técnico e capacidade de ler partituras de maneira apurada, pertencem à esfera da música erudita. Mas essa não é, nem de longe, a única acepção de cultura.

O saber, o conhecimento, as formas de pensar e as técnicas empregadas na realização das mais diversas atividades não são propagados apenas por manuais, livros e instituições formais que constituem a cultura erudita, pois a cultura também pode ser transmitida de pais para filhos, por meio da oralidade e de ensinamentos práticos.

A essa dimensão de costumes e modos de pensar e fazer transmitidos e colocados em prática de geração em geração, sem que seja preciso utilizar instituições ou veículos formais de transmissão, denominamos **cultura popular**. Por exemplo, diferentemente do músico erudito, que estudou técnicas e a leitura de partituras em um conservatório musical, há pessoas que aprendem a tocar um ou mais instrumentos sozinhas ou com a ajuda de um músico mais velho de sua família ou comunidade.

É evidente que a cultura popular não se resume à música e às manifestações artísticas, pois há saberes populares relativos a todas as áreas de representação humana. Por exemplo, embora tenha se constituído um saber erudito relacionado à produção de medicamentos – com a química, a farmacologia e a biomedicina –, há muitos saberes populares relacionados aos cuidados com a saúde.

CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: Arte indígena**

Curandeira da etnia Surui Paiter colhendo plantas medicinais na Terra Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, em Rondônia. Fotografia de 2019. O conhecimento acerca do uso medicinal de plantas faz parte da cultura de povos indígenas e é transmitido de geração a geração.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 10

ODS 3

Saúde e preservação da natureza

Segundo o Censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia no Brasil, naquele ano, 1,3 milhão de habitantes de comunidades quilombolas localizadas em 1.696 municípios do país.

Em um artigo intitulado *Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza*, os professores Maria Sueli Rodrigues de Souza e Joaquim José Ferreira Santos discutem o modo como as comunidades quilombolas se relacionam com a natureza. Analise um trecho desse artigo.

> Os modos de criar, fazer e viver dos remanescentes das comunidades quilombolas, pelo menos em grande parte dela – principalmente aquelas que se encontram na zona rural –, estão intimamente ligados ao cultivo de roças, ao plantio e à colheita de grãos.
>
> [...] as comunidades quilombolas construíram com o meio em que se instalaram uma relação peculiar, dominando técnicas de cultivo, armazenamento de água no período de estiagem, caçando e pescando de forma a não extinguir nem colocar em risco as espécies por serem sua garantia de vida e com isso obedecendo aos ciclos de reprodução da vida. Lições que aprenderam com os seus ancestrais que vieram da África para serem escravizados no Brasil.
>
> Por se tratar de um processo, esta relação com o meio onde as comunidades se instalaram revela que estes modos de criar, fazer e viver sofrem modificações, alterações no tempo e no espaço. Ambos estão em uma contínua mudança: os quilombos e suas comunidades (aqui no sentido territorial). [...]
>
> Portanto, uma comunidade, ao mudar sua atividade produtiva, seja em função do local para onde foram assentados, seja pelas mudanças de clima, vegetação, ou dos insumos (energia e água, principalmente), necessitará de um novo repertório de táticas de sobrevivência, surgindo novos modos de criar, fazer e viver.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 207-208, 2019.

Em um estudo publicado em 2016, pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina buscaram investigar a qualidade de vida e a saúde dos habitantes das comunidades quilombolas Morro do Fortunato, Santa Cruz e Aldeia, localizadas no litoral do estado. Eles questionaram os moradores dessas comunidades sobre a situação de saúde, os elementos que influenciam a saúde, as plantas medicinais conhecidas e os ambientes que trazem benefícios à saúde.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGES

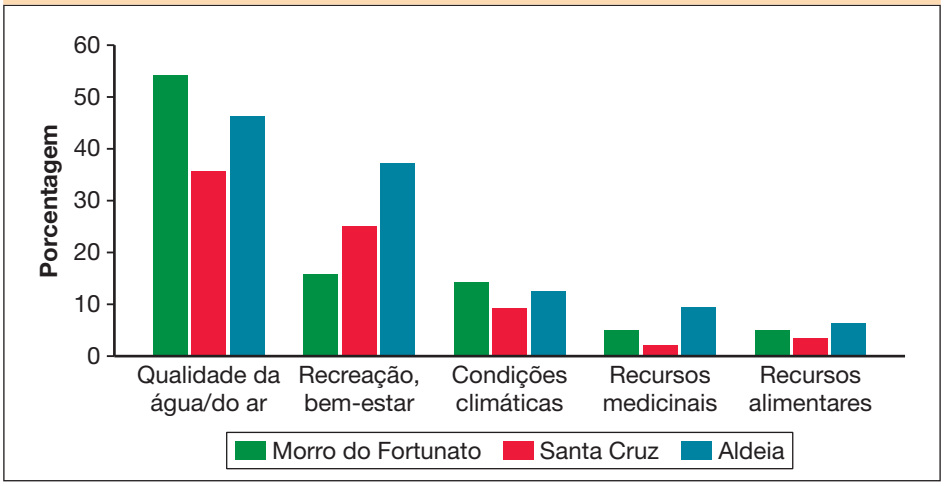
Mulheres quilombolas cultivando horta orgânica na comunidade quilombola Dona Bilina, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Um dos aspectos investigados nessa pesquisa foi a percepção dos moradores sobre os benefícios das áreas florestais para a saúde humana. O resultado pode ser conferido no gráfico a seguir.

Comunidades quilombolas Morro do Fortunato, Santa Cruz e Aldeia (Santa Catarina): percepções sobre os benefícios das áreas florestais para a saúde humana — 2016

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA



Fonte: ZANK, Sofia; ÁVILA, Julia Vieira da Cunha; HANAZAKI, Natalia. Compreendendo a relação entre saúde do ambiente e saúde humana em comunidades quilombolas de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 161, jan./mar. 2016.

EDUARDO ZAPPIA/PULSAR IMAGENS

Moradores da comunidade quilombola de Morro do Fortunato, no bairro de Macacu, em Garopaba, Santa Catarina, colhendo hortaliças. Fotografia de 2020.

Atividades

Responda no caderno.

1. De acordo com o trecho do artigo de Maria Sueli Rodrigues de Sousa e Joaquim José Ferreira Santos, as comunidades quilombolas, sobretudo as localizadas em áreas rurais, praticam atividades de subsistência pautadas no respeito aos ciclos de reprodução da vida. Identifique exemplos dessas práticas no trecho do artigo.
2. Segundo o gráfico elaborado pelos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, quais elementos constitutivos do modo de vida das comunidades quilombolas parecem ser os mais importantes para a saúde e o bem-estar de seus membros?
3. Com base nas informações apresentadas no trecho do artigo e no gráfico, redija um parágrafo explicando a importância dos ciclos da natureza para os modos de criar, fazer e viver que constituem a cultura das comunidades quilombolas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **Considerando seu cotidiano, identifique uma atividade relacionada a uma necessidade humana e descreva os aspectos culturais envolvidos em sua prática.**

2. **Analise o texto e faça o que se pede.**

> O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.
>
> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 72-73.

   a. Escreva uma definição para o conceito de cultura.

   b. Dê um exemplo de situação ou conflito social associado ao etnocentrismo.

3. **No que diz respeito ao incesto e às relações de parentesco, copie o parágrafo a seguir no caderno, substituindo as letras entre parênteses pelas palavras corretas.**

   A organização das (A) era baseada na classificação das atividades de seus membros. O (B) era determinado com base em regras de interdição entre quem poderia ter relação sexual com quem dentro do mesmo grupo familiar. Segundo Claude Lévi-Strauss, por meio dele foi demarcada a passagem da natureza à (C), pois as organizações da família, da sociedade e dos demais grupos são definidas por essa separação.

4. **A respeito das diferentes contribuições para a definição do conceito de cultura, relacione as descrições a seguir aos respectivos autores.**

   1. Inspirou a corrente conhecida como culturalista, pois entende que cada sociedade tem especificidades que podem ser compreendidas no próprio contexto, não havendo padrões para estabelecer comparações hierárquicas entre diferentes culturas.

   2. Autor da vertente funcionalista, destaca o fato de que a cultura exerce nas sociedades um papel de coesão, necessária para as funções regulatórias e para a manutenção da ordem social.

   3. Conhecido como estruturalista, analisa a cultura em sua dimensão simbólica, buscando compreender os princípios organizadores da mente humana.

   4. Apresenta uma visão evolutiva da cultura, partindo do pressuposto de que a diversidade de modos de vida humanos resulta da existência de distintos estágios no processo de evolução rumo à civilização.

   a. Edward Burnett Tylor
   b. Franz Boas
   c. Claude Lévi-Strauss
   d. Bronislaw Malinowski

5. **Os rituais de passagem são uma celebração para demarcar uma mudança na trajetória de uma pessoa.**

   a. Pesquise em livros e revistas da biblioteca da escola ou na internet informações sobre um ritual de passagem da infância para a vida adulta realizado por um grupo indígena brasileiro. Registre o nome do povo e a localidade onde vive e descreva os principais momentos e simbolismos do ritual.

   b. Na sociedade urbana do Brasil contemporâneo, não existem rituais bem demarcados de transição da infância para a vida adulta; em geral, essa passagem envolve uma série de acontecimentos que vão introduzindo, gradualmente, o indivíduo na vida adulta. Além disso, esse processo apresenta desigualdades relacionadas a classe social, idade e gênero. Em sala de aula, converse com os colegas sobre acontecimentos que podem representar algumas etapas da passagem da infância para a vida adulta nas culturas juvenis e debatam sobre as dificuldades desse processo.

6. **Imagine-se diante da seguinte situação-problema: você está participando de um grupo de discussão com adolescentes de diversos países. Durante a discussão, um adolescente de país europeu tenta desqualificar seus argumentos pelo fato de você ser brasileiro. Quais conceitos das ciências sociais você mobilizaria para demonstrar o equívoco do adolescente europeu? Explique.**

7. **(Enem-MEC – adaptada)**

> É amplamente conhecida a grande diversidade gastronômica da espécie humana. Frequentemente, essa diversidade é utilizada para classificações depreciativas. Assim, no início do século, os americanos denominavam os franceses de "comedores de rãs". Os indígenas Kaapor discriminam os Timbira chamando-os pejorativamente de "comedores de cobra". E a palavra *Potiguara* pode significar realmente "comedores de camarão". As pessoas não se chocam apenas porque as outras comem coisas variadas, mas também pela maneira que agem à mesa. Como utilizamos garfos, surpreendemo-nos com o uso dos palitos pelos japoneses e das mãos por certos segmentos de nossa sociedade.
>
> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. São Paulo: Jorge Zahar, 2001 (adaptado).

O processo de estranhamento citado, com base em um conjunto de representações que grupos ou indivíduos formam sobre outros, tem como causa o(a)

a. reconhecimento mútuo entre povos.

b. etnocentrismo recorrente entre populações.

c. comportamento hostil em zonas de conflito.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

d. constatação de agressividade no estado de natureza.

e. transmutação de valores no contexto da modernidade.

8. (UFPR-PR)

Considere o seguinte excerto do texto intitulado *Adolescência em Samoa*, da antropóloga Margaret Mead:

> Nas partes mais remotas do mundo, sob condições históricas muito diferentes daquelas que fizeram Grécia e Roma florescer e declinar, grupos de seres humanos desenvolveram padrões de vida tão diferentes dos nossos que não podemos arriscar a conjectura de que iriam chegar algum dia às nossas próprias soluções. Cada povo primitivo escolheu um conjunto de valores humanos e moldou para si mesmo uma arte, uma organização social, uma religião, que são sua contribuição singular para a história do espírito humano. Samoa é apenas um desses padrões diversos e graciosos, mas, assim como viajante que um dia se afastou de casa é mais sábio que o homem que nunca foi além da soleira da própria porta, o conhecimento de outra cultura deveria aguçar nossa capacidade de esquadrinhar com mais sobriedade, de apreciar mais amorosamente, a nossa própria cultura.
>
> MEAD, Margaret. Adolescência em Samoa. *In*: CASTRO, Celso (org.). **Cultura e personalidade**: Ruth Benedict, Margaret Mead e Edward Sapir. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 28.

A partir dessa consideração feita pela autora, é correto afirmar:

a. A antropologia demonstra que as práticas culturais da ilha de Samoa, situada no Pacífico Sul, foram imprescindíveis na composição dos valores e da visão de mundo que orientou a formação das sociedades grega e romana.

b. Uma cultura não ocidental será de extrema importância para os estudos antropológicos, pelo fato de o isolamento geográfico permitir ao antropólogo o despojamento de seus referenciais e, por conseguinte, produzir uma ciência neutra, sem viés ideológico.

c. O estudo de nossa própria cultura está estreitamente vinculado aos padrões de sociabilidade das comunidades nativas aborígenes, daí a importância dos habitantes da ilha de Samoa para os estudos antropológicos no Ocidente.

d. Samoa constituiu um padrão importante de dinâmica social, e considerá-lo nas análises antropológicas é constatar que a etnografia precisa ser aprimorada, a fim de que a história das sociedades primitivas não seja relegada ao esquecimento com o avanço da civilização.

e. Observar as práticas culturais e todo o sistema de valores de uma sociedade que estruturalmente diferencia-se dos padrões referenciais de quem observa permite não só compreender as dinâmicas sociais dos grupos observados como também refletir sobre as categorias de análise que possibilitam a mesma observação.

9. (UFU-MG)

A corrida de toras é comum entre alguns povos indígenas do Brasil. Os povos Krahô, habitantes da região central do país, por exemplo, realizam este ritual, que possui suas regras próprias. As toras, preparadas para a cerimônia, são oriundas de uma espécie de coqueiro considerado sagrado para este povo e, em sua preparação, cantos são entoados, assim como danças são realizadas. Ao considerar a corrida de toras, é correto afirmar:

a. A corrida de toras é uma atividade que tem por característica as performances individuais e equivale diretamente a qualquer esporte em nossa sociedade como, por exemplo, uma competição de atletismo.

b. A corrida de toras é um ritual e interfere diretamente no cotidiano dos Krahô, apresentando um significado próprio, assim como um sistema de comunicação simbólica que pode transmitir seus conhecimentos e valores.

c. A corrida de toras é um ritual que não tem qualquer valor para os grupos indígenas, pois está dissociada do universo cerimonial que a envolve e apresenta apenas o caráter de competição.

d. A imposição de determinado valor a um ritual de outra cultura é um ato de relativismo cultural, pois desconsidera o que a cultura de origem tem a dizer a respeito de seus próprios ritos e impõe a sua visão de mundo aos demais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 2

POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Os dados referentes à renda dos brasileiros foram consultados em: CABRAL, Umberlandia Alves. Em 2023, massa de rendimentos e rendimento domiciliar *per capita* atingem recorde. **Agência IBGE Notícias**, 19 abr. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde. Acesso em: 13 ago. 2024.

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2024, revelou que, no Brasil, a renda dos 10% mais ricos da população é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres. Esses dados evidenciam que o Brasil ainda é um país muito desigual. As discrepâncias no nível de renda da população é um dos aspectos que nos ajudam a compreender a hierarquização dos grupos sociais em nosso país, refletindo a perpetuação das desigualdades socioeconômicas e a estratificação social no território nacional.

Você consegue perceber a hierarquização social na comunidade onde vive? Reflita sobre como as famílias e os grupos sociais vivem ao seu redor. Como é o território que cada grupo social ocupa? As diferenças materiais, sociais e culturais podem impactar as oportunidades das pessoas da sua comunidade? Reúna-se com alguns colegas e pensem sobre esses questionamentos. Em seguida, imaginem se seria possível a existência de outra forma de organização da sociedade. Como ela funcionaria?

LEO CALDAS/PULSAR IMAGENS

Moradias populares construídas às margens do Rio Capibaribe, em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2023. A ausência de infraestruturas urbanas adequadas em bairros de baixa renda é um dos aspectos que revelam a hierarquização social no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Moradias no bairro de Boa Viagem, em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2022.
Em bairros destinados à população de alta renda, as condições materiais revelam os privilégios de determinados grupos sociais.

As discussões propostas ao longo dos capítulos possibilitam mobilizar os temas – população, território e fronteira – que são norteadores para o desenvolvimento desta unidade. Trata-se de categorias amplamente utilizadas nos estudos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois nos ajudam a compreender as disputas e os conflitos entre grupos sociais distintos e a ampliar a nossa capacidade de entender e de transformar o mundo.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de sociologia, a unidade se desdobra no estudo das relações de poder e dominação e dos diferentes tipos de estratificação, com destaque para as classes sociais e os critérios de produção das desigualdades.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- compreender a conceituação de poder e os diferentes tipos de dominação;
- analisar o papel do Estado nas dinâmicas de poder e de dominação;
- refletir sobre o conceito de nação e a ideia de nação brasileira;
- discutir os fundamentos da estratificação social e conhecer a dimensão material e simbólica das classes sociais;
- examinar os critérios de produção das desigualdades e os fatores que dificultam a mobilidade social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 3

Poder, Estado e nação

Você já parou para pensar que os países tal como os conhecemos na atualidade nem sempre existiram? Boa parte das organizações políticas nacionais do nosso tempo se consolidaram nos últimos séculos, sobretudo no início do século XIX, como as do Brasil.

A análise desse processo de consolidação política depende, inicialmente, da compreensão da dinâmica do poder e de seu significado na vida coletiva. Afinal, o que faz milhões de pessoas concordarem em viver em uma sociedade na qual nem todos os indivíduos têm o mesmo poder político? Por que uns dominam e outros se sujeitam à dominação? E como as pessoas resistem às tentativas de dominação?

O que sustenta a existência dos países da forma como se apresentam na contemporaneidade – dando legitimidade à dominação política, garantindo coesão social e refreando possíveis resistências ao poder constituído – são as instituições políticas do Estado. Mas o Estado não representa apenas instituições de poder e dominação, posto que em seu interior também estão organizadas as formas de representação, e é por meio dele que se assegura a autonomia cultural das nações.

Neste capítulo, você compreenderá que uma nação pode existir independentemente de instituições estatais e que mesmo dentro de um dado Estado podem existir diversas nações. Em todo caso, historicamente, é muito difícil analisar a trajetória dos povos sem nos referirmos aos aspectos nacionais, ao Estado e à dinâmica do poder.

AGNALDO MIRAGE/ACERVO DO ARTISTA

Grafite de Agnaldo Mirage na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. A representação do rosto de uma menina negra no centro da bandeira brasileira provoca uma reflexão sobre a constituição da nação brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A etimologia do termo *política* foi retirada de: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. (org.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 954.

A etimologia de *pólis* e *polús* foi retirada de: INSTITUTO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa multiusuário**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

A política e a vida coletiva

Há quem diga que para os seres humanos a vida coletiva é uma obrigação. Afinal, não nascemos com a autonomia necessária para viver sozinhos e, mesmo adultos, dependemos de outras pessoas para a plena satisfação de nossas necessidades. Se a vida humana é coletiva, ela é, consequentemente, plural. Disso deriva um desafio: pessoas diferentes podem pensar e desejar coisas distintas. Por isso, a vida em sociedade pressupõe negociação. À reflexão e ao debate sobre as formas de viver junto dá-se o nome de **política**.

Por conta de seu caráter **polissêmico**, o termo *política* não é de fácil definição. Na obra *Dicionário de política*, o filósofo e cientista político Norberto Bobbio analisa a **etimologia** da palavra, afirmando que o vocábulo deriva de um "adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social".

polissêmico: que tem vários significados.

etimologia: estudo da origem das palavras com base nos elementos que as compõem.

Quando pesquisamos o elemento de composição de palavras *poli-*, identificamos duas origens: uma relacionada à palavra grega *pólis* (cidade) e outra que provém do grego *polús* (numeroso). Nessa última acepção, *poli-* é o contrário de *mono-* e indica a existência de muitos e a pressuposição da diferença. A *pólis*, então, pode ser compreendida como uma localidade em que muitos, diferentes uns dos outros, vivem juntos, e na qual é necessária a existência de regras e compromissos públicos para que não haja discordância constante.

Nesse sentido, em sua acepção clássica, a noção de política faz alusão ao esforço coletivo de promover um debate público com o objetivo de alcançar consensos sobre regras a serem seguidas pelos habitantes da *pólis*. Com base no consentimento coletivo, são determinadas as instituições que concretizam a organização da vida coletiva, as quais denominamos **governo**.

A política é, portanto, a arte de discutir os problemas relacionados à esfera pública da vida e, também, o campo de disposições e estratégias utilizadas para governar a cidade.

É importante notar que o sentido de política está relacionado às atividades de discutir, debater, discordar ou concordar, bem como liberar ou proibir, ordenar, coordenar, comandar, liderar ou ser submetido ao comando de outrem. Assim, política está sempre diretamente associada a questões de poder e a formas e modelos por meio dos quais ele é exercido.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2020.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Na tirinha, qual é o sentido do termo *política*?
2. Cite três exemplos de presença da política em seu cotidiano.

Poder e dominação

De modo geral, a palavra *poder* indica a capacidade de algo ou alguém produzir efeito sobre outra pessoa ao agir. Aplicado à vida em sociedade, o termo denota a possibilidade que um grupo ou indivíduo tem de influenciar as ações dos demais. Dessa forma, em seu sentido social, o ser humano não é apenas sujeito do poder, mas também objeto dele.

O poder está comumente relacionado à política, mas o exercício dele ocorre também fora da esfera pública, cotidianamente, como nas relações parentais – em que um pai exerce poder sobre um filho. Pode-se pensar também no poder de um médico em relação ao paciente, nas interações do professor com os estudantes, entre o patrão e seus empregados, do capitão de um navio com seus imediatos etc. Um aspecto importante na compreensão do conceito é a distinção entre poder como posse e poder como exercício.

- **Poder como posse:** nessa interpretação, o poder é compreendido como um recurso, atributo, qualidade ou instrumento inerente a determinadas posições sociais, estruturas ou indivíduos, cuja posse possibilita o alcance de certos fins.
- **Poder como exercício:** nessa concepção, o poder é entendido não como uma propriedade fixa, mas como a possibilidade de, em uma relação, obter certo comportamento desejado.

As citações sobre poder foram retiradas de: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política** 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 933-942.

Nas ciências sociais, o conceito de poder – concebido como exercício, não como posse – foi empregado para interpretar os diferentes aspectos da sociedade. Vale notar que, nessa concepção, é possível exercer o poder por meio de instrumentos ao tentar, por exemplo, querer induzir alguém a fazer algo oferecendo-lhe dinheiro em troca. Se tal pessoa não aceitar o pagamento, o poder não será exercido. Assim, para Norberto Bobbio, "o poder social não é algo ou a sua posse: é uma relação entre pessoas".

O poder político

Em relação ao estudo da política, o poder que nos interessa analisar é aquele que Norberto Bobbio descreve em seu *Dicionário de política*: "o que uma pessoa ou grupo tem ou exerce sobre outra pessoa ou grupo".

O poder político é exercido em uma relação hierárquica na qual alguém ou um grupo representa uma posição de comando, liderança ou dominação. Nas relações de poder político, há sempre pessoas com maior liberdade de escolha e de decisão em relação a outras que estão subordinadas, totalmente ou em parte, às decisões de quem comanda.

ROWLAND SCHERMAN/NATIONAL ARCHIVES/INTERIM ARCHIVES/GETTY IMAGES

Protesto por igualdade de direitos em Washington, Estados Unidos. Fotografia de 1963. Por causa das políticas segregacionistas estaduais e municipais, a população negra era proibida de ingressar e circular em certos lugares e estabelecimentos nos Estados Unidos. As relações hierárquicas constituem processos de dominação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Poder e dominação em Weber

Nas ciências sociais, a análise de poder hoje tomada como clássica é a que se faz na obra de Max Weber (1864-1920). Para o sociólogo, **poder** é a capacidade de impor a vontade a alguém ou a um grupo, mesmo que haja resistência. Diante da imposição, é possível encontrar ou não obediência. À possibilidade de encontrar obediência, Weber dá o nome de **autoridade** ou **dominação**.

> Chamamos de "dominação" a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. [...] Certo mínimo de *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação.
>
> WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora UnB, 2004. v. 1, p. 139.

Para Weber, a dominação pode ocorrer de maneira legítima ou por vias ilegítimas ou arbitrárias. A **dominação ilegítima** ocorre quando não há o consentimento do subordinado. Se um estudante assume uma posição de representante da turma sem ter sido escolhido pelos colegas, pode-se dizer que ele não tem legitimidade para tal. Seguindo o mesmo raciocínio, se um indivíduo é preso mesmo sem ter cometido ato ilegal, é possível argumentar que ele é vítima de arbitrariedade, ou seja, que foi submetido a uma ação que não está amparada por regras, normas, leis ou regulamentos. Portanto, em processos nos quais as pessoas assumem posições de dominação sem aceitação do grupo – por meio de violência ou não –, há dominação ilegítima. Quando, no processo de dominação, há emprego de violência, é possível dizer que há arbitrariedade, pois as ações violentas impossibilitam a expressão da vontade dos sujeitos, que são impedidos de conferir a elas legitimidade.

Quando analisamos a história de alguns povos de diferentes localidades e épocas, identificamos o fenômeno da **dominação legítima**. Isso ocorre quando grande número de pessoas se deixa dominar por um líder, um governante, sem considerar tal condição estranha ou anormal e sem que para isso seja, necessariamente, utilizada alguma força ilegítima.

Diante dessa constatação, podemos questionar: como e por que os indivíduos se deixam dominar? Para responder a essa questão, Weber reuniu ampla gama de dados empíricos sobre sistemas sociais, políticos e religiosos do Ocidente e do Oriente, que possibilitaram uma elaboração teórica sobre o fenômeno da dominação legítima.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique, com suas palavras, o significado de poder para Max Weber.
2. O que, segundo Weber, está presente em toda relação de dominação?

CPA MEDIA PTE LTD/ALAMY/FOTOARENA

Ho Chi Minh, líder que atuou na independência do Vietnã do domínio francês e na luta contra a intervenção dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Fotografia de 1961. O reconhecimento de Ho Chi Minh por grande parte da população vietnamita possibilita interpretar sua dominação como legítima.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os três tipos puros de dominação legítima em Weber

Com base na comparação entre exemplos históricos de situações e sistemas de dominação, Weber construiu uma teoria de acordo com a qual há três tipos puros de dominação capazes de classificar relações de subordinação legítima. Na obra do sociólogo, o termo *tipo* aparece acompanhado do adjetivo *puro*, em referência ao fato de que constituem modelos teóricos mentais a serem aplicados na observação da realidade empírica.

- **Dominação racional-legal:** é a dominação cujas bases da legitimidade estão relacionadas à existência de um estatuto jurídico, isto é, quem manda tem cargo e atribuição definidos por regras, leis e regulamentos devidamente constituídos, registrados e coletivamente reconhecidos. É característica dessa forma de dominação a **burocracia**, que consiste no conjunto de regras, estatutos e regulamentos no qual se baseia a existência de um corpo hierarquizado de funcionários, agentes e servidores responsáveis pela administração de governos e instituições públicas ou privadas. Na burocracia, as regras do jogo de poder são demonstradas de maneira nítida e objetiva. O dominante, nesse caso, é alguém que precisa seguir os códigos de forma disciplinada, e sua conduta deve ter como base as regras estatuídas. A eleição é um mecanismo racional-legal utilizado para a escolha do mandatário – presidente, primeiro-ministro, governador, prefeito etc. O concurso público também é um dispositivo legal que garante a atribuição de cargos com uma prova de mérito: uma vez que o candidato é aprovado, pode exercer o cargo segundo regras previstas e burocraticamente registradas.
- **Dominação tradicional:** é a dominação em que o exercício do poder é consequência do contato com laços existentes há tempos. Caracteriza-se pelo aspecto comunitário, apoiando-se em valores partilhados por certa coletividade. Nessa situação de dominação, é comum existir um senhor que exerce o poder sobre os súditos. A obediência ao mandatário está subordinada à hereditariedade do cargo e ao conjunto de valores que conferem aceitação social a ele. Em muitas monarquias, o poder é transmitido de pai para filho, configurando uma típica dominação tradicional. De modo geral, as relações de poder no interior de um arranjo tradicional são mediadas por relações de troca e contato interpessoal, sem necessariamente atender a regras ou estatutos legais determinados burocraticamente.

RICHARD POHLE – WPA POOL/GETTY IMAGES

Coroação do rei Charles III, em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2023. Após a morte da rainha Elizabeth II, o poder foi transmitido de forma hereditária a seu primogênito Charles. Trata-se de um exemplo recente de dominação tradicional.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- **Dominação carismática:** é a dominação cuja legitimidade tem como base supostos dotes e características sobrenaturais do líder. Weber cita os profetas, os pregadores, os oradores bem articulados e os heróis guerreiros como exemplos desse tipo. A autoridade da liderança carismática é garantida pela crença ou pelo reconhecimento de suas hipotéticas qualidades extraordinárias. Nesse caso, há um entendimento social de transcendentalidade, isto é, que foge da realidade concreta e liga o dominado ao dominante como se o primeiro estivesse enfeitiçado por coisas ditas ou feitas pelo segundo. Trata-se de um processo subjetivo, que ocorre quando uma pessoa se afeiçoa a alguém sem consciência das motivações. É importante destacar o fato de que a palavra *carisma* é, nesse tipo de dominação legítima, destituída de juízo de valor. Assim, afirmar que um líder é carismático não significa determinar se ele é bom ou mau, mas reconhecer que tem capacidade de fascinar seus seguidores.

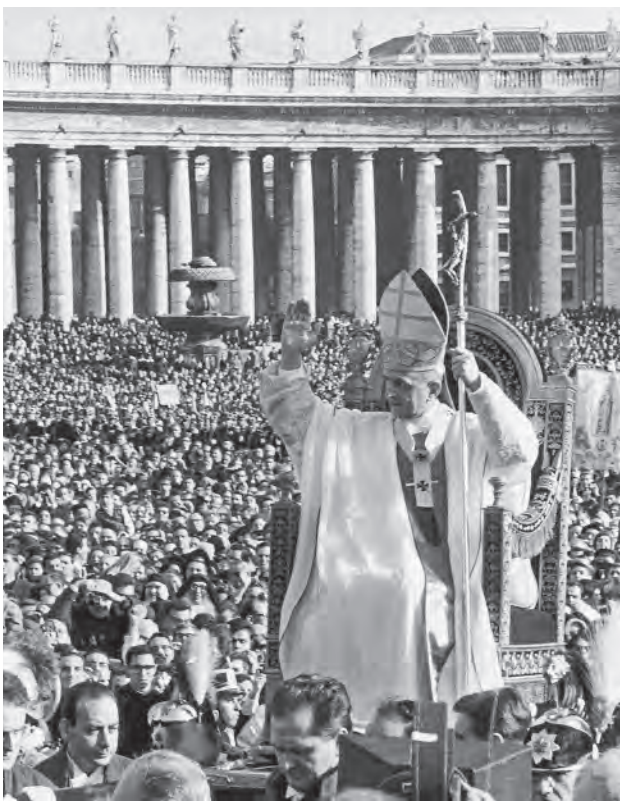
A análise da realidade com base nos tipos ideais

Agora que você já conhece os três tipos puros de dominação legítima, tente pensar em algumas personalidades e lideranças políticas ou religiosas e aplicar a elas as diferentes tipologias. Perceba que os tipos só são puros na teoria, pois, após a aplicação dos conceitos, é possível haver necessidade de atribuir mais de um a determinada personalidade.

Vamos presumir, por exemplo, que exista em sua escola uma professora muito querida ou temida – lembre-se da importância de não nos deixarmos levar pelos juízos de valor – que pode ser considerada uma liderança na instituição. Ao aplicar os tipos puros de dominação legítima, podemos ponderar que ela se encaixa perfeitamente na dominação carismática, pois fascina (causando amor ou temor) os estudantes.

Para assumir o posto de docência, ela provavelmente foi contratada pelo colégio mediante um concurso público ou um processo seletivo, que checou sua formação acadêmica, bem como verificou seu conhecimento por meio de provas objetivas. Nesse caso, ela também passou pela burocracia típica da dominação legal. Afinal, para ser docente em uma instituição de ensino não basta ter apenas carisma; é preciso ter conhecimentos e diplomas que os atestem.

Em alguns casos, seria ainda possível que, ao perguntar à professora sobre a trajetória profissional dos familiares dela, fossem encontrados membros diretos, como pais e avós, que também foram professores. Nesse caso, não seria demais relacionar a ela a dimensão tradicional da dominação legítima.



BERNHARD MOOSBRUGGER/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Papa Paulo VI em meio à multidão na Cidade do Vaticano. Fotografia da segunda metade do século XX.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Na fotografia, que elementos visuais possibilitam identificar a existência de dominação?**
2. **Utilizando a tipologia weberiana, caracterize a dominação presente entre as pessoas retratadas.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Poder em Foucault

Até aqui, o conceito de poder foi utilizado com o sentido de hierarquia entre dominantes e dominados em relação à política governamental. Nesse sentido, prevalece a ideia de que o poder, por excelência, é algo inerente às instituições políticas e exercido sobretudo no âmbito delas. No entanto, o poder também é exercido socialmente, pois está presente nas relações e permeia toda a existência humana; assim, não é algo que possa ser possuído.

Ao pensar sobre esse assunto, o historiador, filósofo e sociólogo francês Michel Foucault (1926-1984), em seu livro *Vigiar e punir*: *nascimento da prisão*, de 1975, desenvolveu o argumento que revelou o caráter disciplinar conferido à sociedade ocidental, sobretudo a partir do século XIX. Tal caráter foi herdado do discurso iluminista, o qual possibilitou a institucionalização de novas ciências.

Se antes o Estado, o dominador, praticava torturas e execuções públicas para demonstrar seu poder efetivo, após o iluminismo esses métodos passaram a ser considerados desumanos e, assim, as técnicas de controle social foram aperfeiçoadas por meio do conhecimento científico, que tornou a dominação menos explícita e, no entanto, mais eficiente.

RAFAEL FELIX/PULSAR IMAGENS

Placa indicando o uso de câmeras de vigilância no município de Bertioga, São Paulo. Fotografia de 2023.

Segundo Foucault, a era contemporânea inaugurou um tipo de poder que internalizou em cada indivíduo a autodisciplina, baseada na possibilidade de estar sob constante vigilância, como se as placas com a inscrição "Sorria, você está sendo filmado", comuns em elevadores, valessem como aviso para qualquer situação social. O conhecimento, o saber e a ciência – do discurso aos adventos tecnológicos que os propiciam – são utilizados para instrumentalizar a disciplina e regular as relações sociais. É o chamado **poder disciplinar**.

Como explica Foucault,

> A "disciplina" não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma "física" ou uma "anatomia" do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições "especializadas" (as penitenciárias [...]) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder [como a família, seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior [...], seja enfim de aparelhos estatais que têm por função [...] fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia).

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 177.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Qual é a relação entre disciplina e poder, segundo Foucault?**
2. **Considerando as ideias de Foucault, é possível afirmar que o poder é exercido somente no âmbito das instituições? Explique.**
3. **A partir da concepção de Foucault, dê um exemplo de exercício do poder disciplinar.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O pan-óptico

Como metáfora para sustentar seus argumentos, Foucault utilizou o exemplo de uma técnica arquitetônica que alterou o padrão de controle social: a empregada no modelo **pan-óptico**.

De acordo com esse modelo, uma cadeia é construída em formato circular, com centenas de celas que recebem luz de fundo, com a finalidade de evitar o aparecimento de sombras onde os prisioneiros possam se esconder. Ao centro do complexo penal, uma torre de vigia, também circular, é ocupada por um observador que monitora o comportamento dos presos. O vigia, entretanto, não pode ser visto pelos prisioneiros, e estes, por sua vez, não sabem ao certo quando estão sendo observados, daí o porquê de se comportarem de modo disciplinado.

Segundo Foucault, esse modelo criado pelo filósofo iluminista e jurista britânico Jeremy Bentham, no século XIX, apoiado em um discurso de conhecimentos técnicos da moral, da justiça e da arquitetura, é a expressão concreta do que ocorre nas relações sociais contemporâneas: todos somos vigiados; só não sabemos quando estamos sendo vigiados. Todos somos vigias em potencial, observando uns aos outros, assim como cada área de especialização do saber pode produzir uma ordem discursiva que tem como objetivo o controle.

Por exemplo, um médico precisa conhecer medicina, mas se engana, segundo Foucault, quem pensa que o conhecimento médico é utilizado apenas com o objetivo de curar pessoas doentes. Como médico, o profissional pode administrar dietas e medicações ao paciente e exercer controle sobre o corpo dele, dizendo-lhe o que deve ou não ser feito para seu restabelecimento. Assim, hospitais, escolas e fábricas passam a funcionar com base em uma estrutura semelhante à do sistema pan-óptico de Bentham. Desse modo, acabam por configurar sua organização em bases hierárquicas moldadas para controlar e disciplinar.

Saiba mais

Pan-óptico digital

A ideia de hipervigilância apresentada no projeto arquitetônico de Bentham inspirou pensadores da atualidade a refletir sobre a sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. O filósofo sul-coreano, radicado na Alemanha, Byung-Chul Han dedica-se a estudar a relação entre a sociedade contemporânea e as redes sociais, analisando o papel de controle e vigilância exercido por essas plataformas. Para isso, ele utiliza a noção de pan-óptico digital, um modelo de controle social exercido por meio da tecnologia. Diferentemente do pan-óptico de Bentham, marcado pelo isolamento dos prisioneiros, o pan-óptico digital é caracterizado pela comunicação intensa e pela falsa sensação de liberdade, bem como por uma capacidade mais eficaz de vigilância, que atua no monitoramento e no gerenciamento do comportamento humano de todos os ângulos, por exemplo, por meio da coleta de dados.

MICHAEL RUNKEL/ROBERTHARDING/GETTY IMAGES

Ruínas do Presídio Modelo, na Ilha da Juventude, em Cuba. Fotografia de 2023. A construção desse presídio teve como base o modelo pan-óptico, em formato circular, cuja finalidade era inibir o comportamento dos prisioneiros, transmitindo a sensação de que estavam sendo continuamente observados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Biopolítica

Além da análise do poder disciplinar, dois outros conceitos que dizem respeito ao exercício do poder têm destaque na teoria de Michel Foucault: o de biopoder e o de biopolítica. Como você estudou, o **poder disciplinar** é exercido de maneira contínua em forma de vigilância, controle e correção, por meio de instâncias de controle social e de punição – como instituições pedagógicas, médicas, penais e industriais – que se instalaram no fim do século XVIII e no começo do século XIX. As instituições modernas, por meio da vigilância, normalizam e disciplinam os corpos, a fim de produzir indivíduos obedientes e produtivos – politicamente dóceis e economicamente úteis. Enquanto o poder disciplinar controla os corpos individuais e suas práticas, a **biopolítica** se concentra na administração da população, regulando aspectos da vida coletiva, como a saúde, a reprodução e a longevidade, para minimizar riscos e aumentar a produtividade.

De acordo com Foucault, a partir do final do século XVIII, fenômenos como a proporção de nascimentos e óbitos, a taxa de reprodução e a fecundidade passaram a ser objetos de saber e alvo de controle da biopolítica. Segundo ele, emergiu, nesse contexto, a categoria **população**: um conceito estatístico moderno que, no Ocidente europeu, criou as condições para o adestramento tecnológico da vida biológica coletiva dos seres humanos. Com a **medição estatística**, os governos puderam dispor de indicadores que lhes assegurassem a regulamentação pelo estabelecimento de padrões de normalidade.

Ao tratar de **normalização**, Foucault chama a atenção para o fato de que o que compreendemos como "normal", "legal" e "sadio" é resultado do estabelecimento de parâmetros médios populacionais considerados adequados segundo técnicas morais, legais e sociais. Para compreender o raciocínio de Foucault, pense, por exemplo, na medicina. Ao definir o que é um corpo saudável e o que é um corpo doente, o saber médico estabelece padrões de normalidade. O Índice de Massa Corporal, por exemplo, é estabelecido com base em médias estatísticas consideradas ideais e utilizadas para classificar as pessoas de acordo com sua massa corporal: abaixo do peso, com peso normal, acima do peso ou com certo grau de obesidade. Utilizando esse parâmetro, profissionais da saúde examinam, diagnosticam e tratam pessoas, intervindo sobre o corpo dos indivíduos por meio de procedimentos cirúrgicos ou de orientação da conduta. Os parâmetros são também utilizados para gerenciar a vida das populações, analisando, por dados estatísticos, a prevalência de desvios, o que pode orientar a condução de campanhas e a implementação de programas para prevenção e tratamento. A esse gerenciamento da vida biológica de indivíduos e populações, Foucault deu o nome de **biopoder**.

Com base na adoção de mecanismos de **fazer viver**, esse poder incide sobre os corpos individuais e regula a vida das populações por meio, por exemplo, da medicina: ela é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo – como organismo – e sobre a população – como conjunto de processos biológicos, com o objetivo de fazer viver. Uma campanha de vacinação gerencia, ao mesmo tempo, a vida do corpo (por vacinar o indivíduo) e da população (por criar imunidade coletiva).

Assim, o conceito de biopoder proposto por Foucault compreende a soberania como o poder de manutenção da vida. Se o poder do Estado se manifesta pela prolongação da vida, o que torna possível, na modernidade, o **deixar morrer**? Para responder a essa questão, Foucault acrescenta o **racismo** como mecanismo explicativo. Para Foucault, o racismo estabelece uma linha divisória entre os que terão a vida prolongada e os que não terão, além de conferir uma condição de aceitabilidade à morte do outro.

Dica

Gattaca

Direção: Andew Niccol. Estados Unidos, 1997. Duração: 106 minutos.

O filme de ficção científica, ambientado no futuro, aborda uma sociedade em que o Estado controla a qualidade genética dos indivíduos, classificando-os em válidos e inválidos.

Classificação indicativa do filme *Gattaca*: 14 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Necropolítica

Em sua obra, o filósofo camaronês Achille Mbembe amplia a compreensão de biopoder de Foucault, acrescentando a ela a morte como forma de controle social. Enquanto Foucault concentra-se na gestão da vida, Mbembe atenta à gestão da morte. Examinando contextos de guerra, genocídio, políticas de extermínio, colonialismo e violência sistêmica, o teórico apresenta o conceito de **necropolítica**. Com base nesse conceito, ele analisa o exercício da soberania pela destruição de corpos e populações por meio de práticas que determinam os grupos de pessoas que podem ser expostos à morte ou a condições de vida extrema que, no limite, conduzem à morte.

Retome com os estudantes que o *apartheid* foi uma política de segregação racial imposta pela população branca na África do Sul entre 1948 e 1994.

Mbembe identifica no **colonialismo** e no ***apartheid*** exemplos da necropolítica, em que a dominação ocorre pelo exercício sistemático e permanente da morte e o racismo legitima a desumanização e o extermínio de grupos específicos. De acordo com ele, a necropolítica expande a lógica colonial. Dessa maneira, o colonialismo e o *apartheid* constituem formas de dominação que transcendem os países e períodos históricos em que ocorreram: a **violência** não é utilizada apenas como arma do colonizador para subjugar o colonizado, mas também como mecanismo de garantia da continuidade de poder e controle por parte de Estados, governos e grupos políticos.

Por meio da necropolítica, segundo Mbembe, em situações de exceção, de risco, de guerra, urgência, de extrema exclusão, certos Estados ou grupos conquistam o direito de matar ou expor à morte determinados grupos para obter rentabilidade econômica. Nesse sentido, a violência e a morte, no período pós-colonial, passaram a ter fim em si mesmas e, segundo Mbembe, muitas vezes o *apartheid* racial é utilizado como fundamento das práticas de morte e **prevalência do terror**. Isso ocorre, por exemplo, com os milhares de refugiados de minorias étnicas e raciais que morrem todos os anos tentando atravessar fronteiras terrestres e marítimas sem receber ajuda de nenhum país.

MAURO PIMENTEL/AFP/GETTY IMAGES

Profissional que realiza entregas de mercadorias por aplicativo em rua na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021. Com base na conceituação de Mbembe, é possível refletir sobre as práticas governamentais de gestão da pandemia da covid-19 que privilegiaram a manutenção de certas vidas, ao passo que expuseram outras à doença e à morte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Poder e gênero

ODS 5

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Na realidade histórica e social contemporânea, o poder e seu exercício nos últimos séculos estiveram intimamente ligados ao gênero masculino. Essa circunstância determinou toda sorte de privilégios aos homens e impôs às mulheres um movimento direcionado a lutas sociais para adquirir direitos negados a elas.

Desde o final do século XIX, os movimentos civis de mulheres vêm se organizando para conquistar o direito ao voto, a equidade salarial, a liberdade sexual etc. De todo modo, é fato que, em termos gerais, a organização da maior parte das sociedades humanas contemporâneas segue um padrão patriarcal.

Em termos políticos, o **patriarcado** é um sistema no qual o poder masculino predomina, e a figura do homem provedor e responsável moral submete as mulheres a sua dominação. Daí o motivo de, até pouco tempo atrás, ser incomum encontrar mulheres entre as lideranças políticas, empresariais e intelectuais. Os espaços de representação e participação eram interditados às mulheres.

A sociologia contribui de forma decisiva para a compreensão e a crítica da sociedade patriarcal e, com mais vigor desde os anos 1960, produz diversos estudos e pesquisas com o objetivo de tirar o véu que encobre a dominação masculina.

Os dados de taxa de homicídios de mulheres no Brasil foram obtidos em: AZEVEDO, Cristina. Homicídios de mulheres no Brasil aumentam 31,46% em quase quatro décadas. **Fiocruz**, 20 mar. 2023. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas. Acesso em: 19 set. 2024.

Saiba mais

Feminicídio

A dominação masculina no Brasil e em outros países é bastante significativa. O Brasil é um dos países com maior número de feminicídios por ano, ocupando as dez primeiras posições do *ranking* mundial. O feminicídio é o crime de homicídio de mulheres cuja motivação é o simples fato de a vítima ser mulher. Muitas vezes, é cometido pelo namorado ou marido, que acredita ter a posse da mulher. Um estudo realizado em 2023 por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz revelou que a taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou 31,46% no período de 1980 a 2019, passando de 4,40 (1980-1984) para 6,09 (2015-2019) a cada 100 mil mulheres.

JEAN-BAPTISTE DEBRET – BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Funcionário público a passeio com a sua família, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1839. Debret representa uma família brasileira no século XIX. A fila que se forma revela a hierarquia marcada pela dominação masculina e racial nas relações de poder que formaram a estrutura da sociedade brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Masculinidades

A socióloga australiana Raewyn Connell, em suas obras *Gênero e poder*, de 1987, e *Masculinidades*, de 1995, aponta o patriarcado como um sistema de poder com base no qual os homens exercem dominação sobre as mulheres. Segundo a autora, a **masculinidade** – isto é, o conjunto de valores morais que justificam uma suposta superioridade masculina – constitui uma cultura de dominação há muito naturalizada porque o sexo é compreendido como natural e biológico, quando na verdade a expressão do desejo humano está relacionada a uma identidade de gênero que nada tem que ver com a biologia.

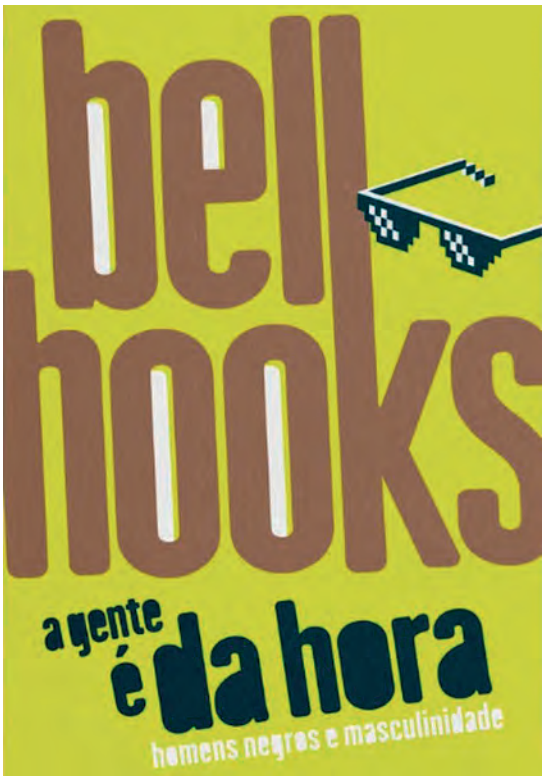
O gênero, na realidade, é construído social e culturalmente ao longo da trajetória de vida do indivíduo. Portanto, as posições de masculino e feminino tal como construídas na sociedade não podem ser compreendidas como características inatas, tampouco justificam qualquer forma de dominação.

Dessa maneira, a crítica ao patriarcado consiste em demonstrar que as atitudes e os comportamentos atrelados à concepção sociocultural do masculino estão muitas vezes associados à imagem do homem forte, poderoso e, por vezes, agressivo e violento, e à ideia da mulher como ser frágil, dócil e compreensivo. Nada pode ser mais equivocado do que esse pensamento.

Segundo a autora, a sociologia teria então o papel de demonstrar que os próprios homens acabam prisioneiros do sistema patriarcal, pois tendem a esconder suas fragilidades para não serem humilhados e não perderem seus privilégios. Portanto, não só as mulheres são submetidas à dominação masculina, mas os próprios homens acabam reprimidos pela lógica do patriarcado. A compreensão do gênero como algo sociocultural, e não simplesmente natural por ser biológico, pode fornecer a chave para quebrar esse padrão de dominação.

Saiba mais

A filósofa estadunidense Gloria Jean Watkins (1952-2021), conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em letras minúsculas propositalmente com o intuito de dar mais visibilidade à sua produção textual do que às suas qualidades pessoais) é considerada uma das intelectuais mais importantes da contemporaneidade por sua extensa contribuição ao entendimento da articulação entre racismo, feminismo, política, dominação e resistência. Na obra *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*, a autora defende que a dominação masculina impõe opressões não só às mulheres, mas também aos homens, sobretudo aos homens negros. A filósofa reflete sobre como os homens negros que vivem em uma cultura do patriarcado branco são sempre temidos pelos demais, e não amados ou admirados. Por meio da leitura, é possível refletir sobre os efeitos da dominação nas relações de todos os tipos, sobretudo as raciais e de gênero.



REPRODUÇÃO/ELEFANTE EDITORA

Capa do livro *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*, de bell hooks. Edição de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A citação de Carl von Clausewitz foi retirada de: ARGUELHES, Delmo Oliveira; ALVES, Vágner Camilo. A urgência da leitura: Da guerra, de Clausewitz, no bloco de notas de Lênin. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Niterói, v. 6, n. 2, p. 242, jul./dez. 2019.

Dica

A missão

Direção: Roland Joffé. Reino Unido, 1986. Duração: 126 minutos.

No fim do século XVIII, um mercador espanhol de escravizados vem ao Brasil com uma missão jesuíta. Após viver com os indígenas e imerso no novo território, ele vai enfrentar um dilema quando o Estado espanhol manda-o aplicar rígidas imposições às populações locais. O filme permite uma reflexão sobre as ambivalências do poder.

Classificação indicativa do filme *A missão*: 14 anos.

O Estado

A política nem sempre é capaz de equacionar o debate público e a diversidade de opinião. Muitas vezes, o resultado da política é o **dissenso**, e não o **consenso**. É famosa a frase proferida pelo general prussiano Carl von Clausewitz, na década de 1820, "a guerra é continuação da política por outros meios", ou seja, a **guerra** é um modo de alcançar uma finalidade política não possibilitada pelo consenso.

Quando os acordos não são possíveis, como evitar uma guerra? No decorrer da história humana, o Estado acabou criando dispositivos de controle com o objetivo de coibir ações e comportamentos que possam colocar a ordem em risco.

A **polícia** – instituição cuja finalidade é fiscalizar e vigiar os cidadãos – constitui o dispositivo do Estado que impõe limitações à "liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguardar a manutenção da ordem pública" nas mais diversas frentes, "da segurança das pessoas à segurança da propriedade", segundo Norberto Bobbio em seu dicionário. Repare que a palavra *polícia* tem o mesmo elemento de composição da palavra *política*: *poli-*.

A instituição policial não trabalha apenas com proteção e segurança. Em situações autoritárias, ela pode ser utilizada para reprimir manifestações públicas, cercear a liberdade de expressão, impedir o direito de ir e vir etc.

A existência do Estado e a garantia da ação do governo dependem da instituição policial desde que ela seja aceita como legítima pela maior parte dos cidadãos. Foi considerando isso que o sociólogo alemão Max Weber definiu o conceito de Estado.

Segundo o autor, o **Estado** é a instituição detentora do monopólio legítimo da força, isto é, só a ela é conferido o exercício legítimo da violência com o objetivo de assegurar a ordem coletiva. Assim, o papel do Estado é ambíguo, pois, para garantir a segurança, ele deve comandar a instituição capaz de cerceá-la.

A citação de Norberto Bobbio foi retirada de: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). Polícia. *In*: **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. v. 2, p. 944.

CARLOS BECERRA/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Unidade de Polícia Pacificadora no Morro do Vidigal, na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Fotografia de 2014. A instalação de unidades da polícia como essa fez parte de uma política implementada pelo governo no estado com o objetivo de retomar o controle de áreas dominadas por facções criminosas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Estado moderno

Na concepção moderna de Estado – que começou a emergir na Europa, sobretudo a partir dos séculos XIV e XV, em países como França, Inglaterra e Espanha –, a centralização perpassa todas as atividades políticas, jurídicas, militares e administrativas. Desse modo, o Estado moderno se distingue de outras formas de organização política anteriores – entre elas, a organização tribal, a cidade-estado e os antigos impérios – por se afirmar como um projeto político adotado para assegurar a constituição de uma comunidade unificada com unidade territorial gerida por leis, regras e instituições compartilhadas igualmente por toda a coletividade.

A noção de Estado passou por profundas transformações em virtude do papel e do lugar atribuídos a ele ao longo da história. Dessa forma, o termo apresentou diferentes definições até adquirir sua acepção contemporânea, que relaciona o conceito aos direitos coletivos.

O Estado moderno evoluiu das formas absolutistas do poder político exercido pelos monarcas, que tomavam decisões e definiam a lei geral a ser aplicada em todo o país. Gradualmente, essa forma de governar foi perdendo força e, sobretudo após as revoluções burguesas (entre os séculos XVII e XIX), o Estado se tornou majoritariamente a expressão jurídica e política do pacto social da coletividade, enfraquecendo-se como canal centralizado da ação de um governante.

Em todo caso, conforme muitos sociólogos e cientistas políticos, mesmo depois do advento dos parlamentos, das eleições e da delegação de poder por meio da representação política, o Estado não perdeu aquilo que lhe é peculiar: seu papel de força. Assim, muito embora tenha passado por mudanças ao longo da história, o Estado pode ser considerado, como definido por Max Weber, o organismo que detém o monopólio legítimo da força. Desse uso legítimo da força por parte do Estado, por meio de suas polícias e forças armadas, são garantidas a unidade e a soberania de suas instituições em dado espaço e tempo.

CAN YALCIN/ALAMY/FOTOARENA

Casa do Governo em Baku, Azerbaijão. Fotografia de 2023. Como forma de representar arquitetonicamente o poder político do Estado, a maioria dos países instala a sede do Poder Executivo em prédios ou palácios grandiosos e imponentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado liberal

A concepção de Estado contemporâneo começa a ser desenvolvida pelo pensamento liberal nos séculos XVIII e XIX. Em linhas gerais, o Estado contemporâneo foi erigido como um organismo que monopoliza o uso legítimo da força, a fim de assegurar a ordem, a **soberania**, a unidade nacional e os direitos fundamentais dos indivíduos: a liberdade de expressão, o direito de propriedade, o direito de ir e vir e o direito de livre empreender.

Principalmente até o primeiro quarto do século XX, o Estado contemporâneo deu prioridade aos direitos fundamentais individuais, posicionando-se de forma coercitiva, com a polícia e o exército, para tentar garantir a integridade física e de propriedade dos cidadãos. Seu desenvolvimento foi simultâneo à ordem capitalista, desempenhando o papel de proteger a posse e a concorrência, de modo que pouco legislava sobre a atividade produtiva.

Assim, as atividades de mercado, comércio e negócios eram dirigidas mais pela livre concorrência e pela ação individual do que por leis e regras estabelecidas com base em direitos coletivos. Conforme essa concepção, o Estado não poderia interferir na vida econômica da sociedade e deveria deixá-la caminhar segundo as próprias regras.

Esse ponto de vista liberal do Estado contemporâneo, que não deve interferir diretamente nas questões de mercado e economia, propiciou um avanço para a formação do **Estado de direito**: uma organização jurídica e política com divisões de poderes cujas atribuições são as de impor limites ao exercício da liberdade individual e à ação do Estado, de maneira que ele não possa ferir as regras que o constituem. Em termos gerais, o Estado de direito tem regras de funcionamento nitidamente definidas em uma Constituição legal, razão pela qual, para defini-lo, também se utiliza a expressão **Estado constitucional**.

JOA SOUZA/SHUTTERSTOCK

Seção eleitoral em escola pública na cidade de Salvador, Bahia. Fotografia de 2022. Segundo os ideais liberais, na política, candidatos devem concorrer a cargos de representação, assim como empresas concorrem no mercado. De modo geral, essa ideia está no centro das democracias liberais contemporâneas.

Dica

Politiquês: Episódio 73 – O que é soberania. E por que ela é tão importante

Produção: Nexo. Brasil, 2019. 23 minutos.

Em entrevista com o cientista político Guilherme Casarões, o *podcast* explica em que consiste o conceito de soberania e analisa sua importância na sociedade contemporânea.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crítica ao Estado liberal por Karl Marx

Karl Marx (1818-1883), propôs uma crítica radical à concepção liberal de Estado no século XIX, e seus argumentos ainda ecoam em nossos dias. Para ele, o Estado liberal contemporâneo nada mais era que o "comitê dos negócios da burguesia", pois sob a fachada constitucional de proteção dos direitos fundamentais – entre eles, o de propriedade – estava assegurada a defesa dos interesses da classe dominante. Desse modo, o Estado contemporâneo (ou o "Estado burguês", como ele preferia chamar) agia com força e coerção para garantir à burguesia o domínio e a posse dos meios de produção, perpetuando sua dominação sobre os proletários e, consequentemente, as desigualdades que impulsionavam o modo capitalista de produção.

Marx não considerava o Estado apenas um ente que impunha a ordem mediante o uso legítimo da força, pois suas atribuições não deviam se limitar a proteger uma classe em detrimento de outra. Por isso, no sistema revolucionário proposto por Marx, a superação das desigualdades sociais resultantes do modo de produção capitalista dependia também da transformação completa do organismo jurídico e político do Estado. Assim, ao passar para o modo de produção socialista, o Estado deveria ser ocupado pelo proletariado por meio de um partido político que representasse a classe trabalhadora, e não a burguesia.

Estado socialista

Segundo Marx, o Estado nada mais era do que uma formulação burguesa ilusória para a manutenção da desigualdade entre as pessoas e, por isso, ele deveria ser implodido. Entre as muitas tarefas do Estado socialista rumo ao comunismo, uma seria planejar a produção e revolucionar o mercado, transformando-o em meio de cooperação mútua, e não mais na exploração da força de trabalho de muitos em favor da acumulação de capital por poucos.

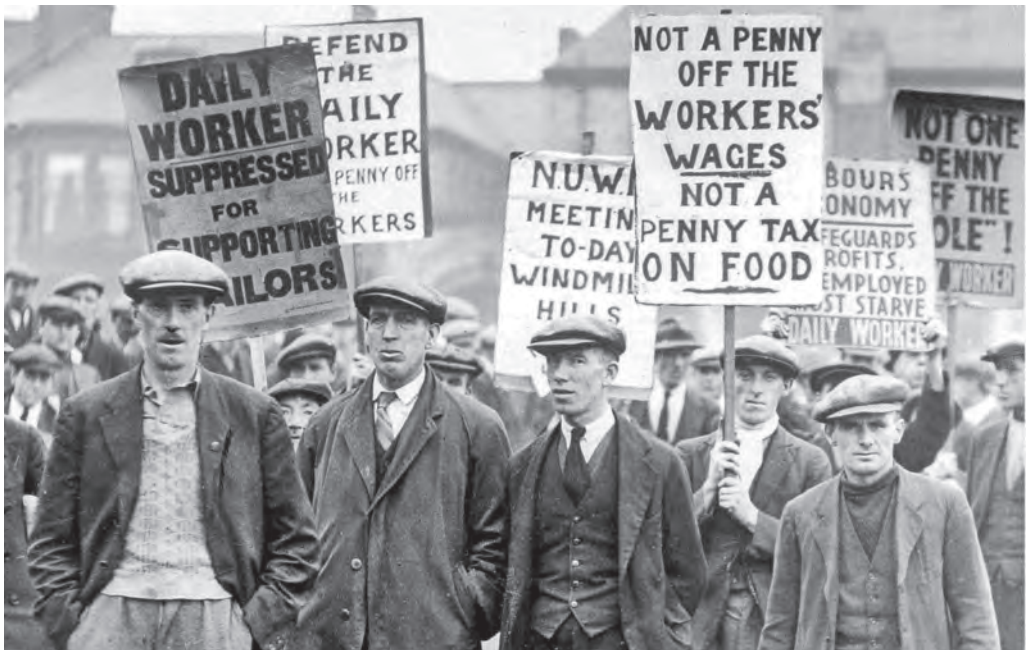
As ideias de Marx não conseguiram se impor em sua totalidade, mas não resta dúvida de que condicionaram outras formas de repensar o papel do Estado. Com base em seus argumentos, os ideais de defesa dos direitos individuais típicos do liberalismo político foram sendo reinterpretados com maior ênfase nas questões coletivas e deram margem à formação do Estado de bem-estar social.

Dica

Marx: uma biografia em quadrinhos

Corinne Maier e Anne Simon. São Paulo: Barricada, 2018.

Escrito em forma de história em quadrinhos, o livro apresenta a biografia de Marx e as principais ideias desenvolvidas por ele ao longo de sua trajetória.



NCJ/NCJ ARCHIVE/MIRRORPIX/GETTY IMAGES

Participantes de greve geral de trabalhadores em Londres, Reino Unido. Fotografia de 1926. Inspirados pelas ideias de Marx, muitos sindicatos de trabalhadores ao longo da história identificaram na luta política do mundo do trabalho uma relação direta com a transformação do Estado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado de bem-estar social

O Estado de bem-estar social, também conhecido por sua denominação em língua inglesa como *Welfare State*, é o modelo institucional que passou a ganhar destaque no período entre as duas grandes guerras, embora tenha iniciado seu curso na Alemanha nas últimas décadas do século XIX.

Trata-se de um modelo de gestão no qual o Estado, diferentemente do tipo liberal, desenvolve e implanta programas sociais e assistenciais compulsórios com o objetivo de regular parte dos conflitos advindos das relações produtivas no sistema capitalista. São típicos do Estado de bem-estar social programas como seguro-saúde, indenizações e aposentadorias remuneradas aos trabalhadores, pensões e seguro-desemprego.

Esse modelo começou a ser instituído na década de 1880 na Alemanha, sob o comando do estadista Otto von Bismarck, e alcançou muita repercussão quando foi implantado pelo presidente Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, entre 1933 e 1937, o plano intitulado ***New Deal*** ("novo acordo"), um conjunto de programas políticos e econômicos realizados com o objetivo de recuperar a economia e o mercado do país após a crise econômica de 1929, que resultou no período conhecido como Grande Depressão. O programa de Roosevelt incluía grandes investimentos do Estado em obras públicas e o controle da produção agrícola e de preços da produção manufatureira, determinando a diminuição da jornada de trabalho para possibilitar a ampliação das vagas de emprego.

Nesse modelo, além de lançar programas compulsórios com o objetivo de garantir aos trabalhadores e a todos os cidadãos direitos coletivos – sociais, e não só individuais –, o Estado se ocupava de gerenciar a produção, podendo investir em obras públicas para dinamizar a economia e possibilitar a geração de empregos. Esse pacote de investimentos foi pensado para tentar evitar crises no sistema econômico.

É comum também denominar esse tipo de Estado como de assistência social ou intervencionista, já que ele interfere no mercado e orienta politicamente a atividade produtiva, arbitrando o conflito entre trabalhadores e capitalistas. Também é comum denominá-lo **keynesiano**, em referência ao economista inglês John Maynard Keynes, um dos principais teóricos do Estado de bem-estar social do século XX.

Charge de Jean Galvão sobre a aposentadoria no Brasil, 2019.

© JEAN GALVÃO/FOLHAPRESS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Explique a sátira contida na charge.**
2. **De que modo a charge pode ser relacionada ao Estado de bem-estar social?**

Estado de exceção

Em situações de calamidade pública, grave ameaça advinda de forças estrangeiras ou emergência nacional causada por catástrofes naturais, por exemplo, pode ocorrer a suspensão temporária dos regimentos constitucionais de um Estado para que as decisões sejam viabilizadas rapidamente sem necessidade de tramitação por diversos organismos e poderes estatais. Essa suspensão dos regimentos é conhecida como **estado de exceção**. Também é comum a utilização da expressão *estado de sítio* para caracterizar esses momentos institucionais.

Há, entretanto, situações de estado de exceção que podem se tornar regras. Isso ocorre, por exemplo, nos regimes totalitários e ditatoriais em que os aparelhos de força do Estado (polícias e forças armadas) são utilizados por um grupo, partido ou dirigente para fazer valer sua vontade, infringindo ou anulando as regras constitucionais.

O filósofo italiano contemporâneo Giorgio Agamben argumenta que na realidade atual o estado de exceção se tornou norma, pois, com a justificativa de disponibilizar segurança ante a realidade do terrorismo, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, os Estados-nação lançam mão de instrumentos cada vez mais autoritários e anticonstitucionais, criando uma situação de vigilância ostensiva de todo e qualquer cidadão. Para bem compreender o argumento do autor, pense na quantidade de câmeras de segurança de que as forças policiais dispõem em todo o mundo para supostamente garantir a paz coletiva. É possível argumentar que isso tem efeitos positivos, mas também fere um princípio fundamental, porque a privacidade e a imagem do indivíduo ficam à mercê da vigilância do Estado.

O que é nação

É muito comum nos referirmos ao agrupamento de pessoas de determinado país como **nação** – por exemplo, quando dizemos que a nação francesa tem grandes museus. Além disso, utilizamos esse termo para caracterizar povos muito diferentes, mas em condições de vida similares, com frases como: "O Brasil é formado, também, pela nação indígena". Nesse caso, o mais correto seria dizer "nações indígenas", pois, quando mencionamos os indígenas brasileiros, nos referimos a diversos povos com representações culturais, identidades e línguas muito diferentes umas das outras.

Por essa afirmação, já é possível deduzir que as representações, a cultura e a identidade são itens indispensáveis para categorizar as nações, mas não são os únicos. Alguns pesquisadores, amparados no sentido contemporâneo do termo, podem afirmar que a ocupação de um território é fator importante para reconhecer certa nacionalidade, mas há exceções, pois há povos que, embora partilhem de uma cultura e de uma identidade, não habitam necessariamente a mesma localidade. Pense, por exemplo, nos povos romani, conhecidos como ciganos, que têm em comum os costumes e a língua romani, mas habitam diversas regiões do mundo, justamente em virtude de sua cultura ser marcada por um caráter itinerante, pouco sedentário.

LUIS SOTO/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Apresentação de músicos durante celebração do Dia Internacional dos Povos Romani (8 de abril), em Madri, Espanha. Fotografia de 2024. Além de promover as múltiplas expressões culturais desses povos, organizações romani utilizam essa data para denunciar o racismo e a violação dos direitos humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Definindo o conceito de nação

O termo *nação* se refere a grupos populacionais unidos de forma mais ou menos permanente por terem consciência e costumes comuns. Essa primeira definição demonstra que o que é partilhado em uma nação não é exatamente concreto. Assim, de modo geral, pode-se afirmar que as nações são expressas por seus gestos, língua, atitudes e comportamentos, desde os mais elementares, como sentar-se à mesa, até os mais tradicionais, como o tipo de culinária praticado. São também elementos nacionais os símbolos que marcam a identificação dos povos, como narrativas sobre sua origem, seus rituais, suas crenças e seus hinos e canções. Portanto, uma nação é formada pela partilha comum do sensível.

É importante considerar que uma nação independe da formação de um Estado, pois ela pode existir como comunidade histórica e cultural sem ter constituído instituições políticas como as existentes no Ocidente – por exemplo, os poderes de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e os símbolos que deles decorrem.

O uso do conceito de nação não é recente. Supõe-se que na Roma antiga tenha sido utilizado pelos romanos para caracterizar outros povos. Assim, o imperador Júlio César, no século I a.C., fazia uso do termo ao se referir a povos europeus que não estavam sob o domínio romano. Tal utilização com o objetivo de identificar o outro vigorou até as revoluções burguesas, sobretudo a Revolução Francesa (1789-1799).

Na era contemporânea, o conceito adquiriu mais complexidade ao incluir questões psicológicas e políticas dos povos, evidenciando diferenças mais profundas entre comunidades humanas.

Um dos primeiros textos voltados ao aprofundamento do conceito foi o ensaio: *Que é uma nação?*, escrito em 1882 pelo filósofo e historiador francês Ernest Renan (1823-1892).

Segundo Renan, o primeiro grande equívoco na caracterização de uma nação é, para a definição do conceito, considerar a raça como elemento primordial. A questão racial é sinônimo de diversidade cultural, mas não de marcação biológica. Assim, não é a característica física que determina a origem de uma comunidade nacional.

Nem mesmo a língua, por si só, é elemento decisivo na formulação do conceito de nação, pois em grandes nações pode haver variações importantes nas formas e no conteúdo da fala e da escrita. Renan cita como exemplo a Suíça, que é uma nação, embora lá sejam falados oficialmente quatro idiomas. No caso da questão étnica, basta pensar no Brasil e em sua formação multiétnica – por indígenas, africanos, europeus e asiáticos. A religião também não deve ser considerada como fator relevante para categorizar uma nação, pois há muitas nações plurirreligiosas, como França, Alemanha, Estados Unidos e Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGES

Festa junina no município de Mairi, Bahia. Fotografia de 2022. As festas juninas são um exemplo de elemento aglutinador da nação brasileira, já que ocorrem do norte ao sul do país.

Afinal, o que é nação?

Ora, se nenhum desses elementos isolados serve para categorizar algo como nacional, qual seria a definição de nação? Vamos recorrer às palavras de Renan para elucidar essa questão:

> [...] uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas [...] constituem [...] esse princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer uma herança [...].
>
> [...]
>
> Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural** – Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 4, p. 173-174, 1997.

Portanto, **nação** é um conjunto de indivíduos que no espaço e no tempo decidem seguir o curso da história afirmando suas identidades, símbolos e, sobretudo, sua vontade de continuar unidos em comunidade na busca de um destino comum. Tal definição de nação – coletividade humana que busca um destino comum – é do cientista político e historiador sino-americano Benedict Anderson, autor do livro *Comunidades imaginadas*, de 1983, no qual discorre sobre as origens e a difusão do nacionalismo.

Estado-nação

É muito comum, em conversas e nos meios de comunicação, os termos *Estado* e *nação* serem utilizados como equivalentes ou até como sinônimos. Entretanto, se nos lembrarmos da definição de nação, perceberemos que nem todas as nações são dotadas de Estado.

O Estado não é algo natural; é social, histórico, político e culturalmente concebido. Entre as construções de Estado existentes, aquela que mais se disseminou foi a erigida na Europa entre os séculos XV e XVI.

O Estado moderno é resultado da concepção das nações e de suas organizações e centralizações jurídicas e políticas. Dessa forma, apesar de haver nações sem Estado, há Estados que são a expressão política e jurídica das nações. A essas entidades políticas foi atribuído o nome de Estados-nação, que, como registrado pelo geógrafo francês Yves Lacoste no século XX, podem ser considerados Estados formados por uma população que pertence à mesma nação. No entanto, há Estados cuja população é formada por diferentes etnias. É o caso da Bolívia.

AIZAR RALDES/AFP/GETTY IMAGES

Integrante de coletivo formado por mulheres das etnias quéchua e aimará andando de *skate* em La Paz, Bolívia. Fotografia de 2022. De acordo com a concepção de Estado plurinacional adotada pela Bolívia, diferentes grupos étnicos não devem ser assimilados em apenas uma identidade nacional, mas ter sua autonomia e sua singularidade valorizadas. Assim, quéchuas, aimarás e outros povos indígenas são reconhecidos como nações dentro do Estado boliviano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado e nação no Brasil

O Brasil é um Estado-nação, do ponto de vista formal, desde que se tornou independente de Portugal em 1822 e, consequentemente, pela outorga da Constituição de 1824, que, em termos jurídicos, políticos e administrativos, constituiu o Império do Brasil.

Desde então, ocorreram muitas transformações políticas e administrativas, e contam-se outras seis constituições: a dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, que inaugurou a república e o presidencialismo; a de 1934, que vigorou pouco e foi substituída, na Era Vargas, pela Constituição de 1937, do Estado Novo; a Constituição de 1946, elaborada anos depois, com a democratização do país; a de 1967, forjada durante a ditadura civil-militar; e, com a redemocratização do país, a Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã por ser a primeira fortemente voltada às questões sociais, como educação, saúde e habitação.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a Constituição de 1824, embora criasse a autonomia do país, incorporava poucas características liberais, sendo mais instrumento jurídico das elites do que a garantia de direitos à população. A mesma afirmação é possível fazer sobre a Constituição de 1891, que, embora tenha instituído o sistema republicano, pouco significou em garantias de direitos para grande parte dos brasileiros. Durante a Era Vargas, a Constituição de 1934 significou algum avanço, sobretudo em relação aos direitos sociais associados ao mundo do trabalho, mas logo viria o Estado Novo, e, com ele, um estado de exceção, que cassou direitos políticos de opositores do governo. Contraditoriamente, Vargas aprofundou ainda mais direitos dos trabalhadores e ampliou a educação, iniciando o curso de um difícil e ainda não alcançado caminho de bem-estar social.

O Estado constitucional, erigido em 1946, foi o primeiro que se pôde denominar democrático, por ter fundamentado alguns direitos políticos – por exemplo, o voto universal. Mas não foi suficiente: um país acostumado com autoritarismo – até 1946, nenhuma constituição mostrou avanço democrático – sucumbiu novamente ao estado de exceção com a ditadura civil-militar iniciada em 1964.

Foi somente em fins dos anos 1980 que o Brasil constituiu um Estado cujas características constitucionais valorizam mais os direitos sociais. No entanto, ainda são enormes os problemas coletivos, principalmente os relacionados às desigualdades sociais e à sua superação nas esferas da segurança pública, da educação, da saúde e da habitação.

Segundo o historiador e cientista político mineiro José Murilo de Carvalho, o Estado no Brasil é, muitas vezes, um conjunto de ornamentos políticos que não realizam de fato a república, isto é, a coisa pública. Ainda de acordo com ele, a cidadania no Brasil – o acesso aos direitos civis, políticos e sociais – vem sendo construída por um longo e tortuoso caminho.

© ARIONAURO

Charge de Arionauro, 2017.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Qual é o tema abordado na charge?
2. Explique a contradição apresentada na charge.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ideia de nação no Brasil

Uma afirmação corrente entre os cientistas sociais brasileiros é a de que, no Brasil, o Estado antecedeu a nação. Se, na maior parte dos exemplos ocidentais, culturas comuns acabaram se unindo para formar um monopólio legítimo da força e garantir o controle das fronteiras para seus nacionais, no caso do Brasil isso aconteceu de forma invertida.

Para compreender essa ideia é preciso lembrar que, assim como seus vizinhos latino-americanos, o Brasil é um país pós-colonial. Isso significa que é um Estado-nação formado não pela autodeterminação de populações locais, mas pelas consequências diretas e indiretas da exploração colonial.

Entre os séculos XVI e XIX, com a exploração colonial portuguesa ao menos três matrizes culturais distintas foram obrigadas a se relacionar no território que viria a ser o Brasil: a do branco europeu colonizador, a das centenas de nações indígenas que viviam no continente americano e a das dezenas de etnias africanas traficadas e escravizadas para servir ao projeto colonial.

Esta seria a primeira face da nação brasileira: um povo formado por europeus, indígenas e africanos. No entanto, o Estado que se formou em 1822 foi uma consequência direta da mudança da sede do Império Português para o Rio de Janeiro em 1808, quando dom João VI, ameaçado pelas guerras na Europa, decidiu mudar da metrópole para a colônia – fato inédito até aquele momento da história das nações colonizadoras.

A presença da Corte portuguesa no Brasil acarretou mudanças nas relações econômicas com a Europa e transformações no espaço urbano que beneficiaram as elites locais. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino unido, o que desagradou os portugueses que viviam na Europa. A partir de 1820, muitos passaram a defender a volta do monarca à Europa e o restabelecimento de antigos privilégios, o que foi entendido como uma tentativa de recolonização do Brasil pelas elites locais, que passaram a defender a ideia de independência. Dessa maneira, diferentemente de outras nações não coloniais, o Brasil surgia não como um Estado, mas *contra* um Estado, no caso, o português.

Desde então, para se opor ideologicamente ao fato de que o Estado português chegou antes da nação brasileira, muito tem se construído no pensamento e na literatura nacionais acerca da ideia de nação dos brasileiros.

Por exemplo, os representantes do Romantismo, importante movimento artístico e intelectual da primeira para a segunda metade do século XIX criaram personagens indígenas caracterizando-os como brasileiros natos, os verdadeiros heróis nacionais a representar a "cara do Brasil". Foi o caso do personagem Peri, no romance *O Guarani*, de José de Alencar, publicado em 1857.

No fim do século XIX, outras concepções da nação brasileira começaram a ser criadas no imaginário nacional. Sobretudo após a proclamação da república, as elites dirigentes buscaram se afastar do passado colonial e escravista e eleger outros símbolos nacionais.

PEDRO BRUNO – MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO

Pátria, pintura de Pedro Bruno, 1919. Na obra, o grupo de mulheres brancas em ambiente doméstico costurando a bandeira do Brasil pode ser interpretado como uma alegoria do esforço da classe dominante para forjar a nação brasileira após a Proclamação da República.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Algumas interpretações sobre o Brasil

Entre as interpretações sobre a nação brasileira construídas no período republicano, começam a vigorar aquelas segundo as quais a verdadeira face do Brasil não é nem europeia, nem indígena, nem negra, mas miscigenada. Alguns teóricos desse período, porém, entendiam a miscigenação de forma pseudocientífica e racista, considerando-a um atraso para a cultura nacional. Outros, no entanto, alegavam que ela nada tinha de problemática, podendo mesmo ser a resolução para o fim dos problemas relacionados à dominação e às desigualdades.

Gilberto Freyre e a análise do Brasil miscigenado

Nos anos 1930, ficou muito famosa a teoria do pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), registrada em seu livro *Casa-grande & senzala*, de 1933. O autor propõe uma teoria denominada **lusotropicalista**. De acordo com essa teoria, as heranças do período colonial, com base na mão de obra escravizada, no controle do grande latifúndio por um líder patriarcal, a despeito de toda violência do sistema, teria produzido, ao longo do processo, uma integração social e cultural de colonizadores e colonizados, brancos e negros, resultando uma sociedade mestiça e integrada.

Essa tese, controversa e posteriormente refutada, fundamentou o que ficou conhecido como **democracia racial**, cuja ideia central era a de que, diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil era uma nação na qual pessoas de raças diversas viviam em plena harmonia. Para comprovar que essa ideia é enganosa, basta analisar as estatísticas sobre, por exemplo, o modo como a violência vitima negros e brancos no país, incidindo de forma desigual sobre eles.

Florestan Fernandes e a derrubada do mito da democracia racial

As controvérsias acerca da obra de Freyre moveram e ainda movem muitos debates sobre a questão racial no Brasil. Um dos principais críticos de suas proposições foi o sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995). Segundo ele, o preconceito racial no Brasil não pode ser minimizado pelas ambivalências da miscigenação. Além disso, é preciso somar ao racismo as distinções de classe social, isto é, segundo os estudos de Fernandes, o preconceito racial potencializa injustiças de renda e de classe.

Florestan Fernandes chegou a essas conclusões quando, ao lado de outros pesquisadores, entre eles o sociólogo francês Roger Bastide, realizou um estudo sobre relações raciais na cidade de São Paulo, no contexto de um projeto promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para os estudo das relações raciais, entre os anos de 1951 e 1952. O estudo de Fernandes e Bastide foi publicado em 1959 com o título *Brancos e negros em São Paulo*.

Brasil: desigualdades por cor ou raça – 2021

Mercado de trabalho e distribuição de renda

Cargos gerenciais – 2021

69,0% ocupados por brancos × **29,5%** ocupados por pretos ou pardos

Pessoas abaixo da linha de pobreza – 2021

Renda (em dólares por dia) inferior a...	1,90	5,50
Branca	5,0%	18,6%
Preta	9,0%	34,5%
Parda	11,4%	38,4%

Condições de moradia e patrimônio

Proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil hectares) – 2021

Branca	79,1%
Preta ou parda	19,0%

Violência

Taxa de homicídios, por 100 mil pessoas – 2020

	Total	Homem	Mulher
Branca	11,5%	21,2%	2,4%
Preta	21,9%	41,4%	2,7%
Parda	34,1%	64,3%	4,6%

Fonte: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, IBGE, n. 48, p. 1, 2022.

Informe aos estudantes que, segundo a classificação utilizada pelo IBGE, a população negra é composta pela soma de pretos e pardos.

Responda no caderno.

Enfoque

1. O infográfico apresenta dados relativos a mercado de trabalho e distribuição de renda, condições de moradia e patrimônio e violência no Brasil, segmentados pelas variáveis de gênero e raça. Analise-o com atenção e explique o que os dados revelam sobre cada um desses temas.
2. Como a análise dos dados possibilita refutar a tese de Gilberto Freyre de existência de uma democracia racial no Brasil?

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sérgio Buarque de Holanda e as raízes do Brasil

Em outra direção, o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), no livro *Raízes do Brasil*, de 1936, tentou desvendar os enigmas da formação da nação brasileira argumentando que o brasileiro é um "desterrado em sua própria terra" e refletindo sobre a dificuldade da conscientização de suas origens nacionais. Afinal, é comum uma pessoa afirmar-se neta de europeus, indígenas ou africanos antes mesmo de identificar-se como brasileira. É também comum um brasileiro dizer-se pernambucano, paulista, gaúcho etc., antes de se considerar participante da nação. Isso já aconteceu com você?

Essas ideias sobre a nação brasileira continuam em disputa: ora afirmamos que os indígenas são os verdadeiros brasileiros, ora declaramos que, com certeza, somos brasileiros; em outro momento, negamos que o Brasil seja um país racista, embora as notícias cotidianas desmascarem tal afirmação.

Darcy Ribeiro e as matrizes do povo brasileiro

O antropólogo mineiro Darcy Ribeiro (1922-1997) publicou, em 1995, um ensaio de interpretação da nação brasileira intitulado *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Nele, Ribeiro propõe a ideia de que o Brasil é uma nação formada por ao menos cinco diferentes matrizes culturais: a sertaneja, a crioula, a cabocla, a caipira e a do Brasil sulino. Trata-se, pois, de uma tese com ênfase nos processos culturais de cinco diferentes Brasis que, ao longo de uma trajetória política e social, se fundiram na complexidade de uma nação integrada, embora conservando traços de suas diferentes ascendências formativas.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Projeção na fachada do Congresso Nacional, realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, durante o 19º Acampamento Terra Livre, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2021. A intervenção artística é parte de um movimento em defesa dos direitos dos povos indígenas e de valorização de suas contribuições culturais, sociais e históricas para a constituição da identidade brasileira.

Dica

Línguas

Instituto Socioambiental. Programa Povos indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas. Acesso em: 12 ago. 2023.

O Instituto Socioambiental disponibiliza um interessante acervo sobre povos indígenas brasileiros. Na página sobre línguas no Brasil, é possível pesquisar informações sobre as mais de 160 línguas e dialetos indígenas falados no país. Esse acervo linguístico integra os quase 7 mil outros idiomas falados atualmente no mundo. Estima-se que, antes da chegada dos colonizadores portugueses, o número de línguas faladas por indígenas no território onde hoje está situado o Brasil era de cerca de mil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dominação e resistência

As formas de poder e de dominação abordadas no capítulo podem ser consideradas **hegemônicas** quando há predomínio majoritário do Estado sobre a sociedade ou outras formas de poder estruturadas sobre outros grupos.

As minorias políticas – grupos excluídos por sua origem, crença, comportamento ou concepção de mundo – se percebem prejudicadas ou alijadas de seus direitos diante das decisões e imposições requeridas pelos grupos dominantes. Ao longo da história, tais grupos não aceitaram passivamente a dominação. Da luta das minorias contra a dominação, nasceram importantes inovações políticas e sociais, que possibilitaram tornar a sociedade mais inclusiva e democrática.

Sem a primeira onda do movimento feminista no início do século XX, dificilmente o voto teria se tornado universal na maior parte dos países democráticos. A luta dos movimentos negros por direitos civis na segunda metade do século XX foi definitiva para pôr fim às políticas de segregação racial em países como Estados Unidos e África do Sul.

Ainda que as minorias reivindiquem pautas relacionadas à garantia de seus direitos e à proteção contra as violências que as atingem, suas conquistas beneficiam a sociedade de maneira mais ampla.

No Brasil da década de 1990, por exemplo, o movimento na época denominado GLS – de *gays*, lésbicas e simpatizantes (hoje concebido como movimento LGBTQIA+) – foi determinante nas reivindicações de quebra de patente farmacêutica de medicações voltadas ao tratamento da aids. A mobilização desse grupo foi fundamental para a elaboração e a implementação de políticas públicas de oferta de tratamentos antirretrovirais pelo Sistema Único de Saúde. Esse processo não apenas impactou o enfrentamento imediato à epidemia de aids, como também colaborou para que, posteriormente, a quebra de patentes e a produção local de genéricos possibilitassem que outros medicamentos também se tornassem acessíveis à população.

Em seu artigo "Representação política, identidade e minorias", a cientista política da Universidade de Chicago Iris Young argumenta que a experiência de minorias políticas em sua trajetória nas relações de poder contribui de forma decisiva para a organização coletiva e para a conquista de novos horizontes nas relações sociais. Ao mesmo tempo, em decorrência das diferenças entre as pessoas que compõem os grupos, existe um desafio iminente de unificar pautas.

MARCELO MIN/FOLHAPRESS

Manifestação contra as patentes de medicamentos de aids no Dia Mundial de Luta contra a aids em São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2004. As reivindicações do movimento hoje chamado de LGBTQIA+ nas décadas de 1990 e 2000 foram essenciais para quebrar a patente de medicamentos para combater o vírus HIV.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nesse mesmo artigo, ao tratar da correlação entre identidade e representação, a cientista argumenta que tal associação toma como pressuposto a existência de características e interesses iguais entre os membros de um mesmo grupo. Entretanto, na luta por direitos, ao agrupar e visibilizar pessoas segundo semelhanças, representando um grupo como homogêneo, diferenças individuais e complexidades internas são ocultadas. Leia, a seguir, um trecho do artigo:

Texto 1

> [...] as políticas, as propostas e os argumentos acerca da representação especial de grupos são alvo de muitas objeções. Uma delas, particularmente relevante, presume um posicionamento que enseja diferenças sociais em vez de reduzi-las. Segundo essa objeção, a ideia de representação especial assume que um grupo de mulheres, ou de afro-americanos, de maoris, de muçulmanos, de pessoas surdas, tem um conjunto de atributos e interesses comuns que pode ser representado, o que na maioria das vezes não seria verdadeiro.
>
> Diferenças de raça e de classe perpassam o gênero, diferenças de gênero e etnia perpassam a religião e assim por diante. Os membros de um grupo de gênero, racial etc. têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos. Assim, o processo unificador requerido pela representação de grupos buscaria congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas.
>
> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua nova**, São Paulo, v. 67, p. 141-142, 2006.

Ora, de fato, cada minoria política, ao resistir ao poder hegemônico, tenderá a apresentar suas demandas como prioridade e a afirmar seu discurso como mais urgente que o de outro grupo. Como resolver a questão? Há muito tempo, os sociólogos vêm se dedicando a ela.

Três décadas antes de o artigo de Iris Young ser publicado, o sociólogo Antônio Flávio Pierucci também se dedicou a refletir sobre esse desafio. Leia o trecho de um artigo dele sobre o tema:

Texto 2

> A diversidade é algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na vida quotidiana: na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo que mediante códigos de diferenciação que implicam classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações, desencadeiam subordinações. A tal ponto, que querer defender as diferenças sobre uma base igualitária acaba sendo tarefa dificílima em termos práticos [...].
>
> PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 16-17, jul./dez. 1990.

Dessas reflexões, surge um problema: a resistência ao poder e à dominação hegemônica resulta dos movimentos de grupos políticos e sociais minoritários. Cada um desses grupos, porém, tende a se organizar segundo sua experiência, suas práticas e demandas específicas. Dessa maneira, em razão da fragmentação desses grupos, é politicamente desafiante organizar um grande bloco de resistência política com uma agenda comum para lutar contra a dominação hegemônica.

Atividades

Responda no caderno.

1. **Tomando como base os argumentos apresentados nos dois excertos, responda: por que a articulação coletiva em torno de uma agenda comum é politicamente desafiante?**
2. **Que contribuições as minorias, por meio de sua resistência à dominação, podem trazer ao conjunto da sociedade?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **Defina, em poucas palavras, o que é política.**

2. **A palavra *poder* tem ao menos dois significados. Um indica propriedade, no sentido de possuir, ter algo. Outro, inerentemente ligado à política, envolve as relações sociais. Disserte brevemente sobre o poder nas relações sociais e dê exemplos de maneiras como ele se realiza.**

3. **Analise o texto e, a seguir, responda às questões.**

> Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas.
>
> NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 50, 2006.

   a. A qual tipo de dominação as autoras se referem?

   b. Quais são as consequências desse tipo de dominação para as desigualdades sociais?

   c. Como o grupo afetado tem respondido aos efeitos dessa dominação?

OBJETO DIGITAL Vídeo: Relatório de pesquisa

4. **Em grupo, com colegas, você vai realizar um estudo de caso com o objetivo de analisar a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro à luz da teoria de Max Weber sobre o Estado. Para isso, sigam estas orientações.**

   a. Consultando livros, revistas, jornais impressos ou *sites* confiáveis na internet, realizem uma pesquisa buscando compreender:
      - em que consistiu essa política;
      - qual foi seu objetivo;
      - em que contexto foi criada;
      - quais foram as principais ações implementadas;
      - como foi sua recepção pela opinião pública.

   b. Registrem os resultados em um relatório de pesquisa, que sintetize as principais informações sobre a política pública, acompanhadas das fontes consultadas.

   c. Ao final do relatório, redijam um texto que apresente uma análise dessa política pública, procurando responder:
      - Como as UPPs pretendiam afirmar o monopólio legítimo da força do Estado?
      - Como a presença das UPPs impactou a vida cotidiana dos moradores das favelas?
      - Em que aspectos as UPPs podem ter fortalecido a legitimidade do Estado?
      - Em que aspectos as UPPs podem ter minado essa legitimidade?

5. **Na letra da canção a seguir, da cantora e compositora mineira Bia Ferreira, há menção explícita ao conceito de necropolítica, elaborado pelo filósofo camaronês Achile Mbembe. Com base na análise dessa letra, faça o que se pede.**

> Necropolítica
> Correria tu se vira
> Bobeou eles atira
> Eles nem são bons de mira
> Mas a ordem é matar
> Se não é alvo, aniquila
> Porque o alvo é a melanina
> Pode estar com a família
> Menino ou menina
> E na favela é mais uma chacina
> Governador mandou mirar na cabecinha
> Polícia silencia e assassina
> Necropolítica
>
> [...]
> No hospital
> A violência é prática
> Ela vai parir e fica estática
> Doutor mandou não anestesiar
> Anemia falciforme
> E a saúde vai conforme o dinheiro que cê tem no bolso vai poder pagar
>
> NECROPOLÍTICA. Intérprete: Bia Ferreira. Compositora: Bia Ferreira. *In*: FAMINTA. Intérprete: Bia Ferreira. São Paulo: Algohits, 2022. 1 álbum, faixa 4.

   a. Na letra da canção são mencionadas algumas práticas de violência. Identifique-as.

   b. Quais são os alvos das práticas de violência apontadas na letra da canção?

   c. Analise a aplicação do conceito de necropolítica à letra da canção.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6. Analise a imagem da abertura do capítulo e os trechos dos textos citados a seguir. Redija um texto dissertativo-argumentativo, acerca da formação da nação brasileira considerando as diferentes culturas que a compõem. Depois, troque seu texto com um colega e avalie os argumentos apresentados por ele.

Texto 1

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.

Texto 2

O que tenham os brasileiros de singular em relação aos portugueses decorre das qualidades diferenciadoras oriundas de suas matrizes indígenas e africanas; da proporção particular em que elas se congregaram no Brasil; das condições ambientais que enfrentaram aqui e, ainda, da natureza dos objetos de produção que as engajou e reuniu.

[...]

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e aculturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 20-21.

7. (UECE-CE) O poder do Estado moderno, para Max Weber (1864-1920), está fundado em uma estrutura típica de dominação legítima que é racional-legal e, em seus princípios, tem a possibilidade de encontrar obediência dos governados através de uma organização idealmente burocrática, normativa e impessoal. Segundo este teórico, a burocracia do Estado é fruto próprio do processo de racionalização que embasa todas as dimensões da vida na modernidade e, justamente, identifica e estrutura as formas de dominação racional-legal de nossa época.

Considerando o tipo de dominação racional-legal do Estado moderno, segundo Weber, avalie as seguintes afirmações:

I. A existência de regulamentações administrativas e normas jurídico-legais rege a organização das sociedades pelos Estados.

II. A dominação racional que estrutura, por exemplo, órgãos do Estado ocorre pela eleição de pessoas carismáticas em suas funções.

III. A obediência dos cidadãos aos ordenamentos estatais é gestada por uma condução pessoal da benevolência dos governantes.

IV. Para que exista legitimidade da dominação burocrático-racional do Estado, é preciso o consentimento por parte daqueles que obedecem.

Está correto o que se afirma somente em

a. II e IV.

b. I e III.

c. II e III.

d. I e IV.

8. (Enem-MEC)

O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

Os modelos autoritários descritos no texto apontam para um sistema de controle que se baseia no(a):

a. Formação de sociedade disciplinar.

b. Flexibilização do regramento social.

c. Banimento da autoridade repressora.

d. Condenação da degradação humana.

e. Hierarquização da burocracia estatal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 4

População e estratificação social

A sociedade na qual você vive é composta de pessoas diferentes. Possivelmente, você já notou que as diferenças entre os indivíduos não são apenas de características físicas, mas também de condições sociais. Por exemplo, onde você mora, há bairros com distintos tipos de moradia.

A decisão de viver em determinado bairro, muitas vezes, depende da situação econômica das pessoas, ou seja, está relacionada à renda individual ou familiar. Considerando a condição financeira, as pessoas avaliam onde podem morar: em moradias confortáveis e acesso fácil a bens e serviços – como transporte público, opções de comércio e lazer e coleta diária de lixo – ou em moradias pequenas e, às vezes, precárias, e com acesso mais difícil a transporte e serviços públicos.

Além da condição financeira, a ocupação do espaço pelas pessoas decorre de diferentes fatores, como o local de nascimento, a identificação com determinado bairro e a proximidade com o trabalho.

As sociedades de tipo capitalista são divididas em classes sociais, e um dos fatores que as diferenciam é a distribuição desigual de renda. A formação de classes sociais – um tipo de estratificação social –, porém, é um fenômeno multifacetado, ou seja, é determinado por uma ampla gama de fatores, como a distribuição material de bens, a hereditariedade, o acesso à educação formal, as dinâmicas de ocupação e trabalho, aspectos relacionados à cultura e o estilo de vida. Assim, cabe perguntar: estratificação social resume-se à classe social e a aspectos materiais?

Com base nessa questão, ao longo deste capítulo você será convidado a discutir, analisar e compreender a estratificação social e seus tipos, identificando suas dimensões e analisando suas transformações no decorrer da história.

RODRIGO PAIVA/GETTY IMAGES

Em primeiro plano, residências precárias da comunidade de Paraisópolis e, ao fundo, edifícios no Morumbi, bairro de classe alta da cidade de São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2020. Os diferentes tipos de moradia revelam a divisão social entre os moradores desses dois bairros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O que é estratificação social?

Se consultarmos um dicionário de língua portuguesa para descobrir o significado de *estratificação*, encontraremos várias definições. Entre os significados possíveis, está a diferenciação das pessoas em camadas sociais de acordo com suas relações materiais, culturais ou sociais. No entanto, essa divisão não é somente uma forma de evidenciar as diferenças naturais (como habilidades físicas, características genéticas e disposições intelectuais) e sociais (como habilidades econômicas, educacionais, políticas, étnico-raciais, de gênero, entre outras) existentes em uma sociedade. Ela é também um modo de hierarquizar os grupos sociais com base nessa diferenciação.

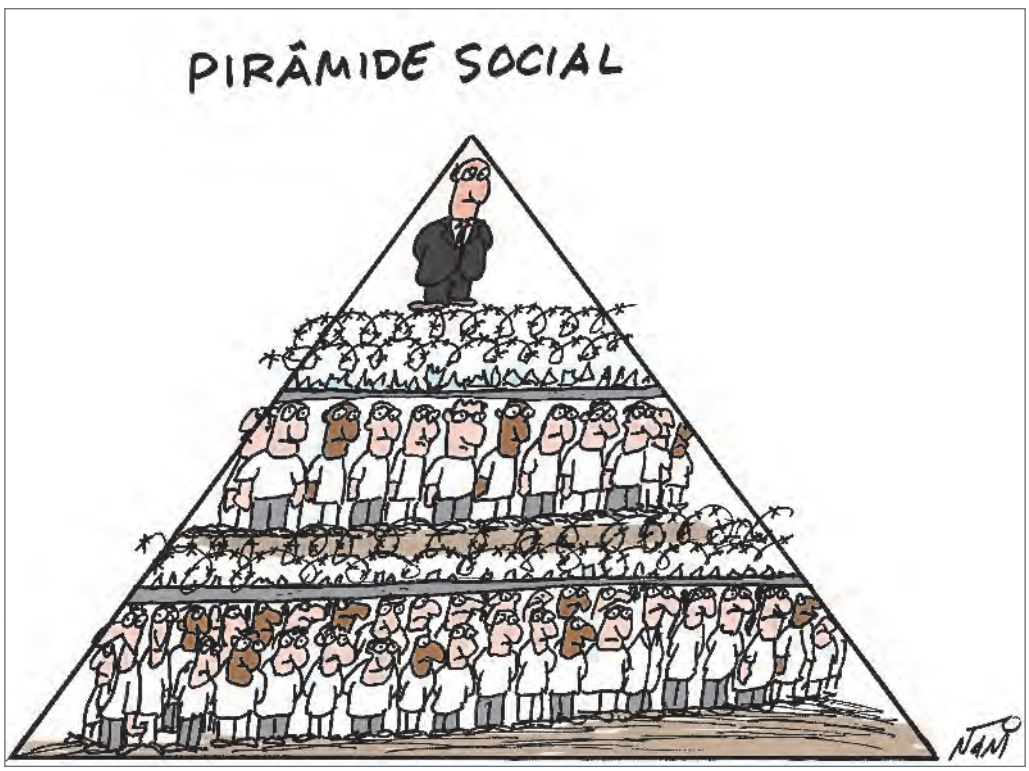
Hierarquizar significa dispor as pessoas em patamares diferentes de uma escala, da posição mais alta para a mais baixa. Um exemplo prático está em uma suposta hierarquia atribuída ao reino animal, em que o ser humano ocuparia a posição mais alta, com base na justificativa de que, imbuída de racionalidade, essa espécie estabeleceria mecanismos de controle e dominação sobre as demais.

Essa lógica pode ser transferida para a sociedade. Quando mencionamos a hierarquização, ressaltamos o fato de que a sociedade é dividida em grupos sociais dispostos em camadas, com vantagens e desvantagens, que constituem processos de desigualdade e dominação. Tal hierarquização pode ser representada com uma imagem de pirâmide: os grupos que estão no topo exercem domínio sobre os demais; já os que se encontram na base são impelidos a submeter-se às regras estabelecidas pelos grupos posicionados na parte mais alta da pirâmide.

Quando nos referimos à estratificação, também tratamos de hierarquização. Em boa parte das sociedades, os seres humanos organizaram-se socialmente com base no domínio e no poder de um grupo sobre os demais. No entanto, como em cada sociedade ou período histórico há diferentes tipos de poder vigentes ou formas sociais das quais emana o poder, não existe somente um tipo de estratificação nem apenas uma base social para sua fundamentação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© NANI



Pirâmide social, charge de Nani, 2015.

Responda no caderno.

Enfoque

1. De que modo a pirâmide social foi representada na charge?
2. Como os elementos representados na charge simbolizam a hierarquização?

Fundamentos sociais da estratificação

Ao analisar os processos de hierarquização social ao longo da história, constata-se a existência de três tipos de estratificação: em **castas**, em **classes sociais** e em **estamentos**. Apesar de ser possível encontrá-los em diferentes momentos históricos, esses tipos de estratificação podem conviver na mesma época e no período de predomínio de determinado modo de produção, pois a base constitutiva de um tipo de estratificação não está limitada a uma característica ou a apenas um elemento.

Castas

As **castas**, que têm caráter hereditário, são formadas com base em critérios de crença, costumes e religião. A sociedade indiana é um exemplo de sistema de castas vigente nos dias atuais, mesmo tendo sido abolido oficialmente pela Constituição indiana de 1940. Sua organização baseia-se na divisão das pessoas conforme as determinações do hinduísmo – o *karma*, que estaria relacionado ao trabalho, e o *dharma*, associado ao dever. Essa divisão estabelece quem pode e deve trabalhar, produzindo uma relação desigual entre quem trabalha e os que usufruem dos benefícios do trabalho alheio. Apesar da divisão desigual, os preceitos religiosos – associados aos processos de dominação política – fundamentam as castas e permitem a manutenção desse tipo de hierarquização social.

Classes sociais

A forma característica de estratificação social do sistema capitalista é a divisão em **classes sociais**, cuja base é a distribuição dos bens materiais de forma desigual, fundamentada na posição que as pessoas ocupam nas relações de produção. Assim, o proprietário de um negócio pertence a determinada classe. Já a pessoa que trabalha para ele faz parte de outra classe. A condição de proprietário e a de funcionário configuram a diferença de posses: alguns têm mais acesso a bens materiais do que outros. Com o passar do tempo, a sociedade de castas indiana adaptou-se a esse sistema, embora, culturalmente, não tenha abandonado a divisão em castas.

SANJAY KANOJIA/AFP/GETTY IMAGES

Manifestação de integrantes da organização política Bhartiya Arakshan Mukti Dal contra a reserva de vagas de empregos e escolares a pessoas de castas inferiores, em Allahabad, na Índia. Fotografia de 2018.

Estamentos

Outro tipo de estratificação social ocorre por meio de **estamentos**, de acordo com o *status* social de seus componentes. O *status* social é a posição que um indivíduo ocupa, com base em seu prestígio social, na estrutura da sociedade em que está inserido. Em algumas sociedades, o prestígio pode se originar da ocupação profissional da pessoa; em outras, da família à qual ela pertence. Ele pode ser diferente dependendo do contexto, pois o que o caracteriza é o elemento valorizado pela sociedade em questão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Portanto, o estamento é um tipo de estratificação com baixa mobilidade, ou seja, há pouca possibilidade de as pessoas se moverem para estratos superiores. Para que isso ocorra, elas precisam adquirir prestígio social. Se, por exemplo, o que é valorizado na sociedade é a família de origem, para estar em um estamento superior é preciso ter nascido em determinadas famílias ou casar-se com alguém pertencente a elas.

Um exemplo histórico de sociedade cuja estratificação se organiza conforme o modelo de estamentos proposto é a sociedade feudal da Europa medieval entre os séculos V e XV. Tal sociedade era organizada com uma estrutura rigidamente hierárquica, composta de diferentes estamentos, com posições sociais frequentemente determinadas ao nascimento, cada um dos quais com suas características de *status*, privilégios e obrigações.

As posições sociais estavam organizadas em três grupos, com baixa mobilidade social: clero (líderes religiosos, como padres, monges e bispos), nobreza (senhores feudais, cavaleiros e outros membros da aristocracia) e terceiro estado (grupo heterogêneo que comportava servos, camponeses, artesãos e comerciantes, entre outros tipos sociais). É evidente que a sociedade medieval não compunha um todo homogêneo. As características específicas de cada estamento, bem como seu conjunto de obrigações, variavam de acordo com o período histórico e a região.

Estratificação e desigualdade

Com o decorrer do tempo, os tipos de estratificação tiveram seus limites "borrados", ou seja, eles dificilmente são encontrados em seu estado puro ou conceitual. Com o modo de produção capitalista, as classes sociais tornaram-se o tipo de estratificação dominante.

No entanto, elas também incorporaram o *status* social como elemento constituinte, diversificando a composição dos estratos sociais e dos princípios da hierarquização. Nas questões relacionadas aos aspectos simbólicos e materiais, há fatores que são importantes para constituir a divisão das pessoas em estratos sociais. Por exemplo, o acesso aos bens culturais e a forma como os apreciamos nos distinguem socialmente. Além disso, a ligação a determinados círculos sociais, como a participação em certos clubes ou a convivência com determinadas pessoas, também nos coloca em lugares sociais distintos.

Seja qual for o tipo de estratificação, sabemos que ela está presente em nossa vida e permeia as diversas interações estabelecidas cotidianamente. Trata-se de um elemento fundamental na diferenciação social, e sua existência evidencia a presença da desigualdade nas diversas sociedades.

Estratificação social

CASTAS	CLASSES SOCIAIS	ESTAMENTOS
Hereditariedade	Desigualdade econômica	*Status* e prestígio
Ausência de mobilidade	Existência de mobilidade	Mobilidade restrita
Rígida hierarquia social		

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A dimensão material das classes sociais

Ao andar pelas ruas de uma cidade, percebe-se a existência das diversas formas pelas quais uma sociedade se organiza. O fato de haver bairros que se diferenciam pelo tipo de moradia ou pelo acesso aos serviços públicos pela população deixa evidente a distinção entre as pessoas, comprovando a existência de uma divisão social que as estratifica e se fundamenta na **dimensão material**.

As características desse tipo de estratificação, denominado classe social, são a posse de bens e a posição que as pessoas ocupam nas relações de trabalho. No entanto, é importante entender a complexidade desse conceito da perspectiva sociológica.

Classes sociais de acordo com Max Weber e Karl Marx

Os sociólogos alemães Max Weber e Karl Marx foram importantes formuladores do conceito de classe social no século XIX, e suas definições influenciam a sociologia até hoje. Apesar da tentativa de alguns pesquisadores de colocar os dois pensadores em lados opostos em razão de suas interpretações sobre a sociedade, quando o assunto é classe social, há mais confluências do que divergências em suas análises.

A maior diferença entre os autores está no contexto de formulação do conceito. Enquanto para Marx as classes sociais só existem no modo de produção capitalista, tratando-se, portanto, de um conceito histórico, para Weber elas podem ser encontradas em qualquer modo de produção, desde que as características que as compõem estejam presentes.

Weber e as classes sociais

Weber afirma que a sociedade é composta de ordens distintas, entre as quais estão a ordem **social**, a **jurídica** e a **econômica**. Cada uma delas tem normas e regras próprias, assim como um tipo de estratificação social vigente. Essa estratificação envolve o tipo de poder em disputa e o modo como ele é distribuído e apropriado em cada ordem. Desse modo, a classe social é o tipo de estratificação da ordem econômica, que pode ser entendida como aquela em que:

> [...] 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda [...].
>
> WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 212.

Isso quer dizer que, para Weber, a situação de classe de um indivíduo está relacionada à possibilidade (ou impossibilidade) que ele tem de dispor de bens, habilidades, condições de vida e experiências que lhe proporcionem a obtenção de benefícios financeiros em um sistema econômico específico. Essas características condicionam a oportunidade de acesso a outros bens, habilidades e experiências.

CRIS FAGA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Consumidores tentando pegar seus produtos às pressas antes de o estoque esgotar em um dia de liquidação em loja de eletrodomésticos na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2018. A posse de bens é um dos aspectos que constituem a dimensão material das classes sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para Weber, declarar que certas pessoas pertencem à mesma classe social significa afirmar que elas partilham determinada situação. Desse modo, pertencer a uma classe diz mais respeito a dispor (ou não) do mesmo conjunto de bens, experiências e oportunidades do que a estabelecer um elo de comunidade. Por exemplo, uma pessoa com um diploma de Ensino Superior na área do direito pode concorrer a uma vaga de emprego em um renomado escritório de advocacia ou em uma empresa multinacional, ou mesmo participar de um concurso público para a vaga de juiz. Essa condição vinculada a sua escolaridade possibilita a essa pessoa acessar vagas com salários mais altos e, consequentemente, adquirir bens e ter experiências pessoais resultantes de seu poder aquisitivo, isto é, poder proporcionado pelo valor da renda que ela tem. Já uma pessoa que não concluiu o Ensino Médio não conseguirá concorrer a essas vagas e, possivelmente, terá acesso a empregos menos bem remunerados. Com menor poder aquisitivo, suas experiências pessoais serão diferentes daquelas da pessoa que tem diploma de Ensino Superior.

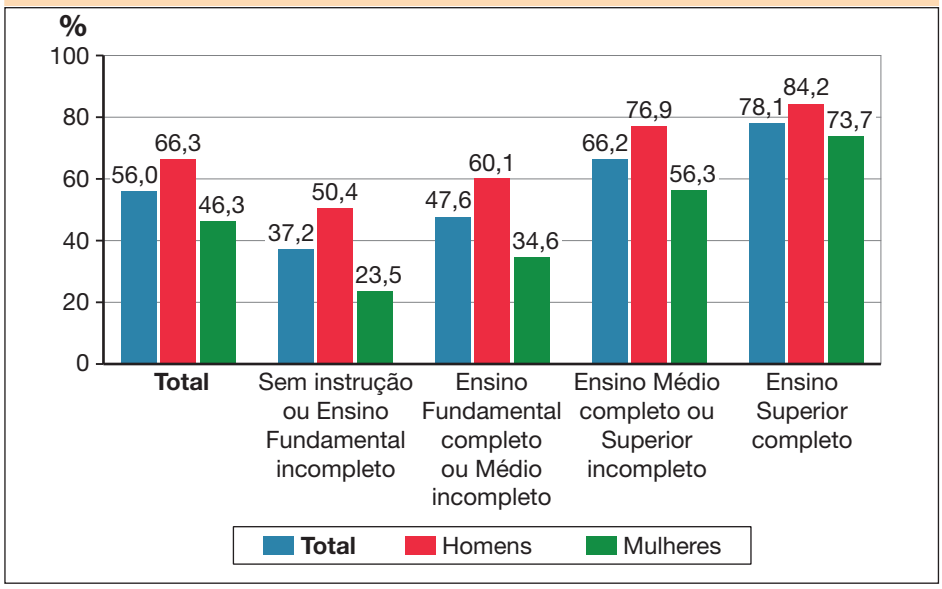
Portanto, para Weber, a classe se define pela existência ou pela ausência de poder e conforme as propriedades das pessoas, que podem ser adquiridas tanto pela posse de renda e bens quanto por suas qualificações, que limitam ou maximizam suas condições em um grupo social.

Weber: privilégio como fator de diferenciação

Weber dividiu as classes em **positivamente privilegiadas** e **negativamente privilegiadas**. O fato de alguém ser proprietário de bens é positivo, pois isso lhe permite estar em posição de vantagem no mercado de trabalho ou nas relações de produção. A mesma coisa pode ser afirmada sobre um trabalhador com qualificações específicas, muito procuradas no mercado e das quais poucas pessoas dispõem. Dessa forma, Weber introduz o privilégio como fator de diferenciação, pois não são apenas os bens materiais que distinguem as pessoas, mas também os privilégios materiais e simbólicos que se fundamentam na dimensão material e a extrapolam.

Weber não cita a relação entre a ordem econômica e o modo de produção capitalista. Para ele, esse tipo de estratificação pode ser encontrado em qualquer momento da história no qual haja distribuição desigual de poder, em razão da diferenciação na apropriação dos bens e da renda.

Brasil: nível de ocupação, por sexo, segundo nível de instrução (em %) – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira (2023). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 22.

Enfoque

Responda no caderno.

1. No gráfico, qual parcela da população tem o nível de ocupação mais alto? E o mais baixo?
2. Analise os dados do gráfico com base na definição de classe de Max Weber.
3. Além do grau de instrução, o gráfico evidencia outra variável de estratificação social. Identifique a variável e argumente por que ela opera como um marcador de desigualdade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Marx e as classes sociais

Para Marx, as classes sociais existem apenas no modo de produção capitalista, e suas características estão relacionadas à posição que as pessoas ocupam nas relações sociais de produção, ou seja, à forma como estão dispostas no mundo do trabalho: se são camponeses, se possuem os meios de produção ou se são empregados assalariados. Assim, para Marx, é preciso identificar a origem da renda das pessoas: se está associada à posse da terra ou dos meios de produção ou se resulta da venda da força de trabalho para o empregador. Identificada a fonte de renda das pessoas, é possível reconhecer a classe a que elas pertencem.

Segundo Marx, a renda pode ser originada de três fontes: da **propriedade da terra**, do **capital** e da **força de trabalho**. Dela resultam, respectivamente, a renda do solo, o lucro e o salário, que caracterizam, na definição de Marx, três grandes classes: o **campesinato**, a **burguesia** e o **proletariado**.

Apesar de essa proposição ser a base do entendimento de Marx a respeito de classe social, o conceito que ele elaborou não se resume ao estabelecimento de que algumas pessoas estão em uma classe social por terem determinada propriedade e, consequentemente, a renda dela originada.

Marx: classe em si *versus* classe para si

Os desdobramentos da definição de Marx são importantes, pois, como mencionado, somente ter a propriedade de algo não caracteriza uma classe. Para Marx, a classe social requer duas situações. A primeira é o que ele chama de **classe em si**: o conjunto de pessoas que, por terem o mesmo tipo de propriedade, ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção e, por isso, compartilham costumes, interesses e ideias idênticos.

Para fins de exemplo, todos os que vendem sua força de trabalho são **proletários** ou da **classe trabalhadora**, enquanto quem emprega essas pessoas, ou seja, os donos de comércios, indústrias, entre outras, são **burgueses** ou da **classe burguesa**. Essas classes diferenciadas ocupam camadas opostas na estrutura da sociedade capitalista e compartilham costumes e interesses diferentes entre si, mas idênticos no interior da classe.

Para Marx, no entanto, haver um conjunto de pessoas em condições parecidas não é o suficiente para constituir uma classe: é necessário também que as pessoas se reconheçam como pertencentes ao mesmo grupo e se comportem de acordo com tal percepção, inclusive politicamente, reivindicando acesso a bens, direitos e demais privilégios por meio de sua posição de classe. Quando há esse reconhecimento, ou seja, ao adquirir **consciência de classe**, essas pessoas se tornam uma **classe para si** e, então, formam definitivamente uma classe social.

LUCIOLA ZVARICK/PULSAR IMAGENS

Feira da Agricultura Familiar em Carmo do Rio Claro, Minas Gerais. Fotografia de 2020. Agricultores familiares têm sua renda originada do trabalho em sua propriedade da terra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

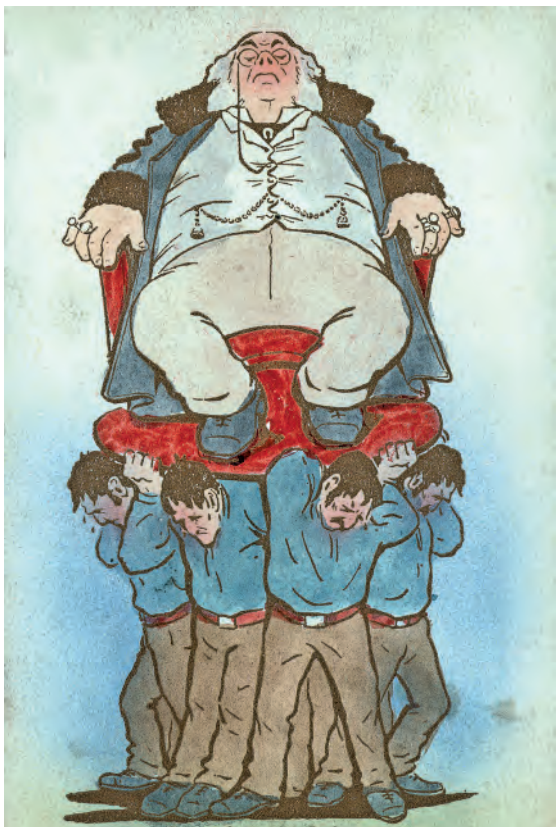
Marx: classe e transformação social

Na análise de Marx, o processo de constituição da classe para si só seria possível no modo de produção capitalista, que exploraria de forma extrema e intensa a força de trabalho, acarretando o reconhecimento, pela classe trabalhadora, do próprio potencial, o que levaria à constituição da classe para si e, consequentemente, à possibilidade de transformação social. A transformação social nesse caso seria proveniente da mudança na estrutura de classes. Ao compreender a posição de exploração a que estivesse submetida, a classe trabalhadora poderia modificar a estrutura de classes de duas formas. Na primeira, buscaria a supressão completa das classes sociais por meio de uma revolução, em que os bens de produção seriam compartilhados com todos, ou seja, coletivizados. Nessa forma, os resultados da produção seriam distribuídos de maneira igualitária a todos, que poderiam partilhar outros bens materiais e imateriais, caminhando para uma sociedade igualitária. A outra forma seria a busca da redução das desigualdades por meio da coletivização dos bens de produção promovida pelo Estado. Como patrão, o Estado buscaria equalizar os ganhos resultantes de produção, assim como o acesso a outros bens materiais, como moradia, e imateriais, como saúde e educação. Nesse caso, eliminar-se-ia a existência de classes sociais baseadas nas relações de produção, pois o Estado seria o patrão.

Passados mais de 150 anos da publicação de *O capital*, de 1867, obra em que Marx definiu as bases da constituição do modo de produção capitalista, e mesmo com mudanças significativas, ainda vivemos nesse sistema. Assim, é cabível perguntar: há classes para si na sociedade capitalista contemporânea?

Para responder a essa pergunta, sociólogos se debruçaram sobre as transformações do modo de produção capitalista, investigando o modo como a definição de classe social foi sendo adaptada, compreendendo a diferença entre as pessoas com base na posição ocupada por elas na produção e o resultado no acesso à renda e aos bens e, consequentemente, no poder e no controle assegurados pela dimensão material.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ELGAR COLLECTION/LOOK AND LEARN/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Capital e trabalho, charge britânica, século XX. Na charge, os capitalistas estão representados na figura de um homem sentado em uma poltrona, e o proletariado são os homens que o sustentam.

Dica

Classificação indicativa do filme *Eles não usam black tie*: 14 anos.

Eles não usam *black-tie*

Direção: Leon Hirszman. País: Brasil. Ano: 1981. Duração: 123 minutos.

O filme da década de 1980, inspirado em uma peça teatral de mesmo nome, aborda a trajetória de Otávio, um trabalhador metalúrgico que atua no movimento sindical da categoria. Com o objetivo de resistir a práticas abusivas no trabalho, ele organiza um movimento grevista. Seu filho, trabalhador da mesma fábrica, está às vésperas de ser pai. Temendo perder o emprego, o jovem resiste à greve, gerando uma série de conflitos.

As classes sociais no Brasil

No Brasil, nosso entendimento acerca das classes sociais está bastante associado à dimensão material. É comum uma pessoa se considerar de determinada classe pelo conjunto de bens materiais que possui. Como mencionado, sociologicamente, a compreensão de classe social pode ser mais ampla, agregando também uma dimensão simbólica, como o *status* social.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa criou o *Critério Brasil*: uma forma de mensurar a quantidade de pessoas em determinada classe social. Para isso, o *Critério Brasil* classifica economicamente as pessoas nas classes A, B, C, D ou E, conforme a posse de bens – como televisão, geladeira e automóvel –, além de outros fatores, como escolaridade do chefe da família, acesso a água encanada e localização da moradia em rua pavimentada. Assim, a cada item é atribuída uma pontuação; após os pontos serem somados, as pessoas são classificadas em determinada classe. Conforme o *Critério Brasil*, para uma pessoa ser considerada de classe A, precisa alcançar de 45 a 100 pontos. Já uma pessoa de classe D ou E atinge apenas 16 pontos.

Essa classificação tem sido utilizada por empresas de vários setores para direcionar seus produtos no mercado. Por exemplo, ao saber que a maior parte das pessoas da classe C não tem secadoras de roupa, os fabricantes desse produto podem produzir secadoras com valores mais acessíveis e planejar campanhas publicitárias voltadas para esse público. A classificação também permite avaliar as condições de vida da população ao mostrar quantas pessoas têm acesso a bens privados, como geladeira e máquina de lavar roupas, e a serviços públicos, como água encanada – ter serviço de água encanada na residência pode ser um critério de estratificação social, sobretudo no Brasil.

Critério Brasil: pontuação por posse de bens e serviços – 2022

Bens e serviços	0	1	2	3	4 ou +
Banheiro	0	3	7	10	14
Trabalhador doméstico mensalista	0	3	7	10	13
Automóvel particular	0	3	5	8	11
Microcomputador (não considerar *tablets* nem *smartphones*)	0	3	6	8	11
Lava-louças	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer ou parte independente da geladeira com essa função	0	2	4	6	6
Lava-roupas (não considerar tanquinho)	0	2	4	6	6
Leitor de DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupas (incluindo lava e seca)	0	2	2	2	2

Critério Brasil: pontuação por grau de instrução do chefe de família – 2022

Grau de instrução do chefe da família	Pontuação
Analfabeto/Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo/Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo/Médio incompleto	2
Médio completo/Superior incompleto	4
Superior completo	7

Critério Brasil: pontuação por disponibilidade de serviços públicos – 2022

Serviços públicos	Não	Sim
Água encanada	0	4
Rua pavimentada	0	2

Fonte dos quadros: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de classificação econômica Brasil**. Disponível em: https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2022.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fenômeno da nova classe média

Na década de 2000, esse tipo de categorização – que distribuía as pessoas em estratos tendo o consumo como critério – foi bastante disseminado e utilizado inclusive pelo governo federal. Entre 2003 e 2014, o aumento do salário mínimo, a promoção de políticas de distribuição de renda, a expansão da concessão de crédito e o crescimento econômico nacional impulsionaram um aumento do número de pessoas que saíram da linha da pobreza e passaram a compor um mercado consumidor até então incipiente.

Na época, esse fenômeno foi definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada como o surgimento de uma **nova classe média**. Essa expressão era utilizada para designar um conjunto de pessoas que, após a abertura de pequenos negócios, acesso a empregos formais e mais bem remunerados ou, ainda, em razão da mobilidade na carreira derivada do aumento da escolaridade, deixaram de fazer parte das classes D e E, situadas na base da pirâmide, tornando-se classe C.

Nesse período, o governo federal difundiu o fenômeno de surgimento da nova classe média como um indicador-chave de sucesso das políticas sociais e econômicas na redução da desigualdade social e na melhoria das condições de vida da população. A categoria foi também utilizada como parâmetro para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a atender as demandas desse novo estrato, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que facilitou a uma parcela da população o acesso a crédito imobiliário.

A análise sociológica da nova classe média

A categoria de nova classe média foi discutida por economistas e sociólogos brasileiros, gerando estudos que evidenciavam a fragilidade dessa classificação. O economista Marcio Pochmann analisou os dados da população que compunha a nova classe média e constatou se tratar apenas de uma nova classe trabalhadora, formada majoritariamente por trabalhadores do setor de serviços que viram sua renda aumentar como resultado de políticas públicas variadas, como o Programa Universidade para Todos e a política nacional de valorização do salário mínimo, conduzidas naquele período.

Outro apontamento feito pelos pesquisadores era a possibilidade de que, com as mudanças na economia, a nova classe deixasse de existir. Isso de fato ocorreu após 2014, quando o Brasil enfrentou uma crise econômica que elevou o número de desempregados e reduziu a renda média do trabalhador brasileiro, levando a muitos questionamentos sobre o conceito de nova classe média.

Esse debate contribui para o entendimento de que a formulação de novos conceitos ou classificações na sociologia depende de um conjunto de critérios que precisam demonstrar certa estabilidade. Os conceitos precisam de uma base empírica forte e passível de verificação em momentos e contextos diversos.

Charge de Duke, 2015.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Explique a sátira contida na charge.**
2. **Relacione a charge aos estudos sobre a nova classe média.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A dimensão simbólica das classes sociais

Distinguir as pessoas pela posse de bens materiais é bastante comum na nossa sociedade. Por exemplo, quem tem uma casa, um carro e recebe um bom salário é visto de forma distinta daquele que não tem esses bens, mora em casa alugada e cujo salário é suficiente apenas para pagar as despesas. Por terem renda e posse de bens diversas, essas pessoas pertencem a classes sociais diferentes e, possivelmente, suas posições estão associadas à ocupação conquistada no mercado de trabalho.

No entanto, essa não é a única forma de diferenciar as pessoas e identificar a classe social à qual elas pertencem. O vestuário, os tipos de alimento consumidos ou mesmo a forma de se sentar são características que podem indicar o pertencimento de alguém a determinada classe social.

Mesmo sem perceber, muitas vezes agimos de acordo com a percepção dessas distinções. Possivelmente, você já teve de se vestir de forma diferente conforme o local que visitou, ou se comportou de maneira distinta com alguém considerando a roupa ou o comportamento dessa pessoa. Essa é a dimensão simbólica das classes sociais, que, associada à dimensão material, possibilita ao ser humano identificar a classe social à qual as pessoas pertencem, assim como compreender a própria classe.

Nesse debate, considerando essa dimensão simbólica, Max Weber observou na ordem social a existência de um tipo de estratificação cuja base era o ***status* social**, ou seja, o prestígio derivado da ocupação das pessoas ou de sua origem familiar.

Na concepção de Weber, enquanto a classe constitui uma categoria de estratificação de ordem econômica, relacionada à posse de bens e à posição de um indivíduo no mercado, o *status* corresponde à ordem social, e tem como base o prestígio e a honra. Nesse sentido, ele pode se manifestar em aspectos do estilo de vida e das tradições, como o modo de falar e se comportar, a moradia, as práticas de consumo cultural, entre outros.

Tal análise influenciou interpretações diversas sobre as sociedades estratificadas em classes sociais, com destaque para a teoria desenvolvida no século XX pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que ainda instiga os debates a respeito desse tema na sociologia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RIBEIROROCHA/ISTOCK/GETTY IMAGES

Prato-feito. Fotografia de 2023. Frequentemente associado às classes trabalhadoras, o prato-feito é uma refeição popular no Brasil que, muitas vezes, pode carregar um estigma de comida barata ou de baixa qualidade.

MARIO MARQUARDT JR/ ISTOCK/GETTY IMAGES

Prato contendo costeletas de cordeiro, servido em restaurante com apresentação sofisticada. Fotografia de 2024. Em classes sociais mais abastadas, é comum o consumo de alimentos com ingredientes exclusivos e técnicas complexas de cozinha, associados a um consumo de alto *status*, que opera como forma de distinção social.

Pierre Bourdieu: teoria dos campos e dos capitais

Pierre Bourdieu buscou construir uma teoria capaz de reunir as dimensões materiais e simbólicas das classes sociais com base na premissa de que não é possível determinar a classe de uma pessoa considerando apenas a quantidade de bens adquiridos, sua profissão, o fato de ela ser trabalhadora assalariada ou dona do próprio negócio.

Para o autor, a divisão das pessoas em classes sociais é um processo mais complexo. De acordo com ele, as classes sociais só existem efetivamente quando as pessoas tornam visível, em suas ações cotidianas, o entendimento da classe social à qual pertencem. Desse modo, é possível identificar a classe social de uma pessoa ao observá-la consumindo o produto de determinada marca ou apreciando uma obra de arte. É nessas ações que a classe se expressa.

Apreciar uma obra de arte, por exemplo, é um gosto socialmente aprendido. Esse aprendizado, de aparente naturalidade, pode ocorrer, por exemplo, no interior da família: os pais transmitem aos filhos o gosto pela arte, bem como um conjunto de critérios de apreciação estética. Essa aparente naturalidade do gosto permite identificar a posição de classe de determinada pessoa. Assim, para Bourdieu, ainda que possam parecer naturais, os gostos culturais são resultados da socialização e funcionam como distintivos de classe.

Para chegar a essa compreensão, Bourdieu argumentou que a sociedade está dividida em campos diversos, denominados conforme o tipo de capital existente em cada um. **Capital** foi o nome dado pelo autor às propriedades – materiais ou imateriais – em disputa em cada campo.

Para ele, há três campos principais, que são os locais de disputa do capital e, consequentemente, do poder dele derivado:

- **campo cultural** – em que se disputa o poder de determinar a cultura considerada legítima e, dessa forma, influir sobre os gostos das pessoas, distinguindo-as conforme as formas de apreciação cultural;
- **campo econômico** – no qual se disputam a renda e a posse de bens materiais, como carros e casas, mas também fábricas, empresas, lojas etc., e a diferenciação se define pela posse de bens;
- **campo social** – em que o poder está na notoriedade das pessoas que compõem o campo e em sua capacidade de estabelecer relações para maximizar esse prestígio social.

EDU LYRA/PULSAR IMAGES

Visitantes de exposição no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2024. Para Bourdieu, a apreciação de obras de arte é um gosto socialmente adquirido, que opera como forma de distinção social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Posição de classe no espaço social

Todas as pessoas que compõem uma sociedade estão simultaneamente nesses três campos e possuem certa quantidade de cada um desses capitais, obtidos nas disputas cotidianas por poder em cada campo. O conjunto desses capitais estabelece a posição de classe das pessoas no **espaço social**, nome dado por Pierre Bourdieu ao local em que as pessoas transitam e se relacionam. Assim, para compreender a distribuição das pessoas no espaço social, é preciso analisar os capitais, atentando a dois aspectos:

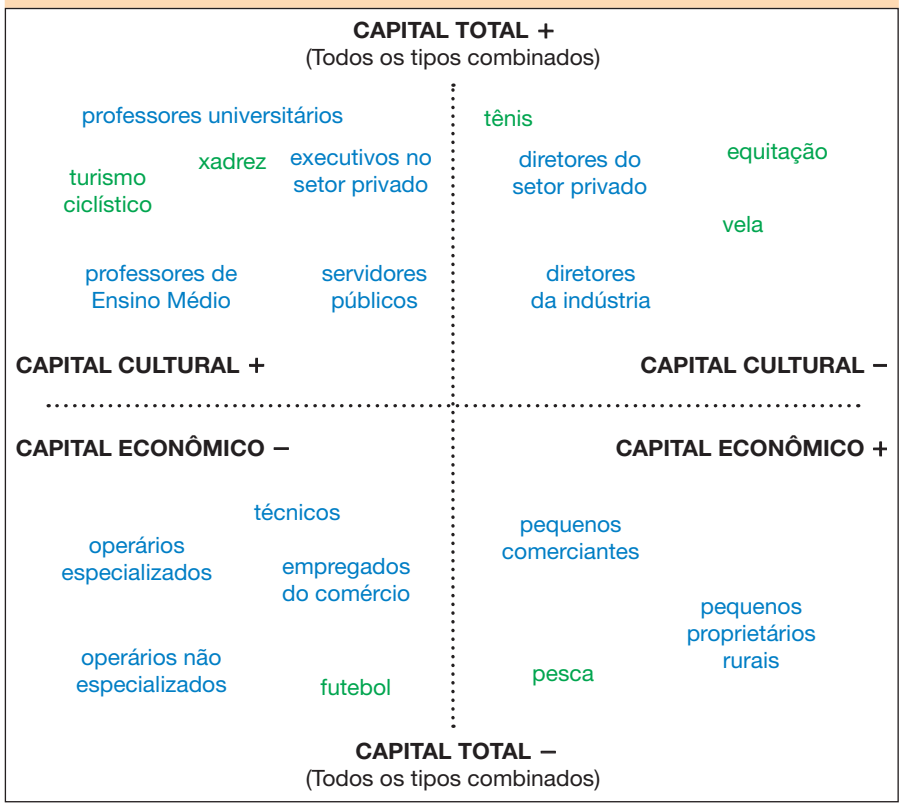
- o volume global de capital (cultural, econômico e social) que a pessoa possui;
- o peso relativo das diferentes espécies de capital no volume total de seu capital.

A definição de Pierre Bourdieu de *habitus* como marcador de distinção foi retirada de: BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2008. p. 40.

Para entender a posição de classe, Bourdieu investigou a profissão das pessoas, suas preferências de leitura, música, comida e os locais que frequentavam. Assim, ele identificou a existência de um gosto – ou seja, uma forma de apreciação das coisas – proveniente da posição de classe das pessoas. Esse gosto, além de possibilitar aos indivíduos posicionar-se em determinada classe, lhes permite distinguir as demais pessoas e distribuí-las em classes.

No estudo *Esboço de uma teoria da prática*, de 1983, Bourdieu atribuiu o nome de ***habitus*** a essa forma de apreciação das coisas que opera como marcador de distinção social, atuando no "duplo processo de internalização da exterioridade e exteriorização da interioridade". Assim, as pessoas só podem produzir práticas que evidenciam sua posição de classe se elas entendem essa posição e internalizam o conhecimento advindo dela, externalizando-o em suas práticas cotidianas – nas formas de se vestir, de comer, de falar, nas preferências de leitura e no gosto musical.

Exemplo de diagrama de espaço social



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
Este diagrama foi elaborado por Bourdieu com base em seus estudos sobre a França no início dos anos 1980, não representando, portanto, a sociedade brasileira atual. Nele, a cor azul se refere a características relativas a ocupação, fonte de renda e trabalho, e a cor verde se refere a práticas de lazer, gostos pessoais etc.

O princípio do *habitus*, como lembra Bourdieu, constitui-se nas relações entre as pessoas e, por isso, não é individual, mas de classe. Em uma interação social, as práticas individuais de uma pessoa refletem sua posição de classe, pois, ao entrar em ação, o *habitus* evidencia os mecanismos de distinção social produzidos pela classe.

Com o objetivo de representar visualmente a posição das pessoas no espaço social, Bourdieu estruturou um modelo de diagrama. O **diagrama de espaço social** tem como finalidade compreender a posição de classe dos indivíduos, bem como a relação entre eles, e pode incluir aspectos relacionados ao capital econômico (carreira/ocupação, renda e patrimônio) e ao capital cultural (habilidades, conhecimentos e disposições adquiridos associados a bens culturais, credenciais acadêmicas, gostos estéticos, entre outros).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classe social ou posição de classe?

Apesar de afirmar ser o *habitus* uma construção social por meio da qual se identifica a classe das pessoas, Pierre Bourdieu opõe classe social à posição de classe, assinalando que a classe social, tal como entendida pela teoria sociológica clássica, não existe. O que há, para o autor, é **posição de classe**. Segundo ele, cada pessoa tem uma quantidade de capital diferenciada em razão do volume dos diversos capitais que possui. Assim, duas pessoas podem pertencer à mesma classe, mas não partilhar da totalidade dos gostos típicos dessa classe.

Por exemplo, a classe trabalhadora é bem grande. Ela é composta de trabalhadores rurais, da construção civil, do comércio e do setor de serviços. Entre eles, há aqueles alocados em atividades manuais e os que realizam atividades de alta qualificação e complexidade, como os trabalhadores dos serviços de tecnologia. Então, seria difícil identificar um gosto único em uma classe tão heterogênea. Por isso, segundo Bourdieu, não podemos considerar classe como um grande bloco de pessoas que têm gostos idênticos e práticas similares, pois suas experiências são bastante diversas e, por isso, acabam levando-as a se distinguirem em seu cotidiano.

Dessa forma, Pierre Bourdieu entende que podemos nos referir à classe como um grande bloco organizado com base na profissão ou na posição das pessoas nas relações de produção. No entanto, nas práticas cotidianas, é possível verificar pequenas distinções que exprimem uma divisão interna, decompondo esse grande bloco em **frações de classe**.

A análise das frações de classe possibilita aos sociólogos compreender as diferenças de estilos de vida, práticas culturais e estratégias de mobilidade social dos sujeitos, favorecendo um entendimento mais detalhado da estrutura de classes em uma sociedade, atentando às nuances das dinâmicas que moldam as desigualdades.

Em razão dessa divisão interna, Bourdieu utiliza a expressão *posições de classe* para se referir ao papel ocupado pelas pessoas no espaço social, que pode ser reconhecido pelas práticas cotidianas capazes de expressar os capitais que cada pessoa possui.

LIONEL BONAVENTURE/AFP/GETTY IMAGES

Apresentação do dançarino brasileiro Mateus de Sousa Melo em campeonato de *breaking* em Mumbai, na Índia. Fotografia de 2019. Essa dança faz parte da cultura *hip-hop*. Símbolos, elementos e práticas associados a essa cultura compõem o *habitus* de muitos jovens de classe trabalhadora da periferia das grandes cidades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Gostos de classe no Brasil

O Brasil é um país bastante desigual, e as heranças deixadas pelo passado colonial e escravista são muito pertinentes para uma análise de classes sociais com base na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. Por isso, são muitos os estudos que analisam a estrutura brasileira de classes de acordo com essa teoria.

Entre eles, destaca-se o estudo do sociólogo brasileiro Jessé Souza sobre a ascensão da nova classe média no Brasil. Em *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, de 2010, Souza utilizou a teoria de Bourdieu para afirmar que a chamada nova classe média era, na verdade, uma nova classe trabalhadora.

Por um lado, o autor a caracterizava como nova por considerar que as pessoas que a compunham tinham adquirido mais escolaridade e estavam exercendo ocupações diferenciadas. Algumas delas, inclusive, chegaram a abrir os próprios negócios. Ainda assim, continuavam a pertencer à classe trabalhadora por: apresentarem capital econômico condizente com essa classe; terem pequenos negócios que, entretanto, não as tornavam empregadoras; e não terem, efetivamente, modificado nem seus gostos (em especial aqueles relacionados à apreciação de bens culturais), ou seja, seu capital cultural, nem suas relações sociais, isto é, seu capital social.

Considerando esses fatores, Jessé Souza afirma que, apesar de haver uma reconfiguração na estrutura de classes em curso no Brasil, as formas pelas quais as pessoas se distinguem permanecem as mesmas, tornando possível sua distribuição em determinadas posições de classe.

Essa afirmação refere-se à definição de que, para se tornar classe média, não basta ter um negócio ou um filho estudando em uma escola privada. É preciso participar de determinados grupos sociais, frequentar certos locais, apreciar determinados produtos, ir a exposições etc. É necessário adquirir novos gostos e que eles se tornem naturalizados, ou seja, que a prática simplesmente aconteça como o ato de respirar.

BRUNO KELLY/FOLHAPRESS

Apresentação da Orquestra de Violões do Amazonas no Teatro Amazonas, em Manaus, Amazonas. Fotografia de 2020. Na dimensão simbólica, o consumo cultural e a frequência a determinados espaços operam como distinções de classe.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Aprendizado de novas práticas sociais

Na análise da socióloga brasileira Carolina Pulici, para aqueles que nascem em determinada classe, essas práticas sociais são naturalizadas, pois aprendidas e internalizadas no convívio com a família e o círculo social mais próximo. Já para as pessoas que ascendem socialmente, elas precisam ser aprendidas. No entanto, como a autora explica no trecho a seguir, esse aprendizado é um processo lento e será utilizado como símbolo de distinção pelas classes dominantes.

> Para um investidor financeiro, ***rentier*** e filantropo, é bem à mesa que se vê "se alguém é bem-educado ou não". O postulado que faz do comportamento à mesa um indicador da origem social emerge de modo especialmente nítido na fala de um informante que viveu a experiência da mobilidade social ascendente. Tendo descoberto a inferioridade social de seus pais (lavradores pobres que lograram ter uma pequena venda) à medida que se afastava de seu mundo de origem, um antigo presidente de empresa multinacional e atualmente proprietário de uma fábrica de equipamentos hospitalares disse que uma das coisas que o fez perceber que a família de sua mulher estava num patamar superior à sua foi *o modo como sua mãe se portava à mesa*, relativamente às maneiras mais refinadas da sogra professora. [...] ele confessou não saber como sua mulher pôde ter se interessado por ele já naquele estágio de sua vida, quando ele não havia sido ainda, como ele mesmo disse, "lapidado" culturalmente.
>
> PULICI, Carolina. A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras. **Revista ECOPÓS**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 12, 2014.

Rentier: palavra francesa para *rentista*, aquele que tem sua subsistência proveniente da renda de propriedades (aluguel, por exemplo) ou de aplicações financeiras.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Qual é a relação apresentada no texto de Carolina Pulici entre os modos de se portar à mesa e a posição de classe?**
2. **Reflita sobre suas práticas sociais recorrentes, ou seja, o que você faz (como se veste, como e o que come, o que aprecia de música e cultura), qual é a origem dessas práticas (aprendidas com os familiares ou com os amigos, por exemplo) e analise-as em relação a outras práticas sociais, para compreender como elas indicam sua classe social e a das demais pessoas.**

BBERNARD/SHUTTERSTOCK

Casal em restaurante na cidade de Novi Sad, na Sérvia. Fotografia de 2018. As regras de etiqueta operam como distintivos de classe, englobando aspectos como técnicas corporais (postura à mesa, posição de braços e mãos etc.) e normas de uso e disposição de objetos (como talheres, copos e louças).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Estratificação, desigualdade e mobilidade social

Nas sociedades, a divisão em estratos indica a existência de diferenças na distribuição e na apropriação de recursos, o que provoca uma desigualdade entre as pessoas. A estratificação existe porque há processos de hierarquização em cada sociedade.

Conforme estudado, a estratificação social pode ser de vários tipos, sendo os principais as castas, os estamentos e as classes sociais. Em cada um deles existe um fator que produz desigualdade, ou seja, é possível distinguir as pessoas diferenciando o acesso delas aos recursos disponíveis – renda, educação, cultura, entre outros.

O tipo de estratificação social comum nas sociedades que adotam o modo de produção capitalista são as classes, nas quais se destacam duas formas de desigualdade: a econômica e a social. Ambas são compostas de fatores variados e impactam o desenvolvimento das sociedades.

Desigualdade econômica

A **desigualdade econômica** é caracterizada pelo acesso desigual à riqueza em uma sociedade. Chamamos de riqueza o conjunto de bens materiais disponíveis: imóveis, carros, roupas, dinheiro e até alimentos. Conforme a classe social, é possível ter determinado acesso a esses bens. Essa condição decorre do fato de, na sociedade estruturada em classes, haver uma desigualdade anterior causada pela distribuição desigual tanto da propriedade dos meios de produção quanto das características que permitem às pessoas maximizar as oportunidades.

Segundo a teoria sociológica clássica, no modo de produção capitalista os proprietários dos meios de produção, ou seja, os donos de fábricas, empresas e comércios – denominados por sociólogos de burgueses ou capitalistas –, empregam aqueles que não possuem a propriedade dos negócios – os trabalhadores –, mas detêm a força de trabalho, que é vendida aos capitalistas. Por sua vez, os capitalistas controlam a distribuição da riqueza.

Em ambos os lados, há frações internas. Por exemplo, entre os capitalistas existem donos de grandes empresas, proprietários de pequenos comércios e mesmo quem vive da renda obtida de negócios em bolsas de valores ou de aluguel de imóveis. Do lado dos trabalhadores, há aqueles com características diferenciadas. Por exemplo, alguns conseguem ter uma renda maior por meio de qualificações pouco disponíveis no mercado de trabalho. Mesmo que tais condições não os levem a ter controle sobre a distribuição da riqueza, contribuem para que eles ampliem suas chances de acessá-la.

Por fim, há os trabalhadores cujas qualificações são comuns, iguais ou similares às da maioria. A eles resta batalhar por uma renda que lhes garanta recursos mínimos para a própria sobrevivência.

DUDU CONTURSI/PULSAR IMAGENS

Cartaz indicando a paralisação nacional dos entregadores por aplicativos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em razão da precarização de suas condições de trabalho durante a pandemia de covid-19. Fotografia de 2020. Como não têm acesso à distribuição das riquezas, os trabalhadores recorrem a manifestações e greves para reivindicar o acesso a direitos, como melhores condições de trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A reprodução da desigualdade econômica

A desigualdade econômica tem como fundamento o acesso desigual a bens materiais – propriedades e renda. Todavia, ela pode ser gerada tanto pela ausência de propriedade dos meios de produção como pela falta de qualificação para maximizar a renda ou de oportunidades para obtê-la, como Max Weber apontava. Isso demonstra que a desigualdade econômica não é produzida apenas na dimensão material (propriedade dos meios de produção); ela também decorre de outros fatores associados à educação e à cultura, que podem determinar a possibilidade de maximização da renda.

Podemos afirmar que a produção e a reprodução da desigualdade econômica é um processo que se retroalimenta; afinal, embora a dimensão material não seja o único fator responsável pela desigualdade econômica, a ausência de recursos materiais pode constituir um empecilho para acessar moradia, educação e saúde de qualidade, e isso, consequentemente, reforça a própria desigualdade econômica.

Essa situação desigual fica evidente na comparação entre uma criança cuja família é da classe trabalhadora e outra que faz parte de uma família de classe abastada. Ao longo da infância e da adolescência, essas duas crianças provavelmente terão acessos desiguais a oportunidades e serviços. Ainda que educação, saúde e moradia sejam direitos sociais previstos na Constituição Federal brasileira, nem sempre tais direitos são assegurados de forma plena e qualificada a toda a população. Enquanto crianças de famílias abastadas conseguem dispor de um custeio familiar de serviços e equipamentos altamente qualificados para atender tais necessidades, outros setores populacionais não contam com a mesma possibilidade. Consequentemente, quando essas crianças se tornarem adultas, esses fatores se refletirão em suas qualificações e tornarão diferente o acesso de cada uma ao mercado de trabalho e às oportunidades de maximizar renda. Assim, pode-se afirmar que a desigualdade econômica, cuja origem está na distribuição desigual da riqueza, é gerada também por fatores associados à qualificação, ao capital cultural etc.

© NANDO MOTTA

Adia Enem!, charge de Nando Motta, 2021. A ausência de recursos materiais – como a posse de computadores ou *tablets*, o acesso à internet, bem como um ambiente adequado para estudar em casa – pode constituir um entrave ao acesso à educação de qualidade, colaborando para a reprodução da desigualdade econômica.

Dica

Que horas ela volta?

Direção: Anna Muylaert. País: Brasil. Ano: 2015. Duração: 112 minutos.

O filme apresenta a relação cotidiana entre Val, uma empregada doméstica pernambucana, e seus patrões paulistas. Enquanto mora na casa da família para a qual trabalha, Val envia dinheiro para a filha, que reside em Pernambuco. Chegando à maioridade e determinada a prestar vestibular, a filha vai à capital paulista, passando a morar com a mãe na casa dos patrões dela enquanto se prepara para o exame. Sua chegada impõe novas dinâmicas à rotina, questionando as veladas estruturas de poder que atravessam o cotidiano das personagens.

Classificação indicativa do filme *Que horas ela volta?*: 12 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dados sobre o Índice de Gini no Brasil retirados de: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. p. 55.

Como mensurar a desigualdade

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Para medir as desigualdades econômica e social, há dois índices importantes: o **Índice de Gini** e o **Índice de Desenvolvimento Humano**. Ambos possibilitam observar quanto um país é desenvolvido economicamente e de que forma esse desenvolvimento reverte-se em redução das desigualdades.

Índice de Gini

O **Índice de Gini** avalia o grau de concentração de renda nos países, em uma escala de 0 a 1. Um índice próximo de zero significa que grande parte da população tem renda parecida. Nesse sentido, quanto mais distante de zero estiver o índice, maior será o grau de desigualdade interna do país.

Entre 2012 e 2021, apesar de apresentar ligeiras variações, o índice brasileiro manteve-se acima de 0,5, o que evidencia a existência de uma desigualdade significativa e persistente na distribuição de renda.

Além da diferença de renda das pessoas (que salienta a desigualdade existente no poder de compra de cada uma delas), há no Brasil uma forte distinção ocupacional, o que leva a diferenciações de tratamento social. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que, no primeiro trimestre de 2023, apenas 4,3% da população ocupada era de empregadores, em contraposição a 68,5% de empregados, 25,8% de pessoas que trabalham por conta própria e 1,5% de trabalhadores familiares auxiliares.

Desse modo, constatamos que o Brasil é um país muito estratificado e desigual, cujas bases da hierarquização são estabelecidas tanto pela renda como pelo prestígio social. Esse fato ressalta a existência de um tipo de estratificação que incorpora os diversos tipos apresentados neste capítulo.

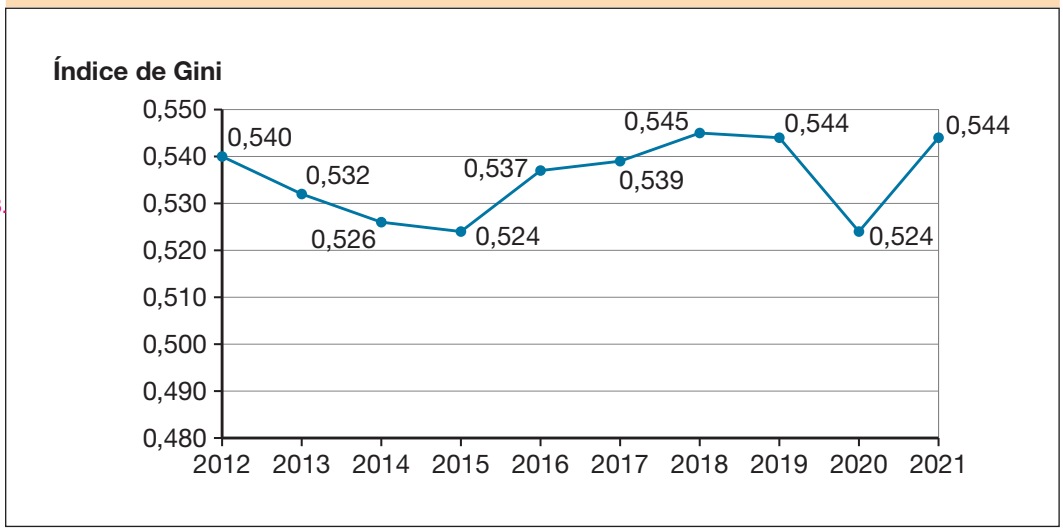
Índice de Desenvolvimento Humano

Além do Índice de Gini, outra forma de mensurar a desigualdade é o **Índice de Desenvolvimento Humano**. Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, esse índice tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento de uma nação considerando outros aspectos além do econômico.

Dessa forma, ele utiliza três parâmetros considerados fatores importantes para a ampliação das oportunidades de escolha de uma pessoa: renda, acesso à educação e acesso à saúde.

Dados sobre a distinção ocupacional no Brasil retirados de: IBGE. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Primeiro trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 18.

Brasil: Índice de Gini – 2012-2021



Fonte: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. p. 55.

Enfoque

Responda no caderno.

1. O que os dados do gráfico revelam sobre a desigualdade no Brasil entre 2012 e 2015?
2. Segundo o gráfico, o que ocorreu com a desigualdade no Brasil após 2015?

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Bacharelado em serviço social

A Constituição Federal de 1988 garante a todos os cidadãos os direitos de renda, moradia, segurança, saúde, lazer, cultura e educação. No entanto, ainda há pessoas no Brasil que, afetadas pela extrema desigualdade social, não contam com o mínimo necessário para garantir sua sobrevivência, dignidade e proteção. É nesse âmbito que atua o bacharel em serviço social, também conhecido como assistente social. Esse profissional é capacitado para efetivar o acesso da população, sobretudo a vulnerável, a seus direitos sociais.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Assistente social, acompanhada de técnico agropecuário, realizando trabalho de campo na residência de um trabalhador rural no município de Petrolina, Pernambuco. Fotografia de 2016. O trabalho do assistente social abrange uma ampla gama de atividades.

Ao longo do curso de serviço social, o estudante tem contato com disciplinas dos campos da psicologia, sociologia, filosofia, economia, política, ética profissional, entre outras, com foco na compreensão dos problemas sociais do Brasil e das possibilidades existentes para sua superação. As instituições de ensino também contam com projetos que facilitam o contato do estudante com o dia a dia da profissão, contribuindo para que ele ganhe experiência e cumpra parte do estágio obrigatório.

Na prática, a pessoa formada na área trabalha atendendo e orientando a população, informando-a sobre seus direitos e colaborando para que ela faça uso dos recursos disponíveis a fim de efetivá-los. Para isso, o profissional da área pode realizar o levantamento do perfil socioeconômico do público de uma região, identificando suas principais demandas e facilitando seu acesso aos equipamentos sociais disponíveis. Ele também orienta e planeja projetos para dar efetividade às políticas públicas, trabalhando em parceira com movimentos sociais, em ações sociais promovidas por empresas privadas ou em órgãos do governo.

O assistente social também participa da avaliação e da criação de políticas públicas, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção do bem-estar coletivo. Por lidar com políticas públicas, esse profissional pode se especializar em áreas específicas, como educação, saúde, moradia, proteção da infância, promoção da igualdade, acesso a cultura e lazer e previdência social.

O serviço social, portanto, consolidou-se e regulamentou-se como profissão para garantir que as causas dos problemas sociais sejam identificadas e solucionadas – indo além da resolução pontual de problemas –, o que ocorre, por exemplo, por meio da participação na elaboração e na efetivação de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desigualdade e mobilidade social

Se a desigualdade, econômica ou social, é uma marca das sociedades capitalistas, como reduzi-la a fim de facilitar a transição das pessoas de uma classe social a outra?

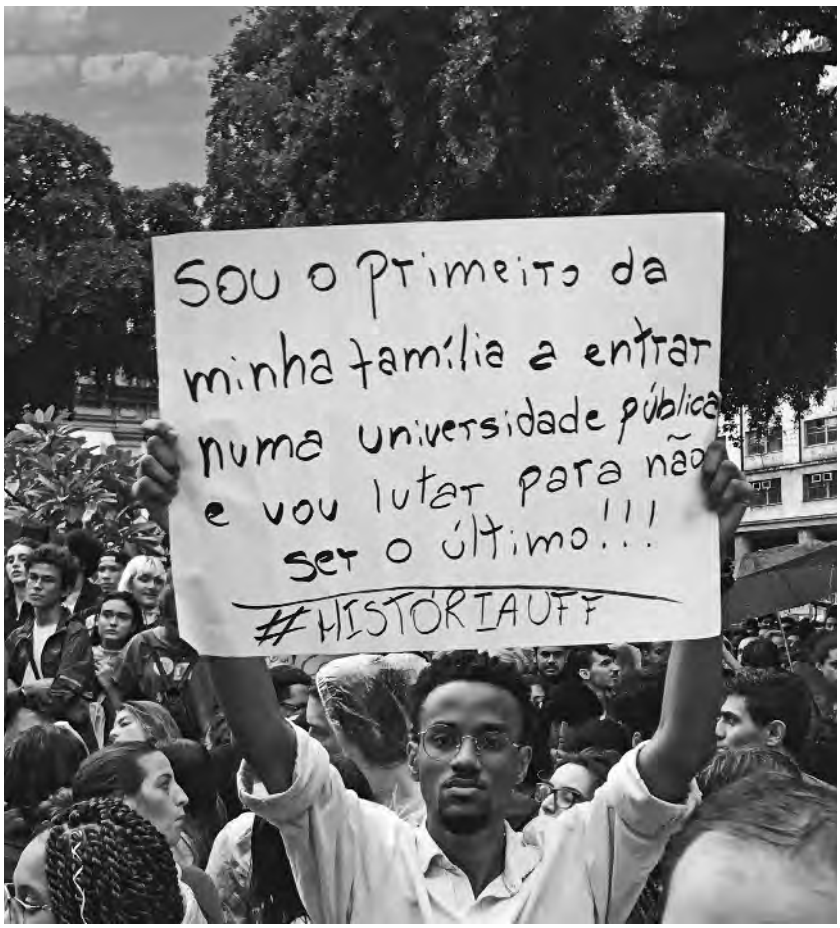
Tanto a distribuição da riqueza como o acesso à escolaridade e ao capital cultural podem ser meios de obter renda e propriedades. Assim, uma pessoa será capaz de melhorar suas condições de vida e até ter mobilidade social se adquirir o que for preciso para maximizar suas oportunidades.

Por exemplo, um adolescente que pertence à classe trabalhadora pode estudar com o objetivo de se qualificar e se manter como membro da classe trabalhadora. Mas também há a possibilidade de ele estudar para cursar uma faculdade e ampliar suas oportunidades, conquistando uma profissão diferente da exercida pelos pais. Da mesma forma, será possível acumular certo patrimônio, abrir o próprio negócio, sair da classe trabalhadora e tornar-se um pequeno empreendedor.

Esse tipo de mobilidade, principalmente em um país tão desigual como o Brasil, é raro, mas não impossível. Como analisa Pierre Bourdieu, há algumas trajetórias exemplares em que pessoas conseguem obter os capitais necessários para transitar de uma classe a outra. Mas, para que isso seja possível, é preciso extrapolar o discurso da meritocracia, o qual credita o sucesso apenas ao esforço pessoal, e evidenciar as condições favoráveis por vezes possibilitadas a essas pessoas.

Os dados sobre a trajetória ocupacional de formandos e egressos do curso de administração de empresas foram retirados de: LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacubowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368-384, jun. 2009.

BEATRIZ MOTA/ARQUIVO DA FOTÓGRAFA



João Paulo Silva, estudante da Universidade Federal Fluminense, em manifestação contra corte de verbas na educação, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2019. Essa imagem viralizou nas redes sociais, simbolizando o acesso ao Ensino Superior público como marco significativo em uma trajetória de mobilidade ascendente.

Ana Heloisa da Costa Lemos, Veranise Jacubowski Correia Dubeux e Mario Couto Soares Pinto realizaram um estudo publicado em 2009 em que analisaram a trajetória ocupacional de formandos e egressos do curso de administração de empresas de uma instituição de ensino superior do Rio de Janeiro. Para isso, utilizaram a teoria de Pierre Bourdieu a fim de analisar o impacto da escolaridade, associado à variável de transmissão geracional de capital, na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O estudo revelou que, dos jovens que possuíam renda familiar na época de até 5 mil reais, 90% estavam trabalhando ou estagiando em empresas de pequeno porte e com baixa remuneração. Em contrapartida, 50% dos formandos ou egressos cuja renda familiar era superior a 5 mil reais estavam trabalhando ou estagiando predominantemente em grandes empresas – em geral, multinacionais e empresas atuantes nos mercados financeiro e de consultoria – e recebendo remuneração superior à do primeiro grupo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No entanto, conforme apontam os autores do estudo, o acesso ao mercado de trabalho não é resultado apenas da renda, mas também das relações sociais estabelecidas pelas famílias. Enquanto no primeiro grupo apenas 15% contaram com indicação de amigos e familiares para conseguir emprego, no segundo grupo esse número foi de 43%.

A trajetória dos egressos do curso de administração de empresas mostra que não basta adquirir escolaridade ou ter acesso a renda; é preciso um conjunto de outros recursos, como o capital social, para que a mobilidade social ascendente efetivamente se concretize.

Isso demonstra que a mobilidade social não é um processo conquistado apenas pelo esforço individual. É fundamental haver um conjunto de fatores que auxiliem as pessoas na aquisição dos recursos para disputar lugares diferentes no mercado de trabalho e, consequentemente, na vida social.

Ter acesso a uma boa educação é fundamental para passar de uma classe para outra, mas não é o único fator que permite essa transição. A aquisição de outros capitais, sobretudo os capitais cultural e social, é importante para que a mobilidade social ascendente efetivamente ocorra. Por isso, para que a desigualdade social seja reduzida, é necessário, além do acesso à educação para toda a população, pensar em formas de reduzir o peso dos privilégios sociais para o ingresso no mercado de trabalho.

Novas formas de organização social

Conforme a formação histórico-social de um país, a estratificação é entrecortada por diferentes critérios e variáveis. Em sociedades com passado escravocrata como a brasileira, é comum a **raça/cor** representar um fator marcante na distribuição desigual da riqueza. Nas sociedades patriarcais, fortemente ligadas à figura masculina, a variável **gênero** também se torna determinante na produção de desigualdades.

Além das variáveis raça e gênero, a **faixa etária** tem se mostrado um critério relevante de produção das desigualdades, em razão das condições distintas de acesso à escolaridade pelos jovens ou da presença do **etarismo** no mercado de trabalho – forma de discriminação social que tem excluído desse mercado pessoas mais velhas em idade produtiva.

JEAN-BAPTISTE DEBRET – BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Um jantar brasileiro, litografia de Jean-Baptiste Debret do início do século XIX. Essa obra é um registro do passado escravocrata brasileiro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Raça e etnia como variáveis de estratificação

ODS 10

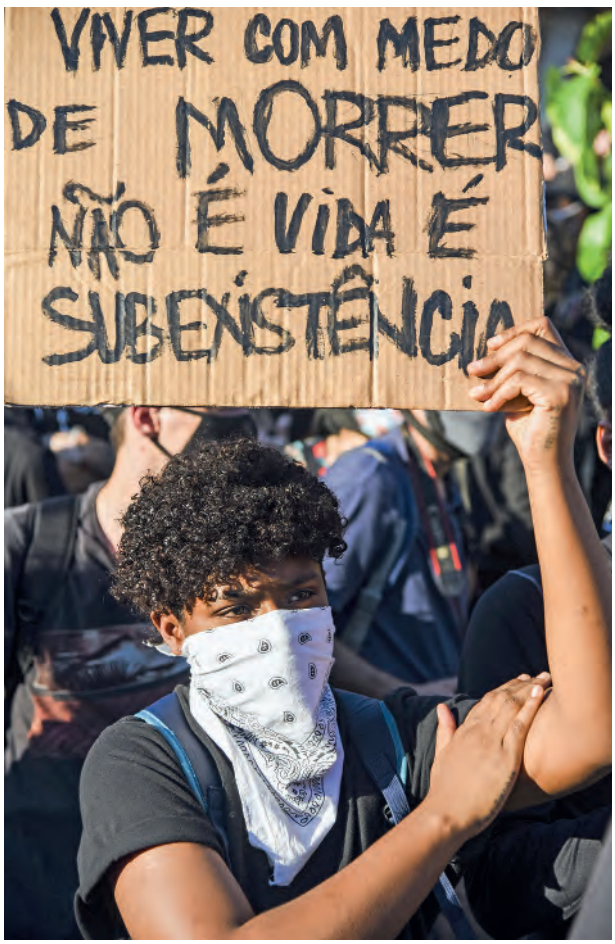
OBJETO DIGITAL
Mapa clicável:
Africanos escravizados

Em sociedades como a brasileira, com o legado da escravização de pessoas negras africanas e seus descendentes, a origem racial tem um peso considerável na estratificação.

No Brasil, a discussão sobre raça é objeto de controvérsias variadas. Em termos biológicos, não existem diferentes raças na espécie humana. No entanto, a produção de desigualdades associadas aos aspectos fenotípicos resulta em interpretações com base nas quais são construídas imagens, percepções e discursos depreciativos, constituindo a raça como fator social crucial para o reconhecimento e a discriminação. Nesse sentido, ainda que biologicamente não existam sub-raças humanas, a questão racial desponta como um fator de diferenciação social que, com base em distinções físicas, como a cor da pele, características faciais e tipo de cabelo, opera preconceitos, discriminações e desigualdades. Em decorrência disso, nas ciências sociais, é comum a referência à raça como categoria analítica de desigualdade, isto é, como um constructo cultural que possibilita a análise dos fenômenos sociais.

No Brasil, a questão racial está relacionada à forma como diferentes etnias participaram da formação histórico-social. Por exemplo: os povos indígenas foram muito afetados pela ação dos colonizadores. Atualmente, os sobreviventes lutam para que seja respeitado seu direito à terra, à manutenção de sua cultura e à inserção em espaços fortemente dominados pelos povos de origem europeia, mantendo suas tradições culturais.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS



Manifestante com cartaz denunciando a violência contra a população negra na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2020. O racismo e a violência evidenciam as desigualdades raciais no Brasil.

Outro grupo social que luta por reconhecimento na sociedade brasileira é o das populações descendentes de africanos. Oriundo de distintas etnias traficadas do continente africano para o americano, esse grupo foi e ainda é discriminado. A chegada dessas etnias ao Brasil foi feita de forma compulsória para servir como mão de obra escravizada.

Com o fim do regime escravocrata, a desigualdade se manteve, sobretudo em razão da falta de uma política de inserção qualificada dos libertos na sociedade brasileira. Em razão do marcador social de sua origem, tais pessoas tiveram e ainda têm de lutar pela garantia de seus direitos na sociedade de classes.

Considerando esses fatores, a raça torna-se uma variável com base na qual se constroem distinções especificamente de tipo social, que promovem às pessoas acessos diferenciados e desiguais conforme sua origem racial. Assim, podemos afirmar que a raça é uma variável de estratificação que deve ser considerada quando se analisam as formas de organização de uma sociedade.

São muitas as evidências das desigualdades raciais. Há casos de pessoas que não conseguem um emprego por causa da cor de sua pele ou são discriminadas ao entrar em alguns locais. No Brasil, isso não é incomum e impede parcela significativa das pessoas negras de ocupar cargos de prestígio ou de receber salários iguais aos das pessoas brancas que exercem a mesma função.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Gênero como variável de estratificação

A variável gênero também é relevante, pois influencia a distinção de pertencimento e de circulação nos espaços público e privado. São numerosas as evidências de desigualdades relacionadas a gênero. Para o senso comum, ser homem ou mulher é uma simples classificação biológica, capaz de provocar as diferenças sociais. De acordo com essa interpretação, a desigualdade de gênero é considerada natural, decorrente de diferenças de caráter inato.

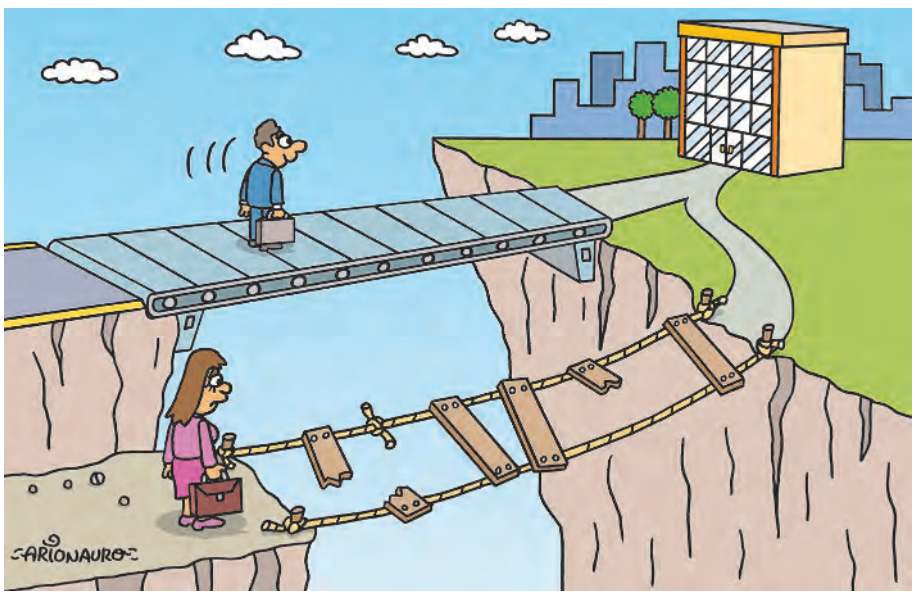
Para as ciências sociais, no entanto, essa concepção é uma construção social, que toma os fatores biológicos como base para definir formas de diferenciar e categorizar pessoas, estabelecendo expectativas sociais sobre os papéis e espaços que homens e mulheres deveriam ocupar na sociedade.

Em relação ao acesso ao mercado de trabalho, a imagem da mulher que não está apta a ocupar postos de liderança ou que requeiram força física reserva a ela ocupações relacionadas aos cuidados com as pessoas – como as de professora, enfermeira, babá, cuidadora de idosos e trabalhadora doméstica –, constituindo uma divisão entre "trabalhos de homem" e "trabalhos de mulher". Essa divisão, todavia, extrapola o tipo de trabalho exercido e define também a remuneração oferecida, que, em boa parte dos casos, é inferior à recebida nos "trabalhos de homem".

Além dessa divisão, o trabalho doméstico não remunerado ainda é majoritariamente executado por mulheres, que precisam dividir suas horas entre o trabalho remunerado e o não remunerado, o que as leva a partir para a disputa no mercado de trabalho já em desvantagem.

Assim, quando observamos as formas de organização de uma sociedade, precisamos levar em conta o fato de que a estratificação social tem como base as dimensões materiais e simbólicas para a hierarquização dos grupos, o que envolve a posição ocupada pelas pessoas nas relações sociais de produção, a qualificação e o prestígio social, bem como as variáveis raça e gênero.

© ARIONAURO



Desigualdade de gênero, charge de Arionauro, 2022. No Brasil, as mulheres, em geral, ainda são responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família. A sobrecarga da dupla jornada de trabalho implica exaustão física e mental, maiores barreiras à progressão de carreira e menos disponibilidade de tempo para qualificação profissional e lazer.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Qual é a crítica feita na charge?
2. Identifique as atividades remuneradas e não remuneradas que as mulheres de seu convívio exercem diariamente e avalie se há divisão do trabalho não remunerado entre outros membros da família.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interseccionalidade e o peso das múltiplas desigualdades

As variáveis raça e gênero não operam como produtoras de formas de desigualdade apenas no Brasil. Elas também são fundamentais para entender os processos de distinção e estratificação sociais em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, ambas as variáveis são fortemente relacionadas aos processos de desigualdade. Como país que teve um passado de escravização de negros africanos, a questão racial é bastante forte e de lá ecoam e reverberam vozes das lutas antirracistas que têm se espalhado pelo mundo. No entanto, assim como no Brasil, a discussão em torno do peso das variáveis raça e gênero na distinção social ainda gera controvérsias.

Kimberlé Crenshaw e a interseccionalidade

A jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, ao viver certa situação, verificou que o peso da variável gênero era maior do que imaginava. De acordo com seu relato, quando participou de uma reunião de estudantes, ela foi convidada a entrar pela porta dos fundos em razão de ser mulher. Seus amigos homens, também negros, puderam entrar pela porta da frente.

Ao passar por essa experiência, Crenshaw observou que a divisão de classes nos Estados Unidos era entrecortada pelas variáveis raça e gênero, ou seja, para entender como as pessoas são hierarquizadas socialmente, não basta saber qual é a ocupação profissional delas; deve-se considerar se são negras ou brancas, homens ou mulheres. Para Crenshaw, essas outras variáveis atuam fortemente sobre as oportunidades econômicas e sociais das pessoas, restringindo as possibilidades de mobilidade social para negros e, sobretudo, para mulheres negras.

Com base nessa compreensão, a jurista estadunidense elaborou, em 1989, o conceito de **interseccionalidade**, que tem sido utilizado em estudos das ciências sociais para realçar as múltiplas dinâmicas de preconceito e discriminação que atuam na produção das desigualdades.

Antes, porém, de esse conceito de interseccionalidade ser construído, no século XX, a socióloga brasileira Luiza Bairros afirmava que atentar para a dinâmica das experiências de classe, raça e gênero permitia às pessoas compreender como as diferentes formas de opressão atuavam em uma sociedade desigual. Um exemplo é a formação do Supremo Tribunal Federal brasileiro. Ao longo de sua existência, apenas três homens negros ocuparam suas cadeiras: Pedro Lessa, Hermenegildo de Barros e Joaquim Barbosa. O número de mulheres que se tornaram ministras é o mesmo e, portanto, bastante reduzido. Desde sua formação, em 1891, o tribunal teve como ministras Ellen Gracie, Rosa Weber e Cármen Lúcia. Nenhuma delas negra.

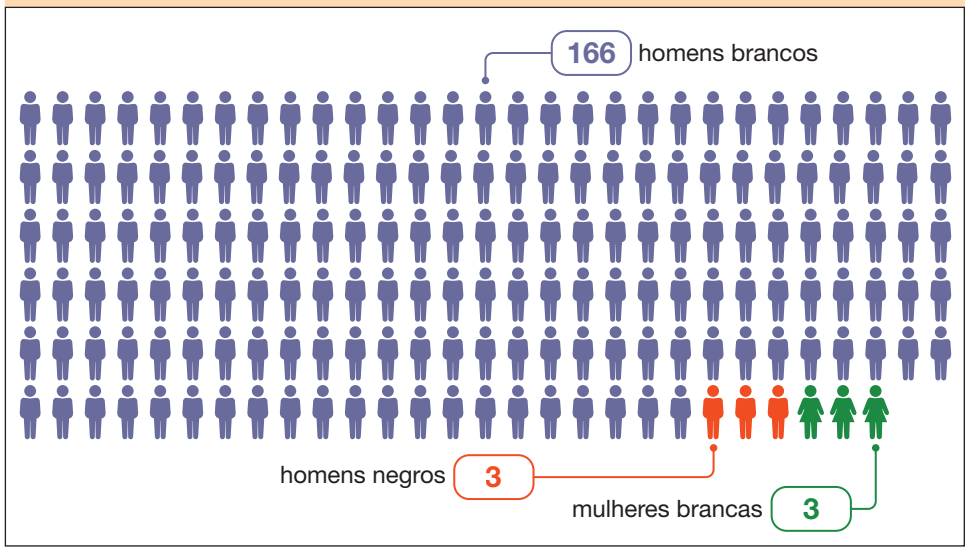
Dica

Interseccionalidade

Carla Akotirene. São Paulo: Pólen, 2019.

De forma didática, esse livro apresenta o conceito de interseccionalidade, analisando o fato de que as variáveis raça, classe e gênero conformam um tipo específico de opressão que afeta a mulher negra.

Brasil: composição de ministros do Supremo Tribunal Federal por cor ou raça e gênero – 1891-2024



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CONHEÇA os ministros do Supremo Tribunal Federal – República. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/ministro.asp?periodo=STF&consulta=ANTIGUIDADE. Acesso em. Acesso em: 17 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diferença salarial e o duplo processo de discriminação

As informações sobre o duplo processo de discriminação foram retiradas de: BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Na antessala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 264, maio/ago. 2004.

Em *Na antessala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989--1999)*, os sociólogos Nadya Araujo Guimarães e Ciro Biderman evidenciam a dinâmica de desigualdade existente no mercado de trabalho brasileiro, que relega às mulheres e às pessoas negras empregos menos qualificados e, consequentemente, menores salários. Utilizando a diferença salarial como base de análise, os autores constatam que, em alguns momentos, o fator causador da diferença nos rendimentos é a qualificação. No entanto, conforme aumenta a qualificação das pessoas e sua posição no mercado, o que provoca a diferença salarial é o fator discriminação.

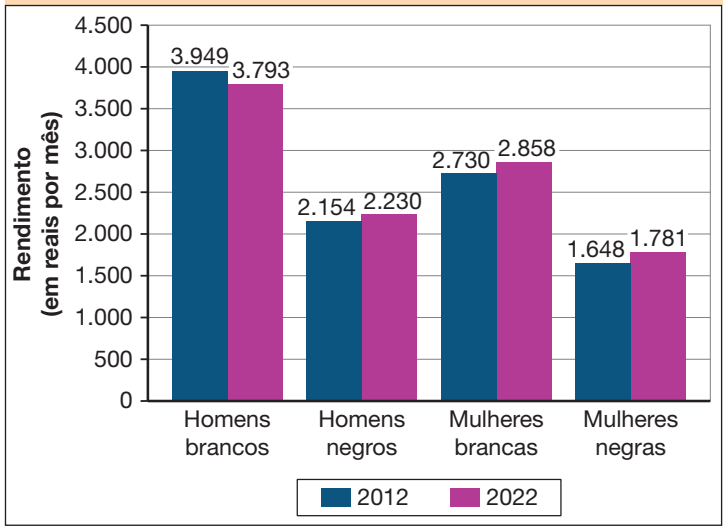
Para essa análise, os autores utilizaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios dos anos de 1989 e 1999. Em relação ao tipo de trabalhador analisado, foi observada a inserção formal no mercado de trabalho. Para isso, foram consideradas as variáveis ser trabalhador com carteira assinada, ser trabalhador doméstico ou ser trabalhador por conta própria, e a hierarquia na ocupação, que variou de proprietário de negócio a trabalhador no setor agropecuário. Os dados referiam-se a todo o Brasil, e a inserção regional foi considerada um fator que pode influir na diferença salarial.

Todas essas variáveis foram analisadas também pela perspectiva dos recortes de gênero e raça. A discriminação aparece como principal fator na produção da diferença salarial para mulheres brancas e mulheres negras, com maior peso para as mulheres negras; para os homens negros a qualificação tem um peso maior na produção dessa diferença.

Os resultados obtidos ressaltam o **duplo processo de discriminação** sofrido por mulheres negras, evidenciando a necessidade de analisar a estratificação social com base na intersecção de todas as variáveis. Em decorrência dessa chave analítica, ainda que tome como base um cenário de mais de duas décadas atrás, a obra constitui uma referência importante para os estudos de raça e gênero no Brasil. Embora os dados tenham sofrido variações no decorrer do tempo, a situação apontada pelos resultados desse estudo clássico permanece atual.

Os dados acerca do rendimento médio da população brasileira, representados no gráfico, reforçam os resultados apresentados por Guimarães e Biderman, ao evidenciar a mobilização das variáveis gênero e raça na construção das desigualdades, fortalecendo a necessidade de análises sociológicas interseccionais.

Brasil: rendimento médio mensal das pessoas que trabalham, por sexo e cor ou raça (em R$) – 2012-2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira (2023). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 25.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Segundo o gráfico, integrantes de que estratos sociais apresentavam o maior e o menor rendimento em 2012? E em 2022?
2. Considerando os dados apresentados no gráfico, reflita sobre os fatores que acarretam a posição mais baixa na escala salarial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O dado sobre o percentual de jovens que não estudam nem trabalham foi retirado de: SOUZA, Ludmilla. De 37 países, Brasil é o 2º com maior proporção de jovens nem-nem. **Agência Brasil**, 22 jul. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/de-37-paises-brasil-2-com-maior-proporcao-de%20jovens-nem-nem. Acesso em: 17 ago. 2024.

Faixa etária como variável de estratificação

Na contemporaneidade, outra variável tem sido relevante para refletir sobre a classe social: a **faixa etária**. Pierre Bourdieu já indicava que, quando ficamos mais velhos, a tendência é termos uma mobilidade de classe descendente, pois, quando chegamos à aposentadoria (que constitui um montante mais baixo que o salário de pessoa em idade ativa), temos uma queda de renda.

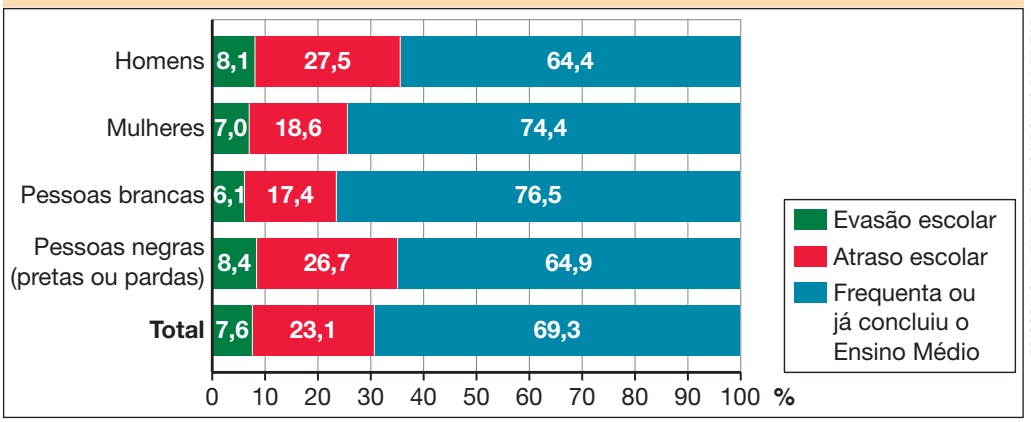
Além da aposentadoria, outros fatores têm mostrado relevância e influência na redução da mobilidade social, sobretudo na dos jovens. É sabido que, em razão da idade, eles têm pouca ou nenhuma experiência de trabalho. Quando podem, adiam a entrada no mercado de trabalho para estudar. No entanto, em um país com alta concentração de renda, os jovens das classes trabalhadoras costumam largar os estudos para ingressar no mercado de trabalho.

Por não terem escolaridade mínima, têm pouco acesso a empregos qualificados e com melhor remuneração. Isso leva à reprodução do ciclo de pobreza e desigualdade. Como materialização desse fenômeno, diversos estudos demonstraram que, no Brasil, mais de 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos estão na condição de "nem-nem": nem estudam nem trabalham. Muitos desses jovens são autodeclarados negros e mulheres, reforçando o peso das variáveis gênero e raça na produção das desigualdades.

Diante disso, organizações da sociedade civil e pesquisadores têm chamado a atenção para a necessidade de mudança da nomenclatura: de **jovens nem-nem** para **jovens sem-sem**. Ao tratar de jovens que estão *sem* trabalho ou *sem* acesso à educação, chama-se a atenção para fatores externos, que independem da vontade dos jovens, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho e a discriminação racial e de gênero.

O gráfico a seguir evidencia esses fatores ao apontar um número maior de evasão escolar e atraso escolar entre os jovens negros. Isso reforça a importância do olhar interseccional para entender a manutenção e a reprodução das desigualdades no Brasil, com o objetivo de criar mecanismos que visem reduzi-las e superá-las.

Brasil: situação escolar de jovens entre 15 e 17 anos, por sexo e cor ou raça (em %) – 2019



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: SARAIVA, Adriana. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Agência IBGE Notícias**, 6 nov. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres. Acesso em: 17 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 5

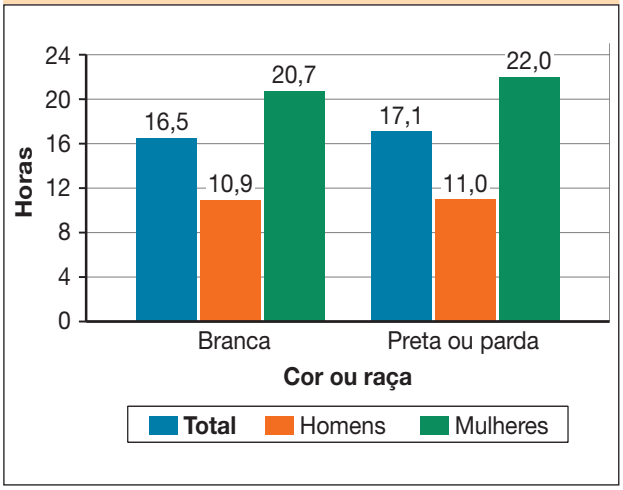
Gênero, trabalho e estratificação social

A estratificação é uma forma de organização social fundamentada em diversas variáveis, como gênero e raça. Em relação ao gênero, o seu uso é fortalecido pelo entendimento de uma divisão social com base no sexo biológico.

Biologicamente, corpos socialmente identificados como masculinos ou femininos apresentam diferenças, como órgãos reprodutores e quantidade de hormônios no corpo. Essas diferenças, porém, não impedem que pessoas de ambos os sexos exerçam as mesmas funções sociais.

Todavia, o que se constata é o uso das funções biológicas para justificar a construção de papéis sociais com base no gênero. São atribuídos às mulheres, por exemplo, os papéis de cuidadora de pessoas e da casa, como demonstra o gráfico 1.

1. Brasil: média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por sexo - 2021

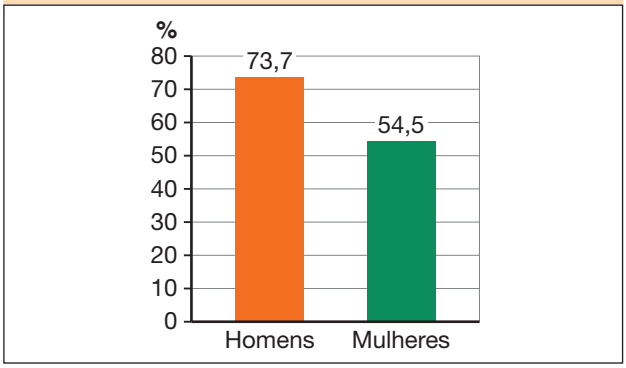


ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. p. 3.

Esses dados indicam que a ideia de que as funções sociais são naturais, de acordo com as funções biológicas, dificulta a participação das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo das que têm filhos, como mostram os gráficos 2 e 3.

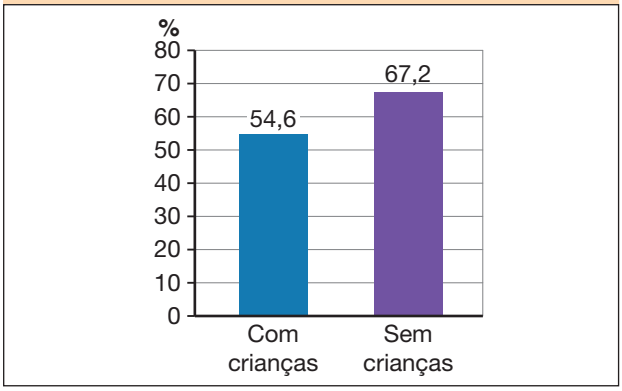
2. Brasil: participação na força de trabalho, por gênero (em %) - 2019



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. p. 3.

3. Brasil: nível de ocupação de mulheres com e sem crianças de até 3 anos de idade (em %) - 2019



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Estatística de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. p. 3.

Dessa forma, é possível afirmar que o sexo pode ser tanto um fator de exclusão social como um obstáculo para a mobilidade social das mulheres.

Atividades

Responda no caderno.

1. Identifique a relação entre os gráficos, evidenciando a possível influência dos dados contidos no gráfico 1 sobre os dados dos gráficos 2 e 3.
2. Com base nos gráficos, identifique os problemas sociais decorrentes da naturalização das funções sociais, sobretudo os relacionados à mobilidade social das mulheres.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Caracterize os conceitos de casta, estamento e classe social e cite um exemplo de cada um.

2. Analise a charge a seguir.

© JUNIÃO

Pobreza diminui, charge de Junião, 2012.

   a. Que classe social é satirizada na charge?

   b. Quais são as principais características dessa classe?

   c. Explique a ironia presente na charge.

   d. O que os estudos sociológicos sobre a classe satirizada apontaram?

3. **Analise o texto e, em seguida, faça o que se pede.**

> [...] essas técnicas da sociabilidade mundana fazem parte de um aprendizado supostamente precoce, uma vez que o "***pedigree*** social" é o trunfo que parece atestar, no final das contas, a autenticidade do ***savoir-faire*** "das maiores anfitriãs" locais: "filhas de famílias tradicionais da cidade, essas *experts* em receber começaram a aprender o bê-á-bá da etiqueta no berço. Reforçaram a educação em colégios renomados. E casaram com homens poderosos e bem relacionados" [...]. Essa conversão de um modo particular de aquisição da cultura em maneira legítima (e quase "instintiva") de existir é corrente nos mercados mundanos, que tendem a exigir saberes menos suscetíveis de serem adquiridos na escola, e mais associados, simplesmente, a um "bom" nascimento.
>
> PULICI, Carolina. A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 6, 2014.

Pedigree: documento que registra a ascendência de um animal de raça pura. Em sentido figurado, pode ser usado como menção à trajetória ou histórico de um indivíduo, em referência à reputação, pessoal ou familiar, em determinada área de atuação.

Savoir-faire: do francês, saber fazer.

Com base no texto, utilize os conceitos de capital econômico, cultural e social e a noção de *habitus* para discorrer sobre a construção de práticas sociais de classificação e distinção social. Para facilitar a elaboração do texto, utilize exemplos de seu cotidiano.

4. **Analise o texto a seguir a respeito de um estudo feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre mobilidade social em trinta países, incluindo o Brasil:**

> Mais de um terço daqueles que nascem entre os 20% mais pobres no Brasil permanece na base da pirâmide, enquanto apenas 7% consegue chegar aos 20% mais ricos. Na média da OCDE, 31% dos filhos que crescem entre 20% mais pobres permanecem nesse grupo e 17% ascendem ao topo da pirâmide.
>
> [...]
>
> Isso é o que o estudo chama de "chão pegajoso" (*sticky floor*): a dificuldade das famílias de baixa renda de sair da pobreza.
>
> Filhos de pais na base da pirâmide têm dificuldade de acesso à saúde e maior probabilidade de frequentar uma escola com ensino de baixa qualidade.
>
> A educação precária, em geral, limita as opções para esses jovens no mercado de trabalho. Sobram-lhes empregos de baixa remuneração, em que a possibilidade de crescimento salarial para quem tem pouca qualificação é pequena – e a chance de perpetuação do ciclo de pobreza, grande.
>
> [...]
>
> O nível elevado de desigualdade também se manifesta sobre a mobilidade no topo da pirâmide. Aqui, é pequena a probabilidade de que as crianças mais abastadas eventualmente se tornem adultos de classes sociais mais baixas que a dos pais.
>
> MOTA, Camila Veras. Brasil é o segundo pior em mobilidade social em *ranking* de 30 países. **BBC Brasil**, São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44489766. Acesso em: 17 ago. 2024.

Considerando os elementos presentes no excerto e o que você estudou neste capítulo, caracterize mobilidade social de acordo com a sociologia.

5. **Considerando o que estudou sobre estratificação social, você vai analisar a percepção da mobilidade social em sua vida cotidiana.**

Para isso, vai fazer uma pesquisa sobre a trajetória de seus familiares ou de pessoas de sua convivência. Essa pesquisa será feita por meio de entrevistas com algumas pessoas. Para realizá-las, siga o roteiro:

   a. Escolha dois membros de sua família, cada um de uma geração.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

b. Formule um questionário sobre a trajetória escolar e profissional e a autopercepção de classe e mobilidade das pessoas que serão entrevistadas. Por meio das perguntas, busque compreender:

- se as pessoas tiveram oportunidade de estudar;
- se tiveram, por quantos anos e quais etapas educacionais cursaram;
- se não, por quais motivos;
- quando começaram a trabalhar e por quais motivos;
- como foi a escolha profissional dessas pessoas;
- quais empregos tiveram e quais foram os motivos das mudanças;
- onde trabalham atualmente e se têm pretensões de mudar de emprego;
- a que classe dizem pertencer e por quê;
- se perceberam a ocorrência de mudanças de classe em sua trajetória.

c. Finalizados os questionários, realize as entrevistas e grave as respostas para ouvir posteriormente.

d. Ouça as entrevistas e analise-as com base nas seguintes perguntas:

- Há semelhanças entre as trajetórias escolares das pessoas? Por quê?
- Há semelhanças entre as trajetórias profissionais das pessoas? Por quê?
- Quais percepções sobre classe emergem dessas entrevistas?

e. Sistematize os resultados da sua análise em um relatório de pesquisa mobilizando os conceitos de estratificação social e as variáveis que a influenciam.

6. (Enem-MEC)

> Do século XVI em diante, pelo menos nas classes mais altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida, à Inglaterra e à Alemanha, depois de ter servido, durante algum tempo, apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. Henrique III introduziu-o na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos não foram pouco ridicularizados por essa maneira "afetada" de comer e, no princípio, não eram muito hábeis no uso do utensílio: pelo menos se dizia que metade da comida caía do garfo no caminho do prato à boca. Em data tão recente como o século XVII, o garfo era ainda basicamente artigo de luxo, geralmente feito de prata ou ouro.
>
> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 82.

O processo social relatado indica a formação de uma etiqueta que tem como princípio a:

a. distinção das classes sociais.

b. valorização de hábitos de higiene.

c. exaltação da cultura mediterrânea.

d. consagração de tradições medievais.

e. disseminação de produtos manufaturados.

7. (UEL-PR) A questão das classes sociais na sociologia tem diferentes formas de explicação. Dentre as explicações clássicas, as de Marx e Weber. Atualmente encontramos estudiosos que analisam a estrutura social brasileira de diferentes maneiras:

I.

> A classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. [...] a faixa C central está compreendida entre os R$ 1.064 e os R$ 4.561 a preços de hoje na grande São Paulo. A nossa classe C está compreendida entre os, imediatamente, acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século. [...] A nossa classe C aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada a desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação aos estratos inferiores da distribuição.
>
> Adaptado de: NERI, Marcelo Cortês; COUTINHO DE MELO, Luisa Carvalhaes (coord.). **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE; CPS, 2008. p. 34-35.

II.

> A reorganização do processo de acumulação no Brasil [após os anos de 1990] acarreta consequências imediatas nas relações sociais, no trabalho, no emprego e nas classes sociais dele resultantes. Assim, podemos concordar que o operariado industrial perdeu o seu peso relativo na nossa sociedade [...]. É certo que a classe trabalhadora [...] se multiplicou em diferentes grupos sociais, uns talvez mais atomizados ou desorganizados [...]. Também percebe-se, [...], que houve um processo de financeirização da classe hegemônica brasileira, que acabou reduzindo ainda mais os setores dominantes, sobretudo entre os banqueiros, as multinacionais e os grupos econômicos, mesclados entre si com o capital financeiro e o capital internacional.
>
> Adaptado de: OLIVEIRA, Francisco de *et al*. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 27-28.

Considerando as duas teorias e os dois tipos de análise dos estudiosos, é correto afirmar que as análises de

a. I e II concordam com Max Weber simultaneamente.

b. I e II concordam com Karl Marx simultaneamente.

c. II concordam com Max Weber e as de I com Karl Marx.

d. I e II discordam igualmente de Karl Marx e de Max Weber.

e. II concordam com Karl Marx e as de I concordam com Max Weber.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 3

ÉTICA E CIDADANIA

O artigo 1º da Constituição de 1988 prevê que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem a cidadania entre seus principais fundamentos. Mas você sabe definir o conceito de cidadania? Como é possível relacioná-la à noção de direitos? Em quais momentos da vida cotidiana você consegue perceber que está exercendo a cidadania e que seus direitos estão sendo respeitados? E quando estão sendo violados?

A violação de direitos ocorre, por exemplo, quando uma pessoa sofre preconceito ou discriminação decorrentes da intolerância racial, religiosa, étnica, sexual, de gênero ou de nacionalidade.

Você se lembra se já foi vítima ou presenciou alguma situação de preconceito ou discriminação? Como você reagiu naquele momento? Em uma situação hipotética, como você reagiria atualmente? Reúna-se em grupo e discuta as medidas que devem ser tomadas para evitar situações como essas.

FG TRADE/E+/GETTY IMAGES

Adolescentes se divertem em quadra de esportes na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. O lazer é um dos direitos dos cidadãos brasileiros previstos na constituição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PAULO DIAS/PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

Atletas de futebol se manifestam contra o racismo em partida de futebol do Campeonato Brasileiro na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. Preconceito, discriminação racial e racismo são formas de violação dos direitos.

Os termos que compõem o título da unidade 3 – ética e cidadania – representam categorias amplamente mobilizadas nos estudos desenvolvidos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois nos ajudam a compreender as noções de respeito, convivência e coletividade e a relação entre questões sociais, culturais e individuais no mundo contemporâneo.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de sociologia, os capítulos da unidade contemplam o estudo do processo de socialização, da constituição das identidades e dos marcadores sociais da diferença, com destaque para os estereótipos e os estigmas. Além disso, são discutidas a noção de cidadania e as formas de desigualdades, discriminação e preconceito no Brasil.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- conhecer a definição de interação social e as teorias sobre o processo de socialização;
- compreender a noção de papel social e o processo de constituição das identidades e dos marcadores sociais da diferença;
- diferenciar as categorizações de sexo e de gênero e discutir raça e etnia como marcadores sociais da diferença;
- conhecer a definição de geração e compreendê-la como marcador social;
- discutir as noções de direitos humanos e cidadania, analisando-as com base no contexto brasileiro;
- examinar as formas de desigualdade, discriminação e preconceito na sociedade brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 5

Socialização e marcadores sociais da diferença

Há um ditado popular que afirma que "as aparências enganam". Essa frase parece sustentar a ideia de que nem sempre o que pensamos de uma coisa ou de uma pessoa – considerando apenas nossas primeiras impressões – pode estar correto.

De fato, em muitas ocasiões cotidianas, pensamos e julgamos as pessoas ao nosso redor de acordo com as informações proporcionadas pela primeira impressão, isto é, pelo que elas aparentam. Entretanto, somente o convívio mais duradouro possibilita um julgamento mais apurado.

O engano das aparências é uma das ciladas da interação e dos papéis sociais que nos vemos obrigados a representar nas diferentes situações e grupos em que atuamos. Afinal, na escola tendemos a agir como estudantes; na família, a depender da posição, temos o papel de filho, filha, sobrinho, sobrinha, irmão ou irmã etc.; no trabalho, o papel de empregado, de supervisor e assim por diante. Quando não conseguimos corresponder ao comportamento esperado para determinado papel social, podemos passar por situações de constrangimento ou coerção.

Além de sermos obrigados a representar certos papéis sociais, entrecruzados a eles estão nossa cor de pele, nossas origens religiosas e de grupo, nosso gênero, nossa forma de nos expressarmos e de utilizarmos o corpo, bem como a idade que temos e a experiência coletiva que compartilhamos com os grupos com os quais nos identificamos.

Tudo isso junto determina nossa identidade, nossa maneira de compreender o que somos com base no modo como os outros nos veem e, simultaneamente, na forma como encaramos o mundo e o tempo social em que vivemos.

Neste capítulo, você é convidado a pensar sobre essas questões.

CHEN CHAO/CHINA NEWS SERVICE/GETTY IMAGES

Pintura tridimensional de elementos da natureza em rua de Chongqing, na China. Fotografia de 2021. A ilusão de ótica causada pela imagem provoca uma reflexão sobre o fato de que a percepção das aparências pode ser enganosa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A interação social

Para entender o que é interação social, é importante retomar o sentido de ação social. Chamamos de **ação social** toda ação, coletiva ou individual, dotada de significado por seu agente, cujo sentido está, de algum modo, direcionado a outrem e que pode levar em consideração a conduta de outros indivíduos. Daí o fato de ser uma ação social, e não simplesmente uma atitude espontânea ou derivada de reflexo orgânico.

A ação social é intersubjetiva, ou seja, ela comunica para alguém algo de forma mais ou menos explícita. Por isso, pressupõe a transmissão de uma informação que se efetiva tanto por meio da fala como pelo gesto ou pela expressão do rosto do agente.

Uma ação social tende a gerar ação no outro, que é o alvo, comumente chamada de reação. Nesse sentido, a ação social pode produzir um encontro entre dois ou mais indivíduos. A isso, em sociologia, é dado o nome de **interação social**.

A interação pode ocorrer em situações formais. Por exemplo, ao sermos apresentados a um desconhecido, quando colocamos em ação um roteiro relativamente esperado pelos participantes com frases como "É um prazer conhecê-los", mesmo que isso represente uma formalidade e não signifique especificamente algo prazeroso. Pode ocorrer também em situações informais. Quando estamos em casa com familiares e amigos, trocamos palavras e gestos de maneira livre, sem a necessidade de acionar a comunicação convencionada socialmente.

A interação social é um fenômeno intersubjetivo comum, corriqueiro e cotidiano. Desde que Max Weber, no século XIX, propôs a Teoria da Ação Social, outros sociólogos puderam aprofundar a reflexão, a observação e a análise desse evento, que, à primeira vista, parece ter pouca importância.

O processo de socialização

É provável que, diariamente, pela manhã, você acorde e vá ao banheiro, lave o rosto e escove os dentes. Em seguida, você toma o café da manhã, utilizando uma faca para cortar o pão e passar manteiga nele, e um copo para colocar leite ou café.

Parece simples e natural, certo? Contudo, tanto o ato de lavar o rosto ao acordar quanto o de utilizar utensílios para comer são **convenções sociais**: esses comportamentos foram construídos na história cotidiana a fim de atender algum objetivo racional, uma tradição ou demanda moral e ética, em determinado período. Esses hábitos são considerados coletivos, pois sua prática serve para orientar as relações entre as pessoas e os grupos, e seu aprendizado é chamado **socialização**.

A socialização consiste em um processo no qual as pessoas são colocadas em contato com normas e padrões de conduta sociais, para que possam entendê-las e utilizá-las cotidianamente. É por meio desse processo que entramos em contato com a cultura da sociedade da qual fazemos parte.

FG TRADE/GETTY IMAGES

Atletas se cumprimentando antes de partida de futebol na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. O cumprimento em situações como essa é uma convenção social, que promove coesão e dá previsibilidade às interações entre os indivíduos. O gesto é uma forma de reafirmar valores antes da partida, simbolizando respeito mútuo e criando um senso de comunidade e pertencimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Normas e convenções sociais

Assim como a higiene matinal e o uso de utensílios para alimentação, a postura à mesa em uma refeição, as regras de cumprimentos ao chegar a um local e ao sair dele, bem como a conduta de um filho ao se dirigir aos pais ou responsáveis, são exemplos de normas sociais. Em que espaços e momentos da vida aprendemos tais normas e como elas são internalizadas?

Segundo Émile Durkheim, as regras e as normas sociais são aprendidas na infância. Para ele, é nessa fase da vida que os indivíduos adquirem a base para se tornar seres sociais completos e que as convenções sociais são transmitidas e aprendidas por meio de um processo coercitivo, ou seja, por imposição. Mesmo que a coerção não seja percebida de modo consciente, normas, regras e convenções sociais são internalizadas pelos indivíduos.

Já o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), no século XX, compreendia que havia certo controle, tanto individual quanto coletivo, no emprego das convenções sociais. Assim como nós cuidamos em segui-las, as demais pessoas também nos observam e se disciplinam para que as normas sejam cumpridas. Pense rapidamente se seus pais ou responsáveis já não o repreenderam por não ter cumprimentado alguém ao chegar a algum local ou em virtude de algum comportamento que consideraram inadequado.

O desenvolvimento das **teorias da socialização** trouxe uma compreensão mais ampla sobre os espaços nos quais esse processo ocorre. Conforme propôs o sociólogo estadunidense Talcott Parsons (1902-1979), no final dos anos 1930, há um conjunto de funções sociais vitais internalizadas pelas crianças e desenvolvidas de acordo com a cultura de cada grupo e em espaços diversos de socialização, como a família, a escola e o trabalho. Apesar de considerar que há um processo de conhecimento das normas sociais ao longo da vida, Parsons afirma que é a internalização das funções sociais na infância a responsável por desencadear o aprendizado posterior da pessoa, possibilitando a ela, quando adulta, tornar-se transmissora das funções sociais vitais e agente socializadora.

A compreensão da socialização como um processo que não está restrito à infância, mas permanece ao longo da vida, foi destacada pelo austríaco Peter Berger (1929-2017) e pelo esloveno Thomas Luckmann (1927-2016), na obra *A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento*, de 1966. Segundo esses sociólogos, a socialização é o processo de construção do mundo vivido, e a cada contato, interação e relação social novos aprendemos sobre o outro, conhecendo seus costumes e convenções. Com base nesse constante aprendizado, podemos desconstruir nossa experiência de mundo e reconstruí-la.

A socialização torna-se, então, um processo dinâmico e contínuo, que contribui para a construção de identidades sociais não estáticas, capazes de se reconstituir constantemente com base em novos aprendizados sociais. Considerando essa dinâmica, podemos dividir o processo de socialização em primário e secundário.

CADU DE CASTRO/PULSAR IMAGENS

Indígena Guarani da aldeia Rio Silveira, em Bertioga, São Paulo, ensinando o filho a pescar. Fotografia de 2021. As normas e as convenções sociais são incorporadas no processo de socialização, que se inicia na infância e perdura ao longo da vida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Socialização primária

A **socialização primária** é a fase inicial do processo de socialização. Ela ocorre na infância, quando temos contato com a cultura da qual fazemos parte e com as regras e normas sociais que compõem nossa sociedade. Nessa fase, aprendemos desde ações básicas – sentar-se, comer, vestir-se – até processos mais complexos, como falar o idioma de nossa cultura. É também durante essa fase que começamos a ter contato com os padrões de comportamento próprios da cultura e da sociedade nas quais estamos inseridos. O principal agente socializador dessa fase é a **família**, e a socialização é feita por dois meios: imitação e transmissão.

- **Imitação:** ocorre quando tentamos repetir e imitar as formas de agir das pessoas com quem convivemos. É bastante comum ver crianças imitando adultos ao repetir palavras e gestos ou ao vestir as roupas deles. É comum acharmos essas situações engraçadas, rirmos delas e até registrá-las em foto ou vídeo para guardar de recordação – ao fazer isso, incentivamos a criança a seguir aprendendo e incorporando o comportamento social.
- **Transmissão:** ocorre quando outras pessoas nos dizem como agir ou nos repreendem por algum comportamento não condizente com determinada situação. É por meio da transmissão, por exemplo, que a criança na sociedade ocidental aprende etiqueta (como o uso de talheres ou do banheiro). Esses comportamentos são aprendidos com a família, que, aos poucos, ensina à criança como ela deve se comportar socialmente.

Socialização secundária

A **socialização secundária** ocorre em espaços fora do convívio familiar, como a **escola**, o **grupo de amigos** e o **mercado de trabalho**. Nesse caso, o aprendizado ocorre pela interação entre as pessoas e pela compreensão da realidade social ao longo da vida.

O processo de socialização secundária tem muita influência na construção das identidades. Ao ter contato com realidades diferentes de seu núcleo familiar e conhecer outros valores, normas e crenças, o indivíduo pode pensar qual é seu lugar no mundo e construir sua identidade social.

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

Estudantes em escola na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2019. A escola é um importante espaço de socialização secundária.

Conforme os indivíduos entram em contato com mais esferas sociais, sua oportunidade de construir múltiplas identidades é ampliada. Eles podem construir essas identidades com base em vários aspectos, por exemplo, a identificação racial ou de gênero ou a posição que ocupam no mercado de trabalho.

Além disso, as identidades podem se modificar com o tempo. Conforme os seres humanos entram em contato com outras pessoas e culturas, conhecem formas distintas de experimentar o mundo social, adquirindo outros referenciais que podem levá-los a reconstituir suas experiências e, consequentemente, suas identidades.

O processo de socialização secundária sucede, assim, de modo constante e dinâmico, permitindo aos indivíduos aprender continuamente e a construir as próprias experiências sociais de formas diversas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O papel social e sua representação

A noção de **papel social** está vinculada à ideia de fazer parte de um grupo social, no qual há a expectativa de **representação** de um comportamento condizente com a posição no grupo. Assim, o papel social é representado no momento da interação social.

Para o sociólogo canadense Erving Goffman (1922-1982), em *A representação do eu na vida cotidiana*, de 1956, os espaços de interação podem ser divididos em palco e bastidores. No **palco**, as pessoas constroem seus personagens e representam seus papéis a fim de obter as reações desejadas. Já nos **bastidores**, elas relaxam e se permitem sair do personagem.

O processo de representação dos papéis envolve o uso de adereços físicos. Um deles é o corpo, cuja linguagem é utilizada nas interações para demonstrar o conteúdo simbólico e cultural da ação. A **linguagem corporal** se expressa nos gestos, no vestuário e na postura assumida, revelando aspectos da pessoa e do papel social representado por ela no momento da interação.

A linguagem corporal também pode ser construída, gerando a manipulação das percepções, quando gestos e posição de corpo são combinados para apresentar uma fachada, ou seja, mostrar ao outro o que o indivíduo quer que seja percebido. As fachadas podem ser utilizadas de forma positiva ou negativa.

Podemos apresentar um comportamento de fachada, por exemplo, quando temos um primeiro encontro amoroso e queremos passar a impressão de que somos bonitos, legais e inteligentes. Nesse caso, o objetivo é positivo, pois estamos tentando impressionar a outra pessoa a fim de manter uma relação estável com ela. No entanto, também é possível compor uma fachada com a finalidade de enganar o outro, como ocorre quando alguém se mostra bondoso e solícito com outra pessoa a fim de prejudicá-la posteriormente.

Em boa parte do tempo, as pessoas transitam entre o palco e os bastidores sem notar, ou mesmo começam a interagir em outro grupo social representando um novo papel de modo quase automático.

A construção de identidades

É possível afirmar que o processo de interação social é fundamental para nos reconhecermos. Por meio dele, identificamos o que somos ou aparentamos ser. As pessoas se dirigem a nós com determinados pronomes de acordo com nossa aparência.

É assim que, nos processos de interação, conseguimos ter ideia de quem somos e de quem são os outros, pois a aparência e as características próprias estão expressas no papel que representamos. No entanto, essas definições não se restringem ao contexto da interação. Afinal, as pessoas envolvidas desempenham outros papéis, pois estão inseridas em diferentes estruturas, definindo-se, também, com base nesses espaços.

Calvin e Haroldo, tirinha de Bill Watterson, 1992.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Relacione os elementos presentes na tirinha ao conceito de fachada.
2. Com base na reflexão proposta na tirinha, identifique e descreva os papéis sociais que você desempenha.
3. Em grupo, formulem hipóteses sobre como seriam as interações se não houvesse papéis sociais. O que ocorreria com as relações se os bastidores sempre fossem visíveis?
4. Ainda em grupo, debatam: é possível viver sem representar papéis sociais?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Identificar-se, em síntese, consiste em definir-se em relação ao outro e em relação a si mesmo. Esse processo, realizado socialmente, é chamado **construção da identidade**. Por fazerem parte de um processo de interação social, a **identidade** (como definição e representação de si) e a **alteridade** (como percepção e representação do outro) estão intrinsecamente relacionadas.

O processo de construção de identidade não é simples. Sua análise também não. Os processos de interação permitem o reconhecimento de identidades, mas, como fazemos parte de diversos grupos sociais, elas são construídas em múltiplos locais.

Negociação identitária

Segundo Claude Dubar (1945-2015), em *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, de 1997, a identidade de um sujeito não é fixa e imutável; ela tem uma natureza dinâmica e situacional, constituída por meio de um processo em que se articulam duas dimensões: a atribuição e o reconhecimento.

A primeira está relacionada às interações cotidianas pelas quais o indivíduo recebe dados culturais, ou seja, refere-se à **atribuição da identidade** pelas instituições e agentes com os quais ele interage. É o caso, por exemplo, da atribuição de gênero a uma criança recém-nascida com base em sua genitália ou da classificação social da pessoa levando-se em conta o registro de sua renda mensal feito em um formulário do governo. O mesmo ocorre nas interações, quando são atribuídos papéis sociais a uma pessoa em razão da observação que outro faz sobre a posição ocupada por ela na estrutura social.

Já a segunda está ligada à subjetividade, marcada pela trajetória do sujeito e por sua forma própria de ver, vivenciar e interpretar o mundo. Diz respeito, portanto, ao **reconhecimento da identidade** pelo próprio indivíduo. Nela, as pessoas se reconhecem e constroem suas identidades com base em suas trajetórias sociais. Ocorre quando, por exemplo, alguém constrói sua identidade associada a um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascer ou quando se reconhece pertencente a determinada classe social, construindo práticas fundamentadas nesse reconhecimento, apesar de os organismos oficiais o classificarem em outra.

Em razão da dualidade da construção das identidades, Dubar argumenta sobre a necessidade de uma **negociação identitária**, que constitui um "processo comunicativo complexo, irredutível a uma 'rotulagem' autoritária de identidades predefinidas com base nas trajetórias individuais". Apesar de duradouro, o processo é fluido, flexível e passível de modificação conforme as transformações sociais.

Por exemplo, no caso das pessoas transexuais, que se identificam com um gênero diferente daquele associado a elas ao nascer, essa negociação coloca em discussão as identidades atribuídas anteriormente, sobretudo aquelas com base na binaridade entre gênero feminino e masculino, como se esse fosse o único espaço de construção de identidade. Portanto, para a construção das identidades sociais sexuais e de gênero é preciso repensar as categorias prévias negociadas nesses processos.

A definição por Claude Dubar de negociação identitária foi retirada de: DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 141.

CRIS FAGA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Manifestação promovida pela Associação Centro de Apoio e Inclusão Social de Travestis e Transexuais no Dia Nacional da Visibilidade Trans na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2018. Fruto da mobilização de travestis e transexuais, a data marca a luta desses grupos por direitos, pelo reconhecimento de suas identidades e contra os crimes de ódio de que são vítimas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estereótipo

Os processos de interação cotidianos que vivenciamos são importantes para entendermos os grupos dos quais fazemos parte e os papéis que precisamos representar em cada um deles. Nesses processos, as pessoas são agentes conscientes e reflexivos, que observam o cenário e o conteúdo da ação, entendem a própria posição e calculam como devem agir em cada situação.

Nessa perspectiva, entende-se que uma pessoa reconhece a si mesma nos processos de interação social, no sentido de que o outro atribui significado à ação dela por meio da compreensão dos papéis representados no momento da interação. Dessa forma, a interação representa um processo fundamental para o reconhecimento de si e dos outros, sendo, como tal, a base para a construção da identidade social.

A construção da identidade, todavia, não é feita pelo simples reconhecimento de si em uma interação. Ela resulta da articulação entre os significados atribuídos pelos outros na interação e o reconhecimento de si, produzido tanto nas interações quanto na trajetória subjetiva desenvolvida pelo indivíduo. Assim, a identidade é originada em um processo de negociação entre a atribuição e o reconhecimento.

Como base nesse processo, a interação é marcada por alguns elementos que auxiliam sua condução, mas também podem gerar ruídos e desenvolver formas de entendimento em que a identidade atribuída e a identidade reconhecida não coincidem, o que acarreta construções de si que se revestem de formas depreciadas e deterioradas.

Um desses elementos é o **estereótipo**. Na interação social, ele tem a função de apresentar traços básicos de um papel para reduzir o tempo de entendimento da cena e facilitar o processo. Por exemplo, ao vermos uma mulher com uma criança no colo, nossa primeira reação é considerar que ela é a mãe da criança, o que nos leva a estabelecer uma interação de acordo com esse entendimento. Então, com base na leitura que fazemos da imagem, atribuímos determinado papel social à pessoa. Agimos assim em todos os processos de interação que vivenciamos.

Os estereótipos têm um papel importante, impedindo que as interações sejam obstruídas pela necessidade constante de ler o cenário e entender os papéis a serem representados. No entanto, eles podem adquirir significados negativos. Isso ocorre, por exemplo, quando se atribui a uma pessoa a incapacidade de exercer atividade laboral pelo fato de ela ter algum tipo de deficiência, mesmo que essa característica não prejudique o desempenho na execução de variadas tarefas, prática relacionada ao **capacitismo**. Nesse caso, o estereótipo se torna um **estigma**.

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Dica

A diferença invisível

Julie Dachez e Mademoiselle Caroline. São Paulo: Nemo, 2017.

Essa história em quadrinhos autobiográfica narra momentos da vida de Marguerite, uma jovem de 27 anos que descobre que tem transtorno do espectro autista. A trajetória da protagonista possibilita refletir sobre o fato de que os estereótipos sobre o autismo podem impactar o diagnóstico e influenciar negativamente a maneira como familiares, colegas de trabalho e outros agentes externos percebem o comportamento de pessoas neurodivergentes e a forma como interagem com elas.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Com base nos conceitos aprendidos, reflita: na sociedade contemporânea, quais são os estereótipos associados às pessoas com deficiência?**
2. **De que modo os estereótipos identificados na atividade anterior podem afetar a vida das pessoas com deficiência? Debata com os colegas.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estigma

O entendimento de papéis sociais e, consequentemente, a construção dos estereótipos utilizados para iniciar a interação têm como base o conjunto de comportamentos esperados de uma pessoa que ocupa determinada posição em um grupo social. Esses comportamentos, por sua vez, fundamentam-se em expectativas normativas, ou seja, na espera de que tudo seja feito tendo as normas sociais como referência.

No exemplo da mulher com uma criança no colo, a atribuição do papel de mãe se apoiou na consideração de que o comportamento observado era correspondente ao esperado de uma mãe. Esse entendimento vem da ideia da mãe cuidadora, que está presente nas normas sociais responsáveis por reger a concepção social de família. Carrega, dessa forma, certo conteúdo moral.

O **estigma** parte desse mesmo processo, mas o conteúdo moral contido nele tem o sentido de descrédito e depreciação. Na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, de 1963, Erving Goffman afirma que o estigma traz a ideia de uma "pessoa estragada e diminuída". Essa concepção se origina do reconhecimento da diferença entre os atributos da pessoa e aqueles presentes no estereótipo criado.

O estigma, então, é atribuído às pessoas cujos atributos as diferenciam das demais e são considerados depreciativos. A identificação da diferença e sua estigmatização em uma pessoa, no entanto, confirmam ou reforçam a suposta normalidade de outra.

Os estigmas, segundo Goffman, podem ser de três tipos: os **físicos**, os **de caráter** e os **de grupo**, sejam eles étnicos, raciais, de origem ou religiosos. Em todos os casos, o estigma leva à ideia de caráter deteriorado ou desviante. No entanto, trata-se da concepção dos outros a respeito de quem carrega os atributos, e não daquilo que a pessoa reconhece em si. Por se realizar na interação social, o estigma resulta de uma linguagem de relações nas quais é possível identificar interesses de poder.

Por resultar das relações de poder, o que se busca, por meio da estigmatização, é desacreditar as pessoas cujos atributos são diferentes. Se a pessoa desacreditada entende que as características imputadas a ela reduzem suas qualidades e até a tornam capaz de comportamentos perversos, sua tendência será construir uma identidade deteriorada e, portanto, condizente com a identidade que lhe foi atribuída pelos outros. Assim, seu caráter é construído como desviante, mesmo que ele não seja.

Dessa forma, é importante observar que, quando classificamos algo como desvio ou comportamento desviante, utilizamos concepções construídas socialmente e, na maioria das vezes, resultantes de relações de poder.

© JUNIÃO

Cenas do cotidiano, charge de Junião, 2015. Junião é um chargista negro, reconhecido por discutir problemas estruturais do Brasil, como o racismo.

Responda no caderno.

Enfoque

1. De que modo a charge evidencia a presença do racismo na sociedade brasileira?
2. Relacione a charge ao conceito de estigma.

A caracterização de estigma atribuída a Erving Goffman foi retirada de: GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. p. 6.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sexo, gênero e sexualidade

Possivelmente, você já teve de responder à questão "qual é o seu sexo?". Em alguns momentos, a pergunta pode até ter variado para "qual é o seu gênero?". Há algumas décadas, essas perguntas seriam rapidamente respondidas de acordo com um padrão binário: homem/mulher ou masculino/feminino. No entanto, as lutas dos movimentos sociais de mulheres e pessoas LGBTQIA+ pelo reconhecimento de outras definições trouxeram à tona múltiplas possibilidades de classificar sexo e gênero.

A categorização de sexo

Em geral, quando se fala em **sexo**, a primeira associação que se faz é biológica, e está relacionada a aspectos **hormonais**, **genéticos** e **anatômicos**.

Categoriza-se como homem ou como do **sexo masculino** o corpo que anatomicamente tem pênis, testículos e próstata, que geneticamente tem cromossomos XY e, em relação aos hormônios, produz níveis elevados de testosterona. Como mulher ou do **sexo feminino**, caracteriza-se o corpo que anatomicamente tem útero, ovário e vagina, que geneticamente tem cromossomos XX e, em relação aos hormônios, produz estrogênio e níveis elevados de progesterona. Essa **classificação binária** é uma **construção cultural**, criada pela sociedade como forma de categorizar e compreender a realidade.

Há, entretanto, pessoas cujas características corporais – anatômicas, genéticas ou hormonais – apresentam variações, não se enquadrando nas definições biológicas típicas de masculino ou feminino. Elas são categorizadas como **intersexo**.

Pessoas intersexo nascem com características biológicas (como anatomia sexual, órgãos reprodutivos, padrões hormonais e/ou cromossômicos) que não se enquadram nas noções binárias típicas. Por muito tempo, livros de medicina e genética interpretavam a intersexualidade como uma anomalia. Contemporaneamente, entende-se, entretanto, que essa interpretação carregava estigmas e estimulava discriminações, intervenções médicas forçadas, mutilações e outros tipos de violência.

ANA FERNANDEZ/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Manifestação em defesa dos direitos das pessoas intersexo em Amsterdã, Holanda. Fotografia de 2023. Na faixa, grafada em inglês, lê-se: Direitos intersexo são direitos humanos.

Dica

Violações de direitos humanos das pessoas intersexo: nota informativa

Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Genebra: ACNUDH, 2019.

Como resultado da atuação de defensores de direitos humanos, a conscientização social a respeito das violações que afetam as pessoas intersexo tem ganhado visibilidade. Como forma de garantir que os direitos das pessoas intersexo sejam reconhecidos, respeitados e protegidos, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos publicou uma nota informativa. Em linguagem acessível, a publicação documenta e tipifica violações, aprofunda o entendimento sobre os direitos dessa população, bem como apresenta recomendações sobre como os Estados podem atuar pela sua proteção.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A categorização de gênero

Enquanto a classificação das pessoas de acordo com o sexo é biológica, a **categorização de gênero** é **social**. A definição do que nos faz homem ou mulher não está apenas ligada a aspectos anatômicos, genéticos e hormonais, também está vinculada a fatores socioculturais e psíquicos.

O entendimento **sociocultural** do que é ser mulher está associado a um comportamento esperado do corpo cuja estrutura física é identificada como de uma mulher. Esse comportamento, considerado um **papel de gênero**, é construído socialmente, de acordo com o contexto cultural em que a pessoa está inserida. O mesmo vale para o homem. Podemos prosseguir nesse exemplo para tratar de questões **de ordem psíquica**.

Além de manifestar o comportamento esperado de pessoas desse gênero, para ser mulher é preciso se entender como mulher. Há casos de pessoas que não se reconhecem como pertencentes ao sexo atribuído a elas na certidão de nascimento, pois o critério nessa determinação é somente a genitália de cada indivíduo.

Identidade de gênero diz respeito ao modo como nos identificamos e por meio do qual exercemos nosso papel de gênero. Ela pode estar ou não associada diretamente ao sexo biológico que nos foi atribuído no nascimento. Para identificar a diversidade relacionada à identidade de gênero, usamos as palavras *cisgênero* e *transgênero*.

Cisgênero é quem se identifica com o sexo que lhe foi atribuído em seu nascimento e exerce papéis de gênero relacionados a ele. **Transgênero** é quem não se identifica com o sexo que lhe foi determinado em seu nascimento e com os papéis de gênero dele decorrentes.

Algumas pessoas transgênero buscam compatibilizar seu corpo e o gênero com o qual se identificam. Para isso, podem passar por um **processo transexualizador**, submetendo-se a intervenções médicas para adequação de características físicas. Esse processo costuma envolver tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos, como a transgenitalização, que é a adequação do órgão genital ao gênero.

Há, ainda, pessoas que exercem determinado papel de gênero, mas não se reconhecem nas representações binárias de masculino/feminino e homem/mulher. É o caso de **travestis** e de **pessoas não binárias**.

©DIKA ARAÚJO

Ilustração de Dika Araújo a respeito da construção social dos papéis de gênero, 2017.

Saiba mais

O processo transexualizador

O processo transexualizador é um programa que, desde 2008, compõe a política de saúde pública brasileira. Realizado pelo Sistema Único de Saúde, garante o atendimento integral de saúde a pessoas transgênero, incluindo acolhimento, uso do nome social, hormonioterapia e cirurgia de adequação do corpo à identidade de gênero e social, assim como acompanhamento multiprofissional.

No final de 2023, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade que o processo transexualizador também deve ser feito por operadoras de planos de saúde.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Orientação do desejo sexual

De acordo com o que estudou até aqui, você deve ter compreendido que sexo e gênero não são a mesma coisa: o primeiro está relacionado a uma classificação de características biológicas, e o segundo, a uma categorização psicossocial. O gênero pode derivar do sexo, mas independe dele. Sexo e gênero, por sua vez, não são determinantes para a expressão da sexualidade.

A **sexualidade** pode ser definida como o uso do corpo e dos aparelhos genitais para a reprodução ou para o prazer. Tradicionalmente, concebia-se a sexualidade com base nos padrões da heterossexualidade, ou seja, a orientação do desejo e a relação sexual entre pessoas de sexos diferentes. Essa concepção foi construída considerando as características biológicas e as possibilidades de reprodução humana. No entanto, o exercício da sexualidade não se restringe ao uso exclusivo do aparelho genital para reprodução, e a **orientação sexual** pode ocorrer entre pessoas do mesmo sexo.

Além das diferenças referentes à identidade de gênero, há também diversificação no exercício da sexualidade, ou seja, na orientação sexual. Quando o desejo sexual e afetivo de uma pessoa se direciona a pessoas do gênero oposto, ela é identificada como **heterossexual**; se o desejo está orientado para indivíduos do mesmo gênero, a pessoa é reconhecida como **homossexual**; quando o desejo se direciona a indivíduos tanto do mesmo gênero como de gêneros diferentes, a pessoa é identificada como **bissexual**. Quando há baixa ou nenhuma atração sexual, independentemente do gênero, a pessoa é identificada como **assexual**.

Desigualdade de gênero e sexualidade

Quando agrupamos todas essas categorias, percebemos não só as diferenças entre gênero e sexualidade, como também a multiplicidade de combinações possíveis entre identidade de gênero e orientação sexual. Há pessoas cisgênero bissexuais, pessoas transgênero heterossexuais, pessoas não binárias homossexuais, e assim por diante. Entender essas diferenças é fundamental para não reproduzir ideias equivocadas, como a de relacionar diretamente homossexualidade com transgeneridade. A reprodução desses tipos de padrão alimenta preconceitos e gera comportamentos discriminatórios.

A construção das definições de gênero e de sexualidade e sua paulatina incorporação no cotidiano social resultam das lutas dos movimentos sociais feminista e LGBTQIA+ pelo reconhecimento das diferenças e pelo respeito a elas.

DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Exposição Duo Drag, com fotografias de Paulo Vitale, no Museu da Diversidade Sexual, na capital do estado de São Paulo. Esse museu foi fundado para promover a visibilidade da arte e da cultura produzida pela comunidade LGBTQIA+, assim como a valorização da vida das pessoas dessa comunidade e a promoção de pesquisas sobre elas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Essas lutas foram travadas em um contexto cultural marcado por um processo histórico de **patologização** e exclusão das pessoas de acordo com o gênero e o exercício de sua sexualidade. A homossexualidade, por exemplo, era considerada uma doença do trato psíquico, classificada como "homossexualismo" durante muito tempo na Classificação Internacional de Doenças, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Somente em 1990, ela foi retirada da lista de patologias, o que significou um importante avanço na conquista de direitos civis. Por isso, a data da exclusão, 17 de maio, é celebrada como Dia Internacional contra a Homofobia.

A transexualidade, também considerada doença, foi removida da Classificação Internacional de Doenças em 2018. No entanto, ela ainda é alvo do processo de patologização, sobretudo quando envolve procedimentos transexualizadores cirúrgicos.

Patologização: ato de referir-se a algo, encará-lo ou tratá-lo como patológico, isto é, como doença, ou, do ponto de vista psicológico, como anormal ou nocivo.

Patologização, saber e poder

Para entender o alcance do processo de patologização, é importante observar que ele não é dissociado de uma relação de poder. Conforme o filósofo e historiador francês Michel Foucault, o objetivo dos processos de **patologização** é constituir uma relação entre saber e poder.

Na análise do filósofo, o poder não é exercido apenas por meio das instituições políticas, mas também por intermédio de práticas discursivas e sistemas de conhecimento. Ao patologizar certo tipo de comportamento, classificando-o como "anormal" ou "desviante", reforçam-se as normas sociais e os padrões de comportamento considerados socialmente aceitáveis, perpetuando relações de poder assimétricas que legitimam a intervenção e o controle desses sujeitos.

Nesse sentido, quando questões relacionadas à identificação de gênero e ao exercício da sexualidade são caracterizadas como doenças, criam-se condições para padronizar os comportamentos sexuais e de gênero, estabelecendo controle e disciplina sobre os corpos. Aqueles que não se enquadram nos padrões de comportamento podem ser classificados como doentes ou, se sua conduta constar do arcabouço legal da sociedade, como descumpridores da lei.

OMAR DE OLIVEIRA/FOTOARENA

Manifestação contra o preconceito em relação a pessoas LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2017. A inscrição em vermelho na faixa é um protesto contra o projeto de lei da "cura *gay*", proposto em 2016, para autorizar tratamento médico e psicológico para mudança de orientação sexual, o que não é possível, pois homossexualidade não é doença.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Explique por que o termo "homossexualismo" é considerado discriminatório.
2. De que modo a patologização pode ser relacionada à homofobia e à transfobia?
3. Que medidas podem ser adotadas para combater a homofobia e a transfobia? Debata essa questão com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A informação sobre a situação ocupacional de pessoas transexuais em São Paulo foi retirada de: CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (org.). **Transver o mundo**: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021. p. 105.

Gênero, sexualidade e desigualdade

O processo de padronização dos comportamentos sexuais e de gênero e a estigmatização tendem a gerar desigualdade, pois levam as pessoas a esconder suas reais identidades ou, quando as assumem, a se sujeitar à exclusão social. Em 2020, o município de São Paulo realizou o primeiro mapeamento de pessoas transexuais no Brasil. Com base nesse mapeamento, constatou-se que 58% das pessoas transexuais que viviam nesse município trabalhavam em situação informal. Esse resultado está relacionado muito provavelmente à não aceitação da identidade de gênero nos ambientes escolar e de trabalho e evidencia a existência de transfobia na sociedade contemporânea.

Não são somente as pessoas transgênero e com orientações sexuais diversas que vivenciam condições desiguais. As mulheres cisgênero também enfrentam constantes barreiras para ter acesso a direitos iguais aos dos homens.

Como você já estudou, no Brasil, os papéis de gênero definem o comportamento da mulher como dócil e frágil, o que se combina com os papéis de mãe e cuidadora da família. Os papéis atribuídos ao homem são vinculados à força e à virilidade, cabendo a ele cuidar economicamente da família. Com base nessa ideia, considera-se que, nas relações sexuais e de afeto, a mulher, por ser frágil, deve se submeter aos cuidados e ao controle do homem. Em boa parte dos casos, essa ideia de controle tem conduzido a um sentimento de posse, do qual derivam diversos tipos de violência.

Em todos os casos aqui apresentados, as situações de violência estão presentes: a lesbofobia, a homofobia, a bifobia, a transfobia, a travestifobia, a queerfobia, a intersexofobia e a assexualfobia (que podem ser agrupadas na sigla LGBTQIA+fobia) e a violência de gênero afetam as vítimas nas esferas física, psicológica, sexual ou simbólica. Originados da raiva e do desconforto em relação a pessoas homossexuais, transgênero ou defensoras de ideais e papéis de gênero socialmente construídos, esses preconceitos e suas consequências são recorrentes na sociedade brasileira.

Esses comportamentos mostram que a afirmação da diferença ameaça aqueles que se sentem dominantes. No entanto, eles também ressaltam a necessidade constante de sublinhar a existência das diferenças para resistir e coexistir.

Saiba mais

Homofobia e transfobia são crimes

Como resultado da luta dos movimentos LGBTQIA+, desde 2019, a homofobia e a transfobia são consideradas crimes equiparados ao racismo no Brasil. A pena para quem as comete pode variar de um a três anos de prisão, além de multa. As ofensas homofóbicas também podem ser enquadradas no crime de injúria, previsto no Código Penal Brasileiro.

JUSTIÇA ELEITORAL

Cartaz contra a LGBTQIA+fobia produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Raça e etnia

A reflexão sobre raça e etnia envolve muita polêmica, inclusive no âmbito da sociologia. Nas primeiras décadas do século XXI, as questões raciais ganharam destaque, seja pelos crescentes protestos pelo fim da violência contra pessoas negras, seja em razão dos avanços na implementação de leis de combate ao preconceito e à desigualdade racial. Nesse contexto de mobilizações e conquistas, as ações de resistência de parte da população ganharam visibilidade.

Ao longo da história, foram empenhadas tentativas pseudocientíficas para classificar a espécie humana em subgrupos com base em características físicas, como cor da pele, o formato do crânio ou os traços faciais. Na segunda metade do século XX, diversas pesquisas nas ciências biológicas demonstraram que as diferenças genéticas entre os grupos humanos são demasiado pequenas em comparação com as semelhanças genéticas que eles apresentam. Graças a essas pesquisas, constatou-se a falta de base científica para a classificação da espécie humana em sub-raças, reconhecendo a existência de uma unidade biológica da espécie humana.

Raça como constructo cultural

Apesar de não existirem sub-raças humanas em sentido biológico, distinções físicas (como as relacionadas a cor da pele, características faciais e de cabelo) geram comportamentos que estigmatizam e discriminam as pessoas. Em decorrência disso, a raça torna-se um conceito para análise social.

O sociólogo britânico Anthony Giddens definiu raça da seguinte maneira:

> A raça pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados. As distinções raciais representam mais do que formas de descrever as diferenças humanas – são também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade dentro da sociedade.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 205.

A **raça** é definida por atributos físicos, mas o que confere a esses atributos um caráter distintivo são os padrões sociais gerados pela identificação da diferença. Dessa forma, os aspectos percebidos como relevantes na diferenciação de base biológica tornam-se marcadores sociais.

FABIO VIEIRA/FOTORUA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Manifestação de várias entidades sociais contra o racismo e a violência policial voltada a pessoas negras na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2024. Em razão do estigma e da discriminação relacionados a suas características físicas, as pessoas negras são as principais vítimas da abordagem policial violenta no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O conceito de etnia

O conceito de **etnia**, por sua vez, está relacionado aos aspectos culturais que distinguem as diferentes populações. Nesse sentido, caracterizam-se como pertencentes a determinada etnia as pessoas que partilham de certos laços históricos, geográficos, sociais e culturais – como o idioma, a religião e os costumes. Sendo uma construção cultural, a percepção étnica é dinâmica, variando ao longo do tempo segundo fatores como migração, processos de troca cultural e mudanças políticas.

Por exemplo, quando tratamos da população indígena do Brasil, sabemos que ela inclui uma grande diversidade de povos, que falam idiomas de troncos e famílias linguísticos distintos e têm valores, crenças, formas de organização social e práticas de produção e consumo diferenciados. Segundo o Instituto Socioambiental, no período entre 2017 e 2022 foram contabilizados 266 povos indígenas, falantes de mais de 160 línguas no Brasil. Isso significa que há distintas etnias indígenas no Brasil, assim como na Bolívia, no Peru e em outros países que foram constituídos no processo de colonização europeia no continente americano.

A elucidação dos conceitos de raça e etnia é fundamental, pois, durante décadas, o conceito de etnia foi utilizado para enfatizar que as diferenças sociais eram definidas pela cultura dos povos e não tinham como base aspectos físicos. Por essa perspectiva, a discriminação de pessoas negras não estaria associada à cor da pele, mas à estigmatização de aspectos da cultura das populações afrodescendentes, como o culto aos orixás. O uso do conceito de etnia ocultava o fato de que as sociedades atribuem pesos sociais a aspectos físicos.

Raça e etnia como marcadores sociais da diferença

Para compreender como os conceitos de raça e etnia se tornam marcadores sociais da diferença no Brasil, é necessário analisar a formação histórica de nossa sociedade.

No século XVI, quando os colonizadores portugueses aportaram nessas terras, entre 2 e 4 milhões de indígenas pertencentes a mais de mil povos habitavam a extensão que hoje chamamos de território brasileiro. Esses povos originários eram diversos entre si e se diferenciavam dos europeus tanto cultural como fisicamente.

Os primeiros contatos foram estabelecidos com indígenas dos povos do tronco linguístico Tupi, que habitavam as áreas litorâneas da atual Região Nordeste. Muitos deles participaram de trocas não monetárias com os portugueses, conhecidas como escambos, atuando principalmente na extração de pau-brasil.

Ao longo do século XVI, com o estabelecimento da economia baseada na produção de açúcar da cana, os colonizadores intensificaram o uso da mão de obra indígena nas plantações, em condições de escravização ou servidão. Nesse processo, populações foram submetidas a abusos físicos, deslocamento territorial forçado, exposição a doenças, entre outras formas de opressão.

Os dados sobre a população indígena no Brasil foram retirados de: KLEIN, Tatiane; RICARDO, Fany Pantaleoni; SANTOS, Tiago Moreira dos (ed.). **Povos indígenas no Brasil**: 2017-2022. 2. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023.

Esculturas representando orixás, do artista plástico Tatti Moreno, localizadas no Dique do Tororó, na cidade de Salvador, Bahia. Fotografia de 2021. Os orixás fazem parte da cosmologia de religiões de matriz africana. Por ser a religião um componente da etnia, a estigmatização do culto aos orixás é considerada um preconceito étnico.

DORIVAL MOREIRA LUCINDO/AGB PHOTO LIBRARY/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Os dados sobre os povos que habitavam o Brasil no século XVI foram retirados de: AZEVEDO, Marta. Quantos eram? Quantos serão? **Povos Indígenas no Brasil**, dez. 2020. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_eram%3F_Quantos_ser%C3%A3o%3F. Acesso em: 19 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As diferentes populações indígenas tinham cosmologias próprias e modos de viver, de se organizar socialmente e de se relacionar com a natureza que diferiam daqueles praticados pelos colonizadores portugueses. Nesse sentido, a exploração da mão de obra indígena envolveu um complexo processo de interação e conflito entre os colonizadores europeus e as comunidades locais. Nesse processo, os portugueses buscaram impor suas estruturas sociais e econômicas – como padrões de trabalho e organização – às comunidades indígenas nativas. Foram estabelecidas também diferentes missões religiosas, com o intuito de converter os indígenas ao cristianismo e à cultura europeia. A estigmatização dos modos de viver e das crenças dos povos indígenas culminou em violentos processos de **epistemicídio** e **etnocídio**, para destituir essas populações de humanidade e legitimar sua escravização. O sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, ao discorrer sobre os processos de colonização e escravização dos povos indígenas na América, argumenta que a inferiorização – com base na qual se tratava o outro como ser sem alma e, portanto, sem humanidade – foi uma estratégia utilizada para a justificativa moral da escravização de indígenas e de populações africanas e afrodescendentes.

Epistemicídio: destruição de uma forma de construção do conhecimento.

Etnocídio: extermínio da cultura de um povo.

Nesse processo, raça e etnia se tornam marcadores sociais da diferença. A diferença física – e, na situação histórica abordada, também cultural – foi utilizada para destituir indígenas e negros de seus atributos culturais e sociais e transformá-los em trabalhadores compulsórios ou meras mercadorias, resultando em opressão e dominação de um povo sobre outros.

Raça e etnia se tornaram, assim, marcadores sociais mobilizados para estabelecer poder e dominação, separar as pessoas e distribuir os recursos de maneira desigual, usando os atributos físicos para justificar moralmente a desigualdade. A discriminação com base no marcador racial está tão enraizada na sociedade brasileira que origina o chamado **racismo estrutural**, abrangendo as relações cotidianas e os aspectos econômicos, políticos e culturais.

A caracterização da construção de raça e etnia como marcadores sociais da diferença durante o período colonial foi retirada de: GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JAIME LAURIANO – ACERVO DO ARTISTA

Terra brasilis: invasão, etnocídio e apropriação cultural, desenho de Jaime Lauriano, 2015. O artista tomou como base uma carta náutica produzida por volta de 1519, acrescentando a ela alguns termos da atualidade: *invasão*, *etnocídio*, *democracia racial* e *apropriação cultural*.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que elementos reproduzidos no desenho revelam a exploração do trabalho indígena?
2. Qual é o efeito produzido pelos termos inseridos no mapa por Jaime Lauriano?

Os efeitos das desigualdades e discriminações raciais

ODS 10

A sociedade brasileira foi estruturada sobre bases racistas. Desse modo, privilégios, desigualdades e discriminações forjados no passado continuam a ser reproduzidos em diversos âmbitos, manifestando-se, por exemplo, em índices de escolaridade, renda, ocupação de cargos de chefia e violência.

Para investigar o impacto dos marcadores sociais da diferença na vida das pessoas, diversas abordagens podem ser adotadas pelos pesquisadores. A análise de casos emblemáticos de racismo, etarismo, LGBTQIA+fobia, desigualdade de gênero, entre outros, e a realização de entrevistas, grupos focais e observações participantes possibilitam descrever e examinar situações, narrativas e representações sociais, atentando ao modo como essas discriminações, desigualdades e formas de violência são reproduzidas no âmbito das relações interpessoais.

Já as pesquisas de natureza quantitativa possibilitam mensurar e dimensionar esses fenômenos. Com base na análise de dados estatísticos de pesquisas demográficas – como o Censo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os levantamentos públicos de taxa de matrícula e evasão escolar e os indicadores de emprego e renda –, é possível examinar o modo como determinada variável – por exemplo, raça, gênero, etnia ou idade – interfere no acesso de um grupo a direitos sociais ou condiciona esse acesso.

Para pensar no papel do marcador racial nas desigualdades sociais no Brasil, analise os dados da tabela a seguir, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Brasil: distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, segundo a intersecção de sexo e cor ou raça (em %) – 2022

Grau de instrução; sexo e cor ou raça	Sem instrução	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo
Brasil	**6**	**28**	**7,8**	**5**	**29,9**	**4,1**	**19,2**
Homens brancos	3,6	24,4	7,9	4,5	29,5	5,2	24,9
Homens negros	8	33,4	8,4	6,2	30,3	3,4	10,3
Mulheres brancas	4,3	23,3	7,1	3,7	28,2	4,4	29
Mulheres negras	7,4	29,7	7,8	5,5	31,5	3,5	14,7

Fonte: SÍNTESE de indicadores sociais. **IBGE**, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em: 19 ago. 2024.

Outro dado, extraído de um artigo produzido por um grupo de pesquisadores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e apresentado no trecho a seguir, mostra o impacto do marcador social da diferença raça nos números da pandemia de covid-19, quando foram considerados segmentos regionais e étnicos da população brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No contexto da saúde pública, embora as disparidades étnico-raciais sejam conhecidas há décadas, elas se agudizaram durante a pandemia de covid-19 e têm afetado de forma especialmente grave as populações mais vulnerabilizadas, como os grupos indígenas e quilombolas. [...] Proporcionalmente, os negros e indígenas são os grupos mais afetados no Brasil pela pandemia. [...] O Pará foi um dos estados mais atingidos pela pandemia. O número de casos nas comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e indígenas cresceu rapidamente, sobretudo em 2021. As grandes distâncias, dificuldades de acesso, a crônica falta de infraestrutura de saúde nos quilombos e nas prefeituras menores e a ausência de políticas de Estado para as populações rurais brasileiras são elementos que contribuíram para o agravamento da situação vivenciada por essas populações durante a pandemia. [...] O Pará é um exemplo emblemático da situação nacional das populações negras rurais durante a pandemia, pois é o estado que tem o maior número de áreas quilombolas oficialmente tituladas, abrangendo mais de 6 mil famílias em 64 municípios, e concentra um terço das mortes de quilombolas do país pelo SARS-CoV-2. Até a primeira quinzena de outubro de 2021, de acordo com a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e o Núcleo Sacaca da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que têm monitorado as comunidades via contatos pessoais com os líderes locais, já havia 2 633 casos confirmados de covid-19 e 97 óbitos nas diversas regiões do estado.

ANUNCIAÇÃO, Diana *et al.* (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3865-3866, out. 2022.

TARSO SARRAF/AFP/GETTY IMAGES

Quilombola Raimunda Nonata se prepara para ser vacinada contra a covid-19 na comunidade do Marajupema, zona rural do município de Cachoeira do Piriá, Pará. Fotografia de 2021. Ela recebeu a vacina por ser profissional da saúde; os demais quilombolas do estado não foram vacinados na primeira campanha realizada.

OBJETO DIGITAL **Mapa clicável: A dispersão da covid-19 no Brasil**

ODS 3

Atividades

Responda no caderno.

1. A análise da tabela possibilita compreender as disparidades educacionais entre diferentes grupos demográficos no Brasil. Considerando apenas a variável raça, qual grupo possui a maior escolaridade? E considerando apenas a variável gênero?
2. O que os dados da tabela revelam sobre a escolaridade considerando as intersecções entre raça e gênero?
3. Indique os fatores aos quais podem ser atribuídas as diferenças de escolaridade indicadas na tabela.
4. Segundo o artigo, quais grupos foram proporcionalmente mais afetados pela pandemia de covid-19 no Brasil?
5. Levando em conta que populações específicas podem sofrer as consequências de crises sociais e sanitárias, como a da covid-19, com agravamentos, seria correto afirmar que há relação desse fenômeno com o marcador étnico das diferenças sociais? Argumente.
6. Em sua opinião, que medidas poderiam ser adotadas para a superação das desigualdades apresentadas na tabela e no artigo? Debata essa questão com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Geração e curso da vida

Viver em sociedade pressupõe a convivência com as diferenças, sejam elas raciais, étnicas, de gênero ou geracionais. Em geral, são consideradas diferenças geracionais aquelas relacionadas apenas à circunstância cronológica do momento de vida das pessoas, dividido nas fases de infância, adolescência, juventude, maturidade (ou idade adulta) e velhice. Porém, ao analisar mais detidamente o conceito de geração, é possível verificar a existência de um conjunto de experiências, relacionadas às condições específicas de cada fase da vida, que não são apenas cronológicas.

É comum nos referirmos a algumas pessoas como da Geração Y – também conhecida como Geração do Milênio (*Millennials*) –, indivíduos nascidos entre o começo da década de 1980 e o final do século XX, cujo desenvolvimento ocorreu em uma época de grandes avanços tecnológicos e da mídia de massa, ou ainda da Geração Z – pessoas nascidas entre a segunda metade da década de 1990 e o ano de 2010 –, os chamados nativos digitais. Também podemos reconhecer pessoas que se identificam com vivências específicas de um grupo ou são ligadas a movimentos políticos e culturais. Um exemplo no Brasil é a geração dos caras-pintadas, formada por pessoas que, no início da década de 1990, manifestaram-se pelo fim da corrupção e pelo *impeachment* do então presidente da república Fernando Collor de Mello.

Conceito de geração

Em ciências sociais, o conceito de geração foi mais bem definido pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947). Segundo ele, uma geração diz respeito a pelo menos três dimensões:

1. **fase cronológica da vida** – o pertencimento a uma geração verifica-se pelo ano de nascimento, sendo a conexão geracional determinada pela proximidade das pessoas em razão do tempo histórico-social em que vivem;
2. **experiência histórico-social** – pertencer a uma geração não se resume a nascer em determinado tempo, também se relaciona com a participação em acontecimentos capazes de levar a interpretações individuais da realidade que podem ou não resultar em entendimentos similares aos de outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social;
3. **coletivização da experiência histórico-social** – a conexão geracional efetivamente se estabelece quando, além de desenvolver perspectivas comuns, os indivíduos estabelecem práticas coletivas que materializam o vínculo geracional.

EDER CHIODETTO/FOLHAPRESS

Manifestação dos caras-pintadas contra a corrupção no Brasil e pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1992.

Assim, conforme Mannheim, a geração pode ser identificada pelo entrelaçamento da fase cronológica da vida com os acontecimentos presenciados e pela forma como ambos se concretizam em uma experiência coletiva e social.

Em síntese, o conceito de geração ajuda a demarcar socialmente as pessoas que compartilham, conforme sua idade, determinadas experiências histórico-sociais que podem ser ressignificadas coletivamente. Esse conceito é também usado para identificar diferentes demandas sociais relacionadas com as experiências histórico-sociais de cada fase cronológica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Geração como marcador social

O entendimento de que o conceito de geração tem duplo significado – sociológico e social – nos leva a afirmar que ele também é um marcador social. Ao demarcar a existência de grupos que se identificam em razão da idade, das experiências histórico-sociais e da construção de seus significados, evidencia-se a possibilidade de estabelecer divisões que podem tanto ser utilizadas positivamente quanto levar a estigmatizações e comportamentos excludentes.

À estigmatização de indivíduos ou grupos em decorrência da idade ou geração dá-se o nome de **etarismo**. O etarismo fica evidente quando, por exemplo, tratamos os idosos como incapazes, mesmo sendo eles pessoas ativas e aptas para o trabalho, para a prática de exercícios físicos e de outras atividades.

Com o desenvolvimento da ciência, a expectativa de vida vem aumentando, e muitas pessoas têm conseguido manter uma boa condição de bem-estar ainda que em idade avançada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a expectativa de vida dos brasileiros subiu de 72,8 anos em 2021 para 75,5 anos em 2022. Não é raro encontrarmos homens e mulheres com 70 anos de idade ou mais exercendo de forma saudável suas atividades profissionais. No entanto, ainda é comum haver certa tendência de exclusão dos mais velhos no mercado de trabalho. Quem está acima dos 50 anos de idade encontra dificuldades de se inserir em empregos formais. Nos esportes, os atletas que continuam a desempenhar suas atividades com alto rendimento após 40 anos de idade costumam ser considerados exceção à regra.

Os dados sobre expectativa de vida no Brasil foram retirados de: Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos. Acesso em: 19 ago. 2024.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Você já presenciou alguma situação em que houve manifestação de etarismo? Se já presenciou, qual?**
2. **Que medidas podem ser adotadas para a superação do etarismo? Debata a questão com os colegas.**

Saiba mais

Estatuto da Pessoa Idosa

Promulgada em 2003, a Lei nº 10.741 instituiu o Estatuto da Pessoa Idosa, que assegura direitos às pessoas com 60 anos ou mais, entre os quais estão a gratuidade em transporte público, o atendimento preferencial nos serviços públicos e privados e o fornecimento de determinados medicamentos, principalmente os de uso contínuo. O Estatuto da Pessoa Idosa também garante proteção em caso de violência física, psicológica ou econômica. Um fato interessante foi a mudança de nome do estatuto. Em 2003, quando foi promulgado, chamava-se Estatuto do Idoso. A mudança para Estatuto da Pessoa Idosa foi feita em 2022, com o objetivo de humanizar o envelhecimento.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Idosa recebendo atendimento médico em Unidade de Saúde da Família no município de Itaparica, Bahia. Fotografia de 2019. Pessoas idosas têm prioridade no atendimento nos serviços de saúde públicos e privados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados sobre a mudança da expectativa de vida foram retirados de: OLIVEIRA, Nielmar de. IBGE: expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 40 anos em 11 décadas. **Agência Brasil**, 29 ago. 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11. Acesso em: 19 ago. 2024.

Infância, adolescência e juventude

As divisões geracionais têm como base critérios variados, embora o principal deles seja a diferença etária. A divisão entre infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice, por exemplo, está fundamentada na questão etária; no entanto, ao refletir sobre essa divisão, verificamos que a construção dessas categorias e das expectativas comportamentais a elas associadas resulta de um processo histórico durante o qual seus significados foram modificados.

Um dos fatores dessa mudança é o aumento da expectativa de vida das pessoas. No século XIX, essa expectativa não ultrapassava os 40 anos de idade. No Brasil, em 1900, por exemplo, as pessoas viviam, em média, 33,7 anos. As crianças começavam a trabalhar por volta dos 10 anos de idade, tornando-se adultos que tendiam a constituir família antes de completar 20 anos de idade.

A ideia de infância como tempo da educação e do brincar tornou-se realidade apenas no século XX, quando, em razão da melhoria nas condições de vida, as pessoas passaram a viver mais. No Brasil, o trabalho para menores de 14 anos só foi proibido na década de 1960, e os direitos de crianças e adolescentes só foram efetivados em 1990, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A adolescência e a juventude foram elevadas a categorias sociais somente a partir da segunda metade do século XX. Ao se tornar uma categoria social, a **juventude** passou a ser marcada socialmente, esperando-se dela certo comportamento. Assim, a elaboração de políticas que contemplassem as necessidades específicas dessa faixa etária foi justificada. Em 2013, entrou em vigor o Estatuto da Juventude, que regulamentou os direitos dos jovens e as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas exclusivamente a eles. Conheça um trecho desse estatuto:

> [...] Para os efeitos desta lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. [...]
>
> Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:
>
> I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
>
> II – orientação sexual, idioma ou religião;
>
> III – opinião, deficiência e condição social ou econômica.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

OBJETO DIGITAL **Vídeo: O Estatuto da Criança e do Adolescente**

ACERVO SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Quarta Conferência Nacional de Juventude, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023. Realizada periodicamente em âmbito nacional, a conferência tem como objetivo assegurar a participação da juventude em processos decisórios e de formulação de políticas públicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As experiências histórico-sociais da juventude

Nos Estados Unidos e na Europa, o século XX marcou a emergência da juventude como ator social. Após a década de 1950, estabeleceu-se definitivamente a diferença entre juventude e vida adulta. Essa diferença foi evidenciada pelas manifestações culturais e políticas que formaram um conjunto de experiências histórico-sociais partilhadas pelos jovens da época.

A década de 1950 foi marcada pela emergência de uma das maiores manifestações culturais de todos os tempos: o *rock'n'roll*. Surgido nos Estados Unidos como resultado da combinação de vários outros estilos musicais, como o *country* e o *blues*, o *rock* foi popularizado na voz do cantor estadunidense Elvis Presley. Esse gênero musical ganhou o mundo, adquirindo com o tempo o signo do comportamento rebelde, expresso nas vestimentas e nas ações de contestação adotadas pelos jovens de vários países.

No Reino Unido, o *rock* encontrou terreno fértil, e importantes bandas, como The Beatles, Led Zeppelin e Pink Floyd, formaram-se nesse país. Foi também no Reino Unido que uma das derivações do *rock*, o *punk*, instigou ainda mais o espírito de contestação. A banda Sex Pistols, por exemplo, imprimia críticas ao governo britânico nas letras de suas canções. O *rock* também foi o canal encontrado pela juventude para expressar seus descontentamentos com os rumos políticos mundiais no contexto da Guerra Fria, e, principalmente, com as sucessivas guerras empreendidas pelo governo estadunidense, que levaram à morte muitos jovens obrigados a servir nas frentes de batalha.

O ano de 1968 foi especialmente marcado pelo comportamento contestador da juventude. Nos Estados Unidos, protestos contra a Guerra do Vietnã moveram multidões, assim como os movimentos em defesa dos direitos civis e da população negra. Na Europa, o movimento mais emblemático ocorreu na França, em maio, quando estudantes tomaram as ruas de Paris em protesto contra mudanças na educação e enfrentaram forte repressão policial. Em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, muitos jovens protestaram contra os governos ditatoriais.

Dica

1968: eles só queriam mudar o mundo

Regina Zappa e Ernesto Soto. São Paulo: Zahar, 2018.

O livro narra, mês a mês, os principais movimentos promovidos pela juventude em 1968, no Brasil e em outros países, incluindo eventos políticos e culturais, como os protestos, as músicas mais tocadas, a moda e os filmes de maior repercussão.

MICHAEL OCHS ARCHIVES/GETTY IMAGES

Multidão acompanhando *show* de Elvis Presley em Tupelo, Estados Unidos. Fotografia de 1956.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Juventude, música, arte e expressão

O *rap*, que já despontava nos Estados Unidos nos anos 1970, ganhou expressividade a partir da década de 1980 por lá e por aqui. Com o emprego da fala rítmica e da percussão vocal (*beatbox*) e o uso de toca-discos, os MCs (Mestres de Cerimônia) narram sua história e a da comunidade em que vivem, evidenciando muitas vezes o preconceito existente em relação aos mais pobres.

No Brasil, as ruas da cidade de São Paulo foram o palco encontrado pelo *rap* para ganhar espaço e conquistar os jovens. Nomes como Nelson Triunfo dançavam *breaking* na estação de metrô São Bento, no centro da cidade, ponto de referência dos jovens que curtiam a cultura *hip-hop*. De lá para cá, os principais nomes do *rap* nacional, como o grupo Racionais MC's, têm usado os microfones para falar sobre racismo, violência policial e violência contra a juventude negra.

A cultura *hip-hop* abrange outras expressões artísticas, como as danças urbanas (que incluem diferentes estilos, entre os quais o *break*, o *locking* e o *popping*) e o grafite. Está fortemente relacionada à cultura periférica, apresentando, nas letras das canções, narrativas relacionadas ao cotidiano, às conquistas e aos desafios dessas localidades, bem como apresentando uma estética própria desse espaço. A cultura periférica também se expressa na literatura, com autores de destaque no século XX, como Ferréz, nome artístico de Reginaldo Ferreira da Silva, e Sérgio Vaz. A juventude tem sido protagonista dessas manifestações culturais, que resultam do compartilhamento e da significação das experiências sócio-históricas vividas pelos jovens.

No Brasil, destacam-se ainda diversas outras manifestações culturais juvenis, como o *funk*, no Rio de Janeiro, e o sertanejo, em Goiás. Em ambos, a música é o carro-chefe, mas há também uma estética relacionada ao espaço geográfico em que se desenvolvem.

Há várias outras manifestações culturais protagonizadas pelos jovens – em razão das diversas experiências –, como a cultura *geek* (gíria inglesa associada à ideia de excentricidade utilizada para designar um grupo de pessoas que se consideram fãs de quadrinhos, jogos, filmes de ficção, séries e outros ícones da cultura tecnológica) e a cultura digital, em que os jovens têm expressado conteúdos culturais em redes sociais. Essas experiências evidenciam a atuação política e social da juventude.

ENSAIO FOTOGRÁFICO DE ALEXANDRE CARNEIRO E TAISE DIAS/ARQUIVO PESSOAL DOS ARTISTAS

Grupo de *rap* Brô MC's, formado por Bruno Veron, Clemerson Batista Veron, Kelvin Peixoto e Charlie Peixoto, indígenas Guarani Kaiowá moradores das aldeias Jaguapirú e Bororó, localizadas na Reserva de Dourados, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2022. O grupo mistura elementos das culturas indígenas com o *hip-hop*, abordando temas como a vida nas aldeias e a demarcação de terras indígenas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pedagogia

As sociedades humanas, geração após geração, produzem conhecimentos sobre o mundo. Elas elaboram símbolos, criam narrativas sobre suas experiências e trocam informações em um movimento constante de ampliação de saberes.

A educação escolar, nesse sentido, dedica-se a aproximar as pessoas de uma parte desses saberes de forma organizada e, mais do que isso, procura criar estratégias para que os sujeitos não sejam meros receptores de um saber consolidado, mas se tornem construtores e protagonistas da elaboração de novos saberes. É nesse campo que atua o profissional formado em pedagogia.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental orientando estudante em escola do município de Salvador, Bahia. Fotografia de 2024.

Nesse curso superior, os estudantes são preparados para se tornarem profissionais da educação. Para isso, o curso abrange disciplinas como filosofia, sociologia e história, que visam oferecer um arcabouço teórico sobre o papel da educação na sociedade, além de contribuir para que os futuros educadores se apropriem de estratégias didáticas e discussões metodológicas que os preparem para desenvolver seu trabalho. Além disso, o curso trata do desenvolvimento psicossocial, abordando teorias que demonstram como as pessoas aprendem em diferentes estágios da vida.

A educação é um direito social previsto na Constituição Federal e assegurado por um conjunto de políticas públicas. Nesse sentido, os estudantes de pedagogia também aprendem sobre marcos legais da educação, compreendendo sua organização administrativa, suas formas de financiamento e as diretrizes governamentais que regulam o setor. Discutem, também, os desafios educacionais do Brasil.

A pessoa formada em pedagogia pode atuar na docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pode também se dedicar à gestão escolar, trabalhando na coordenação pedagógica, na orientação educacional ou na diretoria. As escolas públicas e privadas são os principais campos de atuação para esses profissionais. No entanto, há oportunidades na gestão pública, como nas Secretarias de Educação, em organizações da sociedade civil e em empresas que desenvolvem recursos educacionais, como jogos educativos.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Semesp, entidade dedicada ao levantamento e à análise de dados sobre o Ensino Superior no Brasil, publicados em 2024, do total de matrículas em cursos de licenciatura no país, cerca de 49,2% foram para o curso de pedagogia. Pela legislação brasileira, é dever do Estado assegurar a Educação Básica obrigatória e gratuita a todas as pessoas dos 4 aos 17 anos de idade. Nesse sentido, o mercado de trabalho do pedagogo apresenta razoável estabilidade no volume de postos no país.

As informações sobre o percentual de matrículas nos cursos de pedagogia foram consultadas em: INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 14. ed. São Paulo: Semesp, 2024. p. 4.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Defina, com suas palavras, o conceito de ação social.**

2. **Qual é o entendimento de Émile Durkheim e Talcott Parsons sobre a internalização das normas sociais? Qual é a diferença entre esse entendimento e a compreensão desenvolvida por Norbert Elias, Peter Berger e Thomas Luckmann a respeito desse conceito?**

3. **Caracterize socialização primária e secundária e dê exemplos de espaços nos quais elas se desenvolvem.**

4. **Analise o texto com base no conceito de papel social desenvolvido por Erving Goffman.**

> Uma influenciadora brasileira que vive em Los Angeles partilhou recentemente um vídeo na rede social [...] no qual respondia a um comentário de um seguidor que a criticava por estar "a expor os filhos dos outros" nos vídeos que publicava nas redes sociais, assumindo que Tiane era a ama da criança que tinha ao colo e não a mãe biológica.
>
> No vídeo, Tiane responde com naturalidade que a bebê que tinha ao colo era, na verdade, a sua filha, fruto do casamento com o marido, Bryan. "Só porque sou negra e ela branca não significa que ela não saiu de mim", sublinhou.
>
> A história de Tiane não é um caso único. Depois de o vídeo ter sido publicado noutra rede social, vários utilizadores [...] contaram nos comentários episódios de discriminação de que foram alvo só porque tinham um tom de pele diferente do da mãe ou do pai, e vice-versa. Num desses episódios, uma transeunte alertou a polícia para uma mulher negra que seguia na rua, acompanhada de uma criança branca, para que verificasse a situação.
>
> CÉU, Beatriz. Uma mulher negra não pode ter um filho biológico branco? A ciência contra o preconceito. **CNN Portugal**, 12 jun. 2022. Disponível em: https://cnnportugal.iol.pt/familia/discriminacao-racial/uma-mulher-negra-nao-pode-ter-um-filho-biologico-branco-a-ciencia-contra-o-preconceito/20220612/62a237b40cf2ea4f0a4f1292. Acesso em: 19 ago. 2024.

Com base no texto, responda:

a. Qual foi a interpretação feita por um seguidor de Tiane sobre os vídeos que ela publicava nas redes sociais?

b. Essa interpretação pode ser associada a algum estigma presente na sociedade brasileira? Explique.

5. **Considere as duas situações hipotéticas a seguir para responder às questões.**

- Um policial aborda um grupo de amigos que anda de *skate* em um bairro nobre de um grande centro urbano e impõe a saída deles do local alegando que o comportamento deles não condizia com as normas da vizinhança.
- Uma moradora da cidade de Nova York é expulsa de um restaurante porque seus trajes religiosos – ela é muçulmana e usa *hijab* (o véu islâmico) – levam as pessoas a pensar que se trata de uma potencial terrorista.

a. Como você descreveria o fenômeno social apresentado nas situações descritas?

b. Quais são as possíveis consequências desse fenômeno para os indivíduos envolvidos?

6. **Analise o trecho de notícia. Em seguida, responda às questões.**

> O Brasil é o segundo país, de um total de 37 analisados, com maior proporção de jovens, com idade entre 18 e 24 anos, que não estudam e não trabalham. [...]. Na faixa etária considerada no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 36% dos jovens brasileiros não estudam e estão sem trabalho. "Isso os deixa particularmente em risco de distanciamento de longo prazo do mercado de trabalho", alerta o relatório [...].

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Carlos Alberto Santos, de 18 anos, se esforça para mudar esta situação. Ele terminou o Ensino Médio no ano passado e, mais recentemente, um curso técnico de administração. Está há dez meses sem trabalhar, concluiu outros cursos complementares e busca uma colocação no mercado de trabalho.

"Esse período é até preocupante porque ao completar meus 18 anos em março, ter saído do estágio, terminar os cursos, às vezes a gente naturalmente se sente meio inútil mesmo. Por um lado, perde a perspectiva, principalmente quando tem muito esforço, muita dedicação. Eu me inscrevi em várias vagas, eu já fui em muitas entrevistas em vários lugares, tanto em São Paulo quanto aqui próximo da minha cidade, e é realmente preocupante", diz o jovem, que mora em Ferraz de Vasconcelos, cidade da região metropolitana de São Paulo.

SOUZA, Ludmilla. De 37 países, Brasil é o 2º com maior proporção de jovens nem-nem. **Agência Brasil**, Brasília, 22 jul. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/de-37-paises-brasil-2-com-maior-proporcao-de%20jovens-nem-nem. Acesso em: 19 ago. 2024.

a. Qual é o problema social abordado na notícia?

b. Quais marcadores sociais da diferença possibilitam analisar esse fenômeno? Justifique.

c. Que políticas públicas poderiam ser implementadas para enfrentar a situação?

7. (Enem-MEC)

A favela é vista como um lugar sem ordem, capaz de ameaçar os que nela não se incluem. Atribuir-lhe a ideia de perigo é o mesmo que reafirmar valores e estruturas da sociedade que busca viver diferentemente do que se considera viver na favela. Alguns oficiantes do direito, ao defenderem ou acusarem réus moradores de favelas, usam em seus discursos representações previamente formuladas pela sociedade e incorporadas nesse campo profissional. Suas falas se fundamentam nas representações inventadas a respeito da favela e que acabam por marcar a identidade dos indivíduos que nela residem.

RINALDI, A. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 306-307. (Adaptado).

O estigma apontado no texto tem como consequência o(a):

a. aumento da impunidade criminal.

b. enfraquecimento dos direitos civis.

c. distorção na representação política.

d. crescimento dos índices de criminalidade.

e. ineficiência das medidas socioeducativas.

8. (Unioeste-PR – adaptada) Quando falamos em identidade, logo pensamos em quem somos. A construção de identidades como "ser brasileiro", "ser português", "ser cigano", "ser gremista", "ser homem", "ser mulher" é um processo sociocultural pelo qual se marcam as fronteiras de pertencimento social e/ou cultural. Tendo por base esse anúncio, é correto afirmar que:

a. as identidades são estáticas, é algo natural, elas nos acompanham por toda a vida.

b. as identidades são construídas nas relações sociais, são situacionais, relacionais e constroem-se na relação entre o "nós" e os "outros", criando um "nós" coletivo.

c. identidades surgem através de um determinismo geográfico que molda o nosso modo de ser e agir.

d. identidades são produtos de *marketing* e geram vínculo entre os indivíduos.

e. identidades são heranças genéticas.

9. Muitas vezes, marcadores sociais da diferença são mobilizados para promover atos de intimidação sistemática, violência física ou psicológica, conhecidos como *bullying*. Insultos, apelidos pejorativos, ameaças e ataques físicos são formas de *bullying*. Considerando essas informações, reúna-se com os demais colegas de turma para pesquisar o problema na escola em que estudam e promover ações para solucioná-lo. Sigam estas orientações:

- Identifiquem o modo como o *bullying* se manifesta na escola. Para isso, vocês podem construir um questionário, elencando formas de violência relacionadas à aparência física, à raça, à religião, à classe social, à idade e à orientação sexual. Incluam também a gordofobia, ou seja, o preconceito contra os corpos gordos, e o capacitismo.
- Solicitem aos estudantes de outras turmas, professores e funcionários da escola que respondam se já foram vítimas de *bullying* ou se conhecem alguém que tenha passado por alguma das situações listadas. Reúnam as respostas e analisem os dados coletados identificando as ocorrências mais citadas.
- Com base nos dados coletados, discutam formas de solucionar o problema. Por exemplo, a promoção de campanhas de conscientização e o estabelecimento de canais de denúncias.
- Elejam as soluções que deverão ser implementadas e executem as ações definidas pela turma. Essas ações podem ser desenvolvidas tanto por meio físico (como a confecção de uma caixa de denúncias) quanto por meio digital (estabelecimento, junto à direção da escola, de um *e-mail* institucional para receber denúncias).
- Avaliem os resultados das ações promovidas pela turma.

OBJETO DIGITAL ***Podcast*: Violência escolar**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 6

Cidadania, desigualdade e discriminação

Estamos no século XXI. Hoje, os cidadãos brasileiros têm vários direitos garantidos: o de votar para escolher os representantes nos poderes Executivo e Legislativo, o de candidatar-se e ser eleito, o de se expressar livremente, o de ter acesso a postos de saúde públicos, vagas em escolas, entre outros.

Esses direitos não são naturais: foram adquiridos ao longo do tempo, muitas vezes por meio de pressões políticas, manifestações e conflitos.

A necessidade de garantir esses direitos surge no cotidiano social, conforme o contexto da época. Uma vez identificada uma determinada necessidade, a luta pela garantia de direitos é estabelecida e travada em arenas diversas, entre elas a política. Por isso, há direitos longevos, que foram estabelecidos há mais de um século, e direitos recentes, cuja conquista ocorreu já no século XXI. Há arcabouços legais que garantem esses direitos, e a existência deles nos permite exercer nossa cidadania.

No entanto, apesar da previsão legal, ainda há grupos sociais que enfrentam entraves na efetivação de seus direitos. A existência de violações sistemáticas evidencia que, ainda que se pretendam duradouros e universais, os direitos conquistados são frágeis e podem estar sujeitos a retrocessos, exigindo vigilância e engajamento cívico para sua manutenção e expansão.

Neste capítulo, você vai conhecer a trajetória de conquista dos direitos e verificar que eles são fundamentais para a construção da noção de cidadania, identificando o modo como as ciências sociais analisam esse processo. Além disso, vai reconhecer que há grupos que, apesar dos instrumentos legais, ainda sofrem desassistência e violação de seus direitos. Esse debate será feito com base no entendimento das noções de diferença, desigualdade, preconceito e discriminação.

CADU ROLIM/FOTOARENA

Estudante segurando a Constituição Brasileira durante protesto pela melhoria da educação pública, na cidade de Sorocaba, São Paulo. Fotografia de 2019. Conhecida como Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988 consagra direitos civis, políticos e sociais, como o de acesso à educação, desempenhando um papel fundamental na consolidação da cidadania no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Direitos humanos

Você sabe o que são direitos humanos? São direitos que devem ser garantidos a todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção; por exemplo, o direito à vida, à dignidade e à integridade física. Eles protegem os indivíduos e regem sua relação com o Estado.

Os direitos humanos foram conquistados ao longo de séculos e expressam as necessidades e lutas de cada época.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

A publicação da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, em 1789, foi um marco na história da construção da cidadania. Elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, durante a Revolução Francesa, a declaração tornou-se um documento significativo para os direitos humanos, servindo de base para constituições e declarações de direitos posteriores.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi influenciada pelo **jusnaturalismo**, uma doutrina filosófica que permeava o ideário da burguesia, classe que assumiu o poder na França durante o processo revolucionário. Com base nas teorias jusnaturalistas, concebia-se a existência de um conjunto de direitos naturais, ou seja, com os quais as pessoas nascem. Por serem próprios da condição humana, esses direitos seriam aplicáveis a todas as pessoas, independentemente da cultura ou do contexto histórico.

Na concepção dos jusnaturalistas, esses direitos, apesar de naturais, precisariam ser assegurados para se efetivar, e, com essa finalidade, seria necessário instituir o Estado e as leis. Nesse contexto, com a elaboração da declaração, buscaram formalizar os direitos naturais, a fim de assegurar sua efetivação.

Na declaração, são considerados **direitos naturais**:

- **liberdade** – compreendida como a possibilidade de fazer tudo o que não prejudique outras pessoas; a liberdade se estende para a política, a religião e a expressão;
- **propriedade** – concebida como uma condição inviolável, da qual nenhuma pessoa pode ser privada;
- **segurança** – compreendida no sentido da proteção da vida e da integridade física contra abusos e violências;
- **resistência à opressão** – concebida como a possibilidade de fazer oposição a governos injustos e tirânicos, bem como a arbitrariedades por parte do Estado e de outros cidadãos.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pintura de Jean-Jacques-François, cerca de 1789. A obra enaltece a declaração dos direitos proclamada em 26 de agosto de 1789.

JEAN JACQUES FRANÇOIS LE BARBIER - MUSEU CARNAVALET, PARIS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na França, a escravidão foi abolida em 1794 e restaurada por Napoleão Bonaparte, em 1802. A abolição definitiva ocorreu apenas em 1848.

Embora os direitos previstos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 se pretendessem universais, é importante ter em mente que o documento foi concebido como resultado dos anseios da classe burguesa revolucionária francesa. Refletiu, dessa forma, a visão de mundo e os objetivos políticos desse grupo. Isso é evidente quando se analisa a efetivação dos direitos nela previstos.

A propriedade, por exemplo, é concebida na declaração como um direito natural, do qual nenhuma pessoa pode ser privada. Na sociedade capitalista, no entanto, ter acesso à propriedade depende de condições financeiras. Então, ainda que concebido jurídica e filosoficamente como intrínseco à condição humana, o direito natural à propriedade, quando efetivado, não é concedido de forma universal. A previsão desse direito na declaração, portanto, pode ser entendida como a materialização de um anseio da classe economicamente dominante por manter a acumulação de seus bens.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi orientadora de muitas leis de garantia dos direitos, mas sua existência não impediu, por exemplo, a manutenção da escravidão. Além disso, os direitos nela previstos referiam-se, sobretudo, aos homens. Embora tenham conquistado direitos importantes durante o período revolucionário, como a possibilidade de solicitar o divórcio, sob os mesmos argumentos dos homens, as mulheres permaneceram excluídas das funções políticas.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **É possível afirmar que Olympe de Gouges teve seus direitos naturais respeitados? Explique.**
2. **Atualmente, os direitos naturais de todas as pessoas são respeitados? Justifique.**

Saiba mais

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã

As mulheres participaram ativamente da Revolução Francesa, pegando em armas para defender os ideais revolucionários e também por meio da fundação de clubes políticos para discutir os problemas do país. Contudo, foram impedidas de ocupar cargos públicos e votar nas assembleias.

Em 1791, a ativista Marie Gouze, que utilizava o pseudônimo de Olympe de Gouges, escreveu *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ela reivindicava a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Suas ideias, assim como as de outras tantas mulheres, no entanto, não foram bem recebidas. Em 1793, ela foi presa sob a acusação de ser contrarrevolucionária e condenada à morte na guilhotina.

ADOC-PHOTOS/CORBIS/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura colorida de autoria desconhecida representando a Marcha sobre Versalhes, em 5 de outubro de 1789. A marcha foi iniciada em Paris por mulheres que se revoltaram com o alto preço do pão. Elas foram acompanhadas por uma multidão de pessoas, que saquearam o arsenal da cidade, chegaram ao Palácio de Versalhes e exigiram do rei reformas políticas. Esse evento foi decisivo para a Revolução Francesa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Outro documento fundamental na trajetória da construção dos direitos humanos é a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 1948. Ela foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), instituição criada após a Segunda Guerra Mundial, no intuito de prevenir futuras guerras e conflitos armados, mediar eventuais disputas entre países e promover a cooperação internacional.

Era primordial nesse contexto estabelecer formas de reduzir preconceitos e garantir a dignidade humana e a igualdade a fim de promover o desenvolvimento social. Com base nesses parâmetros, a Assembleia Geral das Nações Unidas apresentou, em 24 de outubro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa declaração embasou a formulação de mecanismos legais que asseguram os direitos humanos entre os países-membros da ONU e possibilitam mapear possíveis violações em âmbito internacional. Ela retoma princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, como a liberdade e a igualdade, mas os amplia ao evidenciar que a garantia da liberdade está fundada, entre outros critérios, no combate ao trabalho escravo, à tortura e ao arbítrio do poder, como expresso nos artigos a seguir:

> Artigo 4º Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
>
> Artigo 5º Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. [...]
>
> Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. *In*: ISHAY, Micheline. **Direitos humanos**: uma antologia. São Paulo: Edusp, 2006. p. 650.

Os direitos humanos ganham, nessa declaração, a acepção de direitos da dignidade humana, que envolvem tanto o acesso a educação, saúde e propriedade como a garantia do exercício da liberdade de expressão política e religiosa, entre outros.

Assim como a Declaração de 1789, a Declaração Universal dos Direitos Humanos alia o exercício das liberdades às limitações determinadas pela lei, que precisa garantir o direito e o respeito às liberdades de todos. Por isso, é fundamental analisar as leis de cada país para entender como efetivamente os direitos humanos estão estabelecidos e como eles são garantidos na prática, como exercício de cidadania.

AFP/GETTY IMAGES

Terceira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1948, em Paris, França. Em 10 de dezembro do mesmo ano, a Assembleia Geral aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ODS 16

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cidadania, cidadanias

O conceito de cidadania é amplamente definido como o conjunto de direitos e responsabilidades atribuídos a um indivíduo na sociedade de determinado país.

Cada Estado-nação inclui em sua constituição leis e estatutos que orientam a relação dos sujeitos com o Estado. Espera-se que essas regras estejam fundamentadas no princípio da **isonomia**.

De acordo com esse princípio, todos os indivíduos, independentemente de idade, sexo, classe, cor, religião, devem ser tratados de igual modo pela justiça – condição que respalda um princípio geral do direito constitucional: Todos são iguais perante a lei.

É o que estabelece, por exemplo, a Constituição brasileira de 1988. No artigo quinto, registra-se:

> "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]".

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

Texto semelhante é encontrado na décima quarta emenda da Constituição dos Estados Unidos, redigida em 1868. De acordo com a seção 1 dessa emenda, todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nesse país, e sujeitas à sua jurisdição, são consideradas cidadãs do país e do estado onde residem.

Embora essas duas constituições façam referência à *residência*, não se pode confundir cidadania com domicílio nem cidadão com habitante. Um brasileiro que reside na Europa, por exemplo, não deixa de ser cidadão do Estado brasileiro. Da mesma forma, se ele decide morar nos Estados Unidos, não se tornará automaticamente um cidadão estadunidense.

Para obter cidadania nos Estados Unidos ou em qualquer outro país é preciso requerê-la. O Estado em questão pode aceitar ou não a solicitação de acordo com seu estatuto de cidadania.

É comum que brasileiros descendentes diretos de cidadãos de outras nacionalidades (portugueses, alemães, italianos etc.) solicitem cidadania ao Estado de origem de seus ascendentes e, caso o pedido seja deferido, passem a ter dupla cidadania.

Saiba mais

A cidadania na Constituição brasileira de 1824

A Constituição de 1824 foi o primeiro conjunto de leis escrito no Brasil independente. Em seu artigo sexto, ela define quem é cidadão brasileiro, o que inclui as pessoas nascidas em solo brasileiro, mesmo que fossem libertos, filhos de libertos ou filhos de pais estrangeiros. Esse direito, no entanto, não era estendido a indígenas e às pessoas negras escravizadas e seus filhos, mesmo que nascidos em solo brasileiro.

BETO RICARDO/ISA

Indígenas de diferentes etnias, tendo à frente, da esquerda para a direita, Teseya Panará, Kanhõc Kayapó, Raoni Metuktire e Tutu Pombo Kayapó, durante as negociações do capítulo *Dos Índios* na Assembleia Nacional Constituinte, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 1988. O reconhecimento de direitos passa pela definição de quem é ou não cidadão em um Estado-nação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O conceito de cidadania nas ciências sociais

Para os cientistas sociais, o conceito de **cidadania** é mais amplo. De acordo com eles, a cidadania é resultado do desenvolvimento histórico de diferentes tipos ou gerações de direitos, cujo efeito para a qualidade das relações entre os indivíduos e o Estado pode variar muito conforme o país. Assim, para compreender a cidadania em cada Estado-nação, é necessário analisar o desenvolvimento histórico e a manutenção objetiva das garantias dos direitos individuais e coletivos, segundo sua relação com as esferas civil, política, social e cultural da vida dos cidadãos. Observando a realidade empírica das relações entre os indivíduos e o Estado, é possível constatar diferentes padrões de garantia de direitos e deveres.

Assim, melhor seria falar em **cidadanias**, no plural, ou seja, em diferentes conformações de cidadania, que variam de acordo com o contexto no qual ela se situa. Para analisar os estatutos de cidadania em diferentes Estados-nação, é preciso conhecer os diversos tipos de direitos, seus desenvolvimentos e especificidades.

Os direitos que constituem a cidadania

Em 1950, o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) publicou um estudo considerado ainda hoje um dos mais importantes acerca da constituição da cidadania com base em distintos conjuntos de direitos. Trata-se do livro *Cidadania, classe social e status*, no qual Marshall pôde montar, baseado no estudo sobre a realidade da cidadania na Inglaterra, um quadro histórico da formação de três tipos diferentes, mas complementares, de direitos: civis, políticos e sociais.

Segundo Marshall, os direitos que compõem a cidadania contemporânea foram paulatinamente evoluindo e sendo incorporados ao arcabouço jurídico da Inglaterra. Essa evolução teve início com a consolidação de direitos individuais, denominados **direitos civis**, no século XVIII.

A adoção do termo "Inglaterra" neste tópico respeita a grafia utilizada por Marshall em seu estudo. Atualmente, a Inglaterra é parte do Reino Unido, juntamente com Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales.

KRISZTIAN ELEK/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Encontro pela natureza e pelo clima em frente ao Parlamento em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2024. Portando faixa com os dizeres "Diga não ao consumismo. Diga sim à vida na Terra", os manifestantes exigiam ações urgentes para proteger a natureza e enfrentar as mudanças climáticas mundiais. A liberdade de expressão é um exemplo de direito civil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os direitos civis

Lembremos que Marshall se baseia, sobretudo, no caso da Inglaterra. Nesse país, a burguesia conquistou poder político com as revoluções ocorridas no século XVII – a Revolução Puritana e a Revolução Gloriosa. Ao longo do século XVIII, foram constituídos e incorporados às leis dos Estados constitucionais os **direitos civis**: direitos vinculados às liberdades individuais, como as de ir e vir, expressão, pensamento e crença, além das relacionadas com os direitos de propriedade, como a de fechar contratos e a de recorrer à justiça, ou seja, de ter acesso ao devido processo legal, possibilitando ao indivíduo a afirmação e a defesa de todos os seus direitos de forma isonômica em face dos demais.

No século XVIII, novas concepções sobre autoridade e poder ganharam força nas sociedades do Ocidente europeu, influenciadas pelas ideias iluministas e pelas críticas à monarquia absolutista e à aristocracia. Esses fatores levaram a outras revoluções burguesas, sobretudo a Revolução Francesa, sem as quais a noção de indivíduo, que fundamenta o elemento civil da cidadania, não teria adquirido consistência.

Os direitos políticos

Na análise de Marshall, uma vez que os direitos civis ganharam corpo, foi inevitável o desenvolvimento de outros elementos de cidadania motivados pela garantia das liberdades individuais. Assim, no século XIX, com o amadurecimento da representação política e dos ideais democráticos reclamados pelos agentes das revoluções burguesas, a demanda por livre associação política, bem como o direito de votar e ser votado, começou a ter amplo espaço na agenda das sociedades europeias. Desse modo, as legislações passaram a incorporar garantias relacionadas à esfera política da vida, protegendo legalmente a liberdade de voto e de candidatura política, além da livre associação em organizações e partidos.

Os **direitos políticos** podem ser considerados individuais, pois garantem a escolha pessoal de eleger o representante e de disputar um cargo de representação política. No entanto, esses direitos têm também uma dimensão coletiva, uma vez que há garantias ligadas ao direito de criação de organizações políticas e de associação a elas. Pelo seu caráter misto, os direitos políticos podem ser considerados direitos de transição da dimensão individual para a coletiva.

Classificação indicativa do filme *As sufragistas*: 14 anos.

Dica

As sufragistas

Direção: Sarah Gravon. Reino Unido, 2015. Duração: 106 minutos.

O filme, cujo enredo se passa no Reino Unido no início do século XX, aborda a luta do movimento sufragista do país. Na história, a protagonista, a lavadeira Maud Watts, une-se a outras mulheres pelo direito ao voto feminino. O filme retrata as pressões políticas e familiares enfrentadas pelas ativistas, bem como as táticas de atuação do movimento.

HULTON-DEUTSCH/HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/GETTY IMAGES

Manifestação de sufragistas em Londres, Reino Unido. Fotografia de 1912. O movimento sufragista, nome pelo qual ficou conhecido o movimento das mulheres pelo direito ao voto, mobilizou-se no final do século XIX e conquistou sua reivindicação no início do XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os direitos sociais

Para que direitos civis e políticos previstos em lei entrem em vigor, não é necessário que o Estado empenhe muitas ações, pois a concretização de tais direitos depende, em grande medida, do uso dessas garantias pelo indivíduo. Podemos argumentar, porém, que o direito individual de ir e vir só é efetivamente garantido quando há segurança pública eficiente, já que, embora o cidadão tenha por lei a liberdade de ir para onde quiser, sem a proteção do Estado ele estará vulnerável à violência.

Por isso, segundo a análise de Marshall, no desenrolar do século XX, quando as sociedades europeias ficaram desamparadas pelos efeitos das duas grandes guerras mundiais e da crise econômica do fim da década de 1920, ficou evidente a necessidade de ir além no campo dos direitos. Os Estados deveriam se responsabilizar pela garantia do bem-estar coletivo, de modo que os direitos individuais não fossem comprometidos. Essa percepção de desamparo condicionou mudanças importantes nos direitos coletivos não só na Europa, mas também em outras nações do mundo. Assim, os direitos coletivos avançaram, com idas e vindas, em muitas nações ao longo do século XX. Constituindo o terceiro conjunto de direitos que compõem a cidadania, os **direitos sociais** abrangem o conjunto da sociedade, garantindo a todos, de forma indistinta, o acesso às políticas públicas mais variadas, como as relacionadas com o trabalho – definição da jornada de trabalho, férias remuneradas, aposentadoria e licença médica –, com a educação, a saúde, a habitação, o transporte, a energia, a cultura e a assistência social.

Assim, é papel do Estado gerir o direito coletivo à segurança pública, propondo e administrando recursos de modo que a liberdade individual de ir e vir seja garantida sem riscos. Por isso, podemos afirmar que os direitos sociais são **direitos positivos**, pois necessitam da proposição e da ação do Estado para que existam e sejam garantidos.

Oitava Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 1986. No encontro, debateu-se a temática da saúde como dever do Estado e direito de todos os cidadãos brasileiros, e o relatório elaborado pelos participantes serviu de base para a instituição do Sistema Único de Saúde, em 1988.

ÁLVARO PEDREIRA/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A cidadania

Para Marshall, a noção de cidadania não diz respeito a um mero *status* legal, mas reflete uma complexa interação entre indivíduo, Estado e sociedade, que, em resposta às demandas da população, evolui ao longo do tempo, inter-relacionando três elementos, como explicado no texto a seguir.

> Estarei fazendo o papel de um sociólogo típico se começar dizendo que pretendo dividir o conceito de cidadania em três partes. Mas a análise é, neste caso, ditada mais pela história do que pela lógica. Chamarei estas três partes ou elementos, de civil, política e social. O **elemento civil** é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por **elemento político** se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O **elemento social** se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social [...].
>
> MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e *status***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 63-64 [grifos nossos].

Vale atentar para o fato de que a qualidade da cidadania está associada à possibilidade da boa interação entre os elementos individuais e coletivos – os direitos civis, políticos e sociais – e ao cumprimento das responsabilidades cívicas por parte dos cidadãos. O uso dos direitos políticos garante a possibilidade de voto e associação política. Os direitos civis de ir e vir e de liberdade de expressão possibilitam aos cidadãos a expressão de seus descontentamentos e a organização de uma agenda de demandas a serem observadas pelo Estado. De acordo com a qualidade dos serviços públicos de atendimento aos direitos sociais prestados em determinada gestão, os cidadãos podem refletir sobre suas escolhas, eleger, reeleger ou alterar seu voto.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Manifestação cobrando ações do governo federal durante a pandemia de covid-19 na cidade de Londrina, Paraná. Fotografia de 2021. A saúde e a segurança alimentar são direitos que integram a cidadania.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As responsabilidades

Uma vez compreendido que a cidadania é formada por pelo menos três conjuntos de direitos – os civis, os políticos e os sociais –, devemos nos ater à questão das responsabilidades do cidadão.

De modo geral, pode-se afirmar que os deveres se posicionam em duas dimensões fundamentais e comuns ao exercício da cidadania. A primeira dimensão corresponde a estar em dia com as exigências legais referentes às questões públicas, como ter os registros individuais obrigatórios nos órgãos de governo – no Brasil, certidão de nascimento, Carteira de Identidade Nacional, Cadastro de Pessoa Física, título de eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social. A segunda dimensão refere-se a estar com as obrigações fiscais atualizadas – declaração de rendimentos e pagamento de impostos e taxas.

No Brasil, onde o voto é obrigatório aos cidadãos entre 18 e 70 anos de idade, exceto para os analfabetos, há também o dever eleitoral. Os homens têm, ainda, o dever de se alistar no serviço militar aos 18 anos e de se apresentar a esse serviço se convocados a qualquer época.

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE IPEÚNA, SÃO PAULO

Cartaz de campanha pela regularização do título de eleitor promovida em 2024 pela prefeitura do município de Ipeúna, São Paulo.

Outros deveres também podem ser citados, como o dos pais para com seus filhos e o dos filhos para com seus pais, conforme expresso no trecho da Constituição brasileira de 1988.

> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
>
> Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

Além disso, cabe aos cidadãos respeitar a legislação e os direitos dos demais cidadãos, bem como o patrimônio público e o meio ambiente.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Cite exemplos de seus deveres como cidadão ou cidadã.**
2. **Considerando as pessoas idosas de sua convivência, é possível afirmar que os filhos têm cumprido seus deveres para com os pais? Justifique.**

Dica

Em dia com o Direito #2. Cidadania é fundamento do Estado Democrático de Direito

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Produção: Nuno Morgadinho dos Santos Coelho e Rosemeire Talamone. Brasil, 2019. 6 minutos.

O *podcast* publicado pelo *Jornal da USP* apresenta os fundamentos do Estado Democrático de Direito. No episódio 2, o professor Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho explica o conceito de cidadania, sua relação com os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cidadania no Brasil

Os dados a respeito do *ranking* global do Índice de Desenvolvimento Humano foram retirados de: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento Humano**: relatório de 2021/2022. Nova York: PNUD, 2022. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22. Acesso em: 20 ago. 2024.

Embora tenha uma das mais avançadas constituições do mundo no que se refere à previsão de direitos sociais, o Brasil figura mundialmente entre um dos países mais desiguais. Segundo o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU, publicado em 2022, o **Índice de Desenvolvimento Humano** do Brasil passou de 0,765, em 2019, para 0,754 em 2021, o que fez o país cair da octogésima quarta posição para a octogésima sétima no *ranking* de 191 países. Esses números demonstram o longo caminho a percorrer até o Brasil avançar em direitos que garantam justiça, igualdade e dignidade para seus cidadãos.

Na análise do cientista político brasileiro José Murilo de Carvalho (1939-2023), essas dificuldades, de certo modo, estão relacionadas com a história de desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais, que, no Brasil, não seguiram o curso e a sequência lógica e cronológica averiguados por Marshall.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, por exemplo, proibia o voto dos analfabetos. Nesse contexto, embora houvesse direitos políticos que asseguravam o voto para cargos legislativos, eles não se estendiam a toda a população. Além disso, os direitos civis (que na análise de Marshall antecederiam os direitos políticos) não estavam completos: a liberdade individual era um privilégio, já que o sistema escravista seguiu vigente até 1888.

A mesma inversão lógica está presente na garantia dos direitos sociais voltados ao mundo do trabalho, como salário mínimo, férias remuneradas e previdência social, institucionalizados pelo presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse período, o país passava por uma ditadura e, com isso, direitos civis e políticos estavam suprimidos.

Ademais, embora hoje se possa afirmar que não existe um sistema escravista como o que vigorou no Brasil até 1888, é preciso questionar: será que a moradora pobre de uma região periférica tem a mesma liberdade de ir e vir que tem uma mulher rica, residente em bairro de classe alta de um grande centro urbano? É evidente que ambas não têm acesso similar à segurança e ao transporte necessários ao exercício de ir e vir, ainda que, em tese, tenham o mesmo direito.

BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Trabalhadores carregando faixa em homenagem a Getúlio Vargas durante comemoração do Dia do Trabalho, na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de 1940. A política adotada por Vargas combinava autoritarismo e repressão com a regulamentação dos direitos dos trabalhadores, criando a imagem de "pai dos pobres".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Como menciona José Murilo de Carvalho:

> A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Getúlio Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. [...] Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo [no Brasil].

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 219-220.

A cidadania em expansão

Desde os anos 1990, outros códigos e agendas cidadãs vêm sendo desenvolvidos para abrigar direitos relacionados com o aumento da complexidade no mundo do trabalho, do consumo, das migrações e da pluralidade cultural resultante da globalização, o que fez emergirem particularismos. Assim, não se pode mais falar apenas em direitos universais, porque há causas e grupos sociais específicos que requerem direitos focalizados.

São frutos desse processo, por exemplo, novas pautas cidadãs, entre elas o direito do consumidor, a ecocidadania e os direitos referentes às minorias políticas – mulheres, jovens, idosos, população LGBTQIA+, indígenas, caiçaras, quilombolas, grupos em situação de vulnerabilidade (pessoas com doenças crônicas, em situação de rua e/ou flagelo social), populações ribeirinhas, sem-teto, sem-terra e/ou vivendo abaixo da linha da pobreza.

Desde os anos 1990, vêm ocorrendo profundas transformações nas sociedades e tem aumentado o trânsito de pessoas entre diferentes nações. Da mesma maneira, ganharam notoriedade práticas e grupos culturais antes invisíveis dos pontos de vista político e social. A isso denominamos **multiculturalismo**. Em razão da fragmentação política e social associada a essa multiplicidade, é necessário realizar uma ampliação da cidadania.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **O texto de José Murilo de Carvalho aborda três conjuntos de direitos. Identifique-os e cite exemplos de cada um deles.**
2. **Nessa citação, Carvalho afirma que há direitos civis que ainda não são acessíveis. Com base na definição de direitos civis, argumente se você concorda ou não com o autor do texto.**
3. **Relacione a expansão da cidadania à redução das desigualdades no Brasil.**

ODS 10

FILIPE BISPO/FOTOARENA

Participantes da Greve pelo Clima, evento mundial que cobra ações concretas dos governantes contra as mudanças climáticas, em Belém, Pará. Fotografia de 2019. A cidadania não é estática. Há um movimento de expansão contínua, em que novas demandas de direitos surgem de acordo com as mudanças na sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 4

Desigualdades e diferenças

A demanda pela ampliação da cidadania deriva das diferenças existentes em nossa sociedade, as quais resultam em desigualdade para alguns grupos, que requerem o reconhecimento dessas diferenças como forma de acesso a direitos que permitam combater a desigualdade.

Para entender melhor esse quadro, vamos trabalhar com uma situação hipotética. Imagine que duas pessoas chegam a uma escola em cuja entrada há apenas uma escada. Uma dessas pessoas utiliza uma cadeira de rodas para se locomover. Como no estabelecimento não há rampa na entrada, essa pessoa não consegue entrar. Embora bastante simples, esse exemplo demonstra que a existência de uma diferença pode resultar em desigualdade. A estrutura arquitetônica do estabelecimento de ensino, em que é possível entrar apenas por meio de escadas, impossibilita fisicamente a entrada da pessoa em cadeira de rodas, criando uma desigualdade de acesso ao local. Essa desigualdade resulta do fato de o espaço não ser projetado de forma que atenda às necessidades de todas as pessoas. O exemplo descrito representa, assim, uma situação em que uma diferença serve de base para a constituição de uma hierarquia social, e, com isso, estrutura uma desigualdade.

DRS PRODUÇÕES/E+/GETTY IMAGES

Jovem no dia de sua formatura no município de Campo Largo, Paraná. Fotografia de 2021. A falta de acessibilidade impede que muitas pessoas exerçam seus direitos básicos, como o acesso à educação. No Brasil, ainda há escolas sem infraestrutura adaptada para a recepção de pessoas com deficiência.

Dica

Portal EVC

Disponível em: https://evc.camara.leg.br/. Acesso em: 30 set. 2024.

Iniciativa desenvolvida pela Câmara dos Deputados brasileira. O Portal EVC tem o objetivo de promover a educação política dos cidadãos brasileiros a respeito de seus direitos e deveres. Na plataforma, você pode encontrar vídeos, textos, *podcasts* e jogos que oferecem uma compreensão ampla e prática da Constituição brasileira, do funcionamento dos três poderes e do exercício da política.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diferenciar para buscar a igualdade

A busca por direitos das chamadas minorias sociais, ou seja, dos grupos estigmatizados e segregados em uma sociedade, passa por reafirmar a existência das diferenças. Pode parecer contraditório ter de afirmar diferenças para garantir a igualdade; no entanto, se a diferença fundamenta a produção da desigualdade, ela também deve ser o motor da busca por direitos iguais.

A fim de entender melhor esse raciocínio, vamos refletir sobre a condição das pessoas com deficiência. Durante muito tempo, elas encontraram restrições para andar nas ruas – no caso das deficiências física ou visual – e para frequentar os mesmos locais utilizados pelos demais cidadãos – no caso das deficiências auditiva e intelectual. Argumentava-se que, para atender a esse público, seria necessário dispor de profissionais com capacitação específica e/ou adaptar espaços e equipamentos, o que implicaria custos altos e modificação do que supostamente atendia a uma maioria populacional. Assim, evidenciava-se a diferença, atribuindo-se a ela a conotação de impeditivo para a inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse caso específico, romper as barreiras efetivamente exige afirmar a diferença, pois é preciso que os espaços e os grupos sejam adequados para lidar com ela. Afinal, é necessário oferecer acessibilidade espacial para que pessoas com deficiências física ou visual frequentem determinados lugares, assim como é imprescindível haver na escola um professor habilitado na Língua Brasileira de Sinais (Libras), a fim de que uma pessoa com deficiência auditiva possa frequentá-la. No entanto, essas adequações nem sempre podem ser feitas mediante simples reconhecimento da diferença, isto é, apenas reconhecer que a diferença existe não basta. Muitas vezes, as adequações se efetivam somente por meio de imposição legal.

Para isso, a política é a arena na qual a luta pela inclusão se desenvolve, tendo como base a afirmação da diferença em busca de direitos iguais. É nela que as organizações coletivas representativas das minorias sociais agem com o objetivo de afirmar o reconhecimento das diferenças e, além disso, identificar o uso delas na produção e na manutenção de desigualdades espaciais, econômicas e sociais. Evidenciados esses aspectos, é possível reivindicar o acesso aos direitos que foram negados ao longo do tempo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Intérprete da Língua Brasileira de Sinais durante apresentação para alunos de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso, em Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso. Fotografia de 2020. A garantia de haver intérpretes nas escolas foi estabelecida por um decreto no ano de 2005.

Política como instrumento de luta pela igualdade

A arena política é o espaço no qual a luta pela igualdade se desenvolve. Ela está presente em nosso cotidiano, quando notamos a reprodução de preconceitos variados e lutamos para que deixem de existir. É na arena política que temos a oportunidade de fazer essa luta se concretizar em direitos e passar a ter apoio legal.

É importante lembrar, por exemplo, que, na década de 1950, vários estados do sul dos Estados Unidos tinham leis de segregação racial que estabeleciam a separação entre brancos e negros em diversos espaços públicos, ou até obrigavam os negros a ceder seu assento no transporte público aos brancos. Ações como a da costureira Rosa Parks, que, em 1955, recusou-se a ceder seu assento no ônibus para uma pessoa branca, foram importantes para impulsionar os movimentos pelos direitos civis da população negra, mas estes só começaram a ter efeito quando a segregação racial em espaços públicos foi proibida por lei, em 1964.

No Brasil, os movimentos sociais de mulheres, de negros, de indígenas, das pessoas com deficiência, do movimento LGBTQIA+, entre outros, têm usado a arena política em suas lutas cotidianas para romper com a barreira do preconceito e da discriminação e fazer suas pautas serem consideradas, discutidas e aprovadas.

As casas legislativas constituem o espaço no qual a disputa ocorre e onde se evidenciam os avanços que garantem direitos para as minorias sociais. As eleições de 2022 foram um marco na ocupação desses espaços pelas minorias, com o aumento do número de pessoas LGBTQIA+ eleitas para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas estaduais, além da eleição de duas pessoas trans para a Câmara dos Deputados.

A ocupação das casas legislativas por esses grupos torna sua composição mais diversa e representativa da real formação da sociedade brasileira, permitindo a análise, por múltiplos olhares, das questões que afetam diferentes segmentos da população e o entendimento de que, para avançar socialmente, é preciso incluir as diferenças e trabalhar com elas.

DON CRAVENS/GETTY IMAGES

Rosa Parks (de chapéu, no segundo banco que aparece na imagem), em Montgomery, Estados Unidos. Fotografia de 1956. A ativista foi presa em 1955 por se recusar a ceder seu assento no ônibus a um homem branco. Isso desencadeou um boicote coletivo aos ônibus, e a Suprema Corte do país foi obrigada a declarar ilegal a segregação racial no sistema de transporte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Preconceito e discriminação

O **preconceito** pode ser definido como opinião ou atitude em relação a determinado indivíduo ou grupo fundamentadas em estereótipos, que são formas padronizadas de conceber alguém ou um fenômeno. Conforme estudado, os estereótipos são utilizados para mediar a interação social. Em alguns momentos, porém, eles extrapolam o simples mecanismo de mediação e se tornam caracterizações fixas que visam depreciar o outro por meio de atitudes hostis.

Por exemplo, a crença de que mulheres de baixa renda têm filhos para receber auxílios do governo pode ser considerada preconceituosa, pois tende a classificar essa relação como determinística e a estigmatizar essas mulheres. Os benefícios que mulheres de baixa renda com filhos podem receber são direitos sociais estabelecidos por políticas públicas voltadas às camadas mais vulneráveis da população. Assim, atribuir a decisão de ter filhos ao interesse em obter esses benefícios é uma atitude preconceituosa em relação às pessoas pobres, sobretudo às mulheres.

Discriminação

Se o preconceito é uma opinião ou atitude, a **discriminação** é um comportamento manifestado para rebaixar ou excluir uma pessoa ou grupo. Seguindo o exemplo analisado, um comportamento discriminatório seria o de excluir mulheres de baixa renda de oportunidades de emprego por serem beneficiárias de auxílios governamentais.

É comum que a discriminação tenha o preconceito como base. No entanto, é possível que uma atitude preconceituosa não gere um comportamento discriminatório. Prosseguindo com o mesmo exemplo: uma pessoa pode julgar que mulheres de baixa renda têm muitos filhos para obter benefícios sociais e, entretanto, sua opinião não desencadeia um comportamento de exclusão em relação a essas mulheres. Há também circunstâncias em que o preconceito pode levar a um comportamento discriminatório, mas indireto. Um exemplo seria a decisão de não comprar um imóvel em determinada área por ela ser frequentada por pessoas de uma classe mais baixa. Apesar de a discriminação não ser direta, a atitude preconceituosa gera um comportamento discriminatório.

ADEMIR/FOLHAPRESS

Marcha do Movimento Negro Unificado, capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1979. Fundado na década de 1970, o movimento atua contra a discriminação racial e pela garantia de direitos da população negra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O dado sobre o percentual de negros na população brasileira em 2022 foi retirado de: BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE Notícias**, 20 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em: 20 ago. 2024.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Você já presenciou atitudes preconceituosas e discriminatórias em seu cotidiano? Caso já tenha presenciado, quais?
2. Você já praticou atitudes que, hoje, entende como preconceituosas? Caso já tenha praticado, o que faria para mudá-las?
3. Em grupo, formulem uma peça de campanha de conscientização sobre um dos seguintes temas: racismo, etarismo, capacitismo ou gordofobia.

Tipos de preconceito e discriminação

Atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios são gerados por diversos fatores, entre os quais estão classe, raça/etnia, gênero e orientação sexual.

O preconceito e a discriminação que têm como base a classe social são bastante comuns no Brasil. A desigualdade econômica e social observada no país evidencia a disparidade entre classes. Essa desigualdade é acirrada, por exemplo, pela discriminação no acesso à educação, a qual se manifesta na inexistência de uma educação pública e universal capaz de assegurar as condições de igualdade no início da vida, fator que reproduz a desigualdade. O preconceito racial, de gênero ou de orientação sexual também contribui para acirrar a desigualdade socioeconômica no Brasil.

A discriminação racial ou **racismo** consiste em comportamentos que depreciam e excluem pessoas ou grupos com base na cor da pele ou na origem étnica. Em razão de seu passado escravista, o Brasil é um país formado majoritariamente por pessoas não brancas: segundo o Censo Demográfico de 2022, 55,5% da população brasileira é composta de pessoas negras (somatório de pessoas autodeclaradas pretas e pardas). Embora componham a maioria da população, essas pessoas sofrem com exclusão de diversos tipos.

O racismo que perpassa as estruturas da sociedade brasileira também é percebido quando se analisa o perfil da população carcerária e o das vítimas de morte violentas intencionais, ambos formados principalmente por jovens negros.

Outros casos de preconceito e discriminação muito presentes na sociedade brasileira são o **etarismo**, ou seja, o preconceito relacionado à idade, que se manifesta, por exemplo, quando uma vaga de emprego é negada a uma pessoa em razão de sua idade, o **capacitismo**, que consiste no preconceito contra pessoas com deficiência, que pode ser percebido em formas discriminatórias de tratamento, nos olhares de julgamento ou na presunção de que uma pessoa não é capaz de realizar determinado trabalho apenas em razão de sua deficiência, e a **gordofobia**, ou seja, a aversão ao corpo gordo, associando-o, por exemplo, à falta de saúde ou de beleza.

Dica

Precisamos falar sobre capacitismo

Raquel Carvalho Pinheiro. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021.

Esse guia, produzido em linguagem simples e acessível, conceitua o capacitismo e apresenta expressões e comportamentos que devem ser evitados, bem como atitudes positivas a serem adotadas no convívio com pessoas com deficiência.

FG TRADE/GETTY IMAGES

Jovem com deficiência trabalhando em uma indústria na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2019. O crescimento da participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um dos desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Combate ao preconceito no Brasil

Para o combate ao racismo no Brasil, um marco fundamental foi a instituição da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que tipifica o racismo como crime, com penas que podem chegar a cinco anos de reclusão. Entre os comportamentos caracterizados como racismo, estão a recusa a atendimento em estabelecimento comercial e a divulgação de material depreciativo com mensagens de ódio direcionadas a outros em razão da raça, da etnia ou da procedência nacional. Essa lei é conhecida como **Lei Caó**, designação que alude ao autor de seu projeto, o jornalista, militante do movimento negro e parlamentar Carlos Alberto Caó de Oliveira (1941-2018).

A mesma lei permite enquadrar como crime o preconceito e a discriminação relacionados à orientação sexual. A **homofobia** – que diz respeito a comportamentos que depreciam ou excluem pessoas ou grupos em razão de sua orientação sexual – e a **transfobia** – referente a comportamentos depreciativos ou excludentes em relação a pessoas ou grupos que se identificam com o gênero oposto ao atribuído no nascimento – foram consideradas crimes pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2019, e, desde então, os termos da Lei Caó são válidos para tipificá-los.

Por fim, também é importante caracterizar o preconceito e a discriminação relacionados ao gênero, sobretudo o feminino. É comum a reprodução da velha máxima do sexo frágil, que remete à ideia da mulher como sensível e fraca diante de decisões importantes, e a exclusão, de processos seletivos de emprego, de mulheres em idade reprodutiva. A esse tipo de comportamento chamamos **machismo**.

Preconceito racial no Brasil: um estudo de caso

Reconhecendo que a discriminação racial e a intolerância étnica foram fatores que contribuíram para a ocorrência de conflitos, como a Segunda Guerra Mundial, e de genocídios, como o Holocausto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) impulsionou um projeto de pesquisa em âmbito internacional com o objetivo de compreender como operavam as relações raciais e analisar o impacto do racismo em diferentes contextos culturais.

No Brasil, o interesse em entender as relações raciais locais partia da ideia socialmente difundida de que haveria no país uma suposta **democracia racial**, ou seja, uma atmosfera de convivência pacífica entre pessoas de diferentes raças, considerada a quase ausência de preconceito e discriminação étnico-racial.

Segundo o cientista social Marcos Chor Maio, no artigo *O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50*, a pesquisa mobilizou especialistas de diversas regiões do Brasil a fim de que fossem realizados estudos capazes de contribuir para o entendimento da constituição das relações étnico-raciais. Entre os pesquisadores, destacou-se o sociólogo Oracy Nogueira (1917-1996), que fez sua investigação no município de Itapetininga, no estado de São Paulo, e, com base nela, elaborou um trabalho de muita importância para a compreensão do preconceito racial no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

NELSON ALMEIDA/AFP/GETTY IMAGES

Marcha das Mulheres Negras contra a violência de gênero no Dia Internacional das Mulheres Afro-Latino-Americanas e Caribenhas, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. Entre as demandas apresentadas nessa marcha estavam o combate ao racismo, a LGBTQIA+fobia e a violência contra a mulher.

Preconceito de marca e preconceito de origem

Entre os estudos realizados por Oracy Nogueira está uma análise dos anúncios de emprego na cidade de São Paulo, em que o pesquisador identificou a presença de exigências de contratação que versavam sobre a cor e a aparência dos candidatos. Diante disso, o autor constatou a existência de preconceito racial de marca no Brasil. Ainda hoje anúncios de emprego pedem boa aparência, o que pode ser considerado um indicativo de discriminação racial.

No artigo "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil", apresentado em 1954 em um congresso internacional realizado em São Paulo, o sociólogo desenvolveu uma análise comparativa entre o racismo no Brasil e o existente nos Estados Unidos. Nessa análise, ele caracteriza, por oposição, duas formas de preconceito racial:

- **preconceito de marca** – em que os comportamentos discriminatórios são realizados pela identificação de características físicas visíveis e externamente identificáveis, como a cor de pele, a textura do cabelo e traços faciais (na análise de Nogueira, essa forma de caracterização racial e manifestação do racismo seria característica do Brasil);
- **preconceito de origem** – baseado na identificação racial por meio da origem familiar, independentemente da cor da pele (na análise de Nogueira, essa forma de caracterização racial e manifestação do racismo seria característica dos Estados Unidos).

Com base nessa caracterização, Nogueira demonstra que, apesar de os preconceitos serem expressos de forma diferente, nos dois países vigoram processos de interação social permeados por atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios. Além disso, reforça diversas expressões do preconceito no Brasil, como o comportamento controlado adotado pelo grupo discriminador nas relações pautadas pela etiqueta, que produz uma forma velada de preconceito. Frases como "não sou racista; até tenho amigos negros" são características desse comportamento e tendem a revestir o preconceito com certo verniz.

Dica

Pequeno manual antirracista

Djamila Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Tomando como ponto de partida a desconstrução do mito da democracia racial brasileira, a filósofa Djamila Ribeiro convida os leitores a refletir sobre o papel de cada um na luta contra o racismo.

AITOR ALCALDE/GETTY IMAGES

Jogador brasileiro Vinícius Júnior durante partida do campeonato espanhol contra o Valência, em que foi vítima de racismo. Fotografia de 2023. Com o objetivo de combater o racismo no futebol, uma lei foi promulgada no Rio de Janeiro, levando o nome de Vinícius Júnior, e serviu de base para legislações semelhantes sancionadas em outros estados brasileiros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Essa e as demais pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Unesco confirmaram que não há democracia racial no Brasil. Elas representam um importante marco para os estudos das relações étnico-raciais e para a desmistificação da desigualdade racial originada no preconceito de classe, o qual era – e ainda é – comum. Diversos estudos desenvolvidos até 2024, incluindo uma pesquisa do sociólogo estadunidense Donald Pierson sobre as relações entre brancos e negros na Bahia, revelam que o preconceito vigente no Brasil independe da cor da pele, também tem origem na classe social das pessoas.

Os estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Unesco, com destaque para o estudo de Nogueira, estabeleceram definitivamente a presença de marcadores sociais diversos, entre os quais o de raça, na produção da desigualdade social brasileira.

Competição e empatia

A presença de preconceito, discriminação e desigualdade em nossa sociedade nos leva a pensar que a intolerância e a competição são atitudes natas, ou seja, nascemos com elas. No entanto, estudos da área de ciências da natureza mostram que não é bem assim.

Com base na etologia – ramo de pesquisa voltado ao estudo do comportamento das espécies em seu hábitat –, estuda-se o comportamento dos seres, além das mudanças e do desenvolvimento de suas rotinas e condutas ao longo do tempo, seja por uma questão de sobrevivência, seja por adaptação às condições do ambiente e às intempéries. Na obra *A era da empatia: lições da natureza para uma sociedade mais gentil*, de 2009, o etólogo, primatólogo e psicólogo holandês Frans de Waal (1948-2024) demonstra que a empatia não é um comportamento singular da espécie humana, mas uma qualidade compartilhada por diferentes espécies animais – sobretudo os primatas. Inspirado pelo biólogo Charles Darwin, Frans de Waal busca compreender as raízes evolutivas da empatia para, com base nelas, refletir sobre a sociedade humana. Identificando comportamentos empáticos em chimpanzés e bonobos, o autor sugere a compreensão da empatia como uma adaptação para promover a cooperação e a coesão em grupos de primatas.

A perspectiva biológica do autor abre espaço para a reflexão de que, diferentemente do que muitas teorias sociais e econômicas sugerem, a organização das sociedades humanas pode não ter sido sempre regida pela competição. Pense, por exemplo, que a vida humana não se realiza fora da coletividade, pois é justamente pela cooperação, por meio da partilha de alimentos ou do cuidado dos entes mais jovens, que ela prevalece e se multiplica.

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2016. A tirinha aborda a noção de empatia para as sociedades humanas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A cooperação e a empatia são fundamentais para a manutenção e a continuidade da vida coletiva; portanto, a tolerância é um aspecto fundamental da vida social. Imagine se, ao educar uma criança, não tolerássemos seu comportamento nos momentos em que ela, por não dominar todos os atributos morais e valores cultivados por nós, agisse em desacordo com nossa expectativa? Nesse caso, a educação não seria uma realidade, tampouco a pedagogia. As escolas seriam desnecessárias, e a integração social não passaria de utopia. Ora, então por que em quase todas as sociedades humanas, ao longo dos tempos, a vida em comunidade tem se mostrado repleta de situações nas quais não são notadas a empatia e a tolerância?

Ainda que Frans de Waal afirme que somos empáticos, não podemos excluir o fator competição das análises sobre o comportamento humano. Como seres cujas condutas são motivadas pela observação dos outros nos processos de interação, não é só a cooperação que nos faz ser o que somos. Na análise do autor, as diferenças entre grupos levam as pessoas à competição e ao desentendimento. Nesse sentido, é possível verificar a existência concomitante de cooperação e competição: de um lado, cooperação e empatia com alguns – com os quais há mais identificação e semelhança; de outro, dificuldade ou impossibilidade de compreender e/ou ser compreendido pelos que estão fora de nosso círculo social.

Ao mesmo tempo que toleramos e buscamos entender quem nos parece próximo, podemos estranhar o outro e não compreendê-lo. Em resumo, a intolerância é o resultado da falta de conhecimento e/ou de aceitação do outro: seus valores, crenças e tradições, seus modos de ser e suas posições diante da vida, entre outros fatores.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Identifique a sátira presente na charge.
2. Quais poderiam ser as consequências de atitudes como as representadas na charge? O que poderia ser feito para superá-las?

É preciso um pacto, charge de Laerte, 2017.

© LAERTE

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Tolerância: o que é? Por que é importante? É possível nos dias de hoje? Como educar para tolerância?

Roger-Pol Droit. São Paulo: Contexto, 2017.

Nesse livro, escrito em forma de um diálogo leve e agradável, o filósofo francês Roger-Pol Droit discute a noção de tolerância, reforçando seu papel no combate a diversas formas de violência, como as guerras, a homofobia e o racismo.

Reconhecendo diferenças e produzindo políticas

Os dados a respeito do número médio de anos de estudos de pessoas pretas e pardas foram retirados de: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Uma sociedade mais tolerante passa pelo pleno exercício da cidadania, que se efetiva por meio do cumprimento de deveres, como o eleitoral, e principalmente pelo acesso a direitos. Ainda há grupos com dificuldade em ter seus direitos assegurados, e há direitos que ainda precisam ser constituídos para que todos estejam incluídos socialmente.

Reconhecer diferenças é o primeiro passo para a construção de direitos. Hoje, a sociedade brasileira reconhece que há diferenças usadas socialmente para produzir desigualdades. Ao identificar esse fator, grupos diversos reivindicam a construção de políticas que possibilitem reduzir a desigualdade.

Conhecidas como políticas afirmativas, o ideal é que elas permitam que as diferenças existentes sejam socialmente dissipadas e a tolerância e a inclusão social sejam regra. Por isso, há quem defenda a ideia de que essas políticas são transitórias e, portanto, conforme a sociedade se tornar mais inclusiva, elas perderão a validade.

É o caso da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – que, por causa de seu artigo 93, é conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho –, e das políticas de ação afirmativa para pessoas pretas, pardas e indígenas em concursos públicos e ingresso em universidades públicas.

ODS 16

Essas leis produziram um efeito significativo de inclusão na sociedade brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Anual indicou o aumento do número médio de anos de estudos de pessoas pretas e pardas entre os anos de 2016 e 2022 em cerca de um ano. O impacto parece ser baixo, mas pode representar a conclusão do Ensino Médio diante da possibilidade de ingresso na universidade ou a busca por uma vaga no funcionalismo público.

No entanto, apesar das conquistas, como a desigualdade econômica e social desses grupos em relação aos demais ainda é grande, essas leis e políticas continuam valendo. Para que efetivamente elas deixem de existir, o fundamento da Constituição brasileira precisa ser cumprido. Afinal, enquanto todos não forem tratados igualmente, continuará a ser necessário marcar diferenças para promover a igualdade.

ANDERSON BARBOSA/FOTOARENA

Manifestação em defesa das cotas raciais nas universidades estaduais, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2012. Neste ano, a Lei de Cotas para o ingresso nas universidades federais foi aprovada e os jovens foram às ruas para protestar contra uma decisão das universidades estaduais de não adotarem o sistema de cotas naquele momento.

Saiba mais

A garantia do direito à educação

O cumprimento dos direitos constitucionais deve ser premissa para que as políticas afirmativas deixem de existir. Alguns direitos fundamentais ainda não são garantidos a todos, como o direito a habitação e a educação. Em relação à educação, apesar do aumento no número médio de anos de estudos identificado entre os anos de 2016 e 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual indicou uma redução na taxa de escolarização entre pessoas pretas e pardas entre 18 e 24 anos. Esse valor pode ser resultado da ausência de garantia de outros direitos, como o cumprimento de políticas afirmativas nas universidades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Preconceito linguístico e a relação entre linguagem e sociedade

Uma das muitas formas de preconceito na sociedade brasileira é o **preconceito linguístico**. Reconhecer a existência desse preconceito possibilita compreender o papel das relações sociais na construção da linguagem.

Em muitos casos, o preconceito linguístico é uma maneira de estigmatizar grupos sociais minoritários com base na identificação de sotaques ou de variações do português falado em espaços sociais diversos, como o meio rural.

Leia a seguir o trecho de um artigo em que a professora do Departamento de Métodos e Técnicas da Educação da Universidade Federal do Paraná Vera Lúcia Anunciação Costa trata desse assunto.

Inerente: o que, por natureza, é inseparável de alguma coisa.

> [...] A variação linguística [...] é **inerente** a toda e qualquer língua viva do mundo. Isso significa que as línguas variam no tempo, nos espaços geográfico e social e também de acordo com a situação em que o falante se encontra.
>
> [...]
>
> [...] Considerando-se uma população espalhada em um determinado espaço geográfico, uma pessoa se comunicará mais com aqueles que estão mais próximos a ela do que com as que se encontram mais distantes.
>
> [...]
>
> A escolaridade também é um fator muito relevante na questão da variação linguística e, em nosso país, está diretamente relacionada à classe socioeconômica, porque os que têm acesso à escola pertencem, de modo geral, ao grupo socioeconômico mais privilegiado. Dessa maneira, as pessoas pertencentes aos estratos sociais mais altos tendem a usar mais as formas padrão do português do que aquelas dos grupos menos privilegiados e menos escolarizados.
>
> A língua varia, ainda, de acordo com a situação em que o falante se encontra. Situações formais exigem uma variedade de língua mais cuidada, uma vez que a sociedade impõe certas regras sociais – e, consequentemente, linguísticas – que espera ver cumpridas, e que qualquer desrespeito a essas regras pode provocar não só o constrangimento ao falante como também a sua não aceitação pelo grupo. Linguisticamente, porém, todas as formas associadas a grupos sociais e a diferentes situações são igualmente perfeitas. Nenhuma é melhor, ou mais correta ou mais bonita que outra, embora umas tenham prestígio social e outras não tenham, e embora algumas possam ser mais adequadas a certas situações sociais que outras.
>
> A aceitação ou não de certas formas linguísticas por parte da comunidade falante está relacionada com o significado social que lhe é imposto pelo grupo que as usam, ou seja, estão relacionadas com o conjunto de valores que simbolizam e que seu uso comunica. Algumas variedades são estigmatizadas ou ridicularizadas não porque são feias, incorretas ou ruins em si, mas porque a sociedade, preconceituosamente, associa seu uso a situações e/ou grupos sociais com valores negativos. Cientificamente, porém, todas as variedades de uma língua qualquer são igualmente consideradas, porque possuem uma gramática, ou seja, todas possuem regras, todas têm organização e todas são funcionais.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. A importância do conhecimento da variação linguística. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 12, p. 51-54, dez. 1996.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Apesar do reconhecimento de que as variações regionais são características de todas as línguas, ainda são recorrentes os casos de preconceito linguístico, como registrado na notícia a seguir, que repercutiu no estado de Santa Catarina, em 2023.

> [Uma] influenciadora e especialista em comunicação [...] está sendo duramente criticada pelos catarinenses após postar vídeo reclamando da maneira "errada" que o povo da região fala. A pressão foi tanta que ela chegou a excluir o vídeo alegando que viu que as pessoas ficaram chateadas e resolveu remover o conteúdo porque as críticas foram educadas e não agressivas.
>
> "Não entendo, em Santa Catarina as pessoas falam se tu querer, sendo que é se tu quiseres. As pessoas falam tu visse, mas não existe visse, é tu viste. Eu não consigo entender o que ocorre em Santa Catarina, qual é o mistério em que as pessoas erram tanto o português. Eu já reparei, não entendo", afirma [a influenciadora] no vídeo apagado.

Influenciadora reclama da forma como os catarinenses falam, é criticada e exclui vídeo. **Hora Certa Notícias**, Tubarão, 1º jun. 2023. Disponível em: https://www.hcnoticias.com.br/geral/62048/influenciadora-reclama-da-forma-como-os-catarinenses-falam-e-criticada-e-exclui-video. Acesso em: 20 ago. 2024.

A linguagem é um fenômeno social. Antes de ser padronizada em manuais de gramática, ortografia e linguística, ela é construída e apreendida socialmente. Conforme a sociedade muda, a linguagem também muda.

ANTONIOGUILLEM/ISTOCK/GETTY IMAGES

Meme que satiriza os preconceitos na atualidade criado pelos autores especialmente para essa obra.

Atividades

Responda no caderno.

1. Segundo a professora Vera Lúcia Anunciação Costa, há uma variação linguística correta? Por quê?
2. De acordo com a professora, por que algumas variedades linguísticas são estigmatizadas ou ridicularizadas?
3. Explique o motivo pelo qual a fala da influenciadora noticiada no jornal catarinense pode ser considerada um preconceito linguístico.
4. *Memes* são mensagens, acompanhadas ou não de imagens, que se difundem rapidamente pela internet. Relacione o *meme* reproduzido nesta página à ideia de preconceito linguístico.
5. É possível relacionar preconceito linguístico e estigma social? Apresente exemplos que ilustrem seu argumento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. A seguir estão reproduzidos um trecho da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* e outro da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Analise-os para responder às questões.

> Art. 1º Os homens nascem e continuam livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ter outro fundamento senão a utilidade comum.
>
> DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. 1789. *In*: ISHAY, Micheline. **Direitos humanos**: uma antologia. São Paulo: Edusp, 2006. p. 243.

> Artigo 1. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.
>
> Artigo 2. Toda pessoa está capacitada a gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. [...]
>
> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. *In*: ISHAY, Micheline. **Direitos humanos**: uma antologia. São Paulo: Edusp, 2006. p. 650.

a. Em que contexto cada uma das declarações foi publicada?

b. A quem se destinam os direitos expressos em cada uma das declarações?

c. É possível afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta avanços em relação à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão? Argumente com base nos trechos citados.

2. Analise as afirmações a seguir, sobre os direitos que compõem a cidadania. Identifique as afirmações incorretas e corrija-as em seu caderno.

a. Segundo o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, a cidadania tem como base um conjunto de direitos que podem ser divididos em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

b. Na Inglaterra, caso estudado por Marshall, os direitos teriam evoluído de acordo com uma sequência lógica e cronológica: primeiro foram conquistados os direitos civis, depois os políticos e, por fim, os sociais.

c. Ao estudar o caso brasileiro, o cientista político José Murilo de Carvalho percebeu que a evolução dos direitos de cidadania ocorreu de modo similar ao estudado por Marshall, respeitando a mesma sequência lógica.

d. A Constituição brasileira de 1988 é uma das mais avançadas do mundo em termos de direitos sociais, tornando desnecessária a regulamentação de novos direitos, que contemplem grupos sociais específicos.

3. A notícia a seguir apresenta dados sobre o número de indígenas matriculados no Ensino Superior no Brasil. Analise-os e faça o que se pede.

> Entre 2011 e 2021, a quantidade de matrículas de alunos autodeclarados indígenas no Ensino Superior aumentou 374%. [...]
>
> Apesar do crescimento expressivo, o contingente de estudantes indígenas, no ano de 2021, era de pouco mais de 46 mil pessoas, o equivalente a 0,5% do total de alunos do Ensino Superior. [...]
>
> BOND, Letycia. Matrículas de indígenas em universidades subiram 374% de 2011 a 2021. **Agência Brasil**, 14 abr. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/matriculas-de-indigenas-em-universidades-subiram-374-de-2011-a-2021. Acesso em: 20 ago. 2024.

a. Segundo a notícia, o que ocorreu com o número de matrículas de estudantes indígenas no Ensino Superior no período entre 2011 e 2021?

b. Considerando o total de matrículas no Ensino Superior, é possível afirmar que o número de estudantes indígenas é grande? Explique.

c. No ano de 2012 foi publicada a Lei de Cotas, que, entre outras medidas, reserva parte das vagas das instituições de ensino federais a candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e a pessoas com deficiência. Com base nessa informação e nos dados apresentados na notícia, comente a importância de políticas de inclusão dos grupos sociais minoritários.

4. Comente a notícia a seguir, tomando como base a noção de preconceito racial de marca, elaborada por Oracy Nogueira.

> Um anúncio de vagas para promotoras de eventos causou polêmica ao ser postado [em uma rede social] [...]. O texto ressalta "exigências" que as candidatas precisam ter, como "cabelo longo e liso, bonita, magra, nariz fino, alta e de preferência com olhos claros". [...]
>
> [Uma] estudante [...] se manifestou pouco depois da publicação, com um *post* semelhante ao anúncio, criticando pessoas que colocam textos como este. [...]
>
> [Ela] se sentiu ofendida com o anúncio por descrever uma mulher como se fosse um objeto com especificações exatas e incomuns.
>
> TEIXEIRA, Patrícia. Vaga gera polêmica ao exigir "olhos claros", "nariz fino" e "cabelo liso". **G1**, Campinas e Região, 20 out. 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/10/vaga-gera-polemica-ao-exigir-olhos-claros-nariz-fino-e-cabelo-liso-campinas.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5. Analise o mapa para responder às questões.

Mundo: assassinatos de pessoas transexuais – 2022

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: TvT research project (2016). **Transrespect versus Transphobia Worldwide**. Disponível em: https://transrespect.org/es/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2022#. Acesso em: 20 ago. 2024.

a. Cite dois países que registraram entre 9 e 20 assassinatos de pessoas transexuais no ano de 2022.

b. Qual país apresentou o maior número de assassinato de pessoas transexuais em 2022?

c. A que tipo de preconceito a violência registrada no mapa está relacionada?

d. Tomando como base os dados do mapa, elabore um texto de um parágrafo sobre a relação entre intolerância e violência no Brasil.

6. Como você estudou ao longo do capítulo, a demarcação das diferenças na construção de políticas é uma forma de reduzir desigualdades. Levando isso em conta, pesquise o texto do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288). Em seguida, reúna-se com alguns colegas e analisem o texto legal. Elaborem um quadro indicando a data em que a lei foi promulgada, seu objetivo, o grupo social beneficiado e a contribuição da lei no combate à discriminação e ao preconceito no Brasil. Depois, busquem informações posteriores à promulgação da lei que possam indicar se ela resultou em garantia de direitos e acesso à cidadania. Por fim, elaborem um texto apresentando os resultados da pesquisa.

7. (Enem-MEC)

O racismo institucional é a negação coletiva de uma organização em prestar serviços adequados para pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode estar associado a formas de preconceito inconsciente, desconsideração e reforço de estereótipos que colocam algumas pessoas em situações de desvantagem.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

O argumento apresentado no texto permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização de políticas antirracismo. No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

a. reforma do Código Penal.

b. elevação da renda mínima.

c. adoção de ações afirmativas.

d. revisão da legislação eleitoral.

e. censura aos meios de comunicação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 4

TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os dados sobre a situação dos jovens no Brasil foram retirados de: BELLO, Luiz; BRITTO, Vinícius. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava nem estava ocupada em 2023. **Agência IBGE Notícias**, 22 mar. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023. Acesso em: 14 ago. 2024. REVISÃO de dados indica recuo em número de jovens nem-nem. Brasília, **Agência Brasil**, 30 maio 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/revisao-de-dados-indica-recuo-em-numero-de-jovens-nem-nem. Acesso em: 14 ago. 2024.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a quantidade de jovens que não estudam nem trabalham no Brasil tem apresentado patamares alarmantes. No ano 2023, entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, 19,8% estavam nessa situação. O quadro é mais preocupante entre as mulheres. Naquele ano, a situação afetou 25,6% delas, em contraste com 14,2% dos homens. Mesmo entre os jovens ocupados, o cenário é instável: em 2024, 45% estavam na informalidade.

O que explica a situação? Reúna-se com os colegas e reflitam sobre a atual condição de escolarização e o mercado de trabalho das juventudes brasileiras. Levantem hipóteses que expliquem as razões pelas quais muitos jovens não estudam, nem trabalham, buscando analisar por que as mulheres são maioria nessa condição e o que faz com que mesmo entre os ocupados haja alto índice de informalidade. Identifique quais consequências materiais e financeiras podem ocorrer e como esse quadro pode afetar a perspectiva de vida dessa parcela da população. Por fim, proponham algumas medidas que possam ajudar a melhorar essa situação.

NELSON ALMEIDA/AFP/GETTY IMAGES

Jovem lê anúncios de emprego na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2017.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RODOLFO SANTOS/ISTOCK/GETTY IMAGES

Sala de aula vazia em escola na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O desenvolvimento dos temas propostos nesta unidade explora as diversas dimensões do trabalho, categoria central nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Explorar a noção de trabalho e os significados que são dados a essa esfera tão central na vida das pessoas é uma oportunidade de compreender melhor a natureza das ações individuais e coletivas e analisar o mundo em permanente transformação social.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de sociologia, a unidade se desdobra na análise das relações de produção, capital e trabalho, e da transformação das sociedades delas decorrente. Com base no estudo de conceitos da sociologia clássica de Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, como dialética e luta de classes, *ethos* econômico e formas de solidariedade, você refletirá sobre o lugar do trabalho como fonte de organização social, bem como sobre as diferentes óticas de análise das mudanças do trabalho na modernidade. Além disso, por meio de teorias sociológicas contemporâneas, vai conhecer análises e reflexões a respeito do impacto das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais no mundo do trabalho, atentando aos seus efeitos sobre a vida cotidiana, especialmente para os jovens e as futuras gerações.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- refletir sobre o lugar do trabalho como fonte de organização social;
- conhecer as diferentes perspectivas dos autores clássicos da sociologia sobre o trabalho, aprendendo as principais categorias analíticas do pensamento de Durkheim, Marx e Weber;
- analisar o impacto das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais sobre as relações de trabalho e produção;
- estudar as características de diferentes sistemas de gestão do trabalho, como taylorismo, fordismo e toyotismo, discutindo suas implicações para as relações sociais;
- examinar a presença da formalidade e da informalidade nas relações de trabalho, refletindo sobre debates contemporâneos em torno de temas como digitalização, plataformização, desregulação e terceirização.

Capítulo 7

Trabalho, produção e sociedade

O trabalho constitui uma categoria central no estudo das relações humanas. Isso significa que o tema da produção e da obtenção dos meios de vida é determinante para a compreensão da organização social, tanto da perspectiva econômica como da política. Isso ocorre porque a divisão dos diferentes grupos da sociedade, sobretudo no modo de produção capitalista, é definida pela posição que os sujeitos ocupam no mundo do trabalho.

Dessa forma, o entendimento do sentido do trabalho, da produção e da troca de mercadorias, bem como da distribuição da riqueza e das desigualdades, requer a aplicação da sociologia, por meio da questão: afinal, o que a obtenção e a manutenção dos meios de vida têm a ver com tudo isso?

Em sociedades cada vez mais complexas, as relações de produção – as que garantem a obtenção e a manutenção dos meios de vida pelo trabalho – também se complexificam. Daí derivam contradições, dilemas e desafios que os pesquisadores de sociologia vêm se dedicando a estudar desde o estabelecimento dessa ciência, em fins do século XIX.

Neste capítulo, você vai estudar alguns dos temas e teorias clássicas sobre o trabalho e a produção com o objetivo de refletir criticamente sobre a maneira como os seres humanos produzem e reproduzem a realidade social.

CG WILSON/CORBIS/GETTY IMAGES - FISHER FEDERAL BUILDING & U.S., TEXAS, EUA

New Deal, pintura de Charles Wells, cerca de 1935. A obra representa trabalhadores do transporte marítimo, da siderurgia, da mecânica e de outras áreas da indústria pesada retomando as atividades após a implementação de um plano de recuperação econômica promovido pelo governo federal dos Estados Unidos na década de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os meios de vida

Os seres humanos são dotados de consciência e, consequentemente, capazes de criar símbolos para se comunicar. Além disso, por serem animais sociais, isto é, que se organizam coletivamente, estão sempre desenvolvendo estratégias e técnicas para coletar e produzir alimentos. Assim, pode-se afirmar que, na existência humana, natureza e cultura são esferas profundamente inter-relacionadas: o ser humano precisa organizar e transmitir, de geração a geração, os procedimentos que garantem sua subsistência.

Como você estudou no capítulo 2, a palavra *cultura*, que tem múltiplas definições, também é utilizada para denominar o cultivo de alimentos. Assim, podemos nos referir à cultura do milho e à cultura de hortaliças, por exemplo. Nessa acepção, a cultura envolve um conjunto de práticas e técnicas empregadas no preparo do solo, no plantio das sementes, na irrigação das plantas, no controle de pragas e na colheita, processamento, armazenamento e transporte dos alimentos. Esses processos abrangem um arcabouço de saberes e técnicas que são socialmente transmitidos. Assim, a cultura no sentido de cultivo de alimentos refere-se não só ao processo produtivo, como também ao conhecimento intergeracionalmente transmitido.

Isso demonstra a importância que os **meios de vida** – itens necessários para manter a existência – desempenham na organização social dos povos. Há uma relação intrínseca entre o ambiente físico no qual o ser humano vive e a cultura que ele desenvolve para se utilizar desse ambiente e interferir na natureza. Em níveis mais complexos, sobretudo quando se trata de sociedades superpopulosas, essa interação com o ambiente físico requer das pessoas organização e planejamento para obtenção dos meios de vida, possibilitando o acesso de toda a população a eles e garantindo, dessa forma, a reprodução da sociedade.

Saiba mais

O ofício das paneleiras de Goiabeiras

Goiabeiras Velha é um bairro do município de Vitória, capital do Espírito Santo. Lá, a fabricação artesanal de panelas de barro é um saber transmitido de mãe para filha. Esse ofício envolve o uso de matérias-primas obtidas no manguezal e o emprego de técnicas intergeracionalmente transmitidas. As panelas de barro, por sua vez, são um elemento fundamental na preparação da típica moqueca capixaba.

Em 2002, o ofício das paneleiras de Goiabeiras foi reconhecido como um bem cultural de natureza imaterial, passando a integrar o patrimônio cultural do Brasil.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Trabalhadoras descascando castanhas-do-pará em cooperativa localizada na comunidade ribeirinha de São Francisco do Iratapuru, em Laranjal do Jari, Amapá. Fotografia de 2022. Analisar como as pessoas obtêm os meios de vida é um caminho para compreender a organização social de um grupo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Natureza, história e sociedade

Nos anos 1940, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1918-2017) realizou uma pesquisa sobre os meios de vida em comunidades rurais paulistas, intitulada *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. Para fundamentar sua pesquisa, ele empregou o materialismo histórico-dialético, uma proposta teórico-metodológica utilizada por Karl Marx, que você vai estudar a seguir. Segundo Antonio Candido:

> Recusando-se a aceitar a dicotomia homem-natureza [...] Marx abriu efetivamente horizontes mais largos para se compreender a solidariedade profunda do mundo físico e da cultura humana [...].
>
> [...] aí pode determinar uma posição fecunda para compreender a vida social, a partir da satisfação de necessidades, mostrando, de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2001. p. 30.

Nesse trecho, Antonio Candido trata da relação entre o ser humano, a natureza e a sociedade, destacando a rejeição de Karl Marx à separação rígida entre ser humano e natureza. De acordo com Marx, há uma ligação intrínseca entre o mundo físico e a cultura, pois o desenvolvimento técnico e as relações sociais ocorrem para satisfazer necessidades vitais de subsistência (por exemplo, a alimentação).

A argumentação de Antonio Candido nos faz pensar que, segundo Marx, o ser humano precisa dispor de técnicas para obter do ambiente físico seus meios de vida, e, simultaneamente, sua técnica se transforma à medida que torna mais eficientes os meios de subsistência. Assim, não se pode afirmar se é a necessidade de obtenção de alimentos que motiva o desenvolvimento de técnicas para obtê-los ou, ao contrário, se as técnicas mais apuradas possibilitam o aumento da disponibilidade de alimentos, pois essas situações ocorrem simultaneamente por meio de uma interação dinâmica e constante: uma relação dialética.

Por exemplo, até há pouco tempo, a cana-de-açúcar era cortada apenas manualmente, demorando para ser disponibilizada para a produção de seus derivados. O desenvolvimento de tecnologias possibilitou a automatização do corte de cana em larga escala, reduzindo o tempo gasto nessa etapa e disponibilizando a cana-de-açúcar mais rapidamente para a produção de derivados.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Agricultor trabalhando no cultivo de milho no município de Ouvidor, Goiás. Fotografia de 2024. As atividades agrícolas não mecanizadas requerem emprego de mão de obra coletiva, rígida organização nos prazos e processos de plantio, cuidado e colheita, a fim de que o resultado seja bem-sucedido.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Materialismo histórico e dialético

Como método de análise, o materialismo histórico e dialético foi elaborado no século XIX, com base na perspectiva de Karl Marx, que combinava a **interpretação materialista** da história – ou seja, a compreensão das formas de organização social com base nas necessidades materiais – e a **análise dialética** da realidade social.

De modo genérico, **dialética** é um conceito com base no qual se entende que o embate entre as contradições internas de uma ideia ou sistema leva à mudança. No contexto do método proposto por Marx, a dialética possibilita interpretar as mudanças nas sociedades ao longo do tempo, observando as **contradições** nelas existentes.

Segundo Marx, em todas as sociedades existem agrupamentos de indivíduos que têm interesses diferentes, muitas vezes opostos. Dessa contradição derivam conflitos e disputas. Na análise de Marx, com a intensificação dessas disputas, a sociedade pode passar por transformações. Dessa forma, a mudança social é compreendida como um resultado da superação das contradições derivadas da relação entre as necessidades materiais e a organização social. Assim, de acordo com a dialética marxista, a contradição não é apenas uma fonte de conflito, mas, principalmente, um motor de mudança.

Saiba mais

Trabalho e tecnologia da perspectiva dialética

Os temas do trabalho e do desenvolvimento tecnológico sempre estiveram atrelados. Na perspectiva de Marx, a relação entre trabalho e tecnologia é dialética. O ser humano, por meio do trabalho, transforma a natureza. Ao fazer isso, busca, simultaneamente, desenvolver artefatos, ferramentas, máquinas e sistemas que possibilitem o melhor aproveitamento da atividade, produzindo mais em menos tempo. Além disso, por meio do trabalho são construídos os recursos tecnológicos utilizados para exponenciar a produção, ou seja, o trabalho produz os meios de vida e as mercadorias, mas também desenvolve a tecnologia que aperfeiçoa a produção. Assim, no sistema capitalista, os meios tecnológicos também se tornam mercadorias, pois são resultados do trabalho e fazem parte da produção dos meios de vida.

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Colheita mecanizada de soja no município de Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024. A automatização pode aumentar significativamente a eficiência da colheita.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Considerando a perspectiva de Karl Marx, analise a relação entre desenvolvimento tecnológico e produção de alimentos.
2. Na análise de Marx, as contradições existentes em uma sociedade impulsionam sua transformação. Tendo isso em mente, identifique mudanças na sociedade contemporânea resultantes de inovações tecnológicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dialética e luta de classes

Um exemplo de dialética, para Karl Marx, está na estrutura social. De acordo com esse pensador, as sociedades são divididas em classes sociais com interesses antagônicos; por isso, permanecem em constante conflito. Em uma análise dialética, esse conflito, chamado por ele de **luta de classes**, é o motor da história, isto é, o que impulsiona a transformação da estrutura social. Na obra *O Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Friedrich Engels (um dos seus principais parceiros intelectuais) afirmam que a história da humanidade é movida pela luta de classes.

Divisão do trabalho

A divisão do trabalho, para Marx, desde a mais simples até a mais complexa, tem como base a posse da propriedade privada – de terras, fábricas e máquinas, por exemplo – e, por meio dela, a exploração da maioria por uma minoria.

No **modo de produção feudal**, caracterizado pelas relações de servidão, os **senhores** ofereciam proteção aos **servos**, mas estes, para serem protegidos, tinham de lavrar a terra e produzir todo o alimento do feudo, inclusive o que consumiam. A subsistência dos servos dependia do uso da terra, que pertencia aos senhores. De acordo com Marx, os conflitos entre senhores feudais e servos culminaram na ascensão da burguesia e moveram a transição do feudalismo para o capitalismo.

No **modo de produção capitalista**, a **burguesia**, classe social composta dos donos dos meios de produção, garante a manutenção da vida por meio da exploração do trabalho do **proletariado**, que, por não ter os meios de produção, é obrigado a vender sua mão de obra para sobreviver.

Na leitura de Marx, a intensificação do conflito entre essas duas classes sociais – em que o objetivo da burguesia é maximizar lucros e manter o controle sobre os meios de produção e o objetivo do proletariado é buscar melhores condições de trabalho – leva a sociedade a crises cada vez mais profundas e, em última instância, à superação do sistema capitalista.

BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - MUSEU ESTADUAL RUSSO, RÚSSIA

Greve, pintura de Boris Mikhailovich Kustodiev, 1906. A greve de trabalhadores pode ser interpretada como uma expressão da dialética marxista, evidenciando as contradições presentes no conflito entre proletariado e burguesia e tecendo um potencial de transformação.

Dica

O Manifesto Comunista em quadrinhos

Karl Marx, Friedrich Engels e Martin Rowson. São Paulo: Veneta, 2019.

De forma lúdica, a obra possibilita refletir sobre o lugar do trabalho como invenção da modernidade e suas implicações na estratificação social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

História da natureza e história dos seres humanos

Na análise marxista da sociedade, consideram-se as necessidades materiais (supridas pelos meios de vida) para a compreensão da organização social. Para entender como funciona essa chave analítica, convém conceituar duas dimensões:

- **história da natureza** – faz alusão à história das condições materiais da existência humana, ou seja, da relação entre os seres humanos e o ambiente natural, abarcando o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (como as descobertas científicas e tecnológicas, o aprimoramento técnico e as mudanças nas formas de produção);
- **história dos seres humanos** – faz alusão à história da organização cultural, política e econômica dos seres humanos, abarcando as alterações no ordenamento social (incluindo as formas e regimes de governo, as estruturas familiares e as crenças religiosas, entre outras).

De acordo com Marx, há um condicionamento recíproco entre a história da natureza e a história dos seres humanos, levando essas duas dimensões a operar de maneira interconectada e interdependente. De um lado, a história da natureza impacta a história dos seres humanos, pois as alterações nas condições materiais influenciam as relações sociais. De outro, a história dos seres humanos influencia a história da natureza, pois as ações humanas interferem no ambiente natural e em seus recursos. Seguindo essa linha de raciocínio, a disposição mental do ser humano para conhecer e usar a natureza seria historicamente constituída. Assim, segundo Marx, só haveria uma ciência: a história. A história é feita pela ação do ser humano no meio em que está inserido e, simultaneamente, pela modificação do meio decorrente dessa ação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JAMES RICHARD BARFOOT - GALERIA DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE YALE, NEW HAVEN

O progresso do algodão, gravura de James Richard Barfoot, cerca de 1840. A gravura representa o interior de uma fábrica britânica durante a Revolução Industrial.

Dica

Memorial do trabalho e do trabalhador

Disponível em: http://mttvirtual.org/. Acesso em: 15 set. 2024.

Esse museu virtual foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre o passado e o presente dos trabalhadores. Tomando como base os operários industriais de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, o museu estabelece um diálogo com as experiências de diversos trabalhadores do Brasil e do restante do mundo. No *site*, é possível acessar textos, imagens e atividades educativas.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Identifique os personagens representados na gravura.
2. Com base em seus conhecimentos de história, caracterize a Revolução Industrial.
3. A imagem representada na gravura pode ser relacionada à história da natureza e à história dos seres humanos? Explique.

Meios de vida e organização social

Na análise de Antonio Candido, cada grupo humano precisa encontrar um equilíbrio entre a satisfação de suas necessidades e o uso dos recursos disponíveis em seu entorno. Para isso, as sociedades precisam desenvolver formas de utilizar os recursos naturais disponíveis (por exemplo, os alimentos) por meio de técnicas (como as de cultivo). Além de encontrar soluções para explorar os recursos naturais, as sociedades, segundo o autor, precisam estabelecer formas de organização que sejam compatíveis com essas soluções (por exemplo, formas de governo, divisão do trabalho e sistemas de propriedade).

Nas palavras de Antonio Candido:

> [...] a obtenção, para cada grupo, do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que desenvolver neste sentido. [...] diríamos que há dois ajustamentos necessários àquele equilíbrio: 1) a descoberta de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos de subsistência; 2) o estabelecimento de uma organização social compatível com elas. Como diz [o economista David Martin Goodfellow] "o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida".

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2001. p. 31-32.

Em pequenas comunidades, os problemas referentes à obtenção dos meios de vida podem ser resolvidos com organizações sociais pouco complexas. Mas o que dizer de sociedades populosas, como os modernos Estados-nação? Nesses casos, há necessidade de um sistema complexo de produção e de divisão de tarefas. No sistema capitalista vigente, nem tudo o que é produzido está destinado a suprir a necessidade por alimentos. Uma vez remediado o problema dos meios de vida, o ser humano passa a produzir e a reproduzir mercadorias não necessariamente destinadas à subsistência.

GISELLE FLISSAK/GETTY IMAGES

Ourives produzindo joias em Petrópolis, Rio de Janeiro. Fotografia de 2019. O trabalho do ourives não está relacionado à produção de alimentos, mas esteve presente desde a Antiguidade, pois os objetos que ele produz são considerados um indicativo de *status* social.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique a frase do economista David Martin Goodfellow citada por Antonio Candido: "o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida".
2. Em sua opinião, por que no sistema capitalista nem todos têm acesso aos alimentos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Além dos meios de vida

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 2

O ser humano é onívoro, ou seja, alimenta-se de vegetais e animais. Em razão disso, ele pôde sempre diversificar sua dieta, coletando ou produzindo gêneros alimentícios diversos. Simultaneamente à procura de alimentos, grupos humanos também buscaram, ao longo da história, criar soluções para sobreviver às intempéries de diferentes meios físicos, utilizando, por exemplo, peles de animais abatidos a fim de se proteger do frio.

É importante notar que o aprendizado lento e gradativo acerca do uso de elementos da natureza para satisfazer necessidades humanas possibilitou, de forma gradual, o desenvolvimento técnico e tecnológico, bem como a criação de coisas que nós, contemporaneamente, denominamos **invenção**.

Analise seu entorno e responda: das coisas presentes em seu cotidiano, quais são realmente necessárias para sua existência? Por muito tempo, foi possível viver sem um telefone celular, por exemplo. Atualmente, agimos como se esse aparelho fosse parte de nosso corpo. Esses telefones são produzidos e comercializados em larga escala em diferentes países. Contraditoriamente ao uso disseminado da tecnologia, ainda são muito comuns relatos de fome no mundo todo.

Segundo o relatório *O estado da insegurança alimentar e nutricional no mundo*, produzido pela Organização das Nações Unidas e publicado em 2023, estima-se que entre 690 milhões e 783 milhões de pessoas passaram fome em 2022. Conforme o relatório, mais de 122 milhões de pessoas entraram no mapa da fome após o período da pandemia de covid-19. Em 2019, a GSM Association – organização internacional que representa as operadoras de redes móveis – revelou que 5,1 bilhões de pessoas tinham aparelho celular no planeta.

Esses dados mostram que, se, por um lado, a sociedade contemporânea alcançou um alto desenvolvimento tecnológico, por outro, ainda não conseguiu solucionar um dos problemas mais elementares da subsistência humana: o da fome. Uma das estratégias para a resolução do problema poderia ser a distribuição mais justa da riqueza. No entanto, como já alertava Karl Marx no século XIX, o sistema capitalista provoca uma contradição: o desenvolvimento da cultura material e tecnológica não assegura a igualdade na obtenção dos meios de vida.

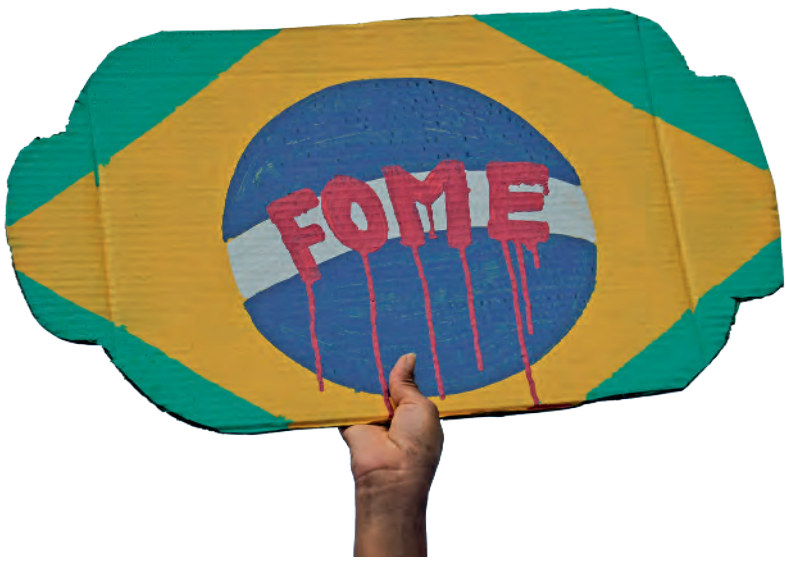
Os dados sobre o índice global de pessoas em situação de fome foram retirados de: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2023**: urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum. Rome: FAO, 2023. p. XII.
Os dados sobre a posse de aparelhos celulares foram retirados de: GSMA. **The mobile economy 2019**. London: GSMA, 2019. p. 4.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Josué de Castro e a geografia da fome

Em 1946, o pesquisador pernambucano Josué de Castro (1908-1973) publicou o livro *Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. O estudo registra estatísticas de problemas de saúde e mortalidade relacionados à alimentação em cinco regiões brasileiras, demonstrando a existência de uma correlação entre nutrição, fome e desenvolvimento social. No artigo "Josué de Castro e a geografia da fome no Brasil", de 2008, o pesquisador Francisco de Assis Guedes Vasconcelos revisitou o livro de Castro com base em dados sobre as carências nutricionais do Brasil, constatando que a questão da fome permanece como um problema recorrente no país.



NELSON ALMEIDA/AFP/GETTY IMAGES

Manifestante com cartaz de denúncia de fome na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. Fome e insegurança alimentar não decorrem da falta de alimentos, mas da distribuição desigual da riqueza.

Meios de produção

Ao analisar o processo de produção capitalista no século XIX, Karl Marx conceituou como **meios de produção** tudo aquilo que é utilizado para mediar a relação entre trabalho humano e natureza. Desde que Marx propôs essa denominação, outros filósofos, sociólogos e economistas passaram a empregar a expressão de forma corrente para se referir simultaneamente aos objetos de trabalho e aos meios empregados em sua realização. Desse modo, a compreensão mais nítida do conceito de meios de produção requer a definição dessas duas dimensões concretas que o formam.

Os **objetos de trabalho** dizem respeito a tudo aquilo sobre o qual o trabalho humano incide de forma direta para uso ou transformação. Todos os recursos naturais, bem como as matérias-primas necessárias à produção de bens de uso ou de troca extraídas do meio físico – o solo, os rios, os mares, as jazidas minerais, ou seja, o meio ambiente no qual estão inseridos os seres humanos e suas atividades –, podem ser tanto objetos de trabalho e meios de produção.

Os **meios de trabalho** são os instrumentos de produção, as instalações construídas para a produção e os recursos de produção, conforme explicado a seguir:

- **Instrumentos de produção** – são as ferramentas, os utensílios e as máquinas utilizados no processo de produção. Nessa categoria estão incluídos, por exemplo, peças simples – como martelo, chave de fenda e máquina de costura – e equipamentos complexos, como computadores e *tablets*. São também chamados **bens de produção** ou **bens de capital**, já que é por meio deles que a tarefa produtiva pode ser maximizada com o objetivo de dispor mercadorias para troca, garantindo, assim, a geração de capital.
- **Itens de infraestrutura** – são as instalações construídas para auxiliar na produção. Edifícios de empresas, fábricas, armazéns, galpões de produção ou estocagem, silos, garagens e estaleiros são exemplos.
- **Recursos de produção** – são os recursos naturais e energéticos empregados na produção de equipamentos e mercadorias. Por exemplo: água, solo e minerais.

Dica

O que é agricultura sustentável

Eduardo Ehlers. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Nesse livro, o engenheiro agrônomo Eduardo Ehlers apresenta os desafios de produzir alimentos suficientes para atender à demanda mundial e, ao mesmo tempo, conservar os recursos naturais, refletindo sobre as tecnologias disponíveis e sobre formas de conciliar agricultura e sustentabilidade.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Plantação de eucalipto, após a colheita no município de Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2020. A madeira utilizada na produção de papel pode ser retirada de árvores de eucalipto. O eucalipto, portanto, pode ser considerado um objeto de trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Setores produtivos

Os dados sobre agricultura familiar foram retirados de: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. **Anuário estatístico da agricultura familiar**: 2023/Ano 2. Brasília: Contag, 2023. p. 5.

Em geral, economistas, geógrafos e sociólogos classificam toda atividade produtiva em três setores: primário, secundário e terciário.

O **setor primário** é responsável pelo fornecimento de matérias-primas para os outros dois setores. A mineração, a silvicultura, a pesca, a pecuária, a agricultura e demais atividades extrativistas pertencem a esse setor. No Brasil, o setor primário, mais especificamente a área relacionada à atividade agrícola, dispõe de modernas tecnologias de produção e maquinário, que possibilitam o plantio e a coleta em larga escala. Entretanto, é importante notar o papel da agricultura familiar, na qual a atividade produtiva é realizada e administrada por grupos familiares que empregam seus próprios membros no processo produtivo. Nesse setor, de acordo com o *Anuário estatístico da agricultura familiar*, produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, em 2023, 3,9 milhões das propriedades agrícolas do país eram familiares, sendo responsáveis por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira.

O **setor secundário** responde pela transformação dos insumos básicos, ou seja, da matéria-prima, empregados na fabricação de produtos industrializados. É desse setor, por exemplo, uma indústria que beneficia o minério de ferro, isto é, que funde o ferro em estado bruto e o transforma em barras para serem usadas por outras indústrias. As empresas responsáveis pela geração e/ou distribuição de energia e água e pela coleta e tratamento de esgoto são também do setor secundário. Além disso, fazem parte desse setor as indústrias cujos produtos são comercializados pelo setor terciário. Elas podem produzir bens de consumo não duráveis, como produtos alimentícios, de limpeza e de higiene, ou bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e veículos.

O **setor terciário** engloba as atividades destinadas ao comércio de produtos ou serviços. Dessa forma, ele envolve espaços de venda de produtos (como mercados e *shopping centers*) e de prestação de serviços (como empresas de mídia, escolas, bancos, clínicas e hospitais).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Agricultores familiares em meio a plantação de alimentos orgânicos no município de Ponto Belo, Espírito Santo. Fotografia de 2024. Alimentos orgânicos são produzidos sem o uso de agrotóxicos. No Brasil, a maior parte desses alimentos é produzida por agricultores familiares.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Na localidade em que você mora, qual é o setor da economia predominante?
2. É possível afirmar que, no atual estágio do capitalismo, os três setores da economia atuam de forma coordenada? Justifique sua resposta.

Produção e trabalho

Uma vez definidos os meios de produção, cabe analisar o que denominamos **produção**. Trata-se da fabricação de um bem material destinado ao uso, à troca ou à prestação de serviços.

Nesse sentido, a produção não se limita às relações de trabalho destinadas ao desenvolvimento de itens materiais. Um contador, por exemplo, embora não trabalhe na linha de montagem de uma indústria automobilística, presta um serviço indispensável à manutenção da atividade dessa indústria, pois as habilidades desse profissional são utilizadas para garantir que os recursos dispensados e obtidos na produção proporcionem lucros à empresa.

Na atividade produtiva, inter-relacionam-se três fatores de produção:

- primeiro, o **sujeito do trabalho** (isto é, o ser humano);
- depois, os **meios de trabalho** (equipamentos, ferramentas, máquinas e outros elementos);
- por último, o **objeto de trabalho** (o meio físico sobre o qual o trabalho incide).

No modo de produção capitalista, o grau de especialização do sujeito do trabalho e, simultaneamente, o nível de desenvolvimento técnico dos meios do trabalho, que interferem de forma decisiva na produtividade e na qualidade da produção, são fundamentais para a mudança e o desenvolvimento social.

Apesar de haver distinção entre os setores, eles se inter-relacionam. Na produção de um automóvel, por exemplo, é preciso contratar motoristas de caminhão para transportar a matéria-prima até a indústria, contadores para fazer o balanço orçamentário da produção e vendedores para comercializar o produto.

ALEX TAUBER/PULSAR IMAGENS

Interior de indústria metalúrgica, no município de Pindamonhangaba, São Paulo. Fotografia de 2022.
É possível identificar os meios de trabalho: as máquinas, suas peças e o local onde elas estão instaladas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O que é mercadoria?

A definição do substantivo *mercadoria* foi retirada de: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1275 (acepções 1 a 3).

O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* define a palavra *mercadoria*, entre outras acepções, como "qualquer produto (matérias-primas, gêneros, artigos manufaturados etc.) suscetível de ser comprado ou vendido"; "negócio, comércio realizado entre mercadores"; "a ocupação, a profissão de mercador; mercancia". Segundo essas definições, portanto, mercadoria pode ser um **produto** a ser comprado ou vendido. A palavra, no entanto, também é utilizada para nomear a **relação** de compra e venda, assim como faz referência à **ocupação** de quem realiza essa transação.

Na análise do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790), na obra *A riqueza das nações*, de 1776, são mercadorias todas as coisas produzidas para troca ou venda, e não para uso ou consumo próprio.

Já para o economista inglês William Stanley Jevons (1835-1882), no livro *Teoria da economia política*, de 1871, mercadoria é qualquer objeto, substância, ação ou serviço que pode ser trocado por outros bens ou serviços e que proporciona satisfação ao consumidor, podendo tornar a vida mais prazerosa e afastar as pessoas do sofrimento. Desse modo, para Jevons, a mercadoria adquire valor quanto mais utilidade tiver para quem a consome e, por isso, seu valor é calculado conforme o consumo que dela poderá ser feito. Apesar de soar um pouco romântica, a definição de Jevons é interessante para refletir acerca do consumo das mercadorias nas sociedades contemporâneas.

Por fim, para Karl Marx, em sua obra *O capital: crítica à economia política*, de 1867, a mercadoria é o produto da transformação da natureza pelos seres humanos e serve para satisfazer as necessidades humanas, assim como para ser trocada ou vendida. Por esse duplo caráter, é um elemento central no sistema capitalista.

PICTURES NOW/ALAMY/FOTOARENA

Propaganda produzida em 1952. Na ilustração, podem ser considerados mercadorias tanto os produtos que estão sendo comprados quanto o serviço prestado pelo atendente, que recebe um salário pelo trabalho realizado.

Saiba mais

O livre mercado segundo Adam Smith

No livro *A riqueza das nações*, Adam Smith analisou o funcionamento do livre mercado, entendendo-o como um modelo econômico em que o mercado seria autorregulado, sem a necessidade de regulação do Estado ou de outra instituição nas relações de compra e venda. Segundo esse modelo, a regulação do mercado seria feita conforme a **lei da oferta e demanda**, também conhecida como lei da oferta e da procura. De acordo com essa regra, se houver **oferta** de produtos no mercado e **demanda** para a compra, o preço estabelecido será condizente com ambos. Dessa forma, o preço será regulado tanto pela disponibilidade do produto para venda quanto pela procura das pessoas por ele. Nesse sentido, quanto menos produto houver disponível e mais gente nele interessada, maior será o preço. Se, no entanto, o produto for encontrado abundantemente e poucos quiserem comprá-lo, o preço será menor. Para Adam Smith, a regulação não seria feita por ninguém; seria algo natural, resultado da "**mão invisível**" **do mercado**.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Karl Marx: valor de uso e troca da mercadoria

A formulação da teoria de mercadoria de Karl Marx, apresentada no livro *O capital: crítica à economia política*, de 1867, demonstra criticamente as contradições do capitalismo. Na análise de Marx, a mercadoria é entendida como o elemento central do sistema capitalista e a mediadora de todas as relações sociais.

Para Marx, a mercadoria tem uma dupla faceta, pois apresenta tanto um valor de uso quanto um valor de troca. O **valor de uso** da mercadoria reside no fato de ela ser produzida para satisfazer uma necessidade humana. Porém, no capitalismo, a mercadoria é produzida para ser vendida no mercado, o que lhe confere **valor de troca**.

A venda de uma mercadoria consiste em uma relação de troca. Em um exemplo lógico hipotético, podemos pensar que um produtor de bananas que queira adquirir uvas pode estabelecer uma relação de **troca direta** com um produtor de uvas, trocando bananas por uvas.

Na sociedade capitalista contemporânea ocidental, entretanto, essa troca direta é pouco usual. Em geral, as mercadorias circulam por meio de relações de **troca indireta**, ou seja, mediadas pelo dinheiro. Utilizando o exemplo anterior, nesse caso, trocam-se bananas por dinheiro e dinheiro por uvas. Vale atentar ao fato de que o dinheiro, por configurar um objeto de troca, pode também ser considerado uma mercadoria.

Ao analisar a relação de troca de mercadorias, Marx chama a atenção para o fato de que toda troca é uma **relação de equivalência**. Assim, para trocar diretamente bananas por uvas, é necessário estabelecer uma comparação entre as duas mercadorias, determinando quantas uvas equivalem a quantas bananas, ou, em uma troca indireta, determinar quanto custa uva e quanto custa banana. Nas relações de troca, o que possibilita a comparação de uma mercadoria com outra? O que faz uma mercadoria ser cara ou barata?

Seguindo o raciocínio de Marx, o valor de uma mercadoria pode não estar associado a sua capacidade de satisfazer uma necessidade humana, ou seja, a seu valor de uso. Por exemplo: a água tem um alto valor de uso. Sem ela, nenhum ser humano poderia viver. Um diamante, por sua vez, é menos necessário à manutenção da vida. Ainda assim, um diamante é muito mais caro do que uma garrafa de água. Dessa forma, por meio da comparação entre a água e o diamante, refuta-se a hipótese de que o valor de uso das mercadorias determina seu valor de troca.

BOONYAKIAT CHALOEMCHAVALID/ISTOCK/GETTY IMAGES

Pessoa segurando um diamante, mercadoria de alto valor de troca, na Tailândia. Fotografia de 2021. Na teoria marxista, o valor de troca de uma mercadoria não pode ser definido por sua capacidade de satisfazer necessidades humanas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho e mercadoria

Segundo a análise de Marx, ainda que a satisfação das necessidades seja um aspecto importante para a circulação de mercadorias, é a **teoria do valor-trabalho** que define como a mercadoria adquire valor de troca. De acordo com ela, é a quantidade de trabalho necessário para a produção da mercadoria que possibilita sua comparação com outras e serve de base para as relações de troca. Essa quantidade de trabalho, que determina o valor de uma mercadoria, é medida pelo tempo gasto na produção dela.

Então, é possível questionar: quanto mais lento for um trabalhador, mais valor terá a mercadoria produzida por ele? Certamente não é isso que ocorre. Afinal, é pouco provável que alguém pague o dobro em uma mercadoria apenas porque demorou mais tempo para ser produzida. Por isso, Marx diferencia duas noções de tempo de trabalho: concreto e abstrato.

O **trabalho concreto** consiste no tempo de trabalho individual efetivamente despendido na produção de uma mercadoria e é utilizado para determinar seu valor de uso. Por exemplo, você produz uma camisa em sua casa: corta o tecido, monta e costura a camisa com os instrumentos que possui. Isso demanda tempo, o qual pode ser utilizado para realizar outras atividades, como se alimentar ou dormir. O produto, a camisa, será usado por você e terá como utilidade protegê-lo do frio.

Já o **trabalho abstrato** corresponde ao tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria em determinado momento histórico. Esse trabalho é empreendido coletivamente e atribui valor de troca à mercadoria. Nesse caso, uma camisa como a que você fez, para seu uso e conforme o tempo que tinha disponível, é produzida por um conjunto de trabalhadores em um ritmo mais intenso, no tempo destinado à produção, conforme os instrumentos de trabalho disponíveis e a demanda por quem consumirá a mercadoria. Desse modo, o trabalho abstrato é uma determinação coletiva, que varia de acordo com o momento histórico, pois está relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas, às mudanças nas relações de produção e às formas de organização laboral, entre outros fatores.

Por exemplo, no início do século XX, a padronização de processos produtivos e a adoção de linhas de montagem na indústria automobilística possibilitaram produzir grandes quantidades de veículos em um tempo bem menor do que o necessário com os métodos de organização do trabalho anteriores. Isso implicou a redução no tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção da mercadoria automóvel. Como consequência, o valor de troca da mercadoria automóvel diminuiu.

Marx chama a atenção, entretanto, para o fato de que, apesar de o trabalho humano ser o elemento que constitui o valor de troca das mercadorias, durante o processo de circulação isso não se dá de forma evidente: tendemos a considerar os preços como se eles espelhassem qualidades naturais das mercadorias. A esse processo, Marx dá o nome de **fetichismo da mercadoria**.

PEDRO VILELA/GETTY IMAGES

Linha de montagem de automóveis em indústria no município de Betim, Minas Gerais. Fotografia de 2020. Com o desenvolvimento das linhas de montagem, o tempo de trabalho abstrato para a produção de automóveis diminuiu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa de *El empleo*: livre.

Dica

El empleo (O emprego)

Direção: Santiago Grasso. Argentina, 2008.

Duração: 6 minutos.

O curta-metragem é uma animação que questiona as relações de trabalho ao retratar a rotina de um homem na qual outros seres humanos assumem o papel de objetos de uso cotidiano, como mesas, cadeiras, cabides, entre outros. Por meio de imagens e sons, sem diálogos, a obra possibilita a reflexão sobre a correlação entre o trabalho humano e o uso de mercadorias.

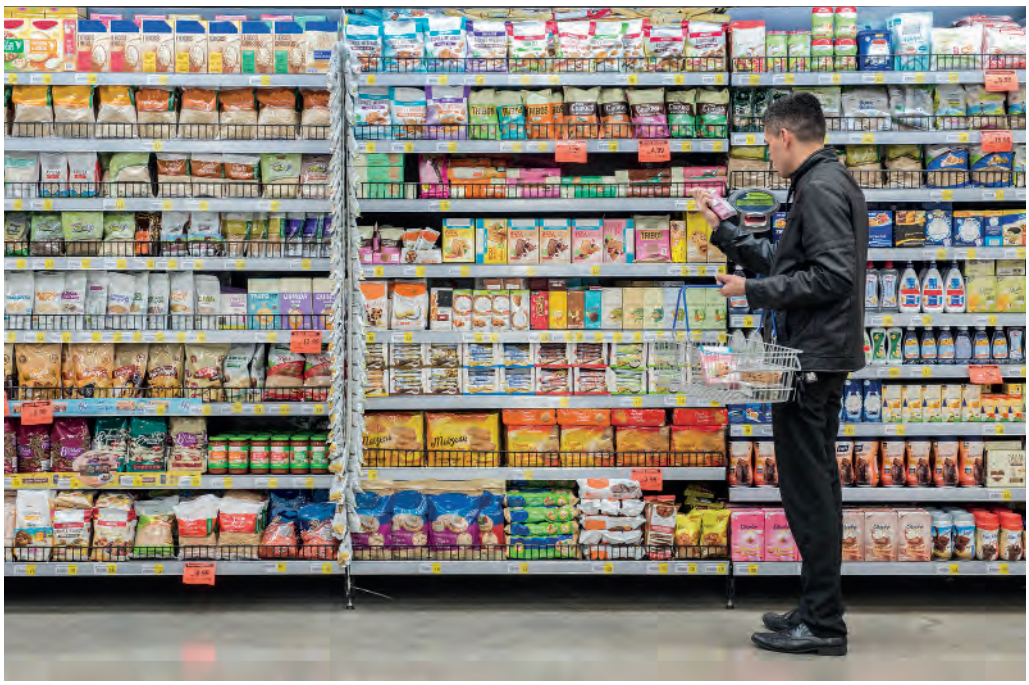
O fetichismo da mercadoria

Para compreender o que Marx chamou de fetichismo da mercadoria, é válido analisar um exemplo prático: suponha que você foi ao mercado comprar um pacote de café. Para adquirir essa mercadoria, você precisou desembolsar certa quantidade de dinheiro. A situação consiste em uma troca: dinheiro por café. Essa troca é uma relação material, de intercâmbio de mercadorias. É também uma relação social, pois por trás do câmbio de dinheiro por café está uma relação entre você (o consumidor) e os trabalhadores envolvidos na produção de café. Ao comprar café, você o percebe como uma coisa, um objeto autônomo disponível na prateleira do mercado. Todavia, para que o café pudesse chegar a você como mercadoria, houve trabalho humano abstrato incorporado nele: a mercadoria que você comprou resultou do trabalho de agricultores, torrefadores, moedores, empacotadores, transportadores, distribuidores e vendedores. Para Marx, é a incorporação desse trabalho que define o valor da mercadoria, determinando socialmente a quantia desembolsada na relação de troca – que expressa monetariamente a comparação entre dinheiro e café. Dessa forma, quando trocamos mercadorias, temos a impressão de estabelecer uma relação entre coisas, quando, na verdade, estabelecemos uma relação entre trabalhos.

Marx chama de fetichismo esse aspecto autônomo dos produtos, que não se apresentam como resultado do trabalho humano, mas como coisas autônomas, dotadas de "vida própria". Para Marx, o fetichismo mascara as relações de produção, colaborando para a naturalização da desigualdade. Nas palavras de David Harvey, geógrafo britânico que interpreta a obra de Marx:

> [...] nossa relação social com as atividades laborais dos outros é dissimulada em relações entre coisas. No supermercado, por exemplo, você não tem como saber se a alface foi produzida por trabalhadores satisfeitos, miseráveis, escravizados, assalariados ou autônomos. A alface é muda, por assim dizer, no que diz respeito a como foi produzida e a quem a produziu.

HARVEY, David. **Para entender *O capital***: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 47.



EDSON GRANDISOLI/PULSAR IMAGENS

Consumidor diante de produtos em prateleiras de supermercado, no município de Sorocaba, São Paulo. Fotografia de 2019. Na teoria marxista, o fetichismo é o aspecto autônomo dos produtos, que não se apresentam como resultado do trabalho humano, mas como coisas dotadas de vida própria.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mais-valia

As mercadorias são produzidas por intermédio do sistema e dos meios de produção. No modo de produção capitalista, o proletariado, por não possuir os meios de produção, precisa vender sua **força de trabalho** por determinado período em troca de um salário para sobreviver. Dessa forma, na relação entre burguesia e proletariado, a força de trabalho constitui uma mercadoria: os donos dos meios de produção compram a força de trabalho para operar os meios de produção.

A jornada de trabalho para a produção da mercadoria gera um valor equivalente à força de trabalho que o trabalhador despendeu durante o período em que ficou na empresa, e esse valor lhe é devolvido em forma de salário. Como ocorre com as demais mercadorias, o valor da força de trabalho (vendida como mercadoria na esfera de produção) é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário em sua produção. Na análise de Marx, no caso da força de trabalho, esse valor equivale ao custo de reprodução de vida do trabalhador, isto é, ao salário necessário para garantir sua subsistência.

Na análise de Marx, entretanto, quando essa força de trabalho é vendida, o dono dos meios de produção paga por ela um salário inferior ao valor do produto gerado pelo trabalho. Trata-se do **sobretrabalho**, valor gerado pelo trabalho humano que não retorna ao trabalhador em forma de salário. O valor do sobretrabalho, do qual se apropria o capitalista, de acordo com Marx, chama-se **mais-valia**. Dessa forma, por meio do sobretrabalho, a mercadoria adquire um valor do qual o dono do meio de produção se apropria sem repassá-lo ao trabalhador.

Assim, o trabalho realizado pelo proletariado na **esfera de produção** de mercadorias, mas não pago, é a fonte da mais-valia. Na **esfera de circulação**, quando a mercadoria é vendida (trocada por dinheiro), esse trabalho se torna lucro. Na análise de Marx, portanto, o **lucro** – que possibilita o enriquecimento da burguesia – não é resultante do preço de venda de determinada mercadoria, e sim da diferença entre o valor do produto (incluindo a mais-valia) e o custo de produção (que envolve o custo dos materiais e os salários pagos aos trabalhadores).

© GENILDO RONCHI

A teoria e a prática juntos!, charge de Genildo Ronchi, 2017.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Qual é a crítica expressa na charge?
2. Relacione a charge à teoria da mais-valia apresentada por Karl Marx.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A alienação

Segundo Karl Marx, com a profunda e complexa divisão do trabalho típica do modo de produção capitalista, o trabalhador perdeu a consciência de seu papel na produção das mercadorias. Isso porque, em uma linha de produção industrial, um indivíduo fica responsável apenas por uma pequena parcela do processo, desconhecendo ou não tendo controle sobre o todo. Nas fábricas de meados do século XIX – e nos dias de hoje –, um trabalhador passava muitas horas realizando o mesmo movimento, como fazer a dobra em uma embalagem. Depois de cumprida essa tarefa, ele ia embora e voltava no outro dia para repetir durante outras várias horas o mesmo procedimento.

Diante dessa situação, resultante da divisão do trabalho, o operário distancia-se – em razão da atividade maçante, pela repetição e pelo cansaço – de uma plena consciência de seu papel na produção. Outra questão que contribui para essa alienação relaciona-se ao fato de que os trabalhadores ocupados na linha de produção de um automóvel de última geração, por exemplo, não têm poder aquisitivo para comprar o veículo produzido por eles. Daí o caráter alienante do trabalho no capitalismo, uma vez que o trabalhador não acessa, nem subjetiva nem objetivamente, o resultado de sua produção. Assim, em termos gerais, a especialização do trabalho na atividade produtiva é um mecanismo alienante que distancia o trabalhador de sua real condição de existência e, portanto, de seu papel na história.

A saída proposta por Marx para essa situação é a luta coletiva dos trabalhadores com a finalidade de, juntos, fazer valer seu papel na história e converter a propriedade privada em algo coletivo.

Dica

Classificação indicativa de *Tempos modernos*: livre.

Tempos modernos

Direção: Charlie Chaplin. Estados Unidos, 1936. Duração: 87 minutos.

O filme, ambientado nos Estados Unidos nos anos 1930, aborda a vida dos trabalhadores na sociedade industrial urbana. O filme retrata a especialização do trabalho e a produção com base no sistema de linha de montagem, tornando visível o conceito de alienação abordado por Marx: os trabalhadores executam tarefas mecânicas, repetitivas e monótonas, sujeitos a horários rígidos e a supervisão constante, desprovidos de autonomia no processo de trabalho e sem controle sobre o produto do próprio trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tirinha de André Dahmer, 2014. Para Marx, no capitalismo, a produção não é orientada para satisfazer as necessidades humanas, e sim para garantir a geração de lucro.

Émile Durkheim: a divisão do trabalho social

Quando nos referimos a trabalho, a primeira ideia que nos vem à cabeça é a de associá-lo à necessidade de aquisição financeira. Afinal, sem dinheiro não podemos manter o básico para nossa existência, como a comida, pois, atualmente, a maioria das pessoas não produz o próprio alimento.

Se você aplicar esse raciocínio ao que é necessário no dia a dia, chegará à conclusão de que quase tudo, se não tudo, depende da produção realizada por outras pessoas. Assim, na fase atual de desenvolvimento das relações produtivas, há uma interdependência de diversos ramos de produção e, consequentemente, de diferentes ocupações do mundo do trabalho.

O sociólogo francês Émile Durkheim notou, em seu estudo *Da divisão do trabalho social,* de 1893, que, antes do avanço do capitalismo, o conteúdo das atividades produtivas era mais pautado no princípio comunitário que no individual. Assim, nos grupos sociais que viviam em áreas rurais, as atividades produtivas tinham uma interdependência menos elástica, e as ocupações não se enquadravam nos termos hoje atribuídos ao conceito de profissão.

Coesão social e anomia

Em sua análise da divisão do trabalho, Durkheim estava preocupado com a garantia da **coesão social**: força que mantinha os indivíduos de determinada sociedade unidos e integrados. Na contramão do destaque dado por Marx ao antagonismo e ao conflito como motor de transformação da sociedade, Durkheim considerava a coesão social um elemento-chave para o funcionamento saudável dos grupos humanos: ela seria a responsável pela manutenção da ordem social e pela prevenção da **anomia**, um estado de ausência de normas coletivas que levaria à desintegração social.

Na análise de Durkheim, a coesão social seria garantida por meio do que ele conceituou como **solidariedade**. Vale enfatizar que ele emprega a palavra *solidariedade* não como o ato de fazer o bem por meio de uma ação filantrópica (doar roupas usadas, por exemplo), mas para se referir aos laços sociais, à partilha do comum por diferentes indivíduos e à manutenção de um organismo social coeso, com conflitos, mas sem rupturas.

Para o sociólogo, a solidariedade poderia assumir diferentes formatos, a depender da estrutura social de divisão do trabalho em cada grupo e período histórico.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Pessoas desempregadas em razão da crise de 1929, que quebrou a economia dos Estados Unidos, reivindicando ajuda do governo em Washington, Estados Unidos. Fotografia de 1932. A crise de 1929 pode ser interpretada como um exemplo de anomia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Solidariedade mecânica

Conforme você estudou, no processo de produção atual, como o da linha de montagem de uma indústria, cada grupo de operários se ocupa de uma etapa da produção, diferentemente do que ocorria em sociedades tradicionais pré-modernas, como as feudais. Na análise de Durkheim, as relações de produção nessas sociedades ocorriam por meio de sistemas fixos de troca. Um artesão, por exemplo, produzia um móvel integralmente, sem depender de peças fabricadas por outros trabalhadores. Esse móvel poderia ser trocado pela mercadoria produzida por um lavrador, que, para realizar o processo de cultivo, igualmente, não dependia de nenhum outro trabalhador. A relação entre eles, artesão e lavrador, poderia ocorrer sem intermediador.

Durkheim analisa que, nesse modelo, a coesão social estaria garantida pelo papel assumido por cada indivíduo, no princípio de reconhecimento mútuo por semelhança, pelo fato de pertencer ao mesmo grupo (grupo de trabalhadores braçais, por exemplo). O vínculo entre as pessoas se estabelecia, então, por meio de uma **solidariedade mecânica**, fenômeno que não estava submetido à reflexão intelectual nem era fruto de escolha consciente. A tradição, os hábitos e a moral orientavam as relações entre os indivíduos, independentemente das diversas tarefas que cada um desempenhava em seu processo de produção.

Solidariedade orgânica

Na análise de Durkheim, o avanço do modelo de produção capitalista, sobretudo aquele desenvolvido ao longo do século XIX, deu fôlego a um sistema produtivo pautado por profunda especialização e provocou a segmentação social com o estabelecimento de instituições como o Estado, a escola e a prisão. Nesse processo, o feudo (de baixa densidade demográfica e onde vigoravam relações comunitárias) deu espaço para o ambiente urbano e industrial, por vezes superpopuloso, no qual o princípio comunitário foi sendo substituído pelo individualismo.

Assim, nas sociedades capitalistas, a partir da industrialização, não é mais um princípio mecânico que anima a coesão social. Passa a valer uma lógica regida pelo princípio da diferença. De acordo com essa lógica, cada um encarna e realiza a própria ocupação sem ter necessariamente consciência do que os outros estão fazendo em diferentes funções profissionais. A essa situação, Durkheim deu o nome de **solidariedade orgânica**.

Formas de solidariedade segundo Durkheim

SOLIDARIEDADE MECÂNICA	SOLIDARIEDADE ORGÂNICA
Sociedades tradicionais	Sociedades modernas
Semelhança garante coesão social	Interdependência garante coesão social
Consciência coletiva	Consciência individualizada
Baixa especialização	Alta especialização do trabalho

Fonte: DURKHEIM, Émile. Preponderância progressiva da solidariedade orgânica. *In*: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 73-84. (Grandes Cientistas Sociais).

GRANGER IMAGES/EASYPIX BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Ferro magnetizante, xilogravura publicada na obra científica *De magnete*, de William Gilbert, 1600. Na imagem, é representado um ferreiro medieval trabalhando manualmente em sua oficina. Na análise de Durkheim, em sociedades tradicionais e pré-modernas, prevalecia a solidariedade mecânica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociedade capitalista e a solidariedade orgânica

No trecho a seguir, Durkheim analisa a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica.

> Trata-se pois de uma lei histórica que a solidariedade mecânica, que inicialmente é a única ou quase, perde terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica se torna pouco a pouco preponderante. Mas quando a maneira pela qual os homens são solidários se modifica, a estrutura das sociedades não pode deixar de mudar. [...]
>
> Existe pois uma estrutura social de determinada natureza, à qual corresponde a solidariedade mecânica. O que a caracteriza é que ela é um sistema de segmentos homogêneos e semelhantes entre si.
>
> Inteiramente diferente é a estrutura das sociedades onde a solidariedade orgânica é preponderante.
>
> Elas são constituídas não por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, mas sim por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e se forma de partes diferenciadas. [...]

DURKHEIM, Émile. Preponderância progressiva da solidariedade orgânica. *In*: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Durkheim**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 85-90. (Grandes Cientistas Sociais).

Para facilitar a reflexão sobre a passagem de um tipo a outro de solidariedade, considere o exemplo de um trabalhador contemporâneo que trabalha na linha de montagem de um automóvel para garantir seu salário. Embora possa ter consciência exata de sua atividade, muito provavelmente pouco sabe da atividade executada pelo trabalhador rural que garante que sua comida esteja disponível em um supermercado. Apesar de desconhecer as atividades realizadas pelo trabalhador rural, o trabalhador urbano depende delas para sobreviver. Nesse sentido, a coesão social é garantida pela interdependência dos dois indivíduos.

Embora a divisão do trabalho no modo de produção capitalista seja competitiva, ao examiná-la, Durkheim não enfoca o conflito, mas sim os aspectos que garantem a coesão social. Ele reconhece a possibilidade de crises nesse sistema, como trabalhadores fazendo greve para reivindicar melhores salários e condições de trabalho e o impacto causado nos índices de criminalidade em razão do desemprego. No entanto, Durkheim considera que, se cada indivíduo contribuir com sua especialização, o organismo da sociedade funciona de forma saudável. Daí, talvez, provenha a escolha, pelo sociólogo francês, do termo *orgânica* para se referir à solidariedade típica das sociedades urbanas e industriais. Podemos afirmar que, apesar de haver individualismo e competitividade, considerando o pouco conhecimento dos trabalhadores sobre outras ocupações além da sua, as diferentes tarefas são necessárias para a constituição e a manutenção de uma sociedade formada com base nas relações capitalistas de produção e regida por regras e princípios que todos devem seguir.

Por fim, vale reforçar o fato de que, embora nas sociedades complexas a solidariedade orgânica seja predominante, ainda se pode notar a presença da solidariedade mecânica em pequenos grupos, o que para Durkheim é apenas um processo de ampliação da predominância da organização profissional sobre a organização territorial.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Trabalhador cuidando de plantação de hortaliças no município de Catalão, em Goiás. Fotografia de 2024. Segundo Durkheim, na sociedade capitalista, a coesão social é garantida pela interdependência dos trabalhadores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Max Weber e o espírito do capitalismo

Diferentemente de Karl Marx e de Émile Durkheim, o alemão Max Weber não se dedicou profundamente a compreender as relações de trabalho ou a função do trabalho na sociedade moderna. No entanto, Weber tinha a preocupação de entender o papel da cultura no desenvolvimento do capitalismo moderno e industrial e sua solidificação como principal modo de produção nas sociedades ocidentais.

A relação entre cultura e economia faz parte da metodologia weberiana, cuja base está na ação dos sujeitos e na compreensão do sentido que eles atribuem a elas. Esse sentido, para Weber, pode ter origem em aspectos diversos da vida social, como a tradição ou as relações de trabalho, e finalidades diferentes: atingir um resultado econômico ou ser aceito em determinado grupo.

Weber observou que o capitalismo tem por base a contabilidade racional, ou seja, a racionalização da condução da vida, que influi sobre as maneiras de ser, de viver e de agir dos sujeitos no interior do capitalismo. Desenvolve-se, no capitalismo, um ***éthos* econômico racional**.

Weber, no entanto, questionava como esse *éthos* se desenvolveu, visto que o capitalismo floresceu sobre as bases de uma economia tradicional, com modos de vida tradicionais. Como, então, a racionalidade econômica se sobrepôs às demais?

Ao examinar a relação entre cultura e economia, Weber encontrou na religião o fator condicionante ao desenvolvimento dessa racionalidade. Ele analisou diversas religiões – budismo, catolicismo, judaísmo, hinduísmo e protestantismo – para compreender tanto o caráter mágico, que pode não permitir ao adepto de uma religião promover o capitalismo, quanto a atitude de condução da vida promovida em cada uma delas.

Na sociedade estadunidense, Weber encontrou forte presença da religião nas relações cotidianas, especialmente o protestantismo calvinista, ao mesmo tempo que observou o desenvolvimento de outros fatores representativos do capitalismo, como a grande indústria e o crescimento das cidades.

Saiba mais

Os puritanos e a colonização dos Estados Unidos

Em razão de perseguições religiosas, os puritanos, como são chamados os calvinistas ingleses, fugiram para a América, onde fundaram a colônia de Nova Plymouth, em Massachusetts, em 1620. Embora diversos grupos sociais tenham participado da colonização dos Estados Unidos, os puritanos costumam ser exaltados como os fundadores da nação, sendo nomeados *pais peregrinos*.

BBM/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU BROOKLYN, ESTADOS UNIDOS

Embarque dos peregrinos, pintura de Robert Walter Weir, 1857.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O trabalho como vocação

A relação entre o protestantismo, a ética do trabalho e o desenvolvimento de um espírito do capitalismo foi apresentada por Weber em uma de suas principais obras: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de 1904. Nela, Weber analisou as diversas religiões e debruçou-se sobre o **protestantismo calvinista** estadunidense para observar o desenvolvimento de um *éthos* econômico racional.

Na análise de Weber, tendo como pressuposto a crença de que o sucesso no trabalho e a acumulação de riqueza são sinais da graça divina, o protestantismo calvinista difundiu um tipo de comportamento que encoraja os indivíduos a impor a si mesmos um modo de vida mundano rigoroso e disciplinado, que tem como valores o trabalho e o esforço contínuo. Segundo Weber, as ações produzidas pelos sujeitos com base na ética protestante têm o sentido de construção de um modo de vida racional que contribui para o desenvolvimento do capitalismo.

Weber identificou a existência de um **ascetismo**, que tinha por fundamento a censura ao proveito prazeroso dos frutos do trabalho. Na concepção weberiana, o ascetismo pode ser definido como uma condução metódica da vida, pautada pela autodisciplina e pela dedicação rigorosa ao trabalho. Foi no protestantismo, mais especificamente no calvinismo, que Weber encontrou uma relação entre o ascetismo religioso e a produção de um modo de vida racional, estabelecendo a conexão entre a ética protestante e o desenvolvimento de uma ética do trabalho.

Dessa forma, o que as pessoas ganhavam com o próprio trabalho, como assalariadas ou como empresárias (que lucravam com a venda de seus produtos), não era usufruído com compras excessivas de bens ou lazer e entretenimento. Aquilo que se ganhava era poupado, e a ação dos sujeitos era direcionada à acumulação do capital por meio do trabalho.

Como manter as pessoas trabalhando constantemente? É nesse ponto que se observa a ideia do **trabalho como vocação**. Weber afirma que o trabalho, que possibilita atividades aquisitivas capitalistas, representa o cumprimento de uma tarefa conforme a vontade de Deus. Ao desenvolver o próprio trabalho, os sujeitos estariam cumprindo os mandamentos divinos na Terra. Mas como o comportamento ascético apresenta-se e torna-se importante para o espírito do capitalismo?

Aquele que trabalha para cumprir a vontade de Deus e poupa os resultados de seu trabalho busca se diferenciar dos demais e se tornar um escolhido por Deus. Por ter poupado o que ganhou, possui capital suficiente para investir e empregar as pessoas. Assim, os que trabalham almejam se tornar empresários e estar entre os escolhidos para usufruir o reino dos céus.

© SUCESORES DE JOAQUÍN S. LAVADO TEJÓN (QUINO). TODA MAFALDA/FOTOARENA

Mafalda, tirinha de Quino, 1972. A reflexão de Miguelito pode ser interpretada como uma crítica ao *éthos* econômico racional, que prioriza o trabalho em detrimento de outros aspectos da vida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O espírito do capitalismo

Na análise de Weber, nessa busca constante, o espírito do capitalismo se solidifica: o trabalho se torna regra, os trabalhadores desenvolvem uma ética do trabalho baseada na vocação e a acumulação capitalista se amplia.

No entanto, há limites para essa relação, pois até quando as pessoas trabalharão sem usufruir os resultados do próprio trabalho? Além disso, como o capitalismo pode sobreviver se não houver demanda suficiente para consumo de seus produtos?

É essa circunstância, aponta Weber, que origina a autonomização do espírito do capitalismo da ética protestante. Ao solidificar a ética do trabalho, o capitalismo não precisa mais do fator cultural para se desenvolver. Este, de certa forma, já está incorporado à vida dos sujeitos.

Prova de que essa afirmação faz sentido é ainda hoje utilizarmos expressões que remetem à ética do trabalho protestante, como "Deus ajuda quem cedo madruga" ou "O trabalho dignifica a pessoa", além do fato de muitos de nós não conseguirem se identificar na vida social se não for pelo trabalho.

> No que a **ascese** se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito – quem sabe definitivamente? – safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse **arrimo**. Também [...] a ideia do "dever profissional" ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora.
>
> WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 165.

Ascese: prática do ascetismo.
Arrimo: apoio.

Enfoque

Responda no caderno.

ODS 12

1. **Com base na citação de Max Weber, explique a relação entre o ascetismo e o crescimento do poder dos bens exteriores.**
2. **Partindo da análise de Weber, é possível afirmar que o dever profissional, ou seja, o trabalho como vocação, ainda ronda nossa vida. Apresente um exemplo que sustente esse argumento.**

TIM PRUSS/ISTOCK/GETTY IMAGES

Telões com propagandas exibidas na Times Square, em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 2023. A propaganda é um meio de criar necessidades e tornar os bens de consumo mais atrativos, orientando o trabalho das pessoas para a aquisição desses bens.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Consumo e *status* social

Na sociedade capitalista, os seres humanos compram mercadorias com o objetivo de satisfazer desejos de consumo. Suponha que você precise de uma mochila para carregar seu material escolar. Ao fazer uma pesquisa de preços, encontra duas mochilas de qualidade parecida, ambas capazes de suprir sua necessidade de transporte de objetos. Uma delas, sem marca evidente, custa determinado valor. A outra, de uma marca famosa, custa quatro vezes mais. Diante disso, você começa a pensar como se sentiria ao entrar na escola com cada uma das mochilas. Qual delas chamaria mais a atenção? A decisão por qual artigo comprar é atravessada por questões sociais que nela embutem significados sensoriais e intersubjetivos.

Thorstein Veblen: classe ociosa e consumo conspícuo

O exemplo da mochila evidencia que, na sociedade capitalista, há bens cujo consumo cumpre muito mais o papel de atribuir *status* social ao comprador, isto é, de destacá-lo entre os outros membros da sociedade, do que o de suprir uma necessidade humana. Um empresário bilionário pode, por exemplo, comprar um caríssimo e luxuoso iate. Provavelmente, ele não usará o iate para suprir uma necessidade de transporte, mas para passear em seus momentos de lazer. Esse tipo de consumo foi chamado pelo sociólogo estadunidense Thorstein Veblen (1857-1929), no século XIX, de **consumo conspícuo**. O conceito faz referência ao consumo de bens e serviços que tem como motivação a exibição de *status*, a diferenciação social e o prestígio.

Na análise de Veblen, que atenta à estrutura da sociedade estadunidense no final do século XIX, o consumo conspícuo é característico de um estrato social específico, denominado por ele de **classe do lazer** ou **classe ociosa**. Essas expressões são utilizadas por Veblen para definir e caracterizar um estrato social que não apresenta contribuição significativa para a produção econômica, mas desfruta da riqueza originada de conexões familiares (herança e casamento, entre outros), que possibilita a compra de bens luxuosos. Conforme o sociólogo, o consumo conspícuo de mercadorias opera como um meio para dar ares de respeitabilidade e importância a esse estrato social.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Lanchas atracadas em iate clube na Lagoa de Araruama, em Cabo Frio, Rio de Janeiro. Fotografia de 2018. Na sociedade brasileira, essas embarcações são consideradas símbolos de luxo, e sua posse denota *status* social. De acordo com Veblen, o investimento em embarcações luxuosas para lazer pode ser interpretado como consumo conspícuo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Daniel Miller: identidade e mercadoria

No livro *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*, de 2010, o antropólogo britânico Daniel Miller analisa o consumo de mercadorias nas sociedades contemporâneas, chamando a atenção para os significados culturais que os bens de consumo apresentam que ultrapassam sua função material. Na análise do autor, o caráter materialista e consumista da sociedade capitalista não pode ser compreendido apenas como sinal de desperdício, superficialidade ou busca de *status*, pois os objetos materiais, não raras vezes, ajudam a moldar a identidade pessoal e a integrar os indivíduos nos grupos sociais.

Miller argumenta que os objetos são usados para expressar interesses, valores, normas, crenças e *status* das pessoas em um grupo. Conforme a proposição de Miller, a escolha das roupas por um adolescente, por exemplo, pode estar associada ao grupo e aos valores com os quais ele se identifica. Afinal, não é à toa que um fã de *rock* muitas vezes deseja ter uma camiseta estampada com sua banda favorita. Portanto, de acordo com Miller, é inegável que os seres humanos produzem coisas, mas as coisas também participam ativamente da formação dos seres humanos.

ZUMA PRESS/ALAMY/FOTOARENA

Cosplayers durante evento na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. *Cosplayers* são pessoas que se vestem como personagens de filmes, séries, quadrinhos, mangás, entre outros. Eventos que reúnem fãs identificados com alguma forma de entretenimento são espaços de partilha de opiniões, gostos e preferências de consumo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Divisão Internacional do Trabalho

Outra divisão estabelecida no mundo do trabalho refere-se ao processo que economistas, geógrafos, historiadores e sociólogos chamam de **Divisão Internacional do Trabalho**.

No campo das ciências humanas, a expressão *Divisão Internacional do Trabalho* refere-se à divisão das atividades de produção entre diferentes países. Essa distribuição tem como base um conjunto de fatores, como a disponibilidade de recursos naturais, tecnologia e força de trabalho, bem como a forma como historicamente se estruturaram no plano internacional as relações de poder e as políticas comerciais.

ODS 8

O processo de colonização da América, entre os séculos XV e XIX, bem como a expansão do colonialismo europeu na África e na Ásia, sobretudo a partir do século XIX, contribuíram para transformar países localizados nesses continentes em fornecedores de matérias-primas para as nações do Norte global, determinando sua posição no mercado mundial até a atualidade.

No mundo contemporâneo globalizado, as antigas nações colonialistas tornaram-se grandes produtoras de bens de capital e de *hardwares* e *softwares* de alta tecnologia. Já as antigas nações que foram colonizadas transformaram-se, de modo geral, em fornecedoras de matérias-primas para o mercado mundial.

Em decorrência de fatores como a diversificação da economia, a disponibilidade de infraestrutura e o desenvolvimento tecnológico, a divisão do trabalho em nações desenvolvidas costuma ser mais complexa e competitiva do que em nações em desenvolvimento, resultando em diferentes níveis de especialização e qualificação de mão de obra.

Refugiados de guerra e de calamidades naturais, econômicas e sociais de nações em desenvolvimento, cuja história é marcada pela exploração colonialista – conhecidas como Sul global –, buscam oportunidades de trabalho em países desenvolvidos, que ocupam o centro do sistema capitalista – o Norte global. Provindos de outras realidades, esses trabalhadores costumam ter menos chances de ocupar postos de trabalho especializados e frequentemente são absorvidos em atividades de baixa complexidade e de menor remuneração. Dessa forma, engenheiros sírios fugidos da guerra, por exemplo, acabam trabalhando como faxineiros na Alemanha ou nos Estados Unidos. Também é possível um jovem brasileiro que sonha receber em dólar ou euro acabar lavando pratos em restaurantes na Califórnia ou em Lisboa, mesmo tendo feito um curso superior no Brasil.

Nas divisões no mundo do trabalho, a oportunidade nunca está dissociada da desigualdade. Um dos fatores importantes para a reflexão sobre a Divisão Internacional do Trabalho é o processo de desenvolvimento científico e tecnológico das nações. Nas nações do Sul global, por exemplo, os investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia são menores do que os percebidos no Norte global e tendem a mantê-las no padrão tecnológico de produtoras de matérias-primas, impedindo o desenvolvimento necessário para colocá-las entre as grandes produtoras de tecnologias para bens de capital. Isso interfere na qualificação da mão de obra e reproduz o tipo de divisão do trabalho, na qual trabalhadores das nações em desenvolvimento têm ocupações com menor complexidade e, portanto, salários inferiores aos oferecidos em países desenvolvidos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escavadores de ouro, charge de Polyp, 2012. A charge satiriza a exploração de recursos minerais no continente africano pelos países do Norte global.

O futuro do trabalho

ODS 8

Em 2023, o Fórum Econômico Mundial publicou o relatório *O futuro do trabalho*, que apresenta resultados de uma pesquisa realizada com 803 empresas de 27 setores estratégicos em 45 países, incluindo o Brasil. Com base nos dados coletados, a organização prevê que até 2027 mais de 20% dos atuais postos de trabalho passem por modificações importantes. Estima-se que, entre 2023 e 2027, 69 milhões de novos empregos serão criados e, simultaneamente, 83 milhões serão eliminados. Perceba o quão ameaçadora é essa previsão: em cinco anos, aproximadamente 14 milhões de postos de trabalho serão extintos.

Boa parte dos postos de trabalho com exigência variável de especialização ainda está relacionada às atividades produtivas com base na matriz energética clássica, como exploração e produção de petróleo e seus derivados, geração de energia renovável ou não renovável nos moldes tradicionais, bem como práticas tradicionais de organização do setor produtivo agrícola e industrial, desde as etapas iniciais de produção até a embalagem, estocagem, distribuição etc.

Diante de indicadores climáticos cada vez mais alarmantes, fica evidente que o modelo produtivo vigente está se mostrando insustentável. Considerando esse cenário, segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, o futuro do mundo do trabalho estará voltado a profissões ligadas:

- às novas formas sustentáveis de produção agrícola;
- às inovações educacionais que incluam transmitir conhecimentos relacionados à sustentabilidade;
- ao comércio digital, que envolve muitos produtos digitais e serviços, gerando menos impactos ambientais diretos.

Os gráficos a seguir apresentam os empregos com maior previsão de crescimento e de declínio até 2027.

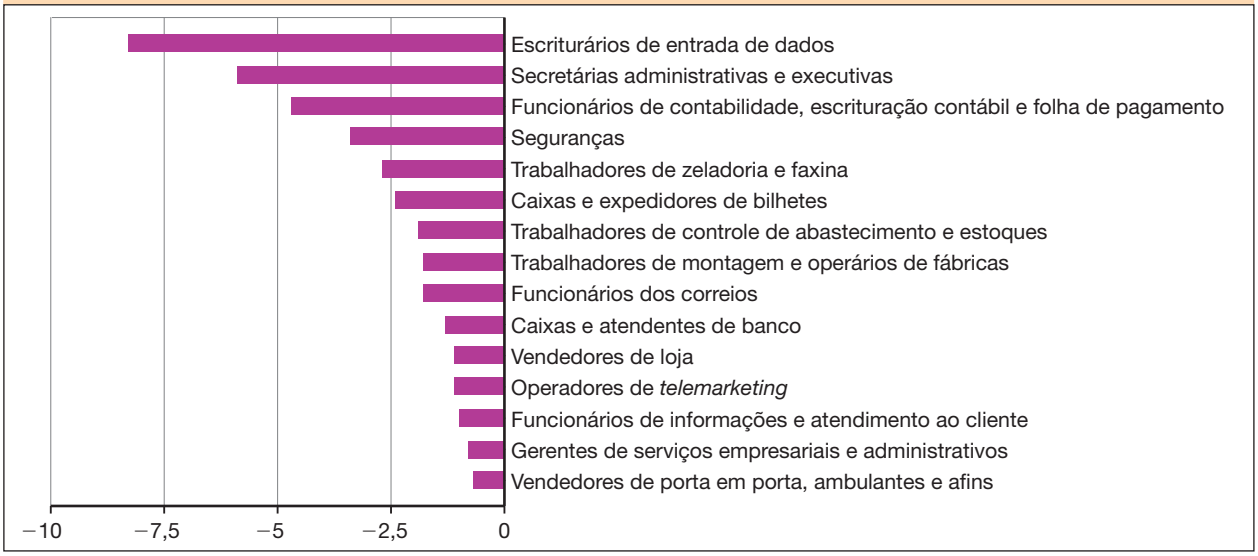
Mundo: empregos com maior crescimento (em milhões) – 2023-2027

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM. **Future of jobs report 2023**: insight report. Geneva: World Economic Forum, 2023. p. 31.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mundo: empregos com maior declínio (em milhões) – 2023-2027



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM. **Future of jobs report 2023**: insight report. Geneva: World Economic Forum, 2023. p. 31.

No Brasil, quando se pensa no futuro do trabalho, os desafios são ainda maiores para os jovens. Um estudo realizado pelos pesquisadores Janaína Feijó e Paulo Peruchetti, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do primeiro trimestre de 2024, identificou as principais ocupações dos jovens entre 18 e 24 anos no país, que se concentram em atividades de pouca complexidade, alta informalidade e baixos salários: balconistas e vendedores de lojas (7,9%), escriturários gerais (7,1%), caixas e expedidores de bilhetes (3%), trabalhadores elementares da construção de edifícios (2,8%), recepcionistas em geral (2,4%), especialistas em tratamento de beleza e afins (2%), trabalhadores de controle de abastecimento e estoques (1,9%), repositores de prateleiras (1,9%), trabalhadores elementares da agricultura (1,8%) e condutores de motocicletas (1,7%).

Conforme alertam os pesquisadores responsáveis pelo estudo,

> As relações de trabalho e os empregos têm passado por profundas mudanças quanto aos conhecimentos requeridos e uma grande parcela dos jovens tem encontrado dificuldades para atender a esses requisitos devido, principalmente, à baixa escolaridade e experiência. Portanto, o fomento à capacitação e aos ganhos de experiência são cruciais para a trajetória profissional dos jovens e para atenuar o quadro atual.
>
> FEIJÓ, Janaína; PERUCHETTI, Paulo. Em foco IBRE. Performance dos jovens no mercado de trabalho. **Boletim Macro**, Rio de Janeiro, n. 157, p. 35, jul. 2024.

Atividades

Responda no caderno.

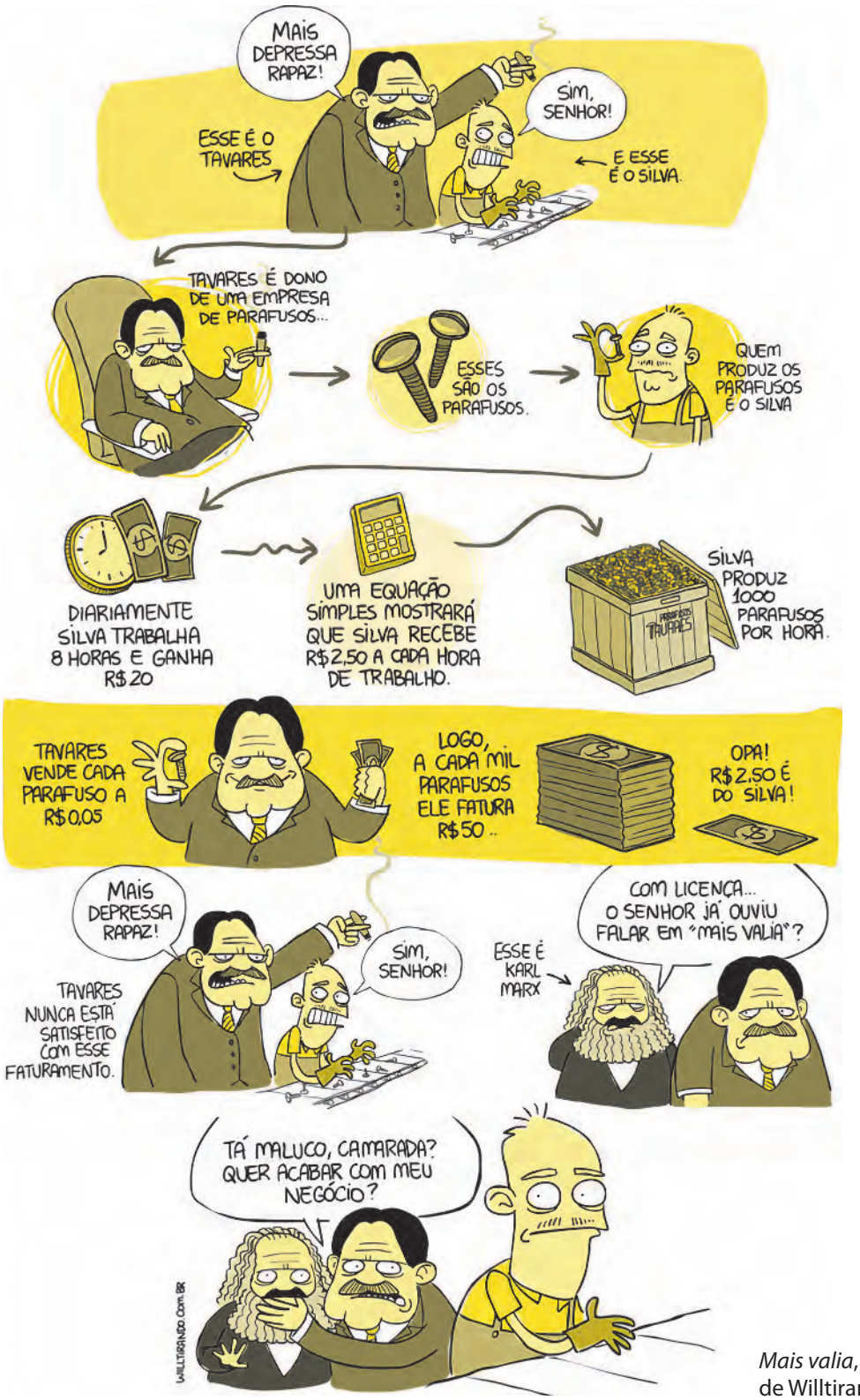
1. Identifique nos gráficos os empregos com projeção de crescimento superior a 2 milhões de vagas e os empregos com projeção de redução superior a 2,5 milhões de vagas em todo o mundo.
2. Segundo os pesquisadores, os jovens têm encontrado dificuldades para atender às mudanças do mercado de trabalho. Quais são os principais fatores responsáveis por essas dificuldades? Que medidas são sugeridas para enfrentar essa situação?
3. Avalie os impactos, para as ocupações dos jovens brasileiros, das projeções realizadas pelo Fórum Econômico Mundial. Em seguida, elabore um texto sobre suas perspectivas de futuro profissional.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **Analise a história em quadrinhos e faça o que se pede.**
   - **a.** Identifique os personagens.
   - **b.** Descreva a relação apresentada na história em quadrinhos tomando como base a teoria de Karl Marx.
   - **c.** Como a teoria marxista explicaria o comportamento do trabalhador representado nos quadrinhos?
   - **d.** Que relação pode ser estabelecida entre o ritmo de trabalho e o ganho do capitalista?



Mais valia, quadrinho de Willtirando, 2013.

© WILL LEITE

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

2. **Analise o excerto a seguir. Depois, responda: é possível afirmar que, para Marx, a mercadoria é uma coisa banal? Explique.**

> À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa **trivial** [...]. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada [...]. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. [...].
>
> MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1, p. 70.

Trivial: banal, comum.

3. **Considerando o que você aprendeu sobre Max Weber, explique a relação entre a ética protestante e o desenvolvimento do capitalismo.**

4. **Analise os textos 1 e 2 e faça o que se pede.**

Texto 1

> Apesar de a gen Z ter uma renda mundial inferior às gerações anteriores, ela construiu uma influência significativa no mercado de moda, especialmente em marcas de luxo e *premium*.[...]
>
> A influência das mídias sociais [...] tem sido um fator crucial para o sucesso das marcas tradicionais entre a geração Z.
>
> MARQUES, Júlia; ESTEVÃO, Ilca Maria. Geração Z e moda: saiba quais são as marcas favoritas dos jovens. **Metrópoles**, 25 jun. 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/ilca-maria-estevao/geracao-z-e-moda-saiba-quais-sao-as-marcas-favoritas-dos-jovens. Acesso em: 2 set. 2024.

Texto 2

> De acordo com uma pesquisa feita [...] [por um *site* de comércio digital] com mais de mil clientes, é necessário saber de cor pelo menos dez músicas de um artista para ostentá-lo em seu peito. Para os fãs de música *pop*, *jazz* e *folk*, a exigência é ainda maior. Para eles, o número de letras decoradas que "permite" o *merchandising* sobe para 13.
>
> COSTA, Danillo. Camisetas de banda: estudo divulga quem compra e como usar as peças. **GQ**, 21 ago. 2021. Disponível em: https://gq.globo.com/Estilo/noticia/2021/08/camisetas-de-banda-estudo-divulga-quem-compra-e-como-usar-pecas.html. Acesso em: 2 set. 2024.

a. Analise os textos com base nas teorias de Thorstein Veblen e Daniel Miller.

b. Reflita sobre os seus hábitos de consumo. Que fatores você considera ao comprar um produto? É possível relacionar essa compra a uma das teorias estudadas?

5. **Você e os colegas vão realizar uma pesquisa de campo para investigar os hábitos de consumo dos moradores de sua comunidade. Para isso, sigam as etapas indicadas.**

- Dividam-se em grupos de, no máximo, cinco pessoas.
- Construam um questionário com o objetivo de investigar os cinco produtos mais consumidos pelas pessoas da comunidade e os fatores que motivam esse consumo.
- Apliquem o questionário e tabulem os dados coletados em um gráfico ou tabela.
- Analisem os dados a fim de identificar padrões entre as respostas.
- Elaborem uma apresentação, em meio físico ou digital, a fim de apresentar os resultados da pesquisa.

6. **(UEM-PR – adaptada)**

Sobre o conceito de coesão social, presente na sociologia de Émile Durkheim, identifique o que for correto.

01. Coesão social define a situação em que as pessoas envolvidas em um determinado sistema social compartilham de sua estrutura e se sentem compelidos a apoiar suas regras.
02. É um conceito sociológico que impede o estudo da interação social.
04. A coesão social oriunda da solidariedade mecânica é típica das sociedades industriais.
08. Segundo Durkheim, a coesão social teria duas fontes principais: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.
16. A coesão social produz a anomia.

A soma dos pontos das alternativas corretas é:

a. 3 **b.** 6 **c.** 9 **d.** 18 **e.** 24

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 8

Formas de organização social do trabalho

Você já imaginou a vida sem trabalho? No atual estágio de desenvolvimento das tecnologias, muitas atividades que antes eram feitas por pessoas podem ser realizadas por robôs (como várias etapas da produção nas montadoras de automóveis) ou se tornaram desnecessárias (como alguns serviços em bancos e supermercados, que passaram a utilizar caixas eletrônicos ou outros equipamentos de autoatendimento).

Isso demonstra que a tecnologia modifica o trabalho, mas não o elimina. Para um robô fazer uma atividade, alguém precisa programá-lo e, dessa forma, usar a própria força de trabalho. O mesmo ocorre quando usamos um caixa eletrônico: afinal, alguém colocou o dinheiro no interior desse dispositivo para que pudéssemos sacá-lo, e nós empregamos nossa força de trabalho para executar operações antes feitas por um trabalhador bancário.

Concebido dessa maneira – como a força empregada na realização de uma atividade –, o trabalho sempre existiu. No entanto, tal como o conhecemos, isto é, associado à venda da força de trabalho para produzir mercadorias, gerar renda para o trabalhador e lucro para o empregador, o trabalho é uma invenção do modo de produção capitalista. A modernidade conferiu a ele características que modificaram não apenas as formas de executá-lo, mas também o *status* a ele atribuído.

Ao longo deste capítulo, vamos discutir a constituição do trabalho como organizador da vida social no sistema capitalista. Com base nessa análise, vamos explorar as diferentes formas de organização social existentes nesse modo de produção.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Profissões envolvidas na produção de um robô

ETHAN MILLER/GETTY IMAGES

Robô preparando bebidas em feira de tecnologia na cidade de Las Vegas, Estados Unidos. Fotografia de 2024. Alguns trabalhos que acreditávamos que não seriam automatizados podem ser exercidos por máquinas hoje.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho como fonte de organização social

Para o filósofo austríaco de origem francesa André Gorz (1923-2007), em sua obra *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*, de 1988, o trabalho é uma invenção da modernidade, isto é, o **trabalho remunerado** – aquele realizado em troca de salário – consolidou-se com o avanço da economia monetária e do capitalismo pós-industrial.

Para realizar essa análise, Gorz valeu-se das discussões feitas pela filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) na obra *A condição humana*, de 1958, em que ela distingue dois modelos de trabalho: *labor* e *work*.

Realizado na Antiguidade, o ***labor*** consistia em um tipo de trabalho voltado à produção de bens, como alimentos, vestimenta e moradia, para suprir necessidades humanas. O *labor* estava restrito à esfera privada, da reprodução e da garantia de sobrevivência. Aqueles que trabalhavam na produção de bens faziam isso para si e para os demais, os quais, sendo cidadãos, exerciam outras atividades, como a política. Para Arendt, na Antiguidade, o *labor* tinha caráter servil, e apenas os indivíduos destituídos de cidadania eram destinados a executá-lo.

Na análise de Arendt, o trabalho só se liberta dessa condição quando se torna produto, ou seja, quando é empregado para produzir objetos materiais que podem ser trocados e, por essa via, gerar algo além da sobrevivência. Denominado ***work*** por Arendt, esse trabalho é o que conhecemos na modernidade. Ele tem por base o uso da força de trabalho humana para a produção, que se tornará objeto ao se concretizar em um produto.

Gorz então considera que, além de se tornar produto, o trabalho na modernidade precisa se justificar: antes restrito àqueles que não tinham cidadania, ele se torna mandatório, pois é por meio dele que ocorre a produção das mercadorias, que, por sua vez, dão origem ao lucro. É preciso, portanto, atribuir ao trabalho conotação positiva.

Por isso, na análise de Gorz, o trabalho na modernidade é remunerado, desenvolvido na esfera pública e reconhecido como útil por todos, tornando-se fator de identidade e reconhecimento social e de socialização. Com base nele, a vida social é organizada, constituindo-se uma **sociedade de trabalhadores**, ou seja, uma sociedade em que o trabalho é fator fundamental de organização, regendo a vida social em todas as suas dimensões.

Saiba mais

Escravidão e acumulação primitiva do capital

No Brasil, entre os séculos XVI e XIX, as pessoas escravizadas trabalhavam de maneira compulsória e não podiam usufruir os bens produzidos por sua força de trabalho. Parte da produção era exportada e parte, vendida no mercado interno. Essa estrutura produtiva está relacionada ao que a teoria marxista denomina **acumulação primitiva do capital**: processo histórico que cria as bases do capitalismo. Isso ocorre porque o desenvolvimento do modo de produção capitalista beneficiou-se diretamente do emprego de trabalho compulsório.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Vendedores de roupas e plantas na cidade de Floriano, no Piauí. Fotografia de 2022. Diante da necessidade de trabalhar, tanto para inserir-se na esfera pública como para garantir a sobrevivência, muitas pessoas buscam formas não reguladas de trabalho, como o de vendedor ambulante.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tempo e lugar na sociedade de trabalhadores

André Gorz procurou enfatizar a importância do trabalho na organização social. Na análise do filósofo, a partir da Revolução Industrial, a vida coletiva passou a se organizar em função do trabalho, a começar pelo tempo.

De acordo com o filósofo austríaco, na sociedade de trabalhadores, o tempo, antes medido pelos fenômenos da natureza – o nascer e o pôr do sol e as estações do ano –, passou a ser mensurado pelos **períodos de trabalho** e pelos **períodos de não trabalho**. O uso da energia elétrica tornou possível o prolongamento das jornadas para o período noturno, e os momentos dedicados ao lazer, ao estudo e à família foram reduzidos ao tempo de não trabalho. Dessa forma, o **tempo de lazer** também se tornou diretamente relacionado ao trabalho, pois corresponde ao momento em que não estamos trabalhando.

O trabalho também configurou os usos das cidades. A atividade antes realizada no interior das casas passou a ter locais específicos – oficinas, lojas ou grandes indústrias – e, para trabalhar, as pessoas começaram a se deslocar de suas casas para esses estabelecimentos. A fim de facilitar e reduzir o tempo de trânsito, muitas fábricas criaram em seu entorno vilas operárias, e os trabalhadores começaram a se estabelecer em bairros ao redor delas.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a Vila Maria Zélia e o bairro de São Miguel Paulista são representativos dessas formas de ocupação do espaço urbano. A Vila Maria Zélia foi inaugurada em 1917 para abrigar os operários da Companhia Nacional de Juta, que produzia tecidos e sacaria de juta para a exportação do café. O bairro de São Miguel Paulista, por sua vez, teve seu crescimento associado à implantação da Companhia Nitro Química Brasileira, em 1937, recebendo muitos trabalhadores, sobretudo migrantes nordestinos em busca de emprego na indústria.

A criação das vilas operárias não ficou restrita aos espaços urbanos. Como forma de estreitar a relação entre as fábricas e os trabalhadores, várias indústrias que se desenvolveram em áreas rurais, como as usinas de cana-de-açúcar ou as indústrias têxteis do interior do estado de Pernambuco, construíram pequenos povoados ao redor das fábricas. A construção desses espaços fortaleceu a classe trabalhadora e possibilitou, para muitos operários, o primeiro contato com a organização de classe.

LEO CALDAS/PULSAR IMAGENS

Casas na Vila Operária de Goiana, conjunto habitacional histórico que se desenvolveu no início do século XX no entorno da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, em Goiana, Pernambuco. Fotografia de 2011. As vilas operárias, além de reduzirem o tempo de deslocamento dos operários, foram importantes espaços de sociabilidade da classe trabalhadora.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estratificação social e identidade na sociedade de trabalhadores

Outro elemento da organização social derivado do trabalho na modernidade é a estratificação social. A divisão em estratos compostos de pessoas que vendem a força de trabalho para viver e de pessoas que compram essa força de trabalho para produzir mercadorias e gerar lucro passou a influenciar as formas de circulação, consumo e locomoção – ações mediadas pela renda obtida do trabalho.

Outro aspecto relevante é a relação entre reconhecimento social e trabalho. Em uma sociedade de trabalhadores, ser um trabalhador confere identidade social à pessoa que trabalha, mesmo que em uma ocupação com baixa remuneração ou pouco prestígio. O fato de trabalhar garante um lugar social por meio do qual é possível socializar, criar laços, interagir e se constituir como sujeito em uma coletividade.

O trabalho reconhecido socialmente e que confere identidade a quem o exerce só existe na modernidade, ou seja, no modo de produção capitalista. Esse reconhecimento favorece a constituição de uma cultura positiva do trabalho, considerado algo que traz benefícios e, por isso, é disputado.

No capitalismo, essa ideia é necessária porque, durante muito tempo, o trabalho foi considerado um fardo por estar associado a seu caráter forçado ou compulsório (a exemplo dos trabalhadores escravizados na Antiguidade e na América portuguesa, a partir do século XVI) ou por não possibilitar a mobilidade social (como ocorria com os servos da Idade Média).

Para se desenvolver, o espírito do capitalismo precisa da ética do trabalho, como demonstrou o sociólogo alemão Max Weber na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de 1904, a qual foi base para a análise desenvolvida por André Gorz sobre o trabalho como fator de reconhecimento social. A ética do trabalho é caracterizada pelo entendimento do trabalho como vocação, como algo que possibilita ao indivíduo ser valorizado e almejar mobilidade social.

No entanto, como o próprio Weber evidencia, a mobilidade social não é tão simples, pois quem está em cima tende a acumular cada vez mais capital, por meio do uso da força de trabalho de quem está embaixo.

Frozen Assets, mural do pintor mexicano Diego Rivera, 1931-1932. Ao representar diversas faces da estratificação na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, a obra provoca uma reflexão sobre as diferenças entre classes sociais.

DIEGO RIVERA © 2024 BANCO DE MÉXICO, FIDUCIARIO EN EL FIDEICOMISO. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK - MUSEUS DIEGO RIVERA E FRIDA KAHLO, CIDADE DO MÉXICO

Enfoque Responda no caderno.

1. Interprete as três faixas de imagens presentes na obra. O que cada uma delas representa?
2. Analise a representação dos trabalhadores: ela atribui reconhecimento social a eles?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Modelos de gestão do trabalho

Na modernidade, o trabalho é a força motriz do modo de produção capitalista, e por meio dele é gerado o lucro dos empregadores. Como você estudou no capítulo 7, em sua obra *O capital: crítica à economia política*, Marx evidenciou o duplo caráter do trabalho.

É trabalho concreto quando seu resultado, o produto, é socialmente útil, como uma calça, que protege contra o frio. No entanto, se essa calça é produzida para ser vendida no mercado, além de seu valor de uso, ela adquiriria valor de troca e o trabalho nela empregado pode ser caracterizado como trabalho abstrato, visto que transformou o objeto na forma mercadoria, que pode ser trocada ou vendida por valor maior do que o pago em sua produção.

No modo de produção capitalista, prevalece o trabalho de caráter abstrato, isto é, o que transforma o objeto em mercadoria. Essa mercadoria não é de propriedade do trabalhador, mas do empregador, que lucra ao vendê-la no mercado. Para garantir o caráter abstrato, foi necessário pensar em maneiras de engajar os trabalhadores nos processos de trabalho, de forma que a quantidade de mercadorias produzidas fosse suficiente para a obtenção de lucro. Foram, então, elaborados modelos de gestão que não se restringiram aos meios pelos quais o trabalho pode ser executado, mas incluíram normas para promover o engajamento do trabalhador no capitalismo.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Segundo Marx, o que diferencia o trabalho concreto do trabalho abstrato? Explique com as suas palavras e, em seguida, exemplifique.
2. Como o taylorismo pode ter impactado a relação entre empregadores e trabalhadores?

Taylorismo

No fim do século XIX, o engenheiro mecânico estadunidense Frederick Winslow Taylor, ao desenvolver suas atividades como gestor de produção em uma fábrica de minério de ferro nos Estados Unidos, observou a forma como os trabalhadores desenvolviam suas atividades. Depois de um estudo sistemático, considerou que seria possível determinar o modo como o trabalho poderia ser exercido, aumentando a produtividade.

Taylor, então, criou um método de gestão conhecido como **administração científica** ou **taylorismo**, no qual o trabalho era planejado por uma gerência científica responsável por definir o modo como a atividade seria executada, incluindo os movimentos que o trabalhador deveria fazer e o tempo a ser gasto na realização da atividade.

BIBLIOTECA ESTADUAL DE NEW SOUTH WALES, AUSTRÁLIA

Trabalhadoras executando tarefas determinadas por gerência científica, em Ashfield, na Austrália. Fotografia de 1936. Na administração científica, todas as tarefas são planejadas pelo gerente, cabendo aos trabalhadores somente executá-las.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A degradação do trabalho

Com o taylorismo – que separa o planejamento da atividade de sua execução –, a produção pôde ocorrer independentemente do saber dos trabalhadores, pois todo o processo era determinado pela gerência. Dessa forma, os empregadores tinham total controle sobre o processo de trabalho, retirando dos trabalhadores a importância do conhecimento específico para a execução da atividade produtiva.

No livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, de 1974, o escritor estadunidense Harry Braverman (1920-1976) afirma que o taylorismo, ao subtrair do trabalho o conhecimento necessário para executá-lo, torna-o uma atividade puramente mecânica, causando sua degradação. Na compreensão de Braverman, a noção de **degradação do trabalho** alude ao processo pelo qual o capitalismo altera a natureza do trabalho, esvaziando-o de sentido, isto é, tornando-o sem importância para quem o executa. Em decorrência da degradação, seria necessário pensar em formas de manter o trabalhador engajado, mesmo que ele não reconhecesse sentido nas atividades que realizava.

Fordismo

Manter o trabalhador engajado era também a preocupação de Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, que, em 1914, planejou um sistema de produção e consumo em grande quantidade para dinamizar o mercado consumidor e, em consequência, promover o engajamento dos trabalhadores.

O **fordismo**, como o sistema ficou conhecido, não é apenas um modelo de gestão do trabalho; ele pode ser considerado também uma forma de regulamentação, pois fortalece as bases para a reprodução do capitalismo, que passa a ser mais do que um modo de acumulação de bens e riquezas, concretizando-se em normas, leis, hábitos e modos de vida.

Ao idealizar esse sistema, Henry Ford aperfeiçoou o taylorismo, introduzindo a **linha de montagem**, um método de produção padronizada na qual os produtos são montados em uma sequência linear de estações de trabalho: cada parte do produto é feita em uma estação, e cada trabalhador fica responsável por apenas uma parcela da mercadoria, o que, por um lado, aumenta a eficiência e reduz os custos, e, por outro, intensifica o processo de desqualificação do trabalho.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Segundo Harry Braverman, o taylorismo causa a degradação do trabalho. Explique os dois conceitos e a relação de causalidade estabelecida pelo autor.**
2. **Imagine que você é um trabalhador em uma fábrica de gestão taylorista. Escreva um texto narrativo em formato de diário, descrevendo seu dia de trabalho e o modo como você se sente ao realizar suas atividades.**

LIBRARY OF CONGRESS/CORBIS/VCG/GETTY IMAGES

Trabalhadores em linha de montagem do modelo fordista em Detroit, nos Estados Unidos. Fotografia da década de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Regulamentação trabalhista

Para que o processo de produção fosse menos penoso, Henry Ford estabeleceu uma jornada de trabalho de oito horas diárias e um valor mínimo de pagamento, um salário com o qual o trabalhador pudesse, conforme a ideia defendida por ele, consumir o que produzia.

A proposta de Henry Ford, no entanto, não era inovadora nem uma benevolência do empresário. Era, antes, resultado de um movimento que se desenvolvia desde o final do século XIX, em que operários e sindicatos organizavam estratégias de pressão por reformas trabalhistas, entre as quais a redução da jornada diária de trabalho ao limite de oito horas. Na época, não havia limite legal para o tempo dedicado diariamente ao trabalho, e a redução da jornada só foi possível em razão da luta dos trabalhadores. A Revolta de Haymarket, ocorrida em 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, por exemplo, originou o Dia do Trabalho.

Pode-se considerar que Henry Ford percebeu nesse movimento uma oportunidade. Ao conceder a redução da jornada e defender o pagamento de um salário ao trabalhador, Ford constituiu um mercado consumidor no qual podia escoar não apenas seu produto, mas também os de todos os demais produtores.

Para atender à demanda, a produção foi caracterizada por sua massificação. A tinta preta, por exemplo, era mais barata e secava mais rápido. Não havia diversificação dos produtos, pois cada peça era padronizada.

Saiba mais

1º de maio

Em homenagem aos trabalhadores que se mobilizaram em Haymarket e como reconhecimento da luta por direitos trabalhistas, no dia 1º de maio celebra-se, contemporaneamente, em diferentes países, o Dia do Trabalho ou Dia do Trabalhador. No Brasil, a data é um feriado nacional, e para muitas organizações de trabalhadores é uma oportunidade de mobilização por direitos trabalhistas.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **O fordismo não apenas inaugurou um modelo de gestão do trabalho, como também colaborou para a difusão de novos modos de vida. Com base nessa afirmação, elabore um parágrafo argumentativo, discutindo a contribuição do fordismo para a consolidação do capitalismo.**
2. **A denominação da celebração do 1º de maio é marcada pela oposição entre as expressões "Dia do Trabalho" e "Dia do Trabalhador". Analise os efeitos de sentido das duas expressões.**

BETTMANN/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura de Thure de Thulstrup representando a Revolta de Haymarket, em Chicago, nos Estados Unidos, 1886.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho e alienação

Na análise sociológica, os princípios que fundamentam os modelos de gestão do trabalho – como a padronização, a especialização, a divisão em etapas e estações, a hierarquia e o controle – impulsionam um processo de alienação.

Nas ciências humanas, dá-se o nome de **alienação** ao processo de perda da posse de algo relacionado à subjetividade – por exemplo, deixar de sentir um afeto ou perder a capacidade de pensar e de refletir sobre algo para produzir uma ideia. Assim, é possível dizer que alguém incapaz de pensar acerca das próprias ações e/ou de si mesmo está alienado.

Afirma-se que o trabalho é alienado quando o trabalhador é privado do conhecimento do produto de seu trabalho. Quando o trabalho é fragmentado na linha de produção, o trabalhador não reconhece que o produto resultante do processo é também resultado de seu trabalho. Consequentemente, desconhece o fato de que tudo o que se vende e que se troca no mercado é produto do trabalho humano.

Mafalda, tirinha de Quino, século XX.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Explique a insatisfação de Mafalda representada na tirinha.**
2. **Identifique na tirinha elementos que podem ser associados aos fenômenos:**
   - **a.** da constituição de um mercado consumidor.
   - **b.** da alienação.

Produção, consumo e crise econômica

Em 1929, o mundo foi surpreendido pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, que levou a uma crise econômica sem precedentes. Muitos negócios faliram, milhares de trabalhadores ficaram desempregados e foi preciso uma iniciativa até então pouco praticada: a união entre Estado e mercado, dois entes que não dialogavam e cuja relação tornou-se basilar para a recuperação econômica.

As ideias do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) foram fundamentais para essa relação. De acordo com o **keynesianismo**, como ficou conhecido o pensamento do economista, os mercados são incapazes de se autorregular e, em períodos de recessão, como o posterior à crise de 1929, o Estado deve intervir a fim de garantir o emprego.

As ideias de Keynes inspiraram um modelo de desenvolvimento econômico e social em que o Estado se torna um agente regulador – responsável por criar leis capazes de incentivar o emprego e garantir o bem-estar dos trabalhadores – e econômico, que gera empregos e produz os bens necessários ao desenvolvimento do país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Keynesianismo e as origens do Estado de bem-estar social

No Brasil, o modelo keynesiano esteve muito presente no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945. Nesse período, foram constituídas as bases para o desenvolvimento econômico – com a criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce – e o desenvolvimento social – por meio da legislação trabalhista de 1940 e, como consequência, da regulamentação, em 1943, da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, que ainda orienta a vida de muitos trabalhadores.

Em muitos países, o keynesianismo inspirou a criação do chamado **Estado de bem-estar social**, no qual uma parcela significativa dos bens sociais, como educação e saúde, é provida diretamente pelo Estado e disponibilizada gratuitamente para a população. Além disso, estabeleceu-se um sistema de proteção social que assegura aos trabalhadores a aposentadoria e a possibilidade de remuneração em caso de acidentes, doenças, invalidez ou mesmo se quiserem ampliar a família. Constituíram-se, dessa forma, os direitos sociais, que são constantes objetos de lutas e disputas.

A **Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)** é um dos símbolos das políticas de bem-estar social implantadas no Brasil. Apesar de nem todos os trabalhadores terem trabalho com carteira assinada, ela continua sendo um símbolo de acesso à cidadania.

O novo papel assumido pelo Estado estimulou o mercado a ampliar os investimentos, a produção e as ofertas de emprego. Esse processo também possibilitou maior engajamento dos trabalhadores na produção, que, embora mantivesse seu caráter desqualificador e alienante, permitia a eles obter renda, participar do mercado consumidor e incluir-se no sistema de proteção social.

No entanto, desde os anos 1970, esse modelo de bem-estar social vem demonstrando sinais de esgotamento, o que ocasionou uma crise no sistema capitalista, com o aumento da produção em massa sem escoamento e da concorrência entre as empresas. A crise, por sua vez, exigiu uma nova forma de regulamentação, a fim de garantir a sobrevivência do modo de produção capitalista.

Saiba mais

A escultura de George Segal

A escultura em bronze *The Depression Breadline* representa os trabalhadores afetados pela quebra da Bolsa de Nova York. Ao lado da escultura, há uma inscrição com os dizeres: "A prova do nosso progresso não é se aumentamos a abundância daqueles que têm muito, mas se providenciamos o suficiente para aqueles que têm muito pouco". A obra está localizada no Memorial Franklin Delano Roosevelt, dedicado ao presidente estadunidense que implantou um plano de recuperação econômica baseado no keynesianismo.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Analise a escultura, descrevendo e interpretando a disposição e a postura dos personagens.
2. Associe os dizeres inscritos ao lado da escultura, que estão traduzidos no boxe *Saiba Mais*, ao keynesianismo.

© THE GEORGE AND HELEN SEGAL FOUNDATION. SEGAL, GEORGE/ AUTVIS, BRASIL, 2024. FOTO: UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGENS

The Depression Breadline, escultura de George Segal, 1991. O título, em inglês, é composto dos termos *depression* ("depressão") e *breadline* ("fila do pão") e faz alusão às filas de recebimento de alimentos gratuitos ou a baixo custo durante a crise de 1929, conhecida como Grande Depressão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Acumulação flexível

Na década de 1980, originou-se outro modelo de produção. Nas palavras do geógrafo britânico David Harvey, no livro *Condição pós-moderna*, essa década pode ser definida como "um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho" que teve por base "a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital". De modo diferente do período fordista, caracterizado por produção e consumo em massa e pelo trabalho regulamentado e estável, a acumulação passou a ser caracterizada pela flexibilidade.

A citação de David Harvey sobre a acumulação flexível foi retirada de: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008. p. 137, 140.

Para a produção, é implementado o processo de fabricação ***just in time***, no qual só se produz o que se vende, com base nas demandas e nos desejos dos consumidores, para garantir personalização e exclusividade. Em vez de estocar produtos, o **toyotismo**, sistema desenvolvido na fábrica japonesa de carros da Toyota na década de 1960, prega a produção industrial sob demanda e a eliminação do desperdício de recursos. Assim, toda a matéria-prima é utilizada e não há excedentes na produção. Além disso, os produtos não seguem um padrão, já que podem ser personalizados (com a escolha, por exemplo, da cor e do estilo).

Há também modificação dos processos: as grandes fábricas com linhas de produção fordistas deram lugar a plantas menores, com **produção descentralizada**, até mesmo fora do país de origem. Além disso, uma parcela da produção foi **automatizada**, o que aumentou consideravelmente o nível de desemprego e obrigou muitos trabalhadores a se readaptarem a empregos de setores em evidência.

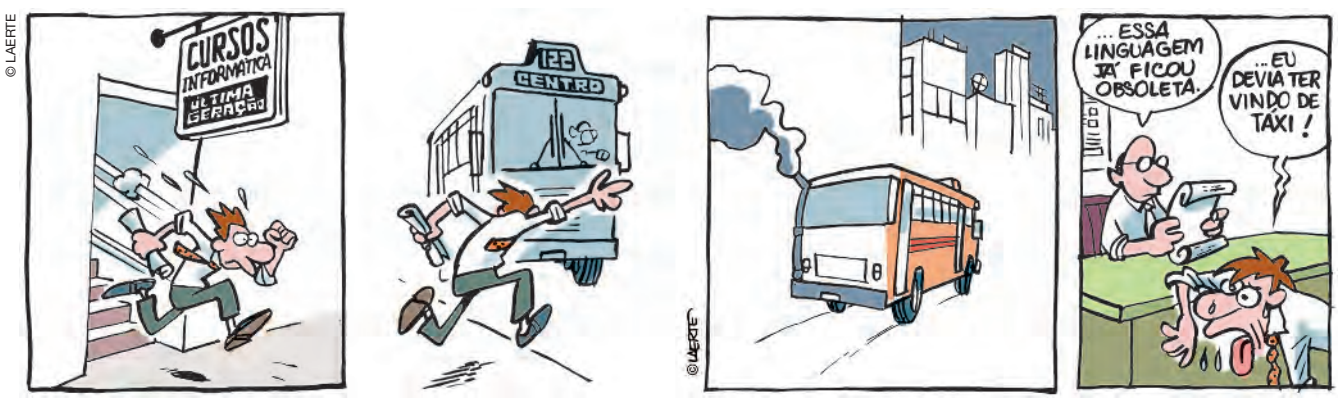
O modelo também alterou o mercado de trabalho. As relações tornaram-se efêmeras e flexíveis, com trabalhadores em permanente busca de adequação em um mercado de trabalho em constante transformação. A qualificação voltou ao centro da produção, com profissionais especializados e polivalentes, capazes de atuar em frentes variadas. As competências socioemocionais também passaram a ser analisadas na contratação dos trabalhadores. A capacidade de liderança e a de trabalhar em equipe e sob pressão tornaram-se requisitos. Processos de **desregulamentação** passaram a ocorrer em vários países, o que possibilitou a terceirização ou a subcontratação da mão de obra, assim como a contratação de trabalhadores em tempo parcial ou por período determinado.

Ao considerar esses elementos, percebemos que o trabalho vem perdendo sua centralidade e sua característica como produtor de reconhecimento e identidade, o que nos leva ao seguinte questionamento: somos ainda uma sociedade de trabalhadores?

Responda no caderno.

Enfoque

1. Interprete a tirinha, relacionando-a ao modelo de acumulação flexível.
2. Em sua opinião, quais ocupações podem desaparecer com o desenvolvimento de tecnologias de produção? Liste três e explique.



Tirinha de Laerte, 2001.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O trabalho na era digital

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 8

Em um sábado à noite, um grupo de amigos se reúne em casa para assistir a um filme, mas não há comidas e bebidas. O que fazem? Pegam o celular e pedem por aplicativo uma refeição no estabelecimento mais próximo. Após vinte minutos, a encomenda chega. O entregador rapidamente finaliza o pedido e pede aos solicitantes que atribuam a ele, também no aplicativo, cinco estrelas na avaliação.

Esse é um retrato do trabalho na contemporaneidade. A automação e a digitalização do trabalho são realidades que suscitam a crescente discussão sobre o trabalho no futuro. O **trabalho mediado por aplicativos** é uma realidade nos países capitalistas. Transporte de passageiros, entrega de alimentos, fármacos e outros produtos, limpeza, reparo e manutenção residencial, aulas particulares, entre outras atividades laborais, são, com a crescente digitalização, cada vez mais, trabalhos mediados por aplicativo.

O avanço da automação sobre o trabalho e a entrada dos processos de digitalização, que unem máquina e trabalhador, podem acarretar ganhos de produtividade e de qualidade de vida e resultar, ao mesmo tempo, no aumento do contingente de trabalhadores submetidos ao **trabalho precário** – com longas jornadas, baixos rendimentos e inexistência de proteção social – e a condições de vida igualmente precárias.

Na década de 2010, a proliferação do trabalho precário foi possibilitada pela flexibilização (desregulamentação) das relações de trabalho, que promoveu a substituição dos vínculos formais pelo trabalho por conta própria e emprego sem registro (informalidade).

Responda no caderno.

Enfoque

1. O que é o trabalho mediado por aplicativos?
2. Como a flexibilização contribuiu para a proliferação do trabalho precário?
3. Que políticas públicas poderiam ser implementadas para melhorar as condições de trabalho por aplicativo?

Saiba mais

Cooperativismo de plataforma

Como alternativa à precarização, têm ganhado relevância as cooperativas de trabalho por aplicativos: plataformas digitais de trabalho controladas pelos próprios trabalhadores ou pelas comunidades locais. As iniciativas existentes possuem variados desenhos institucionais, mas, como características gerais, é possível apontar: propriedade e gestão coletiva, maior seguridade de renda, maior equidade na divisão dos lucros, mais controle das condições de trabalho e participação na definição das regras e estratégias da plataforma.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS

Entregador por aplicativo na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A automação do trabalho

Um dos pilares da acumulação flexível – modo de acumulação de capital vigente a partir da década de 1980 – é a flexibilização dos processos e das relações de trabalho. Ela se fundamenta na automação desses processos por meio da implantação da robotização e da consequente substituição do trabalho humano pelo da máquina.

No livro *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, de 1998, o sociólogo estadunidense Richard Sennett discorre sobre um grupo de padeiros empregados em um estabelecimento da cidade de Boston, Estados Unidos, na década de 1970, evidenciando o caráter humano do trabalho: do fazer o pão e construir, ao mesmo tempo, sua experiência de classe trabalhadora. Ao visitar o local 25 anos depois, ele encontrou uma padaria totalmente diferente, como narra no trecho a seguir.

> Agora os padeiros não têm contato físico com os materiais ou as bisnagas de pão, monitorando todo o processo por ícones em telas que mostram, por exemplo, imagens da cor do pão extraídas de dados sobre a temperatura e tempo de cozimento dos fornos; poucos padeiros veem de fato as bisnagas que fazem. [...] O pão tornou-se uma representação numa tela.
>
> SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 79-80.

De acordo com as observações de Sennett, os padeiros não sabem mais como fazer o pão. O desconhecimento do "como fazer" tornou-se comum em muitos ambientes de trabalho. A automação dos processos de trabalho substituiu o trabalho humano pelo de robôs ou máquinas que são acionados por meio de um simples apertar de botão. Os trabalhadores podem até conhecer os produtos feitos pelas máquinas, mas não sabem explicar como eles de fato foram produzidos.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **O trabalho relatado por Sennett pode ser considerado degradado, conforme a definição de Harry Braverman? Por quê?**
2. **É possível afirmar que o trabalho relatado por Sennett é alienado? Explique sua resposta.**

DANIEL KARMANN/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Pessoa sovando massa de pão, em Dachsbach, na Alemanha. Fotografia de 2019. Na panificação manual, a seleção e a mistura de ingredientes, a sova da massa, a modelagem, a fermentação, o assamento e resfriamento são etapas de execução e coordenação humanas.

ROBYN BECK/AFP/GETTY IMAGES

Robô padeiro, em Las Vegas, Estados Unidos. Fotografia de 2019. Nessa máquina, capaz de produzir diferentes tipos de pão, a participação humana no processo de produção restringe-se ao fornecimento da mistura de ingredientes e à limpeza da máquina após o uso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho imaterial

Além das mudanças relacionadas à automação, na acumulação flexível observou-se o crescimento de uma forma de trabalho que não gera bens materiais, mas intermedeia processos ou produz bens impalpáveis, como os aplicativos de entregas.

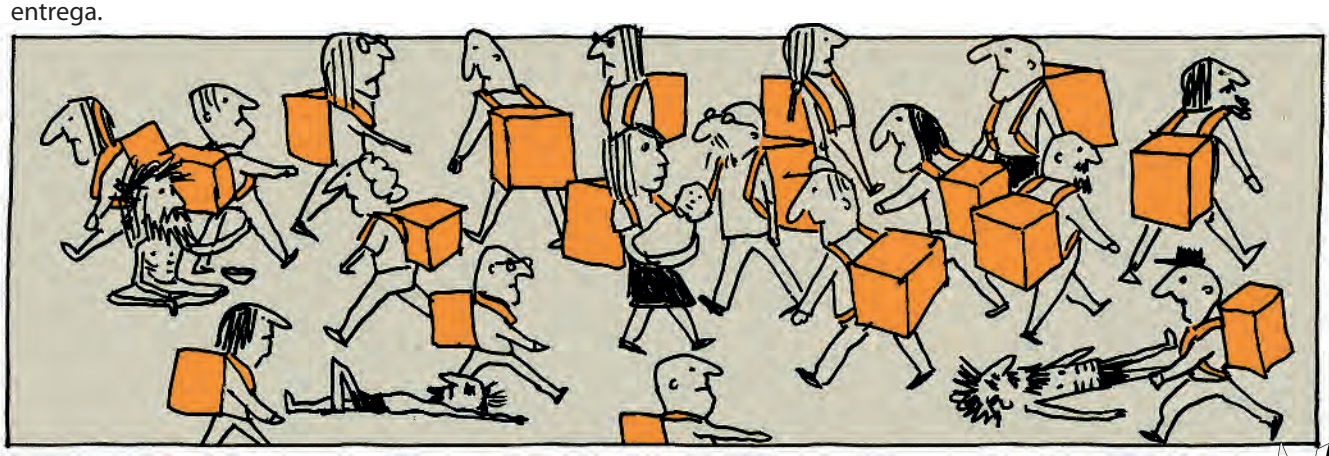
O **trabalho imaterial** é aquele que se desenvolve sem a materialidade da produção, e, por isso, torna-se difícil mensurar seu valor. Quando produzimos uma mercadoria física, conseguimos saber quanto tempo gastamos em sua produção, quanto de matéria-prima utilizamos, qual é o valor da mercadoria e que preço ela poderá ter no mercado. No entanto, se produzimos algo sem materialidade, como sabemos quanto custará? Somente a quantidade de horas de trabalho humano empreendido será suficiente? E o custo das máquinas utilizadas?

Voltemos ao exemplo do aplicativo. Esse aplicativo pode ter sido feito em uma semana, e seu valor pode ter sido mensurado em quarenta horas de trabalho de dez programadores, por exemplo. Porém, em razão da utilidade que ele tem, seu preço de venda no mercado é alto, pois ele facilita a vida das pessoas. Contudo, o aplicativo em si não está à venda. A empresa que o produziu o utiliza para intermediar a relação entre os vendedores, os compradores e os entregadores das refeições. Além de o aplicativo ser um produto imaterial, representa apenas um elemento intermediário das relações entre diversos agentes, sem oferecer nenhum produto palpável.

Substituir o que antes era feito por telefone ou pessoalmente pelo uso de aplicativos tornou-se um dos exemplos mais evidentes da digitalização do trabalho. Vendedores, compradores e entregadores estabelecem toda sua relação por meio de um aplicativo. Se algo der errado nesse processo, não se sabe a quem responsabilizar, pois o aplicativo é apenas um intermediário entre vários agentes de uma relação de compra e venda.

Vamos refletir sobre essa relação por meio de um exemplo: o entregador foi buscar a refeição, mas sofreu um acidente quando estava a caminho da casa do cliente. Ele não conseguirá entregar o pedido, que já foi liberado pelo estabelecimento e pago pelo comprador. Neste caso, o comprador pode solicitar o reembolso do pedido? Já o entregador, que não ganhará pela entrega, pois esta não foi feita, e ainda se envolveu em um acidente, pode pedir ao aplicativo que se responsabilize pelos danos que sofreu, pois está em horário de trabalho? O fato de o aplicativo ser um intermediador de uma relação antes personalizada pode aumentar o que Richard Sennett chamou de **ilegibilidade do trabalho**. O trabalho existe, mas torna-se cada vez mais difícil de ser entendido e identificado como tal.

Além da dificuldade em reconhecer a pessoalidade presente nessas relações, a digitalização do trabalho tem adquirido múltiplas formas e levado milhares de pessoas a condições de trabalho desprovidas de proteção social e sem formalização.



© ANDRÉ DAHMER

Tira mochilas, charge de André Dahmer, 2019. Nessa charge, o cartunista tece uma crítica à precarização do trabalho causada pela proliferação dos aplicativos de entrega.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Economia do compartilhamento

A digitalização do trabalho tornou-se mais comum a partir do início dos anos 2000, com a popularização dos computadores pessoais e dos *smartphones*. Do interior de nossas casas, podemos fazer um conjunto de atividades intermediadas pelo computador ou por celulares sem saber quem está do outro lado da tela.

Nos anos 2010, foram criados diversos aplicativos que facilitaram a vida das pessoas. No entanto, eles impessoalizaram as relações de trabalho e mercantilizaram atividades. A chamada **economia do compartilhamento** foi encorajada com o propósito de promover o compartilhamento de bens materiais que pouco utilizamos e reduzir o consumo e o descarte, estabelecendo uma forma consciente e sustentável de consumir. No entanto, essa conduta abriu as portas para monetizar também o que até então era compartilhado por simples prazer e fruição.

Imagine que um de seus parentes vai todo dia ao trabalho usando um carro próprio e pagando sozinho o combustível. Ao verificar se há colegas que moram no trajeto entre sua casa e o trabalho, encontra duas pessoas e passa a levá-las ao trabalho, dividindo as despesas com o combustível. Além de reduzir custos, esse compartilhamento possibilita um estreitamento de vínculos entre essas pessoas. Essa é uma experiência que concretiza o consumo sustentável e fortalece a construção de valores sociais, como amizade e solidariedade.

Imagine agora que seu parente queira não apenas ter companhia e reduzir custos, mas também ganhar dinheiro nesse percurso. Ele então passa a utilizar um aplicativo de transporte que lhe permite pegar alguns passageiros ao longo do trajeto, recebendo deles um pagamento pelo serviço. Assim, seu parente, ao monetizar algo que era inicialmente uma forma de compartilhar o carro e a companhia, foi além da divisão dos custos, passando a lucrar com as viagens.

O aplicativo é apenas um intermediário entre o passageiro e o motorista, possibilitando que viagens de caronas sejam monetizadas. O mesmo ocorre com o aluguel de casas por temporada, com a contratação de trabalhadores domésticos e até com as experiências de namoro.

Dica

DigiLabour

Disponível em: https://digilabour.com.br/. Acesso em 25 set. 2024.

O DigiLabour é um laboratório de pesquisa cujo objeto é a inserção das tecnologias no trabalho. Entre os seus estudos, estão os que tratam do capitalismo de plataforma e da plataformização do trabalho. No *site*, é possível encontrar referências sobre a digitalização do trabalho em diversos setores. O *site* também disponibiliza entrevistas com os principais pesquisadores do tema no Brasil e em outros países.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Bicicletas para alugar via aplicativo em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2022. O compartilhamento de bicicletas e patinetes tornou-se comum nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e Recife, onde é fácil encontrar postos em que é possível alugar esses veículos por um valor calculado por tempo de uso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O capitalismo de plataforma

Os aplicativos tornaram-se os principais geradores do processo de economia do compartilhamento, constituindo o **capitalismo de plataforma** – regime de acumulação no qual o lucro é obtido por meio de relações de produção e trabalho mediadas pela rede de computadores. Se você analisar o que as principais empresas desse tipo de capitalismo vendem, concluirá que não são entregas, viagens ou mesmo aluguéis de casa. Elas vendem experiências e intermediações sem se responsabilizar diretamente pelo que possa ocorrer aos vendedores e aos consumidores do serviço.

Com o avanço da digitalização e a redução de postos de trabalho, a carona transformou-se em trabalho principal para muitos indivíduos, que se tornaram motoristas de aplicativo em tempo integral. Alguns passaram a fazer entregas com suas motos ou carros, enquanto outros tornaram-se compradores especializados que percorrem supermercados para entregar um pedido conforme solicitação.

Esses trabalhadores não têm contratos de trabalho, mas apenas um aceite de sua documentação, entregue por meio do aplicativo. Os custos – combustível, equipamentos, veículos – são de responsabilidade do trabalhador, o qual recebe uma parcela dos valores que os usuários pagam por entrega ou viagem. O trabalho é avaliado com base no número de estrelas que os consumidores conferem ao trabalhador após o serviço. Se esse número for baixo, a empresa que opera o aplicativo pode suspender o trabalhador ou mesmo cancelar seu registro. O vínculo entre trabalhador e aplicativo ocorre sem que haja responsabilização ou direito trabalhista a cumprir por parte do aplicativo.

O processo de transferência dos riscos e dos custos para trabalhadores sem vínculos, que estão disponíveis, é conhecido como **plataformização do trabalho**. Em constante vigilância, sem direitos nem outras oportunidades de trabalho, uma parte dessas pessoas tem se rendido ao trabalho em plataformas e sentido sua vida se tornar cada vez mais precária. Eles não têm acesso a um salário fixo nem a benefícios, e seus empregos são descartáveis, podendo desaparecer com o simples apertar de um botão.

Dica

GIG: a uberização do trabalho

Direção: Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho. Brasil, 2019. Duração: 60 minutos.

O documentário elabora uma crítica à *Gig Economy*, expressão em inglês para designar o trabalho plataformizado, modalidade de serviço que ficou conhecida no Brasil como *uberização*. No filme, entrevistas com prestadores de serviços despertam a reflexão sobre a precarização e a intensificação da jornada de trabalho, bem como sobre as contradições entre essas condições e o sonho do empreendedorismo e de uma vida profissional "sem patrões".

Classificação indicativa do filme *GIG: a uberização do trabalho*: 12 anos.

© TONI D'AGOSTINHO

Trabalho precarizado, charge de Toni D'Agostinho, 2019.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique a crítica da charge.
2. Você conhece alguém que trabalha por intermédio de plataformas? Descreva o serviço da pessoa conhecida conforme o que ela realiza e o tempo dedicado, avaliando se é ou não um trabalho precário.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tecnologias e novas competências para o trabalho

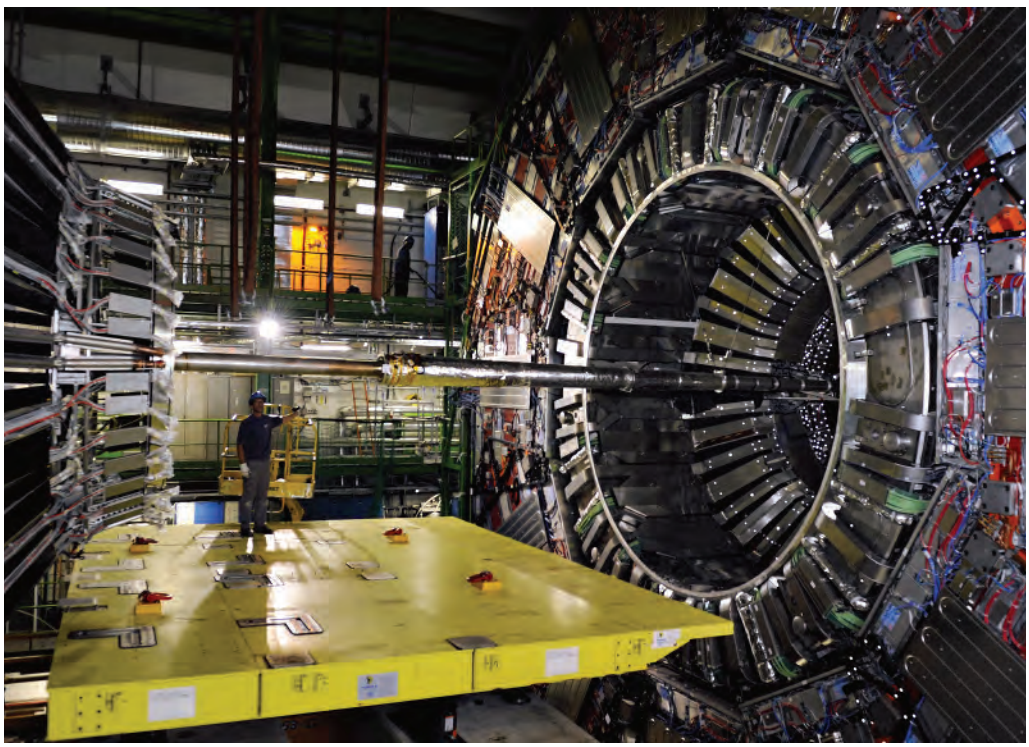
Ao dominar as técnicas de produção, que passaram por mudanças ao longo do tempo, os seres humanos começaram a construir ferramentas e outras tecnologias que os auxiliam na elaboração de bens e serviços. Das primeiras ferramentas, feitas de pedra lascada, chegamos aos computadores superpotentes, como o acelerador de partículas Grande Colisor de Hádrons, que começou a funcionar em 2008. Ele é capaz de simular o fenômeno que deu origem à Terra e possibilitou a identificação da partícula subatômica bóson de Higgs.

As mudanças nas ferramentas de trabalho implicam o aperfeiçoamento das técnicas no manuseio das tecnologias, que tem exigido dos trabalhadores não só o desenvolvimento de habilidades específicas, mas também certas competências para executar a atividade e construir formas de atuação capazes de contribuir para o aumento da produtividade, propiciando melhorias no processo de entrega dos produtos.

Apesar de terem se originado do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias, as novas competências estão fundamentadas sobretudo no tipo de cultura do trabalho desenvolvido após os anos 1980, fortemente alinhado com os valores propagados pela acumulação flexível.

Procure imaginar a situação de uma pessoa comum que, apesar de ter acesso a várias tecnologias necessárias no atual momento da história – despertador do celular para acordar, forno de micro-ondas para aquecer comida e biometria para abrir a porta de sua casa –, tem dificuldade em lidar com o tipo de tecnologia específica empregado em seu trabalho. Em razão disso, ela busca conhecimento em capacitações para conseguir executá-lo. Será que essas capacitações permitem a ela adquirir as competências e as habilidades necessárias para a execução de suas atividades profissionais?

Para responder a essa questão, precisamos recorrer à definição de competência e à relação desse conceito com o discurso desenvolvido no modo de regulamentação da acumulação flexível.



CHRISTOPHE VANDER EECKEN/REPORTERS/SCIENCE PHOTO LIBRARY/FOTOARENA

Colisor de Hádrons, em Meyrin, na Suíça. Fotografia de 2009. No interior do grande acelerador de partículas, construído pelo Conselho Europeu de Pesquisas Nucleares, foi possível identificar o bóson de Higgs.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Habilidades e competências

Quando uma pessoa procura um emprego, precisa descrever no currículo as habilidades ou o conhecimento adquirido. **Habilidade** é a capacidade de dominar ou conhecer o modo de usar determinada técnica e executá-la com destreza. A noção de habilidade, dessa forma, está fortemente assentada em domínio técnico e pode ser adquirida, avaliada ou comprovada por meio de certificados, diplomas e experiências.

Por exemplo, um recrutador pode perguntar a você sobre sua habilidade de elaborar uma base de dados em uma planilha no computador. Ainda que você mostre seu certificado do curso que atesta a aquisição dessa habilidade, ele quer verificá-la na prática. Pede a você, então, que elabore uma base de dados simples em um teste de dez minutos. Passado o teste, você entrega corretamente a base de dados, comprovando sua habilidade.

Conforme as tecnologias avançam, exige-se das pessoas que se adaptem ao novo contexto e desenvolvam as habilidades requeridas. Mesmo pessoas idosas, que no passado utilizavam equipamentos analógicos, hoje se sentem à vontade usando aparelhos celulares de última geração para conversar com a família nos aplicativos de mensagens ou fazer pagamentos em aplicativos bancários.

Como aponta a educadora Silvia Manfredi, diferentemente do conceito de habilidade, a noção de **competência** relaciona-se ao fordismo e é mais complexa e imprecisa. No artigo "Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas", de 1998, Manfredi define competências como capacidades adquiridas para atuar em situações nem sempre previstas que demandam algum aspecto socioemocional, pois envolvem a capacidade de avaliar uma situação e resolvê-la.

Com base nessa definição, é possível dizer que as competências não estão relacionadas às demandas apresentadas para a utilização das tecnologias. Elas têm origem nos tipos de comportamento esperados pelos gestores para a constituição de uma cultura do trabalho que se adapte ao estágio em que se encontra o modo de produção capitalista.

BRENDA SANGI ARRUDA/E+/GETTY IMAGES

Situação de trabalho em empresa no município de Minas Gerais. Fotografia de 2022. Enquanto as habilidades estão ligadas ao domínio de determinadas técnicas, as competências dizem respeito à apresentação de certos comportamentos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Competências e flexibilidade trabalhista

Estar preparado para resolver problemas, ser proativo, trabalhar sob pressão e correr riscos são algumas das competências solicitadas nas vagas de emprego anunciadas em páginas da internet de recrutamento e seleção.

O sociólogo estadunidense Richard Sennett considera que a introdução das competências trouxe um grau de flexibilidade às relações de trabalho que, de certa forma, tende a mascarar sua ilegibilidade, impondo dificuldades ao trabalhador em se reconhecer como parte do processo produtivo – algo inerente ao capitalismo flexível.

Durante o fordismo, a dificuldade do trabalhador era reconhecer-se como produtor da mercadoria, em razão da fragmentação da elaboração do produto na linha de produção. Na acumulação flexível, sistema que sucedeu o fordismo e preza pela eficiência em detrimento da quantidade de etapas no processo produtivo, o trabalhador não entende o que vende ou como suas habilidades são empregadas, pois o mais importante é sua competência para resolver problemas ou adaptar-se a um ambiente em constante mudança. Desse modo, o que ele vende ou produz resulta muito mais dessa competência do que de suas habilidades.

Parte significativa das competências não se aprende na escola. Elas são desenvolvidas ao longo da vida, nos processos de socialização estimulados por certos comportamentos e formas de atuação. Assim, como as competências estão mais relacionadas a aspectos socioemocionais, nem todos as desenvolvem da mesma maneira.

De certa forma, essa situação nos possibilita inferir que as empresas constroem um tipo ideal de trabalhador, que deve ter as habilidades técnicas necessárias para a produção e, principalmente, o comportamento esperado para se adequar às demandas socioemocionais do capitalismo flexível. Então, aqueles que não se encaixam nos valores desse modo de regulamentação tendem a se tornar obsoletos no mercado de trabalho, mesmo que dominem todas as tecnologias e tenham experiência nas áreas específicas em que trabalham.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FG TRADE/ISTOCK/GETTY IMAGES

Jovens realizando trabalho em grupo na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. Saber trabalhar em equipe é uma das competências mais desejadas do mercado de trabalho contemporâneo. Para desenvolvê-la, é preciso adquirir outras, como a necessária à comunicação interpessoal.

Dica

Pra onde vamos – O que são as *mad skills*?

Produção: CBN. Brasil, 2023. 18 minutos.

Nesse episódio de *podcast*, o antropólogo Michel Alcoforado analisa o movimento de adoção de *mad skills*, traduzidas como habilidades "fora de série" (por exemplo, *hobbies* e formas de comportamento nas redes sociais), como critério em contratações trabalhistas.

As tecnologias e o desenvolvimento de competências e habilidades

Você se lembra da afirmação de que uma pessoa com dificuldades para dominar as tecnologias pode, com capacitações específicas, adquirir as habilidades necessárias para exercer sua atividade?

As habilidades podem ser transmitidas em processos educacionais formais ou informais: podem ser assimiladas no cotidiano de trabalho (por meio da explicação de um colega) ou na realização de cursos de qualificação profissional (pelo ensino ministrado por um especialista). Dessa forma, constata-se que o ser humano tem capacidade de aprender a usar as tecnologias conforme elas vão sendo desenvolvidas e disponibilizadas. No entanto, pode ser que apenas uma parcela desenvolva habilidades para manusear determinada tecnologia – em razão de seu alto custo, por ser inacessível ou por não despertar o interesse de todos.

Já as competências são mais difíceis de serem aprendidas. Quando pensamos no desenvolvimento de tecnologias e nas habilidades necessárias para utilizá-las, percebemos que, com base em nossas discussões, a relação entre tecnologia e competências não faz muito sentido. As competências socioemocionais independem das tecnologias e residem no âmbito das relações interpessoais. Aprender a utilizar *e-mails* para transmitir informações é uma habilidade. A forma como me comunico nesse tipo de mensagem é uma competência. Posso melhorar minha forma de comunicação com um curso específico, mas, provavelmente, ela estará associada à maneira como encaro determinadas situações, a meu comportamento e ao modo de me relacionar com as pessoas.

Assim, conforme as tecnologias se desenvolvem, os comportamentos se modificam, pois também ocorrem mudanças na maneira como nos relacionamos. Por exemplo: hoje, nos comunicamos mais por mensagens em aplicativos do que por telefonemas. No entanto, isso não representa um fator determinante na aquisição de competências, pois para o uso de determinadas tecnologias não é fundamental que as competências existam ou sejam desenvolvidas.

Portanto, ao tratar de competências no mundo contemporâneo, discutimos os modelos de gestão e o comportamento esperado pelos empregadores para o desenvolvimento das atividades. No fim do século XIX, ao desenvolver um modelo de gestão de trabalho em que os trabalhadores executavam o que era demandado, Frederick Taylor identificou a necessidade de mudar o comportamento dos trabalhadores durante a atividade. Passados mais de cem anos de criação do taylorismo, a ideia de que são necessários certos comportamentos para o exercício do trabalho continua presente, embora apareça com novas roupagens e adequada às demandas da acumulação flexível.

Tirinha de André Dahmer, 2014. Apesar do avanço da tecnologia, que possibilita a muitos trabalhadores exercer suas atividades remotamente, em alguns casos a gestão do trabalho ainda exige a execução presencial, o que é considerado uma forma de controle.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desregulação do trabalho

O trabalho é elemento organizador da nossa vida social. Com base nele, dividimos nosso tempo diário, nos relacionamos com outras pessoas e construímos nossa identidade social. Por meio do trabalho, obtemos os recursos necessários para sobrevivência, seja pela transformação direta da natureza – quando plantamos e colhemos –, seja vendendo nossa força de trabalho para quem nos paga pelo exercício de uma atividade.

A comercialização da força de trabalho pode ser feita de maneira indiscriminada ou estar submetida a um conjunto de regras e normas que, somado a suas formas de aplicação, recebe o nome de **regulação do trabalho**. Podemos considerar parte da regulação do trabalho a legislação que estabelece limites para a jornada semanal de trabalho, determina o piso salarial das categorias e possibilita aos trabalhadores usufruir o descanso semanal remunerado.

A regulação do trabalho, no entanto, nem sempre existiu. Quando o modo de produção capitalista deu seus primeiros passos, a compra, a venda e o uso da força de trabalho eram realizados sem nenhum limite, com jornadas diárias que chegavam a dezesseis horas, jornadas semanais que extrapolavam as setenta horas e a exploração do trabalho de crianças.

Com o tempo, os trabalhadores se organizaram para lutar por uma divisão mais equilibrada entre os períodos de trabalho, de descanso e de lazer ou estudo, além de um salário que proporcionasse condições de vida dignas e possibilitasse aos filhos estudar antes de ingressar no mercado de trabalho.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Trabalho digno

Em meio ao processo de organização da classe trabalhadora, ocorreram as duas grandes guerras mundiais e, no período entreguerras, a crise de 1929. Esses eventos impuseram a necessidade de o Estado intervir no mercado como investidor e regulador. Nesse contexto, a regulação do trabalho ganhou força e, paulatinamente, com as regras próprias dos processos laborais, foi estabelecido um conjunto de direitos para os trabalhadores, como o acesso à aposentadoria e a licença remunerada em caso de doença, maternidade ou paternidade.

No Brasil, o marco legal da regulação do trabalho é o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas. A Consolidação das Leis do Trabalho estabeleceu regras para a compra e a venda da força de trabalho, com a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social, e atribuiu direitos às pessoas que têm carteira assinada.

Mas o que é ter carteira assinada e o que isso representa no acesso à regulação do trabalho? Com essa pergunta em mente, vamos discutir as noções de formalidade e informalidade e as mudanças produzidas na regulação do trabalho levando em conta as transformações originadas nas formas de exercê-lo.

ANDRE MELO ANDRADE/IMMAGINI/FOLHAPRESS

Demonstração de carteira de trabalho na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formalidade e informalidade

No Brasil, há dois tipos principais de trabalhador: o que tem carteira assinada e o que não tem carteira assinada. O que isso significa? Os trabalhadores com carteira assinada são aqueles cujos empregadores regularizam a relação de compra e venda da força de trabalho em órgãos governamentais, como a previdência social. Por meio dessa regularização, assegura-se o cumprimento da legislação na relação de trabalho.

Por exemplo, um trabalhador contratado **com carteira assinada** deve ter cumprida a jornada de trabalho estabelecida em lei, garantido o pagamento igual ou superior ao piso salarial da categoria e assegurada a contribuição, própria e do empregador, para a previdência social para ter direito à aposentadoria, assim como a licenças remuneradas de trabalho em razão de doença, acidente ou parentalidade. Já o trabalhador **sem carteira assinada** pode não ter respeitadas as regras de compra e venda da força de trabalho e não usufruir a proteção social que a relação regulamentada proporciona. Essas distintas situações de trabalho, regulado ou não, configuram o que se denomina, respectivamente, **formalidade** e **informalidade**.

A noção de informalidade foi utilizada inicialmente nos anos 1970, em estudo sobre emprego e renda conduzido pela Organização Internacional do Trabalho, no Quênia. Nesse estudo, as noções de formalidade e informalidade estavam relacionadas ao entendimento da diferença entre legalidade e ilegalidade das atividades de trabalho, que podiam ser realizadas fora da relação de assalariamento – ou seja, com renda estabelecida e regulada pela lei federal – e sem proteção social. Essa definição foi objeto de diversas discussões, e, com base nas mudanças originadas no mundo do trabalho pela acumulação flexível, que acarretaram o aumento do desemprego e a reestruturação dos mercados de trabalho, outras definições de formalidade e informalidade foram elaboradas. Entre elas, destacou-se a identificação da informalidade na ausência de vínculo legal de trabalho entre empregador e empregado e, em razão disso, na não inclusão do trabalhador nos mecanismos legais de proteção social.

Podemos afirmar que, no Brasil, a informalidade é uma regra. O sociólogo brasileiro Adalberto Cardoso, em estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro feito entre as décadas de 1970 e 2010, constatou que a presença de trabalhadores informais é comum no Brasil, constituindo um mecanismo útil para a existência do mercado formal de trabalho e para o estabelecimento de formas de regulação capazes de facilitar em algum nível a exploração do trabalhador pelos empregadores.

© GILMAR

O trabalho informal, charge de Gilmar, 2018.

Responda no caderno.

Enfoque

1. De que modo o trabalhador é representado na charge?
2. Relacione a charge ao trabalho informal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capitalismo e informalidade

A larga presença da informalidade pode ser associada à noção de **exército industrial de reserva** – expressão utilizada por Karl Marx, em *O capital: crítica da economia política*, para se referir ao conjunto de trabalhadores desempregados. Segundo Marx, a existência desse contingente está ligada ao funcionamento do modo de produção capitalista, pois, quando os capitalistas investem mais em meios de produção para acelerar o processo produtivo e poder concorrer no mercado, acabam deixando de investir em mão de obra, o que aumenta o número de desempregados. Estes, por sua vez, compõem uma população relativa excedente que, ao estar disponível para qualquer ocupação, funciona como elemento de diminuição do valor do salário. Assim, quanto mais desempregados houver, mais mão de obra disponível estará no mercado, e, assim, o capitalista poderá pagar menos por certas ocupações, uma vez que o desempregado preferirá receber menos a não ter trabalho algum.

A discussão também remete às **zonas de mercado** concebidas pelo geógrafo britânico David Harvey, que identifica uma divisão no mercado de trabalho composta de uma zona central, com poucos trabalhadores inseridos na regulação do trabalho (proteção social) e cuja qualificação é alta, e duas zonas periféricas: uma com trabalhadores que têm experiências inconstantes de trabalhos regulados e cujo tipo de qualificação está disponível no mercado, e outra com trabalhadores cuja qualificação é baixa ou nenhuma, tendo como destino a informalidade ou mesmo a não participação na força de trabalho.

Os conceitos de Marx e Harvey evidenciam que a existência de um conjunto de trabalhadores que não acessam a zona regulada de trabalho, estando constantemente desempregados ou exercendo atividades informais. Esses trabalhadores não representariam um problema para o capitalismo, pois são importantes para limitar a ampliação de benefícios e os ganhos dos demais. Assim, na análise de muitos sociólogos, a informalidade não é uma consequência da falta de emprego regulado, mas uma criação dos capitalistas para reduzir o impacto da regulação do trabalho em suas relações com os trabalhadores.

Os empregadores têm interesse em reduzir os impactos da regulação do trabalho porque esta requer deles compromissos como o respeito à jornada definida em lei e a proibição do uso da força de trabalho de forma ininterrupta. Ela também estabelece que o empregador deve dar sua contribuição financeira para a previdência social e pagar os trabalhadores conforme as regras estabelecidas em processos de negociação entre empregadores e empregados, geralmente intermediadas por sindicatos. A regulação do trabalho é, portanto, um sistema de freios e contrapesos para a exploração do trabalho, e, se existem formas de reduzir esses freios, os empregadores possivelmente vão buscá-las.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS

Mutirão do emprego promovido pelo Sindicato dos Comerciários na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. As pessoas nas filas em busca de vagas de emprego, comuns nas grandes cidades, representam o exército industrial de reserva caracterizado por Marx.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desregulação do trabalho

Os processos de mudança na legislação trabalhista têm origens variadas. Diferentes instituições e setores têm debatido a necessidade de adequar a regulação do trabalho às novas formas de exercício das atividades laborais. No Brasil, tanto a busca constante pela redução da regulação do trabalho quanto os limites impostos à exploração têm resultado em frequente discussão sobre a legislação trabalhista. Em 2017, foi promulgada a Lei nº 13.467, conhecida como **Reforma Trabalhista**, que estabeleceu alterações na CLT.

Um dos pontos discutidos é a **regulação do teletrabalho** – ou trabalho remoto –, cuja prática foi ampliada durante a pandemia de covid-19. Antes, o teletrabalho já era utilizado para atividades que não exigiam a presença física dos funcionários. Por exemplo, um programador cuja função é elaborar um *software* precisa de um computador potente, uma mesa e uma cadeira. Desde que tenha esses equipamentos, ele pode exercer seu trabalho de qualquer lugar. Com as tecnologias de informação e comunicação, muitas atividades passaram a ser feitas de casa. Assim, o trabalhador não precisa se deslocar, podendo determinar o próprio período de trabalho e de não trabalho e passar mais tempo com a família. Esses são alguns dos aspectos positivos atribuídos ao teletrabalho que, nas discussões sobre as novas modalidades do exercício laboral, são usados como argumento em sua defesa e em apoio a uma regulação do trabalho mais flexível.

© GENILDO

Charge de Genildo, 2020.

A flexibilidade, no entanto, não é utilizada apenas para melhorar a vida do trabalhador. Ela também tem a finalidade de promover ganhos para os empregadores. Se o trabalhador não se desloca para o local de trabalho, não há necessidade de lhe pagar o transporte. Se ele pode definir o próprio período de trabalho, não há motivos para estipular jornada de trabalho fixa. Estando em casa, é possível utilizar os próprios equipamentos. Isso desobriga o empregador de financiar o transporte e os meios de trabalho.

Considerando esses fatores, foram estabelecidas em 2011 novas formas de regular o teletrabalho no Brasil, com a promulgação da Lei nº 12.551, que instituiu a simetria entre a regulação do trabalho presencial e a do trabalho a distância. Essas regras, no entanto, foram flexibilizadas pela Reforma Trabalhista, que determinou que os trabalhadores em regime de *home office* não estão submetidos a controle de jornada de trabalho e, portanto, não têm direito a receber horas extras, caso a jornada diária exceda à convencional. Além disso, o empregador não é obrigado a fornecer ao empregado os equipamentos que serão utilizados. Essas situações devem ser discutidas e definidas no contrato de trabalho. Os precedentes trazidos pela flexibilização foram então ratificados pela nova legislação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outra mudança promovida pela Reforma Trabalhista foi a terceirização irrestrita, que abriu possibilidades para a contratação de trabalhadores em **regime de pessoa jurídica**.

Terceirização é o nome dado à contratação de uma empresa para prestar serviços a outra empresa, ou seja, esta passa uma atividade sua para um terceiro realizar. Um exemplo bastante comum é a contratação de equipes de limpeza pelas empresas. Na escola em que você estuda, por exemplo, pode haver uma equipe de limpeza que não é formada por funcionários da escola, mas por trabalhadores de uma empresa contratada pela escola.

Essa prática é comum no Brasil desde a década de 1960. No entanto, até 2017, só era possível terceirizar as **atividades-meio**, não relacionadas à atividade-fim da empresa. A escola, por exemplo, podia terceirizar os serviços de limpeza, mas não os serviços educacionais: todos os professores deviam ser funcionários da escola; já a equipe de limpeza podia ser formada por trabalhadores terceirizados, pois suas atividades são meio para que a atividade principal funcione. A Reforma Trabalhista permitiu a terceirização das **atividades-fins**, tornando possível, por exemplo, que escolas contratem professores de maneira terceirizada.

A aprovação da terceirização irrestrita possibilitou às empresas contratar outras empresas para fazer os serviços essenciais, abrindo uma brecha para a ampliação da precarização do trabalho: a contratação de trabalhadores por meio de empresas terceirizadas, sejam micro, médias, grandes ou mesmo microempreendedores individuais.

Uma empresa de *softwares*, por exemplo, pode contratar desenvolvedores sem empregá-los diretamente, como pessoas jurídicas. Com o discurso de ser o próprio empregador e fazer as próprias regras, a figura do trabalhador que abre sua empresa para prestar serviços foi promovida com a aprovação da reforma. Como qualquer empresa, os trabalhadores terceirizados precisam arcar com os custos de alimentação, transporte, equipamentos, e de sua seguridade social – coleta de impostos para previdência social, por exemplo. Além disso, como empresários, a eles não cabem direitos que os trabalhadores formais que participam da regulação social têm, como estabelecimento de jornada, piso salarial, licença-saúde e maternidade.

Poderia ser um cenário interessante, que fomentasse o empreendedorismo e estimulasse a economia, mas o que se percebe é o aprofundamento da precarização do trabalho.

Apesar de serem donos dos seus negócios, esses trabalhadores estão submetidos à subordinação do trabalho, pois continuam a cumprir horários preestabelecidos por contratantes, trabalhar em locais determinados e, muitas vezes, prestar serviços com exclusividade a determinada empresa. Caracteriza-se, portanto, uma relação formal de trabalho, sem os direitos que ela efetivamente promove.

Diante desse cenário, fica a pergunta: considerando que o trabalhador precisa do emprego, qual é a chance de ele rejeitar as regras do empregador, mesmo que o levem a arcar com os custos da realização do próprio trabalho?

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Trabalhador responsável pela limpeza dos leitos hospitalares no Hospital Estadual Leonardo da Vinci, em Fortaleza, Ceará. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho por aplicativo: da precarização à organização

Recorrer à tecnologia é cada vez mais comum na sociedade capitalista contemporânea. Usamos aplicativos para pedir refeições, chamar um táxi ou nos comunicar com os amigos. Utilizamos as redes de computadores para realizar nosso trabalho, e o emprego mediado por plataformas é uma realidade cada vez mais presente. Ao mesmo tempo que a digitalização do trabalho facilita a vida de muitas pessoas, contribui para ampliar a flexibilização e a precarização do trabalho. Ambas são permeadas pela ideologia neoliberal, conforme apontam os professores Vitor Filgueiras e Sávio Cavalcante no artigo "O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora". No texto, os autores reforçam o fato de que a disseminação do pensamento neoliberal tem levado a uma dificuldade no reconhecimento dos trabalhadores como tais.

> [...] Desde as últimas décadas do século XX, houve um fortalecimento internacional do que Dardot e Laval [...] chamaram de "a nova razão do mundo", isto é, o poder do neoliberalismo, que não se restringe à sua capacidade de realizar mudanças legais. Desde o início, ele pretende fomentar uma nova racionalidade com o objetivo de fazer com que todos pensem e ajam como se fossem empresas. [...]
>
> [...]
>
> O novo adeus à classe trabalhadora também tem repercutido entre os próprios trabalhadores. Para eles, tem sido mais difícil construir identidades e se engajar em ações coletivas para confrontar um adversário fluido ou não identificado. O efeito ideológico é tão forte que muitas vezes os trabalhadores nem sequer se reconhecem como parte do processo produtivo do seu contratante e incorporam, por uma opção mediada desde o início pela coerção da sobrevivência, a figura do autônomo ou empreendedor.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Princípios**, São Paulo, v. 39, n. 159, p. 34-35, jul./out. 2020.

No entanto, desde 2020, os trabalhadores que desenvolvem suas atividades por meio das plataformas digitais no Brasil têm se organizado em um movimento identificado como de reconhecimento e luta por dignidade no trabalho, diante da crescente precarização, escancarada no período mais crítico da pandemia de covid-19. Esse processo tem gerado discussões sobre a construção de uma regulação para o trabalho via aplicativos. Em diversos países, decisões favoráveis ao reconhecimento dos vínculos de trabalho e do acesso aos direitos dele derivados têm sido concedidas aos trabalhadores, trazendo desafios para as plataformas digitais. Apesar desse avanço, parte dos trabalhadores por aplicativos recusam a organização sindical, como mostra o sociólogo Ricardo Antunes:

> Existe uma recusa muito forte aos sindicatos por parte de amplos setores da categoria, porque o ideário neoliberal ensina, desde meados do século passado, que o sindicato é inimigo da classe trabalhadora e que, portanto, o sindicato só atrapalha. Muitos dos trabalhadores mais jovens hoje estão imbuídos dessa concepção antissindical, mas eles percebem na luta que individualmente não são nada; coletivamente eles têm força.

IHU; BALEIA COMUNICAÇÃO. PL dos Aplicativos: urge evitar a iminente derrota cabal dos/as trabalhadores/as. Entrevista especial com Ricardo Antunes. **Instituto Humanitas Unisinos**, 21 mar. 2024. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/637654-pl-dos-aplicativos-urge-evitar-a-iminente-derrota-cabal-dos-as-trabalhadores-as-entrevista-especial-com-ricardo-antunes. Acesso em: 5 set. 2024.

Dessa forma, é possível afirmar que o mesmo pensamento neoliberal que contribui para a desagregação da classe trabalhadora auxilia em seu reconhecimento e reorganização.

Atividades

Responda no caderno.

ODS 8

1. **Com base nas discussões levantadas nessa seção, é possível afirmar que o trabalho ainda é fonte de reconhecimento?**
2. **Elabore um texto argumentativo sobre a contribuição dos efeitos da flexibilização e da precarização do trabalho no movimento de organização dos trabalhadores por aplicativo.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Superior tecnológico em gestão de recursos humanos

A economia contemporânea favorece as mais variadas atividades. No Brasil, a legislação prevê desde a existência de pequenas empresas, compostas de um empreendedor individual (uma forma simplificada de formalização para pequenos empresários que permite a trabalhadores autônomos e informais tornar-se empreendedores legalizados) até empresas de grande porte, com alto volume de funcionários. Nelas, há um grupo de pessoas contratadas que se dedica à realização do trabalho, empregando seus conhecimentos, exercendo seus talentos e habilidades para que a empresa se desenvolva, isto é, compondo aquilo que alguns setores econômicos entendem por capital humano.

A gestão do capital humano de uma empresa envolve processos que se estendem do recrutamento, seleção, definição de salários e benefícios até o treinamento e a motivação dos profissionais contratados. É nesse campo que atua a **pessoa gestora de recursos humanos**. Ela se dedica à administração das rotinas relacionadas à manutenção do bem-estar dos trabalhadores, garantindo que estejam motivados e integrados à cultura da organização. Além de estarem envolvidos com aspectos burocráticos, como a elaboração da folha de pagamento e a gestão de benefícios, os profissionais de recursos humanos podem atuar no treinamento de funcionários e na criação de medidas que assegurem a qualidade de vida no trabalho. Contemporaneamente, a preocupação com a diversidade nas empresas abriu mais um campo para esses profissionais: a elaboração e a implementação de programas de inclusão. Outra atuação dessa categoria profissional pode ser a assessoria direta a trabalhadores, para que ampliem sua empregabilidade e desenvolvam sua carreira.

O **curso superior tecnológico em gestão de recursos humanos** aborda conhecimentos de administração, *marketing*, gestão de projetos, finanças e também questões trabalhistas e sindicais. Na pesquisa *O cenário do RH no Brasil*, realizada em 2023 pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, verificou-se a tendência de automação de parte de tarefas burocráticas, como a elaboração da folha de pagamento, indicando que o profissional dessa área deve buscar se aperfeiçoar em atividades voltadas ao desenvolvimento de lideranças e estabelecimento de uma cultura organizacional para se destacar no mercado de trabalho.

As informações sobre automação das tarefas de trabalho de recursos humanos foram retiradas de: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS; UMANNI. **O cenário do RH no Brasil 2023**. 3. ed. [*s. l.*]: ABRH: Umanni, 2023.

FG TRADE/ISTOCK/GETTY IMAGES

Conferência em empresa na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2024. Por meio da organização de conferências, o profissional de gestão de recursos humanos pode promover o desenvolvimento de lideranças.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **A gravura a seguir representa um grupo de mulheres na Grécia antiga exercendo atividades domésticas diversas, incluindo cuidar das crianças, lavar roupas e costurar. Considerando as discussões propostas por Hannah Arendt a respeito do trabalho, o que se pode interpretar dessa gravura?**

LOOK AND LEARN - COLEÇÃO PARTICULAR

Xilogravura colorida à mão de uma ilustração do século XIX.

2. **O filme *Tempos modernos* (1936), de Charles Chaplin, faz uma crítica a determinado modelo de gestão do trabalho. Analise a cena reproduzida a seguir e identifique o modelo representado e os elementos que o caracterizam.**

CHAPLIN/UNITED ARTISTS/KOBAL/REX/SHUTTERSTOCK

Cena do filme *Tempos modernos,* de Charles Chaplin, 1936.

3. **Analise as afirmativas sobre as transformações sociais relacionadas ao trabalho e identifique a alternativa correta.**

I. A forma de a sociedade organizar o tempo é alterada com a introdução do trabalho como organizador da vida social, que faz a passagem do tempo ser marcada pela sucessão dos períodos de trabalho e de não trabalho, e não mais pelos ciclos da natureza (nascer e pôr do sol e estações do ano).

II. Embora o trabalho tenha modificado a estrutura das relações sociais, o mesmo não ocorreu com a configuração espacial das cidades.

III. Na sociedade moderna, trabalho e renda não se confundem com o reconhecimento e a identificação dos sujeitos, pois a sociedade não faz distinção entre os trabalhadores com baixa e alta remuneração.

IV. Bairros operários são espaços urbanos construídos nos arredores de indústrias para reduzir o tempo de deslocamento dos trabalhadores nas cidades.

a. As afirmativas I, II e III estão corretas.

b. As afirmativas I e III estão corretas.

c. As afirmativas III e IV estão corretas.

d. As afirmativas I e IV estão corretas.

e. As afirmativas II e III estão corretas.

4. **Explique a diferença entre a ideia de habilidade e a noção de competência.**

5. **A acumulação flexível, segundo o geógrafo David Harvey, cria as chamadas zonas de mercado. Com base no que você estudou neste capítulo sobre o assunto, defina o conceito de zonas de mercado.**

6. **Com base nos dois textos a seguir, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre a relação entre tecnologia, flexibilização e controle do trabalho.**

TEXTO 1

> [A doutora em Ciências Sociais Ludmila] Abílio apresenta como a relação de trabalho das revendedoras [de uma grande empresa de cosméticos brasileira] está organizada pela dispersão, "pela ausência de formas de trabalho, pela ausência de locais de trabalho" [...], sem, contudo, deixar de estar controlada. De acordo com a autora, "a forma indefinida, flexível e adaptável que parece costurada pela marca" [...] também é amarrada pela rigidez de boletos de pagamento, cotas de vendas, juros, [...] "entre outros modos de controle menos reconhecíveis." [...]
>
> SANTOS, Silvio Matheus Alves. Um milhão de revendedoras de cosméticos: aspectos de um trabalho amórfico e o novo panorama do mundo do trabalho. **Mediações**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 415, 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TEXTO 2

Na [empresa de cosméticos], a digitalização dos processos de vendas ao consumidor, que começou há 10 anos com a ajuda [de uma empresa de consultoria], levou a um salto de produtividade. Segundo a [empresa de cosméticos], as consultoras que utilizam ferramentas digitais, [...] redes sociais e a própria plataforma da empresa, têm produtividade 35% maior do que quando usavam os antigos catálogos de produtos. Hoje, 78% utilizam a plataforma digital da companhia como canal de comunicação e vendas. Essa transformação digital, portanto, nem sempre envolve ferramentas complexas.

Nesse caso, a plataforma reúne as principais promoções e lançamentos e permite atualizações constantes, substituindo as revistinhas e as compras apenas presenciais. As consultoras também têm acesso a uma biblioteca de imagens e vídeos para compartilhar em suas redes de divulgação, além de um catálogo de vendas digital que permite que as compras sejam feitas pelo *site* da [empresa de cosméticos] e vinculadas ao perfil da consultora [...].

ALMEIDA, Fernanda de. Digitalização faz empresas driblarem baixa produtividade. **Forbes**. 25 abr. 2023. Disponível em: https://forbes.com.br/carreira/2023/04/digitalizacao-leva-empresas-a-driblar-baixa-produtividade/. Acesso em: 5 set. 2024.

7. Analise os dois textos a seguir e identifique os elementos por meio dos quais é possível conceituar o trabalho por aplicativos como trabalho precário.

TEXTO 1

"Há uma dicotomia de o trabalho de aplicativo ter face arcaica e moderna ao mesmo tempo. A moderna está no fato de trabalharem com altíssima tecnologia, e a face arcaica é depender de trabalho desregulado, desprotegido, que gera renda baixa e volátil", diz [o economista Leonardo] Rangel, que é um dos autores do estudo que apontou que apenas um a cada quatro entregadores e motoristas autônomos paga contribuição ao INSS no Brasil.

ALEGRETTI, Laís. Motorista e entregador: como são as regras para trabalhadores de app em outros países. **BBC Brasil**, 2 out. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg0pr7l0ljo. Acesso em: 5 set. 2024.

TEXTO 2

O ganho médio por hora de motoboys que trabalham com entrega por aplicativo (R$ 8,70) representa 73% da remuneração por hora daqueles que não trabalham para plataforma (R$ 11,90).

[...] a média de horas trabalhadas por semana é maior para o motoboy que trabalha para aplicativo (47,6 horas) do que para os demais (42,8 horas).

No entanto, mesmo com jornadas mais extensas, o ganho médio no fim do mês é menor para os que trabalham para plataformas (R$ 1.784) do que para os motoboys fora dos aplicativos (R$ 2.210).

ALEGRETTI, Laís. Trabalhar para app rende menos por hora a motorista e entregadores; veja salários. **BBC Brasil**, 25 out. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84535d7v7xo. Acesso em: 5 set. 2024.

8. Você vai fazer uma pesquisa sobre as condições de trabalho da população do município em que mora. Para isso, siga os procedimentos indicados.

- Escolha um bairro ou parte de um bairro do município e pesquise as ocupações das pessoas residentes nesse local. Se possível, converse com pelo menos vinte pessoas para saber o que elas fazem.
- Liste as ocupações e busque informações que possam indicar se elas podem ser classificadas como formais ou informais.
- Produza um quadro com essas ocupações e a respectiva classificação, indicando as características que as determinam como formais ou informais.
- Compartilhe o quadro com os colegas, verificando se há similaridades entre as ocupações que você listou e as listadas por eles.
- Com base nas informações obtidas, identifiquem se há predomínio de trabalho formal ou informal no local pesquisado.

9. (Enem-MEC)

O uso de novas tecnologias envolve a assimilação de uma cultura empresarial na qual haja a integração entre as propostas de modernização tecnológica e a racionalização. Nem sempre o uso de novas tecnologias é apenas um processo técnico na medida em que pressupõe uma nova orientação no controle do capital, no processo produtivo e na qualificação da mão de obra. Dos diversos efeitos que derivaram dessa orientação, a terceirização, a precarização e a flexibilização aparecem com constância como características do paradigma flexível, em substituição ao modelo taylorista-fordista.

HERÉDIA, Vânia. Novas tecnologias no processo de trabalho: efeitos da reestruturação produtiva. **Scripta Nova**, n. 170, ago. 2004 (adaptado).

O uso de novas tecnologias relacionado ao controle empresarial é criticado no texto em razão da:

a. operacionalização da tarefa laboral.

b. capacitação de profissionais liberais.

c. fragilização das relações de trabalho.

d. hierarquização dos cargos executivos.

e. aplicação dos conhecimentos da ciência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 5

ESTADO, PODER E DEMOCRACIA

A democracia é tema de diversos estudos pelo mundo. Um instituto de pesquisa independente, sediado na Universidade de Gotemburgo, na Suécia, conta com a colaboração de pesquisadores de diversos países com o objetivo de levantar dados e construir um panorama do estado atual da democracia.

Entre os critérios utilizados pelo instituto para avaliar a democracia estão eleições livres e justas, igualdade de gênero e liberdade de imprensa. De acordo com um relatório publicado em 2024, o Brasil é considerado uma democracia eleitoral. Essa classificação significa que no país há eleições multipartidárias livres e justas e graus satisfatórios de liberdade de expressão e de associação.

Os dados relativos ao estudo da democracia foram consultados em V-DEM INSTITUTE. **Democracy report 2024**. Democracy winning and losing at the Ballot. University of Gothenburg, 2024. p. 12-15.

Com base nessas informações, reúna-se com os colegas e reflitam sobre a maneira como vocês percebem a democracia eleitoral brasileira. As eleições ocorrem de forma livre e justa? As pessoas podem expressar suas opiniões e convicções pessoais sem sofrer perseguição? Há paridade entre homens e mulheres no sistema político? A imprensa é livre e as pessoas têm acesso a informações confiáveis?

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRES

Manifestação em favor do aumento da participação das mulheres na política no Palácio do Congresso Nacional em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2015. Embora sejam a maioria da população, as mulheres ainda ocupam a minoria dos cargos políticos no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ANTONIO MOLINA/FOTOARENA

Liberdade de imprensa, grafite de Pedro Raz na Praça dos Três Poderes em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2022. O grafite integra o Projeto Liberdades, uma parceria do Supremo Tribunal Federal com o Instituto Justiça e Cidadania em comemoração aos 200 anos de Independência do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado, poder e democracia são os termos que estruturam esta unidade e que possibilitam desenvolver importantes discussões dentro das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a respeito do bem comum, das dinâmicas da vida social e da cidadania. Os temas abordados exploram o papel e as formas de legitimação do Estado, os diferentes sistemas de governo e as lógicas de poder envolvendo grupos distintos, colaborando para o desenvolvimento dos estudos nesse campo do conhecimento.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de sociologia, a unidade se desdobra no estudo de diferentes formas e sistemas de governo, das características dos regimes democráticos, bem como da noção de sociedade civil e de seu papel como agente de transformação social.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- conhecer as principais formas e sistemas de governo;
- refletir sobre a noção de democracia, diferenciando democracia direta e indireta;
- analisar o sistema político brasileiro;
- compreender a concepção contemporânea de sociedade civil;
- discutir diferentes formas de ação coletiva;
- caracterizar o movimento operário e diferentes movimentos sociais dos séculos XX e XXI.

Capítulo 9

Formas e sistemas de governo

Neste capítulo, você está convidado a conhecer um pouco melhor um assunto que, ao menos no Brasil, é retomado em nosso cotidiano de dois em dois anos: quando vamos às urnas para eleger prefeitos e vereadores e quando votamos para presidente, governador, deputados estadual e federal e senador.

Como são distribuídas as cadeiras das câmaras municipais, das assembleias estaduais e da câmara federal entre os deputados votados em cada eleição? Você já refletiu sobre essa questão? Há aspectos no funcionamento das instituições políticas que afetam diretamente nosso dia a dia, mas não os compreendemos.

Em 2024, no Brasil, havia 29 partidos políticos disputando eleições; por isso, denominamos o sistema eleitoral brasileiro de **multipartidário**. A título de comparação, nos Estados Unidos também existem dezenas de partidos políticos, mas somente dois têm condições reais de chegar ao poder. Então, apesar de ter muitos partidos, o sistema partidário estadunidense não pode ser considerado multipartidário. Parece confuso?

Embora nenhum sistema político seja exatamente igual ao outro, há características fundamentais que facilitam a compreensão do funcionamento de diferentes governos. Neste capítulo, vamos refletir sobre o modo como funcionam os principais modelos adotados pelos Estados-nação, com atenção especial ao sistema político brasileiro.

CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS

Idoso da etnia Terena votando em urna eletrônica na escola indígena da aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2016. O direito ao voto constitui um dos pilares da democracia representativa no Brasil. A participação política, entretanto, não se restringe ao voto, envolvendo outras formas de engajamento, como a participação em grêmios, sindicatos e movimentos sociais, e a mobilização de manifestações.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O que é governo?

Governo diz respeito à forma como a autoridade do governante é exercida, como os poderes são divididos, conforme suas atribuições, e como os rituais para a ocupação dos diferentes cargos de poder são estabelecidos. Segundo o filósofo político Norberto Bobbio:

> [...] Numa primeira aproximação e com base num dos significados que o termo tem na linguagem política corrente, pode-se definir Governo como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade. [...]
>
> [...]
>
> Existe uma segunda acepção do termo Governo mais própria da realidade do Estado moderno, a qual não indica apenas o conjunto de pessoas que detêm o poder de Governo, mas o complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder. Neste sentido, o Governo constitui um aspecto do Estado. Na verdade, entre as instituições estatais que organizam a política da sociedade e que, em seu conjunto, constituem o que habitualmente é definido como regime político as que têm a missão de exprimir a orientação política do Estado são os órgãos do Governo. [...]

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 555.

Por razões históricas, em cada Estado-nação o governo é exercido de acordo com determinadas características e regras. Mas, de modo geral, pode-se afirmar que todo governante exerce o poder político por meio de diferentes sistemas, e isso inclui a forma de governo, a divisão dos poderes, a forma de Estado e o sistema de governo.

Formas de governo

A expressão *formas de governo* faz referência às estruturas de organização política adotadas pelas sociedades para se autogerir e regular. A forma de governo adotada deixa transparecer o modo como o poder está fundamentado em determinado Estado-nação e constitui, por assim dizer, a estrutura de sua distribuição diante da coletividade. Nesse sentido, as formas de governo estabelecem o modo como o poder é distribuído e como as decisões são tomadas.

Ao longo da história humana, as diferentes civilizações adotaram diversas formas de exercício de governo. Entretanto, duas delas sobressaem – a monarquia e a república – e são atualmente as mais adotadas em grande parte das nações.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© SUCESSORES DE JOAQUÍN S. LAVADO TEJÓN (QUINO). MAFALDAFRIENDS/FOTOARENA

Mafalda, tirinha de Quino, 1965.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Identifique as duas definições de *governo* apresentadas no texto de Norberto Bobbio e explique-as com suas palavras.
2. Dê um exemplo de cada uma das definições de governo apresentadas no texto citado.
3. Na tirinha de Quino, a fala de Mafalda pode ser interpretada como uma crítica ao governo. Explique essa crítica.

A definição da palavra grega *monarkhía* foi retirada de: MONARQUIA. *In*: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1310.
Os dados sobre os países soberanos que constituem monarquias contemporâneas foram retirados de: GREENE, Richard Allen. Saiba quais países ainda têm monarquias em vigor. **CNN Brasil**, 9 set. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-quais-paises-ainda-tem-monarquias-em-vigor/. Acesso em: 23 ago. 2024.

Monarquia

A palavra grega *monarkhía* designa o poder de apenas um líder ou chefe. Uma das formas de definir a **monarquia** considera que o poder de Estado está constituído com base na tradição e na hereditariedade. Assim, o poder é transmitido por meio da linhagem familiar: o monarca – rei ou rainha – é sucedido por seus filhos – príncipe ou princesa. Nas monarquias, o poder do governante é conferido pela manutenção da ordem tradicional e da crença de que a linhagem de determinada família é a responsável histórica pela chefia do poder político.

A forma de governo monárquica remonta à Antiguidade e foi adotada por diferentes civilizações, como a egípcia (3150 a.C.-31 a.C.) e a romana (no período entre 753 a.C.-509 a.C.). Adquiriu sua forma moderna na Europa, entre os séculos XVII e XIX, e ainda se faz presente em muitos Estados nacionais. Nas monarquias reinantes durante o período absolutista na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, os monarcas eram chefes de Estado e de governo. Com as mudanças provocadas pelas revoluções burguesas (entre os séculos XVII e XIX), essas funções foram dissociadas.

Chefia de Estado e *chefia de governo* são expressões que fazem referência a duas funções distintas de exercício do poder político. A **chefia de Estado** diz respeito à representação simbólica da nação, englobando o exercício de funções diplomáticas e cerimoniais. Já a **chefia de governo** vincula-se ao comando da administração pública e à execução das leis, dos orçamentos e das políticas públicas.

Pode-se afirmar que, com as revoluções burguesas, os privilégios aristocráticos foram quebrados, possibilitando uma drástica separação entre a chefia de Estado e a de governo. Por isso, costumou-se dizer que depois delas o rei reina, mas não governa. Nesse sentido, o caso britânico é exemplar. Após as Revoluções Inglesas do século XVII, que instituíram a monarquia constitucional parlamentarista, os monarcas passaram a exercer apenas a chefia de Estado, e o líder do parlamento (primeiro-ministro), o governo. Essa separação de funções ocorre nas chamadas **monarquias constitucionais**. As monarquias ainda hoje em vigor, como as do Reino Unido, da Espanha, da Bélgica e da Noruega, são organizadas segundo esse princípio de divisão de autoridade. Por motivações históricas, o modelo monárquico ainda é um dos mais comuns entre os Estados-nação europeus.

Entre os mais de duzentos países soberanos atualmente existentes, 42 são monarquias, e na maioria delas segue-se o modelo constitucional de separação entre a chefia de Estado e a de governo. Fora do continente europeu também há monarquias, em países como Japão e Tailândia, ambos na Ásia; Marrocos, na África; e Arábia Saudita, no Oriente Médio.

CRYSTAL PIX/MB MEDIA/GETTY IMAGES

Rei Felipe VI, chefe de Estado da Espanha (ao centro), entregando troféu ao jogador de futebol Álvaro Morata após a partida final do Campeonato Europeu de Futebol, disputada em Berlim, Alemanha. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

República

A definição da palavra latina *res publica* foi retirada de: REPÚBLICA. *In*: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1649.

Outra forma de governo é a **república**. A palavra *república* deriva da expressão latina *res publica*, "coisa pública", que, em termos políticos, significa "governo de todos". A origem da estrutura republicana de poder remonta à Antiguidade. Parte da história política da Roma antiga (509 a.C.-27 a.C.) esteve organizada com base nessa forma de governo.

Contudo, a forma de governo que inspirou a formação das repúblicas atuais está relacionada ao contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos – conflito armado entre as colônias britânicas na América do Norte e o Reino da Grã-Bretanha no século XVIII. No embate contra a monarquia, os revolucionários proclamavam a separação das colônias, reconhecendo formalmente a independência dos Estados Unidos por meio do resgate de princípios políticos relacionados a uma organização de poderes baseada na ideia de *coisa pública*.

A forma republicana de governo tem como principais características a escolha do chefe de Estado pelo povo e o princípio da sucessão de poder por meio de eleições periódicas, que garantem alternância na chefia do Estado e do governo. Uma vez eleito, o representante do povo deve governar observando as regras constitucionais e as demandas coletivas, de acordo com o tempo prefixado de mandato.

A influência dos Estados Unidos difundiu a forma de governo republicana sobretudo no continente americano, mas também se tornou comum, entre o fim do século XIX e início do século XX, em nações europeias, como a França e a Alemanha. Atualmente é a forma de governo adotada por grande parte das nações soberanas, como Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, África do Sul, Guiné, Índia, China, Cingapura, Eslovênia e Croácia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Museu da República

Disponível em: https://museudarepublica.museus.gov.br/. Acesso em: 3 out. 2024.

Instalado no edifício histórico do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, que sediou o governo brasileiro entre 1897 e 1960, o museu possui um vasto acervo de cultura material (como objetos, mobiliário, documentos, fotografias e obras de arte) relacionada à história do Brasil, desde os primeiros anos da república até a transferência da capital federal para Brasília. No *site* do museu, é possível fazer uma visita virtual às exposições.

Saiba mais

O coronelismo

No Brasil, as primeiras décadas da república foram marcadas pelo **coronelismo**. Na obra *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de 1949, o jurista e cientista social Victor Nunes Leal (1914-1985) faz uma análise minuciosa da política no Brasil desse período. Os coronéis exerciam controle policial e liderança política em pequenas e médias localidades, dominando trabalhadores rurais por meio do condicionamento de seus votos. A expressão **voto de cabresto** é utilizada para caracterizar as eleições no período, metaforizando o fato de que o eleitor, tal como um cavalo, teria a lateral dos olhos tapada de modo que, ao votar, seguiria a orientação indicada pelo coronel de sua região. A partir dos anos 1930, o coronelismo entrou em crise com a modernização do Estado nacional. No entanto, muitos cientistas sociais, apoiados na tese de Leal, afirmam que o coronelismo deixou marcas na forma de fazer política nas localidades rurais brasileiras. Atualmente, os grupos de interesse ainda tendem a influenciar o comportamento dos eleitores.

Outras formas de governo

Além da monarquia e da república, que historicamente se difundiram e se consolidaram, há registros de outras formas de governar utilizadas teoricamente para designar variações do exercício da autoridade política. Na Antiguidade eram comuns as **teocracias**, modelos nos quais a principal liderança religiosa tinha também caráter político. A teocracia difere das monarquias absolutistas: na teocracia é o poder divino que legitima a forma de governo. Já na monarquia absolutista, o que legitimava o governo era a tradição, sendo o poder divino um fator que fortalecia a tradição.

Outra variação é a **oligarquia**. Embora seja um modelo específico de exercício da autoridade em que um pequeno grupo domina os demais, garantindo os próprios interesses, o termo nem sempre é empregado como forma de governo. Etimologicamente, *oligarquia* significa "governo de poucos". Nesse sentido, a palavra é muitas vezes usada como adjetivação, para identificar, por exemplo, o período da história brasileira denominado República Oligárquica (1894-1930). Nesse caso, a intenção é ressaltar a contradição do regime daquele período, que, embora fosse chamado de republicano, operava uma forma de governo em que o exercício do poder estava concentrado em um pequeno grupo relacionado à elite territorial e econômica. Assim, o regime apresentava características mais oligárquicas do que republicanas.

É ainda possível conceber uma forma de governo sem autoridade. Ela seria adotada em uma sociedade na qual o poder centralizado seria abolido, de modo que a própria comunidade pudesse gerir os recursos e o cotidiano. O termo **anarquia**, erroneamente compreendido como sinônimo de caos e desordem, significa, na verdade, uma teoria política que propõe o fim do Estado e a supressão da propriedade e da autoridade no sentido de aprofundar a autogestão da sociedade. Embora essa corrente teórica seja geralmente considerada utópica, o pensamento anarquista pode inspirar modelos de gestão em pequenos grupos.

CARLOS TISCHLER/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Mural na comunidade zapatista Caracol IV, na região de Tzotz Choj, em Chiapas, México, encorajando a luta pela causa zapatista. Fotografia de 2018. O movimento zapatista defende a descentralização do poder por meio da criação de comunidades autônomas em que a tomada de decisões é feita de forma coletiva.

Saiba mais

Exército Zapatista de Libertação Nacional

O Exército Zapatista de Libertação Nacional é uma experiência histórica que exemplifica a tentativa de autogestão e descentralização do poder. Trata-se de um movimento político e militar originário do México. O grupo formou-se na década de 1990, no estado de Chiapas, no sul do país, e ganhou visibilidade global no ano de 1994, quando realizou uma revolta armada contra o governo mexicano no contexto de implementação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, tratado econômico que o grupo considerou prejudicial aos interesses das comunidades indígenas. Contemporaneamente, o grupo se autodefine como um movimento indígena que rejeita o governo centralizado e defende a autodeterminação das comunidades locais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Divisão dos poderes de Estado

Com o estabelecimento das monarquias constitucionais e a ascensão das repúblicas contemporâneas, convencionou-se, na maior parte dos países soberanos, dividir os poderes de Estado, sendo mais comum sua **tripartição** em:

- **Poder Executivo** – encarregado de executar as leis, orçamentos e políticas públicas. É exercido, em geral, pela chefia de governo.
- **Poder Legislativo** – encarregado de elaborar as leis e de fiscalizar as ações do Executivo, verificando se estão de acordo com as definições constitucionais. É exercido pelos membros do parlamento.
- **Poder Judiciário** – encarregado de fiscalizar os outros poderes, garantindo o cumprimento das regras legais e julgando os casos em que há suspeitas de descumprimento das leis.

De acordo com a teoria da tripartição, cada um dos poderes deve funcionar como freio e contrapeso dos outros, garantindo que não ultrapassem suas atribuições e atuem conforme suas responsabilidades legais. Assim, essa divisão, em teoria, serve para garantir o exercício harmônico do poder pelas autoridades. Ao longo da história, muitos filósofos da política e do direito se dedicaram à questão da divisão dos poderes. Entre eles destacou-se o filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), mais conhecido como Barão de Montesquieu, cujo livro *O espírito das leis* (1748) contribuiu de forma decisiva para a fundamentação teórica da divisão dos poderes de Estado. Segundo o autor:

> A liberdade política, em um cidadão, é esta tranquilidade de espírito que provém da opinião que cada um tem sobre a sua segurança; e para que se tenha esta liberdade é preciso que o governo seja tal que um cidadão não possa temer outro cidadão.
>
> Quando, na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo está reunido ao poder executivo, não existe liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado crie leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 168.

ROSALBA MATTA-MACHADO/SHUTTERSTOCK

Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2018. Da esquerda para a direita: Palácio do Planalto (sede do Poder Executivo), Congresso Nacional (sede do Poder Legislativo) e Supremo Tribunal Federal (sede do Poder Judiciário).

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique a importância da separação de poderes, segundo Montesquieu.
2. A teoria de Montesquieu pode ser verificada no Estado brasileiro? Justifique.

Saiba mais

Políticas públicas

Afirma-se que os governos são responsáveis por implantar e desenvolver políticas públicas. Mas, afinal, o que são elas? Políticas públicas são ações, programas ou projetos desenvolvidos pelo Estado, com cuja formulação a sociedade também pode contribuir. Seu objetivo é atender às demandas sociais e suprimir lacunas assistenciais e econômicas a fim de promover justiça e igualdade sociais. São programas de políticas públicas a seguridade social, as ações de saúde pública, os projetos de moradia, de primeiro emprego, de inclusão educacional etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sistemas de governo

Além da forma de governo e da divisão dos poderes de Estado, um componente importante a ser considerado para a compreensão do exercício da autoridade política é o sistema de governo. Trata-se da maneira como, de fato, o poder será exercido e do modo como estarão distribuídas e significadas as relações entre as chefias de Estado e de governo e entre os poderes de Estado. Conheça três sistemas de governo adotados por diferentes nações, com formas de governo diversas.

Presidencialismo

O **presidencialismo** é um sistema no qual a chefia de Estado e de governo é exercida pela mesma pessoa, sendo comumente adotado por países em que prevalece a forma republicana de governar. Suas principais características são:

- o presidente é chefe de Estado (representação simbólica) e também chefe de governo (execução de políticas públicas), e a escolha dele ocorre por meio de eleições populares livres;
- o tempo de mandato é prefixado e, após cumprido o prazo legal de governo, outras eleições devem ser realizadas para a escolha de um novo presidente (em alguns países é garantido o direito à reeleição);
- o presidente, com variações relacionadas à constituição de cada país, tem prerrogativas intransferíveis, como a escolha de seus ministros e a decisão de veto parcial ou total a projetos de lei formulados pelo Legislativo;
- há uma distinção evidente entre os poderes Executivo (exercido pelo presidente) e Legislativo (formado pela assembleia de deputados eleitos para uma vigência de mandato predeterminada).

Países como Brasil, Argentina e Estados Unidos, embora com diferenças no funcionamento interno do sistema, adotam o presidencialismo. Em todo caso, pode-se afirmar que o sistema presidencialista praticado na maior parte das repúblicas contemporâneas foi, de forma mais ou menos acentuada, inspirado no modelo estadunidense.

Dica

Presidente da semana
Produção: Folha de S.Paulo. Brasil, 2018. De produção jornalística, cada episódio do *podcast* trata da reconstituição histórica do mandato de um presidente brasileiro. Ordenados cronologicamente, os programas vão de Deodoro da Fonseca (1889-1891) a Jair Bolsonaro (2019-2022).

FERNANDO CAVALCANTI/ARQUIVO DO FOTÓGRAFO

Título de eleitor em tamanho gigante, com dados de Edson Luís (estudante assassinado por agentes da ditadura civil-militar em 1968), utilizado em campanha de estímulo ao voto juvenil, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2024. No presidencialismo, a escolha da chefia de Estado e de governo ocorre por meio de eleições.

Saiba mais

Classificação indicativa do *podcast* *Presidente da semana*: livre.

Emissão do primeiro título de eleitor

No Brasil, o voto é opcional para pessoas analfabetas e para as alfabetizadas com 16 e 17 anos e com 70 anos ou mais, sendo obrigatório para as que têm entre 18 e 69 anos. Para a emissão do primeiro título, é necessário comparecer a um Cartório Eleitoral do seu estado, portando um documento oficial com foto e um comprovante de residência. Durante o atendimento, são coletadas as digitais, uma foto e uma assinatura para compor o banco de dados da Justiça Eleitoral. Também é possível realizar o cadastramento eleitoral digitalmente, nos portais do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Parlamentarismo

Assim como a maior parte das nações republicanas adotou o sistema presidencialista de governo, a maioria dos países monarquistas instituiu o **parlamentarismo**. Mas isso não é uma regra, pois há repúblicas parlamentaristas, como a África do Sul. Entretanto, foi nas monarquias constitucionais que o parlamentarismo se estruturou, justamente para separar a chefia do Estado – exercida pelo monarca – da chefia de governo – exercida por uma liderança escolhida entre os membros do parlamento. Essa liderança pode ser denominada de primeiro-ministro, premiê, *premier*, chefe de gabinete de ministros etc., a depender da designação que cada nação adota para o cargo. As principais características do parlamentarismo são:

- não há distinção evidente entre os poderes Executivo e Legislativo; a chefia de governo é escolhida na câmara dos deputados, ou seja, no parlamento;
- cada nação decide o modo pelo qual o membro no parlamento – que será o chefe de governo – será eleito, sendo importante que, antes das eleições, haja um acordo entre deputados dos diferentes partidos para essa decisão;
- a extensão dos mandatos, em geral, não é prefixada; portanto, é preciso assegurar o acordo parlamentar para manter o chefe de governo;
- quando o acordo não tem mais sustentação, o gabinete, formado pelo primeiro-ministro e seus correligionários e assessores, é automaticamente destituído e uma nova maioria parlamentar deve ser formada a fim de definir um novo chefe de governo.

Nota-se, dessa forma, que há uma diferença nítida entre o parlamentarismo e o presidencialismo, no qual o presidente é eleito por meio de voto popular, independentemente de acordos parlamentares. O sistema de governo do Reino Unido é um caso típico de parlamentarismo. Nações como Japão, Suécia e Bélgica também adotam o sistema parlamentarista.

YUI MOK/WPA POOL/GETTY IMAGES

O rei Charles III (à direita) e Keir Starmer, eleito primeiro-ministro do Reino Unido, durante audiência no Palácio de Buckingham. Fotografia de 2024.

Saiba mais

O primeiro-ministro britânico

No Reino Unido, o mandato do primeiro-ministro, em tese, é de cinco anos, período em que ocorrem as eleições gerais, nas quais são escolhidos os representantes para o parlamento. O primeiro-ministro britânico geralmente é escolhido pelos parlamentares do partido que obteve o maior número de cadeiras no parlamento. Então, ele é nomeado pelo rei em ato protocolar, no qual afirmará ter condições de formar um governo e receberá do rei autorização para conduzir o país em seu nome. Depois de encerrado o período de mandato, caso não haja instabilidades e outro partido não obtenha maioria no parlamento, o governo poderá ser mantido.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Parlamentarismo às avessas

No Brasil, a expressão *parlamentarismo às avessas* é utilizada para caracterizar a peculiaridade do sistema político adotado entre 1847 e 1889, durante o Segundo Reinado, que operou uma inversão do modelo parlamentar inglês. Na versão brasileira, o chefe de Estado (o imperador dom Pedro II) nomeava o chefe de governo (presidente do Conselho de Ministros), que, por sua vez, nomeava seu gabinete. Após a nomeação, os intitulados eram submetidos à aprovação da Câmara dos Deputados, que, entretanto, poderia ser dissolvida pelo imperador em caso de discordância. Para isso, existia um quarto poder, o Poder Moderador, operado pelo imperador com possibilidade de intervenção dos demais poderes.

BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Dom Pedro II e o seu mundo, charge de Araken Távora publicada no jornal *O Mequetrefe*, em 1878. A charge satiriza o poder exercido por dom Pedro II. Por meio do Poder Moderador, ele promovia a alternância entre liberais e conservadores no poder.

Semipresidencialismo

Além do sistema de governo presidencialista ou parlamentarista, há nações que adotam um sistema de governo híbrido chamado **semipresidencialismo**, ou presidencialismo dual. Na contemporaneidade, o modelo é adotado por Portugal e pela França. Esse sistema, instaurado na França em 1958, foi posto em vigor pela primeira vez na República de Weimar, na Alemanha, em 1918, após a Primeira Guerra Mundial e antes da ascensão do regime nazista, em 1933. Nesse período, a Alemanha deixou de ser um império e constituiu um novo parlamento, adotando a democracia representativa e o sistema de governo semipresidencial.

As principais características do semipresidencialismo são:

- assim como no presidencialismo, o chefe de Estado e de governo, o presidente, é eleito por meio de voto popular para cumprir mandato de tempo prefixado;
- diferentemente do presidencialismo, as funções de governo devem ser partilhadas e acordadas com o parlamento, que, por sua vez, elege internamente o primeiro-ministro;
- há uma partilha da chefia de governo entre o presidente, eleito por voto popular, e o primeiro-ministro, indicado pelos membros da assembleia nacional.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **A principal diferença entre os sistemas de governo presidencialista, parlamentarista e semipresidencialista está relacionada à forma de chefiar o Estado e o governo. Explique essa afirmação.**
2. **Diferencie o tempo de mandato no presidencialismo, no semipresidencialismo e no parlamentarismo.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formas de Estado

Um elemento importante a ser considerado para a caracterização dos sistemas políticos das nações diz respeito à distribuição do poder de decisão política e administrativa feito no interior de um país. Assim, há duas formas básicas de Estado.

Na primeira, as decisões partem de apenas um centro do poder político e devem ser executadas pelas frações administrativas de acordo com as definições centrais. Os países que a adotam são chamados **Estados unitários**; entre eles estão China, Coreia do Norte, Sérvia e Egito.

A segunda, chamada de forma de **Estado federado** (e/ou federativo; federação), é adotada pelas nações nas quais as diferentes unidades administrativas têm mais autonomia e prerrogativa política e administrativa. Nesses casos, em geral, além das eleições para a chefia de Estado e do parlamento nacionais, há eleições regionais e locais para a escolha dos governantes de regiões específicas, segundo a divisão territorial interna do país.

Enquanto a forma de Estado unitária tem origem em modos bem antigos de organização política, o modelo federativo é inspirado na inovação promovida pelos Estados Unidos na ocasião de sua independência, motivada pela vontade de autonomia das antigas colônias britânicas para garantir, simultaneamente, a formação de uma nação. O modelo inspirou outros países, como o Brasil, a partir de sua segunda constituição, de 1891.

Saiba mais

A legislação no federalismo

Em países federalistas, como o Brasil e os Estados Unidos, as leis podem variar de um estado para outro, segundo o contexto de cada localidade. No Brasil, é uma característica da história política certa centralização do poder no governo federal, em que os estados têm autonomia para criar legislações próprias complementares às diretrizes nacionais. Já os Estados Unidos têm uma tradição de mais autonomia estadual, de forma que legislações sobre temas contemporâneos que dividem a opinião pública – como a posse de armas de fogo e o direito ao aborto – apresentem muitas variações entre os estados. Enquanto alguns têm uma legislação mais permissiva, outros apresentam restrições.

Dica

Hamilton

Direção: Thomas Kail. Estados Unidos, 2020. Duração: 160 minutos.

Produzido com uma trilha sonora que mistura *hip-hop*, *jazz* e *R&B*, *Hamilton* é um musical que aborda a vida e as ideias de Alexander Hamilton, um dos autores de *O federalista*, conjunto de ensaios elaborados com o objetivo de promover a ratificação da Constituição estadunidense no final do século XVIII. As cenas do musical despertam a reflexão sobre os aspectos do federalismo e possibilitam pensar a respeito da formação do sistema governamental dos Estados Unidos.

Classificação indicativa do musical *Hamilton*: 12 anos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Cartaz de divulgação do Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, elaborado pelo estado do Paraná em 2024. No federalismo, os estados podem criar legislações complementares às leis nacionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Democracia

A palavra *democracia* significa "o poder do povo". Sua etimologia é a junção dos termos gregos *dêmos* (povo) e *kratos* (poder). De fato, uma das formas de definir esse exercício de poder político é contextualizar o conceito atribuindo-lhe o seguinte sentido: o poder emana do povo, que o exerce em seu nome. Embora seja de fácil compreensão, essa definição não nos exime de perguntar: como funciona a democracia? Essa é uma das principais questões relacionadas à plena realização dessa forma de governo.

Outro modo muito utilizado de definir a democracia é como "o poder de decisão da maioria". Uma vez admitida essa acepção, pressupõe-se que a minoria deverá aceitar – muitas vezes contra a própria vontade – a determinação da maioria para os rumos da sociedade. O filósofo político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), ao analisar a democracia estadunidense no livro *A democracia na América*, de 1835, já apontava esse risco, denominado por ele "tirania da maioria".

Como você estudará a seguir, a democracia pode ser direta ou indireta. Na democracia direta – como o tipo clássico, realizado na cidade-Estado grega de Atenas em meados do século V a.C. –, os cidadãos compartilham decisões políticas sem intermediários. No entanto, é importante considerar quais pessoas são consideradas cidadãs. No caso de Atenas, por exemplo, apenas os homens livres, nascidos na cidade, filhos de atenienses participavam das assembleias. Isso significa que o tipo clássico de democracia direta foi bastante excludente. Estima-se que apenas 15% da população era considerada apta a participar ativamente das discussões nas assembleias.

Considerando qualquer contexto das sociedades, no tempo e no espaço, a democracia está longe de ser um regime político perfeito, mas talvez ainda não exista outro que equacione com tanto vigor as questões de representação e participação.

Saiba mais

Ditadura

Na Roma antiga, a palavra *ditadura* era utilizada para designar a suspensão temporária da ordem constitucional, com o objetivo de preservar a sua integridade. Na atualidade, a palavra adquiriu um sentido diferente, designando regimes não democráticos. No trecho a seguir, o filósofo político Norberto Bobbio apresenta brevemente as características das ditaduras modernas.

> [...] São três, a meu parecer, essas características [das ditaduras modernas]: a concentração e o caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998. v. 1, p. 337.

© ALEXANDRE BECK

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2019.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Explique a defesa da democracia expressa na tirinha.
2. Com base na reflexão proposta por Tocqueville, argumente: quais são os possíveis perigos da tirania da maioria em uma sociedade democrática?

A etimologia do termo *democracia* foi retirada de: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 612.

As estimativas sobre a participação política na Grécia antiga foram retiradas de: DORTIER, Jean-François. Democracia. *In*: **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 122.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A democracia direta

Na forma direta de realização da democracia, os cidadãos participam das decisões políticas opinando e votando sem intermediários. Trata-se de um sistema de assembleia pública em que as decisões são tomadas por aclamação dos presentes.

Essa forma de manifestação pode ser viável em pequenos grupos e em realidades sociais nas quais poucos membros interagem. Por exemplo, se 30 alunos em uma sala de aula quiserem acordar coletivamente o dia da realização de determinada atividade, como um *show* de talentos, poderão se reunir em assembleia para ouvir o voto de cada membro do grupo, decidindo, assim, com base no desejo da maioria dos presentes. É possível que, mesmo se tratando de um grupo pequeno, a discussão seja bastante acalorada até levar a um consenso sobre a data da atividade. Imagine, então, a dificuldade de praticar a forma direta de democracia em um município com mil ou dois mil habitantes? Por isso, pondera-se que a forma direta de democracia, embora inspire muita qualidade representativa, tem um limite quantitativo para sua realização. Você consegue imaginar os mais de duzentos milhões de brasileiras e brasileiros se reunindo na Praça dos Três Poderes, em Brasília? Impossível! Por esse motivo, a democracia também ocorre de forma indireta.

A democracia indireta

Na forma indireta da democracia, um grupo grande de cidadãos elege um grupo menor que estará habilitado para tomar decisões públicas em seu nome. Trata-se, pois, da realização do poder por delegação, na qual os representados escolhem seus representantes políticos.

Na Idade Contemporânea, com o fortalecimento de parlamentos, partidos políticos e sistemas eleitorais, essa forma de democracia, também chamada de representativa, foi a que se consolidou por ser a mais viável na tentativa de solucionar o problema do exercício do poder político em sociedades constituídas por milhares, centenas de milhares ou milhões de habitantes.

Dica

Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados

Jairo Nicolau. São Paulo: Zahar, 2017.

Escrita pelo cientista político especializado em partidos, eleições e sistemas eleitorais, Jairo Nicolau, a obra, organizada com base em perguntas comuns entre eleitores, explica o funcionamento da democracia representativa brasileira.

SERGIO LIMA/AFP/GETTY IMAGES

Vista do Plenário Ulysses Guimarães durante sessão do Congresso Nacional em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023. Composto do Senado e da Câmara dos Deputados, o Congresso brasileiro é um exemplo do funcionamento da democracia indireta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Representação e participação

As formas direta e indireta de exercício da democracia, embora tenham diferenças e limites importantes quando definidas rigidamente, sobretudo a direta, inspiram instrumentos de importância na busca de um sistema no qual seja possível equalizar os **dissensos** – isto é, disputas e desentendimentos de maiorias e minorias – e os **consensos** – ou seja, o entendimento acerca do que é melhor e viável para os rumos da coletividade.

Hoje em dia, não costumamos designar de maneira específica a democracia direta ou a indireta, não obstante esses termos sejam importantes teoricamente e para inspirar modelos práticos de realização democrática. É mais comum, tanto nos meios de comunicação quanto nas produções das ciências políticas e sociais, nos referirmos às formas representativas e participativas de democracia e a seu possível caráter misto, definido pela relação dessas duas formas.

Democracia representativa

A democracia representativa confere aos cidadãos a liberdade de votar em seus representantes e de elegê-los, bem como a possibilidade de eles serem votados caso se candidatem a cargo de representação política. Cada Estado-nação define suas regras e os requisitos que o cidadão deve atender para votar ou ser votado, bem como a obrigatoriedade ou não do voto. Essas regras estão dispostas nos sistemas eleitorais e partidários adotados.

Democracia participativa

Na atualidade, inspirados na forma direta de democracia, muitos países fazem uso de **instrumentos participativos** que garantem a tomada de decisão por parte dos cidadãos sem a intermediação de representantes políticos. Esses processos decisórios, utilizados desde a Antiguidade, ganharam respaldo constitucional em muitas democracias contemporâneas, podendo ser usados constantemente para decisões diretas do povo sobre diversos assuntos ligados à esfera pública. Os mecanismos mais comuns da democracia participativa se dividem em dois tipos: os **deliberativos**, por meio dos quais os cidadãos decidem efetivamente a respeito da viabilização ou não de uma política pública, e os **consultivos**, que possibilitam aos cidadãos influir no curso e na implantação de uma política pública, verificando sua viabilidade e opinando sobre ela, embora sem decidir diretamente seus rumos.

ZUMA PRESS/ALAMY/FOTOARENA

Conferência Nacional de Educação em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2024. As conferências são um exemplo de mecanismo de democracia participativa deliberativa, em que representantes do governo, de movimentos sociais, da sociedade civil e do setor privado discutem e formulam políticas públicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mecanismos deliberativos da democracia participativa

Existem diversos mecanismos deliberativos que possibilitam aos cidadãos participar ativamente da tomada de decisões políticas. Alguns deles são:

- **Plebiscito**

O mecanismo de consulta direta aos cidadãos, convocados para votar "sim" ou "não" acerca de uma questão específica em debate no contexto político e/ou social antes mesmo de ela ser discutida em âmbito legislativo por deputados e senadores, é chamado de plebiscito.

No Brasil, por exemplo, esse mecanismo foi acionado em 1993 com o objetivo de convocar a população para votar na forma de governo a ser adotada – monarquia ou república – e no sistema de governo que deveria ser implementado – presidencialismo ou parlamentarismo. Realizado cinco anos após a Constituição de 1988, o plebiscito possibilitou à maioria dos brasileiros escolher diretamente a forma republicana e o sistema presidencialista de governo.

- **Referendo**

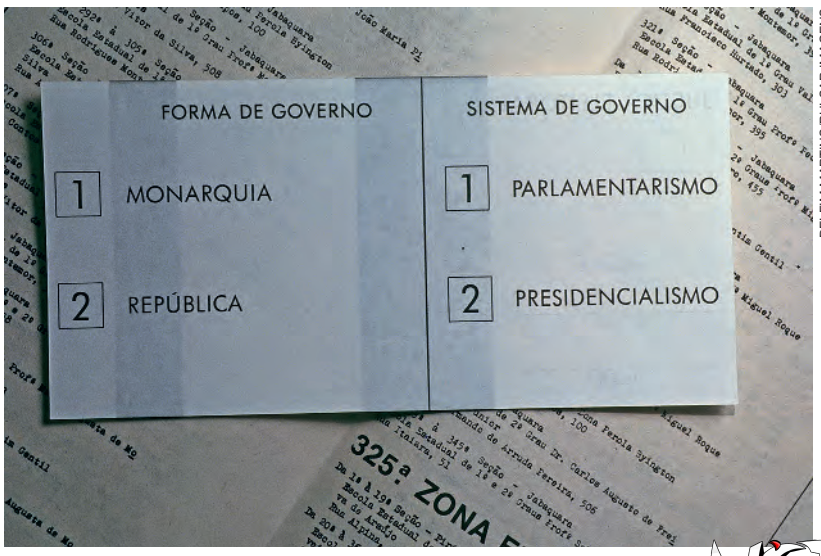
Na democracia participativa, o referendo é um mecanismo que possibilita aos cidadãos aprovar ou reprovar diretamente uma ou mais medidas já debatidas pelo Poder Legislativo. Um exemplo brasileiro foi a edição, em 2003, da Lei nº 10.826, que discorria sobre a modificação das regras de posse e comercialização de armas de fogo. Por se tratar de uma questão sensível, cujo entendimento ultrapassava a esfera representativa, convocou-se, em 2005, um referendo para que os cidadãos decidissem se aceitavam ou rejeitavam o estatuto, que previa leis mais rígidas e favorecia o desarmamento.

- **Iniciativa popular**

É realizada com base em situações previstas na Constituição Federal e relacionadas com fatos em que se permite aos cidadãos o encaminhamento de projetos de lei para a apreciação do Poder Legislativo. Em países como Alemanha, Suíça, Estados Unidos e Brasil, os cidadãos podem encaminhar propostas de legislações que visem atender a alguma demanda não tratada pelo Legislativo.

No Brasil, segundo o artigo 61 da Constituição Federal de 1988, é preciso que a proposta de lei de iniciativa popular tenha a adesão de 1% dos eleitores e seja registrada por meio de assinaturas colhidas em ao menos cinco estados. Além disso, o número de signatários – denominação dada àqueles que assinaram abaixo de uma manifestação escrita – em cada estado deve corresponder, no mínimo, a 0,3% do eleitorado de cada um.

Um exemplo de legislação brasileira que teve origem em iniciativa popular foi a Lei nº 135, de 2010, também conhecida como Lei da Ficha Limpa. Essa lei foi proposta por meio de um projeto de lei elaborado pela sociedade civil e encaminhado ao Congresso Nacional.



DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Cédula utilizada no plebiscito de 1993 no Brasil, realizado para determinar a forma e o sistema de governo desejados pela população. Fotografia de 1993.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mecanismos consultivos da democracia participativa

Pelo fato de cada país dispor de diferentes instrumentos e processos para possibilitar a participação dos cidadãos no desenvolvimento e na implantação de políticas públicas, é inviável expor, em detalhes, todos os mecanismos consultivos utilizados pelas democracias contemporâneas dos Estados-nação em todo o mundo. Em todo caso, a característica comum dos instrumentos consultivos da democracia é propiciar transparência e, ao mesmo tempo, oferecer ao cidadão a oportunidade de avaliar e criticar determinada política pública, opinando sobre como e quando serão usados os recursos físicos, humanos e financeiros destinados a ela.

No Brasil, por exemplo, os cidadãos podem participar diretamente de **audiências públicas**, voltadas a questões debatidas em âmbito municipal, estadual ou federal, e de conselhos consultivos em áreas específicas da gestão pública, como educação, saúde, habitação, assistência social, trabalho e orçamento.

No sistema brasileiro, a área responsável pela assistência social é uma das que se valem dos mecanismos de democracia participativa. Ela conta com o Conselho Nacional de Assistência Social desde a década de 1990, ao qual cabe controlar as políticas de assistência social do governo. Essa área é composta igualitariamente de representantes do poder público e da sociedade civil. Entre suas competências, estão a aprovação e o acompanhamento da Política Nacional de Assistência Social, com base em um sistema descentralizado, no qual as **conferências nacionais** são instrumentos importantes de participação. Essas conferências possibilitam consultas e deliberações internas que contribuem para o aprimoramento de políticas públicas.

ARQUIVO FRENTE NACIONAL DE MULHERES NO HIP HOP

Sessão do Fórum Nacional de Mulheres do Movimento *Hip-Hop*, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023. Fóruns e conferências são mecanismos de debate que fortalecem a democracia participativa.

Dica

Jogo de governo aberto

Controladoria Geral da União, Fast Food da Política e Instituto de Governo Aberto, 2020.

O governo aberto é uma proposta de governança que enfatiza a participação e o monitoramento das ações governamentais pelos cidadãos. Disponível no *site* da Controladoria Geral da União para uso virtual ou impressão, esse jogo de cartas colaborativo é um recurso educacional que apresenta casos reais de governo aberto a fim de propor uma vivência lúdica de princípios e práticas dessa proposta de administração pública, em que os participantes formam trilhas com base em princípios do governo aberto, como participação social, transparência e responsabilização.

Novos mecanismos de participação democrática

Com a criação e a popularização da internet, novas formas e instrumentos de participação democrática, como as experiências chamadas de *e-democracia* ou democracia eletrônica, estão em desenvolvimento. Trata-se de pequenos processos e mecanismos de deliberação ou consulta realizados via internet, em âmbito local e/ou regional, que visam captar a opinião e a decisão pública sobre matérias de governo e políticas públicas em curso na sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Contudo, sistemas de *e-democracia* dependem de acesso amplo e de boa qualidade à internet por parte de todos os cidadãos; por isso, têm sido mais bem-sucedidos em países com bons índices de desenvolvimento, nos quais a maioria absoluta dos cidadãos tem acesso livre ao sinal de internet e aos equipamentos de navegação, como celulares, *tablets* e microcomputadores.

Além dos canais formais de consulta digital disponibilizados pelos governos, não se pode deixar de considerar que as redes sociais possibilitaram novas formas de comunicação entre comunidades e grupos de interesse. Desde o início da segunda década do século XXI, tem-se assistido a diversas mobilizações organizadas, sobretudo no ambiente digital, que conseguem levar muitas pessoas às ruas com propostas de mudanças sem fazer uso dos canais tradicionais de participação democrática. Como exemplos desse tipo de democracia de mobilização, podemos citar os movimentos contra os regimes autoritários ocorridos no Oriente Médio e no Norte da África em 2010, que ficaram conhecidos como Primavera Árabe; o *Occupy Wall Street*, movimento de protesto contra as desigualdades econômicas e sociais ocorrido em 2011, em Nova York; o 15M e os Indignados, também em 2011, que reivindicavam mudanças políticas e econômicas na Espanha; as denominadas Jornadas de Junho de 2013, motivadas, inicialmente, pelo aumento do transporte público no Brasil; o *Black Lives Matter*, iniciado nos Estados Unidos contra a violência direcionada à população negra, em 2013, entre outros.

A internet vem sendo um meio de participação democrática muito utilizado também como mecanismo de pressão sobre os representantes eleitos. As petições *on-line* têm sido instrumentos muito utilizados para a coleta de assinaturas com o objetivo de remover embargos ou tentar emplacar ou barrar projetos de lei. Apesar da popularidade da internet desde o início dos anos 2010 e de sua utilização em discussões políticas, somente a partir de 2017 foi aprovado o uso de assinaturas eletrônicas para validar a apresentação de projetos de iniciativa popular.

BRANDON BELL/GETTY IMAGES

Manifestação do movimento *Black Lives Matter* em Nova York, nos Estados Unidos. Fotografia de 2020. Criado em 2013, o movimento ganhou visibilidade global em 2020, após o assassinato do afro-americano George Floyd durante abordagem policial, na cidade estadunidense de Mineápolis. Na ocasião, pessoas em todo o mundo se mobilizaram, por meio das redes sociais, contra o racismo estrutural e a violência policial.

Dica

e-Democracia

Disponível em: https://edemocracia.cl.df.leg.br/. Acesso em: 27 ago. 2024.

A plataforma nacional *e-Democracia*, criada pela Câmara dos Deputados, agrega três portais diferentes de participação popular *on-line* e *off-line*: Câmara dos Deputados, Transparência Internacional e Câmara Legislativa. Por meio dessa ferramenta, é possível participar de audiências ou ler soluções para assuntos cotidianos, além de opinar e discutir sobre elas. Fundada em 2009, a plataforma é um exemplo de novos mecanismos de participação democrática. O conteúdo do *site* pode ajudar a compreender o funcionamento dessas ferramentas para a prática da democracia.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Ativismo nas redes

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Avalie a importância da *e-democracia*.**
2. **Você costuma utilizar a internet como instrumento de participação democrática? Explique.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Partidos políticos

A informação sobre o número de partidos políticos no Brasil em 2024 foi retirada de: PARTIDOS políticos registrados no TSE. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse. Acesso em: 26 ago. 2024.

Partidos políticos são grupos sociais organizados de acordo com os interesses e/ou ideologia comuns de seus membros. Inicialmente, podem ter se constituído como facções, clubes, agremiações ou grupos de interesse restrito, sem muito contato com setores amplos da sociedade.

No entanto, na história dos Estados-nação contemporâneos, as facções ou grupos de interesse político que se organizaram para disputar o poder estatal seguiram a tendência de se formalizar juridicamente, constituindo estatutos de um programa ideológico a ser seguido pelos correligionários. Da mesma forma, definiram regras de filiação, hierarquia e funcionamento da estrutura partidária.

Assim ordenados, os partidos políticos tornam-se instituições jurídico-políticas, internamente formalizadas por sujeitos que compartilham de uma agenda e/ou ideologia política, com o objetivo de disputar o poder político estatal. São, de modo geral, organizações sociais recentes, que se formaram e se desenvolveram na esteira das transformações consequentes das revoluções burguesas, com base na instituição do Poder Legislativo. A respeito disso, o sociólogo francês Maurice Duverger (1917-2014) afirma que

> [...] os verdadeiros partidos datam [pouco mais de] um século. Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília, DF: Editora da UnB, 1980. p. 19.

Atualmente, na maior parte dos países, a disputa pelo poder político estatal ocorre entre partidos políticos organizados. Em 2024, no Brasil, por exemplo, havia 29 partidos políticos, todos com um programa partidário registrado juridicamente no Tribunal Superior Eleitoral, sendo identificados, geralmente, pela sigla originada de seu nome por extenso e por um número constituído de dois algarismos. No Brasil, há eleições para o Poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos) e Legislativo (senadores, deputados federais e estaduais, e vereadores). Na competição eleitoral, há cargos representados apenas pelos dois números do partido ao qual o candidato é filiado e outros por uma combinação desses dois números acrescidos de mais algarismos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Brasil: identificação numérica dos candidatos em eleições

Cargo que o(a) candidato(a) pleiteia	Identificação numérica do candidato
Presidente da República	Número do partido político ao qual está filiado (dois dígitos)
Governador	Número do partido político ao qual está filiado (dois dígitos)
Prefeito	Depende de resolução expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Senador	Número do partido político ao qual está filiado + um algarismo à direita (três dígitos)
Deputado federal	Número do partido político ao qual está filiado + dois algarismos à direita (quatro dígitos)
Deputado estadual ou deputado distrital	Número do partido político ao qual está filiado + três algarismos à direita (cinco dígitos)
Vereador	Depende de resolução expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral

Fonte: IDENTIFICAÇÃO numérica dos candidatos. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/processo-eleitoral-brasileiro/candidaturas/identificacao-numerica-dos-candidatos-que-concorrem-as-eleicoes. Acesso em: 26 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

O Partido Republicano Feminino

Anteriormente à legalização do voto feminino no Brasil, foi fundado, em 1910, o Partido Republicano Feminino. Organizado por 27 mulheres de ocupações diversas, ele tinha como principal objetivo promover a participação feminina na política. É possível afirmar que a luta pelo sufrágio feminino era a ideologia central do partido. Apesar da oficialização do grupo em 1911, as filiadas ao partido não podiam se candidatar a cargos políticos, pois todos os candidatos deveriam ter direito ao voto.

Tipos de partido político

Embora os partidos políticos tenham em comum o fato de serem organizações de membros associados em torno de interesses comuns para disputar os cargos de poder político estatais, há diferenças entre eles. Podem ser instituídos por critérios internos distintos e, também, ter um modo próprio de se relacionar com a sociedade. A seguir, são apresentados os principais e mais comuns tipos de partido político.

Partido de elite

Trata-se de uma associação política cuja estrutura é muito pequena e com origem em determinada área territorial de atuação. Em geral, os membros desse tipo de partido têm relações interpessoais que extrapolam os interesses da coletividade. Associações políticas desse tipo, via de regra, não têm compromisso social pautado por uma agenda de valores e ideias que motivem suas ações em determinada direção, nem a intenção de convencer outras pessoas sobre a importância de suas propostas. Atuam para atender às demandas objetivas e atuais dos grupos representados por elas e dos quais obtêm seus votos. Assim, os integrantes dos partidos de elite tendem a atuar no contexto de populações mais vulneráveis e desfavorecidas, que em geral têm baixos índices de instrução educacional e necessidades imediatas que podem ser atendidas por meio de pequenas ações ou promessas futuras. Estabelece-se, assim, um sistema de barganha: em troca de pequenos auxílios, o eleitor confere seu voto a essa liderança política, cuja relação é mais semelhante à compactuada entre chefe e cliente do que entre representado e representante. Por essa razão, esse tipo de partido também é chamado de **clientelista**.

Partidos políticos que se relacionavam com o eleitor dessa forma estavam bem amoldados à realidade rural do início do século XIX. Atualmente, sua ocorrência é comum em países de grandes dimensões territoriais com altos índices de desigualdade social, como o Brasil e outras localidades da América Latina, da África e do Sudoeste Asiático.

AUGUSTUS CHARLES PUGIN E THOMAS ROWLANDSON - MUSEU DE LONDRES, INGLATERRA

A Câmara dos Comuns em Westminster, gravura de Augustus Pugin e Thomas Rowlandson, 1808. A gravura representa a Câmara dos Comuns, no Reino Unido, no início do século XIX. Nesse período, as facções parlamentares que dominavam o Legislativo podiam ser consideradas partidos de elite.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Partido de massa

Os partidos de massa formaram-se na Europa entre a primeira e a segunda metade do século XIX e se espalharam por diversos países ao longo do século XX. Diferentemente dos partidos de elite, que têm origem interna e são mais ativos em períodos eleitorais, os partidos de massa estruturam-se na movimentação e na associação de grupos sociais amplos. Sua característica é a manutenção de uma base de filiados e contribuintes que são ativos em reuniões, assembleias, campanhas, manifestações e quaisquer outras atividades políticas, mesmo fora dos períodos em que ocorrem eleições para os cargos estatais.

A origem desse tipo de partido político guarda muitas relações com as organizações e associações criadas pelos trabalhadores europeus, nos séculos XIX e XX, para a articulação e a mobilização de suas reivindicações. Em geral, os partidos de massa apresentam um programa que tende à rigidez ideológica e, com a finalidade de obter correligionários que apoiem sua agenda de princípios e valores, buscam penetração em outras organizações sociais, como as sindicais e as religiosas, conseguindo, assim, ampliar sua rede de apoio e mobilização e atrair grande número de pessoas. São denominados partidos de massa porque sua estrutura tende a ser grande, complexa, altamente hierárquica e burocratizada.

Embora tenham origem na ideologia favorável aos direitos dos trabalhadores, partidos de massa podem formar uma agenda ideológica ainda mais ampla e defender, por exemplo, os valores nacionais acima de todos os outros, ou determinada orientação religiosa. Nesse sentido, torna-se possível a existência de partidos de massa como os atuais sociais-democratas da Alemanha, da Suécia e do Chile, mas também os ultranacionalistas, como, no passado, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores (Partido Nazista), que mobilizou as massas no apoio a Adolf Hitler, e o Partido Nacional Fascista, criado por Benito Mussolini, na Itália. Assim, evidencia-se que os partidos de massa, além do cunho ideológico na defesa dos direitos trabalhistas, também serviram no passado como base de manobra para lideranças despóticas e autoritárias.

Dica

O que é nazismo

José Ribeiro Jr. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Integrante da clássica Coleção Primeiros Passos, desenvolvida para apresentar diversos temas e debates importantes em linguagem acessível ao grande público, o livro do historiador e filósofo José Ribeiro Jr. discute as origens históricas do nazismo, seus fundamentos ideológicos, políticos e econômicos, além de suas características, como sua relação com as massas.

PHOTO12/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Sede do Partido Nacional Fascista, em Roma, Itália. Fotografia de 1935. Criado por Benito Mussolini, pode ser considerado um partido de massa na medida em que mobilizou multidões na defesa do fascismo italiano com base em uma agenda ideológica rígida e mecanismos de atração popular.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Partido eleitoralista

Os partidos eleitoralistas, ou partidos eleitorais profissionais, são organizações muito comuns em várias democracias contemporâneas. Em geral, existem como instituições de estrutura pequena e quadro pessoal enxuto, voltados mais à administração de sua burocracia cotidiana do que à mobilização em torno de uma agenda ideológica, cuja tendência nesse caso é não ser rígida, pois muda conforme a conveniência na época das eleições. Partidos desse tipo normalmente contratam empresas especializadas em *marketing*, direito e opinião para estruturar campanhas como se fossem negócios com lucro associado ao volume de votos conquistados. Por serem organizações que buscam visibilidade de campanha, e não necessariamente de seu programa político, é comum que celebridades ingressem como seus cabos eleitorais ou mesmo à frente de candidaturas.

Outros tipos de partido político

Ao longo do século XX e no início do século XXI, muitos outros tipos de partido surgiram em diferentes realidades nacionais e sistemas políticos. Composto de associações políticas organizadas em torno de um programa ideológico cuja principal pauta é a questão étnica, o **partido étnico** difere do partido de massa, que tem programas para atrair toda a sociedade.

Há também o **partido movimentalista**, ou partido de movimento social, um tipo de organização pautado em demandas específicas, como o movimento ambientalista, que deu origem à formação de diversos partidos verdes pelo mundo.

DARREN STEWART/GALLO IMAGES/GETTY IMAGES

Populares durante o lançamento do Manifesto Eleitoral Nacional e Provincial do Partido da Liberdade Inkhata, em Durban, na África do Sul. Fotografia de 2024. Esse partido foi fundado para promover o desenvolvimento dos integrantes da etnia zulu.

ZAKARIA ABDELKAFI/AFP/GETTY IMAGES

Integrantes do partido Europe Ecologie – Les Verts ("Europa Ecologia – Os Verdes") durante campanha eleitoral em Aubervilliers, França. Fotografia de 2024. Esse é um exemplo de partido movimentalista, ligado à questão ambiental.

Outro tipo é o **partido ideológico**, cuja base são associações pequenas que apresentam uma agenda política com preceitos pouco flexíveis. Essa característica exige um grau de conduta rígida por parte de seus membros, sobretudo em relação à disciplina programática. Mesmo com integrantes fiéis, isso impede que o partido abra muito o leque de alianças com diferentes setores da sociedade ou com partidos de outras ideologias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sistemas partidários

A dinâmica de disputa do poder político do Estado é realizada de forma diferente entre os países contemporâneos, mesmo porque a quantidade de partidos também é distinta em cada um deles. Da mesma forma que nenhum sistema político é inteiramente igual a outro, os sistemas partidários se diferenciam, embora seja possível demarcar algumas características comuns, caracterizando três tipos de sistema partidário: **pluripartidário**, **bipartidário** e **unipartidário**.

Pluripartidarismo

Também denominado multipartidarismo, nesse sistema três ou mais partidos disputam o poder político do Estado com chances reais de eleger candidatos para postos executivos e legislativos. A perspectiva pluripartidária pode variar muito, com a existência de três ou até dezenas de partidos, como ocorre no Brasil.

Bipartidarismo

No sistema bipartidário deve haver dois partidos com chances reais de conquistar cargos políticos. É importante notar que há sistemas partidários de ordem teoricamente multipartidária em que, na realidade, apenas dois partidos têm chances reais de ser eleitos, caso dos Estados Unidos, país no qual a disputa política ocorre praticamente apenas entre os partidos Democrata e Republicano. Os estadunidenses podem se filiar a dezenas de partidos, segundo seus valores e princípios ideológicos – por exemplo, o Verde, o Reformista e o Libertário; porém, por causa das disposições legais do sistema político e eleitoral, eles não conseguem arregimentar força política suficiente para disputar o poder político do Estado.

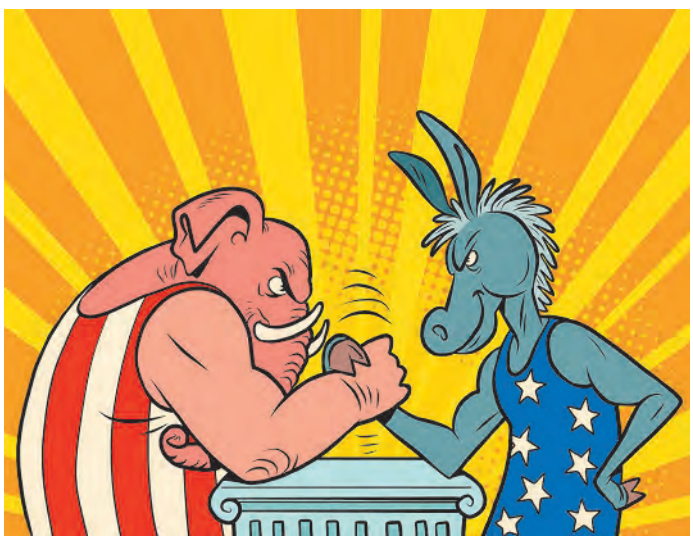
Unipartidarismo

Nesse sistema, apenas um partido domina o poder de Estado, e, ainda que haja agremiações políticas formais concorrentes, nas eleições o autoritarismo, ou mesmo a tradição política, sempre leva o mesmo partido ao poder de Estado. Foi o caso do México, que, entre os anos de 1929 e 2000, tinha um único partido capaz de obter o poder estatal: o Partido Revolucionário Institucional. Atualmente, pode-se destacar a China como Estado-nação de sistema unipartidário, pois, embora existam no país nove partidos políticos, apenas o Partido Comunista da China chega a ocupar os cargos de poder político estatal.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Qual aspecto das eleições dos Estados Unidos é satirizado na charge?
2. Imagine que você e os colegas vão constituir um grêmio estudantil e precisam definir os mecanismos de escolha dos representantes. Qual sistema partidário você considera o mais adequado? Por quê?



IGOR SAROZHKO/ALAMY/FOTOARENA

Charge de Igor Sarozhko representando os mascotes dos partidos Republicano e Democrata, 2021. No sistema partidário dos Estados Unidos, o elefante e o burro são mascotes utilizados em campanhas eleitorais para representar, respectivamente, o Partido Republicano (simbolizando força, estabilidade e conservadorismo) e o Partido Democrata (simbolizando tenacidade, trabalho duro e determinação).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As eleições

No entendimento cotidiano, as eleições significam o momento no qual são designados os representantes do povo que participarão do poder político estatal. Assim, eleição tem a ver com voto e escolha; por isso, só faz sentido pensar em **eleições legítimas** no contexto de realidades democráticas. No entanto, há países que realizam eleições apenas para conferir uma falsa legitimidade em favor da permanência por longos períodos de um líder autoritário ou de um grupo no controle da política estatal. Nesses casos, há **eleição ilegítima**, que, quando investigada, provavelmente indicará falta de qualidade ou de transparência ou até a existência de fraudes processuais e de representação.

Nos países onde vigoram os sistemas democráticos, as eleições são, em geral, representativas. Os eleitores (representados) escolhem os candidatos (seus representantes) por meio do voto livre. As eleições representativas podem ser realizadas pela forma **direta ou indireta**. No primeiro caso, os eleitores votam no candidato que, caso vença a disputa eleitoral, passará a ocupar o cargo no poder estatal, sendo escolhido como representante pelo voto popular. No segundo caso, o voto é consolidado em dois ou mais níveis, e, portanto, as eleições são indiretas, como as adotadas em diversos países parlamentaristas. Se o primeiro-ministro foi nomeado pelos deputados, foi indiretamente eleito, porque não teve o voto popular direto, embora sua eleição tenha sido, de algum modo, proveniente da escolha popular, uma vez que os eleitores elegeram os deputados diretamente como seus representantes no governo.

No sistema democrático do Brasil, a eleição é direta para a escolha do presidente da república, de governadores, prefeitos e parlamentares dos diferentes níveis federativos.

Há outros aspectos importantes a serem considerados para a compreensão dos sistemas eleitorais, além do caráter direto ou indireto das eleições. Entre eles, destacam-se dois: se o voto é majoritário, proporcional ou distrital e como são organizadas e dispostas as listas de candidatos aos cargos legislativos.

CYNTHIA BRITO/OLHAR IMAGEM

Manifestação do movimento Diretas Já em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 1984. O objetivo do movimento era reverter o processo que ocorria desde o golpe civil-militar de 1964, que, entre outras medidas, estabeleceu eleições indiretas para presidente como forma de permanecer no poder.

Classificação indicativa do documentário *Eleições*: 12 anos.

Dica

Eleições

Direção: Alice Riff. Brasil, 2018. Duração: 100 minutos.

O documentário retrata o processo eleitoral para o grêmio de estudantes secundaristas em uma escola de Ensino Médio na cidade de São Paulo. Essas eleições ocorrem simultaneamente à organização das eleições federais no país. Os quatro grupos de estudantes reunidos nas chapas acabam travando uma campanha repleta de conflitos e disputas em que as pautas comunitárias se entrelaçam às pautas em jogo nas eleições nacionais. Em meio a isso, combinam-se os desafios, desamparos, encontros e desencontros possibilitados pela amizade, pelos sonhos e pela juventude.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tipos de voto

No Brasil, em eleições para cargos nas esferas de governo, considera-se **voto válido** todo aquele destinado a um candidato ou partido – também chamado **voto de legenda**. Os votos válidos são computados para a contagem final em uma eleição. Embora seja obrigatório ir à urna, o cidadão pode preferir não votar em ninguém, anulando seu voto ou deixando-o em branco. Nesse caso, considera-se o **voto inválido**, e este não segue para a contagem final em uma eleição. Dessa forma, na escolha para o cargo, os votos brancos e nulos são desconsiderados, e a quantidade deles não interfere na validade de uma eleição.

LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

Preparação da primeira eleição com urna eletrônica do Brasil, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1996. Implementada no Brasil pelo Tribunal Superior Eleitoral, a urna eletrônica modificou o processo das eleições e reduziu o tempo de apuração dos votos.

Sistema eleitoral majoritário

O sistema eleitoral majoritário ocorre quando os candidatos são escolhidos pelo voto da maioria dos eleitores, ou seja, os mais votados ocupam os cargos em disputa. Há dois tipos de eleição majoritária: a de maioria absoluta e a de maioria simples.

No tipo de **maioria absoluta**, ou sistema majoritário de turno duplo, o candidato considerado eleito precisa obter 50% dos votos válidos acrescidos de mais um. Se na disputa entre mais de dois candidatos nenhum deles obtiver mais de 50% dos votos, deve haver um **segundo turno** entre os dois mais votados no primeiro turno, a fim de que se produza a maioria absoluta. Em caso de empate, o candidato mais velho será o escolhido. No Brasil, o presidente, os governadores e os prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores são escolhidos por meio desse tipo de sistema eleitoral.

Já no tipo de **maioria simples**, ou sistema majoritário de turno único, o candidato mais votado entre os que disputam o cargo é o escolhido, independentemente de ter obtido 50% e mais um dos votos válidos. Assim, não há necessidade de realizar o segundo turno, mesmo que vários candidatos participem da eleição. No Brasil, o sistema de maioria simples é utilizado para eleger senadores da república e também prefeitos de cidades com menos de 200 mil eleitores.

Sistema eleitoral proporcional

O sistema eleitoral proporcional é realizado de diversos modos ao redor do mundo. Estes são alguns princípios que unificam os diferentes tipos desse sistema eleitoral:

- são utilizados para a escolha dos candidatos que disputam cargos legislativos;
- por meio deles tenta-se garantir logicamente uma correspondência percentual entre os votos obtidos pelos diversos partidos e os cargos parlamentares em disputa;
- as modalidades e os graus de correspondência percentual entre o número de votos válidos computados e a quantidade necessária de votos para se obter um cargo podem variar muito em cada eleição;
- apresentam-se aos eleitores os candidatos, o tamanho do colégio eleitoral em número de eleitores, as cláusulas de acesso aos cargos em disputa, o número de cargos em disputa e o modo como eles são dispostos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Eleição proporcional no Brasil

No Brasil, o sistema proporcional é utilizado para a escolha dos ocupantes dos cargos legislativos: deputados federais, estaduais e vereadores. A escolha é realizada por meio de **lista aberta**. Isso significa que, no Brasil, os eleitores podem votar em um candidato específico.

Há países nos quais a lista de candidatos é previamente definida pelos partidos, e os eleitores não podem votar em pessoas, apenas na legenda partidária. O partido, dependendo da quantidade de votos que receber, ganha um número de cadeiras no Legislativo. Essas cadeiras serão ocupadas pelos candidatos da lista conforme a ordem estabelecida pelo partido. Nesses casos, dizemos que se trata de um sistema eleitoral proporcional de **lista fechada**.

Aparentemente, a escolha do candidato a um cargo legislativo no Brasil é feita de forma muito simples, pois basta ao eleitor se dirigir à urna e digitar o número do candidato ou do partido escolhido (voto de legenda). Entretanto, por trás desse mecanismo, existem regras para a distribuição das cadeiras em disputa.

Nas eleições proporcionais, o primeiro passo para determinar a quantidade de cadeiras a que um partido tem direito é saber a quantidade de votos válidos: a quantidade de votos totais, subtraídos os votos brancos e nulos. O segundo passo consiste em calcular o **quociente eleitoral**: número que indica qual é o mínimo de votos necessários para o candidato obter uma cadeira, dividindo-se a quantidade de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa. O terceiro passo é calcular o quociente de votos dos partidos que disputaram a eleição, dividindo-se a quantidade de votos válidos do partido pelo quociente eleitoral. As vagas ou cadeiras restantes após os cálculos são mais uma vez distribuídas pelos partidos que conquistaram cadeiras, somando-se uma cadeira a mais para a divisão entre os partidos. Repare que, se um partido não conseguir o mínimo de votos necessários para cobrir o quociente eleitoral, estará automaticamente fora da distribuição já na primeira divisão. Assim, o quociente eleitoral produz um efeito de barreira, deixando certos partidos de fora da disputa.

O quadro a seguir exemplifica como é realizada a distribuição de cadeiras no sistema proporcional brasileiro. Considere três partidos (A, B e C) disputando nove cadeiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Distribuição de vagas no sistema eleitoral proporcional brasileiro

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5
Conheça o **total de votos válidos**. Hipoteticamente, vamos adotar o número 2.700, assim dividido: Partido A: 400 Partido B: 1.100 Partido C: 1.200	Calcule o **quociente eleitoral (QE)**, dividindo a soma de votos válidos pelo número de vagas em disputa: 2.700 ÷ 9 = 300 Para obter ao menos 1 vaga, o partido tem de alcançar o QE.	Calcule o **quociente partidário (QP)**, dividindo o número de votos de cada partido pelo quociente eleitoral. O resultado é o número de cadeiras que cabe a cada legenda. Partido A: 400 ÷ 300 = 1 (resultado arredondado) Partido B: 1.100 ÷ 300 = 3 (resultado arredondado) Partido C: 1.200 ÷ 300 = 4	Calcule quem fica com **a vaga que sobrou**, dividindo o número de votos de cada legenda pelo número de vagas já obtidas mais 1. Ganhará a vaga quem obtiver o maior resultado. No caso, o partido B. A: 400 ÷ (1 + 1) = 200 B: 1.100 ÷ (3 + 1) = 275 C: 1.200 ÷ (4 + 1) = 240	Obtenha o resultado. A: 1 vaga B: 4 vagas C: 4 vagas

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Glossário eleitoral**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario. BURLE, Sílvio. Como funciona o Congresso Nacional. **Agência Senado**, 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/09/como_funciona_o_Congresso_Naciona. Acessos em: 3 out. 2024.

O voto distrital

Em alguns países, como Índia, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra, as eleições são realizadas por meio do sistema de voto distrital. A característica geral desse tipo de voto é a eleição do representante se efetuar pelo número de eleitores que habitam determinada localização territorial, chamada de distrito. Em geral, cada distrito elege apenas um representante, e, assim, as campanhas devem restringir-se aos limites geográficos do distrito. Por esse motivo, nesse modelo de eleição, há um contato mais próximo entre candidatos e eleitores e, consequentemente, após as eleições, entre representantes e representados.

Sistema político brasileiro

Após estudar os elementos necessários à compreensão das formas e sistemas de governo, é possível elaborar uma caracterização geral do sistema político brasileiro contemporâneo. Segundo a Constituição de 1988, no Brasil, as instituições políticas estão organizadas do seguinte modo:

- **Forma de governo**: República
- **Forma de Estado**: Federativo
- **Sistema de governo**: Presidencialista
- **Sistema partidário**: Multipartidário
- **Sistema eleitoral**: Misto – eleições majoritárias para o Executivo e para senadores e proporcionais para demais cargos legislativos
- **Regime político**: Democracia mista – representativa, por meio do voto, e participativa, por intermédio de mecanismos como o referendo, o plebiscito etc.

Acrescenta-se a essas definições a informação de que, no Brasil, qualquer cidadão pode votar em candidatos aos cargos legislativos e executivos desde que cumpra os pré-requisitos eleitorais: idade mínima de 16 anos e cadastro ativo na Justiça Eleitoral para emissão do título de eleitor. Como você estudou, o voto no Brasil é obrigatório a todos os cidadãos, sendo facultativo a analfabetos, adolescentes com 16 ou 17 anos e pessoas com 70 anos ou mais.

Para se tornar candidato, é necessário, ainda, ter nacionalidade brasileira, estar livre de implicações jurídicas referentes ao exercício dos direitos políticos, alistar-se na Justiça Eleitoral, estar filiado a um partido político e ter domicílio eleitoral na circunscrição na qual disputa o cargo. Analfabetos e não inscritos na Justiça Eleitoral não podem, no Brasil, ser candidatos em eleições. A idade mínima exigida para a disputa de cargos eletivos é: 18 anos para vereador, 21 para deputado estadual, federal ou prefeito, 30 para governador e 35 para senador ou presidente da república.

Dica

Justiça Eleitoral

Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/. Acesso em: 3 out. 2024.

O portal da Justiça Eleitoral disponibiliza informações sobre o processo eleitoral brasileiro, que vão desde perguntas frequentes sobre o título de eleitor e explicações sobre a urna eletrônica até o combate à desinformação, incentivando a checagem de notícias, a identificação de *fake news* e a divulgação de conteúdos verídicos e educativos.

Saiba mais

Presidencialismo de coalizão

O cientista político brasileiro Sérgio Abranches criou a expressão **presidencialismo de coalizão** para explicar uma dinâmica de estabelecimento de alianças entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, em que o presidente da república, para governar de forma estável diante da alta fragmentação partidária, constitui alianças através de negociações contínuas e concessões com múltiplos partidos no Congresso. De acordo com Abranches, o presidencialismo de coalizão é uma característica da política brasileira: para o autor, as coalizões tornaram-se uma prática no país para evitar crises e desequilíbrios políticos e garantir a governabilidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O número de empregos no setor público foi consultado em: IPEA. Total de vínculos ocupados no mercado de trabalho (1985-2021). **Atlas do Estado Brasileiro**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/62. Acesso em: 16 set. 2024.

Técnico em serviços públicos

Os brasileiros têm uma série de direitos sociais garantidos por lei, como o direito a renda, moradia, saúde, educação, lazer e segurança. A efetivação desses direitos ocorre por meio de serviços prestados pelo Estado ao cidadão, o que é feito por órgãos públicos que organizam e mobilizam recursos financeiros para atender às necessidades da população.

No Brasil, os serviços públicos são executados e administrados por funcionários contratados pelo Estado ou por empresas privadas trabalhando com permissão governamental. Em muitos casos, os profissionais envolvidos têm nível médio e não apresentam uma formação específica para a gestão de serviços públicos.

O curso **técnico em serviços públicos** foi criado para ampliar a qualidade desses serviços por meio da formação de profissionais capazes de planejar e executar atividades administrativas, pesquisar propostas para a resolução de problemas da esfera pública, avaliar o desempenho e a efetividade das ações governamentais e atender o público em geral. Durante o curso, o estudante terá a oportunidade de conhecer mais sobre ética, cidadania, direito, contabilidade, administração e orçamento público, entre outros assuntos. O curso é ministrado em salas de aula convencionais, mas podem ocorrer visitas técnicas e atividades que possibilitem ao estudante vivenciar o dia a dia do setor público.

O principal campo de atuação são instituições públicas federais, estaduais e municipais, assim como empresas privadas dedicadas à prestação de serviços públicos.

Segundo o *Atlas do Estado Brasileiro*, publicado pelo Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada, o setor público empregou mais de 10 milhões de pessoas no Brasil em 2021.

A maioria dos empregos públicos do país é gerada pelo poder executivo municipal, ou seja, pelas prefeituras. No entanto, as médias salariais variam consideravelmente entre os níveis municipal, estadual e federal, sendo o nível federal aquele que paga maiores salários.

CLÓVIS NETO/FOTOARENA

Funcionários municipais atuando no Programa Social Povo das Águas, que atende famílias ribeirinhas em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diversidade e representação política no Brasil

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Os dados sobre representação política no Brasil foram retirados de: JUSTIÇA ELEITORAL. Estatísticas: mulheres no parlamento. **TSE Mulheres**. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas. Acesso em: 26 ago. 2024. Os dados sobre possíveis fraudes na autodeclaração racial de parlamentares eleitos em 2022 foram consultados em: FREIRE, Simone; MAZZEI, Beatriz. Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos. **UOL**, 20 nov. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

Um dos principais desafios à democracia brasileira na atualidade é tornar concreta a proporção da candidatura de mulheres, pessoas negras e indígenas filiadas a partidos políticos com chances reais de ser eleitas para cargos representativos. Isso porque, historicamente, a arena política, partidária e eleitoral no país é ocupada sobretudo por homens, em grande parte brancos.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, em 2024, o Brasil ocupava a posição 132 no *ranking* mundial do percentual de mulheres eleitas em parlamentos nacionais, considerando os dados de 185 nações. Juntas, as nações pesquisadas atingiram a média de 25,5% de mulheres nos parlamentos. No Brasil esse número foi de 17,5%, ficando muito atrás de países como Ruanda (61,3%), México (50%), Islândia (47,6%) e Bolívia (46%).

Desde 2009, algumas medidas têm sido adotadas para reduzir desigualdades de gênero e raça no cenário eleitoral brasileiro. Naquele ano, o Brasil aprovou uma lei que estabelece o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas eleições. Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu que 30% do Fundo Eleitoral – fundo público voltado ao financiamento de campanhas políticas – teria de ser utilizado pelos partidos no financiamento de candidaturas de mulheres. Em 2019, também foi ampliado o tempo de TV, bem como foram incrementados recursos para amparo à participação feminina na política eleitoral. Seguindo esse curso, em 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a participação no Fundo Eleitoral e no tempo de TV também deveria ser proporcional ao número de candidatos negros (ou seja, autodeclarados pretos ou pardos segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Diante dessas definições, desde as eleições de 2022, todos os partidos políticos brasileiros devem cumprir as cotas previstas em lei, seja em número de candidatos, seja em distribuição de recursos a seus filiados aptos a disputar eleições. No entanto, são muitas as denúncias de descumprimento das cotas, seja por meio de candidaturas "laranjas", em que, apesar de participar das eleições, os candidatos não têm o real objetivo de se eleger, seja por meio de fraudes, por exemplo, quando um candidato socialmente considerado branco se autodeclara pardo a fim de se beneficiar do Fundo Eleitoral.

Aliás, só é possível acompanhar os dados sobre cor ou raça dos candidatos brasileiros a partir de 2014, pois, antes disso, a autodeclaração racial não era solicitada na inscrição eleitoral.

As ciências sociais vêm contribuindo com pesquisas e reflexões que nos ajudam a compreender as discriminações e preconceitos que afetam as minorias na política institucional.

Como exemplo, é possível citar o trabalho de um grupo de pesquisadores liderados pela socióloga Marcilene Garcia de Souza. A pedido de um portal de notícias, esses pesquisadores analisaram possíveis fraudes na autodeclaração racial dos parlamentares eleitos em 2022. Segundo a pesquisa, 32,3% dos parlamentares eleitos se autodeclararam negros. No entanto, apenas 16,4% dos eleitos foram considerados negros pelos pesquisadores. Essa divergência indica que um possível aumento no número de parlamentares negros pode ser ilusório, mascarando a falta de avanços de representatividade política no Brasil.

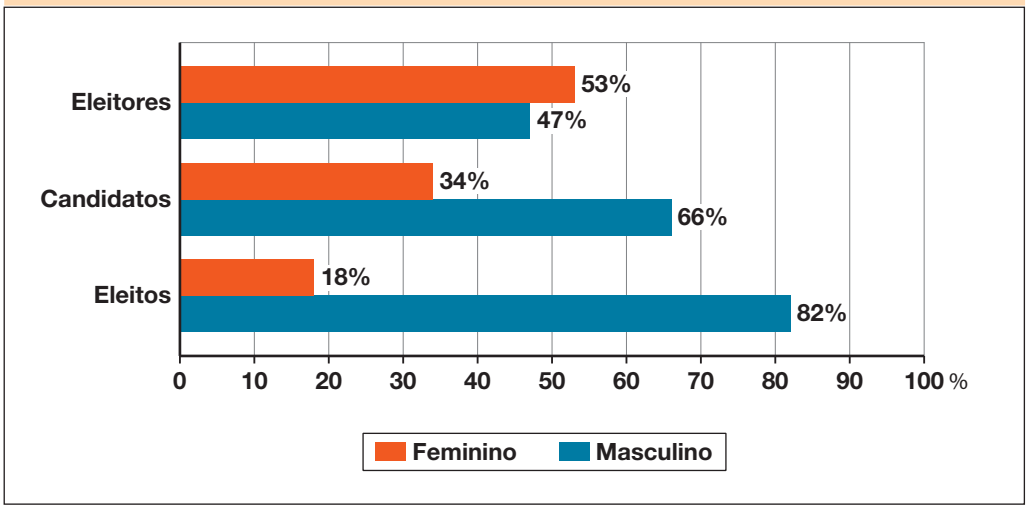
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outro aspecto analisado pela sociologia é a participação das mulheres nas eleições. No artigo "Transformando a diferença: as mulheres na política", Míriam Pillar Grossi e Sônia Malheiros Miguel analisam os mecanismos pelos quais a opinião pública, ora a favor, ora contra, cristaliza a cultura sobre as mulheres na política. As autoras desse artigo verificaram que os homens têm medo de que as mulheres passem a ocupar os espaços deles, como expressou o relato de uma candidata à prefeitura de Macaé, no Rio de Janeiro.

> [...] na eleição passada quando fui candidata a Prefeita, um homem abordou-me e falou que votaria em mim todas as vezes que eu fosse candidata a Vereadora e a Deputada, mas a Prefeita, de jeito nenhum. Perguntei-lhe o porquê daquela decisão. Ele falou que, se **uma mulher mandasse na cidade, sua esposa ia querer mandar nele dentro de casa** (Risos).
>
> Deputada Federal Miriam Reid. *Apud*: MIGUEL, Sonia Malheiros; GROSSI, Míriam Pillar. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 11, p. 176, jun./dez. 2001.

Dados estatísticos sobre a participação nas eleições federais de 2022, por gênero, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, podem ser consultados no gráfico a seguir.

Brasil: participação eleitoral por gênero (em %) – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: JUSTIÇA ELEITORAL. Estatísticas: participação feminina. **TSE Mulheres**, 2022. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas. Acesso em: 26 ago. 2024.

Atividades

Responda no caderno.

1. Analise o gráfico. O percentual de mulheres eleitas em 2022 é proporcional ao percentual de eleitoras e candidatas? Explique.
2. Quais fatores podem explicar a sub-representação de mulheres, negros e indígenas na política institucional brasileira?
3. Que medidas foram adotadas para reduzir as desigualdades de gênero e raça no contexto eleitoral brasileiro? Essas medidas foram suficientes para solucionar o problema? Justifique.
4. Que medidas você proporia para superar as desigualdades de gênero e raça nas eleições brasileiras?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Identifique a forma de governo descrita em cada um dos itens a seguir.**
   - **a.** Forma na qual as autoridades e o poder centralizado são destituídos para que a própria comunidade faça a gestão dos recursos e do cotidiano.
   - **b.** O poder do Estado é transmitido por meio das tradições e da hereditariedade da linhagem familiar.
   - **c.** Forma de governo com base na crença de que a chefia de Estado é atribuída por divindade. Nela, a principal liderança religiosa tem também caráter político.
   - **d.** Tem como princípio a organização dos poderes baseada na ideia de coisa pública, com escolha do chefe de Estado pelo povo, mandato prefixado e alternância de poder.

2. **Identifique o sistema de governo descrito em cada uma das afirmativas. Em seguida, apresente um exemplo de Estado-nação que adota cada um deles.**
   - **a.** Preconiza que a chefia de Estado e de governo seja exercida pela mesma pessoa, sendo esta escolhida diretamente por meio de eleições populares e livres.
   - **b.** Separa a chefia de Estado da chefia de governo, que é exercida por uma liderança escolhida entre os membros do parlamento.
   - **c.** Prevê a partilha das funções de governo entre o presidente eleito pelo voto popular e o primeiro-ministro escolhido pelo parlamento.

3. **Analise a charge e considere seus conhecimentos de história para responder às questões.**

Quadrinho de Angeli que satiriza o sistema eleitoral brasileiro durante a ditadura civil-militar, 1983.

- **a.** Em que contexto o quadrinho foi produzido?
- **b.** O que são eleições diretas?
- **c.** Explique o efeito de humor do quadrinho.

©ANGELI/FOLHA DE S.PAULO 19.12.1983/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4. **Leia o excerto para responder às questões.**

> No Brasil contemporâneo, o sistema clientelista [...] assume o lugar de canais de comunicação e representação entre a sociedade e o Estado onipotente e fornece, aos estratos mais baixos da população, voz e mecanismos para atender demandas específicas. [...] Nesse contexto particular, [...] constitui, ao mesmo tempo, uma alternativa à presença difusa das estruturas do Estado e uma gramática para as relações sociais [...] entre classes e grupos sociais.
>
> NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política no Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 49.

a. A que tipo de relações partidárias o texto se refere?

b. Considerando o que você aprendeu no capítulo, responda: com qual sistema de governo e com qual tipo de partidos essas relações mais se adaptam?

5. **No Brasil, eleições são realizadas com regularidade de dois em dois anos. Isso porque as eleições municipais, nas quais são escolhidos prefeitos e vereadores, são intercaladas às eleições federais, nas quais são escolhidos o presidente da república, os governadores dos estados, os senadores, assim como os deputados estaduais e federais. Na prática, para o eleitor, isso significa ter de se dirigir às urnas uma vez com dois nomes em mente para votar e, na outra, com cinco.**

Com base nas informações do enunciado, bem como no que você aprendeu sobre o sistema eleitoral e as eleições no Brasil, desenvolva um texto apresentando hipóteses que justifiquem a separação das eleições municipais das estaduais e nacionais.

6. **O *design thinking* é uma maneira de resolver problemas complexos propondo soluções criativas e inovadoras por meio de etapas: compreensão da demanda dos usuários, definição do problema, geração de ideias criativas e teste de soluções. Baseado na metodologia de *design thinking*, você vai construir, com um grupo de colegas, um infográfico explicando o funcionamento do sistema político brasileiro. Para isso, vocês devem:**
   - **Conversar com familiares ou membros da comunidade escolar com o objetivo de identificar duas dúvidas principais em relação ao funcionamento do sistema político brasileiro.**
   - **Definir, com base nas dúvidas relatadas, os conceitos políticos importantes que precisam ser explicados de forma acessível, a fim de possibilitar a compreensão da comunidade sobre o tema.**
   - **Buscar formas criativas de representar graficamente as ideias, considerando diferentes modos de comunicar as informações de maneira eficaz. Vocês podem fazer essa construção manualmente, utilizando esquemas, desenhos, colagens e textos escritos, ou digitalmente, utilizando aplicativos ou *softwares* gratuitos de composição de *layouts*. Aproveitem o uso de cores, ícones, gráficos e imagens para tornar o conteúdo mais atraente e compreensível.**
   - **Testar o infográfico, buscando aferir sua funcionalidade. Para isso, apresentem-no a colegas e solicitem a opinião deles para verificar se as informações estão compreensíveis e corrigir possíveis erros, confusões e problemas que suscitem má interpretação de texto. Com base nas opiniões, busquem ajustar os infográficos, garantindo que atendam às necessidades do público-alvo e comuniquem as informações de forma eficaz.**
   - **Apresentar os resultados à comunidade escolar.**

7. **(Enem-MEC)**

> O princípio básico do Estado de direito é o da eliminação do arbítrio no exercício dos poderes públicos, com a consequente garantia de direitos dos indivíduos perante esses poderes. Estado de direito significa que nenhum indivíduo, presidente ou cidadão comum está acima da lei. Os governos democráticos exercem a autoridade por meio da lei e estão eles próprios sujeitos aos constrangimentos impostos pela lei.
>
> CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 1999 (adaptado).

Nas sociedades contemporâneas, consiste em violação do princípio básico enunciado no texto:

a. Supressão de eleições de representantes políticos.

b. Intervenção em áreas de vulnerabilidade pela igreja.

c. Disseminação de projetos sociais em universidades.

d. Ampliação dos processos de concentração de renda.

e. Regulamentação das relações de trabalho pelo Legislativo.

8. **(Enem-MEC)**

> Numa democracia representativa, como é o Brasil, o direito de votar para escolha dos governantes, que irão ocupar os cargos do Executivo e do Legislativo, é um dos direitos fundamentais da cidadania. Na impossibilidade de participação direta do povo nas decisões que deverão ser tomadas a respeito de questões da máxima relevância para o interesse público, a escolha de representantes para o desempenho dessas tarefas foi o caminho encontrado para que as opções reflitam a vontade do povo.
>
> DALLARI, Dalmo. **Em busca da democracia representativa**. Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 fev. 2015.

Na perspectiva apontada no texto, a consolidação da democracia no Brasil baseia-se na representação popular por meio dos(as):

a. fóruns sociais.

b. partidos políticos.

c. conselhos federais.

d. entidades de classe.

e. organizações não governamentais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 10

Transformação social, sociedade civil, movimentos sociais

Vivemos em um mundo de direitos. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, garante a todas as pessoas nascidas em território brasileiro o direito à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade. Assim, determina que os cidadãos brasileiros devem viver com dignidade, independentemente de crenças ou condições pessoais. Já em seu artigo 6º, afirma que todos têm direito, por exemplo, à educação, à saúde e ao trabalho.

Para muitos de nós, o conjunto de direitos que constitui a cidadania parece natural, já que nos foi garantido desde o nascimento. No entanto, esses direitos foram conquistados por meio de processos de organização e ação da população ao longo da história. Mesmo hoje, muitos grupos se organizam para conquistar espaço em uma sociedade que ainda é excludente, discriminatória e desigual.

A organização da população em grupos pode ser denominada **sociedade civil** e sua ação de forma coordenada é conhecida como **ação coletiva**. A sociedade civil é bastante heterogênea, abarcando causas como a defesa dos direitos humanos e a resolução de questões ambientais. Também a ação coletiva é desenvolvida de formas variadas, articulando estratégias de movimentos tradicionais, como greves, protestos e manifestações de rua, e novas formas de engajamento, como a promoção de campanhas digitais e o ativismo nas redes sociais. Contudo, o estabelecimento da sociedade civil não é um fenômeno recente, e entender suas bases é fundamental para conhecer os caminhos trilhados por ela ao longo dos séculos.

Neste capítulo, você vai estudar a origem da concepção contemporânea de sociedade civil, os modos como os movimentos sociais se organizam, suas pautas e demandas, e a ocorrência de mudanças na sociedade, que transformaram as formas de ação e de participação na vida pública.

ALVES/ONZEX PRESS E IMAGENS/FOLHAPRESS

Manifestação contra a intolerância religiosa na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. O fim da intolerância religiosa é uma das pautas da sociedade civil na atualidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sociedade civil

Quando mencionamos o termo *sociedade*, nos referimos a certo nível de organização que envolve a interação de um conjunto de seres humanos em uma estrutura com normas e valores partilhados. A família, por exemplo, embora tenha conformações distintas em cada grupo humano em razão dos variados sistemas de parentesco, é uma estrutura organizada presente em todas as sociedades. A família é uma instituição que regula a vida em nível micro. O Estado, por sua vez, opera em nível macro, administrando a sociedade como um todo.

Na relação da sociedade com a esfera do poder, há outras configurações de associação organizadas para pautar e disputar o fazer político fora do âmbito do governo e do setor privado. A essa dimensão da organização social composta das mais diversas redes, sindicatos, associações profissionais, associações comunitárias, movimentos sociais, grupos de voluntários, clubes e organizações sociais de finalidade pública denominamos **sociedade civil**.

O conceito de sociedade civil era usado na Antiguidade para indicar civilidade e tratamento mútuo respeitoso. Na Idade Moderna, passou a ser utilizado na obra dos autores contratualistas para designar um estado lógico, constituído pela saída dos seres humanos de uma ordem em que não havia regras explícitas de convivência para outra na qual existem instituições estabelecidas e geridas por certo ordenamento jurídico.

Saiba mais

Contratualismo

O **contratualismo** foi uma corrente da filosofia política que teorizou a formação jurídica ou contratual da sociedade humana, concebendo um modelo lógico segundo o qual os seres humanos saem de uma situação anterior à organização da sociedade – o **estado de natureza** – e passam, por meio de um pacto, a viver sob as regras de um **contrato social** que estabelece a sociedade civil e sua relação com o Estado. A essa tradição pertencem autores como os ingleses Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), além do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Responda no caderno.

Enfoque

1. Considerando a definição apresentada no texto, você conhece alguma organização de sociedade civil? Caso conheça, qual é ela?
2. Escolha uma organização de sociedade civil e identifique sua área de atuação e as formas de ação adotadas por ela. Compartilhe essas informações com os colegas.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Oficina de artesanato promovida pela associação comunitária Ádapo Muquém em União dos Palmares, Alagoas. Fotografia de 2022. As associações comunitárias são organizações políticas fora da esfera governamental, formadas para defender os interesses de determinada comunidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A concepção contemporânea de sociedade civil

A concepção contemporânea de sociedade civil foi elaborada no século XIX em decorrência das ideias do filósofo francês Alexis de Tocqueville. No livro *Da democracia na América*, de 1835, o filósofo argumentou que organizações como hospedarias públicas, casas de caridade, grupos religiosos e associações de ajuda mútua não só constituíam uma esfera coletiva de solidariedade e acolhida, como também reuniam em torno de si uma série de atividades práticas e ideológicas importantes para o desenvolvimento e a manutenção do ambiente livre e democrático. A sociedade civil passou, então, a ser compreendida como a esfera de associações cívicas cuja participação é de suma importância para o desenvolvimento da cidadania.

No mesmo período, em contraposição, Karl Marx argumentou que não havia só o lado positivo da sociedade civil: nessa esfera associativa também estavam grupos de interesse de diferentes classes, como os dos capitalistas, que poderiam reforçar e ampliar a ideologia burguesa. Segundo Marx, os possíveis conflitos travados entre as entidades comprometeriam a agenda política solidária em virtude da disputa do poder social.

No século XX, com base nas ideias de Marx, o filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) teorizou que a sociedade civil não era apenas uma esfera de construção da dominação ideológica da burguesia, pois as classes desfavorecidas e os grupos contra-hegemônicos também poderiam dispor de instituições civis para construir o embate de ideias e formas de organização de **contracultura**.

Atualmente, pode-se afirmar que na sociedade civil se encaixam organizações relacionadas a causas específicas, movimentos que requerem a garantia dos direitos previstos na Constituição Federal, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assim como fundações voltadas ao desenvolvimento social e à educação. A sociedade civil é também chamada de **terceiro setor** porque se diferencia das instituições do primeiro setor, que compõem o Estado, e do segundo, constituído pelas empresas privadas – organizações com fins lucrativos.

Historicamente, organizações que atuavam com causas ligadas aos direitos humanos e ao meio ambiente, bem como entidades que realizavam trabalho social, ambiental e humanitário, eram denominadas Organizações Não Governamentais. A expressão as definia considerando uma negação: "não governamental". Diante disso, na última década, normativas jurídicas e alguns setores da sociedade passaram a adotar a nomenclatura Organização de Sociedade Civil, a fim de descrevê-las segundo o que representam na sociedade, destacando seu papel político na esfera pública e no fortalecimento da democracia.

Contracultura: conjunto de práticas, ideias e movimentos culturais realizados para subverter a hegemonia cultural imposta pela classe dominante.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Compare as interpretações de Tocqueville, de Marx e de Gramsci sobre a sociedade civil.
2. Em sua opinião, como a sociedade civil pode influenciar a agenda política de um país? Debata com os colegas.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Integrantes da Frente Negra Brasileira diante da sede da instituição, na capital do estado de São Paulo. Fotografia da década de 1930. A Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931 com o objetivo de lutar pelos direitos da população negra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A definição de movimentos sociais de Anthony Giddens e Philip Sutton foi retirada de: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Conceitos essenciais de sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 325-326.

Movimentos sociais

Há pouco mais de um século, alguns pesquisadores das ciências humanas, como o francês Gustave Le Bon (1841-1931), autor do livro *Psicologia das multidões*, de 1895, consideravam que os movimentos sociais – entendidos como comportamento coletivo ou de massa – eram um fenômeno psíquico de grupo passível de riscos, pois continham elementos classificados como irracionais. Esses autores argumentavam que, na multidão, os sujeitos tenderiam a perder parte da consciência individual e a agir de forma impensada, deixando-se levar pela maioria. Ainda hoje, é comum alguém se referir a uma manifestação política como um "efeito de manada", sugerindo que as pessoas se comportam de maneira considerada inapropriada justamente por estar em grupo, o que não fariam sozinhas.

Essa forma de entender o comportamento coletivo começou a mudar com os estudos do sociólogo estadunidense Herbert Blumer (1900-1987), membro da **Escola de Chicago**. Blumer compreendia que os movimentos coletivos eram dotados de força política capaz de proporcionar alterações sociais atuando fora do campo político tradicional, ou seja, sem a participação de partidos e instituições estatais. Com base na proposição de Blumer, foi possível pensar o significado dos movimentos sociais como agentes de mudança. Na obra *Conceitos essenciais de sociologia*, Anthony Giddens e Philip Sutton definem os movimentos sociais como "tentativas de modificar a sociedade".

Essa perspectiva pode ser ampliada levando-se em consideração o fato de que os movimentos sociais se configuram pelo vínculo da ação com um conjunto de ideias expressas por meio da manifestação, chamando a atenção da sociedade para os problemas cotidianos. Em *Teorias dos movimentos sociais*, de 1997, a socióloga brasileira Maria da Glória Gohn afirma que:

> [...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação.
>
> GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. p. 247.

Assim, todo grupo organizado que age mediante ideias, fora dos organismos tradicionais da política, e tem como objetivo defender uma agenda baseada na promoção de direitos civis, políticos e/ou sociais representa um movimento social.

Escola de Chicago: grupo de pesquisadores e professores da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, que nos anos 1920 iniciou uma série de estudos urbanos.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Redija um parágrafo analisando as mudanças na interpretação dos movimentos sociais ocorridas ao longo do tempo, de Gustave Le Bon a Maria da Glória Gohn.**
2. **Escolha um movimento social contemporâneo e identifique nele os dois aspectos caracterizados por Maria da Glória Gohn: "fazer" e "pensar".**

AVENER PRADO/FOLHAPRESS

Manifestação do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Mariana, Minas Gerais. Fotografia de 2016. Esse movimento social atua na defesa dos direitos e na reparação de violações sofridas pelas comunidades afetadas pela construção de barragens, como deslocamento forçado e perda de terras e de meios de subsistência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta por redistribuição

Atualmente, existem movimentos sociais em defesa de diversas pautas. Com o objetivo de conceituar e caracterizar a diferença entre eles, a filósofa estadunidense Nancy Fraser propôs uma distinção analítica, classificando os movimentos em dois tipos segundo a agenda que os constitui: a luta por redistribuição e a luta por reconhecimento.

A **luta por redistribuição** está ligada à correção de desigualdades econômicas, como aquelas baseadas na classe. Dessa forma, na classificação de Fraser, movimentos sociais que atuam pela redistribuição procuram mudar a estrutura econômica da sociedade, a fim de assegurar uma distribuição mais equitativa dos recursos e das riquezas.

Predominantes do fim do século XIX até pouco mais da metade do XX, os movimentos sociais redistributivos originados nas sociedades ocidentais tinham por princípio defender, sobretudo, os direitos referentes às questões trabalhistas (salários justos, redução de jornadas de trabalho etc.) e ampliar os direitos sociais vinculados à dimensão econômica da vida.

Em grande parte, os movimentos sociais se organizavam em torno dos conflitos gerados pelas contradições entre capital e trabalho. De modo geral, esses movimentos estavam influenciados pelas ideias de Karl Marx e de outros pensadores marxistas, segundo os quais o caminho da liberdade e da distribuição de direitos e renda, que garantem a justiça social, só pode ser construído por meio da luta organizada dos trabalhadores.

Assim, o trabalho e a posição profissional eram a pauta comum que justificava as lutas sociais. Por meio de sindicatos, associações profissionais, paralisações e greves, esses movimentos levavam às ruas o desejo da redistribuição econômica, da ampliação de direitos e da conquista de patamares mais justos de vida. Esses movimentos reivindicavam a justiça e a eliminação das desigualdades.

Dica

Orgulho e esperança

Direção: Matthew Warchus. Reino Unido, 2014. Duração: 115 minutos.

O filme, ambientado em 1984, aborda uma greve de mineiros no Reino Unido e a atuação de um grupo de ativistas LGBTQIA+ na arrecadação de fundos para os grevistas. A união dos dois grupos em prol de uma causa comum permite refletir sobre as lutas por redistribuição e reconhecimento no final do século XX.

Classificação indicativa do filme *Orgulho e esperança*: 14 anos.

JUCA MARTINS/PULSAR IMAGENS

Passeata de trabalhadores no dia 1º de maio, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1980. Os movimentos de trabalhadores por salários justos e direitos laborais fazem parte da luta por redistribuição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta por reconhecimento

Indo além da pauta dos movimentos por redistribuição, os movimentos sociais que atuam na **luta pelo reconhecimento** pretendem alcançar, sobretudo, a dignidade e o respeito. Essa luta se baseia no direito de ser reconhecido pelas diferenças individuais, e não apenas pela redistribuição econômica coletiva. No centro da agenda política desses movimentos está um forte posicionamento contrário ao desrespeito cotidiano direcionado às denominadas minorias políticas, sociais, étnicas e culturais. Desse modo, os movimentos feministas, negros e indígenas, assim como os de homossexuais, pessoas trans, pessoas com deficiências e os de minorias étnicas, passaram a ganhar cada vez mais evidência nas manifestações políticas do fim do século XX e do início do XXI.

Os movimentos sociais com atuação centrada no reconhecimento ganharam força nas décadas de 1960 e 1970, embora a luta por reconhecimento já existisse. No século XIX, havia movimentos sociais de atuação focada na conquista de direitos civis e políticos. A primeira onda de movimentos feministas, por exemplo, ocorrida entre o fim do século XIX e o início do XX, tinha como base a luta pelo voto das mulheres. No Brasil, em 1870, havia movimentos abolicionistas com atuação concentrada na abolição da escravatura e na escolarização da população negra. Em certo sentido, essas lutas, com suas diferentes ênfases, acionam discursos, manifestações e políticas com o objetivo de minar injustiças, desigualdades e invisibilidades resultantes das contradições do sistema capitalista.

Saiba mais

Marco temporal

O marco temporal é uma tese jurídica que limita a permanência nas terras consideradas dos povos originários aos indígenas que estavam nelas antes da Constituição de 1988. Isso significa que as populações indígenas poderiam ter acesso, por meio da demarcação, somente às terras que ocupavam até 1988. Essa tese nega o reconhecimento dos indígenas como povos originários, assim como a violência por eles sofrida, a qual foi responsável por deslocamentos territoriais que os impediram de estar em suas terras na data estabelecida.

EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Manifestação de indígenas de diferentes etnias contra o marco temporal em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Caracterize os conceitos de luta por redistribuição e luta por reconhecimento.
2. Relacione a luta indígena contra o marco temporal às lutas por redistribuição e por reconhecimento.

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ação coletiva

À forma de atuação dos movimentos sociais dá-se o nome de **ação coletiva**. Nas ciências sociais, o conceito de ação coletiva faz referência a toda ação empreendida por um grupo ou parcelas representativas da sociedade mobilizados em torno de uma pauta. Essa mobilização pode mirar tanto transformações completas da ordem estabelecida quanto reformas na organização da sociedade.

Como estudado, a sociedade civil se configura inicialmente como estrutura criada para dar conta das diferenças produzidas pela distribuição da riqueza no modo de produção capitalista. Para Marx, a sociedade civil está na esfera privada, considerada a esfera do mercado e das relações econômicas. Nessa esfera, que Marx denomina **estrutura**, busca-se assegurar o direito à propriedade e às liberdades individuais. Já o Estado está na esfera pública, também chamada de **superestrutura**, em que se desenvolvem as instituições políticas e jurídicas. Estrutura e superestrutura são elementos interdependentes, que estão em constante relação e influência.

As organizações que compõem a esfera privada empreendem ações para alcançar o poder na esfera pública e colocar as instituições políticas e jurídicas a favor de seus interesses, os quais estão fundamentados na base econômica. Dessa forma, grupos e movimentos se organizam em lutas com o objetivo de interferir na esfera pública para reformar ou transformar os processos de redistribuição da riqueza. A sociedade civil se organiza em movimentos, inicialmente ligados às posições de classe e com a finalidade de interferir diretamente na estrutura de estratificação e hierarquização, o que passa pela ocupação das estruturas do Estado.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Analise a tirinha. Como a resposta de Armandinho sugere a importância da coletividade para a mudança social?
2. Você concorda com o posicionamento de Armandinho? Por quê?
3. Construa três hipóteses acerca dos desafios que Armandinho e seus aliados "espalhados" poderiam enfrentar ao tentar se reunir e coordenar ações.

Formas de ação coletiva

Para empreender a luta na esfera pública, há várias formas de ação coletiva. No século XIX e no início do XX, ações coletivas foram realizadas principalmente pelos chamados movimentos revolucionários, que visavam à transformação completa da ordem estabelecida, com a substituição do comando do poder do Estado e a posterior mudança na estrutura social.

Esses movimentos foram bastante influenciados pelo pensamento de Marx e pelas ideias anarquistas e socialistas vigentes no período, em que o avanço do modo de produção capitalista era acompanhado pela deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e por uma alta concentração de riqueza pela classe burguesa.

Os membros da classe trabalhadora, vivendo em condições de penúria e reconhecendo que essas condições eram definidas por sua posição nas relações sociais de produção, organizaram-se em torno de pautas que visavam à redistribuição. Ao entenderem que a redistribuição só seria possível em um sistema econômico que não objetivasse o lucro, muitos grupos defenderam a necessidade de uma ação política de caráter revolucionário, ou seja, da luta pela derrubada do sistema vigente e sua substituição por um sistema econômico, político e social que assegurasse condições igualitárias de vida.

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2014.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novas pautas, novas formas de ação

Na luta por redistribuição, formas de ação coletiva de pressão e reivindicação – como greves, paralisações, piquetes, ocupações de espaços produtivos e passeatas – são recorrentes e tendem a proporcionar conquistas como aumentos salariais e modificações na legislação. No entanto, não produzem modificações expressivas na ordem.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista resultou na diversificação dos atores sociais e no aparecimento de pautas que não se restringem à luta por redistribuição. Para Antonio Gramsci, esse novo contexto acarreta uma mudança na sociedade civil e em sua atuação com o Estado. Na interpretação do filósofo italiano, a sociedade civil se une ao Estado por meio de mecanismos de participação na esfera pública que não necessariamente residem na ocupação de cargos nas estruturas de poder, mas que permitem a influência e a participação em processos decisórios. Assim, o conceito de sociedade civil se amplia. Às organizações envolvidas nas lutas por redistribuição se somam movimentos que reivindicam reconhecimento, isto é, o conjunto de organizações que compõem a sociedade civil ultrapassa os movimentos de classe e incorpora pautas relacionadas com o feminismo, a questão racial, o ambientalismo, a religião, entre outras.

Com a expansão, as formas de ação coletiva também se modificam. Além das ações de pressão e reivindicação, entram na cena pública as ações de obtenção de resultados, cuja estratégia é a negociação e a constituição de parcerias. Um exemplo é a participação das organizações da sociedade civil nos diversos conselhos das instâncias da federação, como os de saúde e de assistência social. Esses conselhos são ativos, e a participação da sociedade civil neles é fundamental para a condução e a fiscalização das políticas públicas desenvolvidas nas áreas contempladas. A sociedade civil, nesse caso, atua diretamente com o Estado, atribuindo a ele, como apontaria Gramsci, uma dimensão civil. Assim, a ação coletiva possibilita à sociedade civil, por meio de sua organização, participar do Estado ou, nos termos apresentados pelo cientista político brasileiro Marco Aurélio Nogueira, socializar a política a fim de alcançar seus objetivos.

Apesar de termos frisado a ação coletiva como estratégia para a participação na esfera pública, ela também é utilizada para defender interesses na esfera privada. Como exemplos, é possível citar a paralisação do trabalho em uma empresa por aumentos salariais e uma assembleia estudantil para deliberar a inclusão de temas em determinadas aulas. A ação coletiva, assim, é uma estratégia usada por grupos organizados em defesa de interesses comuns. Ela pode ter um caráter de reivindicação, mas, na contemporaneidade, está fortemente ligada à obtenção de resultados sem a transformação total da ordem.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conferência promovida pelo Conselho Nacional de Assistência Social, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Fotografia de 2021. A atuação da sociedade civil em conferências é uma forma de ação coletiva.

A análise de Marco Aurélio Nogueira foi retirada de: NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003.

Saiba mais

Seguridade social

A Constituição Federal de 1988 instituiu a seguridade social garantida pelo Estado. A seguridade social é composta do tripé previdência social, saúde e assistência social. No caso da assistência social, a Constituição prevê a construção da Política Nacional de Assistência Social, que é controlada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, formado por dezoito membros: nove representantes do governo e nove da sociedade civil. Dessa forma, a sociedade civil atua em uma ação de resultado, estabelecendo parceria com o governo e influindo nas decisões relacionadas à política pública do setor.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento operário e sindicalismo

Entre as diversas organizações que compõem a sociedade civil, estão os sindicatos, que representam os interesses de camadas ou setores da sociedade. No entanto, como todos os fenômenos sociais, o movimento operário e o sindicalismo têm origem em um contexto histórico definido e passaram por mudanças no decorrer do tempo.

As organizações formadas com base na posição de classe, como os sindicatos, vinculam-se ao modo de produção capitalista, no qual a estratificação da sociedade é definida pelas relações sociais de produção. A divisão social estabelecida por essas relações tornou mais evidente a posição que as pessoas ocupam, possibilitando-lhes identificar seus interesses comuns e se organizar para defendê-los. Nesse contexto, o movimento operário e as organizações sindicais formaram-se de modo espontâneo e autônomo, tornando-se, posteriormente, regulados por lei.

Movimento espontâneo e politização

Segundo Marx, o movimento operário é parte fundamental do modo de produção capitalista. Para ele, as relações de classe são de dependência. Não há burguesia sem proletariado, e não há o desenvolvimento das forças produtivas pela burguesia sem a resistência do proletariado, que pode ocorrer de forma pontual e espontânea ou constante e organizada. Assim, a própria engrenagem que produz o capital e concentra os meios de produção e o lucro na mão da burguesia dá combustível para a organização dos trabalhadores.

Marx evidenciou que a organização do proletariado crescia à medida que aumentavam a pobreza, a degradação das condições de vida e a exploração do trabalho. As lutas iniciais dos trabalhadores ocorridas na Europa no século XIX eram motivadas pelo acesso a salários e a mínimas condições sociais de vida digna, como uma casa para morar, comida na mesa e descanso semanal, por meio do qual os trabalhadores pudessem repor as forças para retomar as atividades produtivas.

Por isso, parte significativa dos movimentos operários do século XIX e do início do XX não objetivava diretamente a tomada do poder estatal para modificar a estrutura social. No entanto, o debate político acerca da necessidade de uma organização partidária da classe trabalhadora já estava presente, assim como a organização internacional da classe trabalhadora. Experiências como a **Primeira Internacional**, na década de 1860, e a **Comuna de Paris**, na década de 1870, evidenciaram o caráter político da organização do movimento operário.

Primeira Internacional: nome dado à Associação Internacional dos Trabalhadores, uma organização operária mundial fundada em setembro de 1864 da qual participaram componentes de diversas filiações ideológicas.

Comuna de Paris: insurreição popular que ocorreu em 1871, após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na qual operários e outros integrantes das camadas populares de Paris constituíram um governo que administrou a cidade de Paris por 71 dias.

SAMUEL BOIVIN/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Manifestantes durante greve contra a reforma da previdência em Paris, França. Fotografia de 2023. A manifestação foi liderada por sindicatos de trabalhadores contrários às medidas impostas pelo governo francês, como o aumento da idade mínima para a aposentadoria.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O dado sobre a participação na Greve Geral de 1917 foi retirado de: BIONDI, Luigi. Greve Geral de 1917. *In*: JOFFILY, Bernardo; JOFFILY, Mariana (coord.). **Atlas histórico do Brasil**. São Paulo: Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2023.

Movimento operário no Brasil

O movimento operário começou a se organizar no Brasil na segunda metade do século XIX, quando trabalhadores do setor de serviços, como ferroviários, portuários e carregadores de mercadorias, constituíram associações e centros de ajuda mútua. Essas associações, marcadas por forte presença de imigrantes europeus, inicialmente se destinavam a amparar o trabalhador, tornando-se depois importantes espaços de organização política da classe trabalhadora sob a influência das ideologias anarquista e socialista.

É importante lembrar que a industrialização no Brasil era incipiente no século XIX, ganhando impulso apenas a partir da primeira década do século XX. Por isso, em princípio, os trabalhadores do setor de serviços foram os responsáveis por estruturar o movimento operário brasileiro.

O tipo de ação coletiva empreendido naquele momento era de reivindicação, por meio de greves e paralisações, e as pautas estavam ligadas a jornadas de trabalho, garantia de emprego e salários dignos. Um marco de muita importância nessa luta foi a Greve Geral de 1917, em São Paulo, que começou com paralisações parciais e localizadas nas indústrias têxteis e culminou na adesão de diversas categorias da classe trabalhadora e na paralisação da cidade.

O movimento operário continuou sua luta por melhores condições de trabalho e vida e, em diversos momentos, para ter direitos garantidos, entrou em embates significativos com grandes indústrias e com o Estado. No entanto, as organizações da classe trabalhadora não eram reconhecidas, e os movimentos que elas promoviam eram alvo de forte repressão por parte dos agentes do Estado. Somente a partir da década de 1930 a organização dos trabalhadores passou a ser garantida, mas sob o controle do Estado. A Lei de Sindicalização, estabelecida pelo Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, institucionalizou e regulou os sindicatos no Brasil, passando a definir os requisitos para a existência deles.

Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917. Acesso em: 29 ago. 2024.

Saiba mais

Greve Geral de 1917

Em junho de 1917, operários, na sua maioria mulheres, da fábrica têxtil Cotonifício Rodolfo Crespi, no bairro da Mooca, na capital de São Paulo, paralisaram as atividades em mobilização por aumento de salário e redução de jornada. A greve transcorreu na cidade de São Paulo nos meses de junho e julho de 1917, repercutindo no interior do estado e em centros urbanos como Rio de Janeiro e Porto Alegre, e foi considerada a primeira greve geral do país. Segundo estimativas, mais de 50 mil trabalhadores participaram da greve. Os operários reivindicavam aumento salarial, implementação de direitos trabalhistas, fim da exploração de menores de idade e limitação da jornada de trabalho.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cortejo fúnebre do corpo de José Martinez, sapateiro anarquista que foi morto pela polícia durante uma paralisação de trabalhadores, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1917. Esse incidente trágico foi o gatilho para a adesão de milhares de pessoas à Greve Geral de 1917, uma das primeiras grandes mobilizações operárias no Brasil, na capital de São Paulo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Do sindicalismo de confrontação ao sindicalismo negocial

A Lei de Sindicalização estabelecida pelo decreto de 1931 moldou a estrutura sindical do Brasil. A estrutura proposta por esse decreto previa um **sindicato único** por **categoria profissional** (metalúrgico, ferroviário, bancário, por exemplo) e **base territorial** (cidade ou grupo de cidades, estado e federação). Somente as organizações reconhecidas pelo governo podiam ser beneficiadas pela legislação social, devendo, para isso, estar registradas no Ministério do Trabalho, que supervisionava as atividades dos sindicatos e acompanhava as eleições sindicais. Esse órgão, inclusive, validava e podia interferir nos resultados das eleições sindicais.

O objetivo principal do decreto foi a quebra da organização autônoma da classe trabalhadora e seu atrelamento ao Estado. A vinculação entre sindicato e Estado reduzia o conflito entre capital e trabalho. Essa cooperação estava presente no decreto, que estabelecia que as organizações de trabalhadores deveriam zelar pelos contratos de trabalho de seus associados junto às organizações de patrões, os chamados **sindicatos patronais**. Assim, Getúlio Vargas criou a estrutura sindical brasileira e definiu os limites legais para a organização da classe trabalhadora e as ações coletivas empreendidas por ela.

Apesar da legalidade, a existência e as ações dos sindicatos estiveram constantemente ameaçadas, sobretudo sob os regimes de exceção impostos no país. A partir de 1964, quando a ditadura civil-militar foi implantada, os sindicatos se tornaram alvo de forte repressão, assim como todas as formas de organização e de atuação coletiva.

JÚCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Protesto de trabalhadores durante cortejo fúnebre do corpo do operário Santo Dias da Silva, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1979.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Repressão e resistência

Santo Dias da Silva foi um operário metalúrgico e sindicalista brasileiro que em 30 de outubro de 1979, durante uma greve de metalúrgicos na cidade de São Paulo, foi baleado e morto pela polícia militar. Ocorrida em um contexto de crescente tensão entre trabalhadores e a ditadura civil-militar, a morte de Santo Dias configurou-se símbolo de resistência. Seu velório, realizado na Catedral da Sé, no centro da cidade, reuniu líderes sindicais, religiosos e estudantes, transformando-se em ato maciço de protesto de trabalhadores por direitos sociais e de luta contra a repressão.

A retomada da ação sindical ocorreu no fim da década de 1970, com a formação do movimento denominado Novo Sindicalismo, que propunha um sindicato autônomo, contraposto à estrutura corporativa instituída pelo decreto de 1931. O movimento defendia a quebra da organização por categoria e base territorial e a abolição da contribuição sindical compulsória, conhecida como **imposto sindical**.

Esse movimento foi importante para a organização política dos trabalhadores. As estratégias desse período foram de reivindicação e confronto, com greves, piquetes e paralisações. Com a redemocratização do país, outros atores e estratégias entraram em cena, e o sindicalismo de negociação apresentou-se como alternativa.

A Constituição Federal de 1988 garantiu a **negociação coletiva** como instrumento de resolução de conflitos e de estabelecimento de regras e limites na relação entre capital e trabalho. Muitos sindicatos qualificaram seus dirigentes para atuar nesse tipo de ação, com foco na obtenção de resultados. Com o objetivo de maximizar o alcance de seus objetivos, eles procuraram, então, combinar as estratégias de reivindicação e de obtenção de resultados em suas ações coletivas.

Negociação coletiva: mecanismo de resolução de conflitos e de ajuste de interesses entre empregado e empregador mediado pela ação dos sindicatos na busca de consenso entre as partes.

Saiba mais

As greves no ABC

As greves realizadas na região do ABC Paulista (sigla que se refere aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), polo industrial e automobilístico do estado, ao final da década de 1970, representaram uma mudança no movimento sindical brasileiro. A repressão aos movimentos sociais protagonizada pela ditadura civil-militar marcou os últimos anos dessa década, e as greves eram resultado da organização de diversos movimentos sociais, como o movimento pela saúde e contra a carestia, assim como a organização operária ocorrida nas igrejas. As greves evidenciavam um movimento sindical ancorado nas bases, que lutava para se desvencilhar do atrelamento ao Estado, proposto por Getúlio Vargas na Lei de Sindicalização. O movimento sindical formado no ABC Paulista trazia uma proposta diferente, que era a autonomia sindical, inaugurando o Novo Sindicalismo.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique o que o decreto de 1931 significou para a estrutura sindical brasileira.
2. Analise o impacto da ditadura civil-militar nos sindicatos e em suas atividades.
3. Caracterize as noções de sindicalismo de confrontação e sindicalismo negocial.

JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Assembleia de metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Fotografia de 1979.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para onde vão os sindicatos?

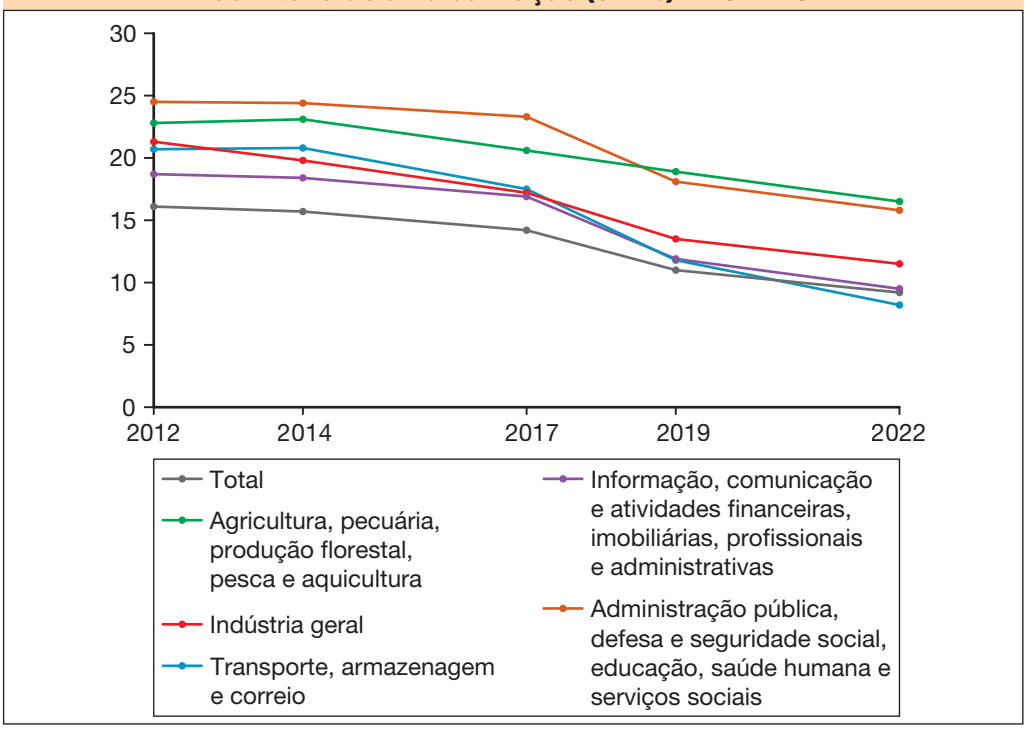
ODS 8

Com essa pergunta em mente, muitos sociólogos têm realizado pesquisas com o objetivo de verificar se e como o movimento sindical resiste na contemporaneidade. Parte dessas pesquisas foi desenvolvida na década de 1990, quando o sindicalismo passou ao padrão negocial.

No livro *Destino do sindicalismo*, de 2002, o cientista político Leôncio Martins Rodrigues (1934-2021) analisa taxas de associação dos trabalhadores aos sindicatos e número de greves realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 em países onde o capitalismo industrial havia se desenvolvido fortemente e que, a partir da década de 1980, sofriam com a desindustrialização. Ele constatou que essas taxas decresceram por todo o período, estabilizando-se no fim da década de 1990, mas em patamares baixos, que não atingiram 30% da classe trabalhadora. Com base nisso, concluiu que houve um declínio do poder sindical para organizar a classe trabalhadora e influir no poder estatal.

Na última década, verifica-se a continuidade da tendência de queda na sindicalização. Uma das formas de mensurar essa tendência é analisar a **taxa de sindicalização**, um índice que mede a vitalidade sindical. O gráfico a seguir apresenta a variação da taxa de sindicalização dos principais grupamentos de atividades no Brasil entre 2012 e 2022.

Brasil: taxa de sindicalização (em %) – 2012-2022



Fonte: IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características adicionais do mercado de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102025_informativo.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

No período abarcado pela série-histórica, foi aprovada a **Reforma Trabalhista** (Lei nº 13.467, de 2017). Proposta pelo Poder Executivo durante a gestão de Michel Temer, essa reforma alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo a prevalência do negociado sobre o legislado, novas modalidades de contratação, flexibilização da jornada de trabalho, fim da contribuição sindical compulsória e regulamentação do teletrabalho.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Durante o debate e a tramitação da reforma, uma parcela de trabalhadores organizada em sindicatos e outras entidades representativas promoveu mobilizações políticas contrárias e outra parcela apoiou a reforma. Na análise da juíza Patrícia Maeda, pesquisadora da área de sociologia do trabalho, parte do apoio da classe trabalhadora à mudança baseava-se no entendimento de que o sindicato, por ainda ter uma estrutura hierarquizada e com foco nas relações de trabalho formais, não alcançava a realidade desse grupo, que realizava trabalho informal. Assim, na leitura da juíza, a heterogeneização e a fragmentação da classe trabalhadora impuseram desafios à organização sindical.

> Em certa medida, contribui para esse ideário a fragmentação da classe trabalhadora em, pelo menos, três subconjuntos: proletários estáveis e com garantias, proletários excluídos do trabalho, e a massa flutuante de trabalhadores instáveis – terceirizados, trabalhadores em tempo parcial, temporários, estagiários [...]. Ao serem submetidos aos mesmos constrangimentos – como, por exemplo, instabilidade de emprego e de renda, desregulamentação das condições jurídicas de emprego e de trabalho, conquistas e direitos sociais em regressão, dentre outros –, esses subconjuntos tendem a se separar uns dos outros e a se isolar [...].
>
> A fragmentação da classe trabalhadora representa novo desafio para a organização sindical, pois abala a representatividade e a legitimidade das organizações que mantêm a estrutura vertical – que privilegia a dimensão de categoria e profissional [...].
>
> [...]
>
> Nesse contexto, é necessária a reflexão sobre o papel do sindicato na sociedade.

MAEDA, Patrícia. Reformar para piorar: a reforma trabalhista e o sindicalismo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 52, p. 111-112, 2018. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/141971/2018_maeda_patricia_reformar_piorar.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

Apesar da diminuição da sindicalização, as organizações seguem atuantes e têm modificado suas formas de ação. Um exemplo está na adoção dos meios digitais de comunicação, os quais tiveram seu uso intensificado no período da pandemia da covid-19. Além disso, nota-se o surgimento de outras formas de organização que têm as pautas da redistribuição incluídas, como os movimentos Breque dos Apps e Entregadores Antifascistas, organizados por trabalhadores plataformizados para reivindicar melhores condições de trabalho.

> Com a pandemia, novas complexidades organizativas e mobilizatórias se apresentaram, aumentando os desafios postos aos sindicatos e suas lideranças, já que [...] as recomendações sanitárias impuseram limitações ao funcionamento das entidades sindicais e ao trabalho de base de suas lideranças, relacionadas tanto às restrições à circulação de pessoas quanto ao fechamento de locais de trabalho, desafiando sua capacidade de diálogo e representação. [...]
>
> Todo esse contexto fez com que as ações sindicais incorporassem um conjunto de novas dinâmicas relacionadas ao uso das tecnologias digitais [...].
>
> [...]
>
> Pode-se dizer, contudo, que nada foi tão marcante [...] quanto a organização, mobilização e ação coletiva dos setores precários das classes trabalhadoras. Nesse sentido, o mês de julho de 2020, através dos chamados #brequedosapps organizado por entregadores por aplicativos, passou a figurar entre os momentos de destaque na longa história da luta dos trabalhadores no país.

SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Iram Jácome; DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. Estudos sobre o sindicalismo brasileiro hoje: percursos e análises. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 11, n. 29, p. 201-236, set./dez. 2023. p. 219 e 221. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/897/463. Acesso em: 29 ago. 2024.

Atividades

Responda no caderno.

1. **Analise o gráfico e identifique o ano em que as quedas nas taxas de sindicalização começaram a se tornar mais acentuadas e o setor que apresentou maior queda nas sindicalizações.**
2. **Com base nos dados, analise os efeitos da Reforma Trabalhista na sindicalização.**
3. **Considerando as teorias sociológicas estudadas, cite os fatores que podem explicar o fenômeno da queda na sindicalização.**
4. **Exponha sua opinião sobre o lugar da representação dos sindicatos no contexto atual do mercado de trabalho.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais do século XX

Antes de tratar especificamente dos movimentos sociais que se inserem no escopo das lutas por reconhecimento, é preciso compreender as diferentes estratégias que os movimentos mobilizam.

A socióloga Maria da Glória Gohn categorizou as teorias de análise de movimentos sociais segundo um critério geográfico, separando-as conforme sua origem. As **teorias norte-americanas** são caracterizadas pela análise fundamentada na estrutura organizacional e nas interfaces dos movimentos sociais com os sistemas político e econômico. Com base na teoria da mobilização de recursos e na teoria do processo político busca-se compreender e explicar o processo de mobilização: o que leva as pessoas a se organizarem em ações coletivas?

De acordo com a **teoria da mobilização de recursos**, considera-se que a decisão de atuar coletivamente tem origem no cálculo do custo-benefício da ação. Trata-se, assim, de uma base racional. Já conforme a **teoria do processo político**, a solidariedade é a base da ação, que ocorre por meio da combinação entre o pertencimento a um grupo e a força das relações e das redes interpessoais estabelecidas entre os membros do grupo. Em ambos os casos, há a necessidade de uma estrutura organizacional, que pode ser formal ou informal, capaz de fornecer recursos para a mobilização.

Nas **teorias europeias**, por sua vez, a chave de interpretação está na tradição marxista, cuja análise é baseada nas contradições entre as classes. Essa perspectiva também foi adotada na América Latina até a década de 1980. Como exemplos, Gohn destaca as análises sobre as lutas populares por moradia, bens e equipamentos coletivos, assim como as lutas pela terra na área rural. Ainda que centradas na redistribuição no escopo das contradições geradas pelo modo de produção capitalista, essas teorias já contemplavam o crescimento da luta por direitos políticos e sociais que mobilizavam agentes e recursos. Nesse contexto, algumas mobilizações históricas agregaram tanto a dimensão da redistribuição como a do reconhecimento às teorias dos movimentos sociais, levando-as também a buscar compreender a subjetividade como elemento para a construção da solidariedade e da ação coletiva.

Classificação indicativa do documentário *Terra para Rose*: 10 anos.

Dica

Terra para Rose

Direção: Tetê Moraes. Brasil, 1988. Duração: 84 minutos.

Por meio da história da agricultora sem-terra Rose, o documentário aborda a questão agrária no Brasil, com foco no período do fim da ditadura civil-militar e da constituição do Movimento dos Sem-Terra.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Manifestação das Ligas Camponesas, na Paraíba. Fotografia de 1964. As Ligas Camponesas foram um movimento associativista de trabalhadores rurais, existente entre 1955 e 1964, com o objetivo de lutar pela reforma agrária.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Tomando por base a categorização proposta por Gohn, identifique a principal diferença entre as teorias norte-americanas e as europeias sobre movimentos sociais.
2. Entre as teorias norte-americanas estão a teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político. Quais são as bases de análise de cada uma?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento feminista

Ao longo da história, em diferentes épocas e lugares, mulheres reivindicaram direitos. No final do século XIX, no Reino Unido, o movimento de mulheres por direitos políticos buscou espaço para a participação ativa na institucionalidade, tendo como marco inicial a organização da União Nacional pelo Sufrágio Feminino. Na primeira década do século XX, com a criação da União Social e Política das Mulheres, as ações se tornaram mais presentes no espaço urbano, com manifestações, greves e campanhas publicitárias. Com foco nos direitos políticos, ficou conhecido como **movimento sufragista**.

O movimento inglês influenciou similares em outras partes do mundo e, paulatinamente, possibilitou conquistas pelos direitos políticos das mulheres, assegurando o direito de votar e eleger-se. No Brasil, no Rio Grande do Norte, em 1927, uma lei estadual aboliu as distinções de sexo para participação no certame eleitoral do ano seguinte. Alzira Soriano, jovem que vinha lutando por esse direito, tornou-se a primeira prefeita do país, no munícipio de Lajes. Nesse período, a luta das mulheres, que era centrada na igualdade no exercício da vida pública – reivindicando, por exemplo, o acesso a direitos políticos e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho –, é denominada **primeira onda do movimento feminista**.

A segunda onda do movimento feminista

A **segunda onda do movimento feminista** evidenciou o caráter opressor da estrutura social sobre a mulher, fortemente marcada pela repressão à sexualidade e à submissão no ambiente familiar. No livro *O segundo sexo*, de 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) analisa a sociedade patriarcal, centrada na figura do homem. A autora atenta para o fato de que a separação entre os espaços destinados a homens e mulheres era regulada pela percepção que a sociedade tinha da experiência corporal de ambos. Beauvoir declara que a relação da mulher com o próprio corpo é construída socialmente com base no que se espera dela. No entanto, para a filósofa, essa condição não corresponde ao que se expressa de forma biológica. Assim, a experiência corporal da mulher é de restrição, permeada pela expectativa de um papel social voltado à composição de um corpo maternal, disposto ao cuidado e à proteção. A obra de Simone de Beauvoir teve grande repercussão, e sob sua influência, na década seguinte, mulheres de diferentes países impulsionaram a segunda onda do movimento feminista na luta pelo direito de exercer sua sexualidade e construir representações corporais com base nos próprios critérios. O período foi marcado pela luta por direitos reprodutivos – como o acesso a métodos contraceptivos e o direito ao aborto – e por mudanças nos hábitos e vestimentas. Foi também um momento de contraposição ao domínio masculino no mercado de trabalho, que representava uma luta por redistribuição.

A terceira onda do movimento feminista

A partir da década de 1990, a incorporação de pautas relacionados à heterogeneidade de experiências vividas pelas mulheres, em razão de sua posição de classe, de sua origem racial e étnica ou de sua orientação sexual, constitui a **terceira onda do movimento**. As pautas das lutas por redistribuição são alinhadas às da luta por reconhecimento, sublinhando que as opressões de classe permanecem, mas podem ser diversas conforme o gênero, a raça, a etnia ou a orientação sexual.

EMMANUELE CONTINI/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Mulheres se manifestam no dia 8 de março pela igualdade e o fim da violência de gênero em Salvador, Bahia. Fotografia de 2023. As pautas levantadas na manifestação são importantes para o movimento feminista na atualidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento negro

As origens do movimento negro estão fortemente baseadas na luta por redistribuição em países com um longo passado escravista, como Brasil e Estados Unidos. Durante a luta abolicionista, o foco estava no direito do negro a exercer seu trabalho de forma livre, o que se estendia ao direito sobre o próprio corpo e à vida. Era uma luta pela existência.

Com a abolição da escravidão, em ambos os países, inicialmente a luta objetivava a inclusão qualificada no mercado de trabalho e o acesso a empregos e salários em condições iguais às das pessoas brancas, bem como a escolarização da população negra, antes excluída da educação formal. No entanto, o negro estava socialmente excluído, pois não tinha os direitos civis e sociais garantidos.

Nos Estados Unidos, sobretudo nos estados do Sul, a segregação racial se tornou uma prática comum após o fim da escravidão, determinando os espaços que pessoas negras podiam frequentar; havia a separação de uso de banheiros, bebedouros públicos e lugares no transporte público conforme a cor das pessoas. Em alguns estados, também havia leis que impediam o casamento entre brancos e negros. Institucionalizada ou socialmente imposta, a segregação racial só começou a sofrer restrições nos Estados Unidos a partir dos anos 1950.

Um símbolo da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos foi o pastor Martin Luther King Junior, que levou às ruas milhares de manifestantes adeptos de sua proposta de ação pacífica. Como resultado dessa mobilização, em 1964, foi promulgada a Lei dos Direitos Civis, que acabou com a segregação racial em todo o território estadunidense. No entanto, apesar de a segregação racial ter sido abolida, o preconceito e a discriminação racial persistem como um grave problema nos Estados Unidos, requerendo a continuidade das ações do movimento negro.

Dica

Malcolm X

Direção: Spike Lee. Estados Unidos, 1993. Duração: 201 minutos.

O filme é uma biografia de Malcolm X, um líder na luta pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos cujo pai, um pastor, foi assassinado pela Klu Klux Klan, uma organização supremacista branca.

Classificação indicativa do filme *Malcolm X*: 14 anos.

Saiba mais

A dupla consciência segundo Du Bois

Influente ativista na luta pelos direitos civis, William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) destaca-se por sua produção sociológica. No livro *As almas do povo negro*, de 1903, ele apresenta o conceito de **dupla consciência** para descrever a percepção conflitante de identidade dos afro-americanos.

> É uma sensação peculiar, essa consciência dual, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena. O indivíduo sente sua dualidade – é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio.
>
> A história do negro norte-americano é a história desse conflito [...].

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021. p. 23.

BETTMANN/COLABORADOR/GETTY IMAGES

Martin Luther King Junior na Marcha do Movimento pelos Direitos Humanos em Washington, Estados Unidos. Fotografia de 1963. A marcha reuniu mais de 250 mil pessoas a favor do fim da segregação racial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento negro no Brasil

No Brasil, a atuação de forma organizada da população negra já ocorria no período anterior ao fim da escravidão, com a formação de quilombos e a participação ativa dos negros libertos no movimento abolicionista.

Após a abolição, as iniciativas de organização ganharam força, com destaque para a atuação da Frente Negra Brasileira, constituída em 1931 com o objetivo de reunir a população negra na busca de seus direitos materiais e políticos. Encerrada em 1937, a Frente Negra Brasileira pleiteou cargos de representação política para negros e publicou o periódico *A voz da raça*, que adquiriu importância por trazer à tona temas como o combate ao racismo e por ser espaço de divulgação da arte, da cultura e da religiosidade afro-brasileiras.

Também se destaca, na primeira metade do século XX, a criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944, pelo ator, escritor e ativista dos direitos civis e humanos Abdias do Nascimento. Voltado inicialmente à valorização do negro por meio da arte, o Teatro Experimental do Negro expandiu sua atuação para a publicação de jornal e a realização de cursos de alfabetização e qualificação profissional, entre outras atividades. O principal objetivo era, com base na defesa dos direitos civis das pessoas negras, incentivar a criação de uma legislação não discriminatória.

No final da década de 1970, durante a ditadura civil-militar, constituiu-se o Movimento Negro Unificado. Entre as pautas do movimento estavam o combate à discriminação e ao racismo estrutural, a denúncia à violência policial e ao genocídio da população negra, a defesa de ações afirmativas e a valorização da cultura afro-brasileira.

ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Abdias do Nascimento em cena da peça *Otelo*, de William Shakespeare, no Rio de Janeiro. Fotografia de 1946. Essa peça foi apresentada durante o Festival do Segundo Aniversário do Teatro Experimental do Negro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Projeto Querino – Episódio 8: Democracia – Liberdade que não veio do céu nem das mãos de Isabel

Rádio Novelo. Apresentação: Tiago Rogero. Brasil, 2022. 60 minutos.

O *podcast* Projeto Querino aborda a história do Brasil de uma perspectiva afrocentrada. Esse episódio evidencia a importância do movimento abolicionista negro para o fim da escravidão.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O movimento negro e a Constituição Federal**

Saiba mais

Estratégias do movimento abolicionista

Na obra *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*, a socióloga Angela Alonso analisa as estratégias adotadas pelas lideranças do movimento abolicionista para conquistar a emancipação da população escravizada. Por meio das ações de personalidades como André Rebouças, Abílio Borges, Luís Gama, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, a pesquisadora caracteriza as táticas do movimento, como a mobilização popular, a difusão da agenda na imprensa, as encenações artísticas, a atuação parlamentar e a mobilização pela fuga de escravizados.

Alonso divide o movimento em três fases. A fase inicial, apelidada de flores, é marcada por ações simbólicas e culturais, como a realização de eventos artísticos e a difusão de textos literários abolicionistas. A segunda fase, votos, é caracterizada pela incidência do movimento na política institucional, em que os integrantes buscaram a aprovação de leis em favor da emancipação. Já a terceira fase, balas, é caracterizada como o período mais radical e combativo, marcado por ações diretas e confrontos.

As crises do final do século XX

O fim do século XX foi marcado pela reorganização da estrutura social. A ideia de que a identidade social se forma com base nas relações sociais de produção passou a ser questionada. O fordismo, modelo de gestão da produção e do trabalho e de regulação das relações sociais, entrou em crise na década de 1960. O modelo de regulamentação sustentado na produção padronizada, em massa, e no consequente consumo em massa – que organizou as relações sociais e desenvolveu um modo de vida baseado na sociedade urbano-industrial, na qual o trabalho era o principal meio de produção do reconhecimento e da integração social – demonstrou sinais de esgotamento.

Entre as décadas de 1970 e 1980, ganharam centralidade sociológica reflexões como: o trabalho ainda teria potencial para ser uma categoria social, ou seja, para ser fonte de reconhecimento social? Ele se manteria como padrão de socialização e integração? Nesse contexto, a construção de novos movimentos sociais ganhou força e passou a se organizar na sociedade. A exemplo dos movimentos feminista e negro, que já vinham se estruturando desde o início do século XX e adquirindo novos contornos e intersecções com a criação de novas demandas, outros movimentos, como o LGBTQIA+ e o ambientalista, consolidaram-se. Ampliaram-se assim os estudos de temas e problemas de pesquisa na sociologia voltados à compreensão das motivações, da consolidação e do fortalecimento desses movimentos sociais, sobretudo na luta por reconhecimento.

Esses movimentos tiveram origem com a eclosão de manifestações estudantis em várias partes do mundo, com ênfase em Paris, na França, em 1968, os quais pautaram um conjunto de contestações até então ausentes dos movimentos tradicionais: o anticapitalismo, a oposição à Guerra Fria e à corrida armamentista e nuclear, bem como o questionamento das estruturas familiares existentes. O movimento conhecido como Maio de 1968 levou os jovens às ruas em defesa da democracia, das liberdades individuais e da desconstrução das estruturas sociais, consideradas opressoras e desiguais.

Tudo isso serviu de motivação para a manifestação de outras formas de expressão e de identidade social.

Manifestação durante greve geral em Paris, França. Fotografia de 1968.

EUSTACHE CARDENAS/AP PHOTO/IMAGEPLUS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novos movimentos sociais

Os sinais de esgotamento do fordismo tiveram origem em três fatos. O primeiro deles foi o declínio do modelo de produção em massa, que, além de requerer grandes plantas produtivas e alto investimento energético, assim como o emprego de muitos trabalhadores, acumulava grandes estoques que muitas vezes não eram inteiramente comercializados, gerando desperdício e prejuízo econômico. O segundo foi a crise do Estado de bem-estar social, que dependia da manutenção do pacto entre Estado, capital e trabalho. A crise na produção levou os empresários a buscar reduzir as condições salariais e os benefícios trabalhistas, assim como demandar do Estado a desregulamentação dos direitos sociais, a fim de desonerar as empresas dos pagamentos pelo uso da força de trabalho. O terceiro ponto foi o enfraquecimento da ideologia fordista baseada na totalidade, no modernismo e na sociedade de consumo, a qual passou a ser questionada pelos movimentos sociais, que requeriam individualização e reconhecimento de pautas diversificadas.

Nesse contexto, um grupo de sociólogos europeus passou a observar e a analisar os novos temas e agentes que entravam em cena. Assim, o francês Alain Touraine (1925-2023), o alemão Jürgen Habermas e o italiano Alberto Melucci (1943-2001) foram responsáveis pela conformação da **teoria dos novos movimentos sociais**.

As contribuições teóricas desses sociólogos possibilitaram a construção de certa unidade analítica, que tem como base a perda da centralidade do trabalho nas relações sociais. De acordo com esses teóricos, o conflito não se associa somente às lutas por redistribuição, que procuram eliminar as injustiças sociais e econômicas, e os agentes não se restringem à luta de classes sociais e a seus grupos. Como caracteriza a socióloga Angela Alonso:

> As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os "novos sujeitos" não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias [...] e teriam em comum uma atitude de oposição. [...]
>
> Esses "novos movimentos sociais" não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, "no nível dos próprios problemas sociais", seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 76, p. 60-61, 2009.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Segundo Angela Alonso, quem seriam os sujeitos dos novos movimentos sociais? Cite exemplos que ilustrem a definição da autora.
2. Qual seria a forma de ação desses movimentos?

CHRIS J RATCLIFFE FOR GREENPEACE/GETTY IMAGES

A estudante sueca Greta Thunberg discursando em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2023. O movimento ambientalista foi um dos que mais cresceu nas primeiras décadas do século XXI, com destaque para o protagonismo dos jovens entre as lideranças do movimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O dado comparativo das variáveis raça, gênero e salário foi retirado de: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

As bases dos novos movimentos sociais

Touraine, Habermas e Melucci identificaram a composição heterogênea dos novos movimentos sociais e de uma busca por influir sobre o Estado, mas não necessariamente competir para compô-lo. De certa forma, esses teóricos verificaram que os novos movimentos sociais buscam exercer pressão para incorporar suas pautas na regulação estatal e modificar costumes e normas sociais, produzindo uma mudança cultural na sociedade civil. Sua construção baseia-se nas relações entre os indivíduos, que, ao reconhecerem objetivos e necessidades em comum, produzem significados para suas ações.

Nessas redes de relacionamento se constroem os processos de interação e a motivação para a ação coletiva. É nesse ponto que a **subjetividade** entra em cena, pois ela é o motivo do engajamento. As pautas envolvem não mais as lutas por redistribuição, recaindo nas demandas da vida cotidiana e na afirmação de novas identidades e mudanças dos valores sociais.

As obras de Touraine, Habermas e Melucci influenciaram um conjunto de pesquisas sobre movimentos sociais em várias partes do mundo, incluindo o Brasil, e trouxeram o adjetivo *novo* para a reflexão sobre a maneira como as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista no final do século XX atingiram os movimentos sociais e reconfiguraram as formas de ação coletiva.

A expressão *novos movimentos sociais*, contudo, não se restringe aos novos agentes. Ao perceberem as pautas colocadas em discussão, os chamados velhos movimentos passaram a rever posicionamentos e incorporar elementos com base nessas demandas.

Velhos movimentos, novas pautas

Como estudado, alguns movimentos, como o feminista, já estavam organizados desde a primeira metade do século XX. No entanto, ao final do século XX, eles reconheceram que sua composição era heterogênea e fragmentada, exigindo uma revisão de pautas e das formas de mobilização e ação.

Pesquisadora Sueli Carneiro durante palestra na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. Uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e o sexismo, Sueli mescla produção acadêmica e ação política.

LEONARDO RAMO/FOTOARENA

O movimento feminista, por exemplo, introduziu o conceito de interseccionalidade em sua forma de atuação. Essa chave de interpretação possibilitou a constituição da vertente denominada **feminismo negro**, que, no Brasil, destacou-se nos estudos da antropóloga Lélia Gonzalez e da filósofa Sueli Carneiro, ecoando nas obras da escritora Conceição Evaristo e em muitos outros estudos realizados desde então nas ciências sociais. O feminismo negro baseia-se no fato de que a desigualdade de gênero se exacerba quando a variável raça é adicionada. Na análise das feministas negras, as mulheres negras sofrem uma dupla opressão, originada pelo gênero e pela raça.

A Síntese de Indicadores Sociais, produzida pelo IBGE com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para o ano de 2022, demonstrou que, em comparação com outros grupos (homens brancos e negros e mulheres brancas), as mulheres negras tinham o menor salário, independentemente do nível de escolaridade. Esses dados corroboram a tese das feministas negras e destacam a necessidade de repensar a estrutura dos antigos movimentos sociais considerando outros fatores que compõem as identidades e interferem nas formas de atuação social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quando novos personagens entram em cena

A grande novidade, no entanto, estava no aparecimento de novos movimentos ou, como traduziu o sociólogo brasileiro Éder Sader (1941-1988) no título de sua tese de doutorado, dos novos personagens que entravam em cena.

No Brasil, no final da década de 1970, com o movimento pela redemocratização, novos agentes surgiram em luta contra a pobreza e por acesso a direitos sociais – como saúde e moradia. Em conjunto, outros movimentos se fortaleceram, como os de juventude, indígena, quilombola e LGBTQIA+.

Os movimentos de luta por direitos sociais foram fundamentais no processo de redemocratização do país, e suas reivindicações fomentaram as discussões que deram origem à Constituição Federal, promulgada em 1988. Nela foram inscritos os direitos a saúde, moradia, alimentação e assistência social, que foram garantidos com a previsão de construção do Sistema Único de Saúde, cujo acesso é amplo e irrestrito a todo brasileiro. Dessa forma, mesmo que a proposta não seja a luta no interior do Estado, os novos movimentos sociais objetivam inscrever na regulação estatal os meios de garantia da vida da população.

Na década de 1990, outros personagens ganharam destaque. A **epidemia de aids** – sigla do termo em inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, que significa "síndrome da imunodeficiência adquirida" – jogou luz a um grupo que lutava para ser reconhecido e ter garantido seu direito de existir. No início da epidemia, a ocorrência nos Estados Unidos de um alto volume de casos entre homens que faziam sexo com homens levou a aids a ser estigmatizada como uma "doença *gay*". Se, por um lado, isso aumentou a discriminação contra a população LGBTQIA+, por outro, desempenhou um papel significativo no fortalecimento do ativismo desse grupo, dando visibilidade a questões de saúde dessa população, bem como apoio financeiro e institucional a organizações que atuavam na causa.

Nas décadas seguintes, a população LGBTQIA+ obteve acesso aos direitos que as populações heterossexual e cisgênero já tinham, como a realização da união civil entre os casais. Suas lutas também se expandiram para o mercado de trabalho, de forma a terem assegurado o direito ao respeito à identidade de gênero e à não discriminação em virtude dela ou de orientação sexual. Também resultam da luta do movimento LGBTQIA+ o acesso público e gratuito à cirurgia de redesignação sexual para mulheres trans e a tipificação do crime de homofobia e sua incorporação à legislação brasileira.

Aos poucos, as pautas desse movimento têm sido incorporadas pelo Estado. No entanto, suas ações ainda não atingiram totalmente os objetivos, uma vez que a principal intenção dos novos movimentos sociais é processar mudanças nos valores sociais por meio do reconhecimento da diversidade de identidades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

STUDIO K/PARADA PCD

OBJETO DIGITAL **Infográfico clicável: Conquistas de direitos da população LGBTQIA+**

Parada do orgulho da pessoa com deficiência, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Fotografia de 2024. Em 2024, o movimento de pessoas com deficiência organizou a primeira parada do orgulho da deficiência em diversas capitais de estado brasileiras, com o objetivo de dar mais visibilidade à luta do movimento PCD pela equidade de direitos, acessibilidade e implementação de políticas públicas efetivas.

Movimentos indígena e quilombola

Apesar de as ações e conquistas dos movimentos indígenas e quilombolas terem se tornado mais intensas (ou ao menos mais publicizadas) no século XXI, a existência desses movimentos não é recente.

Resistências indígenas, movimento indígena e indigenista

Os indígenas constituem povos originários do Brasil. Desde o período colonial, povos indígenas de diferentes etnias resistiram às investidas europeias de invasão e escravização e à expropriação de suas terras. Houve também resistência às políticas de catequese conduzidas por missionários que visavam à assimilação indígena.

Essa resistência, no entanto, era fragmentada, ou seja, não constituía um movimento estruturado e unificado pela causa indígena. Nesse sentido, é possível afirmar que o movimento indígena – como agente razoavelmente unificado de atuação na política institucional brasileira – data da segunda metade do século XX e adquire visibilidade e força na esfera pública principalmente a partir da década de 1970. Uma das primeiras participações na vida política institucional foi a eleição de Mário Juruna para deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 1982, reivindicando a representatividade do povo indígena no parlamento brasileiro.

Entre as décadas de 1970 e 1980, foram fundadas diversas organizações indigenistas que atuaram na defesa dos direitos indígenas durante a redemocratização. De composições diversas, entre religiosos, antropólogos, advogados, médicos e ativistas, datam do período a Comissão Pró-Índio (1978), a Associação Nacional de Apoio ao Índio (1978) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi – 1982). Entre elas, o Cimi, organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem marcada importância na mobilização das comunidades, atuando na formação de lideranças e no incentivo à organização política do movimento indígena.

Dica

Conselho Indigenista Missionário

Disponível em: https://cimi.org.br/. Acesso em: 29 set. 2024.

O *site* do Cimi apresenta o histórico da organização, que completou 50 anos em 2024, bem como informações sobre os direitos dos povos indígenas e sobre a violência sofrida por esses povos. Em relação a esse tema, o *site* abriga o Observatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, com relatórios anuais e plataforma de mapeamento dos ataques sofridos por esses povos.

CARTOGRAFIA DE ATAQUES CONTRA INDÍGENAS

Reprodução de página na internet da Plataforma Cartografia de Ataques Contra Indígenas (Caci), disponibilizada pelo Cimi, 2024. Essa plataforma mapeia os assassinatos de indígenas por meio da cartografia social, recurso que consiste na elaboração de mapas com a participação da comunidade, a fim de fazer denúncias e reivindicar direitos. Em Guarani, a palavra *Caci* significa "dor". Na plataforma, é possível navegar pelos casos registrados no mapa, humanizando as vítimas de violência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento indígena

O movimento indígena consolidou-se nacionalmente na década de 1980 com a fundação da União das Nações Indígenas. A organização sociopolítica de um movimento indígena de caráter nacional é plural, pois representa realidades expressivamente diferentes. A articulação não se dá por um caráter unitário e homogêneo, mas pela reunião de povos diferentes, que, entretanto, enfrentam problemas de caráter semelhante. No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, a organização buscou mobilizar as comunidades e articular as demandas em perspectiva nacional. A Constituição Federal de 1988 reconheceu os povos indígenas como originários, atribuindo a eles direitos sobre as terras ocupadas, assim como o direito de exercer organização social própria e utilizar suas línguas e tradições. Para isso, o Estado deve garantir a demarcação das terras indígenas e a proteção e o respeito aos bens materiais e imateriais desses povos. No período pós-constituinte, a União das Nações Indígenas se encerrou. Atualmente, a organização de protagonismo indígena que atua nacional e internacionalmente, articulando as demandas dos diferentes povos, é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Apesar de a Constituição assegurar direitos aos povos indígenas, o respeito à lei e seu efetivo exercício têm sido postos em prática apenas mediante a luta das organizações dos povos indígenas. Muitas terras foram demarcadas desde 1988, mas várias seguiram pendentes de homologação pelo Poder Executivo, algumas demarcações ficaram paralisadas e outras enfrentam processos de revisão e contestação.

Além disso, a discussão sobre o direito dos povos originários às próprias terras tem protagonizado o debate público, caso do marco temporal que você estudou no início do capítulo. Essa tese jurídica é contestada por organizações indígenas e indigenistas, as quais argumentam que ela desconsidera a repressão às populações historicamente expulsas de suas terras. Mesmo com questionamentos e dificuldades, o movimento indígena tem conquistado espaços na política brasileira. Nas eleições federais de 2022, cinco indígenas foram eleitos deputados federais, e em 2023 o governo federal instituiu um Ministério dos Povos Indígenas.

EVARISTO SA/AFP/GETTY IMAGES

Representantes indígenas assistem à sessão de julgamento do marco temporal na Suprema Corte Federal em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quando o movimento indígena começou a se consolidar em âmbito nacional?
2. Explique a importância da Constituição de 1988 para os povos indígenas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento quilombola

O movimento quilombola tem origem nos quilombos organizados desde o século XVI no território que hoje é o Brasil. No contexto da escravidão, os quilombos se constituíram como espaços de resistência dos negros escravizados, de luta pela liberdade e de cultivo de suas culturas e tradições.

As comunidades quilombolas têm origens diversas.

> Além de provenientes dos antigos quilombos de [escravizados] refugiados é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

UNIDADES de Conservação no Brasil. Territórios quilombolas. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/unidadesdeconservacao#territorios-quilombolas. Acesso em: 4 out. 2024.

O movimento quilombola organizou-se para reivindicar o direito à terra, à ancestralidade e ao exercício das culturas e tradições africanas em solo brasileiro. A luta inicial é pela própria identificação como comunidade remanescente de quilombo, comprovando a presença no território e a ancestralidade resultante da trajetória histórica de luta e resistência do povo que ali residia.

Esse processo é fundamental para o reconhecimento da comunidade como quilombola, o que já estava expresso na Constituição de 1988, e para o direito à demarcação de suas terras, regulamentado em 2003 pelo Decreto Federal nº 4.887. Assim como ocorre com os povos indígenas, a luta das comunidades por permanecerem em suas terras está relacionada à possibilidade de habitarem o território onde obtêm os recursos para a sobrevivência e a preservação da própria cultura, sendo fundamental para a identidade étnica dessas comunidades. No entanto, as comunidades quilombolas também têm o direito à demarcação de suas terras questionado.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) é a maior organização quilombola brasileira, tendo por base as organizações locais e estaduais de quilombos. Desde 2023, a Conaq organiza o Aquilombar, evento que possibilita a troca de vivências e saberes entre as comunidades quilombolas brasileiras e o fortalecimento de suas pautas e agenda de luta.

JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Participantes do Segundo Aquilombar, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2024. O evento foi organizado com o objetivo de reunir comunidades quilombolas de diferentes regiões do país para reivindicar direitos e promover a valorização da cultura quilombola.

Dica

História Preta – 1º temporada – Palmares

Apresentação: Thiago André. Brasil, 2024. 207 minutos.

Roteirizado e apresentado pelo historiador Thiago André, o *podcast* História Preta resgata memórias históricas da população negra no Brasil e no restante do mundo. A temporada *Palmares*, composta de seis episódios, reconstitui a história do Quilombo dos Palmares, no século XVII.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novas formas de ação coletiva

Os movimentos sociais da virada do século XX são considerados "novos" por trazerem para a cena política pautas que não se restringem às lutas por redistribuição, e por apresentarem estruturas diversas de organização, assim como diferentes estratégias de ação coletiva. Tradicionalmente, os movimentos sociais seguem o padrão de organização da maioria das instituições do campo político-econômico e do campo social: a organização de acordo com uma estrutura hierárquica vertical. Nas instituições situadas no campo da política, por exemplo, no qual os movimentos sociais se situam – em relação às lutas e disputas que promovem –, a estrutura hierárquica vertical é bastante comum, adotada por partidos políticos e movimentos sociais tradicionais, como o movimento sindical.

Quando consideramos a teoria dos novos movimentos sociais, verificamos que os novos agentes em cena em lutas e disputas são pessoas que se mobilizam e se organizam em busca do reconhecimento de suas formas de existência e dos direitos negados a elas – em muitas situações, em razão de seus atributos e identidade. A mobilização ocorre, em alguns casos, para viabilizar uma ação necessária e pontual, desfazendo-se posteriormente.

Dessa maneira, a estrutura adotada pelos novos movimentos sociais no século XXI tende a ser mais flexível, fluida e horizontal, com a desconcentração do poder de decisão. É o tipo de estrutura adotado, por exemplo, por alguns movimentos sociais urbanos de luta por moradia. Apesar de serem movimentos sociais alinhados à luta por redistribuição, sua organização está próxima da adotada pelos novos movimentos sociais. Os movimentos por moradia se valem da estratégia de ocupar prédios e terrenos públicos e privados ociosos, com o objetivo de chamar a atenção da população para a necessidade de uma reforma urbana que tenha como prioridade a garantia de habitação para todos. As ocupações também visam à desapropriação e à transformação de espaços ociosos em locais de moradia. Diante do **déficit habitacional** no Brasil, esses movimentos propõem políticas públicas que coíbam a especulação imobiliária, responsável tanto pelo custo elevado de compra e de aluguel dos imóveis como pela manutenção de imóveis vazios, enquanto há milhares de pessoas morando em condições precárias.

Em relação à estrutura organizacional, as ocupações se caracterizam pela gestão dos coletivos, havendo uma liderança responsável pelo contato com a direção geral do movimento. No entanto, determinadas ações só podem ser realizadas por meio das decisões tomadas em assembleias, das quais todos os habitantes da ocupação participam com direito a voto. A proposta dessa forma de organização é construir a decisão de maneira colegiada e colaborativa, tornando os membros do movimento participantes das decisões e, portanto, responsáveis por seu rumo.

Déficit habitacional: expressão que faz referência à existência de população em condições precárias de moradia ou sem moradia em determinada região.

ROBERTO CASIMIRO/FOTOARENA

Ocupação Nove de Julho, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. As ocupações de prédios ou de terrenos ociosos são uma estratégia comum aos movimentos por moradia do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mobilização digital

O modelo de estrutura horizontal também é adotado por outros movimentos, como o Movimento Passe Livre, que ficou bastante conhecido pelas manifestações que deram origem às denominadas Jornadas de Junho de 2013. Além das formas distintas de organização, esses movimentos utilizam outras estratégias de ação coletiva. As tradicionais, como manifestações, passeatas, panfletagem e paralisações, continuam em sua lista. No entanto, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação possibilitou que as ações organizadas de maneira presencial fossem estendidas para o mundo digital, propagando as pautas para mais pessoas e mobilizando ações em menos tempo.

Um exemplo foi a mobilização para a manifestação de luto e protesto pela morte da socióloga e vereadora Marielle Franco, assassinada com o motorista Anderson Gomes no dia 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Em menos de 24 horas, ocorreram diversas manifestações em todo o país, organizadas por meio das redes sociais digitais. As manifestações reuniram milhares de pessoas, demonstrando o potencial desses veículos para uso dos movimentos sociais.

Na atualidade, o mundo digital é o espaço privilegiado para o exercício do ativismo. É nele que as pautas são organizadas, a luta é desenvolvida e travada e, em muitos casos, as decisões são tomadas.

Saiba mais

Jornadas de Junho

As Jornadas de Junho de 2013 foram uma sequência de manifestações em todo o país que iniciaram com protestos pelo aumento das passagens de ônibus, mas passaram a incluir pautas diversas, como o acesso a serviços públicos de qualidade e críticas à corrupção. Sua origem está nas manifestações pela redução da tarifa do transporte público conduzidas pelo Movimento Passe Livre em várias cidades do Brasil. Cientistas sociais consideram as Jornadas de Junho um marco na história política do país, pois a partir delas surgiram movimentos políticos diversos, como o Movimento Brasil Livre.

CADU ROLIM/FOTOARENA

Manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre em Florianópolis, Santa Catarina. Fotografia de 2013. O movimento é conhecido por sua organização horizontal e descentralizada.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ciberativismo

O ativismo digital ou ciberativismo teve início na década de 1990, quando a internet começou a se difundir. Ele é caracterizado pela estrutura em rede, colaborativa, e pelo uso das tecnologias de informação e comunicação para a organização e a disseminação das ações.

A possibilidade de organização da ação coletiva via rede digital proporciona mais autonomia aos agentes em suas decisões de aderir ou não a uma estratégia de ação coletiva. Mesmo que as ações sejam mobilizadas pelos movimentos sociais, com a disseminação em rede diferentes pessoas podem sentir-se representadas e se engajar na mobilização.

Esse é o caráter flexível e fluido dos novos movimentos sociais para o qual Alberto Melucci chamou a atenção. Na compreensão de Melucci, os movimentos sociais são formas de ação coletiva, e o engajamento, motivado por critérios relacionados com formas de vida, pode ser efêmero e pontual, o que se torna mais fácil com o uso das redes digitais. Foi o que aconteceu com a Primavera Árabe e com as Jornadas de Junho, mobilizações estruturadas primeiro nas redes sociais, que reuniram os mais diversos grupos engajados por um sentimento comum e culminaram na realização de uma série de manifestações e protestos que tomaram as ruas.

Também é por meio das redes sociais digitais que os resultados das ações são compartilhados. A filósofa contemporânea estadunidense Judith Butler afirma que há uma performatividade nas mobilizações desses movimentos sociais que toma as redes e as ruas, pois o uso das redes para criar uma estética de ocupação do espaço urbano faz parte da estratégia de mobilização e ação.

Embora as redes sociais tenham a capacidade de propiciar o engajamento autônomo, os movimentos sociais organizados se valeram do potencial delas para colocar suas discussões em pauta e alcançar a sociedade civil, transformando-as em mais um elemento de pressão. Além disso, os novos movimentos sociais se articulam em ações digitais diversas – postagens simultâneas e subida de *hashtags* nas redes sociais, por exemplo – como meio de chamar a atenção, sobretudo da mídia tradicional, para determinados assuntos.

No entanto, é fundamental considerar que, embora o uso das redes sociais digitais favoreça a organização de novos movimentos sociais, também pode resultar em disseminação de notícias falsas (*fake news*) e propagação de discursos de ódio e de intolerância, ações que representam uma ameaça ao ambiente democrático. Por isso, é importante que as informações recebidas por meio de redes sociais sejam sempre checadas e que a defesa de ideias e reivindicações seja feita de forma responsável, respeitosa e com seriedade.

Saiba mais

Primavera Árabe

A Primavera Árabe foi uma onda de revoluções e protestos que levou milhares de pessoas às ruas, em países do norte da África e do Oriente Médio, exigindo a derrubada de governos ditatoriais ou reivindicando direitos sociais e melhores condições de vida. As mobilizações começaram na Tunísia, em dezembro de 2010, e rapidamente se espalharam pelo mundo árabe. As redes sociais foram cruciais para a mobilização, possibilitando a coordenação das ações, a divulgação das mobilizações, a disseminação de imagens e o relato de abusos.

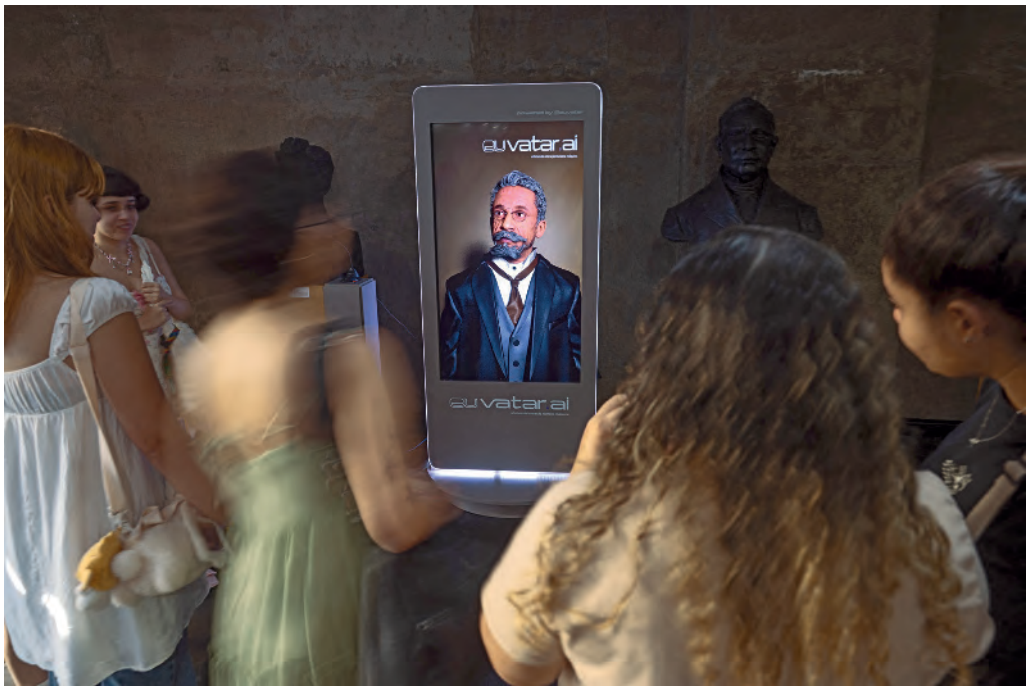
FETHI BELAID/AFP/GETTY IMAGES

Multidão se manifesta nas ruas de Sidi Bouzid, na Tunísia, durante a Primavera Árabe. Fotografia de 2011.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A escrevivência e a luta do povo negro

Autores negros sempre existiram na literatura brasileira. Apesar da vasta produção, as obras e os escritores nem sempre tiveram uma visibilidade correspondente. Muitos nomes da literatura negro-brasileira foram marginalizados pela historiografia literária tradicional, ou, então, alcançaram o cânone, mas passaram por um processo de branqueamento, tanto de seu fenótipo quanto de sua produção literária. Machado de Assis talvez seja o mais famoso escritor negro brasileiro, sendo considerado o mais influente da literatura nacional. Por muito tempo, as representações dele o caracterizavam de maneira a esconder sua afrodescendência.



MAURO PIMENTEL/AFP/GETTY IMAGES

Pessoas interagindo com um avatar de Machado de Assis, criado por inteligência artificial, durante visita guiada à Academia Brasileira de Letras, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2024. Machado de Assis foi um dos fundadores da instituição, em 1897.

Com o fortalecimento das lutas por reconhecimento, houve um movimento crescente de percepção e de valorização da literatura negro-brasileira. Integrantes de movimentos sociais, pesquisadores e ativistas têm pressionado instituições culturais, acadêmicas e editoriais para resgatar e divulgar a obra de autores que foram apagados, marginalizados ou embranquecidos, bem como para abrir espaço e dar visibilidade para autores negros contemporâneos.

Um dos nomes que ganharam destaque foi Conceição Evaristo, escritora negra mineira cujas obras têm sido objeto de leitura e análise nas escolas e universidades brasileiras. Assim como outros escritores negros, Conceição Evaristo reivindica a literatura como espaço de resistência, com base em um conceito cunhado por ela, chamado **escrevivência**.

> Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

[...]

Essa história silenciada, aquilo que não podia ser dito, aquilo que não podia ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia. E no campo da literatura é essa provocação que vai ser feita da maneira mais poética possível.

[...]

A relação entre a escrevivência e esse momento na literatura acontece porque as pessoas passaram também a acreditar que suas histórias faziam sentido.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. [Entrevista cedida a] Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. **Itaú Social**, 9 nov. 2020. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/. Acesso em: 29 ago. 2024.

Ao estabelecer relação entre a escrevivência e o momento da literatura, a autora ressalta a importância da luta do movimento negro, que possibilita às pessoas reconhecer que suas histórias (e sua vida) importam e merecem ser escritas e comunicadas, para o desenvolvimento de uma literatura negro-brasileira.

A literatura, dessa forma, é produto de seu tempo, e os temas, os autores e as narrativas que produz podem ser lidos levando-se em conta o entendimento das diversas lutas e conquistas sociais desenvolvidas.

LUCA PEÇANHA/FOTOARENA

Escritora Conceição Evaristo durante palestra em Petrópolis, Rio de Janeiro. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

Responda no caderno.

1. **Explique, com suas palavras, o conceito de escrevivência criado por Conceição Evaristo.**
2. **Relacione a escrevivência às lutas dos negros na atualidade.**
3. **Você e os colegas vão organizar e executar uma mostra literária escolar que amplie a compreensão dos movimentos sociais por reconhecimento por meio da literatura. Para isso, realize os procedimentos a seguir.**
   - Façam uma pesquisa de obras literárias que tratam da luta por reconhecimento, identificando os autores e a temática abordada. Entre os resultados encontrados, escolham uma obra na qual se aprofundar e escrevam um parágrafo justificando a escolha.
   - Leiam a obra escolhida e pesquisem informações complementares sobre ela (como elementos da biografia do autor e comentários sobre o enredo).
   - Com as informações coletadas, elaborem um painel informativo, utilizando elementos verbais e não verbais, para apresentar a obra e sua relação com a luta por reconhecimento.
   - Reúna-se aos colegas da turma e, com a mediação do professor, selecionem um dia para fazer a mostra, expondo os painéis para a comunidade escolar.

Responda no caderno.

1. **Segundo Maria da Glória Gohn, a noção de movimentos sociais está relacionada com a ação prática do ser humano na história, que se baseia em um conjunto de ideias que subsidiam a ação. Essa afirmação é verdadeira ou falsa? Por quê?**

2. **Interprete o excerto a seguir, identificando o tipo de movimento social ao qual Nancy Fraser se refere.**

> Não se pode subestimar o poder potencial e a importância dos sindicatos dos trabalhadores em um país continental como os Estados Unidos. Um projeto de sindicalização de trabalhadores de serviços, trabalhadores de *fast-food*, trabalhadoras domésticas, trabalhadores agrícolas, trabalhadores do setor público e muito mais [...].

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 91.

3. **Analise a charge para responder às questões.**

© LAERTE

Charge da cartunista Laerte, 1986.

a. Quando a charge foi produzida?

b. Qual é a sátira expressa na charge?

c. Relacione a charge ao Novo Sindicalismo.

4. **Construa um quadro comparando as pautas de cada onda do movimento feminista. Em seguida, responda: as reivindicações da primeira e da segunda ondas do movimento feminista foram plenamente garantidas? Por quê?**

5. **Analise os dois textos a seguir. Tomando-os por base, redija um texto dissertativo-argumentativo, respeitando as regras gramaticais, sobre a importância dos movimentos de luta por reconhecimento na manutenção e no fortalecimento dos movimentos de luta por redistribuição.**

TEXTO 1

> Ao tratar do tema da justiça hoje é necessário abarcar as demandas por reconhecimento e as demandas por redistribuição, para que se possam compreender os grandes conflitos que permeiam o mundo atual. Contudo, no âmbito das correntes da teoria política contemporânea, a relação entre reconhecimento e redistribuição não exibem consenso [...].
>
> O ponto central de discordância entre [a filósofa estadunidense Nancy] Fraser (2001) e [o filósofo e sociólogo alemão Alex] Honneth (2003) está na separação feita por ela entre demandas por reconhecimento e demandas por redistribuição, para que se possa entender as relações entre cultura e economia, *status* e classe no capitalismo contemporâneo.

ALMEIDA, Sabrina Karlla Oliveira de. Redistribuição e reconhecimento: duas faces de uma mesma moeda? **Políticas Culturais em Revista**, Recife, v. 8, n. 2, p. 323, 328, 2015.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TEXTO 2

[...] A distinção entre economia e identidade é um binarismo popular que simplifica e falsifica a discussão a respeito da cidadania contemporânea. [...]

[...] a defesa da ideia de que é possível separar economia de identidade em sociedades contemporâneas, sobretudo em sociedades bastante heterogêneas como a brasileira, demonstra um desconhecimento das dinâmicas e mecanismos de efetivação histórica das dimensões da cidadania, que nunca se deu de maneira isolada de questões de raça, religião, gênero ou orientação sexual.

Discutir cidadania (ou economia, como a pauta tradicional é geralmente apresentada) ignorando os condicionamentos identitários que sempre marcaram essas questões significa apagar a experiência da maior parte da população brasileira para quem a capacidade de trabalhar, ter acesso à saúde, à educação e à segurança está intimamente ligada a ter seus direitos básicos legalmente reconhecidos e protegidos.

MAIA, Tatiana Vargas. A falsa dicotomia entre pautas identitárias e economia. **El País**, 8 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/06/opinion/1541544431_898684.html. Acesso em: 30 ago. 2024.

6. (Unicamp-SP – adaptada)

Lélia Gonzalez (1935-1994) teve um papel pioneiro na criação de uma teoria do feminismo negro brasileiro. O momento mais intenso de sua militância ocorreu durante a ditadura civil-militar (1964-1985), que coibiu a organização política da sociedade civil. A Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1967, estabelecia que era crime "incitar publicamente ao ódio ou à discriminação racial". O que, na verdade, poderia ser usado contra o movimento negro, uma vez que denunciar o racismo e expor o mito da democracia racial poderia ser considerado uma ameaça à ordem social, um estímulo ao antagonismo e uma incitação ao preconceito.

Adaptado de Raquel Barreto, Memória – Lélia Gonzalez. **Revista Cult 247**, São Paulo, jul. 2019. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/. Acesso em: 1º maio 2020.

A partir do excerto sobre Lélia Gonzalez e seu contexto histórico, identifique a alternativa correta.

a. A ditadura civil-militar perseguiu o feminismo negro no Brasil por ele pregar a supremacia das mulheres negras.

b. A ditadura civil-militar criou mecanismos para recolher denúncias contra a discriminação e combater o racismo estrutural no país.

c. A Lei de Segurança Nacional criou instrumentos jurídicos que possibilitavam a criminalização de denúncias contra o racismo.

d. A Lei de Segurança Nacional possibilitou a harmonia das relações étnico-raciais e a igualdade de gênero no Brasil.

7. Em grupo, você e os colegas realizarão uma pesquisa sobre um movimento social, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica. Para isso, executem as orientações a seguir.

- Retomem os movimentos sociais mencionados no capítulo e escolham um deles para fazer uma investigação aprofundada.
- Elaborem uma pergunta orientadora, que guiará a pesquisa e a organização das informações coletadas. A pergunta deve ser objetiva. Por exemplo: de que maneira o movimento indígena tem influenciado as políticas ambientais no Brasil na última década?
- Para respondê-la, realizem um levantamento de fontes que abordem o movimento social escolhido. Podem ser consultados artigos acadêmicos, livros e revistas de divulgação científica. A pesquisa pode ser realizada na biblioteca da escola, ou, se houver acesso à internet, em repositórios acadêmicos, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Dividam a leitura das fontes, atribuindo um texto para cada membro do grupo. Durante a leitura, busquem fazer anotações objetivas, na forma de fichamento. Identifiquem os autores do texto, o período de produção, os principais conceitos abordados e as fontes utilizadas.
- Analisem também os argumentos apresentados. Procurem identificar as principais ideias do texto e fragilidades argumentativas, como generalizações indevidas, carência de dados e uso de informações não confiáveis.
- Reúnam os fichamentos realizados por todos os membros do grupo e identifiquem semelhanças e diferenças entre as abordagens apresentadas em cada um dos textos. Construam um texto coletivo, apresentando as contribuições de cada autor para responder à questão inicial formulada pelo grupo.
- No dia agendado pelo professor, apresentem o resultado da pesquisa à turma.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Revisão bibliográfica

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 6

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Os dados sobre o número de municípios atingidos pelas chuvas no final de abril e início de maio de 2024 no Rio Grande do Sul foram obtidos em: A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. **BBC**, 11 maio 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1qwpg3z77o. Acesso em: 30 set. 2024. Os dados sobre as comunidades indígenas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul foram consultados em: **CONSELHO Indigenista Missionário**. Enchentes já afetaram mais de 80 comunidades indígenas no RS. 6 maio 2024. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/05/indigenascheiars/. Acesso em: 15 ago. 2024.

No ano de 2024, a maior parte do estado do Rio Grande do Sul foi afetada pela ocorrência de fortes chuvas que fizeram com que vários rios inundassem áreas de mais de 400 municípios do estado. Milhares de pessoas tiveram de deixar suas casas em decorrência de enchentes, alagamentos causados pelas cheias dos rios ou de risco de desabamentos. Entre elas estavam mais de 80 comunidades indígenas dos povos Guarani Mbya, Kaingang, Xokleng e Charrua.

Com base nessas informações, reflita sobre os riscos ambientais enfrentados pelos moradores do município onde você vive. Pense como esses riscos podem afetar de maneira mais severa alguns grupos populacionais do que outros. Você consegue identificar quais seriam os grupos mais afetados por esses problemas? Populações indígenas, quilombolas e de baixa renda estão entre eles?

Considerando essas reflexões, reúna-se com os colegas e conversem sobre o papel do poder público, do setor privado e da sociedade civil no combate aos problemas ambientais gerados pelo modo de vida urbano e industrial. Proponham soluções para a gestão das cidades e para a melhoria da qualidade de vida da população, considerando o papel das redes sociais na mobilização de ações de solidariedade para o enfrentamento de desastres ambientais.

AGÊNCIA BRASÍLIA/COMUNICAÇÃO MPA - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Área alagada em trecho do Vale do Rio Pardo, onde pequenos agricultores, assentados e quilombolas tiveram suas casas, currais e plantações destruídos pelas enchentes, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JOÃO CARLOS MAZELLA/FOTOARENA

Sala na sede da Central Única das Favelas de Pernambuco, em Recife. Fotografia de 2024. A organização arrecadou doações para serem enviadas à população afetada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. Nesse caso, a mobilização popular foi fundamental para o amparo às vítimas das enchentes.

O título desta unidade é composto de termos – sociedade e meio ambiente – que colaboram para o desenvolvimento de importantes estudos na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a respeito da relação entre os seres humanos e a natureza.

Eles estruturam discussões sobre a forma como diferentes grupos, povos e sociedades organizam o espaço físico-territorial que ocupam, agem sobre esse espaço e se apropriam dos recursos naturais, interferências capazes de ocasionar profundas transformações na natureza e nas relações sociais.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de sociologia, a unidade se desdobra no estudo das cidades e da sociabilidade humana diante da globalização e das questões ambientais, bem como na análise dos avanços e contradições relacionados ao desenvolvimento tecnológico, em especial no campo da comunicação com a difusão da internet.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- compreender a noção de cidade na perspectiva das ciências sociais e refletir sobre a sociabilidade urbana;
- caracterizar as cidades globais e seus problemas;
- refletir sobre a noção de meio ambiente e o futuro das cidades, considerando fatores como o direito à cidade, as consequências ambientais da ação humana e a sustentabilidade;
- analisar avanços tecnológicos no campo da comunicação e seus desdobramentos para a sociabilidade humana;
- conhecer os aspectos da mídia estudados pelas ciências sociais;
- discutir novas formas de sociabilidade surgidas com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o papel das redes sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 11

Cidade e meio ambiente

Os dados do Censo Demográfico de 2022 foram retirados de: IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 36, 42.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, 61,1% da população brasileira residia naquele ano em cidades, das quais 44,8% eram pequenas, com até 10 mil habitantes. Com base nesses números, é possível afirmar que, apesar de a urbanização avançar, o modo de vida comunitário, característico de pequenas cidades, ainda sobrevive no país.

Contudo, quando se verifica a dispersão humana pelas cidades brasileiras, nota-se que apenas 6,1% da população urbana vivia em 2022 em cidades com menos de 10 mil habitantes, ou seja, ainda que houvesse muitas pequenas cidades no país, a maioria da população urbana brasileira vivia nas cidades grandes. Portanto, o modo de vida urbano das grandes cidades é cada vez mais predominante no Brasil.

Muitos querem morar nas grandes cidades porque, nelas, há mais oportunidades de trabalho, estudo, lazer, entre outras. Porém, para que essas oportunidades se concretizem, os diversos setores – Estado, mercado e sociedade civil – enfrentam desafios diversos. Afinal, como abrigar uma população crescente em um território limitado? Como viabilizar o deslocamento rápido, seguro e com valores razoáveis em cidades cada vez maiores? Como oferecer emprego para todos os trabalhadores?

Um dos principais desafios, no entanto, não está no tamanho das cidades, mas em como preservar o meio ambiente com a constante necessidade de uso dos territórios para a reprodução do capital.

Ao longo deste capítulo, você vai conhecer um pouco mais sobre o desenvolvimento das cidades, as análises sociológicas realizadas para compreender o fenômeno urbano, a contribuição da sociologia na reflexão a respeito da relação entre o ser humano e o meio ambiente, além das soluções possíveis para minimizar o aprofundamento da degradação ambiental.

Vista de parte da cidade de São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2020. Essa é a maior cidade brasileira, com mais de 11 milhões de habitantes. Assim como outras grandes cidades do mundo, São Paulo enfrenta desafios para conciliar o processo de urbanização com a preservação ambiental.

CRISTIAN LOURENÇO/ISTOCK/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A noção de cidade

Quando você pensa em cidades, é possível que se lembre do nome de grandes e importantes centros econômicos globais, como Nova York, Paris, Berlim, São Paulo, Tóquio, Xangai e Pequim. Além de influentes centros empresariais e comerciais, algumas dessas cidades são também capitais administrativas de nações.

Nesse sentido, a concepção mais geral de cidade inclui o poder econômico, político e cultural de espaços onde vivem e circulam muitas pessoas. Embora essa concepção não esteja equivocada, não é suficiente do ponto de vista sociológico para uma compreensão das cidades. Afinal, um espaço urbano ocupado por uma pequena comunidade também recebe o nome de *cidade*, ainda que seu papel econômico, político ou cultural não seja representativo de todo um país ou nação.

Existem muitas cidades no mundo que ganham relevância e chamam a atenção não por serem grandes e complexas, mas por apresentarem atrativos próprios ou específicos: a sociabilidade, a localização, os atributos geográficos e climáticos, e assim por diante.

Atualmente, quando o assunto é qualidade de vida, certamente se leva em conta, entre diversos fatores, o local onde se vive: esse local é seguro? Há espaços de lazer e de prática esportiva? As ruas são bem iluminadas? Há sistema de coleta de resíduos sólidos e saneamento básico? Enfim, ela tem boa infraestrutura? Além disso, seus atributos naturais também são considerados: está em um local de clima quente? Está numa região de clima muito frio?

Independentemente de seu tamanho, as cidades caracterizam-se por aglomerar edificações e infraestruturas destinadas à organização da sociedade e da economia, abrangendo uma diversidade de relações – de trabalho, produção, comércio, consumo, cultura, sociabilidade, entre outras. As cidades têm nome, e seus moradores se identificam como parte delas: os soteropolitanos são naturais ou habitantes de Salvador; os portenhos, de Buenos Aires; os manauaras, de Manaus; e os parisienses, de Paris. Esses termos são chamados de **gentílicos**, tamanha é a força das cidades na identidade dos seres humanos.

Há também aqueles que nasceram em uma cidade, mas se estabeleceram em outra, com a qual se identificam. Por exemplo, uma pessoa pode ter nascido em São Luís, no Maranhão, mas ter construído a vida em Belém, no Pará; por isso, se considera mais belenense do que são-luisense. A cidade está diretamente relacionada à trajetória da vida social, que engloba, por exemplo, instituições pelas quais passamos, profissão, gostos, modos de ser e pessoas que conhecemos.

Gentílicos: adjetivos ou substantivos que identificam o local de nascimento, procedência ou residência de um indivíduo.

ALEXANDRE REZENDE/FOLHAPRESS

Área urbana do município de Serra da Saudade, Minas Gerais. Fotografia de 2020. Segundo o Censo Demográfico de 2022, Serra da Saudade era habitada naquele ano por apenas 833 pessoas, sendo o município menos populoso do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cidade: palco da vida social

Existem cidades desde a Antiguidade. Com o desenvolvimento da agricultura e a domesticação de animais, os seres humanos tornaram-se sedentários, passando a erguer uma série de construções e a organizar o trabalho e a administração do local de vivência. Formaram-se, assim, as primeiras cidades, compostas de casas, ruas, templos, palácios, portos, muros de proteção, além de espaços destinados ao cultivo e ao armazenamento de alimentos. Há milênios, portanto, as cidades são o palco da vida social.

Todavia, as chamadas grandes cidades, como conhecemos hoje, são uma invenção moderna. Somente a partir do final do século XVIII e, sobretudo, do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, as cidades assumiram feições mais semelhantes às das atuais, adquirindo certas características sociopolíticas, como serem centros comerciais de uma região com mercados de produção, trabalho e consumo, e apresentando uma estrutura urbana complexa, com malhas viárias para modais de transporte, bairros diferenciados conforme o tipo de serviço ou moradia e uma individualização dos seus habitantes.

Segundo Max Weber, as cidades antigas, como Roma, Babilônia e Alexandria, ou cidades da Idade Média, como Mistras, York e Avinhão, foram construídas em localidades onde antes as pessoas se encontravam, tradicionalmente e com certa periodicidade, para celebrar festas religiosas ou participar de feiras nas quais trocavam aquilo que produziam. Estruturas administrativas, então, foram sendo erguidas em torno desses eventos, formando núcleos que eram urbanos, mas não tinham a complexidade social e política das atuais metrópoles e tampouco cresciam em ritmo acelerado. Como exemplo, vale citar a cidade de Berlim, capital da Alemanha, país de origem de Weber, que tinha cerca de 415 mil habitantes em 1848. Em 1925, no entanto, já viviam dentro de seu perímetro cerca de 4 milhões de pessoas.

A cidade moderna é um advento impulsionado pelo modo de produção capitalista, em que são representados todos os papéis desse sistema econômico, inspirando um novo tipo de indivíduo, o **cidadão**, e uma nova sociabilidade, a **urbana**.

Dica

O que é cidade

Raquel Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Nesse livro, integrante da Coleção Primeiros passos, a arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik aborda a natureza, a origem e as transformações das cidades, enfatizando a origem da cidade capitalista e seus movimentos internos, bem como os conflitos e as contradições que a permeiam.

Os dados populacionais de Berlim foram retirados de: ERB, Hubert Joseph; REUTER, Lutz. Berlin. **Encyclopedia Britannica**, 23 jul. 2024. Disponível em https://www.britannica.com/place/Berlin. Acesso em: 11 set. 2024.

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Gravura representando o Palácio da Cidade de Berlim, na Alemanha, 1848.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

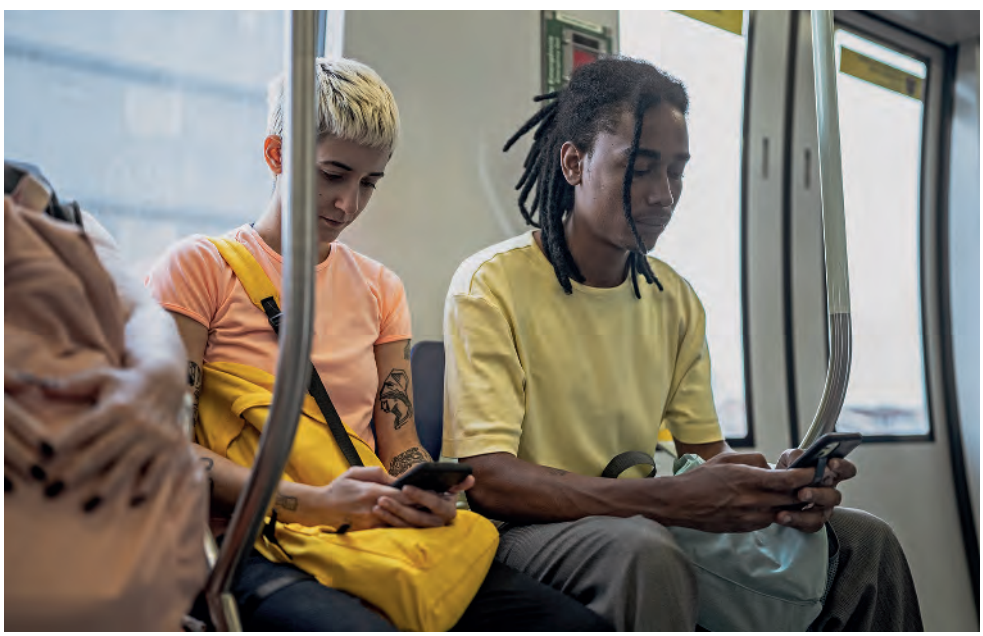
A sociabilidade urbana

Em 1903, o sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) publicou um dos primeiros ensaios sociológicos sobre a mudança de atitude e comportamento dos habitantes das cidades modernas. Em "As grandes cidades e a vida do espírito", ele analisa os impactos da dinâmica da vida nas metrópoles na mentalidade e na sociabilidade dos indivíduos.

Simmel argumenta que o ambiente urbano acarreta uma **intensificação da vida nervosa** das pessoas, isto é, uma intensa estimulação sensorial e mental. Na interpretação do sociólogo, o ritmo acelerado das grandes cidades exige uma resposta constante do sistema nervoso, causando uma espécie de sobrecarga mental. Diante do alto volume populacional e da diversidade de ações possíveis praticadas no cenário citadino, os sujeitos sentem necessidade intensa de buscar mais autonomia e individualidade ante as complexas redes de relações sociais modernas. Ao mesmo tempo, a alta densidade populacional e a impessoalidade das interações sociais geram uma sensação de desconexão e isolamento.

Segundo Simmel, os habitantes das grandes cidades estão imersos em uma atmosfera complexa de relações de trabalho e monetárias altamente especializadas e competitivas. Em decorrência disso, vão se tornando indiferentes às situações e aos outros. Na análise do sociólogo, no ambiente comunitário comum nas pequenas cidades, os sujeitos tendem a ser colaborativos e a agir segundo critérios de reciprocidade. Já no palco urbano moderno, as pessoas tendem a esboçar poucas reações ou mesmo ficam insensíveis ao que se passa com o outro, estabelecendo relações fundamentadas em cálculos racionais.

Na análise de Simmel, a vida nas grandes cidades é marcada pela racionalização, como se o espírito contábil das relações econômicas da modernidade penetrasse também no campo das relações cotidianas e afetivas. O autor utiliza o termo francês ***blasé***, que significa "indiferente, apático, que não demonstra emoção", para designar a maneira como as pessoas tendem a se comportar, no ambiente urbano moderno, diante do que acontece a sua volta, isto é, com indiferença ou pouca preocupação, pelo menos aparentemente. A atitude *blasé* operaria como uma espécie de defesa à sobrecarga, protegendo os citadinos da exaustão mental. Segundo o sociólogo, portanto, o espírito social da cidade é o da individualidade.



FG TRADE/ISTOCK/GETTY IMAGES

Passageiros em vagão de trem na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Segundo Simmel, como a vida nas grandes cidades impacta a sociabilidade?
2. Com base na teoria de Simmel, analise a situação retratada na fotografia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A cidade como objeto de pesquisa na sociologia

As ideias de Weber e Simmel sobre as cidades ecoaram ao longo das primeiras décadas do século XX e influenciaram de maneira decisiva estudos sociológicos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Entre os anos 1910 e 1940, tendo a cidade por objeto de estudos, os sociólogos da **Escola de Chicago** utilizaram métodos de pesquisa variados, com forte inclinação para a pesquisa qualitativa, para compreender os fenômenos resultantes do crescimento das cidades. Entre eles, destaca-se Robert Park (1864-1944). O pesquisador tomava a cidade como um **laboratório social** no qual as especificidades da vida e das relações humanas tornavam-se mais explícitas e, portanto, nítidas à observação dos sociólogos. Esse é o argumento central de Park no ensaio de 1929 – mesmo ano da quebra da Bolsa de Valores de Nova York – intitulado "A cidade como laboratório social".

Também integrante da Escola de Chicago, o canadense Ernest Burgess (1886-1966) elaborou uma linha de pensamento e pesquisa baseada no conceito de **ecologia urbana** para classificar os diversos núcleos de uma cidade de acordo com estudos das características econômicas, sociais, políticas e culturais das diferentes zonas e bairros.

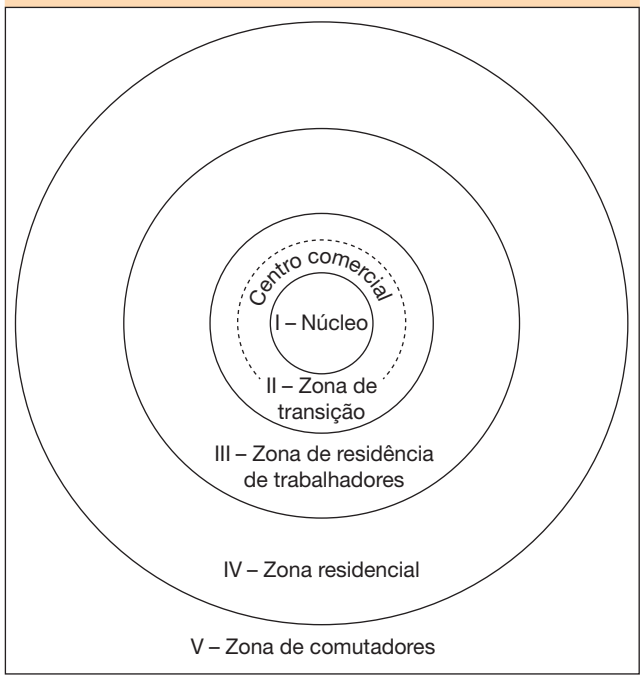
Os trabalhos de Park e de Burgess despertaram o interesse de dezenas de pesquisadores. Em razão disso, a sociologia urbana está diretamente associada ao conjunto de produções da Escola de Chicago.

Entre a primeira e a segunda metade do século XX, a instituição foi o principal núcleo de pesquisas sociológicas sobre cidades. Desde então, a cidade tornou-se objeto privilegiado de estudo da sociologia.

Teoria das zonas concêntricas

Para explicar a estrutura e o crescimento urbanos, pesquisadores da Escola de Chicago elaboraram uma teoria segundo a qual as cidades se desenvolvem de dentro para fora, a partir de um núcleo central, sendo possível, como mecanismo analítico, caracterizar a ocupação e a dinâmica de uso do espaço em um conjunto de zonas concêntricas.

Esquema ilustrativo da teoria das zonas concêntricas



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

- **Centro comercial:** com empresas, escritórios, bancos, lojas e outros estabelecimentos.
- **Zona de transição:** com fábricas e habitações precárias.
- **Zona de residência de trabalhadores:** com casas e apartamentos simples.
- **Zona residencial:** com casas de alto padrão.
- **Zona dos comutadores:** ambiente rural ou semirrural de subúrbios e cidades-satélite.

Na interpretação dos pesquisadores, a análise das diferenças entre as zonas revela como a segregação socioeconômica se manifesta espacialmente.

Fonte: BURGESS, Ernest. The growth of the city: an introduction to a research project [1925]. *In:* PARK, Robert; BURGESS, Ernest (ed.). **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984. p. 51. O esquema representa as diferentes zonas da cidade de Chicago, nos Estados Unidos, e suas formas de organização social na década de 1920.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Gentrificação

No final da década de 1960, começou a ser utilizado o termo *gentrificação*. Há divergências sobre quem o cunhou, sendo sua autoria atribuída tanto à socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) quanto ao geógrafo escocês Neil Smith (1954-2012). O termo se popularizou nos estudos urbanos para se referir ao processo de mudança social por meio do qual habitantes da classe operária que viviam em bairros centrais ou próximos do centro foram gradativamente repelidos para bairros mais distantes, enquanto essas localidades iam sendo ocupadas por pessoas de classe média. O termo gentrificação está relacionado ao substantivo *gentry*, utilizado, no século XVI, para se referir a uma classe social composta de uma nobreza sem títulos, mas que partilhava dos mesmos valores da aristocracia inglesa. Atualmente, *gentry* se refere a pessoas de origem abastada e alinhadas com valores burgueses em comparação às classes populares e operárias.

No final dos anos 1960, a socióloga estadunidense Sharon Zukin realizou uma pesquisa em Nova York na qual identificou o processo de gentrificação da cidade como um fenômeno resultante da desindustrialização. Na análise da pesquisadora, conforme as indústrias eram deslocadas do centro da cidade, grandes galpões ficavam à disposição do mercado imobiliário, que, por sua vez, buscava atrair, com aluguéis baratos e grandes ***lofts***, um novo perfil residente, predominantemente composto de jovens artistas, arquitetos e fotógrafos. Uma vez ocupados pela residência de profissionais criativos e por bares e restaurantes voltados a esse público, os prédios passavam a atrair jovens de classe média. Os agentes imobiliários, então, entravam em cena, especulando com os imóveis menores, que ainda serviam de habitação para pessoas pobres e trabalhadores das antigas indústrias. O comércio e a rede de serviços tradicionais do bairro também mudavam para atender aos padrões de consumo dos novos habitantes. Nesse processo, os aluguéis, assim como o custo de vida na região, aumentavam, impossibilitando a residência da população mais pobre. Na análise, Zukin afirma que, pouco tempo depois, a vitalidade artística e inovadora levada à região pelo público jovem foi perdendo seu vigor, e a especulação imobiliária garantiu a construção de prédios ao gosto de compradores cada vez mais ricos. A região perdeu assim sua diversidade, e o caráter *blasé* – a que se referia Simmel – tomou conta de tudo.

Diante desse processo, Zukin conclui que as cidades contemporâneas têm um grande desafio: preservar pessoas, edificações e vias públicas da especulação imobiliária, que homogeneíza as construções e os comportamentos, afasta as pessoas com menos recursos econômicos do centro e promove a desigualdade social urbana.

***Lofts*:** habitações amplas e sem divisórias entre os cômodos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© ARIONAURO

Segregação, charge de Arionauro, 2016.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Analise a charge usando o conceito de gentrificação.**
2. **Mobilizando conhecimentos de geografia, aponte consequências do processo de gentrificação para a dinâmica espacial das cidades em que isso ocorre.**

Megacidade: cidade com mais de 10 milhões de habitantes.

Metrópole: cidade com alto grau de influência política, econômica e cultural sobre outras cidades ou regiões do mundo.

Megalópole: espaço urbano originado da fusão espacial de duas ou mais metrópoles.

A cidade e a globalização

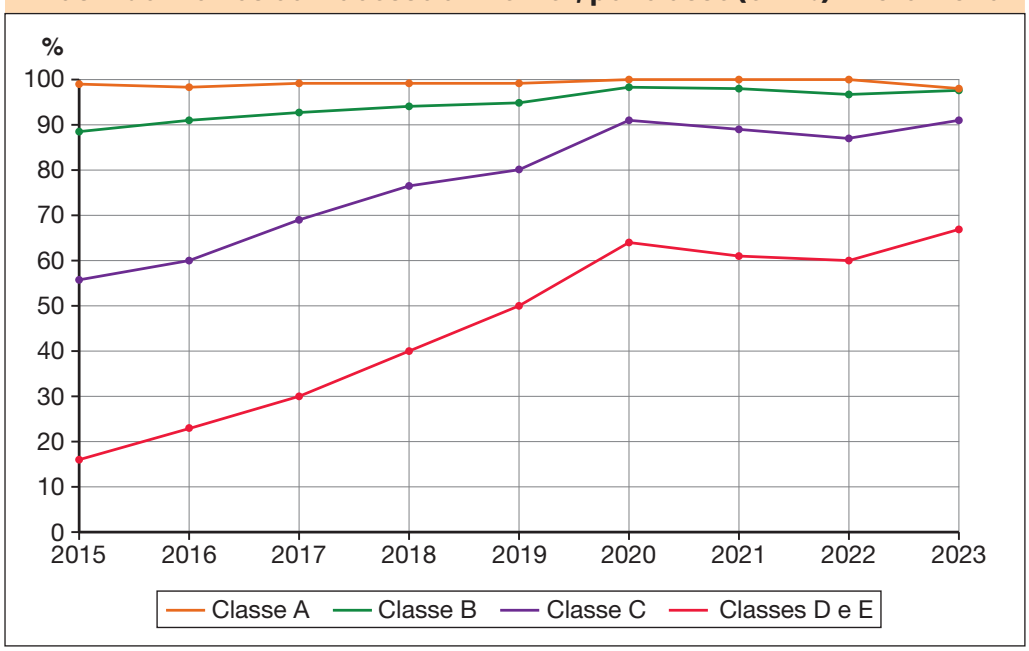
De acordo com sociólogos, geógrafos e urbanistas, até o final da década de 1980 uma grande cidade podia ser definida como **megacidade**, **metrópole** ou **megalópole**. Essas denominações atendiam a critérios como os diferentes graus de densidade populacional, o processo de urbanização contínuo e a complexidade social, política e cultural. Entretanto, no início da década de 1990, com a democratização das tecnologias da informação, as relações entre empresas, cidades e nações mudaram profundamente.

Ao longo dessa década, a telefonia móvel e os computadores pessoais foram sendo adotados por empresas em operações comerciais. Nesse período, computadores e conexões à internet começam também a fazer parte das residências das famílias de classe alta. Antes mesmo de existirem as redes em sistema *wi-fi*, com alta velocidade, qualquer computador munido de uma placa de *fax-modem* podia conectar-se à internet pela linha telefônica. O acesso não era rápido como hoje, mas possibilitava a comunicação com pessoas de outros lugares, o acesso a *sites* e o *download* de conteúdo. Na década seguinte, com a expansão da banda larga, que tornou a conexão mais rápida e acessível, a internet residencial começou a se popularizar e a se constituir parte da vida cotidiana.

Nesse contexto de farto avanço da tecnologia computacional, a dinâmica dos negócios mudou. É fato que, mesmo antes da internet, uma decisão econômica tomada em Nova York, por exemplo, podia impactar muito os negócios, a política e a sociedade em outros países. Mas o que as novas tecnologias trouxeram a esse processo foi a velocidade: os impactos de decisões tomadas em cidades do centro capitalista passaram a ser sentidos quase imediatamente em todo o mundo.

Nascia assim o que a socióloga holandesa Saskia Sassen denominou **cidade global**: localidade que, além de conter as características de uma megalópole, funciona como centro de decisão econômica cuja dinâmica se interliga a outros centros econômicos. Cidades globais são, portanto, lugares estratégicos para o gerenciamento do capital na era da globalização.

Brasil: domicílios com acesso à internet, por classe (em %) – 2015–2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: **PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2023. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2024. p. 65.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique como a democratização das tecnologias da informação mencionada no texto está presente nos dados do gráfico.
2. Compare a evolução do acesso à internet entre diferentes classes sociais. Quais são as principais diferenças?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Características das cidades globais

As cidades globais são centros urbanos que, em decorrência da concentração de atividades econômicas em finanças, comércio, tecnologia e serviços especializados, desempenham influência mundial. Nesse sentido, as cidades globais reúnem uma série de características que não se restringem ao processo de urbanização. Segundo Sassen, uma cidade global comporta os elementos listados a seguir.

- Empresas, organizações e instituições estratégicas para direcionar a política econômica global, como a bolsa de valores, onde são negociadas ações de empresas nacionais e estrangeiras e as sedes de órgãos de importância internacional, como a Organização das Nações Unidas, em Nova York, ou o Tribunal de Haia, nos Países Baixos.
- Infraestrutura que garanta o fluxo de serviços e pessoas, como um aeroporto internacional capaz de abrigar linhas aéreas que se ligam a vários destinos no mundo e um sistema de transporte eficiente constituído de diferentes vias de transporte, como ferrovias, rodovias, portos e vias de navegação.
- Sedes de empresas multinacionais, assim como grande número de empresas nacionais com potencial de fornecimento de máquinas, produtos ou serviços para outras empresas e nações.
- Instituições de ensino, pesquisa e cultura que potencializem inovações e avanços nas diversas áreas do conhecimento e do mercado.
- Cultura cosmopolita, caráter multicultural e tolerante com as diferenças, isto é, a presença de grande diversidade de pessoas vindas das mais diferentes regiões do mundo e que, portanto, falam idiomas distintos, praticam várias crenças e ritos e difundem sua culinária, seus costumes e demais traços culturais.

Segundo Saskia Sassen, as cidades com essas características acabam se tornando estratégicas para que outros negócios, serviços, culturas e políticas se desenvolvam, e essas inovações, dada a centralidade do local onde surgiram, têm o potencial de influenciar outras cidades e nações.

Cidades e desigualdades globais

É inegável que cidades como Londres, Paris, Nova York, São Paulo, Moscou, Cidade do México e Nova Délhi tenham muitas das características listadas por Sassen e, portanto, possam ser identificadas como cidades globais. De fato, os acontecimentos, os eventos, as decisões e os produtos oriundos dessas localidades são capazes de condicionar outros acontecimentos, eventos e produções em diferentes cidades e nações. Nesse sentido, as cidades globais e a globalização são partes inseparáveis do mesmo fenômeno. Apesar disso, é preciso considerar que nem todo o potencial integrador e produtivo esperado no processo de globalização tenha se realizado. É inegável que a globalização significou o desenvolvimento de muitas cidades globais, mas não se realizou sem produzir desigualdades ou aprofundar antigos problemas urbanos.

ALEXI ROSENFELD/GETTY IMAGES

Pessoa pedindo esmolas em frente a uma loja de departamentos, em Nova York, nos Estados Unidos. Fotografia de 2022. A desigualdade social é um dos problemas que afeta a cidade global de Nova York.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O racismo de coabitação

São muitas as consequências da globalização para as relações sociais e econômicas das cidades globais. Como exemplo, vale analisar a questão racial.

Angelina Peralva, socióloga brasileira que vive e trabalha na França, escreveu, em 1994, o artigo "França: imigrantes, estrangeiros, estranhos". Nesse texto, ela demonstra que, ao longo do século XX e, sobretudo, a partir dos anos 1970, Paris passou a receber grandes levas de imigrantes. Em 2017, viviam no país mais de 6 milhões de pessoas estrangeiras, oriundas, sobretudo, de países do oeste e do norte da África que já foram colônias francesas, como a Argélia.

Peralva argumenta que um dos principais problemas resultantes desse grande fluxo migratório foi o **racismo popular** ou **racismo de coabitação**, que ganhou força nos anos 1990:

> Os pontos sensíveis de expressão de opiniões e preconceitos racistas coincidem, no caso da França, com uma crise social e urbana. Ali onde o emprego está ameaçado, ainda que não o seja diretamente pelos imigrantes, há fortes chances para que se desenvolvam expressões racistas. [...]
>
> [...] O imigrante, designado como diferente, incomoda, perturba. Fala-se frequentemente em racismo de coabitação: a comida feita pelas mulheres dos imigrantes não tem os mesmos cheiros que as comidas dos franceses, os barulhos não são os mesmos, as práticas religiosas não são as mesmas. O racismo de coabitação é [...] um indicador importante da crise urbana.

PERALVA, Angelina. França: imigrantes, estrangeiros, estranhos. **Lua Nova**. São Paulo, n. 33, p. 71-72, ago. 1994.

ESTELLE RUIZ/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Manifestação liderada por imigrantes do grupo conhecido como Coletes Negros, em Paris, na França. Fotografia de 2019.

Os movimentos antiglobalização

Além das questões relacionadas à integração de imigrantes, comum em cidades globais, a crise resultante do processo de globalização econômica levou ao crescimento dos movimentos antiglobalização. Iniciados na cidade estadunidense de Seattle no final do século XX, esses movimentos abriram o caminho para questionamentos ao processo de globalização.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique o que Angelina Peralva define como racismo de coabitação.
2. Como a autora relaciona o racismo de coabitação à crise urbana?

Saiba mais

Coletes Negros

Em julho de 2019, os Coletes Negros (*Gilet Noirs*) realizaram uma mobilização no Panthéon, sítio histórico em Paris, França, onde estão sepultadas figuras notáveis da história francesa. Denunciando a contradição entre os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade e a situação de ilegalidade em que vivem no país, os imigrantes buscaram atrair a atenção da população francesa e das autoridades, pressionando o governo a conceder-lhes *status* legal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O futuro das cidades

Nos anos 2000, a crise dos *subprime* – crise financeira que teve início no setor imobiliário dos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo – provocou uma recessão econômica global, causando queda nos mercados financeiros, aumento do desemprego, adoção de políticas de austeridade fiscal e, em consequência, deterioração das condições econômicas da população.

Nesse contexto, ganharam força movimentos que reivindicam tanto a proteção dos mercados nacionais quanto restrições aos fluxos migratórios. A situação se acirrou após a pandemia de covid-19. Em conjunto, guerras e crises humanitárias têm intensificado os deslocamentos populacionais, pressionando os países a manterem suas fronteiras abertas diante do abismo provocado pela globalização.

Diante das mudanças urbanas, emerge uma questão: cidade para quem? No século XX, as análises sociológicas sobre a vida urbana revelaram que o desenvolvimento das cidades frequentemente acarretava processos de exclusão.

Um dos pensadores que trataram desse tema foi o sociólogo e filósofo marxista Henri Lefebvre (1901-1991), autor do livro *O direito à cidade*, publicado em 1968. Nessa obra, Lefebvre afirma que as cidades contemporâneas foram construídas em um padrão de urbanização pautado pelo interesse das grandes empresas capitalistas. Em razão disso, a forma de organização das cidades e a maneira como as pessoas vivem e percebem seu entorno refletem as relações de poder e dominação próprias do modo de produção capitalista. Assim, a divisão de classes condiciona a maneira como a cidade se organiza.

As noções de centro e periferia, com a divisão entre bairros centrais e suburbanos – localidades onde se concentram as pessoas de baixa renda, que vivem mais distantes geográfica e socialmente das regiões onde estão as pessoas com renda mais alta –, seriam a expressão direta da marginalização e da segregação causadas pelas diferenças de classe e reproduzidas na distribuição espacial da população em diferentes áreas das cidades.

O modo como as cidades se desenvolvem no capitalismo cria espaços concretos de segregação, que também são simbólicos; afinal, o acesso às informações e às oportunidades de trabalho, lazer e expressão torna-se muito desigual. Pense, por exemplo, em um estudante que vive na periferia da cidade e estuda em uma escola da região central. Ele tem de se deslocar muito mais do que outro estudante que reside mais próximo ao centro e frequenta a mesma escola. Outro obstáculo para grande parte da população é o fato de a maioria das empresas estar localizada em áreas da cidade mais economicamente desenvolvidas e, portanto, longe das periferias, o que torna mais difícil a oferta de emprego nesses locais.

MARIO TAMA/GETTY IMAGES

Jovens participando de rolezinho em um bairro nobre da capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2014. Os rolezinhos são encontros organizados por moradores das periferias por meio das redes sociais, que se popularizaram a partir de 2013 e ainda ocorrem, geralmente, em espaços tradicionalmente ocupados pelas classes mais altas da sociedade. Por serem pobres e morarem nas periferias, esses jovens muitas vezes sofrem a repressão de seguranças e de policiais, tendo o acesso a esses espaços negado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O direito à cidade

ODS 11

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Ao analisar essa dinâmica de segregação urbana, o sociólogo francês Lefebvre concluiu que as cidades podem ser reinventadas e repensadas para um futuro menos desigual. Para isso, seria necessária a participação de toda a sociedade, sobretudo, dos que sofrem mais e devem, por isso, reivindicar o **direito à cidade**.

Segundo Lefebvre, a possibilidade de reinventar as cidades sem levar em conta as relações de poder próprias do modo de produção capitalista está em criar espaços capazes de possibilitar aos cidadãos sua reconstrução como sujeitos, proporcionando a eles a chance tanto de viver e de andar na cidade como de usufruí-la não somente pela lógica do emprego e do trabalho.

Com base nas proposições de Lefebvre, surge a pergunta: como fazer isso? Segundo o autor, seria preciso uma reflexão dos habitantes das cidades sobre os usos e costumes cotidianos do meio urbano para, assim, serem criados espaços voltados ao fomento e à discussão das questões urbanas. Para isso, seria preciso abrir a discussão para definir o uso e o destino dos espaços públicos não apenas pelos agentes privados e gestores estatais, mas também por toda a sociedade. Nesse sentido, tanto no ambiente escolar quanto nas entidades populares, de direitos civis e do trabalho, é preciso estimular discussões sobre as possibilidades de ocupação e utilização dos espaços da cidade.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, travou-se extenso debate público acerca do uso de áreas desocupadas e de grandes terrenos que seriam destinados à construção de prédios de luxo. Com a mobilização de vários setores, governo, empresas e sociedade chegaram ao consenso de que alguns empreendimentos deveriam considerar parte desses espaços para a construção de parques e áreas de lazer. Entre esses casos, destaca-se o do Parque Augusta, no centro da capital paulista. A área seria ocupada por um grande condomínio de luxo, mas, com a pressão e a mobilização da sociedade, parte dela tornou-se pública.

DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Pessoas em momento de lazer no Parque Augusta, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que medidas Lefebvre sugere para enfrentar a dinâmica de segregação das cidades?
2. Reúna-se a alguns colegas para simular uma reunião de um Fórum de Planejamento Urbano Municipal, na qual cada um de vocês representará um ator, com seus respectivos interesses e perspectivas. A reunião terá como foco o levantamento de três propostas para o desenvolvimento de uma área específica da cidade, levando em consideração aspectos como habitação, transporte, infraestrutura e meio ambiente. Ao final, elaborem uma ata registrando as propostas dos participantes.

As calçadas como espaço privilegiado de sociabilidade

Em 1961, a escritora e urbanista canadense Jane Jacobs (1916-2006) publicou o livro *Morte e vida de grandes cidades*, que se tornou um clássico contemporâneo sobre os estudos urbanos e inovou a abordagem acerca do futuro das cidades ao pensar além dos aspectos do processo de urbanização relacionados às grandes questões de infraestrutura.

Segundo a autora, existe uma natureza peculiar das cidades que diz respeito ao potencial de sociabilidade e senso de comunidade presentes até nas estruturas mais simples da vida urbana, como as calçadas.

Jacobs argumenta que uma cidade construída com base na ideia de valorizar o cotidiano imediato do trânsito das pessoas em seus bairros tende a gerar uma realidade mais informal, mais comunitária e, portanto, menos suscetível aos problemas próprios do processo de urbanização, como a regulação do espaço público pelas grandes empresas, a formação de zonas de exceção e criminalidade, a degradação pelo acúmulo de lixo e a destinação de áreas devolutas.

Na análise de Jacobs, quanto mais pessoas se voltarem para as ruas, menor a probabilidade de a cidade ficar à mercê dos problemas próprios da urbanização. Um bairro com boa disposição de calçadas e comércios e prédios diretamente voltados para as ruas, por exemplo, favorece e instiga a circulação de pessoas e o envolvimento delas com a preservação dos espaços e da rede de sociabilidade urbana.

Em um bairro agradável para caminhar, independentemente de estar situado em uma área residencial de classe alta ou não, desde que organizado, há trânsito contínuo de pessoas, e onde isso ocorre há relações comunitárias de troca e de sociabilidade. Enquanto uma pessoa sai para passear com o cachorro, outra se dirige a um açougue; enquanto um grupo de jovens vai à escola, idosos vão à praça; e assim por diante. Nessa dinâmica, as pessoas tendem a se encontrar, ora mais, ora menos.

Na análise da autora, nesse cenário comunitário em que ocorre o "balé da calçada", um funcionário do Estado, como o guarda civil metropolitano, tende a interagir não como autoridade, mas como membro daquela comunidade de encontro urbano. Segundo essa perspectiva, a vigilância não depende de câmeras ou de grandes investimentos em segurança, pois cada um a seu modo zela pelo espaço.

Ora, se a princípio as ideias de Jacobs parecem utópicas, o fato é que em pequenas cidades ocorre algo nas ruas não muito diferente do que a autora propõe para o contexto das grandes concentrações urbanas. Isso demonstra que a lógica do encontro e da reciprocidade, bem como do uso comunitário do espaço, é algo possível nas grandes cidades.

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Bancos em área pública arborizada e decorada com floreiras na cidade de Tramandaí, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2023. Esse tipo de espaço favorece a integração comunitária.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociedade e o meio ambiente

Conforme estudado, as cidades não são estruturas naturais que o ser humano adapta para uso próprio: elas são construídas pela ação humana. As cidades têm passado por questionamentos diversos, que vão desde reflexões sobre as desigualdades no acesso da população à infraestrutura urbana até propostas de favorecimento da sociabilidade de seus habitantes. Entre os dilemas contemporâneos acerca da cidade, um dos principais questionamentos envolve o potencial de seu desenvolvimento aliado à sustentabilidade: é possível conciliar o crescimento urbano com a garantia de padrões sociais, econômicos e ambientais não desiguais? Para compreender melhor os fundamentos dessa questão, vale recuperar alguns conceitos, como o de meio ambiente.

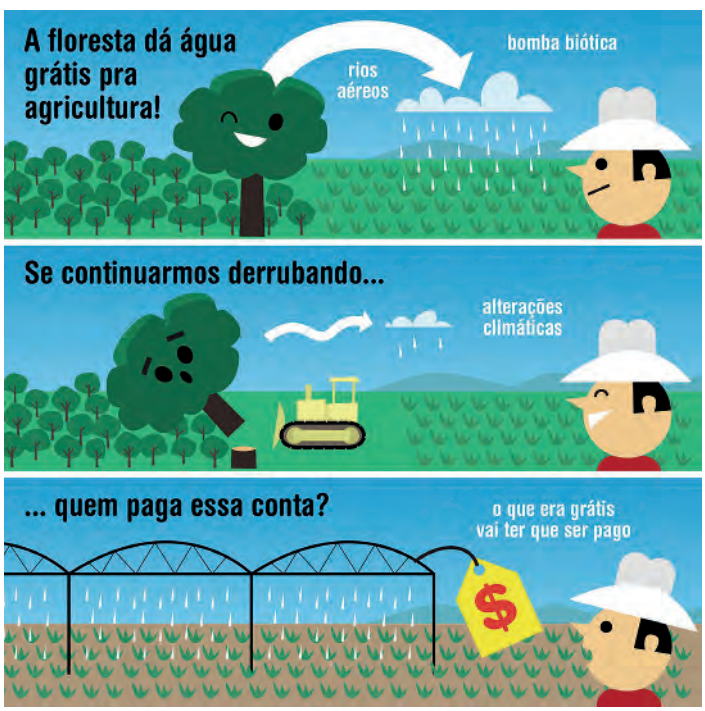
O conceito de meio ambiente

Até meados da década de 1950, era comum entre cientistas, governantes e a população, de maneira geral, o uso dos termos *natureza*, *meio natural* ou *ambiente natural* para se referir ao meio físico do planeta Terra. Após a década de 1960, com a emergência de movimentos sociais voltados à agenda socioambiental – sobretudo em países desenvolvidos, como Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unidos –, começaram a se tornar públicas preocupações acerca dos problemas típicos das contradições e desigualdades geradas pelo capitalismo. Nessa época, o movimento ecológico tornou frequente no cotidiano científico, político e social o uso do termo *meio ambiente*.

A partir de 1960, o conceito de meio ambiente, compreendido como espaço no qual fatores bioquímicos e físicos interagem na flora e na fauna do planeta, passou a ser amplamente utilizado em substituição ao uso genérico do termo *natureza*.

Em 1968, a criação do Clube de Roma – grupo de políticos e cientistas que se reuniram na capital italiana com o objetivo de discutir diversos problemas de ordem global, entre eles o ecológico – fomentou uma importante discussão sobre os impactos que o crescimento da população mundial poderia trazer, em curto, médio e longo prazo, para o meio ambiente.

Publicação produzida pelos integrantes do projeto Árvore, Ser Tecnológico, a respeito dos impactos do desmatamento para a agricultura, 2017. O projeto promove a divulgação científica por meio das redes sociais, incentivando a reflexão sobre os problemas ambientais na atualidade.



ÁRVORE ÁGUA/ÁRVORE. SER TECNOLÓGICO

Entre os pesquisadores que atuaram nesse contexto, destacou-se a biofísica e cientista ambiental estadunidense Donella Meadows (1941-2001). Em seu relatório "Limites do crescimento", elaborado em 1972, a pesquisadora estabeleceu a importância de estudos multidisciplinares sobre o meio ambiente e destacou a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais caso o padrão de consumo vinculado ao desenvolvimento capitalista fosse mantido. O relatório tornou-se objeto de discussão mundial pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

A partir desse ano, o foco de preocupação se ampliou. Os movimentos passaram a reivindicar, além de medidas de proteção ambiental, o controle sobre a produção e o consumo. Isso impulsionou ainda mais o uso do termo *meio ambiente* no cotidiano científico, político e social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As mudanças antropogênicas e suas consequências

Até fins da década de 1950, a preocupação com o meio ambiente estava mais relacionada a fatores externos à intervenção humana, como terremotos, avalanches, furacões, nevascas, excesso ou falta de chuvas e à deflagração de epidemias, diante das quais muito pouco se podia fazer. Entretanto, essa perspectiva escondia o que foi se tornando óbvio com o avanço do modelo industrial de civilização: os resultados da atividade produtiva e do consumo no modo de vida capitalista passaram a afetar de forma decisiva o meio ambiente.

Os seres humanos modificam o ambiente natural ao desenvolverem atividades para a própria sobrevivência e para vida em sociedade. As alterações no ambiente natural realizadas pelas pessoas são chamadas **mudanças antropogênicas**. Por exemplo, os indígenas que habitam a Reserva Indígena do Xingu retiram galhos das árvores, colhem frutos, abrem clareiras na floresta etc., provocando mudanças antropogênicas. Na modernidade capitalista, entretanto, devido ao desenvolvimento industrial e tecnológico, as mudanças antropogênicas vêm sendo realizadas em larga escala e geram grandes impactos ambientais em diferentes dimensões.

- **Degradação ambiental**: gerada por fatores como poluição do ar, causada por gases tóxicos lançados na atmosfera; poluição hídrica, resultante do despejo de resíduos químicos oriundos da produção industrial e do esgoto doméstico em rios, córregos, lagos e mares; acúmulo de resíduos sólidos – o lixo –, que polui o solo, quando depositado em lixões, assim como contamina rios e mares com a dispersão de suas partículas.
- **Esgotamento de recursos naturais**: causado por desmatamento, desperdício ou contaminação de fontes de água doce e exploração predatória de seres da fauna e da flora.
- **Intervenção biotecnológica**: o uso de inseticidas e o de fertilizantes químicos contaminam o ambiente e são nocivos para a saúde humana. A essa dimensão acrescenta-se a técnica de modificação genética de alimentos, como os controversos transgênicos, cujos impactos são ainda debatidos, pois seu uso é relativamente recente.

Vale reiterar que em todos os casos é o modelo capitalista industrial e urbano que provoca esses efeitos da intervenção humana sobre o meio ambiente.

Dica

Voltar o relógio – Episódio 57 – Tentativas de dar um passo atrás

Produção: Rádio Novelo. Brasil, 2023. 71 minutos.

Na primeira parte do *podcast*, a história do senhor João Pereira Lima Neto, fazendeiro da região central do estado de São Paulo, mostra o resgate da prática de plantar sem agrotóxicos, que estimula o convívio entre espécies de flora e fauna diversas, evidenciando as potencialidades da agricultura sustentável.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Mudança antropogênica e recursos hídricos

CADU ROLIM/FOTOARENA

Superfície recoberta por lama de rejeitos de mineração decorrentes do rompimento da barragem de Brumadinho no bairro rural Córrego do Feijão, pertencente ao município de Brumadinho, Minas Gerais. Fotografia de 2019. O rompimento dessa barragem matou cerca de 270 pessoas e um número incalculável de plantas e animais, destruiu casas, contaminou o solo e a água, causando danos socioambientais profundos, que ainda são sentidos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociologia e a questão ambiental

Por muito tempo a sociologia não se ocupou diretamente das questões referentes ao meio ambiente. Entre as reflexões dos autores clássicos desse campo do conhecimento, como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, apenas nas de Marx se encontra alguma análise acerca da relação da sociedade com a natureza.

Marx parece ter compreendido o que se tornou inegável a partir da década de 1960 a respeito da questão ambiental. Ele reconhece o meio ambiente como uma esfera da vida na qual as relações e as interações sociais não estão dissociadas da natureza, já que são parte de um mesmo problema. Em todo caso, esse afastamento, por assim dizer, histórico, entre as ciências sociais e o tema ambiental ocorreu, em parte, porque os sociólogos entendiam o conceito de natureza de forma estanque, dissociado do de cultura. A isso relaciona-se o fato de, no fim do século XIX e no início do século XX, os conhecimentos das ciências naturais não serem popularizados.

Os sociólogos, ao alcançar uma visão multidisciplinar a respeito dos problemas que envolvem a relação entre ser humano, sociedade e meio ambiente, procuraram enfrentar a questão ambiental como um objeto de pesquisa, verificando os impactos da ação, do comportamento e das interações humanas na saúde e no equilíbrio ambiental.

No campo da **sociologia ambiental** destaca-se o trabalho do sociólogo britânico Anthony Giddens em seu livro *A política da mudança climática*, de 2009, no qual desenvolve a teoria conhecida como o Paradoxo de Giddens ou o Desconto do futuro. Na teoria, Giddens argumenta que a ideia da possibilidade de algo dar errado no futuro não está contida na racionalidade do capitalismo moderno. Isso porque no estilo de vida consumista há preocupação apenas com o presente imediato, sem considerar que pequenos hábitos do cotidiano, associados à cadeia produtiva causadora dos impactos ambientais, podem ser prejudiciais para as próximas gerações. Desse modo, a questão ambiental, diante dos prazeres imediatos do cotidiano de consumo na sociedade capitalista, tem baixa prioridade.

De acordo com Giddens, é por esse motivo que podemos argumentar sobre a importância da mudança individual de atitudes. Afinal, o que cada sujeito faz em seu dia a dia, referente a seus hábitos de consumo, uso dos meios de transporte, forma de acondicionar o lixo, entre outros, tem forte impacto social, pois se trata de um modelo de comportamento seguido por milhões de indivíduos.

THIERRY MONASSE/GETTY IMAGES

Marcha Caminhe pelo seu Futuro (*Walk For Your Future*) organizada pela Coligação para o Clima, em Bruxelas, na Bélgica. Fotografia de 2022. No cartaz, está escrito: "Salve o futuro, aja agora!".

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique em que consiste o Paradoxo de Giddens.
2. Redija um parágrafo associando o mote do cartaz da manifestação "Salve o futuro, aja agora!" à análise de Giddens.
3. Pensando na mudança individual de atitude em relação ao meio ambiente, que hábitos podem ser adotados com o objetivo de amenizar impactos socioambientais negativos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Riscos ambientais da modernidade

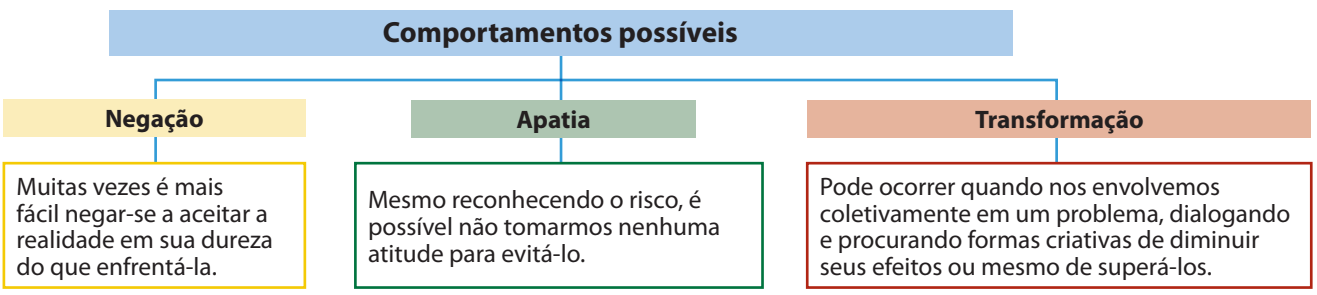
Por muito tempo, os seres humanos se dedicaram a encontrar meios de domesticar a natureza e utilizá-la em seu favor. Apenas no último século ganhou importância institucional a preocupação com os impactos associados à exploração do meio ambiente.

Segundo o sociólogo alemão Ulrich Beck (1944-2015), a modernidade capitalista impôs um novo tipo de reflexividade aos sujeitos, pois as ciências e as tecnologias, que por muito tempo foram consideradas responsáveis pelo progresso humano, passaram a ser interpretadas também como potenciais ameaças ao futuro do planeta. Para Beck, a velocidade das mudanças informacionais e tecnológicas propicia um aceleramento nas relações de produção e consumo. Diante de tal velocidade, nem sempre é possível reconhecer os riscos envolvidos no processo.

Desse modo, em face das possíveis tragédias ambientais, é comum cientistas, empresários e governantes apresentarem diferentes modos de analisar e solucionar os problemas. Cada um avalia os riscos tendo em consideração os valores de suas atividades, que quase sempre não são conciliáveis. Por isso, é comum empresários e governantes questionarem ou minimizarem as previsões científicas acerca da questão ambiental, a fim de fazer valer seu ponto de vista. Para Beck,

> [...] a questão ecológica [...] transformou a moralidade, a religião, o fundamentalismo, a desesperança, a tragédia, o suicídio e a morte [...] em um drama universal [...] [em que] os negócios estão livres para assumir o papel de vilão e envenenador, ou se revestir do papel do herói ou do salvador e comemorar isso publicamente.
>
> BECK, Ulrich. A reinvencão da política: rumo a uma teoria da modernizacão reflexiva. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 66.

Segundo Beck, ninguém pode prever o futuro, e nem mesmo o melhor dos especialistas ou dos governantes é capaz de controlar racionalmente os riscos. Portanto, ante o risco iminente oriundo da tecnologia, tendemos a três comportamentos possíveis, conforme explicado no esquema a seguir.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BECK, Ulrich. A reinvencão da política: rumo a uma teoria da modernizacão reflexiva. *In*: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 11-72.

Para compreender bem a argumentação de Beck, pense, por exemplo, em um fumante. O hábito de fumar é inegavelmente nocivo, como indicam muitas pesquisas da área da saúde. Aplicando o modelo teórico de Beck, um fumante pode:

1. negar-se a aceitar a ideia de que fumar faz mal, mesmo diante das provas cabais dos malefícios desse hábito;
2. reconhecer que fumar faz mal e até mencionar sintomas dos quais sofre por conta do hábito de fumar, mas não fazer nada a respeito e continuar fumando;
3. procurar especialistas, grupos de ajuda para tabagistas e ouvir a opinião de ex-fumantes com o objetivo de tentar combater o vício em tabaco.

Não é difícil perceber qual das posturas ante os riscos apresentados é, segundo Becker, a mais ética para o futuro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados sobre o volume de resíduos dispersos nos oceanos foram retirados de: CANALS, Miquel *et al*. The quest for seafloor macrolitter: a critical review of background knowledge, current methods and future prospects. **Environmental Research Letters**, v. 16, n. 2, p. 3, 2021.

Os dados sobre o consumo de recursos naturais foram retirados de: COUNTRY Trends: Brazil: ecological footprint (number of Earths). **Global Footprint Network**. Disponível em: https://data.footprintnetwork.org/#/countryTrends?cn=21&type=earth. Acesso em: 11 set. 2024.

Desenvolvimento sustentável

De acordo com estudo publicado na revista científica *Environmental Research Letters* em 2021, estima-se que até o ano de 2051 o volume de resíduos sólidos dispersos nos oceanos pode alcançar a marca de 3 bilhões de toneladas métricas. Há tanto detrito no mar que ilhas de lixo podem ser avistadas a uma distância de muitos metros.

Dados da *Global Footprint Network* sobre o Brasil mostram que vivemos com capacidade de consumo maior do que os recursos naturais de que dispomos. Por causa da crescente demanda, há vários problemas no fornecimento de energia elétrica, como os constantes apagões que ocorrem em todas as regiões brasileiras.

A dependência de combustíveis fósseis, como a gasolina, e de outras matérias-primas, sem as quais não se constroem estradas nem se pode mover carros ou construir prédios, torna o problema da sustentabilidade central. Afinal, como manter o modo capitalista de produção e de consumo – por meio do qual se produzem e reproduzem cada vez mais insumos, bens de capital e mercadorias – sem exaurir os recursos naturais?

Desde 1987, quando a ONU publicou o relatório *Nosso futuro comum* – no qual se postularam o caráter esgotável dos recursos naturais e a necessidade de oferecer respostas a esse problema –, foi adotado o conceito de **desenvolvimento sustentável**, que se tornou o modelo comumente assumido para a formulação de políticas públicas ambientais.

Nesse modelo, o desenvolvimento econômico aparece diretamente atrelado a alternativas de proteção ambiental e mecanismos de compensação que visam mitigar os impactos causados pelo extrativismo predatório de recursos naturais.

As políticas públicas de desenvolvimento sustentável demandam muita preparação e planejamento na tentativa de prevenir riscos ambientais, humanos e sociais. Isso significa que, diante de uma política de sustentabilidade, não se pode, por exemplo, criar determinada indústria sem que se pesem todos os prós e contras ambientais, econômicos e sociais. Desse modo, não se pode planejar o sistema de coleta de resíduos sem levar em conta todos os planos de emergência e de contingência diante da possibilidade de acidentes e os benefícios econômicos e sociais dessas práticas.

ODS 12

Um dos meios para atingir o desenvolvimento sustentável é a mudança do **padrão linear da economia**, baseado na produção, no consumo e no descarte, para o **modelo de economia circular**, o qual tem por base processos de produção em que se considera a redução da geração de resíduos, assim como sua reciclagem ou o reúso, contribuindo, dessa forma, para a redução do impacto da produção sobre o meio ambiente. Apesar de não ser um modelo novo, a economia circular ainda não é amplamente adotada, e os desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável ainda são muitos.

OBJETO DIGITAL **Carrossel de imagens: Práticas sustentáveis**

BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

Loja de roupas e acessórios usados na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. O comércio de roupas usadas é uma das formas de promover a economia circular.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Racismo ambiental

Como estudado, o conceito de desenvolvimento sustentável não se baseia apenas na questão ambiental. Para que um país possa efetivamente ser sustentável, deve ter a preservação do meio ambiente com inclusão social e econômica como fundamentos.

No entanto, o que se observa é que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, além de promover a degradação ambiental, amplia os níveis de desigualdade no mundo. As pessoas que vivem em condições mais precárias são as que sofrem mais fortemente as consequências da degradação ambiental. O reconhecimento desse fenômeno levou à definição do termo *racismo ambiental*, criado na década de 1980 por Benjamin Franklin Chavis Junior, químico, reverendo e liderança do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, para chamar a atenção para o descarte de resíduos tóxicos no condado de Warren, local de moradia de população majoritariamente negra.

A historiadora e pesquisadora brasileira Tania Pacheco, coordenadora executiva do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, mantido pela Fundação Oswaldo Cruz, define racismo ambiental como o conjunto de injustiças sociais e ambientais que atingem de forma drástica populações vulneráveis, formadas por negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moradores de comunidades pobres e favelas, entre outros.

Um exemplo de racismo ambiental é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, no norte do estado do Pará. Ao mesmo tempo que a usina incrementou o fornecimento de energia elétrica no país, impactou negativamente a vida de comunidades ribeirinhas e indígenas, bem como provocou, durante seu processo de construção, problemas relacionados à prostituição e ao consumo e à comercialização de drogas ilícitas, afetando, sobretudo, a população local.

As tragédias ocorridas nos municípios de Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais, respectivamente em 2015 e 2019, em que o rompimento de barragens de rejeitos de mineração destruiu bairros e deixou centenas de mortos, entre os quais moradores locais, também evidenciam as consequências do modo de produção capitalista, marcado pela segregação da população pobre na periferia das cidades, em espaços ambientalmente degradados.

Esse cenário nos faz refletir sobre a necessidade de mudanças efetivas nos modos de vida, para que a sociedade alcance o desenvolvimento sustentável.

SILVIO AVILA/AFP/GETTY IMAGES

Moradores da Vila Farrapos, um dos bairros mais pobres de Porto Alegre, tentando salvar seus pertences durante as enchentes que atingiram mais de 90% das cidades do Rio Grande do Sul e afetaram milhões de pessoas, sobretudo as que viviam nas áreas mais vulneráveis. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É possível um capitalismo sustentável?

ODS 13

A emergência climática é um dos principais temas da atualidade, trazendo questões diversas para os Estados e para a sociedade civil. Uma delas relaciona-se à falta de sustentabilidade do estilo de vida da maior parte da população mundial, que segue os ditames do modo de produção capitalista: consumir mais para produzir mais.

Esse estilo de vida tem aprofundado a crise ambiental, pois, no processo de ampliação da produção e diversificação dos produtos como forma de estímulo ao crescimento do capitalismo, a extração de recursos naturais e o descarte de resíduos sólidos e tóxicos no meio ambiente aumentaram. Essas práticas prejudicam o meio ambiente e impõem questões sobre a manutenção do modo de produção capitalista.

Como você estudou, Marx já alertava para o esgotamento do modo de produção capitalista, assim como dos demais modos de produção por ele analisados. Para o filósofo alemão, na produção social da vida, as pessoas estabelecem relações necessárias e, muitas vezes, independentes da própria vontade, diante do contexto econômico em que estão inseridas. No entanto, ao se desenvolver, esse contexto entra em contradição com as relações sociais de produção, levando as pessoas a buscarem soluções. Segundo Marx:

> Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus **grilhões**. Sobrevém então uma época de revolução social.
>
> MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a IV): terceiro capítulo: o capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 130.

Grilhões: correntes pesadas de metal utilizadas para prender ou aprisionar pessoas.

No artigo "O capitalismo se tornou insustentável", o economista brasileiro Eleutério Prado analisa a citação de Marx pela perspectiva dos problemas contemporâneos e demonstra que, a partir da década de 1980, com o desenvolvimento da acumulação flexível e a propagação da ideologia neoliberal, não somente se ampliou a degradação ambiental, mas também se impôs a precarização dos modos de vida para a maior parte da população mundial, com o aumento dos níveis de desigualdade e o crescimento de crises humanitárias. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas entrou em contradição com as relações sociais de produção, deixando os trabalhadores, base do capitalismo, em condições de vida inapropriadas.

Apesar desse quadro, contudo, há quem defenda a possibilidade de desenvolvimento de um capitalismo sustentável, que teria por base negócios social, econômica e ambientalmente sustentáveis, produção responsável e consumo consciente. A filosofia que rege o capitalismo sustentável é o propósito além do lucro, ou seja, antes de pensar quanto um produto pode render, deve-se identificar sua utilidade e a forma como ele contribui positivamente para o planeta. Para fortalecer essa proposta, tem se disseminado o desenvolvimento de estratégias ESG. A sigla, proveniente dos termos *ambiental*, *social* e *governança* em inglês (*Environment*, *Social and Governance*), faz referência à adoção de critérios para medir a sustentabilidade e o impacto social de um investimento com atenção aos aspectos ambientais (práticas ecológicas), sociais (tratamento de funcionários, comunidade e diversidade) e de governança (ética empresarial e transparência). Na década de 2020, empresas que priorizam estratégias ESG têm se posicionado como sustentáveis perante a sociedade civil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Thomas Eckschmidt, um dos fundadores do Movimento Capitalismo Consciente, afirma que:

> As empresas hoje têm o dever de transmitir seu propósito e valores a seus consumidores por meio dos bens e serviços que fornecem, ao mesmo tempo em que se alinham aos ideais e noções que defendem. Isso permite que os negócios sejam mais conscientes e evoluam para um modelo necessário de sobrevivência no século XXI.

ECKSCHMIDT, Thomas. Por que o capitalismo consciente e sustentável é um bom negócio? **MIT Sloan: Management Review Brasil**, 23 set. 2021. Disponível em: https://mitsloanreview.com.br/por-que-o-capitalismo-consciencia-e-sustentavel-e-um-bom-negocio/. Acesso em: 11 set. 2024.

Mesmo com esse encaminhamento feito pelo mercado, as questões sobre a sustentabilidade do capitalismo crescem, e há quem não veja saída para o planeta se o modo de produção capitalista for mantido.

© CARLOS LATUFF

Charge de Latuff, 2011.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

Responda no caderno.

1. Identifique e descreva os personagens representados na charge.
2. Qual é a crítica apresentada na charge? Utilize elementos da imagem para construir seu argumento.
3. Quais são as críticas feitas pelos pensadores contemporâneos à manutenção do capitalismo diante da ampliação da crise ambiental?
4. Quais são os argumentos das pessoas que consideram viável a construção de um capitalismo sustentável?
5. Em sua opinião, um capitalismo sustentável é possível? Justifique sua resposta baseando-se em argumentos apresentados nesta seção e ao longo do capítulo.

O dado sobre o aumento da temperatura do planeta em 2023 foi retirado de: PIVETTA, Marcos. Ano de 2023 é o mais quente do planeta desde 1850. **Pesquisa Fapesp**, 28 jan. 2024. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/ano-de-2023-e-o-mais-quente-do-planeta-desde-1850/. Acesso em: 11 set. 2024.

A citação de Krenak foi retirada de: KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 5.

De volta à ancestralidade

ODS 13

ODS 14

ODS 15

Estamos nos aproximando cada vez mais do **ponto de não retorno**, ou seja, da fronteira em que não é mais possível retornar às condições anteriores, configurando como irreversíveis as mudanças promovidas. Um exemplo é a irreversibilidade do aquecimento do planeta, que em 2023 registrou temperaturas 1,5 grau acima da média. Voltar à ancestralidade pode ser uma forma de encontrar meios para reconquistar o **ponto de retorno**.

Apesar de estarmos cada vez mais perto do ponto de não retorno, ainda há chances de recuperar o planeta. Mas, para isso, precisamos de ações imediatas e de longo prazo. Uma delas é a volta a modos de vida menos dependentes de tecnologias, mais conectados à natureza e que tenham a convivência harmoniosa entre ambiente e ser humano como fundamento.

Ao pensar em volta, não estamos necessariamente sugerindo retornar a modelos arcaicos. A proposta é recuperar a ancestralidade dos povos originários, cuja convivência com os seres da natureza e a construção de uma cosmologia que não separa o ser humano do ambiente em que vive nos apresentam possibilidades para continuarmos a viver no planeta Terra.

O líder indígena, ambientalista e filósofo Ailton Krenak é uma das vozes que alertam sobre a necessidade de retorno aos saberes ancestrais. Segundo ele, a sociedade ocidental estabeleceu uma forma de pensar que separa o planeta da humanidade. Ele contrapõe essa separação à concepção dos povos indígenas ameríndios, para os quais não há separação. No livro *O amanhã não está à venda*, Krenak afirma: "Eu não percebo que exista algo que não seja natureza".

RUY TEIXEIRA/ARQUIVO DO FOTÓGRAFO

Ailton Krenak no leito do Rio Doce, no município de Resplendor, Minas Gerais. Fotografia de 2020. O Rio Doce, chamado de *Watu* pelos Krenak, é considerado por esse povo uma entidade, um ancestral.

O ponto de retorno, conforme indica Krenak, estaria em compreender a ideia de que a humanidade criou o mundo atual, e que, se caminhamos para um fim do mundo, isso é resultado da ação humana. O ponto de retorno seria o da recuperação da ideia de que somos apenas uma parte do planeta, composto de mares, rios, florestas, praias e biomas diversos, que precisam seguir seu curso natural. Afinal, se o ar que respiramos estiver poluído, no lugar de nos permitir viver, pode fazer mal.

Assim, retornar à ancestralidade é recuperar modos de vida em que a relação entre humanidade e natureza é de harmonia, e não de separação. Como afirma Krenak, é preciso retomar a capacidade de recuperar subjetividades que constroem cosmologias que reverenciam a mãe Terra e compreender que somos apenas uma parte desse imenso cosmo que é o universo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Engenharia ambiental

A engenharia é um conhecimento científico aplicado que reúne elementos das ciências exatas para resolver problemas e buscar soluções que atendam às necessidades da sociedade. Ela é dividida em diversas áreas, entre as quais a ambiental, que corresponde ao estudo das técnicas utilizadas para realizar a gestão e o ordenamento do meio ambiente e à proposição de medidas que possam reduzir os danos provocados pelo desenvolvimento das atividades humanas.

Para alcançar esses propósitos, a engenharia ambiental se ampara em outras ciências, como a biologia, a geologia, a hidrologia e a geografia, e, assim, ajuda a criar soluções destinadas, por exemplo, à preservação da qualidade da água, do ar e do solo, à recuperação das áreas degradadas e à conservação da biodiversidade do planeta.

O **curso superior em engenharia ambiental** é uma opção de estudo para quem reconhece a importância do uso mais consciente dos recursos naturais e deseja contribuir para a ampliação da sustentabilidade socioambiental. Além das aulas teóricas, esse curso prevê a utilização de laboratórios de análises químicas e biológicas, de informática, de solos, de geoprocessamento, trabalhos de campo, visitas técnicas, estágios supervisionados e atividades complementares.

Após a finalização do curso, espera-se que os engenheiros ambientais estejam preparados para realizar uma série de atividades, como desenvolvimento de estudos de avaliação ambiental; vistorias e perícia técnica; elaboração de laudo e parecer técnico; levantamento de impactos socioambientais; supervisão ambiental de obras; pesquisa e divulgação técnico-científica; monitoramento e controle da qualidade das águas, dos solos e do ar; elaboração de programas ambientais; planos de recuperação de áreas degradadas; gerenciamento dos recursos hídricos.

Os campos de atuação dos profissionais formados nessa área são: órgãos e agências ambientais, companhias de abastecimento de água e coleta de esgoto, consultorias ambientais, setor de gestão do meio ambiente das indústrias e das empresas públicas e privadas, organizações não governamentais, instituições de ensino, centros de pesquisa, aterros sanitários, estações de tratamento de efluentes, secretarias do meio ambiente, entre outros.

Os cursos de formação ambiental vêm ganhando cada vez mais destaque como uma resposta às demandas urgentes de criar soluções e perspectivas múltiplas para os problemas socioambientais. Os engenheiros ambientais, assim como outros profissionais dedicados à preservação dos recursos naturais, têm sido fundamentais para o enfrentamento dos desafios impostos ao Brasil perante a responsabilidade do país de preservar a rica biodiversidade existente no território nacional.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

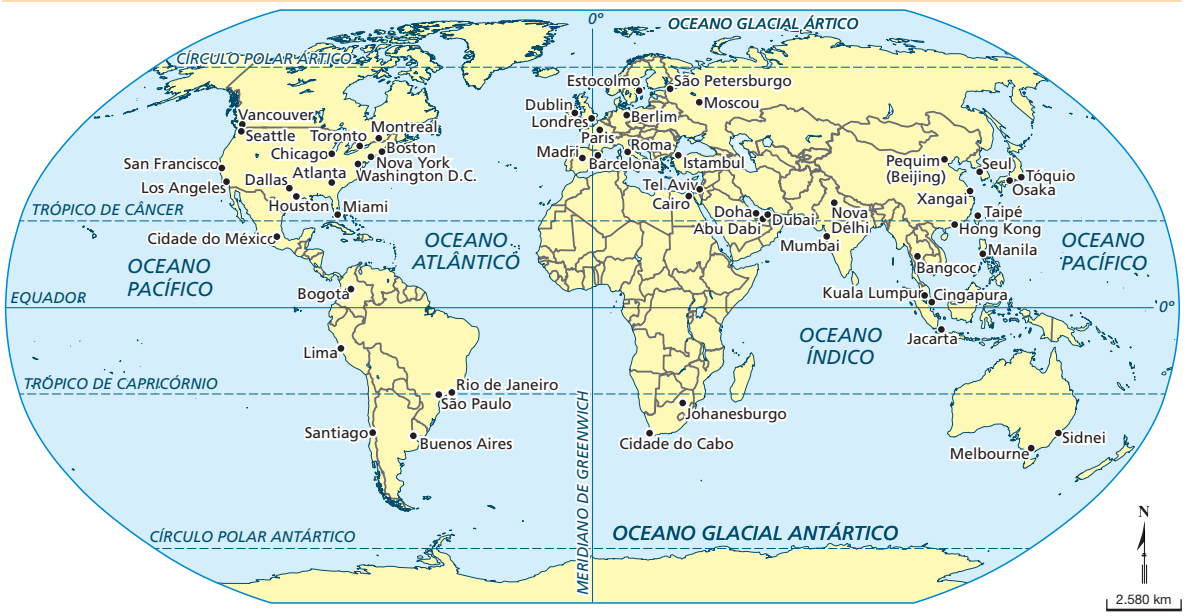
Engenheiros ambiental e florestal realizando medição e levantamento da flora no município de Juquitiba, São Paulo. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Com base nos estudos de Georg Simmel sobre sociabilidade urbana, identifique as alternativas incorretas e corrija-as.**
   - **a.** Nas pequenas cidades, o ambiente comunitário favorece o desenvolvimento de relações baseadas na racionalização e na indiferença.
   - **b.** Nas grandes cidades, há uma tendência de que as pessoas esbocem poucas reações, tornando-se insensíveis ao que se passa com as outras.
   - **c.** O termo *blasé* é utilizado para designar um comportamento de empatia e sensibilidade das pessoas com o que ocorre a sua volta no ambiente urbano moderno.
   - **d.** Para Simmel, o comportamento *blasé* seria uma forma encontrada pelos habitantes das grandes cidades de se proteger da exaustão mental.
2. **Você percebe o caráter *blasé* na sociedade contemporânea? Caso perceba, cite exemplos.**
3. **O conceito de gentrificação é derivado da palavra inglesa *gentry*. Escreva um parágrafo caracterizando esse fenômeno.**
4. **Analise o mapa e faça o que se pede.**

Mundo: cidades globais – 2018



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Atlas geográfico**: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 59.

- **a.** O que são cidades globais?
- **b.** Quais cidades globais se localizam no Brasil?
- **c.** Quais cidades globais se localizam na América Latina?
- **d.** Cite desafios enfrentados pelas cidades globais na atualidade.

5. **Analise o texto a seguir, sobre o direito à cidade, escrito pelo geógrafo David Harvey. Em seguida, escreva um parágrafo associando-o à noção de direito à cidade proposta por Henry Lefebvre.**

> [Trata-se][...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 28.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6. **Analise a charge para responder às questões.**

© CACO GALHARDO

Herança, charge de Galhardo, 2022.

a. O que cada um dos personagens da charge representa? Utilize elementos da imagem para justificar sua resposta.

b. Relacione o título e a fala do personagem à crítica apresentada na charge.

c. Considerando a crítica expressa na charge e as ideias apresentadas por Ailton Krenak, elabore um parágrafo com propostas para o futuro do planeta.

7. **Reúna-se a alguns colegas para realizar uma pesquisa sobre as políticas públicas desenvolvidas no município onde vocês moram para atingir um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU. Sigam os procedimentos indicados.**

- Consultem a lista com os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável, nas páginas 4 e 5 deste livro, e escolham um deles.
- Pesquisem nas instituições públicas do local em que vocês moram (prefeitura municipal, secretarias de governo e outros órgãos públicos) as políticas que o governo municipal está desenvolvendo para atingir o ODS escolhido.
- Registrem o nome das políticas públicas, as áreas que elas atendem (saúde, educação, direitos humanos, meio ambiente ou trabalho, entre outras), o público a que se destinam e os possíveis benefícios à população do município.
- Elaborem um relatório com a apresentação do ODS escolhido, a justificativa da escolha, a descrição das políticas públicas encontradas e as conclusões do grupo sobre os limites e as potencialidades dessas políticas para o atingimento de tal objetivo. Caso não encontrem nenhuma política pública desenvolvida pelo município para essa finalidade, elaborem uma sugestão para encaminhar ao órgão competente.
- Registrem as fontes de informação consultadas ao final do relatório.
- No dia combinado com o professor, apresentem o relatório ao restante da turma e assistam à apresentação dos demais grupos.
- Com base nos relatórios da turma, discutam e avaliem o comprometimento do poder público de município em que vocês vivem com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

8. **(Enem-MEC)**

Txai Suruí, liderança da Juventude Indígena, profere seu discurso na abertura da COP-26.

> O clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo e nossas plantações não florescem como no passado. A Terra está falando: ela nos diz que não temos mais tempo.

VICK, Mariana. Quais são as conquistas do movimento indígena na COP-26. **Nexo Jornal**, 9 nov. 2021. Disponível em: www.nexojornal.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

O discurso da líder indígena explicita um problema global relacionado ao(à):

a. manejo tradicional.

b. reciclagem residual.

c. consumo consciente.

d. exploração predatória.

e. reaproveitamento energético.

9. **(UEL-PR) Weber compreende a cidade como uma expressão tipicamente ligada à racionalidade ocidental. Com base nos conhecimentos da sociologia weberiana sobre a racionalidade ocidental, considere as afirmativas a seguir.**

I. A compreensão da cidade ocidental moderna é possível quando se considera uma sequência causal universal na história.

II. A existência do capitalismo como sociedade específica do mundo ocidental moderno explica o surgimento das cidades.

III. A explicação da cidade no Ocidente exige compreender a existência de diferentes formas do poder e da dominação.

IV. Um dos traços fundamentais da cidade no Ocidente é a constituição de um corpo burocrático administrativo regular.

Identifique a alternativa correta.

a. Somente as afirmativas I e II são corretas.

b. Somente as afirmativas I e IV são corretas.

c. Somente as afirmativas III e IV são corretas.

d. Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

e. Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 12

Sociedade, tecnologia e comunicação

Pense em todos os recursos tecnológicos que muitas pessoas utilizam no cotidiano: televisor, aparelho celular, *videogame*, internet, tocadores de música, plataformas de vídeo, redes sociais… Muitos não imaginam como seria a vida sem eles.

Desde o final da década de 1980, as sociedades humanas assistem ao desenvolvimento acelerado de tecnologias em todos os âmbitos. Em nenhuma outra área esses avanços foram tão expressivos e tão profundamente sentidos como nos meios de comunicação.

A revolução tecnológica nos meios de transporte e de comunicação trouxe consigo a sensação de que o tempo está passando mais rápido e de que a capacidade de interação social foi ampliada. Mas será que essas percepções são verdadeiras? Quais são os possíveis benefícios e prejuízos do início da chamada era da comunicação e da informação?

Neste capítulo, você vai compreender e discutir os avanços e as contradições do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e seus impactos na vida em sociedade, sobretudo na virada do século XX para o XXI, quando a difusão da internet e das redes sociais possibilitou novas formas de interação, que suscitaram novas questões à pesquisa em sociologia.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Jovens consultam *smartphones* na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023. Na primeira metade do século XXI, tem sido cada vez mais comum presenciar situações em que a proximidade física entre as pessoas não é vivenciada, pois, em vez de interagirem entre si, elas estão se comunicando virtualmente com outras pessoas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Técnica, tecnologia e comunicação

As relações que os seres humanos estabeleceram com a natureza – e as formas de apropriação, extração e transformação de recursos naturais – se devem, em parte, ao fato de eles serem dotados de **consciência** e **linguagem**. Esses atributos garantiram que o aprendizado dos modos de pensar e de fazer pudesse ser transmitido de uma geração a outra.

Em ciências humanas, chamamos de **técnica** o conjunto de métodos, processos ou procedimentos utilizados para realizar uma tarefa. Assim, as técnicas envolvem o conhecimento acumulado e a habilidade prática para realizar uma ação. Ao uso sistemático de técnicas para criar produtos e serviços que atendam às necessidades dos seres humanos damos o nome de **tecnologia**. Nesse sentido, o conceito de tecnologia faz alusão ao conjunto de conhecimentos científicos, métodos, materiais, instrumentos e processos utilizados na realização de atividades humanas.

Embora seja frequentemente associada às máquinas construídas pelo ser humano, a noção de tecnologia abarca também toda produção teórica e/ou prática realizada para estabelecer um controle mais ou menos racional da maneira de pensar e/ou fazer uso das coisas. Assim, conhecimentos e práticas, como os das áreas de gastronomia e medicina, podem ser considerados tecnologias. Seguindo esse raciocínio, as máquinas desenvolvidas pelo ser humano são concebidas por meio de tecnologias que envolvem conhecimentos variados e já estabelecidos: foi, por exemplo, a medicina que proporcionou a invenção do estetoscópio, e não o contrário.

O registro e a transmissão de técnicas foram ampliados com o desenvolvimento da **escrita**. Representando um marco tecnológico, a escrita possibilitou a transmissão sistemática de conhecimentos e práticas. Ao longo da história, as ferramentas, as máquinas e os equipamentos conferiram eficiência aos processos de exploração dos elementos da natureza, bem como ampliaram as possibilidades e o alcance da mobilidade e da comunicação.

Prensa, imprensa e a comunicação de massa

O impacto dos equipamentos na vida social pode ser exemplificado pela invenção da **prensa gráfica**. Os primeiros tipos móveis de que temos notícia eram de argila e foram produzidos na China, no século XI. Em meados do século XV, no território correspondente ao da atual Alemanha, Johannes Gutenberg desenvolveu a prensa de tipos móveis de metal. Até então, na Europa, os livros eram produzidos manualmente por copistas, em um processo lento e custoso. A prensa possibilitou a impressão de livros em massa, isto é, em maior volume e agilidade do que as cópias manuscritas, reduzindo significativamente os custos de produção. Em razão disso, é possível argumentar que o livro foi um dos primeiros produtos reproduzidos de acordo com o modelo capitalista.

Historicamente, a **imprensa** está associada à invenção de Gutenberg: o termo refere-se ao conjunto de equipamentos usados para produzir um grande volume de cópias de textos e imagens. Contemporaneamente, o termo faz também alusão ao conjunto de **meios de comunicação de massa** – como rádio, jornal, revista, televisão e meios digitais – que difundem notícias para um público amplo.

HORACIO VILLALOBOS/CORBIS/GETTY IMAGES

Réplica da prensa de tipos móveis desenvolvida por Gutenberg, no Museu Suíço de Papel, Escrita e Impressão, em Basel, Suíça. Fotografia de 2015. Nesse modelo de prensa, cada letra (tipo móvel) é posicionada manualmente em um suporte. Os tipos funcionam como carimbos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fenômeno da opinião

A partir do século XVII, as prensas começaram a ser adaptadas para a produção jornalística. Entre o fim do século XVIII e o início do século XIX – sobretudo com a inauguração dos grandes jornais em Londres, como o *Daily Courant*, e em Nova York, como o *The New York Sun* –, esse ramo da comunicação passou a funcionar em moldes industriais, reproduzindo notícias impressas para grandes contingentes populacionais.

Segundo o filósofo e sociólogo francês Gabriel Tarde (1843-1904), a imprensa de massa criou, no século XIX, o **fenômeno da opinião**: por meio dos jornais, podiam-se difundir ideias e opiniões – verdadeiras ou não – que ganhariam um ar de veracidade se a maioria dos leitores fosse convencida e propagasse a informação no cotidiano.

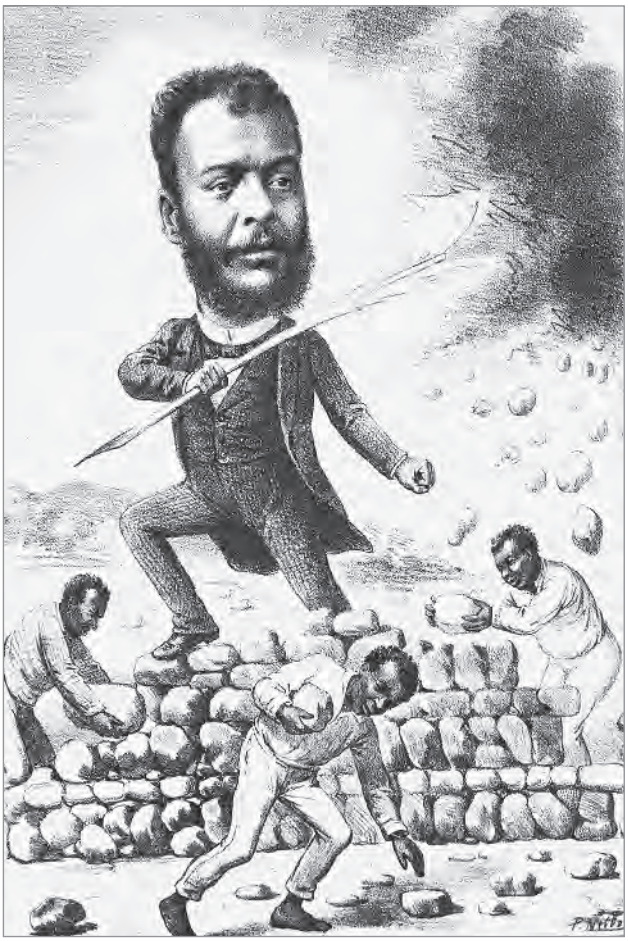
Na obra *A opinião e as massas*, de 1901, o sociólogo analisou o lugar dos meios de comunicação na formação das ideias e dos comportamentos, observando que os jornais não apenas informavam a população, como também direcionavam a **opinião pública**.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O trabalho análogo à escravidão**

Na análise de Tarde, a opinião pública é constituída na **interação social**: as notícias disseminadas pelos meios de comunicação de massa são debatidas, interpretadas e adotadas por meio da comunicação interpessoal. Nessa interação, os indivíduos discutem suas percepções com outras pessoas, em um processo gradual de **imitação** e adoção de ideias. Conforme são imitadas, as opiniões se solidificam na sociedade.

Passado mais de um século da publicação de Gabriel Tarde, ainda nos defrontamos com o fenômeno da opinião. É possível aplicar a reflexão do autor para pensar, por exemplo, sobre a utilização das mídias sociais para disseminar informações e influenciar opiniões.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO



Caricatura de José do Patrocínio, publicada na edição 516 da *Revista Ilustrada*, no Rio de Janeiro, em outubro de 1888.

Saiba mais

José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Brasil

No Brasil, na segunda metade do século XIX, o farmacêutico e jornalista José do Patrocínio utilizou a imprensa como meio para disseminar ideias abolicionistas, influenciando a opinião pública e angariando apoio à causa. Atuando como editor e colaborador de jornais do Rio de Janeiro, como *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, Patrocínio utilizou argumentos racionais e narrativas comoventes para sensibilizar a população sobre as injustiças da escravidão.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Na publicação original, a caricatura acompanhava o texto: "Das pedras que lhe atiram, a gratidão e o patriotismo irão fazendo um pedestal para a estátua que a posteridade terá de erigir, um dia!". Analise a caricatura e o texto, relacionando a pena e as pedras à atuação de José do Patrocínio.
2. Avalie a atuação de José do Patrocínio com base na teoria de Gabriel Tarde acerca do fenômeno da opinião.
3. Atualmente, a imprensa tem um papel importante na denúncia de casos de trabalho análogo à escravidão. De que modo a opinião pública pode interferir no combate a esse problema?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Como os sociólogos estudam a mídia

Desde o início do século XX, os cientistas sociais vêm se ocupando do estudo dos agentes e das instituições responsáveis pela produção e pela difusão de informações. Ao campo de estudo desses pesquisadores dá-se o nome de **sociologia da mídia**. O conceito de **mídia** não diz respeito apenas ao suporte físico em que se registra e se difunde a informação. Ele engloba os múltiplos aspectos dos meios de informação. Por isso, o sociólogo e cientista político estadunidense Harold Lasswell (1902-1978) propõe cinco questões para estudar a mídia: quem emite a informação, qual mensagem é emitida, por quais canais midiáticos ela é transmitida, para quem é dirigida e quais são os efeitos produzidos.

Quem são os emissores?

Na identificação dos produtores de informação, tende-se a considerar o lugar do especialista profissional da informação no mundo do trabalho no sistema capitalista. Assim, pode-se ter como objeto de estudo a carreira de um jornalista, apresentador de televisão, publicitário ou proprietário de emissoras. Na pesquisa pode-se buscar compreender suas relações sociais e realizações profissionais, suas posições políticas, ideológicas e empresariais e o efeito dessas questões na maneira de transmitir informação, produzir conteúdo e cativar o público.

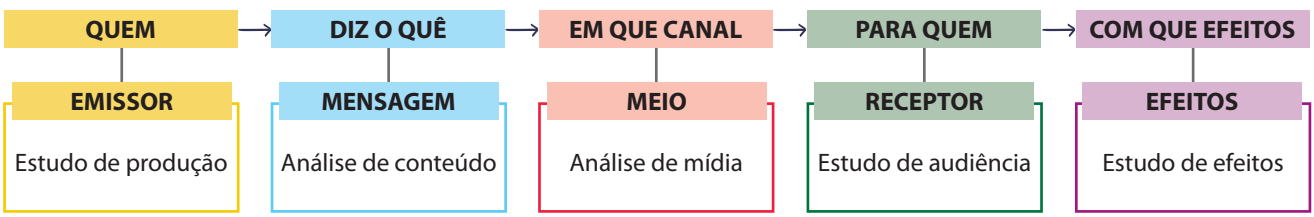
Que conteúdo é emitido?

Os pesquisadores podem atentar também ao conteúdo veiculado. Frequentemente denominada "análise de conteúdo" ou "análise do discurso", essa abordagem geralmente é feita com a utilização de métodos de outras áreas do conhecimento, como a **semiologia**. Por meio de pesquisas, é possível, por exemplo, examinar o sentido implícito na cena de uma novela ou o recurso retórico utilizado por um apresentador. Aqui, cabe registrar que a mídia pode emitir ao menos dois tipos de conteúdo: informativo e de entretenimento. Muitas vezes, esses conteúdos se inter-relacionam: uma novela feita para entreter pode, por exemplo, inspirar reflexões sobre a moral, a política e o cotidiano. Uma notícia com manchete sensacionalista, por sua vez, pode chamar mais atenção pela curiosidade suscitada do que pela relevância e pela qualidade de apuração da informação apresentada.

Semiologia: estudo dos signos e dos sistemas de significação nas culturas humanas, atentando ao modo como são produzidos, interpretados e utilizados para comunicar significados.

Quais são os canais midiáticos?

Os sociólogos que estudam os canais midiáticos realizam pesquisas para compreender quem são os donos desses canais, a que grupos estão relacionados, qual é a tendência ideológica defendida, que tipo de público atraem, qual é o nível de confiabilidade alcançado, entre outras questões. A confiabilidade das informações está associada ao modo como a mensagem é produzida, checada e veiculada. No Brasil, são produzidos jornais de caráter e abrangência muito diversos, como boletins informativos de igrejas e associações de bairro de circulação local e grandes conglomerados de mídia com publicações de repercussão nacional. As diferenças entre esses veículos interessam aos sociólogos de mídia.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: MARTINO, Luís Mauro Sá. O modelo de Laswell. *In*: MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 24.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem são os receptores?

Os estudiosos que se propõem refletir sobre o receptor, seja ele leitor, seja espectador, tendem a investigar o modo como determinada informação é compreendida e incorporada por diferentes pessoas. Uma notícia sobre um caso de racismo certamente seria interpretada de maneiras diferentes por uma pessoa branca e residente em um bairro urbano nobre e uma pessoa negra moradora da periferia. Por isso, os sociólogos dedicados aos estudos de recepção pesquisam e comparam o gosto, o acesso e a interpretação da informação em diferentes públicos e estratos sociais.

Quais são os efeitos da mídia?

Na eleição presidencial realizada em 2018 no Brasil, muito se discutiu o efeito que as informações publicadas em redes sociais tiveram na escolha dos candidatos. A grande questão mobilizada – que gerou, inclusive, processos judiciais – era a de que partidos e candidatos faziam uso das redes sociais para disseminar notícias falsas (*fake news*), angariando apoio político com base em mentiras ou informações não fundamentadas.

Informações infundadas também foram amplamente transmitidas durante o período crítico da pandemia de covid-19, quando notícias ou postagens questionando a eficácia das vacinas ou minimizando os efeitos da doença foram divulgadas nas mídias sociais. Nesses e em outros casos em que há divulgação de notícias falsas em larga escala, a desinformação promovida gera efeitos sobre o comportamento e a maneira de pensar dos indivíduos e dos grupos sociais que a recebem.

Os sociólogos que analisam os efeitos da informação na vida das pessoas buscam estabelecer relações entre eventos específicos – como eleições – e o arcabouço informacional que permeia o momento estudado, procurando compreender a relação entre a qualidade da mensagem e as consequências averiguadas naquele contexto.

Os canais de televisão, geralmente, contratam sociólogos para ajudá-los a quantificar e a interpretar os efeitos de certo produto – uma novela, por exemplo – no gosto de quem assiste a ele. E os roteiristas chegam a mudar o destino de personagens de novela para atender às expectativas do público.

FG TRADE/ISTOCK/GETTY IMAGES

Pessoas assistindo a televisão na cidade de São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2024. Ao mesmo tempo que exercem influência sobre a opinião dos telespectadores, é comum os canais de televisão considerarem o gosto do público na definição de seus produtos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A teoria dos dois tempos da mídia

Um marco nos estudos de mídia foi a publicação do livro *The people's choice* ("A escolha das pessoas"), em 1948. Nessa obra, os pesquisadores estadunidenses Paul Lazarsfeld (1901-1976), Bernard Berelson (1912-1979) e Hazel Gaudet (1908-1975) propõem uma teoria denominada **modelo dos dois tempos**.

Segundo esse modelo teórico, a comunicação de massa não influencia diretamente todos os indivíduos, mas alcança, em um primeiro momento, pessoas influentes e bem-informadas – os **líderes de opinião** –, que, então, interpretam a informação e a repassam para outras pessoas. Dessa forma, na concepção desses estudiosos, a comunicação de massa afeta a sociedade em duas etapas: primeiro atinge os líderes de opinião e, em seguida, o público em geral. Conforme esse raciocínio, a concordância ou discordância de uma mensagem depende dos intérpretes dispostos entre o veículo emissor da mensagem e seu receptor. A mensagem por si só não é capaz de persuadir um espectador, uma vez que esse só pode ser convencido pela liderança da opinião.

© WILL LEITE

Dona Anésia, tirinha de Will Tirando, 2017. *Out* é uma palavra da língua inglesa que significa *fora*. A entrevistada, no segundo quadrinho, ao dizer "Totalmente '*out*' nesta estação", quis afirmar que o rosa estava "Totalmente fora de moda nesta estação".

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Analise a tirinha. O que as indagações do terceiro quadro revelam sobre a influência da mensagem televisiva na opinião das receptoras?**
2. **Considerando a reação das receptoras, como a falta de compreensão de uma mensagem pode afetar o impacto da comunicação de massa?**
3. **Como a teoria do modelo de dois tempos pode ser aplicada para explicar a situação da tirinha?**

Saiba mais

A etnografia no estudo de recepção das telenovelas

Na pesquisa *Muitas mais coisas: telenovela, consumo e gênero*, a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida analisa a recepção de uma telenovela no final dos anos 1990 por famílias da cidade de Montes Claros, em Minas Gerais. Na etnografia, a pesquisadora examina o fato de que a recepção das novelas provoca entre os espectadores um processo de reflexão sobre a própria vida, familiarizando-os, por meio das narrativas e do enredo, com concepções e valores atrelados à publicidade de bens, serviços e estilos de vida. Na análise da pesquisadora, as novelas preparam os espectadores para que compreendam os anúncios, tornando-se parte de uma sociedade de consumo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A reprodutibilidade técnica e a perda da aura

Um centro importante de estudos de sociologia da mídia foi o Instituto de Pesquisa Social, na Alemanha, conhecido como **Escola de Frankfurt**. Um dos sociólogos desse centro, Walter Benjamin (1892-1940), reflete, no livro *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, de 1936, sobre a relação entre o modo de produção capitalista e a fruição das obras de arte, analisando a maneira como a reprodução técnica das obras transforma a experiência de percepção da arte.

Benjamin argumenta que, antes do avanço da maquinaria que possibilitou a reprodução seriada de bens culturais, as obras de arte só podiam ser contempladas em seu estado original. A reprodutibilidade técnica possibilitada pelo modo de produção capitalista torna a arte acessível a um público mais amplo, mas impacta a experiência estética.

Para essa análise, o sociólogo introduz o conceito de **aura** – que faz referência ao valor artístico e simbólico autêntico de uma obra de arte, ligado ao tempo e ao espaço em que foi criada. Benjamin argumenta que, se, por um lado, no modo de produção capitalista, a reprodução em série de obras de arte pelas indústrias gráfica, fonográfica e/ou cinematográfica possibilitou que bens culturais fossem feitos e distribuídos em larga escala, por outro, pôs em xeque a aura, minando o valor ritual dos objetos artísticos.

De acordo com Benjamin, a fotografia e o cinema elevaram a característica expositiva da obra de arte a patamares jamais vistos. Enquanto em uma peça teatral cada apresentação envolve um ritual único, dotando-a de singularidade, no cinema, as cenas são gravadas e o produto final, o filme, pode ser reproduzido em escala maciça, destituindo a aura que havia na peça. O filme é, para Benjamin, portanto, um exemplo de reprodução técnica da obra de arte.

Na análise de Benjamin, com a reprodução em larga escala, o lugar íntimo e contemplativo de fruição da arte é substituído pelo consumo rápido e maciço. De influência marxista, Benjamin critica a transformação da arte, na era da reprodutibilidade técnica, em mercadoria, passando por um processo de **fetichização**, que leva à perda do seu valor intrínseco.

> [...] o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura. Esse processo é sintomático, e sua significação vai muito além da esfera da arte. Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. [...].

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 168.

RONNY SANTOS/FOLHAPRESS

Exibição de filme em sala de cinema na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022. Para Benjamin, a reprodutibilidade do cinema acarreta a perda da aura da obra de arte, transformando a experiência estética em consumo massificado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Teoria Crítica e o conceito de indústria cultural

Motivados pelas reflexões de Benjamin, os sociólogos Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), precursores da chamada Teoria Crítica, escreveram o livro *Dialética do esclarecimento*, de 1944, analisando os fenômenos de reprodução em massa de bens culturais.

Na obra, os sociólogos apresentam o conceito de **indústria cultural** para descrever um fenômeno típico da sociedade moderna de constituição de um sistema de produção em massa de bens culturais padronizados, que são comercializados como mercadorias. A indústria cultural engloba tanto os meios de comunicação de massa – como programas de rádio, TV e cinema – quanto os produtos culturais fabricados para atender a demandas mercadológicas – como livros, cópias de quadros e esculturas, jornais, revistas e discos.

Como mercadorias, os produtos da indústria cultural são padronizados, de modo que possam ser reproduzidos em larga escala. Diante disso, Adorno e Horkheimer argumentam que ocorre um processo de **homogeneização**: para atingir um público amplo, o conteúdo e a forma dos bens culturais massificados precisam ser fáceis e adaptáveis, o que compromete a capacidade crítica e reflexiva de seu público.

Segundo Adorno e Horkheimer, a produção da indústria cultural é resultado da aplicação de uma **razão instrumental**. O conceito de razão instrumental faz alusão a uma forma de racionalidade típica da modernidade, que tem como foco a eficiência, a manipulação técnica e a dominação da natureza para alcançar fins práticos e utilitários. Na análise dos sociólogos, na modernidade, a racionalidade instrumental permeia todas as esferas da vida, buscando controlar e manipular a natureza, os recursos e as relações a fim de maximizar a eficiência e o lucro.

No contexto da indústria cultural, a razão instrumental leva à produção de bens culturais mercadológicos para o mero entretenimento desinteressado. Na análise desses sociólogos, os meios de comunicação de massa difundem uma **ideologia** que falseia a realidade, levando os sujeitos a se afastarem da realidade da vida e da história, tornando-os suscetíveis ao controle de grandes grupos de comunicação. Um exemplo disso é a propaganda de Estado adotada por governos autoritários e totalitários – como o nazista, na Alemanha, e o stalinista, na União Soviética – para convencer a população da legitimidade e da necessidade de suas práticas.

Na análise de Adorno e Horkheimer, em oposição à razão instrumental e aos produtos da indústria cultural, está a arte não mercadológica, permeada pela **razão emancipatória**, que provoca a reflexão crítica sobre a vida, as pessoas e o mundo e, com isso, tem o potencial de libertar os indivíduos das estruturas de dominação, opressão e alienação.

MAURICIO SANTANA/GETTY IMAGES

Apresentação do grupo de *K-pop* Super Junior na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.
O *K-pop* surgiu como uma resposta ao consumo de produtos da indústria cultural estadunidense e europeia na Coreia do Sul, transformando-se em um importante produto da indústria cultural sul-coreana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Publicidade e estímulo ao consumo

ODS 12

Para se manter, a maioria dos meios de comunicação de massa vende espaços publicitários, estabelecendo padrões de consumo muitas vezes insustentáveis tanto no aspecto econômico quanto no aspecto socioambiental.

A elaboração dos anúncios publicitários envolve diferentes métodos e estratégias para despertar o desejo dos consumidores e levá-los a comprar produtos dos quais nem sempre precisam. No texto a seguir, a *designer* gráfica Thaís Cristina Martino Sehn explica um desses métodos.

> Um bom anúncio publicitário deve chamar a atenção do provável consumidor, despertar seu interesse, estimular seu desejo, criar uma convicção e induzi-lo à compra. Atingir estes objetivos [...] pode exigir alguns artifícios. [...]
>
> Normalmente o anunciante quer ressaltar no seu produto algo que os concorrentes não possam oferecer, mesmo que as mercadorias destes tenham qualidade e preço melhores que o seu. Um dos métodos muito utilizados é a transferência de significação, ou seja, o produto é relacionado com a imagem de alguém ou alguma coisa que tenha atributos desejáveis pelo público-alvo. A partir de justaposição de imagens, o leitor acaba associando as qualidades oferecidas na propaganda com o produto, e com a finalidade de obter essas qualidades ele consome o mesmo. Dessa forma, a mercadoria obtém um contexto ideológico, agregando ao objeto valores **intangíveis**, que o indivíduo pretende alcançar ao consumi-lo.

Intangíveis: plural de intangível, algo que não pode ser tocado.

SEHN, Thaís Cristina Martino. Bizorrão: o carro que, através do estilo psicodélico, se dirigia aos jovens da década de 70. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 10., 2011, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, n. 1, 2011. Disponível em: https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/issue/view/1/showToc. Acesso em: 8 set. 2024.

Entre os valores intangíveis muito explorados pela propaganda está a felicidade. No texto a seguir, Henrique Moreira Mazetti, doutor em comunicação social, discute as representações da felicidade nos anúncios publicitários entre as décadas de 1960 e 2010.

> [...] a ideia de conquistar, experimentar e exibir uma vida feliz é um artifício empregado de inúmeras maneiras para se vender de sapatos a planos de saúde. [...]
>
> Nos anúncios dos anos 1960, a família possuía uma importância fundamental. [...]
>
> O espaço doméstico não era, contudo, apenas local de consumo coletivo e individual, era também a razão de se consumir as mercadorias anunciadas. O cumprimento de tarefas familiares era ligado aos produtos, enquanto o discurso publicitário reforçava os papéis sociais tradicionais destinados a cada membro da família. [...]
>
> [...] Ser feliz é ter sucesso na realização do papel de dona de casa ou pai de família. [...]
>
> Com o início da ditadura [civil-]militar, os anúncios publicitários investiram ainda mais na ideia de uma felicidade coletivamente nutrida, agora não só centrada na família, mas também na nação. O tom **ufanista** do período estimulou empresários e publicitários a se dirigir aos consumidores como brasileiros, os quais deveriam reunir esforços para garantir o progresso nacional. [...]
>
> Nos anos 1960 e 1970 [...] uma outra vertente da publicidade apostava que uma vida feliz significava a conquista de *status* diante dos outros. [...] Referências a geladeiras de "fazer inveja" [...] estimulavam o público a enxergar nas mercadorias marcadores classificatórios, a partir dos quais seria possível mensurar o grau de realização pessoal de cada um em comparação com os outros. [...]

Ufanista: quem ou o que revela orgulho exagerado de seu país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Muitas continuidades podem ser percebidas entre o discurso publicitário dos anos 2000 e das décadas anteriores. No entanto, rupturas também podem ser encontradas. Uma das principais é que a publicidade contemporânea evita impor aos indivíduos regras exteriores que ditem como eles devem viver. [...] Ao contrário, a propaganda enfatiza que as definições sobre o bem viver cabem exclusivamente aos indivíduos.

MAZETTI, Henrique Moreira. Uma breve história da felicidade na publicidade nacional (1960-2010). **E-Compós**, v. 19, n. 3, p. 1-8, set./dez. 2016.

COLEÇÃO PARTICULAR

Propaganda de automóvel produzida no Brasil na década de 1970.

Atividades

Responda no caderno.

1. Explique o conceito de transferência de significação abordado no texto de Thaís Cristina Martino Sehn. Em seguida, reflita: você já foi influenciado por essa estratégia na compra de algum produto?
2. Identifique, no texto de Henrique Moreira Mazetti, três valores associados à felicidade nas propagandas veiculadas entre as décadas de 1960 e 1970.
3. Qual mudança Mazzetti identifica nas propagandas veiculadas a partir dos anos 2000? A que fatores você atribui essa mudança?
4. O anúncio publicitário reproduzido nesta página, produzido na década de 1970 no Brasil, confirma as análises de Sehn e Mazzetti? Utilize elementos da imagem para construir seus argumentos.
5. Considerando seus conhecimentos de história e geografia, avalie os impactos que a venda de automóveis produzidos naquela época causaram ao meio ambiente.
6. Em dupla, escolham um anúncio publicitário atual para analisar. Identifiquem o anúncio, o meio de comunicação em que ele é veiculado, a mensagem que ele transmite, o público-alvo e as estratégias utilizadas para incentivar o consumo. Avaliem também os impactos econômicos e socioambientais que o consumo desse produto pode acarretar. Registrem as conclusões da dupla no caderno.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Uma sociedade em rede

Durante a década de 1990, na esteira da globalização, emergiu e se desenvolveu a denominada **era da informação**. Primeiramente, governos e, logo depois, empresas e cidadãos puderam mudar sua maneira de se comunicar, de produzir e de disseminar informações em quantidade e velocidade nunca vistas. Apresentava-se uma virada importante nos negócios e na fonte de riqueza global, pois já não era só o capital produtivo – máquinas e indústrias – que gerava os lucros das empresas estatais e privadas. O setor de serviços crescia e tornava-se econômica e socialmente relevante.

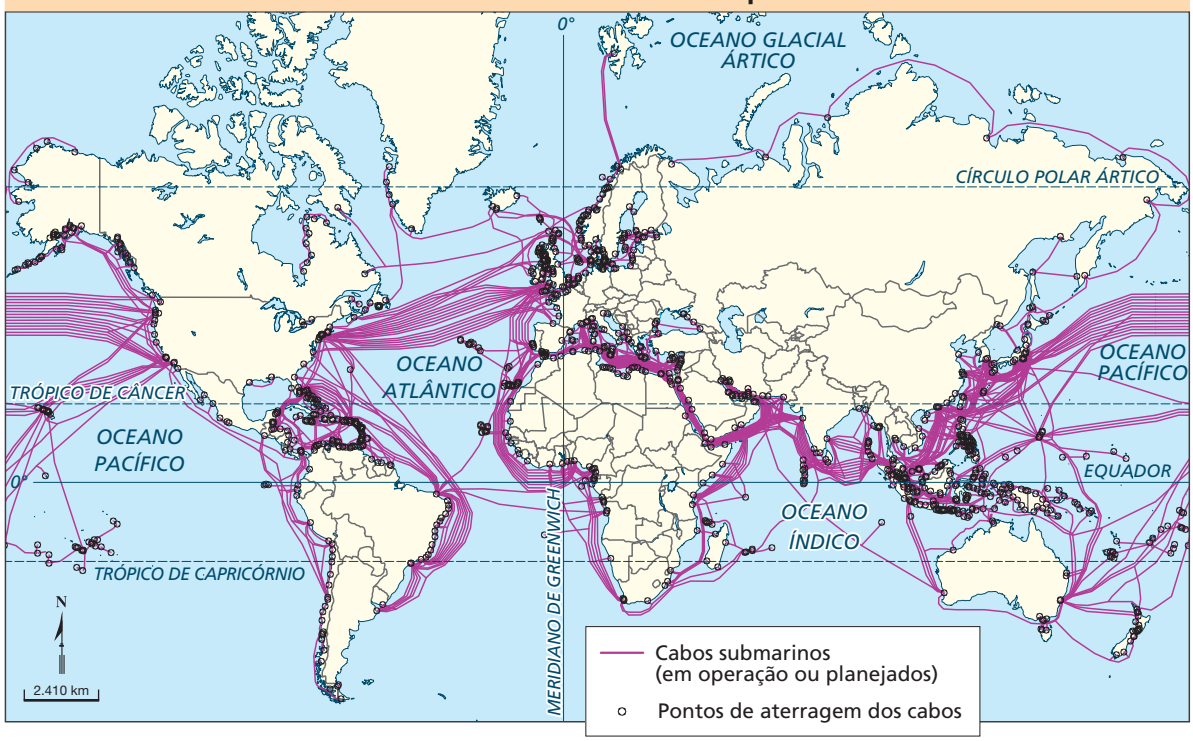
Apesar do nome, a era da informação não gera apenas informação: o conteúdo e a criatividade empregada no desenvolvimento e no aperfeiçoamento de seus meios – *softwares*, programações, entre outros – são, em si, produtos. Ainda que não sejam palpáveis como aqueles criados pela indústria tradicional, os produtos gerados pelas tecnologias da informação têm motivado uma dependência cada vez maior por parte dos governos, das empresas e das pessoas.

Na obra *A sociedade em rede*, de 1996, o sociólogo espanhol Manuel Castells argumenta que as capacidades mentais dos seres humanos se expandiram à luz desse fenômeno, ganhando novas potencialidades. Afinal, a computação, a programação e a ciência da informação permitem tornar real o que é, em termos práticos, virtual. Isso porque a experiência virtual pode acarretar consequências diretas e concretas à vida das pessoas, ao proporcionar aos usuários outras possibilidades de comunicação e de interação, alterando a maneira com que se relacionam no mundo.

Segundo Castells, a sociedade global do final do século XX e início do XXI é uma sociedade em rede que interconecta todos os países em um único fluxo informacional. Assim, a concepção de Estado-nação não vigora no mundo contemporâneo como foi desenhada nas últimas décadas do século XIX e prevaleceu até meados dos anos 1980. Isso significa que países atados a tradições nacionalistas – e, portanto, mais isolados – têm, de acordo como Castells, poucas chances de se desenvolver dentro do novo paradigma informacional do modo capitalista de produção.

O sociólogo espanhol argumenta, ainda, que o acesso à rede mundial de computadores possibilita a constituição de espaços de fluxos onde não é mais possível aos grupos hegemônicos e dominantes tradicionais sustentar seu protagonismo. Nesse sentido, todo sujeito, em qualquer parte do mundo, que disponha da tecnologia mínima necessária para acessar as redes informacionais ganha voz e disponibilidade criativa para se expressar independentemente de seus propósitos.

Mundo: cabos submarinos de fibra óptica – 2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: SUBMARINE cable map. **TeleGeography**. Disponível em: https://www.submarinecablemap.com/. Acesso em: 8 set. 2024. Atualmente, a maior parte dos dados de internet é transmitida por cabos submarinos de fibra óptica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Redes sociais e reconfiguração do poder

Quando Manuel Castells escreveu seus textos sobre a era da informação, as redes sociais ainda davam seus primeiros passos. Nas duas primeiras décadas do século XXI, diferentes redes sociais tornaram-se as mais importantes plataformas de interação social via internet, e, em poucos anos, perderam sua hegemonia. Isso evidencia a existência de uma dinâmica em que redes mais recentes tomam a frente das mais antigas. Em todo caso, a despeito das transições, continua em vigor o que Castells constatou com a formação das primeiras redes: a existência de uma profunda mudança na dinâmica do poder.

Na análise de Castells, antes da inauguração das redes sociais digitais, o poder decisório e de influência era privilégio de grupos tradicionais que ocupavam governos, grandes empresas, bolsas de valores, universidades e centros de planejamento. Com a emergência das redes, ainda que o poder tradicional desses grupos não tenha se esvaziado, outras categorias sociais passaram a reivindicar protagonismo, e até mesmo minorias identitárias ganharam mais visibilidade.

Hoje, é possível mencionar influenciadores digitais capazes de atrair milhões de espectadores a seus perfis. Do mesmo modo, pequenas empresas ganharam fôlego com as possibilidades de divulgação e venda de seus produtos pelo comércio digital. Grandes empresas virtuais tornaram-se responsáveis por boa parte das vendas mundiais, considerando os mais variados produtos.

Diante desse cenário, alguns atores e grupos políticos aumentaram sua visibilidade nas redes enquanto suas demandas, discursos e posições críticas ganhavam mais força por meio do aumento de seguidores. Como você estudou neste livro, em várias partes do mundo, movimentos de renovação política e/ou de contestação da ordem anteriormente estabelecida emergiram a partir da segunda década do século XXI, como a Primavera Árabe, no Oriente Médio e no Norte da África, entre 2010 e 2012, o Movimento 15M, na Espanha, em 2011, o *Occupy Wall Street*, em Nova York, também em 2011, e as Jornadas de Junho de 2013, que mudaram o panorama político brasileiro desde então. Em comum, além da contestação política, das críticas à economia globalizada e do clamor por mudança, esses movimentos foram iniciados pelas convocações em redes sociais.

De influência marxista, a análise de Castells atenta às contradições inerentes à emergência e ao desenvolvimento da era da informação e das redes sociais. Por um lado, o sociólogo alerta para os riscos que a atuação simultânea de diversos interesses antagônicos pode oferecer à globalização. Por outro, reconhece o caráter positivo que a formação de redes capazes de modificar as dinâmicas de poder, manifestação cultural, consumo e comportamento poderia pavimentar a fim de conquistar mais liberdade e combater as desigualdades.

SPENCER PLATT/GETTY IMAGES

Manifestação *Occupy Wall Street*, em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 2011. O movimento teve como característica a mobilização de participantes por meio das redes sociais e reivindicava a redução da desigualdade econômica e social nos Estados Unidos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Redes sociais e discursos de ódio

É inegável que redes as sociais abriram um novo universo de conexões e interações. Entretanto, ao aumentar os canais e o alcance da expressão dos indivíduos, elas têm sido palco de interações nem sempre pacíficas. Vivemos, nos primeiros decênios do século XXI, episódios de guerras virtuais capazes, muitas vezes, de produzir marcas concretas de violência.

A respeito disso, dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet – organização voltada ao fomento dos direitos humanos na internet – indicam que, em 2020, foram detectados mais de 9 mil casos de conteúdos e expressões neonazistas em redes sociais e *sites* no Brasil. A mesma organização registrou aumento desse tipo de conteúdo em 2021, quando foram registradas mais de 14 mil denúncias anônimas de neonazismo nas interações e informações difundidas por brasileiros na internet. Registraram-se, ainda, mais de 5 mil casos de LGBTQIA+fobia e quase 54 mil páginas virtuais contendo pornografia infantil. São números assustadores que demonstram a existência de grupos interagindo para promover o ódio e a prática de crimes hediondos. É importante notar que as interações para a promoção do ódio e da discriminação – ocorridas por meio de agressões virtuais – extrapolam o mundo virtual e, por vezes, se materializam fora das redes.

Os dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet foram retirados de: OLIVEIRA, Marcelo. Denúncias de neonazismo à Safernet aumentam 60% em um ano. **Safernet**. Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano. Acesso em: 8 set. 2024.

Ainda sobre o assunto, no trecho de um artigo transcrito a seguir, pesquisadores da área de políticas públicas refletem sobre o ódio e a intolerância na internet.

> Claro que a internet, como qualquer tecnologia, não é – em si – boa ou má. O uso que fazemos dela é o que define seu caráter. E, naturalmente, ela não é culpada pelo comportamento de seus usuários. Mas poucas pessoas têm consciência de que, na rede, as informações também podem ser manipuladas e passam, a todo instante, por filtros automáticos capazes de incidir profundamente sobre a formação da opinião. É ditado um novo comportamento individual, que gera novas ideias e novas normas no seio da sociedade, ao mesmo tempo em que se modifica a sociabilidade das relações. A maior contribuição prestada por esse modo de se comunicar foi a mudança comportamental, uma vez que passou a pôr em evidência um comportamento mais inflexível, insensato, no qual os indivíduos tanto são um produto da sociedade quanto um iniciador de normas sociais.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 421, set./dez. 2020.

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2015.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Explique a atitude e a fala de Armandinho na tirinha.
2. Em sua opinião, desconectar-se das redes sociais pode ser uma solução efetiva para combater o discurso de ódio? Justifique.
3. Que estratégias podem ser adotadas para reduzir o discurso de ódio nas redes sociais?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Um mundo de conflitos e indiferenças

Em 2003, a escritora estadunidense Susan Sontag, autora de ensaios sobre política, cultura e sociedade, publicou o livro *Diante da dor dos outros*. Nessa obra, ela propõe uma reflexão a respeito da revolução na disseminação das imagens, como fotos e vídeos de vítimas de conflitos e guerras em diferentes países, proporcionada pela era da informação.

A escritora atenta ao fato de que somos cotidianamente expostos a cenas de morte e de destruição veiculadas por jornais, televisão e redes sociais, e não conseguimos, como que atraídos por um desejo mórbido, resistir ao impulso de conferir essas imagens de dor.

Conforme Sontag, a relevância das cenas de guerra e de barbárie depende do modo como nós, os espectadores, as encaramos: com descrença, horror, choque ou indiferença. Em qualquer uma das possibilidades de recepção por parte dos espectadores, a realidade inegável é a de que imagens de destruição, fome, miséria, guerra, conflitos étnicos e religiosos são mercadorias em trânsito e passíveis de vasto compartilhamento.

Em 2014, foi lançado o filme *O abutre* (*Nightcrawler*, em inglês), dirigido pelo estadunidense Dan Gilroy, que narra a história de um cinegrafista inescrupuloso que ganha dinheiro manipulando pessoas por meio da captação e da venda de imagens de crimes e acidentes na cidade de Los Angeles, Califórnia. Paralelamente ao que afirma Sontag acerca da difusão de imagens na era da informação, pode-se constatar que tal personagem vive à custa da dor dos outros, quando transforma as imagens de violência e de morte em produtos a serem difundidos por uma mídia sensacionalista.

Ora, se o resultado da intolerância, da violência e da criminalidade sempre produziu cenas terríveis, a novidade é a de que, hoje, essas cenas podem ser retiradas de seu contexto original e difundidas de maneira indiscriminada.

AJ PICS/ALAMY/FOTOARENA

Cena do filme *O abutre*, dirigido pelo estadunidense Dan Gilroy, 2014. Na imagem, o personagem principal, interpretado pelo ator Jake Gyllenhaal, registra um cenário de crime.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Segundo a análise de Susan Sontag, de que modo as tecnologias causam impacto na disseminação de imagens de destruição e morte?

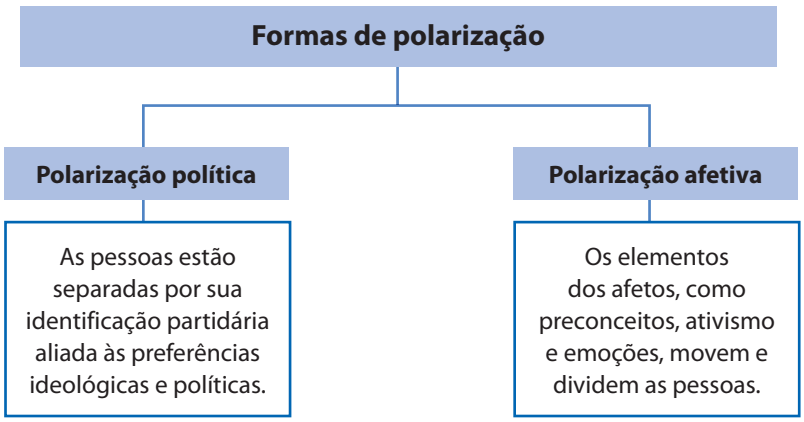
2. Imagine uma conversa entre Susan Sontag e o cinegrafista mostrado na imagem. Redija um texto ficcional, em formato de diálogo, explorando as críticas da escritora à cobertura midiática de tragédias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A polarização e a guerra híbrida

A farta disseminação de imagens e de informações que representam situações de intolerância, de guerra, de crimes e das mais diversas formas de violência produziu uma equação de difícil compreensão, favorecendo, no campo político-ideológico, a divisão entre pessoas e grupos sociais em dois extremos opostos. Tal fenômeno, cada vez mais comum, é chamado de **polarização**.

Diversos estudos têm sido realizados para compreender os sentidos da polarização no mundo, sobretudo no Brasil. Um dos destaques é o estudo do cientista político André Bello, que procura compreender as origens da polarização. Para isso, busca diversas definições de polarização, identificando duas principais, conforme o esquema a seguir.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 44-45, jan. 2023.

Quando verificamos os conflitos atuais – criminais, étnicos, religiosos, ideológicos, sociais, culturais, políticos ou de outros tipos –, percebemos a presença da polarização afetiva. Em uma situação de violência e/ou de intolerância, sempre há uma disputa de discursos em que se misturam os acontecimentos reais às interpretações conflitantes desse fato. A guerra ou conflito em questão pode ser caracterizada como uma **guerra híbrida**.

De acordo com o sociólogo brasileiro Warken Benno Alves,

> O conceito de guerra híbrida, pela própria natureza de seu segundo termo, parece ora se aproximar, ora se distanciar daquilo que pode ser entendido por guerra "convencional". [...]
>
> [...] Nesta modalidade de conflito, os esforços para reduzir danos e perdas não se desenrolam somente mediante inovações logísticas e operacionais, mas buscam alternativas nos domínios da sociedade e da cultura [...]. Campanhas de propaganda adversa e apoio à formação de grupos [...] receptivos a elas passam a conformar as preocupações dos serviços de inteligência e das forças de operações especiais, buscando-se obter vantagens estratégicas sem a necessidade de escalada para o confronto armado direto.

ALVES, Benno Warken; MACEDO, Bruno Vieira de; ROAHNY, Lucas. O que é "guerra híbrida"? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 9, n. 1, p. 230, 232, jan./jun. 2022. Disponível em: https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/75282. Acesso em: 8 set. 2024.

Nesse tipo de conflito, portanto, somam-se outros elementos capazes de influenciar a opinião pública – diferentes discursos, notícias falsas –, ou seja, as famosas *fake news*, ataques de *hackers* e propagandas enganosas.

Classificação indicativa do vídeo *O que é: guerra híbrida*: livre.

Dica

O que é: guerra híbrida

Produção: Laboratório Aberto de Interatividade – Universidade Federal de São Carlos. Brasil, 2023. Duração: 7 minutos.

Esse vídeo é o quinto episódio da série "O que é?", produzida pelo Laboratório Aberto de Interatividade da Universidade Federal de São Carlos. Nele, o antropólogo Piero Leirner discute o conceito de guerra híbrida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As guerras híbridas ajudam a disseminar desinformação. Nesse contexto, **posições anticientíficas** são usadas como estratégias para questionar os saberes estabelecidos, buscando deslegitimá-los. As informações falsas são mobilizadas pelo anticientificismo para descredibilizar fenômenos como a crise climática ou o tratamento de doenças como a covid-19.

Para a socióloga australiana Deborah Lupton, esses discursos têm por objetivo manter interesses estabelecidos, como os das indústrias de combustíveis fósseis, que não querem ter seus produtos substituídos pelo uso de energias renováveis, por exemplo. De certa forma, o que está em jogo é o uso das diversas armas para a manutenção dos interesses do capitalismo.

Nesse cenário, as *big techs*, ou seja, as grandes empresas que dominam o mercado de tecnologia e inovação, assumem um papel de destaque. Diversas plataformas digitais são usadas para a disseminação de desinformação e contribuem para a sedimentação do anticientificismo. No entanto, essas plataformas não são usadas apenas por aqueles que querem difundir informação falsa; as *big techs* conhecem os usos de seus produtos e os reforçam, contribuindo cada vez mais para a viralização dos conteúdos postados.

No livro *Algoritmos de destruição em massa*, de 2020, a matemática estadunidense Cathy O´Neil evidencia o potencial que os algoritmos desenvolvidos por essas plataformas têm na produção de desigualdades e a influência que possuem nas decisões sociais, políticas e econômicas de diversas nações.

Considerando esses aspectos, torna-se evidente que as plataformas digitais não devem ser entendidas como um espaço marcado pela neutralidade. Ao contrário, nessas plataformas as narrativas encontram seus nichos, se reproduzem e se fortalecem, ampliando ainda mais a polarização.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Informação falsa, desinformação e Informação maliciosa

As plataformas digitais são um campo fértil para a disseminação de informações nem sempre verdadeiras. O fenômeno da desordem informacional pode ser dividido em três tipos. O primeiro tipo é a **informação falsa** (*misinformation*), em que há uma informação fabricada, mas sua difusão não é feita com a intenção de causar danos; o segundo tipo se refere à informação falsa que é disseminada com o objetivo de prejudicar alguém ou algum grupo, chamada de **desinformação** (*dis-information*); o último tipo é a **informação maliciosa** (*mal-information*), em que uma informação genuína é compartilhada fora de contexto ou com o objetivo de danificar ou descredibilizar uma pessoa, uma instituição ou um grupo social.

Charge de Cazo, 2020. A charge aborda as notícias falsas que circularam na internet durante a pandemia da covid-19.

Inteligência artificial e racismo algorítmico

Na obra *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*, o pesquisador da Universidade Federal do ABC Tarcízio Silva analisa como operações que utilizam sistemas de inteligência artificial – como *softwares* de reconhecimento facial, filtros de *selfies* em redes sociais e mecanismos automáticos de moderação de conteúdo – apresentam resultados discriminatórios. Em sua análise, Tarcízio Silva atenta ao fato de que boa parte dos programadores de inteligência artificial é formada por pessoas brancas. Em seu trabalho, essas pessoas produzem uma rotina de algoritmos que desempenha predileções e preferências que reproduzem o racismo estrutural. Dessa forma, Silva chama atenção para o fato de que as decisões algorítmicas partem de critérios de seus programadores acerca do que é belo, perigoso, tóxico, entre outros.

Com essa constatação, Tarcízio Silva contrapõe a ideia de senso comum de que as tecnologias digitais e os dispositivos de inteligência artificial são mecanismos objetivos, isentos de reproduzir hierarquias, discriminações e desigualdades, examinando a incorporação das hierarquias raciais presentes na sociedade contemporânea nas tecnologias digitais. Diante desse fenômeno, o pesquisador propõe o conceito de **racismo algorítmico** – uma derivação do racismo estrutural do contexto da tecnologia de informação.

> Democracia racial e neutralidade na tecnologia são dois conceitos aparentemente distantes, mas se irmanam no propósito de ocultar relações de poder que constroem interpretações de mundo, naturalizam e aprofundam explorações e desigualdades.
>
> Na convergência entre a negação do racismo e a negação da política na tecnologia encontra-se o que tenho chamado de "dupla opacidade". É a reunião [...] de tradições de ocultação e de exploração, tanto nas relações raciais quanto nas decisões ideológicas que definem o que é tecnologia e o que é inovação desejável. [...]
>
> Indo além da noção do racismo *online* como materialização explícita de discurso de ódio em texto e imagens, percorremos modalidades que abarcam também desinformação, gestão das plataformas de mídias sociais e moderação e apresentamos a ideia de "microagressões algorítmicas". Imbricadas em bases de dados, interfaces e dinâmicas de recomendação de conteúdo, personalização e interação automatizada, as microagressões manifestam hierarquias racistas que controlam representações [...].

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022. *E-book*.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Explique o que Tarcízio Silva entende por dupla opacidade.
2. O que são "microagressões algorítmicas"? De que modo elas podem impactar a experiência dos usuários no ambiente virtual? Debata com os colegas.
3. Em grupo, elaborem propostas de enfrentamento ao racismo algorítmico.

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Sala de monitoramento por câmeras de segurança com ferramenta de reconhecimento facial no Centro de Controle do metrô da cidade de São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2022. O racismo algorítmico em sistemas de reconhecimento facial pode contribuir para identificações equivocadas de suspeitos e detenções injustas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

O uso da tecnologia na luta antirracista

Utilizando a tecnologia como forma de enfrentamento ao racismo estrutural, a organização de sociedade civil Instituto de Identidades do Brasil desenvolveu a Deb – um *chatbot* orientado por um sistema de inteligência artificial generativa dedicado a responder a perguntas sobre a temática étnico-racial. De uso gratuito, o *chatbot* foi desenvolvido para oferecer um espaço de conversa privada e didática que possibilite aos interlocutores refletir sobre a complexidade da questão racial no Brasil, incentivando o engajamento da população na luta antirracista.

Novas formas de sociabilidade

Para aqueles nascidos nos primeiros anos do século XXI, a realidade social tal como se coloca hoje pode parecer natural. É possível pensarem que a vida social sempre foi da forma como a experimentam atualmente. No entanto, basta dialogar com os mais velhos – por exemplo, os nascidos entre as décadas de 1960 e 1980 – para descobrir que o mundo e as relações sociais eram diferentes antes do século XXI e da revolução da informática.

O mundo e a sociedade, assim como a sociabilidade – isto é, a forma de se relacionar com as coisas e com os outros –, mudaram muito nos vinte primeiros anos do século XXI. Entre os argumentos apresentados a respeito das mudanças, a velocidade com que as coisas acontecem e a sensação de que o tempo passa mais rápido merecem destaque.

A modernidade concreta

Entre os pesquisadores que se dedicaram a estudar essas mudanças está o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017). Na análise de Bauman, a vida social no modo de produção capitalista até o final da década de 1990 era marcada pela **modernidade concreta** (ou sólida), em que as relações e a sociabilidade tinham certa previsibilidade, estabilidade e permanência ao longo do tempo. Segundo essa interpretação, as estruturas sociais, políticas e econômicas e as instituições – como a família, o trabalho e o Estado – tinham, até o final do século XX, um caráter estável e duradouro: ocorriam menos divórcios, a jornada de trabalho era fixa e havia uma variedade menor de produtos para consumo. De acordo com esse raciocínio, as identidades individuais e coletivas eram também dotadas de certa estabilidade, estando definidas por papéis sociais estabelecidos.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Trabalhadores em vila operária localizada na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1918. Construídas para abrigar os trabalhadores das fábricas, as vilas operárias foram, também, espaços de sociabilidade e construção de laços comunitários, que podem ser associados à estabilidade característica da modernidade sólida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A modernidade líquida

Segundo Bauman, a partir de meados da década de 1990, um processo rápido e acentuado de transformação fez com que as relações sociais deixassem sua fase concreta e assumissem a forma de **modernidade líquida**. Esse tema foi desenvolvido por ele no livro *Modernidade líquida*, de 2001.

A metáfora da modernidade líquida criada por Bauman possibilita uma reflexão sobre a acentuada fluidez que a sociabilidade adquiriu com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Para contrastar com os termos registrados acerca da modernidade concreta, vale notar que, atualmente, realizam-se menos casamentos nos moldes tradicionais e, embora as pessoas possam aumentar sua rede de conhecidos e até mesmo os relacionamentos íntimos por meio dos aplicativos de relacionamento, nunca se registrou um número tão grande de divórcios. Também já não se vive, obrigatoriamente, muito tempo no mesmo núcleo familiar e/ou no mesmo círculo de amigos.

Na modernidade concreta, os sujeitos tendiam a permanecer no mesmo emprego por muitos anos. As relações entre patrões e empregados eram mais previsíveis, ancoradas pelas leis trabalhistas vigentes. As pessoas tinham uma noção mais palpável e determinada sobre sua identidade profissional e, por isso, costumavam frequentar um círculo estável de amigos e de colegas de profissão. Hoje, flexibilidades do mundo do trabalho acabam por gerar insegurança e ansiedade nos indivíduos, pois seus vínculos, assim como a garantia de seus meios de vida, estão à mercê das intempéries do mercado. Por esses fatores, Bauman afirma que a modernidade líquida pode gerar um estado de indeterminação que dificulta a construção, o desenvolvimento e a manutenção de uma **identidade pessoal** estável.

Mundo líquido, quadrinho de Will Tirando, 2017. O senhor sentado na cadeira representa o sociólogo Zygmunt Bauman.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Caracterize e compare as duas noções de amizade caracterizadas no quadrinho.
2. A diferença das noções de amizade pode ser interpretada como parte da transição da modernidade sólida para a modernidade líquida? Explique.
3. Como as duas formas de amizade abordadas nos quadrinhos estão presentes na sua vida? Há articulação entre elas?
4. Na sua opinião, é possível equilibrar amizades líquidas e duradouras? Justifique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MANTOVANI, Flávia. Jovem marca cafés com cada um dos seus mil amigos do Facebook. **G1**, 7 out. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/10/jovem-marca-cafes-com-cada-um-dos-seus-mil-amigos-do-facebook.html. Acesso em: 4 out. 2024.

A nova sociabilidade eletrônica

No artigo *Redes sociais, redes de sociabilidade*, os sociólogos Francisco Coelho dos Santos e Cristina Petersen Cypriano analisam as práticas de interação em uma rede social da década de 2010, identificando a emergência de uma **nova sociabilidade eletrônica**. Os sociólogos examinam a disponibilidade nas redes sociais de uma série de ferramentas por meio das quais é possível interagir com outras pessoas não apenas de forma volátil, mas também de modo **relacional**. Diante disso, eles argumentam que as redes sociais possibilitam encontros nos quais as pessoas podem articular a vida coletiva e reafirmar sua identidade, reconhecendo, também, a identidade, os valores, os gostos e as preferências de seus interlocutores. Assim, diferentemente da perspectiva de Bauman, a análise dos sociólogos brasileiros leva a refletir sobre a ocorrência na internet de interações e relações concretas – ou seja, não fluidas – que podem, até, tornar-se duradouras.

WE ARE/DIGITALVISION/GETTY IMAGES

Representação de jovem utilizando dispositivo móvel. Colagem digital de We Are, produzida em 2023. Cristina Petersen e Francisco Coelho atentam ao caráter relacional do uso das redes sociais.

> O que está em jogo aqui é a mudança na utilização da web, que passa de uma ênfase prioritariamente *instrumental* para uma amplamente *relacional*. [...]
>
> [...] as tecnologias não fazem senão o que seus usuários as fazem fazer no momento em que se apropriam delas. [...]
>
> Antes, a utilização da rede era fundamentalmente instrumental, isto é, ela era usada principalmente como instrumento para atividades – por exemplo, colheita e difusão de informação, tratamento e transmissão de dados, textos, sons ou imagens, pesquisa e aprendizado –, quando não era usada como um cômodo meio de consumo. Agora, a ênfase nos operadores de participação coletiva e de colaboração entre os indivíduos tem feito com que os traços fortes de uma web instrumental se atenuem em benefício dos de uma web social.

CYPRIANO, Cristina Petersen; SANTOS, Francisco Coelho dos. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 64-66, jun. 2014.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Explique a oposição entre *web* instrumental e *web* social ou relacional apresentada no texto de Cristina Petersen Cypriano e Francisco Coelho dos Santos.**
2. **Como a transição de uma *web* instrumental para uma *web* social reflete as mudanças na maneira como as pessoas utilizam os recursos digitais?**
3. **Na sua vida cotidiana, qual é o seu uso predominante da internet: instrumental ou relacional? Justifique.**

Saiba mais

As redes sociais e as interações reais

A exemplo do que dizem os sociólogos no artigo, vale citar o caso do australiano Matt Kulesza, que utilizou as redes sociais para construir interações reais. Incomodado com o fato de ter muitos amigos nas redes sociais que nunca tinha conhecido presencialmente, Kulesza concebeu o projeto *1000+cafés*, com o objetivo de combinar encontros com os 1.088 amigos que tinha em sua rede social para tomar ao menos um café com cada um. Apesar de as tecnologias digitais promoverem relações fluidas e pouco estáveis, o exemplo de Matt evidencia que elas podem também ser um ponto de partida para a construção de laços sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Povos indígenas na era da informação

É comum pessoas que vivem no contexto urbano, moderno e industrial suporem que povos tradicionais – como indígenas e quilombolas – vivem ou deveriam viver de maneira isolada, estática e sem influência estrangeira. Decorre desse pensamento o pressuposto de que a manutenção cultural dessas populações estaria ameaçada pelo uso de celulares, de *tablets* e de computadores, bem como pelo acesso à internet. Se o acesso à informação e aos meios de comunicação é um direito social, supor que comunidades tradicionais não precisam ou não deveriam tê-lo é negar-lhes um pressuposto de sua cidadania. Os textos a seguir apresentam a perspectiva das comunicadoras Ariene Susui, da etnia Wapichana, e Alice Pataxó, da etnia Pataxó, sobre esse assunto.

Texto 1

Sou uma jornalista indígena.

[...]

Quando eu tinha 18 anos saí da minha comunidade, a 64 km de Boa Vista, para estudar na UFRR [Universidade Federal de Roraima]. Eu escolhi comunicação porque vi que poderia ajudar na luta do meu povo, na visibilidade, nas narrativas, na escrita e na fotografia, sempre no olhar do nosso para os nossos. [...] Era um lugar para dar visibilidade à nossa causa coletiva.

Vi logo que rostos e vozes do meu povo não estavam presentes nos meios de comunicação de massa. E nem mesmo nos meios de comunicação independentes. Meu maior objetivo é ter nossos povos sendo pautados da forma como eles são. E a maior dificuldade é ter essa narrativa nas grandes mídias.

[...] Nós, povos indígenas, queremos acesso à internet. Nós, povos indígenas, queremos salvar nosso território e queremos ocupar também os territórios digitais. Povos indígenas também precisam de internet.

Quando me perguntam se estamos caminhando para um país com mais liberdade de expressão, minha resposta é sim, claro. Ainda não estamos no ideal, porém já estivemos pior. Meu maior desejo é que as políticas públicas para os nossos povos se concretizem. Não importa onde eu estiver, sempre serei indígena. Sabemos que nossa luta nunca vai parar.

SUSUI, Ariene. "Povos indígenas também precisam de internet". **Piauí**, 8 mar. 2023. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/povos-indigenas-tambem-precisam-de-internet/. Acesso em: 9 set. 2024.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Cacique Urutau Guajajara dá uma aula virtual de língua tupi em uma sala de aula da Aldeia Maracanã, aldeia urbana localizada na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021. As tecnologias de informação e de comunicação podem ser utilizadas para preservar e transmitir elementos das culturas indígenas e para dar visibilidade às causas dos povos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Texto 2

Alice Pataxó tem 19 anos e é uma das jovens influenciadoras indígenas [...]. A popularidade virou uma ferramenta para propagar a cultura dos povos da floresta e ajudar na batalha indígena a favor do território. [...] A aldeia Novos Guerreiros, localizada entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz (BA), foi alvo de uma ação de reintegração de posse ordenada pela Justiça Federal em Eunápolis (BA). [...]

Alice abriu [...] [uma rede social] e criou um ″fio″ para divulgar o que estava acontecendo. [...] ressaltou que as reintegrações estavam suspensas devido à pandemia. O coro se espalhou. A pressão fez outro tribunal federal suspender a reintegração de posse. ″Acho que sensibilizamos as pessoas e seria pior se a gente tivesse ficado calado, aqui no extremo sul da Bahia″, diz [...].

[...]

No início de 2020, Alice começou a publicar sobre a defesa do meio ambiente, contra os incêndios criminosos no Pantanal e na Amazônia; sobre os despejos de aldeias indígenas e a divulgar os saberes dos povos tradicionais [...]. Os seguidores cresceram e ela precisou explicar a alguns deles que indígenas podem – e usam! – celular. ″As pessoas ainda acham que aderir à modernidade tira da gente a nossa história e ancestralidade″, diz. [...]

″Cresci ouvindo de minha mãe que meus antepassados usavam borduna [arma indígena] para serem ouvidos e mostrarem que estavam lutando. Com o tempo, usamos a caneta. Hoje estamos descolonizando as telas do computador e falando com o mundo inteiro do celular. A gente mostra que nos adaptamos e não esquecemos de quem somos, não importa se usamos um celular, computador ou se morarmos na cidade. Isso não nos torna menos indígenas″, afirma. [...]

CANDIDO, Marcos. ″Usar celular não nos torna menos indígenas″, diz ativista Pataxó. **Ecoa UOL**, 28 nov. 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/28/usar-celular-nao-nos-torna-menos-indigena-diz-ativista-pataxo.htm. Acesso em: 9 set. 2024.

CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS

Indígena gravando a Marcha pela Demarcação das Terras Indígenas que ocorreu na Esplanada dos Ministérios de Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Atividades

1. **Analise os textos 1 e 2. Na perspectiva das comunicadoras, como o uso da internet pode beneficiar os povos indígenas? Explique.**
2. **O uso de internet ameaça a autodeterminação cultural dos povos indígenas? Por quê? Argumente utilizando conceitos de sociologia da comunicação (emissor, receptor, canal, mensagem etc.).**
3. **Como a atuação de influenciadores digitais indígenas pode impactar a percepção pública sobre os povos indígenas?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Associe cada uma das palavras a seguir a sua definição: técnica, tecnologia, emissor, receptor, mídia.**
   - **a.** Aquele que recebe a informação.
   - **b.** Aquele que produz a informação.
   - **c.** Uso sistemático de técnicas para criar produtos e serviços.
   - **d.** Além do suporte físico, compreende os múltiplos aspectos dos meios de informação.
   - **e.** Conjunto de métodos, processos ou procedimentos utilizados para realizar uma tarefa.

2. **A fotografia a seguir retrata o interior do Museu Van Gogh, em Amsterdã, nos Países Baixos. Nela, é possível verificar as projeções utilizadas para reproduzir algumas obras e releituras de obras do pintor em tamanhos e formatos até então inéditos, que podem ser adquiridas na loja do museu e em outros pontos da cidade. Analise a cena retratada na fotografia com base na teoria de Walter Benjamin e, depois, faça o que se pede.**

ALBERTO ORTEGA/EUROPA PRESS/GETTY IMAGES

Interior do Museu Van Gogh, em Amsterdã, nos Países Baixos. Fotografia de 2021.

   - **a.** Explique o conceito de reprodução técnica da obra de arte e relacione-o à cena registrada na fotografia.
   - **b.** Relacione o fenômeno da reprodutibilidade técnica com o processo de perda de aura.
   - **c.** Identifique vantagens e desvantagens da reprodução técnica de obras de arte na sociedade contemporânea.

3. **O modo como os sujeitos acessam e consomem cultura foi impactado pelas transformações produtivas promovidas pelo capitalismo. Considerando os processos de reprodução da arte e da cultura descritos por Theodor Adorno e Max Horkheimer, faça o que se pede.**
   - **a.** Explique o conceito de indústria cultural.
   - **b.** Apresente a crítica dos teóricos à transformação da arte em mercadoria.
   - **c.** Identifique, em seu cotidiano, um bem cultural mercantilizado. Descreva-o e explique o que o caracteriza como produto da indústria cultural.

4. **Suponha que você vai publicar uma mensagem em uma rede social sobre um tema relevante na atualidade, como o combate ao racismo, à intolerância religiosa, à gordofobia, à homofobia ou ao *bullying*. A mensagem deve ser acompanhada de uma imagem.**
   - **a.** Descreva a imagem a ser publicada e a mensagem a ser transmitida.
   - **b.** Nessa publicação, identifique respostas às cinco perguntas do estudo de mídia propostas por Harold Lasswell.

5. **Nas ciências sociais, é comum um tema ou fenômeno ser estudado com base em perspectivas teóricas e metodológicas diversas. Considerando isso, explique como se distinguem as vertentes de estudo de mídia propostas por Theodor Adorno e Max Horkheimer das formuladas por Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6. **De acordo com Zygmunt Bauman, entre as décadas de 1980 e 1990, no contexto da globalização, ocorreu um processo acentuado de transformação da modernidade concreta, que deu origem à modernidade líquida. Caracterize essa transformação.**

7. **Debata a seguinte afirmação com alguns colegas: "As redes sociais estão mudando a forma como nos relacionamos". Para guiar o debate, vocês podem utilizar as questões a seguir.**
   - O uso de redes sociais aproxima ou afasta as pessoas?
   - A presença constante de dispositivos móveis em contextos sociais altera a intensidade e a qualidade das interações? Como?
   - Quais são os benefícios e malefícios do uso das redes sociais para a sociabilidade humana?

   Após o debate, construam um texto coletivo, sistematizando as ideias do grupo.

8. **Inspirados nos estudos de mídia, você e os colegas vão realizar um estudo de recepção de produtos da indústria cultural, com objetivo de analisar a relação entre entretenimento e consumo tendo como base um bem cultural escolhido pelo grupo. Para isso, realizem os procedimentos a seguir.**
   a. Formem grupos de até cinco pessoas.
   b. Escolham o bem cultural a ser analisado (filme, episódio de novela ou série, vídeo em rede social, entre outros). Após a escolha, redijam um parágrafo apresentando o bem e justificando sua relevância no contexto do consumismo.
   c. Definam o público-alvo da pesquisa, ou seja, o receptor da mensagem que será analisada (familiares, amigos, vizinhos, entre outros).
   d. Formulem perguntas para nortear a análise. Por exemplo: "Que estratégias os influenciadores digitais utilizam para promover os produtos?", "Há uma separação nítida entre conteúdo publicitário e de entretenimento?", "Que aspectos do bem cultural analisado mais cativam os receptores?".
   e. Definam o método ou o conjunto de métodos de coleta de dados que será utilizado (por exemplo, realizar uma entrevista após o consumo, coletar dados quantitativos de engajamento).
   f. Realizem a pesquisa, aplicando a metodologia escolhida e sistematizando as observações e os dados coletados.
   g. Analisem os dados buscando identificar padrões e temas recorrentes nas respostas, comportamentos e interações do público receptor. Para interpretar os resultados, utilizem as teorias da sociologia da mídia estudadas.
   h. Sistematizem a análise em um relatório de pesquisa, contendo introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Depois de escrito, revisem o resultado, zelando pela objetividade e pela coerência do texto.
   i. Com base no relatório, produzam um cartaz ou uma postagem para as redes sociais tendo como finalidade comunicar para um público mais amplo as descobertas da pesquisa.

OBJETO DIGITAL **Vídeo: Métricas em mídias digitais**

9. **(Enem-MEC)**

> [...] A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão que essa pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.
>
> ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

No texto, o tempo livre é concebido como

a. consumo de produtos culturais elaborados no mesmo sistema produtivo do capitalismo.
b. forma de realizar as diversas potencialidades da natureza humana.
c. alternativa para equilibrar tensões psicológicas do dia a dia.
d. promoção da satisfação de necessidades artificiais.
e. mecanismo de organização do ócio e do prazer.

10. **(Enem-MEC)**

> Falava-se, antes, de autonomia da produção significar que uma empresa, ao assegurar uma produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção dos bens e dos serviços.
>
> SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000 (adaptado).

O tipo de relação entre produção e consumo discutido no texto pressupõe o(a):

a. aumento do poder aquisitivo.
b. estímulo à livre concorrência.
c. criação de novas necessidades.
d. formação de grandes estoques.
e. implantação de linhas de montagem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O perigo das informações falsas

A disseminação intencional de mentiras, boatos, notícias e informações falsas não é um fenômeno recente na história. Contudo, nos últimos anos, com a expansão do acesso à internet e a consolidação das redes sociais, esse problema ganhou maior dimensão.

Também conhecidas pelos termos em inglês *fake news*, as notícias falsas são identificáveis por várias características, sendo a principal delas a falta de evidências para respaldar suas alegações. Como identificá-las?

MCLITTLE STOCK/SHUTTERSTOCK

A velocidade de produção e circulação da informação *on-line* acabou facilitando a propagação de notícias falsas.

Vamos analisar

Para refletir sobre o problema, vamos resgatar algumas das notícias falsas que foram disseminadas no mundo digital durante a pandemia de covid-19. As explicações que desmentem essas notícias foram publicadas em um informe da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Covid-19: notícias falsas e explicações

Notícias falsas veiculadas	Explicações
Vacina contra a covid-19 é "picada de escorpião": altera o DNA e faz a pessoa perder o brilho no olhar!	As vacinas existem há mais de um século e são as principais responsáveis pela redução na mortalidade infantil e pelo controle de doenças graves, como poliomielite e sarampo. Elas são testadas em laboratório antes de serem aplicadas à população.
Vacinas contra covid-19 podem provocar alterações genéticas ou câncer!	As vacinas não são capazes de alterar o material genético de células humanas e não há registros de associação com qualquer tipo de câncer.
Uso de máscaras não deve ser praticado por pessoas que fazem atividade física.	O uso de máscaras é seguro e recomendado a todos, com exceção de crianças abaixo de três anos de idade ou pessoas que não sejam capazes de colocar ou retirar a máscara sem ajuda.

Fonte: MONTEIRO, Danielle. É *fake news*!: conheça 5 notícias falsas sobre a covid-19. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro, 1 fev. 2021. Disponível em: https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50783. Acesso em: 14 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Analisando esses exemplos, é possível identificar várias características comuns em notícias falsas que circulam na internet, como o uso de frases curtas e incisivas, com emprego de exclamações, a falta de fontes confiáveis e o apelo à emoção, com argumentos que buscam comover o público.

O problema das notícias falsas adquiriu uma dimensão social tamanha que os principais veículos de imprensa têm hoje uma editoria focada em investigar a circulação desse tipo de conteúdo.

Vamos compreender

Hoje em dia, a facilidade para a disseminação de informações *on-line*, muitas vezes de forma anônima, tornou as plataformas digitais um terreno fértil para a criação e propagação de boatos. A própria lógica de funcionamento dessas plataformas, que buscam o constante engajamento dos usuários, faz que os algoritmos dos sistemas digitais priorizem a circulação e a visualização de determinados conteúdos, em especial daqueles que já foram compartilhados muitas vezes. Vejamos alguns elementos comuns a esse tipo de conteúdo:

- emprego de linguagem sensacionalista, com manchetes exageradas como forma de captar a atenção do público;
- divulgação de informações que favorecem política ou economicamente alguém ou algum grupo, com a intenção de enganar ou manipular;
- uso de fontes de informação não confiáveis, *sites* sem procedência confiável, indivíduos ou instituições muito distantes e não facilmente verificáveis.
- falta de evidências, de dados ou de pesquisas confiáveis que sustentem as informações apresentadas.

Percebe-se, portanto, que conteúdos sensacionalistas e envolventes presentes nesse tipo de informação têm a intenção de atrair a atenção do público e, desse modo, facilitar o rápido compartilhamento de informações enganosas.

Essa disseminação de notícias falsas em áreas diversas enfatiza a importância da leitura e da verificação crítica das informações adquiridas em quaisquer meios de comunicação.

Vamos criar

As *fake news* representam um perigo à sociedade, por isso é essencial que estejamos preparados para identificá-las e combatê-las. Nesta atividade, você e seus colegas são convidados a criar um cartão informativo, de forma impressa e/ou digital, para promover uma conscientização a respeito desse problema. Para isso, sigam as etapas.

1. **Pesquisa e análise.** Pesquisem ao menos duas reportagens ou artigos especializados sobre o tema e que mostrem exemplos de *fake news* que acabaram sendo propagadas em mídias digitais e analisem os eventuais impactos que elas geraram.
2. **Identificação das características.** Façam anotações sobre as principais características das *fake news* pesquisadas, como a falta de fontes confiáveis, o uso de linguagem sensacionalista e o apelo emocional. Descrevam o formato, se há uso de imagens e sinais gráficos, textos em destaque e com cores chamativas.
3. **Formulação de dicas.** Desenvolvam textos claros e práticos para ajudar as pessoas a identificar conteúdos falsos. Pensem em palavras-chave e expressões que facilitem a comunicação com diferentes tipos de público.
4. **Produção do cartão informativo.** Um cartão informativo transmite informações de maneira clara, concisa e visualmente atraente, comunicando dados ou conceitos importantes de forma eficaz. Por isso, agora será a hora de usar a criatividade para produzir seu cartão informativo. Pensem em formatos e cores, tipos de letra e de papel que podem ser utilizados nessa criação.

Compartilhem seus cartões informativos com a comunidade escolar, familiares e amigos. Vocês poderão criar um evento na escola e realizar pesquisas ou enquetes com as pessoas para avaliar a conscientização sobre as notícias falsas, aproveitando o evento para distribuir o material que criaram. Desse modo, vocês contribuem para a construção de uma comunidade mais informada e resistente à desinformação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Políticas públicas na mídia

Você estudou a importância das tecnologias de comunicação e a maneira como elas permitem que os cidadãos troquem informações, produzam conhecimentos e provoquem mudanças sociais. No contexto brasileiro, as mídias sociais e as tradicionais são constantemente utilizadas para expor e discutir problemas do cotidiano, convidando a população a se envolver na avaliação, criação ou alteração de políticas públicas.

Com a expansão do acesso à internet e o advento das redes sociais, ampliaram-se os meios para a participação das pessoas no debate público, compartilhando pontos de vista e contribuindo em discussões a respeito de algum tema.

Saber avaliar as mídias sociais e as tradicionais é essencial para que o cidadão se mantenha bem-informado e preparado para tomar decisões relevantes para a sua vida pessoal e para a comunidade em que vive.

Nesta atividade, vamos colocar em prática algumas estratégias para a análise do conteúdo produzido pelas mídias sociais e tradicionais a partir do estudo de publicações relacionadas a uma política pública.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Profissionais realizando uma reportagem sobre a vacinação contra o coronavírus em sistema *drive-thru*, serviço em que as pessoas não precisam sair do carro para serem atendidas, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2021.

Etapas de pesquisa

A atividade será realizada em etapas e utilizará três práticas de pesquisa: estudo de caso, análise de mídias tradicionais e análise de mídias sociais. Ao final, as análises realizadas serão apresentadas à turma por meio de um seminário.

Estudo de caso

Na prática conhecida como estudo de caso, elege-se uma situação ou evento particular para ser analisado como exemplo. O objetivo do estudo é gerar informações que contribuam para a compreensão de outros casos semelhantes. Pontua-se que as informações obtidas em um estudo de caso nem sempre serão aplicáveis a outras situações, mas podem ser úteis para a realização de comparações.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Análise de mídias tradicionais

Na análise de mídias tradicionais, deve-se verificar como o conjunto produzido por textos, manchetes, fotos, legendas das imagens, vídeos etc. contribui para que o receptor da mensagem a compreenda e forme um ponto de vista sobre ela.

Análise de mídias sociais

Nesta prática, repetem-se os procedimentos da análise de mídias tradicionais e somam-se alguns procedimentos relacionados às particularidades das redes sociais, como a verificação da receptividade e da interação do público com o conteúdo por meio do estudo dos comentários, do número de visualizações e compartilhamentos, entre outros.

Etapa 1: escolhendo o tema

Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes e selecionem uma área de atuação do Estado, como educação, saúde, segurança pública, meio ambiente, trabalho, economia, direitos humanos, lazer, entre outras. Escolham uma política específica dentro dessa área. Por exemplo, em relação à área da educação, existem políticas voltadas à inclusão, à promoção da diversidade, à acessibilidade, à melhoria da merenda escolar e à qualificação dos professores. Elas podem ser criadas no âmbito dos governos federal, estadual ou municipal. Deve-se escolher uma política específica, verificando-se a data e o contexto de sua criação.

Etapa 2: selecionando publicações

Há uma infinidade de fontes que produzem conteúdo nas mídias tradicionais e nas redes sociais e que abordam as diferentes áreas de atuação do Estado e as políticas públicas implementadas. Assim, antes de selecionar as notícias ou publicações que serão analisadas, é preciso definir os veículos que serão pesquisados. Uma possibilidade seria escolher os mais influentes, isto é, aqueles que parecem ter maior audiência ou visibilidade. Para facilitar o trabalho, é conveniente que cada membro do grupo se dedique a um veículo específico. Outra possibilidade seria escolher uma única plataforma ou veículo midiático.

Em seguida, estabeleçam os critérios para a definição dos filtros de pesquisa, a começar pelas palavras que serão utilizadas como operadores de busca. Além disso, escolham um período de análise, definindo uma data inicial e uma data final para a seleção das publicações. O esforço de definição desses critérios contribui para evitar que a pesquisa fique muito abrangente e forneça uma quantidade excessiva de resultados para serem analisados.

Imaginem o exemplo de um grupo de estudantes que deseja avaliar a implantação de uma área de lazer no município onde vivem. Eles podem definir que lerão as notícias que foram publicadas sobre essa área no jornal da cidade e as publicações das redes sociais da prefeitura sobre esse assunto no período que se estende desde a inauguração da área de lazer até a data de início da pesquisa. Nesse caso, o grupo escolheu uma política específica (a criação de uma área de lazer), elegeu dois veículos (um jornal do município e as redes sociais da prefeitura) e definiu um período de análise (que se inicia no dia da inauguração da área de lazer e se estende até o dia em que os estudantes iniciaram a pesquisa). Esse será o escopo do estudo a ser realizado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etapa 3: analisando o conteúdo

A análise de conteúdo envolve refletir criticamente sobre as publicações selecionadas. Em relação às mídias sociais, deve-se verificar o nível de engajamento que a publicação produziu por meio da identificação do número de comentários, reações e compartilhamentos. Também é possível ler o conteúdo dos comentários a fim de perceber o grau de satisfação da população.

No caso de texto e imagens estáticas, como uma matéria de jornal impresso, deve-se observar a objetividade da linguagem, inclusive da manchete, notando se o fato está sendo comunicado de forma imparcial ou se revela pontos de vista do autor. Verifiquem como as imagens, somadas ao texto, reforçam a mensagem central. O posicionamento da notícia, se no início, meio ou final da publicação, assim como o tamanho do espaço dedicado a ela também podem revelar o grau de importância concedido ao assunto.

Conteúdos veiculados por meio de vídeo exigem alguns procedimentos extras, pois há outros recursos, além do texto e das imagens, que podem ser utilizados com o efeito de chamar a atenção do espectador. Assim, vale prestar atenção nos efeitos sonoros e visuais empregados, nos enquadramentos da câmera e na iluminação das cenas. Esses atributos podem ser empregados para despertar emoções e influenciar o público.

As mídias sociais costumam mesclar recursos de texto, imagens, vídeos, efeitos sonoros e visuais, e a participação dos usuários das redes pode reforçar uma mensagem ou trazer novos entendimentos.

Em todos os casos, as análises produzidas devem ser amparadas por elementos das publicações analisadas. Isso significa que a interpretação do conteúdo deve ser justificada com elementos que autorizem as reflexões ou inferências realizadas durante o estudo.

Seminário

Agora é hora de compartilhar as análises realizadas com a comunidade escolar. A ideia é organizar um seminário com os grupos para comunicação e debate sobre os resultados das pesquisas e possibilitar a interação com os membros da comunidade escolar.

Seminário

O seminário é um evento organizado para a exposição oral de ideias e resultados de pesquisas. É também um momento em que o público participante pode expor suas dúvidas e realizar comentários, convidando as pessoas que estão se apresentando a expandirem sua reflexão sobre o tema analisado.

Cartaz do Seminário do Programa Educação para a Diversidade, promovido pelo Ministério Público do Pará e pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em 2022.

UNIFESSPA/MINISTÉRIO PUBLICO DO PARÁ

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Passo 1: planejamento

Em conjunto com os outros participantes, definam um local para a realização do evento. É importante que ele tenha um espaço onde os grupos vão se apresentar, bem como assentos para acomodar as pessoas que assistirão ao seminário. Verifiquem a necessidade de providenciar equipamentos para a projeção de imagem e/ou som.

Escolham uma data e estipulem a duração do evento. Considerem que cada grupo deverá ter alguns minutos à disposição para sua apresentação e um tempo suplementar para responder às dúvidas e aos comentários dos espectadores. Definam a ordem das apresentações com antecedência e providenciem que todos os grupos e demais participantes conheçam esse cronograma. Caso julguem necessário, dividam o evento em dois ou mais dias.

É conveniente que um estudante se responsabilize por organizar a sequência das apresentações. Ele deverá dar início ao evento, convidar os grupos para iniciar as exposições e organizar a participação dos convidados quando eles forem elucidar dúvidas ou fazer comentários. Esse estudante também poderá controlar o tempo das apresentações, evitando que ele fique desigualmente distribuído entre os grupos.

Considerem organizar um grupo de pessoas responsáveis por manter os equipamentos (computadores, projetores e microfones, por exemplo) em funcionamento, garantindo qualidade para as apresentações que deverão ser realizadas pelos grupos.

Passo 2: preparo da apresentação

Com base nos critérios de tempo, espaço e equipamentos que estarão disponíveis para a apresentação, escolham, entre os membros do grupo, aqueles que ficarão responsáveis pela apresentação oral dos resultados. Se julgarem necessário, preparem uma apresentação de *slides* com imagens e alguns tópicos de texto.

Lembrem-se de iniciar expondo a metodologia do trabalho, citando a política pública escolhida, os veículos de comunicação estudados, os operadores de busca utilizados e a data de início e fim do período analisado. Justifiquem essas escolhas, demonstrando os critérios que cada grupo utilizou para definir o escopo da sua pesquisa.

Apresentem os resultados e conclusões obtidas demonstrando as evidências que propiciaram as inferências e interpretações realizadas. Ao final, ofereçam um parecer avaliando a implementação da política pública estudada.

Refletindo sobre o trabalho

Após o seminário, reflitam sobre o processo de elaboração da pesquisa, considerando se as estratégias utilizadas foram eficazes. Nesse momento, é importante que o grupo identifique os êxitos do trabalho realizado e os pontos a serem aprimorados.

Em paralelo, avaliem o impacto da apresentação das pesquisas de cada grupo na realidade das pessoas que participaram do evento, verificando se ela foi capaz de estimular a reflexão e o engajamento das pessoas a fim de que as políticas públicas analisadas possam ser aprimoradas por meio do diálogo entre os cidadãos e o poder público.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
Desenvolve os conceitos de razão instrumental e emancipatória e de indústria cultural.

ALMEIDA, Silvio Luis de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021.
Aborda o conceito de necropolítica como forma de dominação da etapa neoliberal da economia capitalista.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
Analisa as principais perspectivas teóricas sobre movimentos sociais.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
Reflete sobre o surgimento do sentimento nacional e do nacionalismo no século XIX.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
Apresenta uma crítica da modernidade.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
A coletânea reúne textos sobre diversos aspectos das instituições políticas nacionais.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
Apresenta os conceitos de modernidade sólida e líquida, analisando a passagem de uma à outra.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
Manifesto do movimento feminista do fim do século XX, a obra analisa a condição social de subalternidade da mulher.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
O livro aborda a teoria da modernização reflexiva, analisando as incertezas e os riscos gerados pela modernização.

BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42-68, jan. 2023.
O artigo analisa a polarização política no Brasil nas últimas três décadas.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. São Paulo: Vozes, 2013.
Compara três sociedades distintas, analisando a relação entre cultura e personalidade.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
A obra explora o conceito de aura e a reprodução da obra de arte na sociedade capitalista.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.
Apresenta os conceitos de socialização primária e secundária, analisando aspectos objetivos e subjetivos da construção social da realidade e seu processo de interiorização.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
Analisa a identidade em perspectiva pós-colonial, apresentando o conceito de hibridismo cultural.

BOAS, Franz. Os princípios da classificação etnológica. *In:* STOCKING JR., George (org.). **Franz Boas**: a formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.
O artigo critica pressupostos de origem evolucionista do século XIX, como a causalidade nas análises classificatórias de aspectos culturais de sociedades distintas.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. 2 v.
O dicionário reúne centenas de verbetes relacionados ao estudo da política.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
Apresenta a teoria dos campos e como os capitais operam nos processos de classificação e distinção social.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
A obra analisa as repercussões da dominação masculina no Ocidente.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.
O livro debate a sociologia e suas formas de atuação.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. (*E-book*)
Analisa o modelo taylorista-fordista e sua contribuição para a desqualificação do trabalho e a alienação do trabalhador.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Todavia, 2023.
Examina o modo de vida das comunidades rurais paulistas e suas estratégias coletivas para a obtenção do meio de vida.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
Analisa a trajetória de construção da cidadania no Brasil.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.
O autor analisa os efeitos fundamentais do desenvolvimento da tecnologia da informação nos séculos XX e XXI.

CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
A coletânea reúne textos dos evolucionistas Edward Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan e Herbert Spencer.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
A obra apresenta o conceito de colonialidade do poder.

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. *In*: **Comte**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
Trata da ciência social como um campo de conhecimento objetivo, apresentando a teoria dos três estágios: teológico, metafísico e positivo.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
O texto apresenta a definição de interseccionalidade construída pela jurista Kimberlé Crenshaw.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da sociologia 1**: antes de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017.
A obra apresenta as condições que possibilitaram a formação e o desenvolvimento da sociologia.

CYPRIANO, Cristina Petersen; SANTOS, Francisco Coelho dos. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 63-78, 2014.
Os autores analisam na obra o impacto das redes sociais digitais na sociabilidade contemporânea.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Aborda aspectos intersubjetivos do processo de socialização e de construção das identidades sociais.

DUBOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.
Nessa obra, o autor apresenta o conceito de dupla consciência.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
Nesse livro, o autor desenvolve os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
Considerada fundadora do campo da sociologia, a obra delimita seu objeto, o fato social e as formas de analisá-lo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília, DF: Editora UnB, 1980.
A obra analisa tipos e modelos de partidos políticos ocidentais.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.
Aborda o impacto psicológico e social do colonialismo sobre os indivíduos negros.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
O autor examina a formação das instituições políticas brasileiras, considerando a obra colonial, o autoritarismo e o coronelismo.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. v. 1.
O autor analisa as relações entre saber, poder e normalização.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
A obra examina o conceito de biopolítica e seu lugar na administração da vida e das populações.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Nessa obra, o autor apresenta os conceitos de biopoder e população.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.
Aborda o desenvolvimento de técnicas punitivas e apresenta o conceito de poder disciplinar.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "postsocialist" age. *In*: FRASER, Nancy. **Justice interruptus**: critical reflections on the "postsocialist" condition. New York: Routledge, 1997.
A autora analisa os movimentos sociais por meio das categorias de redistribuição e reconhecimento.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2006.
O autor analisa a formação da sociedade brasileira com base na miscigenação racial.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
O autor apresenta a proposta de antropologia interpretativa, colocando a análise simbólica em foco.

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
Analisa o conceito e a função dos ritos de passagem nas sociedades.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
O autor aborda o fenômeno da mudança climática e soluções para o problema.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
A obra sistematiza diversas teorias e conceitos das ciências sociais.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip Wayne. **Conceitos essenciais de sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
Em forma de verbetes, apresenta conceitos-chave de sociologia.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 2019.
Nessa obra, Goffman desenvolve o conceito de estigma.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
A autora apresenta as teorias que influenciaram as análises sobre os movimentos sociais.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Revista Isis Internacional**. n. 8, Rio de Janeiro, 1983.
Aborda a interseccionalidade entre gênero, raça e classe e apresenta o conceito de amefricanidade.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.
O autor examina as mudanças ocorridas no trabalho após 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3.
Aborda a relação entre Estado e sociedade civil, apresentando o conceito de sociedade civil ampliada.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BIDERMAN, Ciro. Na antessala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 677-704, 2004.
Examina a discriminação no mercado de trabalho, considerando as variáveis de raça e cor.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
Aborda as identidades culturais na pós-modernidade como algo dinâmico e em constante negociação.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
O autor analisa como as identidades culturais são formadas e mediadas em contextos de diáspora.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
A obra apresenta elementos que compõem a pós-modernidade e sua presença na sociedade pós-1970.

HARVEY, David. **Para entender *O capital***: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
Nessa obra, o autor explica os principais conceitos e teorias da obra de Karl Marx.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
Apresenta um paranorâma da teoria de estratificação nos clássicos da sociologia.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Nessa obra, o autor caracteriza o brasileiro como um tipo cordial, ou seja, que tende a se comportar por motivos sentimentais mais do que racionais.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
Aborda o conceito de reconhecimento como mediador das lutas sociais contemporâneas.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
Debate a segurança e a construção de espaços comunitários nas cidades.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
Compilado de entrevistas de Krenak em que o autor reflete sobre os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: das origens aos contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2018.
O autor aborda a história da produção do pensamento sociológico com base em seus marcos referenciais.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
O autor examina a construção do conceito de cultura, considerando suas múltiplas acepções.

LASSWELL, Harold. **A linguagem da política**. Brasília, DF: Editora UnB, 1979.
Analisa os fundamentos do processo da interação comunicacional.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
Nessa obra, o autor analisa o coronelismo no Brasil.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
Nessa obra, o autor trata dos papéis do consciente e do inconsciente na ação individual em meio à multidão.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
Trata do avanço do capital no espaço urbano e das formas de se reapropriar desse espaço.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2012.
Analisa a passagem da natureza à cultura por meio do tabu do incesto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973. v. 1, p. 322-366.
Texto que contrapõe argumentos evolucionistas, representando um marco do relativismo cultural.

LEWIN, Cathy; SOMEKH, Bridget (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
Aborda a construção do conhecimento sociológico com base em métodos e técnicas de pesquisa.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
Apresenta a proposta de observação participante e detalha práticas culturais dos trobriandeses.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e *status***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
Apresenta uma análise lógica e cronológica de três gerações de direitos que caracterizam o exercício da cidadania.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
O autor aborda os principais conceitos de teorias clássicas e contemporâneas sobre comunicação.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
A obra reúne textos fundamentais do pensamento econômico de Marx, como o que aborda o conceito de mercadoria.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.
Leitura clássica para a compreensão da crítica ao capitalismo no século XIX.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
Coletânea de textos clássicos do autor sobre temas como as técnicas do corpo e a teoria da dádiva.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
Introduz a noção de necropolítica como desdobramento da noção de biopolítica proposta por Foucault.

MEAD, Margaret. Adolescência em Samoa. *In*: CASTRO, Celso (org.). **Cultura e personalidade**: Ruth Benedict, Margaret Mead e Edward Sapir. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
Apresenta a etnografia culturalista sobre o estudo da adolescência.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
Análise etnográfica comparativa das concepções sobre sexo e temperamento de três povos da Nova Guiné.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
Propõe marcos inovadores de pesquisa sobre a cultura material e do consumo.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
Desenvolve o conceito de imaginação sociológica.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
Caracteriza diversos sistemas eleitorais existentes em nações democráticas.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.
Faz uma abordagem da marca da cor carregada no corpo como principal fator do preconceito racial no Brasil.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos e destruição em massa**. Rio de Janeiro: Editora Rua do Sabão, 2021.
Apresenta como algoritmos perpetuam desigualdades.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest (ed.). **The city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
Analisa a cidade como laboratório social.

PERALVA, Angelina. França: imigrantes, estrangeiros, estranhos. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 33, p. 59-76, 1994.
Investiga a natureza e as consequências dos movimentos migratórios europeus.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
A obra reúne ensaios que abordam diversos marcadores da diferença.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
Trata do conceito da nova classe média.

PULICI, Carolina. Alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 1-15, 2014.
O texto mobiliza os conceitos de classificação e distinção para analisar os hábitos das elites brasileiras.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Sobre o conceito de função nas ciências sociais. *In:* RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. São Paulo: Vozes, 2013.
Em analogia a um organismo biológico, o antropólogo busca esmiuçar sua proposta conceitual de "função" e "estrutura".

RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 4, p. 154-175, 1997.
O texto analisa o que caracteriza uma nação.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Examina a formação da identidade nacional brasileira.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. (*E-book*)
O autor analisa o movimento sindical contemporâneo.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
O livro trata da construção de uma imagem estereotipada e distorcida do Oriente pelo Ocidente.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
A autora analisa a recuperação do local e do nacional para explicar o fenômeno global.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
Aborda os efeitos deletérios do capitalismo flexível na vida das pessoas.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022. (*E-book*).
Nessa obra, o autor apresenta o conceito de racismo algorítmico.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
Analisa o impacto de imagens de sofrimento e tragédia na percepção pública.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
Com base no referencial teórico de Pierre Bourdieu, a obra analisa as mudanças na estrutura social ocorridas no Brasil a partir dos anos 2000.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Analisa a formação da opinião pública.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
O autor desenvolve o conceito de consumo conspícuo.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
A obra reúne artigos de Georg Simmel, Robert Park, entre outros teóricos da cidade.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora UnB, 2004. v. 1.
Entre os diversos assuntos abordados, estão os tipos puros de dominação legítima e suas relações com os conceitos sociológicos fundamentais que os organizam.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
Aborda classe e estamento como formas de estratificação social das ordens econômica e social, respectivamente.

WEFFORT, Francisco Correia. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2006. v. 1.
A coletânea reúne e analisa textos de Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau e dos federalistas americanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SUPLEMENTO PARA O PROFESSOR

Prezados professores,

Estamos passando por um período de grandes transformações na Educação Básica. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) delineou objetivos pedagógicos que visam padronizar os currículos, desenvolver as competências da educação do século XXI, promover a equidade e a inclusão na sala de aula e garantir a formação integral dos estudantes. Sua implementação é o desafio que se apresenta a todos nós.

Na etapa do Ensino Médio, tais desafios são ainda maiores. Mesmo antes da BNCC, a própria composição estrutural desse segmento escolar também foi profundamente modificada, por meio de alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Somos agora instados a repensar os componentes curriculares em um contexto maior, interdisciplinar, considerando os conhecimentos especializados das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma integrada, muitas vezes em diálogo com as outras áreas do conhecimento.

O propósito dessa mudança é levar o currículo ao encontro das necessidades dos estudantes, considerando seu futuro profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Para isso, espera-se aproximar o currículo do mundo do trabalho, aumentando a autonomia dos estudantes e orientando-os na escolha de seu projeto de vida.

Este livro integra uma coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nele, procuramos abordar os conteúdos em perspectiva interdisciplinar, com base nos conceitos centrais da área. A partir de situações-problema, a oferta de informações, a elaboração de conceitos e a problematização de afirmações subsidiam com profundidade teórica as atividades práticas e investigativas que os estudantes deverão realizar. Os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares, desse modo, são colocados em diálogo visando uma aprendizagem mais significativa e reflexiva.

Nesse contexto de profundas transformações, esta coleção pretende auxiliar os professores a pôr em prática o que o novo Ensino Médio nos propõe: tornar o estudante cada vez mais o sujeito de sua trajetória de aquisição e elaboração do conhecimento, um sujeito ativo capaz tanto de questionar criticamente o presente como de imaginar um futuro melhor. Construir sujeitos autônomos e preparados para serem protagonistas não só no território do conhecimento, mas também no âmbito da vida social: essa é, e sempre foi, nossa responsabilidade. Nesse sentido, há continuidade na mudança.

Esperamos que esta obra possa auxiliá-los nessa jornada!

Os autores

SUMÁRIO

ORIENTAÇÕES GERAIS MP003

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas MP003
Diversidade cultural MP004
Cidadania MP004
Novas tecnologias MP005

Professor reflexivo para uma aprendizagem significativa MP005
O ensino por competências e habilidades MP006
Conhecimentos, competências e habilidades MP006
Competências e habilidades na BNCC MP007
Autonomia do professor no trabalho com competências MP010

Fundamentos teórico-metodológicos da coleção MP011
A seleção de conteúdos MP011
O processo de ensino-aprendizagem MP012
O protagonismo juvenil MP013

A proposta didático-pedagógica da coleção MP013
A importância da pesquisa MP014
Aprendizagem e informação MP014
Diversidade e inclusão MP014
A integração entre os componentes curriculares e entre as áreas do conhecimento MP015
O trabalho interdisciplinar na escola MP016

Avaliação da aprendizagem MP017

Organização geral da coleção MP018
Unidades temáticas: uma abordagem complementar MP018
Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade MP019
Unidade 2: População, territórios e fronteiras MP019
Unidade 3: Ética e cidadania MP020
Unidade 4: Trabalho e transformação social MP020
Unidade 5: Estado, poder e democracia MP020
Unidade 6: Sociedade e meio ambiente MP021
Livro do estudante: recursos didático-pedagógicos MP021
Páginas iniciais MP021
Abertura de unidade MP021
Capítulos MP021
Estratégia de estudo MP022
Educação midiática MP022
Pesquisa em foco MP022
Possibilidades de uso dos volumes da coleção MP023
Sugestões de cronograma MP023

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTE VOLUME MP025

O ensino das ciências sociais e o livro didático MP025

Sociologia no Ensino Médio: competências e habilidades MP025

Metodologia didático-pedagógica MP026

Métodos de pesquisa científica MP027

Atividades alternativas MP029

Leituras complementares MP030
Despertando a vocação científica MP030
A sociologia no Ensino Médio e as questões étnico-raciais MP030
A sociologia e a formação para o mundo do trabalho MP031
Quais temas o professor mobiliza para dar aulas de sociologia no Ensino Médio? MP031

ORIENTAÇÕES PARA TRABALHO COM O LIVRO DO ESTUDANTE MP032

UNIDADE 1 Ciência, cultura e sociedade MP032
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP032
Capítulo 1 As ciências sociais MP032
ESTRATÉGIA DE ESTUDO Autoteste MP038
Capítulo 2 O conceito de cultura MP038

UNIDADE 2 População, territórios e fronteiras MP043
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP043
Capítulo 3 Poder, Estado e nação MP043
Capítulo 4 População e estratificação social MP048

UNIDADE 3 Ética e cidadania MP053
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP053
Capítulo 5 Socialização e marcadores sociais da diferença MP053
Capítulo 6 Cidadania, desigualdade e discriminação MP058

UNIDADE 4 Trabalho e transformação social MP063
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP063
Capítulo 7 Trabalho, produção e sociedade MP063
Capítulo 8 Formas de organização social do trabalho MP067

UNIDADE 5 Estado, poder e democracia MP072
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP072
Capítulo 9 Formas e sistemas de governo MP072
Capítulo 10 Transformação social, sociedade civil e movimentos sociais MP075

UNIDADE 6 Sociedade e meio ambiente MP079
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP079
Capítulo 11 Cidade e meio ambiente MP079
Capítulo 12 Sociedade, tecnologia e comunicação MP082

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA O perigo das informações falsas MP086

PESQUISA EM FOCO Políticas públicas na mídia MP086

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS MP087

ORIENTAÇÕES GERAIS

> A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
>
> *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

> [...] compreender é inventar, ou reconstruir através da reinvenção, e será preciso curvar-se ante tais necessidades se o que se pretende, para o futuro, é moldar indivíduos capazes de produzir ou de criar, e não apenas de repetir.
>
> Jean Piaget, 1976.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, constituída pelos componentes curriculares história, filosofia, sociologia e geografia abordados de forma integrada, é fundamental para a formação integral do estudante e para a construção de uma cidadania democrática.

Uma democracia sadia deve se basear no respeito ao outro, na pluralidade de opiniões e visões de mundo. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são indispensáveis à democracia, pois oferecem aos estudantes os instrumentos necessários para pensar por si mesmos, debater e discutir ideias considerando a opinião do outro, entender o significado da experiência humana em toda a sua diversidade e conscientizar-se dos problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais que os afetam direta ou indiretamente. A área também contribui decisivamente para o desenvolvimento da empatia, ou seja, do "raciocínio posicional", que, segundo a filósofa estadunidense Martha Nussbaum, permite que nos coloquemos no lugar dos outros, reconhecendo seus sofrimentos, suas dificuldades e suas realizações.

Examine o que diz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o papel da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio:

> [...] a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.
>
> De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem **hipóteses** e **argumentos** com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a **dúvida sistemática** – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas.
>
> Nessa direção, a BNCC da área de Ciências Humanas prevê que, no Ensino Médio, sejam enfatizadas as aprendizagens dos estudantes relativas ao desafio de dialogar com o outro e com as novas tecnologias. Considerando que as novas tecnologias exercem influência, às vezes negativa, outras vezes positiva, no conjunto das relações sociais, é necessário assegurar aos estudantes a análise e o uso consciente e crítico dessas tecnologias, observando seus objetivos circunstanciais e suas finalidades a médio e longo prazos, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo contemporâneo.
>
> É necessário, ainda, que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o **protagonismo juvenil** investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 561-562.

Segundo Martha Nussbaum, há um conjunto de capacidades fundamentais que a escola pode contribuir para desenvolver e, assim, formar cidadãos mais democráticos e responsáveis. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são determinantes para desenvolver as capacidades listadas a seguir:

> Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetem a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição nem à autoridade.
>
> Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes quanto a raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito, como fins, não apenas como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio.
>
> Capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país.
>
> Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a história da vida humana em seu desenvolvimento: refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muito mais, de forma que se caracterize pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, não apenas pela reunião de informações

> Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles dispõem.
>
> Capacidade de pensar no bem da nação como um todo, não somente no bem do seu próprio grupo local.
>
> Por sua vez, capacidade de perceber seu próprio país como parte de um mundo complexo em que diferentes tipos de assunto exigem uma discussão transnacional inteligente para que sejam solucionados.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 26.

Nussbaum salienta a importância de capacidades como raciocínio crítico, reconhecimento da complexidade da realidade e empatia na construção de sujeitos democráticos, empáticos e solidários. Segundo a autora, o raciocínio crítico consiste em pensar reflexivamente um mundo complexo e cada vez mais interdependente sem fazer uso de simplificações e dicotomias fáceis. Essa capacidade também está ligada à habilidade de transportar o olhar do nível local para o global, indo além das necessidades imediatas para abordar com discernimento questões e problemas em diferentes escalas. Outra capacidade fundamental para formar sujeitos democráticos é a compreensão empática das diversas experiências humanas, que é exercida quando consideramos aqueles que são percebidos como diferentes como sendo indivíduos iguais a nós, possuindo os mesmos direitos e responsabilidades.

> [...] a capacidade refinada de raciocinar e refletir criticamente é crucial para manter as democracias vivas e bem vigilantes. Para permitir que as democracias lidem de modo responsável com os problemas que enfrentamos atualmente como membros de um mundo interdependente é crucial ter a capacidade de refletir de maneira adequada sobre um amplo conjunto de culturas, grupos e nações no contexto de uma compreensão da economia global e da história de inúmeras interações nacionais e grupais. E a capacidade de imaginar a experiência do outro – uma capacidade que quase todos os seres humanos possuem de alguma forma – precisa ser bastante aumentada e aperfeiçoada, se quisermos ter alguma esperança de sustentar instituições decentes que fiquem acima das inúmeras divisões que qualquer sociedade moderna contém.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 11.

Com o objetivo de desenvolver essas capacidades e, assim, cumprir as exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nesta coleção a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é abordada principalmente a partir de três eixos: **diversidade cultural**, **cidadania** e **novas tecnologias**.

A seguir, explicitamos a relação das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com cada um desses eixos.

Diversidade cultural

A era da informação caracteriza-se pelo enorme fluxo de dados, pela velocidade da inovação técnica e produtiva e pela renovação contínua dos conhecimentos produzidos. Serviços, produtos, processos e tendências surgem e rapidamente se tornam obsoletos, em ciclos que se repetem. Isso faz com que muitos jovens e adolescentes tenham propensão a perder o contato com o passado e a memória, vivendo numa espécie de eterno presente. Desorientados pelo fluxo vertiginoso das imagens no mundo do consumo e na sociedade do espetáculo, eles correm o risco de romper o vínculo com o passado e colocar em xeque sua própria identidade.

O rápido envelhecimento e a obsolescência das coisas, que são relegadas a um passado cada vez mais esquecido e desvalorizado, fazem com que uma das tarefas mais importantes do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas seja possibilitar o acesso da geração atual às experiências das gerações anteriores e, assim, contribuir para a construção da identidade dos jovens estudantes. Entretanto, a identidade nacional não é mais a única matriz na formação da identidade pessoal. Nossa sociedade é cada vez mais plural e multicultural, marcada pela convivência e interação de pessoas com diferentes culturas, valores e identidades. A impossibilidade de estabelecer barreiras ao fluxo de informação e à difusão de conhecimentos promove, entre outros efeitos, a síntese de diferentes culturas.

Em grandes cidades, como Nova York, São Paulo, Londres, Cidade do México ou Singapura, pessoas do mundo todo convivem e interagem cotidianamente, muitas vezes adotando hábitos e estilos de vida de outras culturas sem perder os vínculos com sua cultura nativa. Nas áreas rurais, por sua vez, sempre ocorreu a interação de comunidades tradicionais, povos originários e migrantes que vieram de outros países ou de outras regiões de um mesmo país. Essas interações produzem, assim, identidades culturais híbridas, que não implicam mais o pertencimento único e exclusivo do indivíduo a uma cultura.

A realidade do multiculturalismo exige um ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas mais flexível, abrangente, dinâmico e, sobretudo, mais atento à diversidade cultural que se expressa na sala de aula e na sociedade em geral. Uma das tarefas fundamentais desse ensino é contemplar as relações e o intercâmbio entre diversas culturas e ao mesmo tempo desenvolver a capacidade de respeitar, aceitar e valorizar as diferenças. Na seleção dos conteúdos dos quatro volumes desta coleção, procuramos contemplar e valorizar múltiplos aspectos da diversidade cultural no mundo e, especialmente, no Brasil.

Cidadania

A preparação dos estudantes para o exercício da cidadania é uma das tarefas fundamentais do ensino da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesta coleção, a formação cidadã é uma preocupação constante que perpassa o conjunto dos quatro volumes. O tema é trabalhado em diferentes épocas, do ponto de vista local e global e em seus diversos níveis.

A cidadania no mundo contemporâneo pode ser desdobrada em três esferas de direitos: civis, políticos e sociais. Gozar desses três tipos de direitos sem restrição significa, em tese, ser cidadão pleno. Direitos civis incluem os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, a ter um julgamento justo, à liberdade de ir e vir, de organizar-se e de expressar o pensamento. Direitos políticos referem-se à participação do cidadão na vida política do país e incluem os direitos a organizar manifestações políticas, constituir partidos, votar e ser votado. Por fim, direitos sociais são os que garantem a participação do cidadão na sociedade e incluem os direitos à educação de qualidade, à saúde, a um salário justo e à proteção social.

Os direitos civis foram teorizados por filósofos e juristas a partir do século XVII, na época ainda sob o nome de direitos naturais. No século seguinte, eles começaram a ser incorporados às legislações francesa, inglesa e estadunidense. Os direitos políticos, embora já fizessem parte da pauta de movimentos reivindicatórios do século XVIII, foram progressivamente estabelecidos ao longo do século XIX e, em muitos países, apenas no século XX. Os direitos sociais, pelos quais as organizações de trabalhadores já lutavam no século XIX, só foram conquistados no século XX em países desenvolvidos. Nos países de industrialização tardia, como o Brasil, muitos desses direitos chegaram com atraso, e alguns não são assegurados até hoje.

Em nossos dias, não se pode separar o conceito de cidadania do de democracia. O que caracteriza a cidadania é o gozo pleno de direitos inalienáveis, garantidos por leis e códigos formais. Muitas vezes, porém, esses direitos são reconhecidos na lei, mas não cumpridos na prática, ou então certas categorias da população são simplesmente excluídas deles. Ainda há países em que só os homens têm direito a votar e ser eleitos e onde quem não professa a religião oficial do Estado não tem os mesmos direitos daqueles que a professam.

Não se pode falar em cidadania em regimes totalitários, como é o caso da Alemanha nazista, da Itália de Benito Mussolini e da União Soviética sob o stalinismo. O conceito de cidadania implica igualdade, universalidade e liberdade. Não pode haver cidadania plena se o reconhecimento dos direitos do indivíduo depende de sua lealdade ao Estado, a uma religião ou ideologia determinada. A cidadania também não é efetiva onde existam minorias oprimidas sem os mesmos direitos que os demais cidadãos. Por isso, é fundamental reconhecer que a cidadania é um processo de conquistas contínuas que exige a participação ativa de cidadãos críticos e conscientes. Acreditamos que contribuir para desenvolver essa consciência cidadã é justamente uma das principais funções das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na edificação de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Novas tecnologias

A relação da sociedade com a ciência e a tecnologia foi uma das preocupações que nortearam a elaboração desta coleção e se fez presente, no decorrer das unidades de cada um dos quatro volumes, em diversos contextos, tempos e espaços.

Nas últimas décadas, a atividade científica e o desenvolvimento tecnológico tornaram-se elementos decisivos nos processos de transformação social. É uma tarefa importante do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ajudar os estudantes a compreender e problematizar o progresso científico e tecnológico, mostrando como a inovação científica e a revolução tecnológica modificam as rotinas do cotidiano, os códigos de valores e as visões de mundo que orientam os seres humanos. O objetivo é levar os estudantes a avaliar criticamente o papel da mudança tecnológica em nossa vida. Para isso, é necessário considerar como os avanços da ciência e da tecnologia têm sido interpretados pela sociedade.

Houve momentos em que a inovação técnico-científica foi vista como uma evolução incontestável na melhoria das condições de vida, como ocorreu com a descoberta da penicilina, que permitiu combater infecções e salvar milhões de vidas. Mas houve, em contrapartida, contextos nos quais ela foi sentida como uma forma de opressão, como no princípio da Revolução Industrial, em que a máquina foi vista como inimiga dos trabalhadores por ameaçar substituí-los. Enfim, é necessário ter em conta também a relação da tecnologia com a democracia, como ressaltou o historiador Nicolau Sevcenko:

> O que precisamos, mais do que nunca, é repensar a ciência dentro de uma plataforma democrática; que ela possa ser, em todas as suas instâncias, discutida por todos os agentes interessados nos seus efeitos – o que, a essa altura, implica todos os elementos de uma sociedade, porque não há recanto onde a tecnologia não tenha impacto.
>
> MORAES, José Geraldo V. de; REGO, José M. (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 349.

Numa sociedade em que há um volume enorme e crescente de informação disponível, a capacidade de acessar informações e processá-las de maneira crítica é uma habilidade crucial. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve contribuir para que os estudantes saiam do Ensino Médio sabendo como identificar fontes confiáveis, como determinar a validade, a autenticidade e a confiabilidade dos conteúdos na internet, como estabelecer a importância e o peso relativo de cada informação e, por fim, como conectar dados a aprendizagens e conhecimentos adquiridos anteriormente.

Professor reflexivo para uma aprendizagem significativa

Na obra *O mestre ignorante*: *cinco lições sobre a emancipação intelectual*, de 1987, o filósofo francês Jacques Rancière ressaltou que uma concepção tradicionalista de educação, em que o estudante é visto apenas como espectador do processo pedagógico, e não como sujeito ativo da própria aprendizagem, é algo que mantém as desigualdades educacionais.

Rancière chama de "mestre emancipador" aquele que se recusa a reduzir a educação à mera "transmissão" de conhecimentos e pressupõe o diálogo entre educador e educando como ponto de partida e condição necessária para o próprio processo educativo. A aprendizagem depende do trabalho ativo do educando para se apropriar dos conteúdos que lhe são ensinados. Nesse processo, o professor desempenha o papel do mediador que franqueia ao educando o acesso às fontes do conhecimento. Segundo o filósofo, "o aluno deve ver tudo por ele mesmo, comparar incessantemente e sempre responder à tríplice questão: o que vês? o que pensas disso? o que fazes com isso? E, assim, até o infinito." (Rancière, 2002, p. 35).

O ensino só é significativo quando há envolvimento, troca e diálogo entre educador e educando. Além disso, numa época como a nossa, em que há abundância de informação, o papel tradicional do educador de transmitir conhecimento passa a ser relativamente secundário. Passa a ser muito importante a tarefa de ensinar a pesquisar, filtrar, classificar, hierarquizar, compreender e contextualizar a informação disponível para apoiar a aprendizagem.

Por meio da internet, temos acesso a um verdadeiro oceano de informações sobre todos os assuntos e temas imagináveis. Porém, nem toda informação é confiável. Ao lado de fontes de pesquisa úteis e valiosas, há notícias falsas, teorias da conspiração, boatos e mentiras circulando. Por isso, saber escolher fontes de informação confiáveis, separando o joio do trigo, é essencial para ser um cidadão ativo e bem-informado no século XXI.

Os educadores têm uma função importante na orientação dos estudantes para que eles obtenham informações confiáveis. Essa tarefa é bem ampla e faz parte do papel social dos professores e de toda a comunidade escolar, contribuindo para que os estudantes desenvolvam um pensamento crítico e ético a respeito de diferentes assuntos e possam atuar de forma ativa e consciente na sociedade. Além disso, é parte integrante do trabalho docente a mediação de divergências e conflitos de ordem individual e coletiva, que são e serão recorrentes ao longo da vida do educando.

Vejamos o que o pesquisador Moacir Gadotti diz sobre o papel social da escola:

> Diante dos novos espaços de formação, criados pela sociedade que usa intensivamente a informação e as novas tecnologias, a escola, a universidade, integra-os e articula. A escola deixa de ser lecionadora para ser cada vez mais gestora da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, ela tem o papel de articular a cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições. Na sociedade da informação, o papel social da escola foi consideravelmente ampliado. É uma escola presente na cidade, no município, criando novos conhecimentos, relações sociais e humanas, sem abrir mão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, uma escola científica e transformadora.
>
> GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 15.

O papel social do professor envolve responsabilidades acadêmicas, comunitárias e pessoais. O professor é influenciado por diversos fatores, incluindo sua formação acadêmica, os vieses institucionais e as expectativas do meio social em que educador e educando estão inseridos. Ao reconhecer esses fatores de influência e estar atento ao seu papel social, o professor poderá contribuir para a constituição dos estudantes como sujeitos, ensinando-os para que possam desempenhar outras profissões no futuro.

Em suma, educadores têm um papel formador direto dentro e fora da sala de aula, orientando educandos não apenas em relação aos conteúdos curriculares, mas também no que toca aos valores coletivos voltados à promoção da cidadania e respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, a atividade do educador é fundamental para a organização da sociedade, cabendo destacar a importância de seu compromisso e de suas responsabilidades éticas em sala de aula.

O ensino por competências e habilidades

Desde a década de 1990, com o avanço da globalização e a difusão das novas tecnologias, há uma preocupação das sociedades, governos e organizações internacionais com o futuro da educação. Uma das organizações que mais contribuíram com essa discussão foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que tem trabalhado no delineamento de normas para políticas públicas na área de educação dirigidas a países do mundo todo.

Em 1990, a Unesco lançou a **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, no contexto da Conferência de Jomtien, na Tailândia. Nesse documento, estabeleceu-se o compromisso de universalizar o acesso à educação, promover a equidade e satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, garantindo que haja um ambiente propício para as práticas educativas em todos os países.

Dando continuidade a esse esforço, foi publicado em 1998, sob coordenação de Jacques Delors, o relatório *Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. O Relatório Jacques Delors, como ficou conhecido, estabelecia quatro pilares básicos e essenciais para a educação:

> A educação deve transmitir [...], de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.
>
> [...] Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.
>
> Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é, adquirir os instrumentos de compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1998. p. 89-90.

Apesar dos esforços realizados há décadas pela Unesco e por outras organizações para promover um novo paradigma educativo, muitos sistemas educacionais ainda carecem de recursos e preparo para transformar as formas de ensinar e de aprender. O ensino tradicional, centrado no conteúdo a ser transmitido, não tem se mostrado eficiente para os desafios de nossa época. Muitos estudantes são escolarizados sem terem adquirido conhecimentos fundamentais para a vida, como a capacidade de "aprender a conhecer", o pensamento crítico, as habilidades de trabalhar em grupo, mediar conflitos, lidar com a informação e se comunicar com desenvoltura. O fenômeno da escolarização sem aprendizagem tem se tornado uma preocupação de governos e organizações ao redor do globo.

Um relatório formulado em 2018 pela divisão de educação do Banco Mundial diagnosticou uma "crise de aprendizagem" no mundo todo. Segundo esse documento, milhões de estudantes chegam à idade adulta sem as habilidades mais básicas para a vida, pois, apesar de terem frequentado a escola, não desenvolveram as competências necessárias para se tornarem intelectualmente autônomos. O relatório destaca os benefícios de uma boa educação para o indivíduo e para a coletividade:

> Quando bem ofertada, a educação cura uma multidão de males sociais. Para os indivíduos, ela promove emprego, renda, saúde e redução da pobreza. Para as sociedades, ela impulsiona inovação, fortalece instituições e fomenta coesão social. Mas estes benefícios dependem largamente da aprendizagem. Escolarização sem aprendizagem é uma oportunidade perdida. Mais do que isso, é uma grande injustiça: os estudantes com os quais a sociedade está falhando mais são justamente aqueles que mais necessitam de uma boa educação para serem bem-sucedidos na vida.

WORLD BANK. **World Development Report 2018**. Learning: To realize education's promise. Washington, DC: World Bank, 2018. p. 3. (Tradução nossa.)

A aprendizagem efetiva exige que os estudantes não apenas passem pela escola e recebam um diploma ao final da vida escolar, mas realmente se apropriem dos conhecimentos, temas e problemas do presente, num processo que lhes permita viver uma vida plena de sentido, em conjunto com outros.

Conhecimentos, competências e habilidades

Muito se tem discutido sobre quais conhecimentos os estudantes devem ter para serem cidadãos conscientes e atuantes no século XXI. Há amplo apoio à ideia de que um currículo baseado em metodologias ativas de ensino e na aprendizagem por projetos e por competências é mais adequado ao contexto produtivo do novo século. Mas como diferenciar conhecimento, competências e habilidades?

De acordo com as definições usadas pela Unesco:

> Pode-se entender o conhecimento, de forma ampla, como abrangendo informação, compreensão, habilidades, valores e atitudes. Competências referem-se à capacidade de usar esse conhecimento em determinadas situações. Habitualmente, discussões sobre educação (ou aprendizagem) preocupam-se com o processo intencional de *adquirir* conhecimentos e desenvolver a capacidade (competências) para usá-los. Cada vez mais, os esforços educacionais também envolvem a validação dos conhecimentos adquiridos.

UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 86.

Segundo a Unesco, as **habilidades** vinculam-se à preparação para o mercado de trabalho; incluem, além das habilidades básicas e técnicas, as de "analisar problemas e chegar a soluções apropriadas, comunicar ideias e informações de forma efetiva, ser criativo, mostrar liderança e consciência, além de demonstrar um espírito empreendedor" (Unesco, *op. cit.*, p. 44).

Já as **competências**, embora sejam usadas muitas vezes como se fossem idênticas às habilidades, se distinguem destas em vários aspectos: "Competências potencializam a capacidade de usar o conhecimento apropriado (informação, compreensão, habilidades e valores) de forma criativa e responsável em determinadas situações, a fim de encontrar soluções e estabelecer novos laços com outras pessoas" (Unesco, *op. cit.*, p. 45).

De acordo com a Unesco, habilidades como criatividade e empreendedorismo são importantes para a competitividade econômica dos países e o sucesso dos indivíduos no mercado de trabalho. Porém, o papel de uma educação integral vai além dessas habilidades instrumentais. Competências como a capacidade de mediar e resolver conflitos, o raciocínio crítico e – a mais importante de todas – a capacidade de selecionar, processar e utilizar informação de qualidade são igualmente importantes para ser um cidadão do século XXI.

Em consonância com essa concepção de educação, o Ministério da Educação (MEC) começou a elaborar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2015. A concepção, discussão e implementação da base já estava prevista na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, documentos que regulamentaram a construção de uma matriz unificada para orientar os currículos dos sistemas e das redes de ensino de todas as unidades federativas, além dos projetos pedagógicos de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o país.

As duas versões iniciais do documento foram submetidas a consultas públicas entre 2015 e 2016, das quais participaram educadores de todo o país. Em 2017, o MEC sistematizou todas as contribuições e enviou a terceira e última versão da BNCC do Ensino Fundamental para a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC do Ensino Médio exigiu mais tempo de discussão e ficou pronta em dezembro de 2018.

O objetivo da BNCC é determinar quais aprendizagens e conhecimentos essenciais devem ser trabalhados nas escolas de todo o país para garantir o direito à educação e a formação plena dos estudantes. Na apresentação ao documento, lê-se:

> [...] a BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 8.

Competências e habilidades na BNCC

Em linha com diversos outros documentos educacionais brasileiros, a Base Nacional Comum Curricular mantém o compromisso com a concepção da educação integral em todos os seus aspectos: físico, emocional, social e intelectual.

Para garantir a educação integral e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, a BNCC organizou as aprendizagens essenciais em competências e habilidades. O documento define **competência** como "a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (Brasil, 2018, p. 8). A BNCC divide as competências em gerais e específicas. As competências específicas dizem respeito à área de ensino e explicitam como as competências gerais da Educação Básica devem se expressar nas áreas. As competências específicas de cada área do conhecimento são subdivididas em **habilidades**, que "expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares" (Brasil, 2018, p. 29).

A seguir, reproduzimos as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, expressas na BNCC.

Competências gerais da Educação Básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as rela-

ções próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 9-10.

Competência específica 1 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 571-572.

Competência específica 2 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Habilidades:

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os

conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 573.

Competência específica 3 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades:

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 574-575.

Competência específica 4 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Habilidades:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 576.

Competência específica 5 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidades:

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e

problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 577.

Competência específica 6 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 578-579.

Autonomia do professor no trabalho com competências

As competências gerais e específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC apresentam diferentes graus de amplitude e complexidade. Os graus de amplitude podem ser analisados por meio da abrangência contida nos temas e nas habilidades. Os graus de complexidade são definidos pela sofisticação e transversalidade dos conhecimentos articulados nos diferentes temas. A complexidadade é determinada de forma progressiva ao longo dos anos escolares, de forma que os estudantes principiam com textos e atividades mais simples que vão se complexificando ano a ano. Isso pode ser percebido, de certo modo, pelos verbos utilizados nas habilidades, que compõem as competências específicas e podem indicar processos cognitivos mais simples, como identificar, ou mais complexos, como analisar ou comparar.

Para considerarmos um exemplo prático, ao desenvolver a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, é possível abordar os múltiplos significados e as distintas dimensões da noção de trabalho. Pode-se apresentar uma abordagem apenas histórica ou mais complexa, articulada às análises também geográficas, sociológicas e filosóficas. Seria possível considerar somente as particularidades de um contexto local ou, ainda, questões mais amplas que correlacionam as escalas local, regional, nacional e mundial. Ao ampliar e complexificar o escopo de análise, essa competência contribui para que o estudante reflita sobre seu projeto de vida, a ética e o processo de tomada de decisão no mundo do trabalho, por exemplo.

Cabe observar, ainda, que, apesar de as competências e habilidades estarem dispostas em uma determinada ordem, isso não significa que haja uma hierarquia entre as aprendizagens. Ao longo de todo o ciclo da Educação Básica, é esperado que o estudante desenvolva na mesma medida competências como pensamento crítico e criativo, comunicação, argumentação, autoconhecimento, empatia e cooperação, entre outras. Contudo, cabe aos estados, municípios e redes de ensino a tarefa de definir a progressão das aprendizagens considerando os contextos locais. Nesse sentido, a BNCC não substitui os currículos estaduais e os Projetos Políticos Pedagógicos aplicados em todo o país, mas deve se articular a esses documentos.

O professor tem autonomia, portanto, para definir metodologias e estratégias didáticas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, mas também tendo em vista a realidade e o contexto sociocultural e econômico dos estudantes. Ao definir o método conforme o contexto escolar, o professor também adéqua os níveis de amplitude e complexidade por meio dos quais mobilizará as competências gerais e específicas da BNCC. É fundamental que a autonomia do professor

seja respeitada e amparada pela experiência e criatividade dos docentes para garantir o acesso dos estudantes a um conjunto de habilidades e conhecimentos fundamentais para a sua formação cidadã.

Fundamentos teórico-metodológicos da coleção

Nesta coleção, adotamos uma visão humanista da educação, segundo a qual o objetivo do processo educativo é a formação integral do ser humano como ser autônomo, solidário, responsável, crítico e criativo.

Veja como a concepção humanista de educação é definida no documento *Repensar a educação*, da Unesco:

> A visão humanista reafirma um conjunto de princípios éticos universais que devem ser as bases de uma abordagem integrada ao propósito e à organização da educação para todos. Tal abordagem tem implicações para a concepção de processos de aprendizagem que promovem a aquisição de conhecimentos relevantes e o desenvolvimento de competências a serviço de nossa humanidade comum. A abordagem humanista leva o diálogo sobre educação além de seu papel utilitário no desenvolvimento econômico. Existe uma preocupação central com a inclusão e uma educação que não exclua nem marginalize. Serve, ainda, como um guia para lidar com a transformação do panorama global da aprendizagem, em que o papel de professores e outros educadores continua igualmente central para facilitar a aprendizagem com vistas ao desenvolvimento sustentável de todos.
>
> UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 41.

Ainda segundo o mesmo documento da Unesco, o propósito fundamental da educação no século XXI deve ser o de "preservar e promover a dignidade, as capacidades e o bem-estar do ser humano, em relação aos outros e à natureza" (Unesco, 2016, p. 42).

As últimas décadas, do final do século XX até a atualidade, têm se caracterizado por grandes mudanças na sociedade, na economia, na cultura e na política. O fator fundamental que impulsionou essas transformações foi a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação, que tiveram impacto profundo no conjunto das relações sociais. O fluxo cada vez mais acelerado de informações e seu acúmulo ininterrupto estão redefinindo concepções tradicionais de espaço e tempo, memória, trabalho, cidadania e identidade.

A seguir, destacaremos algumas das transformações que têm marcado o mundo do trabalho, as relações entre os Estados e o comportamento dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

- A incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo conduziu a distintas formas de organização do trabalho. A utilização intensiva de conhecimento e informação tende a substituir as tradicionais hierarquias na estrutura das empresas por redes de colaboração e cooperação. A expansão da internet, a massificação dos *smartphones*, o uso das redes sociais, a rapidez e eficiência dos computadores, que têm recursos como o da videoconferência, possibilitam novas formas de trabalho, que podem envolver técnicas e pessoas localizadas em diferentes partes do globo na colaboração da produção de bens ou serviços. Como exemplo, poderíamos citar a produção de um carro sob direção de uma matriz situada na Alemanha: as matérias-primas podem ser produzidas na China; o motor, desenvolvido na França; os componentes eletrônicos, desenvolvidos no Japão; e a montagem, feita no Brasil. A coordenação desse complexo processo só foi possível com a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação.
- Estados nacionais, de maneira geral, perderam centralidade relativa com a emergência do conceito de cidadania planetária e de novas formas de participação política não mais limitadas aos interesses nacionais. Apesar de os Estados territoriais ainda serem autoridades reconhecidas e da ascensão de grupos nacionalistas em diversos países no século XXI, verifica-se a tendência de construir agrupamentos políticos supranacionais, cujo principal exemplo é a União Europeia. Além disso, a identificação automática dos interesses dos indivíduos com os interesses de seus respectivos Estados nacionais tem se reduzido consideravelmente. Exemplo disso são as manifestações pelo combate às mudanças climáticas, nas quais cidadãos de todo o mundo se opõem às políticas industriais de seus Estados.
- As mudanças de hábitos, comportamentos e valores em consequência das transformações econômicas e sociais redefiniram as estruturas familiares. As famílias multiparentais, a diminuição da importância do caráter biológico na formação da família, a redução da taxa de natalidade em países como o Brasil, conforme Estatísticas do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, e o número crescente de filhos que vivem com apenas um dos progenitores, entre outros fatores, estão modificando as formas tradicionais de socialização das crianças e dos adolescentes. No passado, as escolas pressupunham um modelo de família em que pais e mães mantinham relações estáveis pautadas por uma divisão tradicional de papéis (o homem trabalhando fora e com a função de provedor e a mulher encarregada do núcleo doméstico e da criação dos filhos). Os novos modelos de família geram desafios tanto para pais quanto para educadores e formuladores de políticas públicas. As transformações mencionadas até aqui levam à redefinição do modo como a identidade de cada um é construída.

A seleção de conteúdos

A seleção de conteúdos dos quatro volumes desta coleção, voltados a uma **abordagem complementar** entre os componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – com foco nas **competências** e **habilidades** da área e nas competências gerais da Educação Básica –, tem como objetivo a construção de uma visão menos fragmentada do conhecimento e mais próxima da realidade dos estudantes, visando tornar a aprendizagem mais concreta. Ao interligar componentes curriculares e áreas do conhecimento e procurar trazer situações e exemplos que possam ser reconhecidos no cotidiano dos estudantes, os conteúdos selecionados também têm o propósito de contextualizar a aprendizagem, incentivar a criatividade e a seleção de fontes de informação de qualidade, conferindo sentido ao conhecimento construído.

A intenção é permitir que o horizonte de pesquisa e construção do conhecimento se amplie e o conhecimento passe a ser gerado em conjunto. Os estudantes "aprendem a conhecer", ou ainda, "aprendem a aprender" buscando informações, por meio da tomada de decisões e de atividades práticas. Aprendem a conviver de forma colaborativa e, por fim, elaboram seus próprios projetos de vida.

Esse "aprender a aprender" fornece aos estudantes ferramentas sólidas para atuarem de forma cidadã na sociedade contemporânea, com todas as suas contradições, complexidades e desafios. Cabe ao professor refletir sobre as ações pedagógicas necessárias para a construção dos processos que levarão os estudantes a compreender e interpretar os conteúdos, mostrando como poderão construir novos conhecimentos.

O processo de ensino-aprendizagem

Em consonância com os fundamentos pedagógicos da BNCC, esta coleção incorpora o compromisso com uma **educação inclusiva**. O processo de ensino e aprendizagem proposto busca contemplar, além do desenvolvimento intelectual e cognitivo do estudante, outras dimensões de sua formação que incluem os domínios do afeto, da sensibilidade estética, da autonomia, da autoconfiança e da identidade pessoal.

A educação integral, um dos fundamentos pedagógicos da BNCC, engloba os componentes curriculares e fomenta interações criativas entre professor e estudante na sala de aula, conforme a orientação da BNCC:

> A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.
>
> [...]
>
> Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **educação integral**. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. [...]
>
> Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 14.

Nos quatro volumes que compõem esta coleção, selecionamos temas que procuram representar a diversidade das experiências humanas e as relações que existem entre elas, ao lado das mudanças que ocorrem na sociedade e dos impactos sobre o meio ambiente, especialmente pelo uso inapropriado dos recursos naturais. Muitos dos conteúdos abordados serão passíveis de reelaboração futura, sobretudo em virtude do dinamismo que caracteriza a realidade política, econômica e social, do acesso a novos documentos e testemunhos e do desenvolvimento de novas tecnologias. A reelaboração é também parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem.

As diversas atividades propostas na coleção, ao longo dos volumes, requerem dos estudantes a capacidade de leitura e interpretação de textos, imagens, gráficos, tabelas etc., bem como as capacidades de reflexão, formulação de hipóteses, inferência e argumentação. Nesse sentido, destacam-se as habilidades de argumentação e inferência, que promovem reflexivamente o desenvolvimento contínuo do raciocínio lógico e do pensamento crítico do estudante. Buscando oferecer orientações mais precisas a esse respeito, baseamo-nos na pesquisadora de psicologia cognitiva Tícia Cassiany Ferro Cavalcante, que comenta:

> [...] a inferência é um processo cognitivo-discursivo gerado a partir da integração de informações textuais com a situação contextual do leitor (conhecimentos de mundo), favorecendo a construção da significação (compreensão textual). Essa integração de informações é realizada pela apreciação dos leitores, que precisam negociar com as diversas possibilidades de significação permitidas para um mesmo texto, escolhendo uma dessas alternativas. Tal escolha não ocorre sequencialmente, mas de forma oscilatória (com movimentos de prospecção e retroação). Assim, o leitor busca informações já postas no texto; integra-as com os seus conhecimentos prévios; elabora hipóteses, criando expectativas sobre a continuação do texto, testa-as e realiza avaliações do texto, da sua compreensão e do autor. Todo o processo de geração de inferência ocorre dialogicamente pelas apreciações do leitor, que precisa estabelecer negociação com o outro (autor, texto, conhecimento de mundo) para continuar a leitura. [...]
>
> A argumentação é uma atividade de natureza discursiva que se realiza pela justificação de pontos de vistas e consideração de objeções a que estão sujeitos (contra-argumentos), com o objetivo último de tornar as posições defendidas aceitáveis àqueles a quem a argumentação se dirige. [...] a justificação de pontos de vista e a consideração de ideias alternativas, tomadas em conjunto, criam no discurso um espaço de negociação no qual perspectivas a respeito do mundo (físico ou social) são continuamente formuladas, revistas e transformadas. Portanto, o processo de negociação de perspectivas é crucial à argumentação, pois permite construção, avaliação e reconstrução de sentidos, consequentemente a construção de conhecimento.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. **Inferência e argumentação na constituição da compreensão textual**. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 27, 28 e 67.

A capacidade de inferência dos estudantes pode ser estimulada, por exemplo, com a realização de perguntas que os levem a pensar nos conhecimentos prévios sobre o assunto lido, de modo a favorecer que estabeleçam conexões entre o texto e suas memórias e experiências, ampliando o sentido da leitura. Em relação à argumentação, as atividades que convidam os estudantes a darem opiniões e defenderem pontos de vista são boas oportunidades para avaliar a qualidade dos argumentos produzidos, considerando parâmetros como coerência, apresentação de dados e informações confiáveis, bem como o uso pertinente de exemplos, analogias e comparações.

Além disso, a seleção das imagens (como fotografias, ilustrações, mapas e gráficos) em toda a coleção, acompanhadas de legendas que as vinculam aos conteúdos trabalhados, propicia diversas atividades

de interpretação e análise. Com isso, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades de compreensão e de leitura não verbal.

O protagonismo juvenil

No mundo atual, as hierarquias sociais tradicionais tendem a ser substituídas por distintos padrões de comportamento. Os jovens são particularmente sensíveis a esse tipo de mudança, e por isso é tão frequente que busquem definir seu posicionamento diante do mundo por meio do consumo de produtos e serviços, ou seja, tendem a se definir por fatores como o estilo de roupas e acessórios que utilizam, o tipo de música que ouvem, pelos seus perfis em redes sociais, entre outros símbolos de identidade. O consumo, nesse caso, não é visto em uma perspectiva crítica, mas como um elemento indispensável à imagem que o indivíduo deseja transmitir à sociedade.

O fortalecimento da sociedade de consumo conduz ao crescimento do individualismo e do desejo de liberdade. Cada vez mais, jovens e adolescentes reivindicam o direito de definir livremente seu "estilo de vida", sem a imposição de normas construídas pelas gerações anteriores. Porém, esse desejo de autonomia esbarra em impedimentos culturais, sociais e econômicos de toda ordem. Há, de um lado, um problema ético e cultural: a desorientação de jovens que crescem imersos na sociedade da informação, sem contar mais com valores tradicionais para orientar sua conduta. De outro, há limitações impostas pela própria economia: a escassez de oportunidades de trabalho para jovens em uma economia em crise e em um mercado cada vez mais competitivo. Por isso, um dos eixos centrais desta coleção, em consonância com a BNCC, é o protagonismo juvenil.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, publicado pelo IBGE, o total de crianças e jovens no Brasil tem se reduzido ao longo das duas últimas décadas. Apesar disso, nesse mesmo período, houve um fortalecimento das culturas juvenis por meio de manifestações sociais relacionadas à linguagem, aos códigos de comportamento e às modalidades de consumo que constituem a diversidade cultural dos jovens. A digitalização da vida social viabilizou a intensificação das expressões culturais juvenis e a consolidação dos estilos de vida que se conectam e reproduzem por meio das tecnologias da informação e comunicação.

Podemos entender as "culturas juvenis", no plural, como conjuntos de práticas, valores, códigos e comportamentos que são adotados e compartilhados por grupos de jovens em determinados contextos sociais e históricos. De acordo com o pesquisador Luís Antonio Groppo,

> Torna-se mais preciso falar de juventudes, assim no plural, a se considerar os diferentes modos de viver a condição juvenil e a experiência geracional, não apenas pelas desigualdades de classe, mas também pelas desigualdades e diferenças étnico-raciais, nacionais, regionais, de gênero, [...] religiosa etc.
>
> GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 116.

A BNCC também apresenta as noções de "juventudes" e "culturas juvenis" no plural, considerando o alto grau de complexidade e diversidade desses grupos. Vejamos a seguir como o documento aborda esse assunto:

> Adotar essa noção ampliada e plural de **juventudes** significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas.
>
> Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma **escola que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 463.

Por tratar-se de uma concepção bastante plural, a ideia de "juventudes" pode ser elaborada com base em diferentes abordagens teóricas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A seguir, destacam-se algumas categorias de análise mais difundidas:

- A **perspectiva funcionalista** entende que as juventudes criam culturas e hábitos na busca por pertencimento e construção de identidades durante a transição para a vida adulta (Pais, 2003).
- A **análise interacionista** procura observar como as interações diárias entre si e entre membros de diferentes grupos, aliadas às formas de comunicação, produzem significados e culturas juvenis transitórias ou permanentes nos grupos sociais (Groppo, 2016).
- A **perspectiva pós-moderna** tem como principal característica a fragmentação das identidades, influenciada pelos efeitos da globalização, do consumo, das tecnologias da informação e comunicação, além dos diferentes tipos de mídias (Khel, 2004).
- A **teoria da subcultura**, por sua vez, analisa como as subculturas juvenis são influenciadas por diferentes condições sociais e materiais, e são determinantes para criar os códigos de identificação dos jovens (Groppo, 2017).

Tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre o tema, é fundamental que o educador considere as diferentes expectativas dos grupos juvenis e lhes conceda o espaço para compartilhar suas experiências, expectativas e ansiedades. Assim, os grupos têm a possibilidade de dialogar entre si e apresentar suas vivências e demandas. A escola pode oferecer, enfim, um espaço de acolhimento para que os jovens enfrentem as crises do presente, expressem seus desejos para o futuro e reforcem as interações sociais com grupos heterogêneos.

A proposta didático-pedagógica da coleção

O que podemos fazer para tornar a educação mais relevante e significativa para o estudante do Ensino Médio? De que forma o currículo pode responder às expectativas dos jovens que ingressam nesta etapa de ensino e a seus projetos de vida e perspectivas de futuro?

As mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais estamos passando exigem um novo paradigma educacional. É necessário que o processo educativo seja centrado no estudante e na sua aprendizagem e não mais somente no conteúdo concebido de maneira estanque. O conhecimento deve ser construído pelo estudante a partir de variados recursos disponibilizados pelo professor e pelo equipamento escolar. A escola e a sala de aula devem ser

concebidas como espaços dialógicos e interativos, como ambientes de aprendizagem, experimentação e produção de significados.

Essa mudança de paradigma coloca desafios inéditos tanto para a escola como para o professor. Num mundo cada vez mais complexo e integrado, o estudante do Ensino Médio deve desenvolver capacidades como autonomia, senso crítico, criatividade, flexibilidade e iniciativa para ser bem-sucedido na busca por soluções para os problemas ao seu redor. Currículos, disciplinas, projetos, estruturas e planos pedagógicos têm sido reformulados para responder às novas demandas da sociedade na era da informação. Passou a ser uma necessidade imperativa preparar o estudante para que adentre de modo crítico e ativo o universo da informação em uma sociedade cada vez mais globalizada, competitiva e em permanente mudança. Para isso, a escola e os professores devem ensinar os estudantes a selecionar, organizar e interpretar informações, bem como a dominar as linguagens e os contextos das novas formas de comunicação, de modo que se tornem capazes de apropriar-se criticamente dos conteúdos bem como de valer-se desses conteúdos tanto no mundo do trabalho como em sua vida cotidiana. Por isso, a coleção se baseia numa concepção ativa do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesta coleção, partimos do pressuposto de que é papel da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas fornecer recursos aos estudantes para que investiguem o mundo à sua volta. Esses recursos incluem ferramentas e práticas de pesquisa que auxiliam no trabalho com os diferentes temas em sala de aula.

A importância da pesquisa

A coleção incentiva as atividades de investigação e pesquisa que propiciam o desenvolvimento de várias competências essenciais. A pesquisa promove o pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas por meio da análise e uso efetivo da informação, da avaliação de fontes e da argumentação com base em evidências. A pesquisa também propicia o pensamento criativo e inovador, pois envolve a exploração de novas ideias e a busca por soluções para os problemas propostos. Outra competência fundamental que a pesquisa incentiva é o trabalho em equipe e a capacidade de expor claramente os resultados obtidos. Pesquisar igualmente ajuda a reforçar a autoconfiança e a autoestima, que são fatores motivadores para o engajamento e o compromisso com o estudo. Além disso, a pesquisa contribui para a preparação para etapas posteriores da vida acadêmica dos estudantes, seja no ensino superior, seja no ensino técnico e profissionalizante, habituando-o a procurar informação de modo efetivo, colaborar em projetos coletivos e comunicar-se com desenvoltura. Enfim, por meio da pesquisa o estudante tem a oportunidade de se ver como sujeito construtor de conhecimento e não mais como receptor passivo de informação pronta.

Aprendizagem e informação

Com as amplas transformações sociais e culturais provocadas pelas novas tecnologias, especialistas e educadores vêm ressaltando a necessidade de uma mudança na própria natureza do processo educativo. Segundo o pedagogo argentino Juan Carlos Tedesco:

> Já não se trata simplesmente de aprender determinado corpo de conhecimentos e informações, mas de aprender os mecanismos, as operações, os procedimentos que permitam atualizar nossos conhecimentos no decorrer de toda a vida. [...] Nestas condições [...], a educação já não poderá estar dirigida à transmissão de conhecimentos e de informações, mas a desenvolver a capacidade de produzi-los e utilizá-los.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educar en la sociedad del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 103-105. (Tradução nossa.)

A aprendizagem ativa está associada a uma tradição filosófica e pedagógica que provém de Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, e chega até educadores como John Dewey e Maria Montessori no século XX. Para essa tradição, o objetivo da educação não é assimilar passivamente os conteúdos legados pelo passado, mas incentivar a mente do educando para que raciocine de forma crítica, desenvolva argumentos e hipóteses e dialogue com os outros para expressar seus pontos de vista. Além da importância para a democracia, o modelo da aprendizagem ativa também é relevante no mundo do trabalho. A difusão das novas tecnologias exige um profissional ativo, criativo e autônomo. A educação tradicional estimulava a obediência passiva e a transmissão mecânica de conhecimentos, pois eram essas as habilidades exigidas pelas empresas tradicionais, baseadas na burocracia interna e na separação de níveis hierárquicos. Porém, após as mudanças no mundo do trabalho em decorrência da globalização e da revolução tecnológica passaram a ser necessários trabalhadores com mais autonomia, que possuam pensamento crítico e sejam capazes de formular, discutir e executar projetos e ideias próprias.

Para o filósofo e educador estadunidense John Dewey, a principal finalidade da educação é a conquista de uma vida plena de sentido, e para isso é necessária uma relação ativa com a aprendizagem. Em seu livro *Escola e sociedade*, publicado no Brasil em 1956, Dewey já ressaltava que a escola não devia ser vista como um local apenas para ouvir e absorver passivamente conhecimentos, mas também como um ambiente para analisar, examinar e resolver problemas de forma criativa, em interação com os outros e com o mundo. Na reforma educacional que concebeu, Dewey idealizou uma escola em que os estudantes exercitassem ativamente a cidadania, elaborando projetos em comum e resolvendo problemas em conjunto com espírito crítico e respeito mútuo. Para Dewey, essas habilidades eram essenciais para criar cidadãos democráticos, alertas e atuantes.

A importância da educação para a formação de um cidadão democrático também implica que a aprendizagem não se esgota na fase escolar, mas deve ocorrer durante toda a nossa existência. Para desenvolver o potencial único de cada indivíduo, a educação deve ser um processo permanente:

> Face aos desafios do desenvolvimento científico e tecnológico e ao crescimento exponencial de informações e conhecimentos, [...] a aprendizagem ao longo da vida é extremamente importante para lidar com novos padrões de emprego e alcançar os níveis e os tipos de competências exigidos de indivíduos e sociedades.

UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 69.

Considerando as especificidades do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, procuramos desenvolver uma coleção que sirva de instrumento de trabalho para que a escola e o professor possam responder aos desafios de nosso tempo.

A presente coleção propõe-se a trabalhar conceitos, procedimentos, competências e habilidades fundamentais para a compreensão do mundo em que vivemos, assim como contribuir para que o educando nele se insira como cidadão crítico, ativo e consciente.

Diversidade e inclusão

Para promover a inclusão de estudantes com deficiência, é essencial adotar estratégias flexíveis que atendam às necessidades individuais de cada um. Primeiro, o professor deve conhecer as especificidades de cada deficiência, buscando informações e orientações junto às famílias e aos profissionais especializados. Com base nesse conhecimento, é possível planejar o ambiente escolar para garantir tanto a acessibilidade física, por exemplo, por meio de uma organização do espaço da escola que atenda aos estudantes com

mobilidade reduzida, como a pedagógica, ao disponibilizar materiais em áudio e braille e tecnologias assistivas, como *softwares* de leitura de tela e jogos educativos adaptados. Caso uma turma tenha um estudante surdo e que tenha habilidade de compreender leitura labial, uma medida simples é posicionar-se em um local da sala que favoreça essa possibilidade. Outras estratégia a ser avaliada, conforme a deficiência apresentada, é aumentar a ênfase na contextualização do aprendizado, com o propósito de relacionar os conceitos estudados com a vida cotidiana.

A prática de metodologias ativas, como aprendizagem colaborativa e projetos interdisciplinares, pode ser ajustada para incluir todos os estudantes, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem por meio da exploração de diferentes formas de disposição da turma, testando, para além do modelo enfileirado, disposições em círculos, em U, em grupos, com as cadeiras voltadas para si, entre outras. A turma disposta em círculo, por exemplo, favorece a interação dos estudantes em atividades de debate; já a disposição em grupos é ideal para a execução de tarefas cooperativas que não sejam compartilhadas entre todos os estudantes. É importante também fomentar uma cultura de respeito e solidariedade entre os estudantes, incentivando-os a ajudar uns aos outros e a valorizar as diferenças.

Um ponto importante é a formação contínua dos educadores. Professores bem preparados conseguem identificar e implementar práticas inclusivas mais eficazes. Para que se mantenham atualizados, pode ser interessante buscar cursos de capacitação e fóruns para a troca de experiências entre educadores. A colaboração com equipes multidisciplinares, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos também é positiva para desenvolver um plano educacional individualizado que contemple as necessidades do estudante com deficiência.

O combate às práticas de *bullying* é uma ação essencial para a promoção de um ambiente escolar saudável e acolhedor, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar. Para combater esse tipo de prática, é necessário estabelecer uma cultura de paz e respeito dentro da escola. Isso inclui a criação de normas claras, preferencialmente escritas e compartilhadas em momento oportuno, contra qualquer forma de *bullying*, bem como a realização de ações preventivas bem definidas e de intervenções eficazes. Atividades que promovam o respeito às diferenças e a empatia, como rodas de conversa e projetos de mediação de conflitos, são eficazes para prevenir situações de violência.

O *bullying* é uma forma de violência que pode ter graves consequências para a saúde mental e o desenvolvimento dos estudantes. Legalmente, é considerado uma infração grave e, em muitos casos, pode envolver ações judiciais contra os agressores e a instituição de ensino, caso não haja intervenções adequadas. É fundamental que os educadores e a comunidade escolar estejam atentos aos sinais de *bullying*, como mudanças no comportamento, queda no rendimento escolar e isolamento social dos estudantes. Ao identificar a prática dessa forma de violência, o professor deve seguir o protocolo da escola, informando a direção e os responsáveis pelos estudantes (agressor e agredido), além de oferecer apoio emocional às vítimas.

A integração entre os componentes curriculares e entre as áreas do conhecimento

Na sociedade da informação, somos diariamente bombardeados por um volume enorme de textos e imagens sobre praticamente tudo o que nos rodeia. Em virtude do aumento extraordinário do fluxo de dados, a quantidade de informações circulando hoje é maior do que em qualquer outra época na história. Porém, os meios de comunicação e as redes sociais muitas vezes nos apresentam dados e informações fragmentados, isolados e descontextualizados.

Para formar uma opinião esclarecida sobre a totalidade de um tema, de uma questão ou de um objeto de estudo é necessário saber selecionar, organizar, contextualizar e interpretar a informação, ou seja, transformá-la em conhecimento. As correntes pedagógicas atuais e os formuladores de políticas públicas para a educação têm ressaltado cada vez mais a necessidade de promover uma abordagem global do conhecimento, evitando sua fragmentação e descontextualização. Esse efeito pode ser obtido pelo esforço conjunto e pela colaboração dos diversos componentes curriculares que constituem o saber escolar, orientados para um objetivo claramente definido, de forma interdisciplinar e integrada.

A integração entre distintos saberes e experiências possibilita levar os estudantes a compreender a complexidade do mundo em que vivemos e a atuar nele de forma autônoma, crítica e responsável. O diálogo entre componentes curriculares é importante não apenas porque as avaliações nacionais e os vestibulares caminham cada vez mais nessa direção, mas porque o isolamento de cada componente em si mesmo não propicia a abordagem global e relacional do conhecimento a que nos referimos.

Nesta coleção, os conteúdos foram selecionados e construídos para possibilitar o diálogo entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – história, geografia, sociologia e filosofia –, e estabelecer relações também com outras áreas do conhecimento, especialmente Ciências da Natureza e suas Tecnologias, mas também Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. A integração entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as demais áreas, bem como a interdisciplinaridade, estão presentes ao longo dos textos, das atividades e das seções especiais.

A interdisciplinaridade exige que se utilize ferramentas múltiplas para resolver problemas e que se busque novos entendimentos e soluções que não se limitam à fragmentação dos componentes curriculares. Os conteúdos trabalhados nesta coleção envolvem temas de relevância cultural e social abordados sob diferentes perspectivas, que não se esgotam num componente curricular.

Há décadas, diversos especialistas vêm criticando a fragmentação do currículo escolar e o excesso de especialização do conhecimento, defendendo a integração de conteúdos. Segundo o filósofo francês Edgar Morin, uma educação realmente integral do ser humano deve ser necessariamente interdisciplinar.

Morin tornou-se célebre como um dos maiores defensores das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares na área da educação. Em sua visão, o mundo globalizado, chamado por ele de "era planetária", necessita de outro tipo de educação, capaz de formar um ser humano mais consciente de si mesmo e do ambiente ao seu redor. Faz parte de sua proposta de interdisciplinaridade a crítica ao excesso de especialização e a defesa de uma formação ampla e global:

> [...] A hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas) quanto do essencial (que ela dissolve). Impede até mesmo tratar corretamente os problemas particulares, que só podem ser propostos e pensados em seu contexto. Entretanto, os problemas essenciais nunca são parcelados e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Enquanto a cultura geral comportava a incitação à busca da contextualização de qualquer informação ou ideia, a cultura científica e técnica disciplinar parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização. [...]

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000. p. 41.

O trabalho interdisciplinar na escola

O trabalho interdisciplinar é uma estratégia importante para uma educação integradora, capaz de relacionar os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares e conectá-los com a realidade. São práticas pedagógicas que não apenas enriquecem o aprendizado, mas também desenvolvem competências essenciais para a vida, como a criatividade, a colaboração, o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Algumas competências gerais e específicas da BNCC favorecem o planejamento e a elaboração de estudos interdisciplinares e mobilizam professores, estudantes e outros parceiros educadores. Os docentes podem estabelecer uma quantidade de trabalhos interdisciplinares ao longo do ano letivo, de acordo com as possibilidades da unidade escolar e com os contextos locais. É importante que as tarefas articulem diferentes componentes curriculares, mobilizem habilidades e linguagens distintas e que haja previsão de aulas integradas, com dois ou mais professores conduzindo as atividades e indicando as conexões entre os componentes.

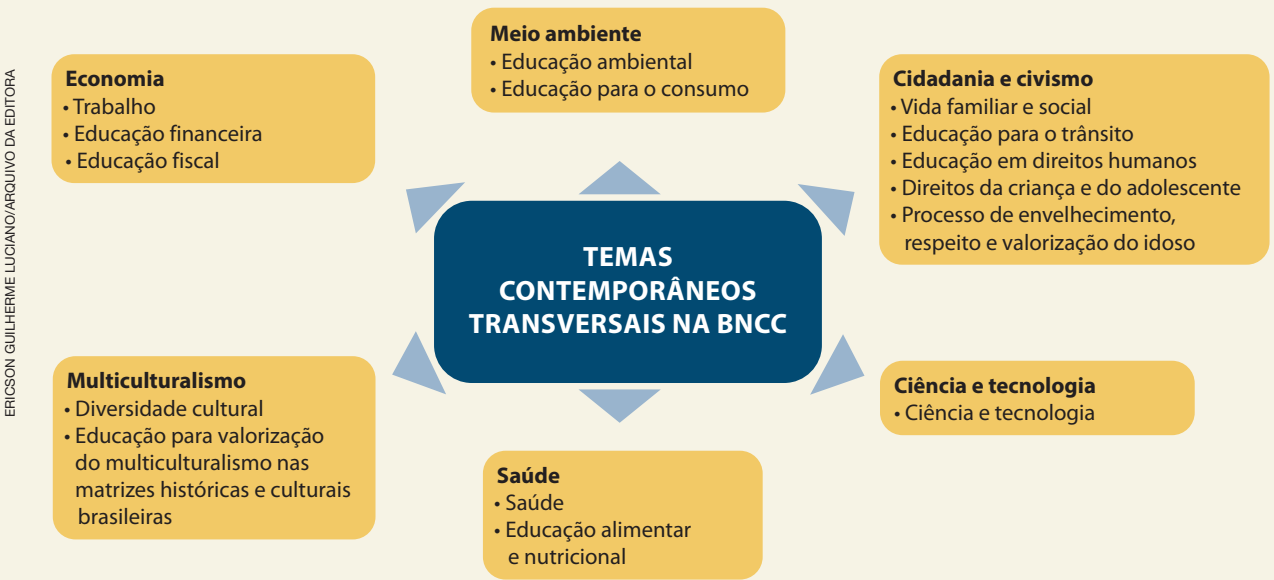
Um exemplo de abordagem interdisciplinar seria o trabalho com a competência específica 1, de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, e com a competência específica 3, de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Caberia aos professores dos componentes envolvidos (geografia, biologia, química e sociologia) programar uma visita de campo para compreender como é feita a gestão de resíduos sólidos em uma cidade ou região metropolitana. Nessa tarefa, uma sugestão metodológica seria que os docentes dos diferentes componentes utilizassem abordagens específicas de suas áreas para conscientizar os estudantes sobre as etapas dos processos de uso, descarte, reúso e geração de energia a partir dos resíduos sólidos gerados pela sociedade. É importante manter em mente, durante a realização dessa atividade, os possíveis riscos inerentes a uma atividade que trabalhe com descarte de resíduos: nomeadamente, atenção à higiene e à integridade física de todos os estudantes e professores presentes, garantindo que não toquem em nada ou utilizem luvas para proteção das mãos. Nesse caso, é crucial seguir as instruções dos funcionários do local visitado. Esse é apenas um dos muitos exemplos de temáticas que possibilitam o trabalho por competências e a interdisciplinaridade em sala de aula.

Os Temas Contemporâneos Transversais na escola

A **transversalidade** e a **contemporaneidade** são categorias destacadas na BNCC com o objetivo de tornar as aprendizagens mais significativas. Por meio dos Temas Contemporâneos Transversais busca-se despertar o interesse dos estudantes pelas questões que dizem respeito à sua realidade e pelos debates centrais do tempo presente. Essa abordagem pode auxiliar no desenvolvimento do estudante como cidadão atuante nas diferentes esferas da sociedade. Ao longo da discussão sobre os currículos, na BNCC, aponta-se que:

> [...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 19.

Nesse sentido, espera-se que o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais possibilite a integração entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento e contribua para um processo de aprendizagem mais flexível, que leve em consideração as diferentes realidades brasileiras. Esses temas foram dispostos em seis macroáreas, conforme a representação a seguir:



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019. p. 13.

Ao longo da coleção, destacam-se os Temas Contemporâneos Transversais em variados conteúdos e contextos pedagógicos. O trabalho com esses temas é fundamental para promover uma educação integral e contextualizada, que possa auxiliar na superação da fragmentação dos conhecimentos, sendo, portanto, um compromisso desta coleção.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na escola

Em 2015, 193 países, incluindo o Brasil, assinaram na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (Estados Unidos), a Agenda 2030. Esse documento é composto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam enfrentar alguns dos principais desafios contemporâneos, como alcançar a igualdade de gênero, combater as desigualdades e a injustiça, agir contra as mudanças climáticas, acabar com a pobreza e assegurar que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo. Para isso, os países se comprometeram a realizar um esforço conjunto com o setor privado, contando com empresas, instituições públicas e sociedade civil para o cumprimento da Agenda 2030.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. Brasília: Unesco, 2017. p. 6.

Nesta coleção, são indicados os ODS relacionados aos conteúdos abordados de modo a contribuir para a formação dos estudantes. Desse modo, pretende-se desenvolver o aprendizado de atitudes e valores e a conscientização para temas considerados urgentes na atualidade. Ao longo dos quatro volumes, os estudantes poderão pesquisar, refletir, discutir e propor soluções para problemas que os afetam no dia a dia, desenvolvendo habilidades que serão muito úteis na vida adulta e no ingresso no mercado de trabalho. Por meio do trabalho com os ODS também é possível articular diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento para atuar em problemas do lugar onde os estudantes vivem e estudam, impactando positivamente a comunidade escolar e local.

Avaliação da aprendizagem

As práticas de avaliação dos estudantes constituem uma ferramenta importante para o planejamento e a revisão da prática pedagógica, tanto por parte dos professores como da escola. Para os alunos, permite que reconheçam suas conquistas e suas dificuldades, percebendo os desafios que devem ser vencidos e as rotas a serem tomadas para chegar até lá.

A avaliação é cada vez mais compreendida como um processo pelo qual se analisa, de forma dinâmica e global, a relação de ensino e aprendizagem de forma integral. De acordo com essa concepção, a avaliação deve contemplar as competências e habilidades dos estudantes e ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deixa de ser vista como um instrumento de controle e punição do estudante, concentrada em datas específicas, apenas nos períodos de exame. Vejamos o que diz o pesquisador Cipriano Carlos Luckesi a respeito do uso das avaliações de aprendizagem pelo educador.

> Em primeiro lugar, propomos que a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, consequentemente, o desenvolvimento do educando. Com isso, fugiremos ao aspecto classificatório que, sob a forma de verificação, tem atravessado a aferição do aproveitamento escolar. Nesse sentido, ao avaliar, o professor deverá:
>
> - coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas – cognitivas, afetivas, psicomotoras – dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido;
> - atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos educadores e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados;
> - a partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista:
>   - a reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e caso o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando;
>   - o encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível satisfatório no que estava sendo trabalhado.
>
> Assim, o objetivo primeiro da aferição do aproveitamento escolar não será a aprovação ou reprovação do educando, mas o direcionamento da aprendizagem e seu consequente desenvolvimento.
>
> LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013. p. 49-50.

Uma vez compreendidos os objetivos das avaliações de aprendizagem, os professores podem selecionar os tipos de avaliações a depender do momento do ano letivo e de suas necessidades específicas. Esses instrumentos estão classificados da seguinte forma:

- **Modelo avaliativo somativo**: ocorre geralmente ao final de um período letivo, seja o semestre ou o ano, e seu objetivo é mensurar o acúmulo de aprendizagem do estudante tendo como referência os objetivos pedagógicos estabelecidos (Bastos, 1983).
- **Modelo avaliativo formativo**: reconhece o aprendizado como um longo percurso e permite ajustes ao detectar as fragilidades de cada estudante. Tanto os acertos quanto os erros são objeto de estudo do professor, que oferece *feedback* constante no decorrer do processo de ensino-aprendizagem (Ballester, 2003).
- **Modelo avaliativo comparativo**: procura estabelecer uma relação entre os resultados dos estudantes por meio de comparações entre os grupos, ou seja, considerando o contexto da unidade escolar, mas também contextos regionais, nacionais ou mesmo internacionais (Luckesi, 2013).
- **Modelo avaliativo ipsativo**: é um metodo de avaliação que isola as referências avaliativas do estudante e propõe que seu desempenho mais recente seja comparado com os anteriores, no lugar de compará-lo com outros estudantes (Fernandes, 2008).

Os estudantes podem ser avaliados de múltiplas formas – por meio do diálogo, com perguntas formuladas pelo professor para saber quais são os conhecimentos que possuem sobre determinado assunto; pelo acompanhamento das atividades propostas ao longo das aulas; por trabalhos em grupos, como apresentações para a turma. Essas formas diversas de avaliação permitem ao estudante expressar-se e desenvolver novas habilidades, pois também constituem momentos de aprendizado.

Cumpre salientar, ainda, o **modelo avaliativo diagnóstico**, fundamental para que o educador conheça o ponto de partida dos estudantes e possa planejar as aulas de forma personalizada e eficaz. Como os estudantes ainda estão em formação, é provável que haja um desequilíbrio entre os conhecimentos prévios e as habilidades desenvolvidas por cada integrante da turma. Nesse sentido, com base na obra *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas* (1999), de Phillipe Perrenoud, seguem algumas sugestões para dotar o professor de instrumentos capazes de garantir a realização de um diagnóstico inicial eficaz.

1. **Mapeamento inicial**: consiste em realizar atividades e tarefas em grupo, preferencialmente expositivas, e em utilizar questionários, testes, entrevistas e observações comportamentais.
2. **Planejamento individualizado**: adaptação de conteúdo e de processos didáticos de acordo com as necessidades individuais de modo a incorporar práticas que permitam personalizar o ensino e a atenção a cada estudante.
3. **Coavaliação**: consiste em incentivar que os estudantes reflitam sobre seus desempenhos, avaliem uns aos outros e promovam um ambiente de participação colaborativa e de reflexão sobre o processo de avaliação.
4. **Capacidades socioemocionais**: consiste em planejar atividades que integrem diversos tipos de habilidades socioemocionais, especialmente em projetos interdisciplinares.

Com o diagnóstico em mãos, o educador tem a possibilidade de planejar aulas de forma diferenciada, considerando os contextos específicos de suas turmas e as características de cada estudante. Essa informação permite estabelecer um referencial mínimo, a partir do qual é possível modular os estímulos, as competências socioemocionais, as habilidades e a profundidade dos temas trabalhados. As primeiras avaliações deverão trazer uma resposta a respeito da estratégia adotada, para que o professor possa ajustar o planejamento de acordo com as necessidades dos estudantes.

A análise e o registro das atividades sugeridas em diversos momentos ao longo dos volumes desta coleção permitem que o professor avalie o processo de ensino e aprendizagem como um todo. A partir disso, ele pode reorientar, se necessário, as ações educativas planejadas para o grupo.

As atividades propostas, que envolvem produção, leitura e compreensão de textos, imagens, gráficos, tabelas e mapas, bem como atividades individuais e em grupo que trabalham pesquisa, reflexão e debate, podem ser utilizadas pelo professor para realizar uma avaliação continuada, inclusive sobre as capacidades de argumentação e inferência de cada estudante. Muitas atividades possibilitam o aperfeiçoamento das habilidades de pesquisa, organização dos dados e apresentação dos resultados, aperfeiçoamento este que pode ser acompanhado pelo professor ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

A **autoavaliação** a ser realizada pelos estudantes sob a orientação do professor permite que eles reflitam sobre o próprio desempenho e intervenham com autonomia nas situações de aprendizagem. Trata-se de uma etapa da avaliação que permite a reflexão e a autocrítica constantes sobre o próprio progresso. A habilidade de realizar uma avaliação autocrítica é essencial para a construção da autonomia e da responsabilidade perante as próprias ações e as ações coletivas.

Essa forma de avaliação também pode ser realizada em grupo. Os estudantes são levados a refletir não só acerca de seu próprio desempenho, como também acerca das expectativas de seu próprio grupo de trabalho e do modo como o grupo desempenhou suas funções, o que propicia a melhoria em interações futuras.

Organização geral da coleção

Esta coleção está estruturada em quatro volumes, cada um dedicado a um dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: história, geografia, sociologia e filosofia.

Todos os livros do estudante têm seus conteúdos organizados em seis unidades temáticas comuns, que possibilitam a problematização de algumas das categorias principais da área, fundamentais à formação dos estudantes, conforme citadas na Base Nacional Comum Curricular (p. 562): Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Tais categorias são trabalhadas de forma complementar e estão presentes nos diversos conteúdos apresentados nos volumes, com abordagens que abarcam concepções e conceitos dos quatro componentes curriculares.

Unidades temáticas: uma abordagem complementar

A adoção de unidades temáticas que se repetem nos volumes, de maneira transversal, expressa na coleção uma interdisciplinaridade estrutural entre os componentes que formam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em outras palavras, as unidades possibilitam que os estudantes estabeleçam relações entre as abordagens próprias da história, da geografia, da sociologia e da filosofia para compreenderem de modo amplo e integrado grandes temas, categorias e conceitos da área de conhecimento.

Apontamos a seguir as principais categorias de análise de cada unidade temática, bem como as articulações possíveis com base nas contribuições de cada componente curricular. Em relação ao planejamento conjunto de atividades entre os professores dos quatro componentes, espera-se que a leitura antecipada do descritivo das unidades subsidie os educadores na proposição de aulas conjuntas ou remissões cruzadas que explicitem a interdisciplinaridade.

Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade

Os conteúdos e as atividades dos capítulos contribuem para o desenvolvimento dos temas que estruturam a unidade 1, articulando, de forma direta ou indireta, algumas categorias de análise, como sociedade e cultura, que são centrais para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com a BNCC, a relação entre essas categorias permite, por exemplo, contribuir para a discussão a respeito da condição humana, das finalidades de nossa existência, como seres políticos e sociais, e do que é comum a todos nós, na medida em que necessitamos da coletividade (Brasil, 2018, p. 565).

Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
1. A produção do conhecimento histórico 2. Das origens da humanidade às primeiras civilizações 3. A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus	1. O espaço geográfico 2. O sistema terrestre e as atividades antrópicas	1. As ciências sociais 2. O conceito de cultura	1. Consciência e conhecimento 2. Caminhos da ciência

Nos capítulos de história, os estudantes têm a oportunidade de investigar os processos de produção do saber histórico, conhecer a origem da humanidade e a formação e a organização de importantes sociedades antigas.

De forma complementar, as abordagens propostas nos capítulos de geografia ajudam a aplicar o conceito de espaço geográfico, discutindo a forma como a relação entre as sociedades e a natureza se transformou ao longo do tempo, a partir dos avanços tecnológico e científicos, impactando a própria dinâmica dos sistemas terrestres.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem refletir sobre a constituição da sociologia como ciência, compreender como funcionam os métodos de pesquisa e a análise dos fenômenos sociais e conhecer alguns dos principais paradigmas teóricos da área. Além disso, podem ampliar a compreensão dos elementos que estruturam as sociedades, mobilizando o conceito de cultura como sistemas de significados, valores, crenças, práticas e expressões de um determinado grupo ao longo do tempo.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar o conceito de consciência, a teoria do conhecimento e a lógica, além de discutir o desenvolvimento da ciência, com seus métodos e suas finalidades, analisando a relação entre o conhecimento científico e a sociedade.

Esses conteúdos articulados ajudam os estudantes a compreender que as sociedades são constituídas por seres humanos, que ocupam um determinado território e exercem atividades que interferem e transformam constantemente a natureza.

Unidade 2: População, territórios e fronteiras

As discussões e os temas que estruturam a unidade 2 perpassam categorias de análise como território e fronteira, amplamente mobilizadas pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com a BNCC, o estudo dessas categorias pode ajudar os estudantes a

> compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 564-565.

Unidade 2: População, territórios e fronteiras

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
4. Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia 5. Formação do Império Português e a América portuguesa	3. A dinâmica das populações 4. Território e população do Brasil	3. Poder, Estado e nação 4. População e estratificação social	3. Estado e o fenômeno do poder 4. Territorialidade, arte e linguagem

Nos capítulos de história, os estudantes têm a oportunidade de discutir os processos de formação das monarquias europeias e conhecer o contexto do desenvolvimento do Estado moderno, bem como analisar os fenômenos sociais, políticos, econômicos e territoriais decorrentes do colonialismo europeu, com destaque para a América portuguesa.

Paralelamente, as abordagens propostas nos capítulos de geografia permitem compreender as dinâmicas populacionais ao longo dos últimos séculos, com destaque para as migrações e para as tendências demográficas atuais, e analisar o processo de formação do território e da população brasileira.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem conhecer conceitos fundamentais da ciência política – como Estado, poder e dominação –, analisando o processo de constituição do Estado moderno e caracterizando os diferentes tipos de Estado ao longo da história. Além disso, podem compreender os fundamentos de diferentes tipos de estratificação social, de modo a analisar seu impacto na distribuição desigual de recursos materiais, sociais e culturais na sociedade e suas transformações ao longo do tempo.

Os capítulos de filosofia têm o objetivo de trazer novas perspectivas para compreender as relações de poder na sociedade e de discutir a dimensão cultural do conceito de territorialidade, destacando as múltiplas culturas juvenis, além de apresentar diferentes formas de linguagem e arte.

Unidade 3: Ética e cidadania

Ética e cidadania são as categorias centrais da unidade 3 e permitem mostrar a importância dos direitos humanos e a necessidade de sempre acomodá-los no horizonte das práticas cotidianas. O estudo dos temas que estruturam a discussão em torno dessas categorias é uma oportunidade de explorar as noções de comunidade e coletividade entre os estudantes, de estimular a alteridade e de promover o respeito às diferenças entre pessoas e grupos sociais, como forma de buscar o bom convívio e o bem viver.

Unidade 3: Ética e cidadania

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
6. Uma era de revoluções 7. Império napoleônico e emancipações na América 8. O Brasil Império e a cidadania excludente	5. O mundo urbano 6. Brasil urbano e o direito à cidade	5. Socialização e marcadores sociais da diferença 6. Cidadania, desigualdade e discriminação	5. A conduta ética 6. Ética na história

Nos capítulos de história, os estudantes são convidados a investigar os valores que estruturaram as Revoluções Inglesas, Americana, Francesa, os processos emancipatórios na América e as lógicas que perpetuaram as desigualdades sociais e a cidadania excludente no Brasil.

As abordagens propostas nos capítulos de geografia ajudam a compreender o processo de urbanização, o mundo urbano na atualidade e os problemas socioeconômicos que interferem no exercício pleno da cidadania, criando entraves à efetivação do direito à cidade.

Nos capítulos de sociologia, são apresentadas teorias sobre o processo de socialização, os papéis sociais, a constituição das identidades e os marcadores sociais da diferença. É também trabalhada a noção de cidadania, com destaque para as formas de desigualdades, discriminação e preconceito no Brasil.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar o desenvolvimento da noção de ética ao longo da história, as principais correntes filosóficas que se debruçam a compreender a consciência moral, a liberdade e a condição humana, as origens e causas da violência e o processo de construção dos valores morais.

Unidade 4: Trabalho e transformação social

Os capítulos vinculados à unidade 4 contribuem para o entendimento da noção de trabalho e para a melhor compreensão das mudanças da sociedade e dos modos de organização social, política, econômica e cultural na contemporaneidade. Dessa forma, os temas mobilizam prioritariamente a categoria trabalho.

Segundo a BNCC, o estudo do trabalho atravessa diversos desafios, tal como a compreensão dos impactos provocados nas relações de produção, trabalho e consumo a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. O estudo da categoria trabalho deve ajudar os estudantes a "compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação" (Brasil, 2018, p. 569).

Unidade 4: Trabalho e transformação social

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
9. Revolução Industrial e expansão do capitalismo 10. Ideias e ideologias do mundo contemporâneo 11. Imperialismos, guerra e revolução	7. O espaço geoeconômico agrário e industrial 8. A dinâmica do comércio e dos serviços na globalização	7. Trabalho, produção e sociedade 8. Formas de organização social do trabalho	7. Trabalho e alienação 8. Produzir, amar e projetar

Nesta unidade, os capítulos de história fornecem um panorama das transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da Revolução Industrial e da expansão do capitalismo, incluindo não somente a esfera do processo produtivo, mas também a dimensão do trabalho. Além disso, exploram as diferentes ideologias do mundo contemporâneo e as políticas expansionistas e imperialistas dos últimos séculos.

Os capítulos de geografia complementam a discussão, apresentando um panorama geral do espaço geoeconômico agrário, industrial, comercial e de serviços na escala mundial e nacional, destacando a natureza da globalização e as transformações provocadas por esse fenômeno.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes têm a oportunidade de conhecer diferentes óticas de análise do trabalho na sociedade moderna, avaliando os significados e a forma como ele se tornou um organizador da vida social no capitalismo.

Os capítulos de filosofia apresentam conceitos como trabalho, alienação e projeto de vida a partir da perspectiva filosófica e ao explorar aspectos da dimensão afetiva como um pilar central na vida social.

Unidade 5: Estado, poder e democracia

As categorias centrais da unidade 5 – Estado, poder e democracia – oportunizam discussões que colaboram para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes, a partir da formação baseada nos princípios democráticos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Unidade 5: Estado, poder e democracia

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
12. Da ascensão do totalitarismo à Guerra Fria 13. Brasil republicano e populismo latino-americano 14. Ditaduras no Brasil, no Chile e na Argentina	9. A geopolítica do espaço mundial 10. Tensões e conflitos	9. Formas e sistemas de governo 10. Transformação social, sociedade civil e movimentos sociais	9. Política: dos antigos aos modernos 10. Política contemporânea

Nos capítulos de história, os estudantes podem investigar os processos que permitiram a ascensão do totalitarismo na Europa e a ocorrência da Guerra Fria ao longo do século XX, além de discutir o contexto social, político e econômico do Brasil durante a Primeira República e a Era Vargas e das ditaduras na América Latina.

As abordagens propostas nos capítulos de geografia têm por objetivo possibilitar a compreensão das relações de poder estabelecidas no sistema político internacional, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e as tensões e os conflitos mundiais no contexto contemporâneo.

Paralelamente, nos capítulos de sociologia, os estudantes podem conhecer as diferentes formas e sistemas de governo, bem como compreender algumas características dos regimes democráticos e refletir sobre o papel da sociedade civil como importante agente de transformação social.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar a origem e as transformações da política ao longo do tempo, o papel do Estado e as questões políticas contemporâneas, como a microfísica do poder e a necropolítica.

Unidade 6: Sociedade e meio ambiente

Os conteúdos propostos ao longo dos capítulos na unidade 6 contribuem para o debate sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, mobilizando importantes categorias para o desenvolvimento dos estudos na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A forma como os povos e as sociedades estabelecem suas atividades e se relacionam com o meio ambiente é influenciada pela importância cultural dada à natureza, bem como pelo nível de conhecimento sobre os limites planetários e sobre a necessidade urgente de utilização dos recursos naturais de forma sustentável. As discussões que envolvem essa temática, portanto, colaboram para a ampliação da consciência socioambiental dos estudantes, ajudando-os a construir um posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Unidade 6: Sociedade e meio ambiente

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
15. Capitalismo global e agenda ambiental 16. Desafios do Brasil contemporâneo	11. Recursos naturais e desafios à sustentabilidade 12. Desenvolvimento sustentável e crise ambiental	11. Cidade e meio ambiente 12. Sociedade, tecnologia e comunicação	11. Condição humana 12. Ser humano e meio ambiente

Os capítulos de história dão subsídios para que os estudantes investiguem os desdobramentos políticos e econômicos após o fim da Guerra Fria e o contexto do fortalecimento da agenda ambiental nas últimas décadas, com a emergência de problemas na escala global. Além disso, também busca-se discutir os desafios do Brasil na contemporaneidade, especialmente nas agendas social e ambiental e nos embates políticos latentes na atualidade.

De modo concomitante, os capítulos de geografia os ajudam a conhecer a forma como os recursos naturais são apropriados, compreender os desafios da aplicação de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável e discutir a crise ambiental planetária agravada nas últimas décadas.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem refletir sobre a constituição das cidades, atentando às dinâmicas de sociabilidade urbana, bem como à relação entre sociedade e natureza. Podem analisar, ainda, o papel das novas tecnologias nas dinâmicas de sociabilidade, produção e consumo, difusão de informação e mobilização política.

Por fim, os capítulos de filosofia buscam investigar os vários aspectos da condição humana, discutir criticamente a lógica de domínio da natureza e refletir sobre o papel da ética do cuidado e da ética ambiental na sustentabilidade do planeta.

Livro do estudante: recursos didático-pedagógicos

Cada um dos quatro volumes é composto de capítulos organizados nas seis unidades temáticas comuns e de seções especiais voltadas para o desenvolvimento da autonomia e para a realização de atividades práticas pelos estudantes. A seguir, apresentamos as características de cada recurso que integra o livro do estudante.

Páginas iniciais

Além do texto de apresentação, da explicação dos recursos didáticos e do sumário, um infográfico com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável alerta o estudante para a ocorrência de ícones, no decorrer do livro, que indicam possibilidades de articulação entre os conteúdos e atividades e a Agenda 2030.

Abertura de unidade

Uma dupla de páginas demarca o início de cada unidade. Nela, uma situação-problema sensibiliza os estudantes e introduz a temática que abarca os capítulos dos quatro volumes vinculados a ela. Na sequência, explicita-se a complementariedade entre os componentes da área e apresentam-se os objetivos de aprendizagem definidos para os capítulos da unidade.

O momento de introdução da unidade é oportuno para realizar a sondagem de conhecimentos dos estudantes acerca das categorias que serão trabalhadas nos capítulos sucessivos. Espera-se que eles expressem suas ideias e impressões livremente, subsidiando o professor para o planejamento das aulas seguintes com base na necessidade de reforçar o trabalho com conceitos, habilidades, atitudes e valores que requeiram mais atenção.

Como mencionado anteriormente, a leitura antecipada das aberturas e dos descritivos das unidades temáticas pelos professores indicará caminhos de abordagem interdisciplinar, uma vez que elas foram concebidas para dar apoio ao processo de integração da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Capítulos

Os textos e atividades que compõem os capítulos perfazem sequências didáticas que alternam recursos com estratégias pedagógicas variadas. Com isso, espera-se mobilizar conhecimentos, competências e habilidades de modo a contemplar diferentes perfis de estudante.

- **Texto principal**: organizado por títulos hierarquizados, o texto didático é permeado por imagens (fotografias, ilustrações, mapas e gráficos), citações de textos de terceiros, boxes, seções e atividades com texto acessível e adequado para os estudantes do Ensino Médio.

- **Saiba mais**: boxe de informações adicionais que complementam, exemplificam ou aprofundam a temática abordada no texto principal, ampliando a compreensão sobre o tópico de estudo.
- **Enfoque**: atividades de exploração de textos, elementos gráficos, cartográficos e iconográficos que mobilizam operações cognitivas diversas, como identificação, interpretação, análise, argumentação, inferência e reflexão.
- **Dica**: boxe com indicação comentada de textos, vídeos, filmes, jogos, *podcasts* e *sites* relacionados ao conteúdo trabalhado no capítulo, servindo de referências para pesquisa e consulta.
- **Entre saberes**: seção que explora a interdisciplinaridade por meio de temáticas sociais e ambientais que possibilitam conexões com outras áreas do conhecimento, como Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Por meio da interpretação de textos, gráficos, quadros, charges, pinturas e tabelas, as atividades dessa seção estimulam o desenvolvimento da reflexão, interpretação, problematização, inferência e argumentação pelos estudantes.
- **Contraponto**: a seção apresenta pontos de vista e abordagens (complementares ou opostas) acerca de um mesmo assunto, teoria, fenômeno ou evento mobilizados pelos diferentes componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com o intuito de desenvolver a capacidade de interpretar, relacionar, sintetizar, debater, inferir e argumentar com clareza, contribuindo para a formação de estudantes intelectualmente autônomos e que valorizem os direitos humanos. A seção favorece o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **7**, e mais especificamente da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.
- **Trabalho e juventudes**: seção que correlaciona o conteúdo estudado com o mundo do trabalho, promovendo o contato com carreiras profissionais de diferentes graus de instrução (técnico/tecnólogo/superior) e contribuindo com o mapeamento dos interesses e das possibilidades por parte dos estudantes.
- **Oficina**: as atividades desta seção, localizada no final de cada capítulo, têm como enfoque a organização, a sistematização e a ampliação dos principais conteúdos estudados, sempre trabalhando a capacidade de reflexão, de argumentação e de proposição dos estudantes. Exploram tanto as possibilidades de aplicação do que foi apreendido quanto de extrapolação do conteúdo, por meio de propostas de pesquisa e de trabalho com a compreensão leitora de imagens e textos da atualidade.

Estratégia de estudo

Com uma ocorrência nos quatro volumes da coleção, cada seção apresenta uma técnica de estudo (elaboração de resumo, mapa conceitual, autoteste e *flashcards*), com o objetivo fornecer aos estudantes ferramentas de estudo autônomo que contribuam para aprimorar o processo de aprendizagem. A proposta está sempre posicionada após os estudos do capítulo 1. Com isso, espera-se que essas técnicas sejam incorporadas na rotina dos estudantes ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Educação midiática

Com o objetivo de apresentar, justificar e contextualizar temas relacionados à difusão da informação em meio digital, compreendendo-a de forma crítica e ética, a seção ocorre uma vez em cada volume da coleção. Além de trazer um texto expositivo para ampliar a compreensão do funcionamento das mídias, ela sempre apresenta uma proposta prática de produção coletiva.

Apesar de estar localizada após o último capítulo do livro do estudante, a seção pode ser trabalhada no momento em que o professor julgar mais adequado ao longo de cada ano letivo. Mais adiante, neste suplemento, as sugestões de cronograma consideram o trabalho com esse recurso distribuído nos três anos do Ensino Médio.

Pesquisa em foco

A seção tem como propósito desenvolver, em cada ocorrência, pelo menos duas práticas de pesquisa em atividades estruturadas, organizadas em etapas, trabalhando competências socioemocionais e o protagonismo juvenil. Ao final, os estudantes são incentivados a apresentar suas produções para a comunidade escolar e avaliar coletivamente os procedimentos e o resultado.

A proposta pode ser aplicada em diferentes momentos, conforme a conveniência do professor e a grade curricular da escola. Nos cronogramas indicados adiante, sugerimos que as quatro seções da coleção sejam postas em prática em momentos distintos, no decorrer do curso.

Possibilidades de uso dos volumes da coleção

Conforme exposto anteriormente, recomendamos que os quatro volumes sejam trabalhados de maneira articulada e concomitante. No entanto, essa não é uma obrigatoriedade. Eles foram concebidos de modo a poderem ser utilizados de forma autônoma, se for mais conveniente para a escola. Mesmo assim, os elementos de interdisciplinaridade estarão presentes no livro do estudante e nas respectivas orientações específicas deste suplemento.

Em relação ao ordenamento dos conteúdos, ele também pode ser adaptado. Dessa forma, o professor ou o grupo de professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pode(m) definir, a partir de seus próprios critérios e de seu planejamento, qual será a ordem das unidades a serem trabalhadas com os estudantes.

Essa organização flexível da coleção, com variedade de estratégias didáticas e atividades, além de orientações ao professor que indicam diversas possibilidades de usos do material, propicia aos docentes opções para ajustar os conteúdos apresentados ao contexto real da escola e às condições de trabalho que lhes são colocadas, além das necessidades e potencialidades de suas turmas. Os conteúdos, pensados de maneira estruturalmente interdisciplinar, permitem flexibilidade quanto às abordagens por diferentes professores e em variados contextos.

Sugestões de cronograma

A legislação brasileira prevê flexibilidade de distribuição da carga horária na oferta do Ensino Médio, ficando essa definição a critério de cada sistema de ensino. As sugestões de cronograma a seguir consideram uma distribuição com a mesma quantidade de horas nos três anos dessa etapa para os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Reiteramos tratarem-se de sugestões e chamamos a atenção para a centralidade do professor na construção de um cronograma mais adequado à sua realidade escolar. Recomendamos, entretanto, que em quaisquer adaptações os capítulos de uma mesma unidade não sejam trabalhados fora de ordem e que a organização do curso seja uma construção coletiva, envolvendo os colegas de área, de modo a priorizar a articulação dos componentes.

Cronograma semestral

Semestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º semestre	Capítulos 1, 2 e 3; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º semestre	Capítulos 4 e 5; seção *Educação midiática*	Capítulos 3 e 4; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 3 e 4	Capítulos 3 e 4
2º ano, 1º semestre	Capítulos 6, 7 e 8	Capítulos 5 e 6; seção *Educação midiática*	Capítulos 5 e 6; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 5 e 6
2º ano, 2º semestre	Capítulos 9, 10 e 11	Capítulos 7 e 8	Capítulos 7 e 8; seção *Educação midiática*	Capítulos 7 e 8; seção *Pesquisa em foco*
3º ano, 1º semestre	Capítulos 12, 13 e 14; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10; seção *Educação midiática*
3º ano, 2º semestre	Capítulos 15 e 16	Capítulos 11 e 12	Capítulos 11 e 12	Capítulos 11 e 12

Cronograma trimestral

Trimestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º trimestre	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º trimestre	Capítulos 2 e 3	Capítulos 2 e 3	Capítulo 2; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 2 e 3
1º ano, 3º trimestre	Capítulos 4 e 5	Capítulo 4; seção *Educação midiática*	Capítulos 3 e 4	Capítulo 4
2º ano, 1º trimestre	Capítulos 6 e 7	Capítulo 5	Capítulo 5; seção *Educação midiática*	Capítulo 5; seção *Pesquisa em foco*

Continuação

Trimestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
2º ano, 2º trimestre	Capítulo 8; seção *Educação midiática*	Capítulos 6 e 7	Capítulo 6	Capítulo 6
2º ano, 3º trimestre	Capítulos 9 e 10	Capítulo 8; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 7 e 8	Capítulos 7 e 8
3º ano, 1º trimestre	Capítulo 11; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10	Capítulo 9
3º ano, 2º trimestre	Capítulos 12, 13 e 14	Capítulo 11	Capítulo 11	Capítulo 10; seção *Educação midiática*
3º ano, 3º trimestre	Capítulos 15 e 16	Capítulo 12	Capítulo 12	Capítulos 11 e 12

Cronograma bimestral

Bimestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º bimestre	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º bimestre	Capítulos 2 e 3	Capítulo 2	Capítulo 2	Capítulo 2; seção *Educação midiática*
1º ano, 3º bimestre	Capítulo 4	Capítulo 3; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 3	Capítulo 3
1º ano, 4º bimestre	Capítulo 5	Capítulo 4	Capítulo 4	Capítulo 4
2º ano, 1º bimestre	Capítulos 6 e 7	Capítulo 5	Capítulo 5	Capítulo 5; seção *Pesquisa em foco*
2º ano, 2º bimestre	Capítulo 8; seção *Educação midiática*	Capítulo 6	Capítulo 6	Capítulo 6
2º ano, 3º bimestre	Capítulos 9 e 10	Capítulo 7	Capítulo 7; seção *Educação midiática*	Capítulo 7
2º ano, 4º bimestre	Capítulo 11; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 8	Capítulo 8	Capítulo 8
3º ano, 1º bimestre	Capítulos 12 e 13	Capítulo 9; seção *Educação midiática*	Capítulo 9	Capítulo 9
3º ano, 2º bimestre	Capítulo 14	Capítulo 10	Capítulo 10; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 10
3º ano, 3º bimestre	Capítulo 15	Capítulo 11	Capítulo 11	Capítulo 11
3º ano, 4º bimestre	Capítulo 16	Capítulo 12	Capítulo 12	Capítulo 12

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTE VOLUME

O ensino das ciências sociais e o livro didático

Este volume se constitui em um guia de estudos das ciências sociais, abordando os principais temas e problemas da antropologia, da sociologia e da ciência política. Os assuntos foram selecionados tendo em vista a realidade social contemporânea, bem como os desafios do Ensino Médio brasileiro e as diretrizes enunciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, espera-se que o professor utilize seu conteúdo considerando as duas dimensões que alicerçam a dinâmica de uso de um instrumento didático: a dimensão epistemológica e a psicológica.

Na primeira dimensão, este volume quer incidir na orientação do que ensinar em ciências sociais; quais conceitos abordar e a partir de quais objetos, problemas e métodos. Mais ainda, pretende orientar o docente na formação típica do "olhar" do cientista social, qual seja aquele "desnaturalizado", que "estranha" e interroga de modo objetivo e crítico os fatos e fenômenos da cultura, da política e da sociedade. Quanto à dimensão psicológica, o volume pretende contribuir para a contínua interrogação por parte do professor sobre como os estudantes constroem os conhecimentos da antropologia, da sociologia e da ciência política com base em suas próprias trajetórias, assim como pelas atividades presentes no processo de ensino-aprendizagem.

Espera-se, assim, que o professor encontre neste volume didático temas, conceitos, métodos e situações que lhe permitam pensar e propor tantas outras atividades na preparação de suas aulas. O livro, então, não é início, tampouco fim do processo de aprendizagem. Ele é um meio de enriquecimento da autonomia docente e, simultaneamente, da possibilidade para a elaboração de alternativas metodológicas que sejam necessárias a depender do contexto objetivo da sala de aula.

Todos os textos são apoiados e inter-relacionados à iconografia, cujas legendas contextualizam o conteúdo para a reflexão crítica, interrogação e formação de diferentes pontos de vista. Na mesma direção, dados empíricos, descrição de fatos atuais e situações-problema visam aproximar temas e conceitos do componente às necessidades urgentes da realidade social contemporânea. Nesse sentido, considera-se a agenda social, política e cultural brasileira e valoriza-se o olhar sobre a democracia, a diversidade e a sustentabilidade.

Importante frisar que a ordem dos temas abordados no volume é fruto da lógica pensada pelos autores e, em alguns casos, da cronologia de eventos e/ou teorias sociais. Em nenhum caso, entretanto, deve-se pensar esse sumário como uma obrigação em que um tema é pré-requisito de outro. Embora os capítulos tenham relação, o professor poderá tomá-los da forma que melhor lhe aprouver, seja porque um tema da atualidade tornou urgente abordar aquele assunto ou porque no contexto da escola aquela discussão, naquele momento, poderia favorecer a interdisciplinaridade.

Muitos fatores podem fazer o professor escolher esse ou aquele assunto para o trabalho em sala de aula, mas certamente não é a ordem do volume que deve ser preponderante. Do mesmo modo, a atividade prática poderá vir antes da leitura e vice-versa. Muitas vezes um tema não muito amigável, por exemplo a distribuição de cadeiras legislativas nas eleições proporcionais, pode se tornar mais palatável após um debate sobre as próximas eleições municipais. Nesse sentido, a palavra central para o uso deste volume pelo professor é **autonomia**.

Sociologia no Ensino Médio: competências e habilidades

O componente curricular de sociologia pode contribuir de diferentes maneiras para a formação do estudante do Ensino Médio. Na BNCC, a sociologia está presente em diferentes competências gerais, competências específicas e habilidades, conforme analisado no excerto a seguir:

> A primeira competência específica já demonstra o quanto a Sociologia é necessária no currículo do Ensino Médio. **Analisar processos econômicos, políticos, culturais e sociais** é tarefa do ensino das Ciências Sociais.
>
> [...] A segunda competência [...] provoca o pensar sobre questões institucionais articuladas nas ações políticas dos Estados, compreendendo suas dimensões mais subjetivas nas quais se encontram as relações entre Estado e sociedade civil, a disposição dos agentes e como estes se portam no jogo político.
>
> A Antropologia ajuda-nos no desenvolvimento da tolerância e do respeito às diferenças quando focamos em seus estudos sobre cultura. [...] Com relação à terceira competência, destacamos a relevância dos estudos culturais para **compreender a complexa relação entre homem e natureza** [...].
>
> Podemos perceber a contribuição da Sociologia em sala de aula para a quarta competência, ao levar os alunos a **compreenderem as diferentes relações sociais dentro de diferentes contextos** [inclusive nas relações de trabalho], valorizando a noção de alteridade e diversidade [...].

A quinta e a sexta competências nos remetem, como nas [competências] gerais, **à valorização dos direitos humanos e de comportamentos democráticos** a partir de uma formação voltada ao exercício da cidadania. [...].

Nesse sentido, a Sociologia Escolar é uma rica ferramenta para romper com concepções indesejáveis em uma democracia, ao privilegiar conhecimentos que possam despertar valores comunitários [...].

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020. p. 229-230. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/51194/30973. Acesso em: 8 set. 2024.

Metodologia didático-pedagógica

O ensino tradicional focado somente na transmissão de conteúdos tem dado espaço para o processo de ensino-aprendizagem no qual o estudante é protagonista na produção do conhecimento, a partir do emprego de metodologias ativas. As metodologias ativas estabelecem uma nova relação entre professor e estudante, em que o primeiro se torna facilitador da construção do conhecimento, sendo os estudantes responsáveis por coletar, inferir, analisar e produzir o conhecimento.

A adoção dessas metodologias no ensino do componente curricular de sociologia (que articula temas da antropologia, da sociologia e da ciência política) contribui para promover o pensamento crítico do estudante. Ao assumir o protagonismo de sua aprendizagem, o estudante precisa refletir sobre o que está aprendendo, sobre como está aprendendo e sobre o potencial que o aprendizado obtido poderá ter em sua vida pessoal e profissional. Afinal, por meio do componente de sociologia desenvolvem-se reflexões importantes para que os estudantes compreendam a realidade social em que estão inseridos e possam influir sobre ela.

Dessa forma, o uso de metodologias ativas para o desenvolvimento dos conteúdos deste volume pode potencializar o aprendizado dos estudantes, que se perceberão discutindo, refletindo, inferindo, analisando problemas de sua realidade social, promovendo mais engajamento. A seguir, são apresentadas diversas metodologias ativas, como aprendizagem por problemas, estudos de caso, aprendizagem por projetos, adequadas ao desenvolvimento das competências gerais e específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propostas na BNCC e, em particular, ao trabalho em sala de aula com o componente de sociologia.

Metodologias ativas no trabalho com o componente curricular de sociologia

Metodologia	Por que usar?	Como usar?
Aprendizagem por problemas	Metodologia utilizada para estabelecer a relação entre teoria e prática, com aplicação de teorias e conceitos para resolução de problemas. Aproxima os estudantes dos problemas de seu cotidiano, promovendo engajamento do corpo discente na construção do conhecimento.	Os problemas das ciências sociais partem comumente de problemas da realidade social. Com base em questionamentos que os estudantes possam ter sobre temas variados apresentados neste volume, como desigualdade de gênero, cidadania, acesso ao mercado de trabalho, entre outros, podem ser propostas atividades nas quais os estudantes precisem compreender e resolver um dado problema. Para tal, serão mobilizados as teorias e os conceitos do componente curricular de sociologia, a fim de contextualizar o problema, assim como os métodos de pesquisa para a coleta e análise de dados, retornando às teorias e aos conceitos para mediar a resolução do problema.
Aprendizagem baseada em projetos	Metodologia utilizada para estabelecer relação entre teoria e prática com a promoção do conhecimento sobre gestão de projetos. É uma forma de engajar os estudantes no aprendizado dos temas abordados e desenvolver competências do mundo do trabalho.	O docente pode propor a construção de um projeto para aprofundar o conhecimento a respeito de um tema e propor aplicações práticas sobre ele. Para isso, os estudantes precisarão construir o projeto – descrever o tema, definir a metodologia de pesquisa, estabelecer cronogramas, distribuir tarefas, indicar possível resultado/produto. No decorrer do semestre, trimestre ou bimestre, as aulas contribuem para trazer subsídios teóricos e metodológicos para os estudantes desenvolverem os projetos. Ao final, eles apresentam os resultados obtidos para a turma ou a comunidade escolar, em seminários ou em feiras escolares.
Estudo de caso	Metodologia utilizada para realizar uma análise de situações reais. É um meio para desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação de texto, compreensão de problema, aplicação de conceitos, desenvolvimento de pensamento crítico.	O emprego desta metodologia não prevê a resolução do problema, mas sua compreensão por meio da análise de um caso. O docente escolhe um caso contemporâneo relevante com base nos temas trabalhados em sala de aula e o apresenta para análise dos estudantes. Eles precisarão ler o caso, interpretar os processos nele contidos, identificar os problemas presentes e analisá-los com a mobilização de conceitos da antropologia, sociologia e ciência política. Ao final, sugere-se a realização de uma roda de conversa para compartilhamento das análises, com a construção de um quadro em que são apresentados o caso, os processos nele contidos, a compreensão realizada e os conceitos mobilizados.

Continua

Continuação

Metodologia	Por que usar?	Como usar?
Seminários	Metodologia utilizada para estimular o uso de diferentes linguagens por meio da exposição de conteúdos variados.	Os seminários podem ser utilizados com propósitos diversos: a) apresentação do texto didático pelos estudantes; b) apresentação de outros textos escolhidos pelos docentes; c) apresentação de resultados de pesquisa realizada pelos estudantes; d) exposição de estudos de caso.
Produção audiovisual	A produção audiovisual compreende o uso de tecnologias ou mídias variadas que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem. Estimula a criatividade e permite que os estudantes estabeleçam uma relação crítica com a tecnologia, com base na compreensão de seus usos.	Antes de iniciar o emprego desta metodologia, o docente precisa contextualizar a mídia ou tecnologia a ser utilizada e suas vantagens e desvantagens na produção de informação e conhecimento. Entre as propostas, podem ser produzidos vídeos com desenvolvimento de roteiros pelos estudantes; gravação de músicas compostas por eles com base em temas de estudo; construção de campanhas na internet com base em estudos de caso ou de situações-problema; registros fotográficos de saídas de campo; produção de *podcasts* sobre os conteúdos trabalhados, entre outros.
Sala de aula invertida	Metodologia em que os estudantes se preparam para a aula antes de ela acontecer. É utilizada para desenvolver o pensamento crítico com a busca de informações e a elaboração de reflexões de forma autônoma.	O docente disponibiliza o conteúdo a ser trabalhado com antecedência, e os estudantes leem, buscam mais informações e estudam antes da aula. O momento da aula é utilizado para a realização de atividades práticas e discussões baseadas no conteúdo previamente estudado. Por exemplo, pode-se propor a leitura de um texto complementar e de uma pequena pesquisa a respeito do conteúdo do texto antes da aula. No horário da aula, o conhecimento adquirido em casa pode ser compartilhado de múltiplas formas: seminário, roda de conversa, jogos, aprendizagem por pares etc.

Métodos de pesquisa científica

Ao longo dos conteúdos trabalhados neste volume são abordados, seja de forma descritiva, seja por meio de propostas de atividades, os principais métodos de pesquisa utilizados pelos cientistas sociais. O método de pesquisa nada mais é do que a disposição clara das etapas lógicas a serem seguidas na realização de um estudo objetivo sobre a realidade empírica. Pode-se afirmar que, em todos os ramos das ciências, todo e qualquer método deve cumprir três passos fundamentais de pesquisa: a coleta, a sistematização e a análise dos dados.

Não obstante, há uma grande variedade de técnicas, qualitativas (técnicas para o estudo de casos ou de pequenos grupos sem a pretensão de generalizações estatísticas) ou quantitativas (técnicas para o estudo de grandes grupos ou amostras representativas da população sem pormenorizações intersubjetivas), para coletar, sistematizar e analisar dados empíricos, ainda mais quando tratamos do campo das ciências sociais.

Isso porque, diferentemente das denominadas ciências duras ou das biomédicas, nas quais é possível lançar mão de métodos experimentais e estudos controlados, nas ciências sociais a produção da objetividade científica depende sempre de um escrutínio de dados baseado na observação apurada, dotada de estranhamento e de uma posição indutiva por parte do pesquisador. Este deve estar preparado não só para utilizar as técnicas de pesquisa à sua disposição, mas, também, para enfrentar suas próprias pré-noções, valores e preconceitos.

Nesse sentido, assim como outros cientistas, os cientistas sociais devem fazer coleta, sistematização e análise de dados para chegar às conclusões de seus estudos e de suas pesquisas. Entretanto, as técnicas das quais fazem uso são sempre guiadas pela observação, pela indução e pela proposição parcimoniosa de conclusões, pois nem sempre (ou quase nunca) um resultado de pesquisa obtido no estudo de uma dada cultura ou sociedade pode ser generalizado para outras.

Além disso, como todo cientista, vale lembrar que aquele que estuda os fenômenos da sociedade não observa indutivamente a realidade empírica social, política ou cultural de forma aleatória. Pelo contrário, toda e qualquer pesquisa parte de uma hipótese, de uma pergunta, a partir da qual o objeto de investigação é recortado e observado.

Consulte, no quadro a seguir, um glossário dos principais métodos de pesquisa científica utilizados pelos cientistas sociais, seguido de referências que permite ao professor o aprofundamento em cada um deles.

Métodos de pesquisa científica utilizados pelos cientistas sociais

Método	Descrição	Para saber mais
Revisão bibliográfica	Utilizada para recompor a discussão teórica acerca de determinado assunto, tema ou objeto. Pode ser realizada circunscrita a um período, grupo de autores e/ou à lógica teórica envolvida na pesquisa. É indispensável para a elaboração da fase teórica do problema de pesquisa.	CRESWELL, John W. Revisão da literatura. *In*: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 48-75.

Continua

Continuação

Método	Descrição	Para saber mais
Análise documental e de conteúdo	Documentos históricos, notícias de jornal, fotografias, cartões-postais, selos, pinturas, esculturas, móveis, filmes, histórias em quadrinhos... Tudo o que é produzido em um dado contexto social acaba por ser representação daquela sociedade e, portanto, pode servir de material empírico para análise dos cientistas sociais. Para tal, são diversas as técnicas empregadas: semiótica; do discurso; hermenêutica; crítica; reflexiva etc. Em todos os casos, a objetividade deverá estar aliada à sensibilidade e ao bom senso, guiados por boas perguntas de pesquisa. O pesquisador deverá se dedicar ao estudo do conteúdo e da técnica de análise aplicada em seu trabalho.	BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2013.
Construção e uso de questionário	Os questionários, sejam os estruturados ou os semiestruturados, utilizados na pesquisa qualitativa, sejam os pré-codificados, utilizados na pesquisa quantitativa, são poderosos instrumentos de pesquisa das ciências sociais. Quando postos em prática na pesquisa qualitativa, produzem transcrições e narrativas cuja interpretação pode levar a conclusões sobre a intersubjetividade humana. Já na pesquisa quantitativa, uma vez tabulados e agregados os dados dos questionários pré-codificados, é possível construir estatísticas descritivas ou inferenciais sobre fenômenos recentes da realidade social.	MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – manual didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. SAMPIERI, Roberto *et al*. Coleta de dados quantitativos. *In*: SAMPIERI, Roberto *et al*. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 214-290.
Construção e uso de amostragem	Desde as pesquisas qualitativas nas quais são utilizadas amostras convenientes com os objetivos e as perguntas de pesquisa (amostras não probabilísticas) até os estudos quantitativos nos quais as amostras tendem a ser estatisticamente representativas do universo observado (amostras probabilísticas), a amostragem é construída em plena consonância com o problema e a hipótese da pesquisa. Seja ela probabilística, quando é construída seguindo critérios de proporção e distribuição populacional, seja ela empregada de forma mista ou conveniente, deve sempre ser justificada segundo critérios lógicos e objetivos.	SAMPIERI, Roberto *et al*. Seleção da amostra. *In*: SAMPIERI, Roberto *et al*. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 189-213.
Estudo de caso	Técnica voltada ao estudo aprofundado de um caso emblemático, típico ou mesmo excêntrico ou inusitado de um evento, fenômeno, empreendimento, fato etc. Por exemplo, pode-se estudar em profundidade toda a trajetória e o desenvolvimento de uma empresa líder na sua área de atuação, de modo a conhecer os pormenores de seu percurso e o que foi importante para o seu sucesso. Na mesma direção, pode-se estudar o caso de uma pessoa nascida em um núcleo familiar pobre e vulnerável, mas que alcançou sucesso profissional e notoriedade em sua área de atuação, e assim por diante.	GOMES NETO, José M. W. *et al*. **Estudos de caso**: manual para a pesquisa empírica. Petrópolis: Vozes, 2024.
Estudo de recepção	Estudos que se dedicam à análise e à investigação dos meios de comunicação e das produções culturais e midiáticas na relação com a audiência e a recepção pelo público. Marcadamente, os principais objetos são a recepção televisiva, da internet, do jornalismo, da publicidade, do cinema, do teatro e da música pelo público e seus estratos.	FIGARO, Roseli; BRIGNOL, Liliane. **Trabalho do pesquisador**: os desafios da empiria em estudos de recepção. São Paulo: Appris, 2017.
Observação participante	Trata-se da imersão do pesquisador em campo que terá contato direto com o "nativo" ou "informante" do estudo. Nesse método, o pesquisador convive o máximo possível no mesmo meio, contexto e mesmas situações que seus "alvos" de pesquisa. O pesquisador observa ao mesmo tempo que participa, e participa ao mesmo tempo que observa. Essa experiência e vivência de campo é o que resultará na descrição e interpretação dos dados.	ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Continua

Continuação

Método	Descrição	Para saber mais
Entrevistas	Constituem parte fundamental do trabalho de campo dos cientistas sociais. Podem ser realizadas mediante aplicação de questionários estruturados ou semiestruturados, bem como de forma espontânea, a depender das condições de coleta. O trabalho de campo pode ser auxiliado pelo uso de gravador de áudio ou vídeo, presentes nos aparelhos celulares, desde que o entrevistado autorize o registro. Os resultados da coleta podem ser transcritos posteriormente para análise e interpretação.	BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Em Tese**, ano 1, v. 2, p. 68-80, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027. Acesso em: 8 set. 2024.
Grupo focal	Muito utilizado nos estudos de mercado e mídia, também pode ser aplicado à pesquisa cultural, social ou de planejamento de serviços e políticas públicas. Consiste em técnicas de intervenção e questionários aplicados junto a um pequeno grupo com características socioeconômicas predefinidas segundo os objetivos da pesquisa. Uma vez reunido o grupo em uma sala controlada, o pesquisador aciona distintas técnicas de intervenção e motivação para coletar dados pertinentes ao objetivo do estudo.	BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Penso, 2009.
Análise de mídias e redes digitais	Dado o grande número de eventos e fenômenos ocorridos no ambiente digital, avançam a cada dia os métodos e as técnicas de pesquisa científica para coleta, sistematização e análise, tanto das mídias quanto da atitude e do comportamento das pessoas na internet. Desde compreender quais são os assuntos mais comentados em determinado marco temporal, passando pela reação dos usuários das redes diante de determinado evento, até a análise dos usuários de um portal de serviços públicos, são muitos os problemas e objetos passíveis de verificação na internet pelos cientistas sociais. Ainda, há cada vez mais *softwares* e sistemas especializados na coleta e sistematização de informações digitais que colaboram na pesquisa social no ambiente digital. Entre os métodos mais utilizados, vale citar a observação participante digital, também denominada netnografia.	JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador**: questões, metodologia e técnicas qualitativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. KOZINETS, Robert. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica *on-line*. Porto Alegre: Penso, 2014.
Pesquisa-ação	Método de pesquisa voltado à resolução de um problema social. Os membros participantes do problema coletivo não são tomados apenas como "nativos" ou "informantes", uma vez que participam ativamente de todas as etapas da pesquisa, envolvendo-se na formulação e aplicação dos instrumentos de coleta, na sistematização, interpretação e análise de dados, assim como na proposta ativa das soluções para o problema social abordado. Pode ser realizada no contexto de pequenas e médias instituições, bem como para a mediação de conflitos e implantação de políticas públicas.	THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2018.

Atividades alternativas

Este volume propõe um conjunto de atividades a serem desenvolvidas com os estudantes. Algumas seriam mais bem desenvolvidas com certa estrutura física ou recurso tecnológico que nem sempre está disponível na unidade escolar. Dessa forma, apresentamos algumas alternativas para a execução das propostas deste volume.

Um exemplo são as atividades audiovisuais. A produção de vídeos ou *podcasts* tem como ponto de partida a realização de pesquisas para a elaboração dos roteiros que originarão os produtos finais propostos. Caso a unidade escolar não tenha recursos para a gravação de vídeos ou *podcasts*, pode-se propor a realização da pesquisa e a elaboração do roteiro, que poderá tornar-se uma dramatização a ser apresentada em sala de aula ou uma história a ser reproduzida nos murais da escola.

Uma saída a campo para aprofundar o conhecimento sobre determinados conteúdos pode também ser difícil pela dificuldade de acesso a transporte, por exemplo. Neste caso, no lugar de ir a campo, este pode vir à escola. É possível convidar pessoas que trabalhem com os conteúdos discutidos para um bate papo com os estudantes na unidade escolar. Essa conversa será mediada por um roteiro a ser desenvolvido previamente pelos estudantes com base nos conteúdos trabalhados em sala de aula, aprofundados por meio de pesquisas em fontes diversas, como bases de dados estatísticas, jornais, *sites*, livros, entre outros. Com a sistematização das informações, os estudantes poderão elaborar o roteiro e conduzir uma interessante conversa com a pessoa convidada, aprofundando o conhecimento sobre o conteúdo proposto.

Outro ponto fundamental no processo de ensino-aprendizagem é considerar a região em que a escola está situada e propor atividades que possibilitem a relação entre os estudantes e a comunidade do entorno. Nesse sentido, as atividades propostas neste volume podem ser adequadas ao espaço geográfico em que a escola está localizada. Por exemplo, escolas localizadas em áreas urbanas tendem a ter uma comunidade escolar próxima fisicamente. Assim, as atividades propostas podem ser desenvolvidas com os agentes do entorno, com saídas a campo, observações participantes e relação estreita entre escola e comunidade escolar.

Já em escolas localizadas em áreas rurais, a possibilidade de desenvolver atividades com a comunidade próxima se torna mais difícil. As atividades precisam ser planejadas para serem desenvolvidas entre a sala de aula e o período do estudante em sua casa. Nesse contexto, o uso de metodologias como aprendizagem por projetos de sala de aula invertida pode ser adequado, pois requer que o estudante dedique tempo extrassala para o seu desenvolvimento.

Além disso, é importante que os conteúdos sejam desenvolvidos com o uso de exemplos próprios da realidade social do entorno. Nem toda área urbana é uma grande cidade, assim como nem toda área rural é somente produção agrícola. São contextos culturais, econômicos e sociais diversos, que podem ser explorados pelo professor para mostrar a diversidade e engajar o estudante no processo de ensino-aprendizagem.

Leituras complementares

Reproduzimos a seguir trechos de alguns textos com o objetivo de subsidiar a relevância do processo de ensino-aprendizagem do componente sociologia no Ensino Médio.

Despertando a vocação científica

A especialização científica e sua relação com o despertar da vocação dos estudantes para a ciência, em especial na formação para as ciências humanas e sociais, foi tema de reflexão do sociólogo alemão Max Weber. Ao discutir a ciência como vocação, o autor propõe que a vivência e a inspiração são forças motrizes que despertam a juventude para o ingresso na carreira científica. Caberia, pois, pensar, que o papel do professor ao ensinar sociologia no Ensino Médio não é o de transmitir conceitos e teorias, mas, sim, de despertar vocações e estimular a curiosidade e a inspiração dos estudantes. A seguir, reproduzimos um trecho do ensaio de Weber que alude diretamente a essa questão.

> Só graças a uma especialização rigorosa pode o trabalhador científico ter este sentimento pleno, que decerto só acontece uma vez e nunca mais se repete na vida: realizei, aqui, algo que irá *durar*. Hoje, um feito realmente definitivo e importante é sempre obra de especialistas. Quem, pois, não possuir a capacidade de, por assim dizer, pôr uns antolhos e de conceber que o destino da sua alma depende de ele comprovar justamente esta conjectura nesta passagem deste manuscrito, ficará sempre longe da ciência. Jamais conseguirá clarificar em si o que se poderia chamar de "vivência" da ciência. [...] Pois nada tem valor para o homem enquanto homem, se o não puder fazer com *paixão*.
>
> Ora é um facto que, por grande, autêntica e profunda que seja esta paixão, não é possível forçar o resultado. Ela é, sem dúvida, uma condição prévia daquilo que é decisivo: a "inspiração". Nos círculos juvenis está, hoje, muito difundida a ideia de que a ciência se transformou num exemplo de cálculo que se fabrica nos laboratórios ou nos arquivos estatísticos com o frio entendimento, e não com toda a "alma", exatamente como "numa fábrica". Importa aqui, antes de mais nada, observar o seguinte: na maioria dos casos, não existe clareza alguma nem sobre o que se faz numa fábrica nem sobre o que se passa num laboratório.

WEBER, Max. A ciência como vocação. *In*: WEBER, Max. **O político e o cientista**. Lisboa: Editorial Presença, 1973. p. 150-151.

A sociologia no Ensino Médio e as questões étnico-raciais

Tratar de questões étnico-raciais e identitárias no contexto escolar brasileiro é uma obrigação legal, mas também um pressuposto deste volume. Nessa tarefa, as ciências sociais cumprem uma posição central, uma vez que são as ciências que mais se dedicam ao estudo do tema, sobretudo a antropologia. É fato, entretanto, que a problematização da temática não pode ser abordada apenas do ângulo teórico, pois quando emerge no contexto da sala de aula faz suscitar uma miríade de atitudes e comportamentos por parte dos professores e estudantes. O trecho de um artigo do professor Luiz Fernandes Oliveira, citado a seguir, fornece subsídios para a reflexão sobre o tema.

> Na escola massiva, os professores são mobilizados a desvelarem-se enquanto sujeitos socioculturais, nas suas corporeidades, nas suas historicidades, nos seus relacionamentos subjetivos, nas suas linguagens etc. As novas identidades estudantis que se apresentam estão começando a estabelecer um confronto com a cultura escolar hegemônica (modos de regulação, regimes de gestão e produção simbólica), amalgamada para resistir aos novos conteúdos, novos significados ou novas perspectivas de reconceitualizações identitárias ou étnico-raciais. Nesse sentido, a escola e os docentes estão sendo desafiados a uma tarefa quase colossal, pois devem aprender a educar alunos diferentes e permitir-lhes outra imagem, diferente daquela padronizada, estereotipada e racializada.

Assim, no enfrentamento dessas questões nas aulas de sociologia, as dimensões política e identitária são extremamente problemáticas, pois tentar aplicar a lei parece colocar em evidência que a discussão sobre o racismo pode provocar reações intensas, tais como a dor, a raiva, a tristeza, a impotência, a culpa, a agressividade etc., sem contar o fato de que a escola não é somente um espaço de construção de conhecimentos, mas também de relações interpessoais.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Educação Antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 81-98, 2014. p. 91.

A sociologia e a formação para o mundo do trabalho

A sociologia é um componente curricular marcado pelo estereótipo da contestação e da crítica às formas típicas de reprodução do capital. Em realidade, há certas correntes teóricas que de fato o são, mas desde sempre as ciências sociais se dedicam a compreender o mundo do trabalho não só pela contestação, como também pela observação de sua ordem, suas contribuições tecnológicas, seus desenvolvimentos e contradições. Como um componente reflexivo, pode contribuir de forma decisiva na educação para o trabalho e para a tecnologia, sobretudo na direção de uma sociedade mais justa e sustentável. O excerto a seguir, extraído de um artigo sobre o tema, pode colaborar para essa reflexão.

A ideia do Ensino de Sociologia voltado para a desnaturalização da realidade social ganha ainda mais sentido na Educação Profissional, tendo em vista que a própria relação existente entre o conhecimento científico e o processo de dominação ideológica [...].

Atrela-se a tais questões a característica intrínseca da Sociologia que remete ao seu aspecto reflexivo, que diz respeito a sua possibilidade de renovar seu conhecimento continuamente mediante novos conhecimentos, o que, em nossa interpretação, traz uma contribuição substancial à realidade educacional, tendo em vista que a análise reflexiva da realidade social leva-nos a um processo de alteração posicional e cognitiva do sujeito educacional, processo que nos possibilita vislumbrar um papel mais ativo do agente ante a estrutura na modernidade. Desse modo, o mesmo poderia reavaliar suas próprias práticas e a conjuntura que se insere sempre à luz de uma nova reflexão e um novo conjunto de conhecimentos [...].

Ou seja, acreditamos que a Sociologia é capaz de abrir novas possibilidades no processo formativo profissional, contextualizando o conhecimento técnico. Mais que isso, deve-se se reconhecer que a Educação Profissional se encontra ligada diretamente ao processo de desenvolvimento da sociedade industrial, assim como a Sociologia, que pode contribuir para a crítica das formas existentes de sociedade, crítica esta baseada em análises, que se mostram, por vezes, contrastantes [...].

OLIVEIRA, A. Em que a sociologia pode contribuir para a educação profissional e tecnológica? **Revista Holos**, [*s. l.*], ano 29, v. 5, p. 166-174, 2013. p.170-171. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1606/734. Acesso em: 8 set. 2024.

Quais temas o professor mobiliza para dar aulas de sociologia no Ensino Médio?

A sociologia como disciplina teórica e empírica, indutiva e de observação fará muito mais sentido quando abordada, sobretudo pelas juventudes, a partir de situações concretas relacionadas com problemas vivenciados pelos estudantes. O professor de sociologia, então, é sujeito que escuta o que o estudante pretende e quer conhecer e constrói com ele o caminho para o conhecimento da realidade sociopolítica e cultural. Em termos gerais, o ensino de sociologia em nada deve se distanciar do que Paulo Freire propôs em sua obra *Pedagogia do oprimido*. O texto a seguir apresenta, nas palavras desse autor, o papel do professor que ensina sociologia no Ensino Médio.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer "bancária" ou de pregar no deserto.

Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante.

É que a linguagem do educador ou do político (e cada vez nos convencemos mais de que este há de tornar-se também educador no sentido mais amplo da expressão) tanto quanto a linguagem do povo, não existe sem um pensar e ambos, linguagem e pensar, sem uma realidade a que se encontrem referidos.

Desta forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem.

Daí também que o conteúdo programático para a ação, que é de ambos, não possa ser de exclusiva eleição daqueles, mas deles e do povo.

É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação.

O momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade. É o momento em que se realiza a investigação do que chamamos de universo temático do povo ou o conjunto de seus temas geradores.

Esta investigação implica, necessariamente, uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos "temas geradores" e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

Esta é a razão pela qual (em coerência ainda com a finalidade libertadora da educação dialógica) não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, de que o investigador seria o sujeito.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. p.120-121.

ORIENTAÇÕES PARA TRABALHO COM O LIVRO DO ESTUDANTE

UNIDADE 1

CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

Pretende-se, na abertura dessa unidade, explorar o conceito de cultura, incentivando os estudantes a refletir sobre aspectos culturais do lugar em que vivem. É esperado que eles compartilhem suas vivências ao interagir com jovens de diferentes contextos sociais ou imaginem o modo como isso ocorreria com base em uma situação hipotética. Os estudantes podem identificar diferentes elementos representativos da cultura local: pratos típicos, festas populares, eventos religiosos, estilos arquitetônicos, danças, expressões linguísticas, entre outros. As imagens apresentadas e suas respectivas legendas ajudam a introduzir a ideia de diversidade. Oriente os estudantes a analisá-las e a refletir sobre a existência de manifestações semelhantes ou diferentes em seu local de vivência.

Com base nessas discussões, oriente-os a refletir sobre o conceito de cultura, a fim de identificar os conhecimentos prévios da turma sobre o tema. A atividade também favorece o trabalho em grupo, contribuindo para o desenvolvimento da colaboração, da flexibilidade e da proatividade.

Objetivos de aprendizagem dessa unidade

1. Relacionar a instituição das ciências sociais à emergência e à consolidação do capitalismo.
2. Identificar a institucionalização da sociologia como ciência.
3. Caracterizar os campos de estudo da sociologia, da antropologia e da ciência política.
4. Conhecer e analisar os diferentes papéis desempenhados pelo profissional de ciências sociais.
5. Reconhecer a contribuição dos estudos pós-coloniais e das minorias sociais para a construção do conhecimento em ciências sociais.
6. Compreender *cultura* como categoria de análise central da antropologia.
7. Conhecer teorias e métodos de pesquisa antropológicos.
8. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, em diferentes tempos e espaços.

Capítulo 1 As ciências sociais

Nesse capítulo introdutório contextualiza-se a constituição das ciências sociais, identificando seus principais componentes de estudo e suas respectivas metodologias, bem como algumas linhas de pesquisa mais recentes.

As transformações políticas, econômicas e sociais iniciadas na Europa no século XVIII provocaram inquietações em vários pensadores, que passaram a refletir sobre os impactos dessas mudanças na vida em sociedade. Se, por um lado, o iluminismo e as revoluções burguesas pregavam a igualdade jurídica entre os homens, por outro, diferenças de todo o tipo se aprofundavam com a Revolução Industrial e a difusão do modo de produção capitalista, o que era facilmente verificável nas condições de vida dos trabalhadores urbanos e no crescente êxodo rural, entre muitos outros exemplos.

Ao abordar a Revolução Industrial, mencione o fato de que o pioneirismo britânico nesse processo está relacionado à conquista de poder político pela burguesia, a qual, por meio das Revoluções Inglesas do século XVII, passou a defender seus interesses no Parlamento; ao fortalecimento da marinha e do comércio de produtos manufaturados para territórios distantes; ao cercamento dos campos, que resultou em uma massa de trabalhadores sem acesso à terra.

Se julgar apropriado, aproveite para explicar a diferença entre Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido, promovendo um diálogo com os componentes história e geografia: a Inglaterra é um país europeu localizado na ilha da Grã-Bretanha, assim como a Escócia e o País de Gales. O País de Gales foi incorporado pela Inglaterra no século XV. A união da Inglaterra com a Escócia ocorreu em 1707, originando o Reino da Grã-Bretanha. Com a união do Reino da Irlanda, em 1801, formou-se o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ou, apenas, Reino Unido. A parte sul da Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1921, formando a República da Irlanda.

Após traçar um panorama das mudanças ocorridas na Europa com a difusão do modo de produção capitalista no decorrer do século XIX, são examinados os trabalhos desenvolvidos por Augusto Comte e Émile Durkheim, suas teorias e métodos, demonstrando a constituição da sociologia como ciência, com base empírica, metodologias de pesquisa definidas e fundamentação teórica, distanciando-se, dessa maneira, do senso comum.

No final do século XIX novas questões se colocaram aos cientistas sociais, motivando a formação de duas novas disciplinas: a antropologia e a ciência política. Ambas contribuem para a formação crítica dos jovens estudantes, ao favorecer, respectivamente, o desenvolvimento da perspectiva do "outro" e a análise das configurações e das relações de poder.

Mais recentemente, as questões relativas ao gênero, às relações étnico-raciais, às relações entre colonizadores e colonizados passaram a ser também objetos de estudo, conduzidos muitas vezes pelos protagonistas desses processos sociais: pesquisadores latino-americanos, negros, indígenas e mulheres. Novas perspectivas foram abertas para a compreensão das realidades sociais e suas diversidades, sobretudo aquelas que têm marcado a contemporaneidade e que certamente estão presentes na vida dos estudantes. Ao trabalhar esses temas, sobretudo o protagonismo das mulheres na luta pela redução das injustiças sociais e na crítica a problemas relacionados ao gênero, é possível explorar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

O capítulo oferece, também, informações sobre a formação do cientista social e as possibilidades de atuação profissional na área, mobilizando o tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Espera-se que, com esse estudo inicial, os jovens estudantes adquiram informações e ferramentas para a compreensão crítica da sociedade em que vivem e dos papéis sociais que desempenham e que possam vir a desempenhar na formulação de soluções para as questões sociais da contemporaneidade.

O trabalho com a BNCC nesse capítulo

Ao apontar o caráter científico dos estudos sobre a sociedade e a especificidade do trabalho dos pesquisadores das ciências sociais, o capítulo, de forma integral, colabora para o trabalho com as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**.

Ao analisar o conjunto de mudanças – econômicas, sociais, políticas e culturais – relacionadas à emergência do capitalismo (páginas 15 e 16) e ao surgimento da sociologia como ciência (páginas 18 e 19), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

A caracterização da sociologia como ciência indutiva, que tem como base a observação da experiência social (página 17), contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

A mesma habilidade é desenvolvida pelos estudantes quando compreendem as concepções, os princípios e os métodos de investigação desenvolvidos por Augusto Comte (páginas 18 e 19) e Émile Durkheim (páginas 20, 21 e 22). As constatações acerca da construção do método científico nas ciências sociais também estão associadas ao desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

As reflexões sobre a formação e a evolução da antropologia (páginas 23 e 24) favorecem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS102**. O reconhecimento, pelos estudantes, da crítica à cultura europeia como padrão evolutivo a ser atingido colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

A compreensão do objeto de estudo e das metodologias utilizadas pela ciência política (páginas 25 e 26) contempla a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Além disso, é possível estimular a turma a estabelecer relações entre os objetos de estudo da ciência política e as informações que possuem sobre a experiência política brasileira e o exercício da cidadania, preparando-os para desenvolver a **habilidade EM13CHS603**.

Ao refletir sobre a ética requerida do profissional das ciências sociais empregado em instituições públicas ou privadas (páginas 28 a 30), colabora-se para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS501**. Ao reconhecer a contribuição da sociologia para a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e democrática (páginas 29 e 30), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Ao contextualizar e compreender a emergência dos estudos pós-coloniais e da perspectiva decolonial (páginas 31 a 33), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS204**. Na perspectiva *decolonial*, o reconhecimento da contribuição dos trabalhos de Edward Said, Frantz Fanon e Anibal Quijano (páginas 32 e 33) colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS105**. Além disso, ao compreender os conceitos de minoria social (página 34) e interseccionalidade (página 35) e a importância do combate a desigualdades, preconceitos e discriminações, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. O reconhecimento e o respeito às diversidades étnica, social e cultural que compõem as sociedades contemporâneas contemplam também a **competência geral da Educação Básica 9**.

A seção *Contraponto* (páginas 36 e 37), que subsidia a discussão sobre a produção do conhecimento sociológico, apontando a necessidade de decolonização do saber e de reconhecimento de outras epistemologias, contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **7** e **9** e da **habilidade EM13CHS101**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 15)

1. A especialização do trabalho implica a divisão de uma grande tarefa em tarefas menores. Esse tipo de sistema não foca a atividade em sua totalidade; divide-a em pequenas partes para formar determinado produto. O trabalhador representado na tirinha exemplifica esse processo. Embora tenha realizado suas atividades por trinta anos, não tinha ideia do produto que ajudava a fabricar.
2. Espera-se que os estudantes apontem diferentes efeitos do trabalho manual repetitivo para o trabalhador; por exemplo, o desenvolvimento de doenças como tendinite e lesões por esforço repetitivo. Em relação à saúde mental, esse tipo de atividade pode provocar estresse em razão da pressão para realizar a tarefa em um curto período.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a análise da tirinha, estabelecendo relações com o conteúdo apresentado no capítulo. Promove assim o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao analisar criticamente as mudanças no regime de trabalho generalizadas a partir da Revolução Industrial, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**.

Enfoque (página 19)

1. Comte, representado como personagem na tirinha da série *Téo & O Mini Mundo*, lamenta que a inscrição do lema positivista na bandeira do Brasil tenha omitido o termo *amor*.
2. Espera-se que os estudantes mobilizem os conhecimentos de história para identificar e explicar a presença de ideais positivistas na transição do Império para a República, em 1889.

   Nesse sentido, é importante que retomem a ideia de que, com base no positivismo, Auguste Comte interpretava a história humana como uma linha evolutiva ascendente composta de três estágios – teológico, metafísico e positivo –, associando, assim, a organização científica da sociedade ao auge do progresso.

   Espera-se que, em seguida, os estudantes associem esse ideário aos processos de transição do Império para a República no Brasil, identificando aspectos como: o anseio da elite econômica e política de constituir uma sociedade racional e organizada, livre das influências monárquicas e religiosas associadas ao atraso e à desordem; a derrubada do governo monárquico por militares e a ênfase na importância da ordem para o desenvolvimento nacional; o fim da relação formal entre Igreja e Estado.
3. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a repercussão dos valores de ordem e de progresso nas questões sociais. É possível que argumentem que a ordem, defendida como pilar para o progresso, é muitas vezes utilizada como justificativa para a adoção de ações autoritárias e a repressão a dissidências. Para sustentar a argumentação, os estudantes podem mencionar, por exemplo, discursos políticos e ações policiais que tomam as manifestações populares e os movimentos sociais como ameaças à ordem.

   É possível também que argumentem que o ideal de progresso orienta por vezes a adoção de políticas e ações de crescimento econômico e modernização tecnológica que não têm a justiça social como pilar. Para sustentar a argumentação, os estudantes

podem mencionar, por exemplo, a exploração predatória dos recursos naturais, sem a consideração dos impactos dessa atividade nas populações indígenas e ribeirinhas e no meio ambiente.

Comentário

Ao abordar a presença de ideais positivistas na transição do Império para a República em 1889, promove-se interdisciplinaridade com o componente curricular história.

Ao utilizar a charge de Caetano Cury para provocar uma reflexão sobre a influência do positivismo no Brasil republicano e a relação entre essa corrente filosófica e questões sociais no Brasil, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**.

Enfoque (página 21)

1. O método científico da sociologia, na acepção de Durkheim, tem como fundamento a observação e a experimentação baseadas em uma noção de estranhamento sobre o objeto analisado. Isso acontece porque, ao tratar o fato social como coisa, nós nos colocamos como alguém que não conhece o que estuda e, por isso, precisa utilizar técnicas de pesquisa para produzir o conhecimento sobre esse objeto. Esse conhecimento não é superficial, mas se propõe analisar o que está no substrato da sociedade.
2. O objetivo de Émile Durkheim era constituir a sociologia como ciência. Nesse contexto, segundo o teórico, tratar o fato social como coisa é o que possibilita observá-lo, descrevê-lo e analisá-lo como uma realidade exterior ao indivíduo, de forma objetiva e científica, com o mesmo rigor que as ciências naturais aplicam ao estudo dos objetos físicos.

Comentário

A questão demanda a compreensão de conceitos sociológicos com base na leitura e análise de um trecho escrito por Durkheim, contemplando a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**e da **habilidade EM13CHS101**.

Enfoque (página 22)

1. As características do fato social são a generalidade, a externalidade e a coercitividade. A *generalidade* de um fato social diz respeito à sua disseminação: ele se manifesta no comportamento da maioria dos membros da sociedade analisada. A *externalidade* se refere à existência do fato social não ser ameaçada pela não manifestação do fato em um indivíduo. Já a *coercitividade* indica a pressão social exercida para que os indivíduos ajam em conformidade com o fato.
2. É possível considerar o uso de máscaras durante a pandemia da covid-19 no Brasil um fato social porque apresenta as três características identificadas por Émile Durkheim.
   - Generalidade: o uso de máscaras faciais tornou-se um fenômeno geral na sociedade brasileira, aplicável à maioria dos seus membros. Em diversos municípios do país, independentemente de idade, sexo, classe social, ocupação ou hora do dia, era possível encontrar pessoas usando máscaras faciais.
   - Externalidade: apesar de existir pela materialização da ação dos indivíduos, o uso de máscaras faciais era um fenômeno externo, isto é, independia da ocorrência pontual da ação ou inação de um indivíduo. Se no meio de uma multidão uma pessoa não utilizasse máscara, isso não afetava a existência do fato social, que continuava se manifestando nos demais membros da sociedade.
   - Coercitividade: no Brasil, o caráter coercitivo do uso de máscaras faciais tornou-se mais rígido conforme o avanço da pandemia. Em um primeiro momento, as máscaras foram recomendadas por órgãos internacionais de saúde pública como forma de proteção da população e prevenção da disseminação do vírus. Com o aumento dos casos, estados e municípios aprovaram decretos locais determinando o uso de máscaras em espaços públicos, como os meios de transporte e estabelecimentos comerciais. No ano de 2020, o governo federal aprovou uma legislação (Lei nº 14.019) que tornou obrigatório o uso de máscaras em espaços públicos em todo o território nacional. Com a legislação aprovada, o não uso de máscaras passou a ser uma infração legal que acarretava multas. Dessa forma, o uso de máscaras evoluiu de uma recomendação voluntária para uma obrigação nacional.
3. Espera-se que os estudantes identifiquem a presença de fatos sociais na escola, nos grupos que frequentam, na família etc. O modo como se vestem, por exemplo, é um fato social, pois envolve fatores externos e gerais, estabelecidos independentemente da vontade dos indivíduos. Os comentários e os olhares de reprovação a alguém usando uma roupa considerada fora dos padrões são formas de coerção.

Comentário

A questão 1 demanda a compreensão do conceito de fato social com base na exposição feita no texto didático, contemplando a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Nas questões 2 e 3 são propostas aplicações práticas desse conceito. Ao identificar fatos sociais em sua experiência cotidiana, com base na observação pessoal, utilizando o aprendizado proposto no capítulo, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 2**.

Enfoque (página 24)

1. Os indígenas foram representados no centro da imagem, em primeiro plano, à frente de um cartaz antigo com a frase "Brasil e a descoberta da Amazônia", escrita em inglês. Sobre a fotografia dos indígenas foram inseridos elementos contemporâneos, que remetem ao trabalho audiovisual. O indígena da esquerda segura um microfone e carrega uma câmera fotográfica. O indígena da direita segura uma câmera filmadora e veste uma camiseta que alude a um importante filme do cinema nacional: *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha.
2. A obra inverte a lógica do século XIX, em que viajantes estrangeiros registravam imagens e elementos das culturas não europeias, construindo narrativas marcadas pelo etnocentrismo. De posse de equipamentos audiovisuais, os indígenas tornam-se responsáveis por esses registros, podendo construir as próprias narrativas.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a análise de uma obra de arte, promovendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar a crítica ao etnocentrismo presente no trabalho de Denilson Baniwa, relacionando-a a diferentes momentos da antropologia, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS105**.

Trabalho e juventudes (página 27)

Nessa seção, são apresentados aos estudantes alguns aspectos das ciências sociais: a finalidade desse curso superior, o perfil e o campo de atuação do profissional formado nessa área de conhecimento.

Reserve um tempo da aula para a turma se dedicar à leitura do texto. Em seguida, incentive os estudantes a refletir sobre o papel das ciências sociais na formação do pensamento crítico necessário para analisar a natureza das relações entre grupos sociais distintos e os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das sociedades contemporâneas.

Forneça também um panorama do mercado de trabalho do cientista social, destacando os principais setores e atividades em que esse profissional pode estar presente. Evidencie, por exemplo, a participação dele na formulação de políticas públicas, no levantamento e na análise de dados qualitativos e quantitativos, no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e na docência em escolas e faculdades. Por fim, apresente alguns importantes órgãos públicos de atuação desse profissional, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Comentário

Estudar ciências sociais é um meio de apreender novos conhecimentos e adquirir experiências que podem ajudar os estudantes a compreender as relações próprias do mundo do trabalho e a fazer escolhas alinhadas a seus projetos de vida. Além disso, entender a formação e os objetos de estudo das ciências sociais é uma oportunidade de valorizar os conhecimentos construídos sobre o mundo social e cultural e analisar circunstâncias históricas, políticas e econômicas que possibilitaram a formação de matrizes conceituais hegemônicas. Essas discussões contribuem para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **6** e da **habilidade EM13CHS404**.

Enfoque (página 31)

1. No passado, o navegador genovês Cristóvão Colombo foi exaltado como o "descobridor" do continente americano, perspectiva há tempos criticada, pois ignora a existência dos diferentes povos nativos que habitavam o território antes da chegada dos europeus. A derrubada da estátua de Colombo, portanto, insere-se na crítica à colonização e ao genocídio dos povos indígenas pelos europeus.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o modo como as sociedades do Sul global lidam com seu passado, percebendo o simbolismo e as disputas em torno da memória da colonização, bem como a necessidade de que esse passado seja considerado nas análises do presente. É possível que alguns estudantes argumentem que os monumentos públicos que têm sido alvo de intervenções, como a representada na fotografia, costumam homenagear figuras históricas associadas à colonização, à escravidão e ao genocídio das populações indígenas, africanas e afrodescendentes, e que, diante disso, a derrubada material das estátuas pode ser interpretada como uma queda simbólica de representações que glorificam o passado colonial e a opressão a ele associada. Segundo esse raciocínio, a intervenção sobre esses monumentos é considerada uma forma de descolonização do espaço público que provoca um rompimento com narrativas de dominação e supremacia branca. Outra linha argumentativa é a de que a derrubada dos monumentos pode gerar apagamento ou negação histórica, uma vez que as estátuas constituem um patrimônio cultural material e registram a construção da memória coletiva pelos grupos dominantes durante um período específico. Segundo esse raciocínio, é possível argumentar que, em vez de derrubar a estátua, podem ser criados espaços de reflexão sobre esse registro histórico, como a instalação de placas que contextualizem o significado das figuras representadas.

Comentário

A atividade envolve a análise de eventos relacionados à disputa da memória sobre a colonização nas Américas, com base em um registro fotográfico. Ao analisar o significado da derrubada da estátua de Colombo, estabelecendo relações com os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao refletir e debater sobre as representações da memória em espaços públicos, e os símbolos, personagens e acontecimentos a ela associados, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS104** e **EM13CHS503**.

Enfoque (página 33)

1. A obra *Amnésia* é composta de uma escultura de bronze representando um menino negro. Ele está em pé, de braços erguidos, entornando um balde com tinta látex branca sobre a própria cabeça. A tinta escorre sobre ele, mas não impregna seu corpo.
2. Na obra *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon analisa o impacto psicológico do racismo na constituição da identidade da população colonizada na Martinica, argumentando que a sociedade colonial impõe sobre a população negra a necessidade de comportar-se emulando colonizadores brancos. O autor examina o modo como a inferioridade racial é internalizada e epidermizada, isto é, inscrita na pele das pessoas negras.

   Analisada com base na teoria de Fanon, a escultura do menino negro segurando um balde de tinta branca sobre sua cabeça pode ser interpretada como uma metáfora do processo de branqueamento (simbólico e material) imposto à população negra. O fato de a tinta branca escorrer pelo corpo do menino negro, mas não se impregnar nele, pode ser interpretado como uma resistência à epidermização da inferioridade.

Comentário

A atividade demanda a observação e a análise de obra de arte, promovendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar a crítica ao colonialismo presente na obra, o racismo e seus efeitos socioculturais e psicológicos, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS502**.

Contraponto (páginas 36 e 37)

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que os processos colonialistas de poder trouxeram problemas sociais que ainda reverberam, como a desigualdade de classes e a discriminação étnico-racial. Esses problemas podem ser tomados como objetos de análise para a produção do conhecimento sociológico, feita por meio de uma perspectiva crítica, com base na qual são identificados os processos coloniais como produtores desses problemas. Os argumentos apresentados podem se relacionar ao texto 1, que apresenta a necessidade de repensar o ensino e o cânone da sociologia, defendendo a incorporação de autores, conceitos e metodologias que superem o eurocentrismo e o androcentrismo, e, especialmente, ao texto 2, que aborda a perspectiva de Davi Kopenawa, indígena da etnia Yanomami, sobre a relação entre o capitalismo, a destruição das florestas e as mudanças climáticas.
2. Espera-se que os estudantes analisem os dois textos apresentados, assim como outras referências fornecidas ao longo do capítulo, para desenvolver suas reflexões. A argumentação a ser produzida deve tratar da necessidade de inclusão de perspectivas diferentes para a análise sociológica e da contribuição da variedade de experiências – de classe, raça, etnia, gênero – para a diversidade do pensamento sociológico. Os estudantes podem apresentar exemplos das referências citadas no capítulo e também dos textos analisados nessa seção.

Comentário

As atividades envolvem reflexões sobre a produção do conhecimento em sociologia de diferentes perspectivas: a do cânone estabelecido ainda no século XIX, na Europa, e as dos estudos pós-coloniais e da perspectiva decolonial, produzidos na perspectiva do Sul global e das minorias sociais. Contribui, assim, para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**. O exercício de alteridade implícito na proposta contempla a **competência geral da Educação Básica 9** e está associado ao tema contemporâneo transversal *Diversidade cultural*. Ao incentivar a reflexão sobre a importância das contribuições de indígenas, negros e mulheres no campo do conhecimento sociológico, a atividade 2 favorece o trabalho com as prerrogativas estabelecidas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Oficina (páginas 38 e 39)

1. **a.** O texto 1 apresenta o conceito de fato social, desenvolvido por Émile Durkheim. Esse conceito delimita o objeto específico de estudo da sociologia, ou seja, um conjunto de valores, normas e estruturas que existem independentemente de manifestações individuais e exercem controle sobre os grupos de modo coercitivo.

   b. No texto 2, o fato social está no uso padrão de vestimentas, que é contraposto pelos estudantes. Conforme o discurso do reitor, as normas sociais, que são gerais e externas aos indivíduos – características de generalidade e externalidade –, exerceram coerção sobre a compreensão do segurança que barrou o estudante. Para esse segurança, a vestimenta do estudante está fora do que é geral, ou seja, do padrão social.

Comentário

Ao analisar aplicar o conceito de fato social na análise de uma situação relatada em notícia de coerção a vestimenta, a atividade colabora para o desenvolvimento da **habilidade EMCHS101**.

2. Espera-se que os estudantes indiquem a possibilidade de uso do conhecimento científico para a produção de dados e análises, que subsidiem a elaboração de políticas com a finalidade de mitigar os problemas sociais. Ao mesmo tempo, espera-se que eles atentem ao uso do conhecimento sociológico para a manutenção de posturas antiéticas como em casos em que clientes encomendam pesquisas para confirmar conclusões estabelecidas ou atingir os resultados que eles esperam. Após avaliar o parágrafo escrito pelos estudantes, se necessário, proponha-lhes a reescrita do texto, a fim de superar fragilidades argumentativas, tais como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

Ao considerar os impactos sociais das políticas públicas, resultantes de pesquisas sociológicas, bem como as reflexões no campo da ética que elas suscitam, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

3. **a.** Incorreta. O conceito de sociologia pública está relacionado às limitações da ciência sociológica em seus primórdios, buscando expandir o espaço de debate das questões sociais para além dos muros da academia.

   b. Incorreta. A sociologia para políticas públicas é voltada para o estudo de problemas sociais, envolvendo organizações públicas e privadas.

   c. Correta. Para Burawoy, é essencial que o produtor do saber sociológico não se isente de agir contra as desigualdades que percebe na realidade que pesquisa.

   d. Incorreta. Apesar de o distanciamento ser uma das ferramentas priorizadas em determinadas linhas de trabalho, há formas de construir o saber sociológico que não são pautadas por essa lógica.

   e. Incorreta. O processo de construção do conhecimento sociológico não é necessariamente focado na formulação de uma sociedade sem desigualdades.

Comentário

Ao avaliar cada afirmação, os estudantes mobilizam o aprendizado adquirido no estudo do capítulo, o que favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**. As habilidades de argumentação, necessárias para comentar as afirmações, estão relacionadas à **competência geral da Educação Básica 7**.

4. Na obra *Orientalismo*, Said afirma que o Ocidente constrói a imagem dos povos orientais com base nas próprias referências, o que produz estereótipos ou representações descoladas da realidade. Para solucionar esse problema, os estudantes podem construir seus argumentos por meio de uma abordagem decolonial, sugerindo, por exemplo, a crítica sobre as referências dadas para a inteligência artificial ou a contratação de profissionais de países do Sul global, que podem apresentar uma perspectiva diversa para a construção das imagens.

Comentário

Ao propor a análise de um artigo de jornal sobre propagação de imagens por meio de inteligência artificial, a atividade mobiliza a **habilidade EM13CHS103**. Ao relacionar o etnocentrismo, identificado no texto, com as teorias de Edward Said, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**. As reflexões sobre as formas de superar o problema favorecem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**. Ao propor a discussão em grupo para a formulação de soluções, a atividade contempla as **competências gerais da Educação Básica 7** e **9**.

5. A atividade incentiva os estudantes a refletir sobre elementos das culturas juvenis, a fim de identificar o reforço de estereótipos relacionados à população oriental, em diálogo com os estudos pós-coloniais.

Comentário

Ao identificar possíveis estereótipos na representação de personagens orientais, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**. Ao refletir criticamente sobre a representação de diferentes etnias, eles mobilizam a **competência geral da Educação Básica 9**.

Se julgar conveniente, aproveite para promover um estudo de recepção com a turma. Para isso, eleja uma das produções citadas pelos estudantes e apresente o contexto em que ela foi produzida. Em seguida, apresente um trecho da obra e oriente os estudantes a responder a um questionário, destacando o modo como os personagens foram representados, o discurso produzido por meio dessa representação, o público ao qual ela se destina e as impressões dos estudantes sobre ela. Organize as respostas da turma em uma tabela. Por fim, promova uma roda de conversa para debater os resultados alcançados.

O estudo de recepção promove o trabalho com uma metodologia ativa, propiciando a experiência com uma prática de pesquisa sobre a produção de estereótipos nas culturas juvenis, em que os estudantes são protagonistas na produção do conhecimento. O estudo sistemático e mais aprofundado de uma das produções citadas pela turma contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

6. Resposta: **a.** A interseccionalidade é um conceito de análise das múltiplas opressões sofridas pelas minorias sociais. Sua construção e sua disseminação foram possíveis pela afirmação da presença de saberes derivados de outras epistemologias – feminista, negra, *queer* – que têm influenciado a construção do pensamento sociológico contemporâneo.

7. Por meio do pensamento decolonial se reconhece a influência do colonialismo na contemporaneidade, compreendendo que a colonialidade do poder ainda permanece, seja no racismo presente nas relações interpessoais econômicas, seja no eurocentrismo que orienta o imaginário ocidental. O trecho literário revela a presença de desigualdade racial sete décadas após a abolição da escravatura, evidenciando a permanência da colonialidade do poder na sociedade brasileira. Se necessário, proponha aos estudantes a reescrita do comentário sobre o texto, a fim de de identificar e superar fragilidades argumentativas, como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

Ao solicitar a leitura de um trecho de obra literária e analisá-lo com base no aprendizado sobre os estudos pós-coloniais, a atividade colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**. Ao constatar a penúria relatada pela autora, relacionando-a ao passado escravista, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

8. Ambos os textos apresentam situações de discriminação pela cor da pele vividas por pessoas negras no Brasil. Dessa forma, espera-se que os estudantes considerem que o racismo permanece na contemporaneidade como resultado da colonização e como forma de manutenção desta, por meio da colonialidade do poder. Para estabelecer uma crítica a esse processo que produz desigualdades, é necessário observar, como Fanon e Crenshaw apresentam, os processos de dominação expressos na sociedade contemporânea, considerando o desenvolvimento de uma perspectiva decolonial, com base na qual se entende a inserção das pessoas na cultura atual, mas se procura estabelecer uma leitura distanciada e crítica, para compreender a discriminação, assim como interseccional, para identificar o modo como o racismo opera na produção das desigualdades. Se necessário, proponha aos estudantes a reescrita do texto.

Comentário

Ao solicitar a leitura dos textos como ponto de partida para o trabalho proposto, a atividade colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**. Ao refletir sobre as situações de discriminação baseadas na raça, mobilizando os conceitos sugeridos, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS103**, bem como a **competência geral da Educação Básica 9**. A elaboração de um texto dissertativo-argumentativo sobre esse tema está associada à **competência geral da Educação Básica 7** e contempla a habilidade da área de **Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**.

Sugestões

Artigo

RUFFO, Ísis Esteves. Três posições sobre os protestos de derrubada de estátuas em 2020. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p. 106-117, dez. 2022.

O artigo contextualiza o debate sobre monumentos públicos de cunho racista e colonial, mapeando e discutindo as três principais posições identificadas na sociedade brasileira.

ESTRATÉGIA DE ESTUDO Autoteste

Oriente a turma a retomar a leitura do capítulo 1 para selecionar um assunto a ser estudado. Caso considere conveniente, verifique o que os estudantes julgam ser relevante sobre o tema. Esse ponto é essencial para que eles formulem as questões. Explique a eles que, por se tratar de uma estratégia de memorização, é importante que as perguntas sejam simples e objetivas.

Se for possível, apresente aos estudantes alguns exemplos de plataformas digitais em que é possível elaborar e compartilhar questionários. Em algumas delas são adotados princípios da gamificação para tornar o estudo mais atraente aos jovens.

Demonstre que, por favorecer a memorização, essa estratégia tem maior aplicabilidade a conteúdos factuais, isto é, aqueles que se referem a fatos, acontecimentos específicos, fenômenos concretos e dados diversos. Ela também pode ser útil para a automatização de procedimentos.

No entanto, é importante alertar os estudantes sobre a importância de lançar mão de outras estratégias para o estudo de conteúdos mais complexos, que envolvam a compreensão de um tema. Comente com eles que, em uma avaliação, há muitas questões em que é necessária a interpretação de dados e textos diversos, assim como a transferência de conceitos aprendidos a outros contextos, incentivando a autoria do estudante. Para esses casos, a simples memorização é insuficiente, embora possa ser um ponto de partida.

A elaboração de autotestes favorece a leitura atenta, a seleção e a organização de informações e a memorização; por esse motivo, é uma boa ferramenta para o estudo de fatos e dados pertinentes às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Capítulo 2 O conceito de cultura

Para introduzir as reflexões sobre cultura, são apresentadas no capítulo diferentes acepções desse termo, a fim de delimitá-lo como um conceito antropológico. Inicialmente, promove-se a diferenciação entre natureza e cultura com base em uma experiência básica da vida humana: a alimentação. Em seguida, destaca-se a polissemia desse termo em diferentes contextos.

Durante a discussão do tema, se julgar apropriado, proponha uma visita guiada ao portal do Iphan, indicado no boxe da página 46. Após apresentar o papel dessa instituição para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, solicite aos estudantes que elenquem bens que já foram tombados ou registrados pela instituição. Oriente-os a consultar especialmente os quatro livros de registro dos bens imateriais – Livro das celebrações, Livro das formas de expressão, Livro dos lugares e Livro dos saberes –, a fim de identificar tradições, festividades, conhecimentos, expressões, espaços, ofícios, práticas e modos de fazer que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Encoraje-os a identificar os bens listados que conhecem ou estão presentes na localidade em que residem.

Em seguida, o capítulo apresenta várias teorias e abordagens do campo da antropologia relacionadas ao conceito de cultura: o evolucionismo cultural e suas relações com o projeto colonial do século XIX, o culturalismo norte-americano, o estrutural-funcionalismo britânico, o estruturalismo e a antropologia interpretativa. Ao acompanhar cada uma dessas abordagens, os estudantes poderão ampliar paulatinamente seu domínio sobre o conceito de cultura e, ao mesmo tempo, reconhecer a importância da etnografia como o método de pesquisa antropológico.

Ao estudar o darwinismo social e a eugenia, na página 48, destaque os impactos dessas ideias pseudocientíficas para a sociedade brasileira. Nesse sentido, vale promover, com os estudantes, a análise da pintura *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, considerada uma representação visual da ideia de branqueamento. Comente que ela foi produzida pouco tempo depois da abolição da escravidão (1988) e da Proclamação da República (1889), e refletia a preocupação com o futuro da nação brasileira.

Na página 49, aborda-se o conceito de raça como construção social. Por possibilitar a reflexão sobre o racismo no Brasil, o conteúdo dessa página relaciona-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

O estudo das pesquisas desenvolvidas pela antropóloga Margaret Mead sobre o comportamento de homens e mulheres, na página 50, por possibilitar a reflexão sobre a naturalização de desigualdades de gênero, contribui para a abordagem do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

O capítulo também aborda ritos e mitos que envolvem a vida em sociedade. Os estudantes poderão refletir sobre suas respectivas funções, com base nos estudos desenvolvidos por Émile Durkheim, bem como por meio da análise

de um ritual de passagem entre os Ticuna, que marca o final da infância e o ingresso na vida adulta – momento da vida com o qual muitos adolescentes se identificarão.

Finalmente, são apresentados os conceitos de hibridismo cultural, amefricanidade e multiculturalismo, desenvolvidos por pensadores que se situam nos estudos pós-coloniais e na perspectiva decolonial, contribuindo para a ampliação dos horizontes de análise das sociedades contemporâneas. As reflexões desenvolvidas com base nas proposições de Homi Bhabha, Lélia Gonzalez e Stuart Hall, assim como a crítica à desvalorização da cultura popular em face da cultura erudita, favorecem o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Diversidade cultural*.

Na seção *Entre saberes*, os estudantes terão contato com artigos e dados científicos, a fim de refletir sobre o modo de vida das comunidades quilombolas. A análise sobre a relação dessas comunidades com a natureza, bem como sobre a percepção que apresentam acerca dos benefícios das áreas florestais para a saúde humana, pode ser realizada em parceria com os professores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e favorece o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: *Saúde e bem-estar*. Ao abordar a importância dos ciclos da natureza para o modo de vida das comunidades quilombolas, pode-se discutir a necessidade de inclusão social, respeito e valorização de diferentes grupos sociais, contribuindo para o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

O percurso de estudos proposto no capítulo colabora para a formação dos estudantes, por exemplo, ao desenvolver o conceito antropológico de cultura, com base em diferentes estudos e perspectivas, e ao aproximar as formulações teóricas da pesquisa empírica e da observação da experiência imediata dos estudantes – na seção *Entre saberes* ou em atividades propostas nos boxes *Enfoque* e na seção *Oficina*.

Espera-se que, ao conhecer a abordagem da antropologia sobre a experiência do outro e refletir sobre sua experiência e a de seu grupo de pertencimento, os estudantes adquiram instrumentos para o entendimento crítico de si e da sociedade em que vivem e tenham fundamentos para defender posições e fazer escolhas alinhadas à cidadania.

O trabalho com a BNCC nesse capítulo

A apresentação das múltiplas dimensões da cultura, pela perspectiva da antropologia, na abertura do capítulo, contribui para que os estudantes adquiram ferramentas para compreender a diversidade cultural, contemplando, assim, as **competências gerais da Educação Básica 1** e **6**.

Ao reconhecer que o ato de alimentar-se ultrapassa a dimensão fisiológica, natural, apresentando também elementos simbólicos e, portanto, culturais (páginas 43 a 45), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS104**. O trabalho com essa habilidade é reforçado com o incentivo à reflexão sobre os vários sentidos da palavra *cultura*, com base em exemplos concretos (página 46).

Ao analisar criticamente algumas teorias relacionadas ao estudo de diferentes culturas, relacionando-as ao avanço do colonialismo e de políticas eugênicas, bem como ao etnocentrismo e ao racismo (páginas 47 e 48), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** e as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS105**. Ao compreender que essas teorias foram cientificamente refutadas, em razão de estudos feitos pela biologia (página 49), os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 1**.

Ao estudar as críticas ao evolucionismo desenvolvidas pelo *culturalismo norte-americano*, com destaque para os trabalhos do antropólogo alemão Franz Boas e das antropólogas estadunidenses Margareth Mead e Ruth Benedict (páginas 50 e 51), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS105**.

A compreensão da observação participante, desenvolvida por Malinowsky, como método de pesquisa (página 51) contempla a **competência geral da Educação Básica 1**.

A compreensão das teses do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss pelos estudantes, e do papel delas para o estudo da organização social e da cultura (páginas 52 e 53), mobiliza a **competência geral da Educação Básica 1**. As reflexões sobre a passagem da natureza para a cultura na perspectiva desse autor favorecem, também, o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

Ao conhecer a análise feita pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz sobre o ritual do *tabuh rah*, os estudantes podem desenvolver a **habilidade EM13CHS104**. Essa habilidade também é mobilizada por meio da análise de um exemplo de ritual de passagem entre os Ticuna (página 54).

Ao relacionar os temas de estudo do sociólogo Émile Durkheim e de outros cientistas sociais aos processos de mudança provocados pela consolidação do capitalismo entre o final do século XIX e o início do século XX (páginas 55 e 56), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao identificar as proposições de Durkheim e refletir sobre os exemplos oferecidos pelo texto, verificáveis em sua experiência cotidiana, os estudantes exercitam a **habilidade EM13CHS104**.

Ao considerar as implicações das relações de poder entre os impérios coloniais e os conflitos e contradições que acompanharam esse processo (páginas 57 e 58), os estudantes mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**. O estudo do conceito de *hibridismo cultural*, desenvolvido pelo teórico da cultura indiano Homi Bhabha (página 57), contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS102**. Já o estudo dos conceitos de *amefricanidade*, elaborado pela antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (página 57), e de *multiculturalismo*, apresentado pelo sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (página 58), favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601** e está relacionado à **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

Ao vincular o conceito de cultura erudita às concepções eurocêntricas e evolucionistas do século XIX, e avaliá-lo criticamente (página 59), os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS105**.

Ao reconhecer a íntima relação entre o modo de vida das comunidades quilombolas e a natureza (páginas 60 e 61), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** e as

habilidades EM13CHS104 e **EM13CHS205**. A leitura e a interpretação do trecho de artigo científico e do gráfico apresentados nessas páginas também colaboram para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103** e da **habilidade das Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT303**. A valorização do conhecimento científico e dos saberes das comunidades tradicionais, bem como a construção de argumentos sobre eles, contemplam as **competências gerais da Educação Básica 6** e **7**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 45)

1. Podem ser citadas a capacidade de compreender um cenário histórico mais amplo e a compreensão da própria experiência como condicionada pela sociedade e pelo contexto histórico vivido.
2. A lição, segundo o texto, é a de que a compreensão e a avaliação da experiência individual devem ser localizadas no período de vivência do indivíduo, considerando a sociedade e o período histórico nos quais está inserido.

Comentário

Ao contextualizar a experiência individual, por meio do conceito de *imaginação sociológica*, a atividade colabora para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **8**.

Enfoque (página 47)

1. Hagar divide o mundo em dois tipos de pessoa: os navegantes e os não navegantes.
2. Assim como no evolucionismo cultural, na tirinha, Hagar classifica as populações humanas tomando sua a visão de mundo como parâmetro.

Comentário

Ao estabelecer analogia entre o diálogo travado entre os personagens e o evolucionismo cultural, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS105**.

Enfoque (página 49)

1. A ironia está na conjugação da inexistência de "raças" à violência letal racialmente orientada.
2. Espera-se que os estudantes compreendam que, mesmo que a classificação dos seres humanos em raças não tenha validade genética, a raça enquanto mecanismo de classificação social que sustenta o racismo persiste na sociedade contemporânea.

Comentário

A atividade parte da leitura e interpretação de uma tirinha, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar o racismo denunciado por Laerte, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS102**. Ao relacionar a tirinha às discussões sobre o conceito de raça, a atividade também promove a formação da **habilidade EM13CHS502**. Por tratar do racismo no Brasil, a atividade relaciona-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 52)

1 e **2.** As atividades têm como objetivo fomentar uma perspectiva "desnaturalizada" dos fenômenos culturais. Para isso, espera-se que, em um primeiro momento, os estudantes identifiquem comportamentos que, no senso comum, costumam ser associados à natureza, para, em seguida, atentar aos aspectos culturais que orientam a conduta. Um exemplo possível é a ideia de que homens seriam naturalmente agressivos ou competitivos, ao passo que as mulheres seriam cuidadosas e submissas. Apesar de uma associação frequente no senso comum, a relação entre sexo e comportamento é culturalmente determinada, uma vez que não há padrão universal de associação, e sim variações particulares. O fato dos comportamentos de homens e mulheres variarem entre diferentes culturas evidencia que são moldados por normas culturais.

Comentário

Ao refletir sobre a relação entre natureza e cultura, a atividade colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

Enfoque (página 54)

1. Na fotografia, os membros da comunidade, na maioria mulheres, estão reunidos e alguns tocam flautas, instrumentos utilizados durante o ritual para atrair os deuses da sabedoria.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre os rituais de passagem em sua cultura. Na realidade do Brasil contemporâneo, diversos rituais de passagem podem ser identificados e muitos deles estão associados às religiões, cada qual com seus simbolismos e práticas de cerimonial. Na umbanda e no candomblé, é possível mencionar as feituras de santo. No catolicismo, o batismo, a primeira comunhão e a crisma. No judaísmo, o Bar-Mitzvá.

Comentário

A atividade demanda a observação e a interpretação de uma fotografia, relacionando-a ao texto didático, bem como a seleção e descrição de outros rituais de passagem conhecidos pelos estudantes, favorecendo, assim, o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

Entre saberes (páginas 60 e 61)

1. No trecho do artigo, são mencionadas atividades que envolvem a relação dos seres humanos com os fenômenos naturais e os ciclos dos elementos, como o cultivo de roça, o plantio e a colheita de grãos, o armazenamento de água, a caça e a pesca. A realização dessas atividades pelas comunidades quilombolas envolve um saber-fazer específico – isto é, um conjunto de conhecimentos, habilidades e técnicas que é transmitido intergeracionalmente. Esse saber-fazer, que associa a relação humano-natureza, integra a cultura imaterial das comunidades quilombolas.
2. Os dados do gráfico revelam que as três comunidades pesquisadas indicaram como os três principais elementos, nessa ordem de importância, qualidade da água/ar, recreação e bem-estar, e condições climáticas. Na sequência, para os moradores de Morro do Fortunato, empatam os recursos medicinais e alimentares. Para os moradores de Santa Cruz os recursos alimentares são mais importantes do que os recursos medicinais. Já para os de Aldeia os recursos medicinais aparecem antes dos recursos alimentares.
3. Para grande parte das comunidades quilombolas, a obtenção do sustento é, na maioria das vezes, proporcionada pela policultura no modelo de agricultura familiar. A cultura dessas comunidades é marcada pelo respeito ao meio ambiente e a seu meio de produção, a terra. De forma indissociável, o ritmo da vida está diretamente relacionado ao ritmo do plantio, da criação dos animais, da colheita e da preparação da nova safra.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a interpretação de trechos de artigo científico e a análise de um gráfico, contemplando a **habilidade EM13CHS103** e a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT303**. A identificação das características culturais, econômicas, ambientais e sociais das comunidades quilombolas promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS205**. Ao refletir sobre a relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente e construir argumentos sobre a importância dos ciclos da natureza para essas comunidades, com base em dados científicos, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 6** e **7** e a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**.

Dependendo da realidade da escola, pode-se sugerir aos estudantes que investiguem a percepção da comunidade escolar sobre a importância de áreas florestais, a exemplo da pesquisa com as comunidades quilombolas de Santa Catarina. Caso existam áreas desse tipo nas proximidades da escola, os estudantes podem identificá-las e construir um questionário a fim de verificar os benefícios que elas propiciam para os moradores da região ou algum problema relacionado a elas. Os resultados da pesquisa podem orientar a promoção de uma campanha de preservação ou de valorização da área florestal pela comunidade escolar.

Oficina (páginas 62 e 63)

1. Os estudantes devem refletir sobre atividades relacionadas à própria sobrevivência, à manutenção do corpo ou da espécie, como o descanso, a higiene pessoal, a reprodução e a locomoção. Em seguida, devem identificar aspectos dessa atividade que variam de acordo com a cultura na qual estão inseridos. Por exemplo, dormir é uma necessidade humana; no entanto, o local em que as pessoas dormem pode variar de acordo com cada cultura: há povos que dormem em camas, outros em redes, outros em esteiras etc. As respostas podem ser compartilhadas em sala de aula, contribuindo para que os estudantes reconheçam e reflitam sobre elementos da própria cultura.
2. **a.** Espera-se que os estudantes reúnam as principais informações apresentadas no capítulo sobre o conceito de cultura, mencionando o fato de que ele serve como categoria de análise para o estudo da diversidade das expressões humanas em suas múltiplas dimensões, como as artísticas, alimentares, de trabalho, de parentesco e de organização social. A cultura está associada à transmissão de técnicas, conhecimentos e valores de um grupo para outro, que pertencem à mesma geração ou a gerações diversas.

   b. Os conflitos sociais entre os colonizadores europeus e os povos originários da América e entre os colonizadores europeus e os africanos escravizados são exemplos de conflitos sociais associados ao etnocentrismo. Na atualidade, o etnocentrismo pode ser percebido, por exemplo, em atitudes xenófobas contra imigrantes, tanto na Europa quanto no Brasil, e no racismo.

Comentário

Ao abordar e problematizar o conceito de etnocentrismo, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS102**.

3. A. famílias; B. tabu do incesto; C. cultura.
4. 1. **b**; 2. **d**; 3. **c**; 4. **a**.

5. **a.** Os estudantes podem consultar fontes impressas ou realizar a pesquisa em *sites* confiáveis que tratem das culturas indígenas brasileiras. No *site* do Instituto Socioambiental, por exemplo, é possível consultar um texto escrito pelo antropólogo brasileiro Renato Sztutman que aborda a relação entre os mitos e os rituais para diferentes povos indígenas brasileiros e apresenta alguns exemplos (disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Rituais. Acesso em: 27 set. 2023). Os estudantes também podem realizar a busca por nomes dos povos. Entre os Bororo, que vivem no Mato Grosso, por exemplo, o ritual funerário é um importante momento de socialização dos jovens, que são iniciados nos cantos, danças, caçadas e outros eventos que integram o ritual. Os Canela, que habitam o Maranhão, realizam rituais de iniciação nos quais os meninos são treinados para se tornar guerreiros. As meninas, por sua vez, recebem cintos da maturidade, os quais são necessários para o casamento. Já entre os Karajá, que vivem no Mato Grosso e no Tocantins, os meninos começam a ser iniciados por volta dos 8 anos, por meio da perfuração do lábio inferior.

   b. Alguns acontecimentos e celebrações podem ser citados pelos estudantes, como as festas de debutante, a iniciação sexual, o casamento, a conquista do primeiro emprego, a saída da casa dos familiares, a maioridade civil e a habilitação para dirigir. Esses acontecimentos podem variar muito de acordo com as características sociais e culturais dos estudantes e, em razão dessa diversidade, recomenda-se problematizar a importância dos rituais de passagem e, por consequência, da ausência deles.

Comentário

Ao pesquisar rituais de passagem em diferentes culturas, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS104**. Ao refletir e debater sobre valores e elementos da cultura juvenil com a qual se identificam, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

6. Os estudantes podem citar, por exemplo, o conceito de etnocentrismo, alegando que o adolescente europeu está julgando o adolescente brasileiro considerando as representações e valores do próprio grupo como um padrão cultural a ser seguido. Também podem destacar o multiculturalismo, a fim de argumentar que não existe apenas uma cultura, e sim uma dinâmica de culturas em constante contato, que devem ser respeitadas e valorizadas.

Comentário

A atividade apresenta uma situação-problema para os estudantes resolverem com base no que estudaram ao longo do capítulo. A mobilização de conceitos como etnocentrismo e multiculturalismo colabora para o reforço da **habilidade EM13CHS102**. A postura de respeito e valorização de diferentes culturas contempla a **competência geral da Educação Básica 9**.

7. Resposta: **b**. A questão aborda classificações depreciativas a outras culturas com base nos valores do observador, prática que configura o etnocentrismo.

8. Resposta: **e**. Com base no texto de Margaret Mead, a questão destaca a necessidade de reflexão não apenas sobre a sociedade observada, como também sobre as categorias de análise adotadas pelo observador.

9. Resposta: **b**. A questão aborda a importância dos rituais para a vida dos povos Krahô.

Sugestões

Livro

MATAREZIO FILHO, Edson Tosta. **A Festa da Moça Nova**: ritual de iniciação feminina dos índios Ticuna. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2019.

O antropólogo Edson Tosta Matarezio Filho realizou um trabalho de campo entre os Ticuna, a fim de compreender o ritual da Festa da Moça Nova. No livro ele aborda cantos, mitos, instrumentos musicais, convidados-personagens, organização social e parentesco, reclusão e iniciação feminina, entre outros aspectos relacionados ao ritual.

Artigos

SOUZA, Luciana Karine de; MCCARTHY, Sherri Nevada. Ritos de passagem da adolescência à vida adulta: diferenças etárias e de gênero. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 124-135, dez. 2010.

O artigo, escrito por docentes da área de psicologia, analisa a percepção dos adultos sobre os ritos de passagem da adolescência. Com base na aplicação de questionários, as autoras identificaram os três ritos mais citados: tomada de decisões importantes sem a ajuda da família, responsabilidade por outras pessoas e independência dos pais.

STRECK, Gisela Isolde Waechter. A importância dos ritos de passagem na adolescência: um estudo de caso. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 59. n. 2, p. 545-557, jul./dez. 2019.

Nesse artigo, a teóloga Gisela Isolde Waechter Streck analisa a importância dos ritos de passagem na adolescência, a fim de investigar seu papel na transição da infância para a vida adulta, tomando como base um estudo de caso promovido entre adolescentes das comunidades luteranas.

UNIDADE 2

População, territórios e fronteiras

Na abertura dessa unidade, pretende-se explorar as percepções dos estudantes sobre a hierarquia e a desigualdade social utilizando como referência o contexto vivenciado em suas comunidades.

Durante o debate, espera-se que haja diferentes relatos sobre a presença de desigualdades nas relações cotidianas entre grupos sociais distintos. Um ponto de partida pode ser a análise das imagens, que retratam paisagens de dois bairros da cidade do Recife. Por meio delas, pode-se incentivar os estudantes a citar privilégios associados às condições materiais de certos grupos em relação aos demais. Com base nessa análise, pode-se incentivá-los a refletir sobre a realidade da comunidade em que vivem.

Além de identificar a presença das desigualdades, os estudantes são encorajados a refletir coletivamente sobre os passos necessários para alcançar a situação hipotética caracterizada pela eliminação da hierarquização social na sociedade brasileira.

É fundamental promover um debate no qual os estudantes não apenas compartilhem suas experiências, mas também apresentem argumentos baseados em fatos, dados e informações confiáveis. Trata-se de uma oportunidade de promover uma análise crítica e embasada dos problemas discutidos, permitindo aos estudantes compreender mais profundamente as questões sociais presentes em seu entorno.

Objetivos de aprendizagem dessa unidade

1. Compreender a política como atividade coletiva que envolve relações de poder, em suas múltiplas dimensões.
2. Reconhecer diferentes formas de dominação.
3. Analisar a construção do conceito de Estado e suas diferentes formas de organização.
4. Examinar o conceito de Estado-nação e refletir sobre a experiência brasileira.
5. Compreender o conceito de estratificação social e seus principais tipos: classe, estamento e casta.
6. Comparar o conceito de classe social em Max Weber e Karl Marx.
7. Conhecer a teoria dos campos e dos capitais de Pierre Bourdieu.
8. Refletir sobre os fatores: raça/cor, gênero e idade como marcadores sociais da diferença, bem como sobre o conceito de interseccionalidade.
9. Analisar diferentes marcadores sociais da diferença na sociedade brasileira atual.

Capítulo 3 Poder, Estado e nação

Os temas desenvolvidos nesse capítulo são as relações de poder e dominação. Como os indivíduos entram em acordo para viver juntos? O que levou diferentes sociedades, ao longo do tempo, a instituir Estados e governos? O que leva indivíduos e grupos a legitimar ou se opor ao poder nas mais variadas circunstâncias da vida coletiva?

Abordam-se nesse capítulo essas e muitas outras questões, procurando estabelecer relações entre a teoria e exemplos de situações que podem ser reconhecidas com facilidade pelos estudantes.

Inicialmente, discute-se o significado da palavra *política*, associando sua etimologia à reflexão e ao debate sobre as formas de viver junto – imperativo da condição humana. Pontua-se a necessidade de regras e compromissos públicos, consentidos pela coletividade, e da criação de instituições que constituem os governos, associando a política às relações de poder e aos modos como é exercido.

Os conceitos de *poder* e *dominação* são discutidos com base nas formulações de Max Weber, atentando à caracterização e à exemplificação dos três tipos puros de dominação legítima.

No capítulo também aborda-se a concepção de poder na obra de Michel Foucault. Para facilitar o aprendizado, incentive os estudantes a analisar a imagem das ruínas do Presídio Modelo (página 73) e a refletir sobre o modo como instituições desse tipo são organizadas, a fim de garantir a internalização da disciplina. Incentive, também, a partir do boxe *Saiba mais* que apresenta a análise de Byung-Chul Ha, a reflexão sobre a relação entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a disciplinarização dos comportamentos, fenômeno que tem se aprofundado com o uso generalizado das plataformas digitais e, particularmente, das redes sociais.

O capítulo aborda também os conceitos de biopoder e biopolítica, destacando o papel do racismo no estabelecimento daqueles cuja vida será ou não protegida. Tal perspectiva embasou as análises do filósofo camaronês Achille Mbembe, que desenvolveu o conceito de necropolítica, o qual compreende a morte como forma de controle social. A análise desses conceitos pelos estudantes contribui para a reflexão sobre a sociedade em que vivem. Nesse sentido, seria interessante incentivá-los a discutir as práticas governamentais adotadas durante a pandemia de covid-19, por meio da imagem da página 75, questionando a efetividade delas para a proteção das populações mais pobres, a fim de debater a possibilidade real do cumprimento de medidas de isolamento e distanciamento social em diferentes contextos.

No capítulo discutem-se, ainda, a dominação masculina e a sociedade patriarcal, desnaturalizando os papéis de gênero, entendidos como construção social. Com base nos estudos da socióloga australiana Raewyn Connell, desenvolve-se o conceito de masculinidade e apontam-se as consequências do patriarcado para os próprios homens. Ao promover essas discussões, é possível incentivar os estudantes a refletir sobre a necessidade urgente de garantir a participação plena das mulheres em posições de liderança, nos níveis político, econômico e social, o que favorece o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

Os debates políticos que se travam atualmente requerem conhecimentos básicos sobre o conceito de Estado e os principais tipos que se constituíram ao longo dos séculos XIX e XX: o Estado liberal, o Estado socialista e o Estado de bem-estar social, bem como sobre a diferenciação entre Estado de direito e Estado de exceção. Por meio deles, é possível incentivar os estudantes a refletir sobre o papel do Estado brasileiro na atualidade, suas atribuições e características.

Do mesmo modo, com base nos conceitos de nação e de Estado-nação, os estudantes poderão refletir sobre a trajetória da construção do Estado brasileiro e os principais debates acerca da formação da noção de nação brasileira, desde o Romantismo, passando pelas teses de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro. Esses debates favorecem o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Diversidade cultural*.

O trabalho com esse tema contemporâneo transversal também é favorecido pela abordagem de Estados plurinacionais, como o da Bolívia. Ao analisar a imagem da jovem boliviana, na página 85, comente que ela integra um coletivo chamado *Imilla Skate*, que significa *Jovem Skate* nas línguas quéchua e aimará. Explique que as integrantes desse coletivo vestem trajes típicos para andar de *skate* como um símbolo de resistência.

Na seção *Contraponto* (páginas 90 e 91), discute-se a atuação das minorias sociais na busca de reconhecimento e ampliação de direitos, atentando aos desafios da articulação coletiva em torno de uma agenda comum. Essa discussão favorece o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*.

A expectativa é de que, ao longo do capítulo, os estudantes construam conhecimentos que os estimulem a refletir sobre as relações de poder em suas múltiplas dimensões, desenvolvendo embasamento crítico para participar da vida coletiva de modo consciente, exercendo protagonismo.

O trabalho com a BNCC nesse capítulo

Os questionamentos sobre as dinâmicas do poder e a formação de Estados e nações, associados à fotografia do grafite de Agnaldo Mirage reproduzida na página 66, ajudam os estudantes a refletir sobre a formação da nação brasileira, promovendo assim o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 2** e **3**.

Ao discutir o significado da palavra *política*, associando-a às relações de poder e aos modos como esse poder é exercido (páginas 67 e 68), os estudantes mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Os estudantes também podem desenvolver essa competência ao compreenderem as ideias de Max Weber sobre poder e dominação (páginas 68 a 71), refletindo sobre a importância deles para a análise da realidade social. Essa reflexão propicia, ainda, o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

Ao compreender o conceito de poder disciplinar desenvolvido por Foucault, bem como a metáfora do pan-óptico (páginas 72 e 73), os estudantes reforçam a **competência geral da Educação Básica 1** e a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao relacionar a organização do espaço aos dispositivos de controle, é possível mobilizar a **habilidade EM13CHS202**. O boxe *Saiba mais* (página 73) oferece subsídios para que os estudantes reflitam sobre o impacto das tecnologias digitais, em especial das redes sociais, no controle dos indivíduos, estabelecendo analogias com o pan-óptico e contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS504**.

A compreensão dos conceitos de *biopoder*, *biopolítica* e *necropolítica* (páginas 74 e 75) e a mobilização deles para examinar a experiência de diferentes sociedades, sobretudo a brasileira diante da pandemia de covid-19, favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**, das **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **5** e das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

Ao analisar a dominação masculina e o patriarcado (página 76), considerando a desigualdade e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, os estudantes podem aprofundar o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Ao identificar o Estado moderno como um projeto político construído para assegurar uma comunidade unificada, com unidade territorial e sistema de leis, regras e instituições comuns (página 79), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**. Ao reconhecer as transformações por que passou o Estado moderno, desde o absolutismo até as revoluções burguesas, bem como as características que não se alteraram, como o monopólio legítimo do uso da força (página 79), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Ao reconhecer os princípios e valores que estão associados aos Estados liberal, socialista e de bem-estar social (páginas 80 a 82), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS504**. Ao relacionar cada um desses modelos aos respectivos contextos econômicos, sociais e culturais, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. A análise da organização dos Estados contemporâneos também contempla a **habilidade EM13CHS603**. Essas mesmas competências e habilidades são mobilizadas pelos estudantes ao identificar o significado do Estado de exceção e suas circunstâncias (página 83). Ao analisar as reflexões do filósofo italiano Giorgio Agamben sobre os Estados contemporâneos que têm suspendido direitos e multiplicado os dispositivos de vigilância (página 83), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS504**.

Ao avaliar os critérios que podem ou não ser comuns a todas as comunidades que se identificam como nações (o território, a língua, a religião, a raça, entre outros) (páginas 83 a 85), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**.

Ao analisar o conceito de Estado-nação e refletir sobre a trajetória brasileira (páginas 86 e 87), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS603**. Ao considerar a influência da colonização portuguesa na formação do Estado e da nação brasileira (página 87), eles desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e também a **habilidade EM13CHS204**.

A análise das várias abordagens sobre a formação da nação e da nacionalidade brasileira (páginas 88 e 89) colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**. As reflexões sobre o preconceito racial no Brasil e a crítica ao mito da democracia racial (página 88) estão relacionadas ao desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Ao examinar diferentes lutas, protagonizadas pelo movimento feminista, pelo movimento negro e pela população LGBTQIA+, e refletir sobre as dificuldades de organização coletiva em torno de uma agenda comum (páginas 90 e 91), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. A reflexão sobre os problemas que se colocam para a luta política dos grupos minoritários mobiliza, também, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 67)

1. Na tirinha, o termo *política* é tomado em sentido bastante amplo, como algo que atravessa todos os aspectos da vida cotidiana, conforme expresso na fala do personagem Camilo, no primeiro quadrinho: "Tudo é política, Armandinho!". Com base nessa fala, é possível argumentar que política, na interpretação dos personagens, compreende desde as interações pessoais e ações diárias até as decisões mais amplas da sociedade.
2. Podem ser citadas tanto situações relacionadas à política institucional – como a participação em grêmios estudantis, movimentos sociais e associações de bairro – como situações cotidianas atravessadas por relações de poder – como debates sobre regras em sala de aula, em ambiente familiar ou no círculo de amigos.

Comentário

A atividade demanda a leitura de uma tirinha, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao relacionar o conceito de política exposto no capítulo ao expresso na tirinha, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

Enfoque (página 69)

1. Para Max Weber, poder é a possibilidade de um indivíduo ou um grupo impor ou fazer com que outras pessoas ajam segundo sua vontade, independentemente da existência ou não de resistências.

2. Segundo Weber, toda dominação é caracterizada pela possibilidade de encontrar obediência. Nesse sentido, existe, nas relações de dominação, certa vontade de obedecer, ou seja, certo interesse na obediência.

Comentário

A atividade parte da leitura de um excerto de Max Weber, colaborando para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. A reflexão sobre os conceitos de poder e de dominação mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, bem como a **competência geral da Educação Básica 1**.

Enfoque (página 71)

1. Na fotografia, é possível observar uma procissão religiosa cristã. Os elementos visuais que podem caracterizar a dominação são: o protagonismo do líder religioso, o papa Paulo VI, que ocupa posição de destaque, sendo conduzido no alto para ser observado pelas demais pessoas; a vestimenta ritualística distintiva utilizada por ele, composta de adornos, como a mitra (espécie de chapéu com duas pontas utilizado por autoridades da Igreja em ocasiões específicas); a utilização de insígnias, como a férula (espécie de bastão, com um crucifixo na parte superior, que simboliza o poder papal).
2. Lideranças religiosas exercem dominação sobre seus seguidores por meio de características regimentais e tradicionais de seu seguimento religioso. A atração de novos fiéis pode envolver também o aspecto carismático.

Comentário

Ao observar a imagem, identificar e explicar os elementos que permitem relacioná-la ao conceito de dominação, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 72)

1. Segundo Foucault, a disciplina é um tipo de poder e também uma forma de exercê-lo.
2. Não. Foucault refuta a concepção de poder como algo centralizado e exercido exclusivamente por meio de instituições, como o Estado. Em contraposição a isso, ele argumenta que o poder é exercido de forma difusa e descentralizada, permeando todas as relações sociais.
3. Na concepção do autor, técnicas disciplinares são incorporadas pelos indivíduos em instituições como escolas, prisões, hospitais e fábricas por meio de vigilância constante, hierarquia e normalização, produzindo corpos dóceis e obedientes. Assim, é exemplo da concepção foucaultiana de poder a disciplina de trabalhadores em uma fábrica, de soldados no exército ou de estudantes na escola.

Comentário

A atividade retoma os conceitos de Foucault por meio da leitura do texto didático e de um excerto do autor. A compreensão desses conceitos, bem como a seleção de um exemplo, mobiliza a **habilidade EM13CHS103** e a **competência geral da Educação Básica 1**.

Enfoque (página 82)

1. A charge satiriza o direito à aposentadoria no Brasil. Nela, um personagem de terno preto, representando um segurança, barra a entrada de dois idosos a uma porta acima da qual está escrita a palavra "aposentadoria". A fala do segurança, que chama o idoso de "garoto", alude à ampliação da idade mínima para se aposentar no país.
2. A aposentadoria é um dos direitos presentes no Estado de bem-estar social. A sátira presente na charge revela as dificuldades de acesso a esse direito, o que pode ser interpretado como um indício do enfraquecimento do Estado de bem-estar social na atualidade.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a interpretação de uma charge, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao compreender a crítica proposta na charge, que envolve o enfraquecimento de direitos sociais garantidos pelo sistema de *Welfare State*, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS504**.

Enfoque (página 86)

1. O tema abordado é o direito constitucional à moradia.
2. Embora o direito à moradia esteja previsto na Constituição brasileira, sua efetivação não é assegurada igualmente a todas as pessoas. A charge aborda essa contradição ao representar uma cena de desigualdade social: pessoas vivendo em habitações improvisadas diante de uma placa publicitária que destaca o direito à moradia como um dos direitos humanos. A contradição também é evidenciada pelas falas do personagem que realiza a leitura da constituição: ele gostaria de ter um direito que, segundo o texto constitucional, ele já tem, uma vez que a moradia é um direito de todos os brasileiros.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a interpretação de uma charge, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar a contradição entre o direito constitucional à moradia e a efetivação desse direito, reconhecendo a crítica à desigualdade no usufruto desse direito, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

A análise crítica sobre o direito à moradia no país favorece a abordagem do tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*.

Enfoque (página 88)

1. No que tange ao mercado de trabalho e à distribuição de renda, é possível notar uma enorme disparidade na ocupação de cargos gerenciais, em que a população branca ocupa mais do que o dobro das posições do que a soma de pretos e pardos. A disparidade é notável também nas taxas de pobreza, em que a maior porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza – tanto na faixa com renda menor do que 1,90 dólar por dia quanto na faixa com renda menor do que 5,50 dólares por dia – é composta da população negra (ou seja, a soma de pretos e pardos). Quando analisadas as condições de moradia e patrimônio, é possível notar que a propriedade de terras no Brasil é predominantemente branca: a posse de estabelecimentos agropecuários por pessoas negras corresponde a menos de um quarto da propriedade de pessoas brancas. A disparidade racial e de gênero se revela nas taxas de homicídio, em que se nota uma mortalidade substancialmente maior de homens, sobretudo de homens negros. A análise dos dados evidencia a existência da desigualdade racial no Brasil.
2. Ao afirmar que existiria no Brasil uma democracia racial, Gilberto Freyre sugere a existência de uma coexistência harmoniosa de pessoas de diferentes raças, sem discriminação significativa. Ao evidenciar a existência de desigualdade racial na distribuição de renda, terra e patrimônio e na violência, os dados contrariam as noções de igualdade e harmonia na convivência, refutando a tese de Gilberto Freyre.

Comentário

A atividade envolve a leitura e a análise de informações apresentadas em um infográfico sobre mercado de trabalho e distribuição de renda, condições de moradia e patrimônio e violência, mobilizando as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS402**. Ao confrontar essas informações com a tese de Gilberto Freyre a respeito da democracia racial, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**. As reflexões sobre as desigualdades sociais relacionadas a cor e raça favorecem o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502** e **EM13CHS601**.

Contraponto (páginas 90 e 91)

1. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a questão do específico *versus* universal nos temas que envolvem a resistência política. Eles podem afirmar que as identidades sociais, bem como as experiências individuais, são múltiplas e multifacetadas, de modo que a apresentação de características e interesses de um grupo como homogêneos pode implicar o ocultamento da diversidade interna.
2. Na década de 1990, a contribuição da população então denominada GLS (hoje LGBTQIA+) para o desenvolvimento de políticas de saúde pública que ampliassem o acesso a medicamentos mostra que o atendimento das demandas de um grupo específico pode contribuir, mais tarde, para toda a população. Com base nesse exemplo, espera-se que os estudantes listem outras situações de ampliação da democracia e da inclusão social por meio das lutas de grupos minoritários, argumentando que o avanço em pautas específicas colabora para a busca de igualdade para o conjunto da sociedade, uma vez que a solução de conflitos ou a expansão de direitos específicos ampliam a democracia.

Comentário

A atividade envolve a leitura e a compreensão de trechos de artigos acadêmicos, cooperando para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao avaliar os impasses políticos colocados pelas agendas minoritárias, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS504**. Ao relacionar a ampliação de direitos de um grupo minoritário à conquista de direitos pela sociedade como um todo, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Oficina (páginas 92 e 93)

1. É possível afirmar que política diz respeito a tudo o que se relaciona à vida coletiva, isto é, à relação entre os seres humanos vivendo juntos e negociando as formas e meios desse viver.
2. O poder, compreendido não como propriedade, mas como exercício nas relações sociais, manifesta-se em todas as interações humanas: na transmissão de valores e regras, na educação, nos mais diversos tipos de relação hierárquica e em todos os tipos de disputa. Por exemplo, a autoridade que os pais exercem sobre os filhos e os professores sobre os estudantes, uma discussão entre vizinhos, uma disputa eleitoral do grêmio estudantil, a votação para eleição de um síndico em um condomínio são típicas relações de poder.

Comentário

A resposta demanda a retomada dos conceitos desenvolvidos no capítulo e a seleção de exemplos, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao elaborar um texto dissertativo sobre o tema proposto, os estudantes mobilizam a **habilidade da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**.

3. **a.** As autoras se referem à dominação masculina.

   b. A dominação masculina impõe múltiplas desigualdades entre homens e mulheres, reforçando a ideologia de que os homens são provedores e, por isso, as mulheres devem ser submissas a seu poder. Essa ideologia tem impactos concretos no valor do trabalho das mulheres, em seus papéis sociais, em sua liberdade de comportamento, expressão etc. Além disso, a dominação masculina alimenta o comportamento que pode levar à violência contra mulheres.

c. Ao longo do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, surgiram e se desenvolveram amplamente vários movimentos feministas e de mulheres cujas pautas vão desde a luta pela participação política até a reivindicação por melhores salários, campanhas contra violência de gênero, liberdade sexual etc.

Comentário

A atividade envolve a leitura de um trecho de artigo acadêmico, promovendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao constatar as relações entre a sociedade patriarcal e as desigualdades sociais, e identificar as lutas das mulheres ao longo do tempo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

4. Nessa atividade, os estudantes poderão aprofundar sua compreensão acerca da concepção weberiana de Estado, por meio de uma metodologia ativa: o estudo de caso. Desse modo, poderão exercitar a aprendizagem prática e a colaboração, desenvolvendo habilidades de pesquisa, interpretação e análise, tomada de nota e construção de relatórios e trabalho em grupo. Para realizar a atividade, divida o trabalho em três etapas.

I. Pesquisa

- Auxilie os grupos na pesquisa sobre a política pública que será analisada. Para isso, forneça uma lista de fontes confiáveis (como livros, revistas, jornais, artigos e *sites*) que os estudantes possam consultar. Aproveite o momento para orientar a turma na identificação de fontes confiáveis, reforçando a importância de atentar à credibilidade das fontes e de verificar as informações.
- Oriente os grupos na divisão interna de tarefas, assegurando que todos os tópicos solicitados sejam abordados e que todos os estudantes contribuam igualmente e de maneira colaborativa.

II. Tomada de nota

- Oriente os estudantes na elaboração dos relatórios. Para isso, defina a estrutura que eles devem seguir para a produção do documento (por exemplo: introdução, desenvolvimento, conclusões e referências bibliográficas).
- Ensine os estudantes a citar adequadamente as fontes que deverão integrar a seção de referências bibliográficas, conforme estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

III. Análise

- Reserve um momento da aula para que os estudantes debatam as informações dos relatórios buscando responder ao roteiro de análise proposto. Para auxiliá-los nesse processo, proponha-lhes que revisitem seus registros de aprendizagem, recuperando a formulação weberiana de Estado como monopólio legítimo da violência.
- Durante a análise das políticas, auxilie os estudantes na compreensão dos dois aspectos: o monopólio da violência (que envolve os aspectos coercitivos do aparato estatal, e, consequentemente, da política analisada) e a legitimidade da ação (que remete ao consentimento, isto é, à aceitação pela população).

Comentário

A realização de um estudo de caso é uma metodologia ativa, que inclui: pesquisa de fontes, seleção e organização de informações, resolução das questões propostas e apresentação dos resultados do trabalho. Ao analisar a atuação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, à luz da teoria de Estado de Max Weber, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103**. A avaliação dos impactos dessa política pública nas comunidades mobiliza a **habilidade EM13CHS204**. O percurso sugerido para o trabalho, simulando os passos do trabalho científico, bem como o tema escolhido, favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**.

5. **a.** A música menciona as chacinas nas favelas ("na favela é mais uma chacina", "polícia silencia e assassina"), a violência policial a mando do Estado ("governador mandou mirar na cabecinha"), a negligência e a desumanização nos serviços de saúde ("doutor mandou não anestesiar").

b. Os alvos da violência descrita na música são, principalmente, as pessoas negras ("o alvo é a melanina") e as populações que vivem nas favelas.

c. Necropolítica é um conceito proposto pelo filósofo camaronês Mbembe para analisar o exercício da soberania nas sociedades contemporâneas por meio da exposição à morte e do exercício do terror como forma de controle social. Tal lógica de poder é descrita na música, que denuncia práticas de violência direcionadas e sistemáticas em que o Estado, por meio das políticas de segurança pública e saúde, escolhe quem vive e quem morre.

6. Em suas redações, espera-se que os estudantes demonstrem a compreensão sobre a constituição da nação brasileira, utilizando conceitos estudados ao longo do capítulo e levando em consideração a diversidade cultural do país. Para isso, é possível que utilizem como elementos argumentativos:

- A análise do grafite de Agnaldo Mirage, comentando a relação entre um símbolo nacional (a bandeira) e o rosto da menina representado sobre ele, a fim de destacar a participação da população negra na composição da nação brasileira.
- A análise do texto de Sérgio Buarque de Holanda, refletindo sobre a tentativa de imposição da cultura europeia no Brasil e sobre o fato de que a caracterização da população como desterrada em sua terra provoca uma reflexão a respeito identidade brasileira.
- A análise do texto de Darcy Ribeiro, refletindo sobre as diferentes matrizes étnicas e culturais (indígenas, africanas, europeias, asiáticas) que constituem o Brasil.
  Se julgar conveniente, oriente os estudantes a identificar e superar, nos textos avaliados, fragilidades argumentativas, como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

Ao retomar o texto didático, ler excertos de textos clássicos do pensamento social brasileiro e analisar a imagem da abertura, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS101**. A reflexão sobre a formação da nação brasileira e as diferentes culturas nela presentes favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. A elaboração de um texto dissertativo-argumentativo mobiliza a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**.

7. Resposta: **d.** O Estado moderno pressupõe um funcionamento baseado na dominação racional-legal, de modo que a dominação carismática e/ou as características subjetivas ou individuais dos governantes devem importar menos nos processos de administração.

8. Resposta: **a.** O excerto foi extraído da obra *Vigiar e Punir*, na qual Foucault aborda a dominação por meio da disciplina. Hospitais, quartéis, presídios e escolas são espaços de exercício do poder disciplinar.

Sugestões

Artigos

RIBEIRO, Eduardo. Impactos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) sobre cotidianos escolares. **Lua Nova**, São Paulo, n. 110, p. 155-188, 2020.

Nesse artigo, o sociólogo Eduardo Ribeiro analisa os impactos da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora em diferentes comunidades do Rio de Janeiro, examinando dados sobre a ocorrência de eventos que alteraram os padrões de funcionamento das escolas.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Panóptico digital e estruturas psicopolíticas: uma análise a partir das reflexões de Byung-Chul Han. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 106-123, mar./ago. 2023.

O doutor e professor da área de ciência da informação, Fabiano Couto Corrêa da Silva, apresenta, nesse artigo, o conceito de panóptico digital desenvolvido por Byung-Chul Han, a fim de discutir os efeitos das tecnologias digitais no controle do comportamento individual na atualidade, considerando a ameça representada por esse controle para a privacidade e a autonomia das pessoas.

Capítulo 4 População e estratificação social

São tratadas nesse capítulo as principais teorias para a análise da estratificação social em diferentes contextos. Para facilitar a compreensão dos assuntos pelos estudantes, são apresentados exemplos relacionados à vida cotidiana, gráficos, quadros e imagens variadas. Tais recursos podem constituir excelentes pontos de partida para o trabalho docente.

Nas discussões propostas busca-se estabelecer relações entre os temas estudados e a realidade brasileira, abordando, por exemplo, índices de desigualdade e o debate sobre a emergência de uma nova classe média. O diálogo com o componente curricular história, ao tratar da sociedade brasileira no período colonial, enriquece a proposta, facilitando a compreensão dos legados da escravidão na atualidade.

Além disso, o conceito de *interseccionalidade*, estudado no capítulo 1, é aprofundado, fundamentando novas reflexões pelos estudantes.

As reflexões acerca da desigualdade econômica, considerando suas formas de produção e reprodução, bem como sobre as variáveis raça e gênero como fatores de estratificação social, podem servir como ponto de partida para incentivar os estudantes a pensar em formas de superar esses problemas, favorecendo o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

O capítulo também estabelece relações com o mundo do trabalho, analisando principalmente a relação entre gênero, trabalho e estratificação social. Essa abordagem favorece a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho* e contribui para a discussão do alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

A expectativa é de que os estudantes adquiram ferramentas para analisar a sociedade atual, participem criticamente do debate público com argumentos sólidos e façam escolhas alinhadas a princípios democráticos e inclusivos.

O trabalho com a BNCC nesse capítulo

Ao despertar a curiosidade dos estudantes para as diferenças sociais percebidas no dia a dia, relacionando-as à distribuição de renda e à estratificação social e convidando-os a compreender, analisar e discutir a realidade em que vivem (página 94), contempla-se a **competência geral da Educação Básica 1**.

A mesma competência é mobilizada na compreensão do conceito de estratificação social, dos tipos de estratificação e de sua relação com a desigualdade (páginas 95 a 97), abordagem que favorece, ainda, o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Ambas as competências também são mobilizadas durante o estudo do conceito de classe social, de acordo com as teorias de Max Weber e Karl Marx (páginas 98 a 101). A comparação entre essas teorias promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**. A diferenciação de *classe em si* e *classe para si* e da relação delas com o modo de produção capitalista (página 100) possibilita o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS401**.

A análise do *Critério Brasil* como forma de mensurar as classes sociais no país (página 102) favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS606**. Ao refletir sobre o fenômeno da "nova classe média" e os argumentos apresentados para criticá-lo (página 103), os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**.

Ao analisar a dimensão simbólica das classes sociais (páginas 104 a 109), os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 1**. Ao constatar que as distinções de classe se constituem nas interações sociais, se exteriorizam e se internalizam (páginas 105 e 106), eles desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. A reflexão sobre os estilos de vida, valores e condutas relacionados ao *habitus* (página 107) mobiliza a **habilidade EM13CHS502**.

Na discussão sobre a relação entre estratificação, mobilidade social e desigualdade econômica (páginas 110 a 115), ao associar as classes sociais ao modo de produção capitalista, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**. A compreensão dos processos de produção e reprodução da desigualdade econômica (páginas 110 e 111) mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. A identificação dos índices mais relevantes para mensurar a desigualdade econômica e social – o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano – e a análise dos dados referentes à sociedade brasileira (página 112), permitem que os estudantes desenvolvam as **habilidades EM13CHS402** e **EM13CHS606**. As reflexões sobre a necessidade de criar condições para ampliar as oportunidades de mobilidade social e a crítica à meritocracia (página 114 e 115) colaboram para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Ao relacionar o legado da escravidão à raça/cor como variável de estratificação social, bem como ao mobilizar o conceito de interseccionalidade para a compreensão das desigualdades (páginas 115 a 120), os estudantes desenvolvem as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **4**, bem como as **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503**. A análise do gráfico a respeito da situação escolar de jovens entre 15 e 17 anos (página 120) proporciona o reconhecimento da importância da abordagem interseccional, colaborando para que as **habilidades EM13CHS601** e **EM13CHS606** sejam trabalhadas.

Ao constatar o uso das diferenças biológicas entre homens e mulheres como base para naturalizar os papéis sociais a eles atribuídos (página 121), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502** e a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT305**. As reflexões sobre os entraves para o ingresso e a permanência das mulheres brasileiras no mercado de trabalho mobilizam as **habilidades EM13CHS402**, **EM13CHS404** e **EM13CHS606**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 95)

1. A pirâmide foi representada com três andares, separados por barreiras de arame farpado; um homem branco de terno ocupa sozinho o andar superior; pessoas negras e brancas de camiseta e calça ocupam os patamares inferiores.
2. É possível identificar como representativos de hierarquização: o formato da pirâmide (que comporta, no topo, um número de pessoas muito menor do que na base); a difícil ascensão para os patamares superiores (materializada pela barreira de arame farpado entre os estratos) e o uso de vestimenta indicativa de *status* social mais alto no nível superior.

Comentário

Ao solicitar a leitura e a interpretação da charge, relacionando-a ao conceito de hierarquização social, a atividade mobiliza a **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 99)

1. O nível de ocupação mais alto é o dos homens com Ensino Superior completo (84,2%). O nível de ocupação mais baixo é o das mulheres sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto (23,5%).
2. A análise weberiana atenta à possibilidade dos indivíduos de dispor de bens, habilidades, condições de vida e experiências que proporcionem a obtenção de benefícios financeiros em um sistema econômico específico, determinando sua situação de classe. Pela leitura do gráfico, constata-se que o nível de instrução influencia diretamente essa possibilidade: os dados revelam um aumento progressivo no nível de ocupação, conforme o aumento do nível de escolaridade. Desse modo, confirmam a posição de privilégio das pessoas com maior escolaridade em relação às demais.
3. No gráfico, é possível notar que homens e mulheres com o mesmo nível de instrução apresentam diferentes níveis de ocupação, o que evidencia que a variável sexo opera como fator de estratificação social. Para Max Weber, a estratificação é influenciada pelo prestígio e pelo poder. Desse modo, a discrepância no nível de ocupação entre homens e mulheres com a mesma instrução sugere que o prestígio e o poder associados a determinados empregos são distribuídos de maneira desigual. Isso possibilita inferir que, ainda que a escolarização seja uma variável para a mobilidade social e a posição de classe, as disparidades de sexo operam como um marcador de desigualdade significativo na determinação da situação ocupacional.

Comentário

A leitura e a análise do gráfico mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao recorrer ao conceito weberiano de classe nessa tarefa, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**. Ao refletir sobre o gênero como marcador de desigualdade na sociedade brasileira, eles desenvolvem as **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS606**.

Enfoque (página 103)

1. Ao representar uma pessoa voltando a pedir dinheiro após uma temporada na classe C, a charge satiriza a transitoriedade da nova classe média, destacando a facilidade de retorno às classes de menor poder aquisitivo.
2. Ao abordar o caráter transitório da nova classe média, a charge reforça a crítica realizada pelos pesquisadores, que indicaram a possibilidade de essa classe deixar de existir em razão de mudanças na economia.

Comentário

Ao realizar a leitura e a interpretação da charge, relacionando-a ao fenômeno da nova classe média, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar a crítica contida na charge, relacionando-a aos estudos sobre a nova classe média, eles desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

Enfoque (página 109)

1. No texto, a análise do comportamento à mesa é um meio de mensurar se um indivíduo é "bem-educado". Nesse contexto de uso, a expressão "bem-educado" pode ser interpretada como o agir seguindo práticas de refinamento cultural e social, que expressam distinção social. Para exemplificar o argumento, a autora do texto menciona um ex-presidente de uma empresa multinacional que, em razão de sua mobilidade social ascendente, pôde exercitar e aguçar sua percepção acerca das nuances culturais e comportamentais associadas a diferentes estratos sociais que operam como distintivos de classe. A menção ao modo como sua mãe se portava à mesa, em comparação ao comportamento da sogra professora, destaca o fato de que as práticas culturais podem ser interpretadas como indicadores de *status* social.
2. Com base no texto citado, propõe-se um exercício de reflexão aos estudantes com o objetivo de levá-los a compreender o princípio do *habitus* como um processo gerador de práticas classificáveis. Ao identificar as práticas sociais e sua origem, os estudantes poderão perceber quanto delas é aquisição da classe social de origem e quanto vem dos processos de socialização que realiza cotidianamente, inclusive com a finalidade de adquirir símbolos para uma possível mobilidade social.

Comentário

A atividade 1 demanda a leitura e a interpretação de um trecho de artigo acadêmico, promovendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao associar os modos de se portar à mesa aos conceitos desenvolvidos no capítulo, como os de *habitus, status* social e posição de classe, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**. Ao aplicar esses conceitos a sua experiência de vida, desenvolvem também a **competência geral da Educação Básica 8**.

Enfoque (página 112)

1. Os dados do gráfico revelam um movimento de queda das desigualdades no país, expresso pela redução paulatina do Índice de Gini.
2. Após 2015, a desigualdade no país voltou a subir até 2018, apresentou leve queda em 2019, queda relevante em 2020 e aumento expressivo em 2021.

Comentário

A leitura e a interpretação do gráfico mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao constatar as variações no índice de desigualdade na sociedade brasileira, a atividade colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS606**.

Trabalho e juventudes (página 113)

Apresentam-se nessa seção o bacharelado em serviço social e as possibilidades de atuação para os profissionais dessa área.

Explique aos estudantes que o assistente social colabora para que a população reconheça seus direitos e tenha orientação para o acesso aos serviços públicos, atuando em órgãos do governo, movimentos sociais ou empresas privadas. Ao participar da elaboração e avaliação de políticas públicas, o assistente social pode se especializar em uma área de atuação, como saúde, educação, e proteção à infância.

Comentário

Ao destacar a contribuição de profissionais dessa área para a identificação de questões sociais e para a superação das desigualdades, a seção contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**. As informações sobre a formação e a atuação do assistente social contemplam a **competência geral da Educação Básica 6**, bem como o tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Enfoque (página 117)

1. Na charge, um homem e uma mulher precisam atravessar um precipício para chegar ao emprego. Enquanto o homem conta com o auxílio de uma esteira rolante, podendo chegar facilmente ao destino, a mulher depara-se com uma ponte precária, feita de corda e pedaços de madeira. Ao representar os diferentes caminhos trilhados pelos personagens, destacando as dificuldades muito maiores enfrentadas pela mulher, a charge critica a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho relacionada ao gênero.

2. No geral, espera-se que os estudantes constatem a existência de uma sobrecarga de trabalho para as mulheres. Se algum estudante relatar uma experiência na qual os membros da família dividem as tarefas de casa, peça a ele que conte sua experiência para a turma, com foco nos aspectos positivos dessa forma de designar funções para todos os membros da família.

Comentário

A atividade parte da leitura e da interpretação de uma charge, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao refletir sobre a relação entre desigualdade de gênero, mercado de trabalho e realização de atividades não remuneradas, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 119)

1. Maior rendimento: homens brancos. Menor rendimento: mulheres negras. O mesmo padrão se mantém em 2012 e em 2022.

2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o peso das variáveis raça e gênero na produção de desigualdades. Considerando o gráfico apresentado, a variável gênero interfere na renda tanto de mulheres brancas como de mulheres negras. No entanto, para as mulheres negras, a variável raça opera como fator de discriminação e, portanto, dificultador de sua ascensão econômica, acarretando a posição mais baixa na escala salarial.

Comentário

A leitura e a análise do gráfico colaboram para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. As reflexões sobre o rendimento médio dos brasileiros, considerando as variáveis sexo e cor ou raça, mobilizam as **habilidades EM13CHS402** e **EM13CHS502**.

Entre saberes (página 121)

1. Os dados do gráfico 1 mostram a participação de homens e mulheres em afazeres domésticos e/ou cuidados com pessoas em horas semanais. De acordo com o gráfico, tanto as mulheres brancas como as mulheres negras (pretas ou pardas) trabalham aproximadamente o dobro de horas semanais nessas funções do que os homens de mesma cor ou raça. As mulheres negras são as que dedicam mais tempo a essas funções (22 horas). O tempo dedicado a essas tarefas pode ser um fator impeditivo para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que, como mostra o gráfico 2, é menor que a dos homens. Esse dado é reforçado pelo gráfico 3, que revela a taxa de ocupação menor das mulheres com filhos de até 3 anos, indicando que a necessidade de cuidar da família pode ser um obstáculo para seu ingresso e sua permanência no mercado de trabalho.

2. Os dados apresentados nos gráficos mostram a maior participação das mulheres no trabalho não remunerado e sua menor inserção no trabalho remunerado. Pode-se creditar esses dados à naturalização das funções sociais do cuidado, que, ao considerar a mulher como geradora da vida e, portanto, responsável por cuidar dela, a mantém no trabalho não remunerado. Isso impede que as mulheres tenham renda e ascendam socialmente. Também impede, em muitos casos, o acesso à escolaridade, que permitiria adquirir capital cultural, assim como obter mais qualificação para ingressar no mercado de trabalho remunerado. Ou seja, a naturalização das funções sociais de sexo mantém as mulheres em posição de desvantagem e, consequentemente, reforça a sua permanência na classe social de origem.

Comentário

A leitura e a análise de gráficos, a fim de discutir as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a inserção no mercado de trabalho, mobilizam as **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS402** e **EM13CHS404**. As reflexões sobre os problemas sociais decorrentes da naturalização das funções sociais estão associadas à **habilidade EM13CHS502**, bem como à **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT305**. Tais discussões contribuem, ainda, para a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Oficina (páginas 122 e 123)

1. As **castas** são formadas com base em critérios de crença, costumes e religião, têm caráter hereditário e baixa mobilidade social. A sociedade indiana é um exemplo de sistema de castas vigente nos dias atuais. Os **estamentos** são constituídos por grupos cuja base é o *status* social ou o prestígio social de seus componentes. Um exemplo de sociedade cuja estratificação se organiza em estamentos foi a sociedade feudal da Europa medieval entre os séculos V e XV. As **classes sociais**, por fim, têm base na distribuição dos bens materiais de forma desigual, fundamentada na posição que as pessoas ocupam nas relações de produção. Um exemplo de sociedade estratificada em classes é a sociedade capitalista contemporânea.

2. **a.** A nova classe média.

   b. A caracterísitca principal da parcela da população que integra a chamada nova classe média é a obtenção de melhoria em suas condições de vida, adquirindo certa mobilidade ascendente, proveniente do aumento de sua escolaridade e da obtenção de empregos qualificados e formais ou da abertura de negócios formais.

   c. A charge ironiza o padrão de consumo como indicador de ascensão da nova classe média. Para isso, ela apresenta o título "Pobreza diminui" indicando a ascensão por meio do consumo de roupas novas, mas sem necessariamente mudar a condição de trabalho da pessoa.

d. Na leitura sociológica, a apelidada nova classe média constituía, ainda, uma classe trabalhadora. Pesquisadores argumentaram que a melhoria nas condições de vida dessa população, verificada sobretudo pela capacidade de consumo, não seria duradoura, estando sujeita a flutuações econômicas. Além disso, apesar da melhoria econômica, o novo poder de compra não implicava necessariamente uma expansão do capital cultural e do capital social, que poderiam proporcionar uma mobilidade social a longo prazo.

Comentário

A leitura e a interpretação da charge mobilizam a **habilidade EM13CSH103**. Ao identificar a crítica presente na charge, relacionando-a a análises sociológicas, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 2** e a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

3. O texto de Carolina Pulici faz referências a pessoas da classe superior, que mobilizam os capitais adquiridos ao longo de sua trajetória, incluindo a transmissão familiar, para práticas sociais – formas de vestir, comer, se portar – relacionadas a eles, expressando o *habitus* de classe, ou seja, o princípio gerador de práticas classificáveis e relacionadas aos capitais que a pessoa possui. Com base nesse entendimento, os estudantes poderão utilizar os conceitos apresentados para discorrer sobre práticas sociais em que o *habitus* de classe está presente, citando, por exemplo, a forma como se vestem, os esportes que praticam e o modo como se divertem. Se necessário, proponha aos estudantes a reescrita do texto, a fim de de identificar e superar fragilidades argumentativas, como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

A atividade demanda a leitura de texto sociológico, favorecendo o desenvolvimento da habilidade **EM13CHS103**.

4. Para a sociologia, a mobilidade social consiste na possibilidade de um indivíduo transitar – de forma ascendente ou descendente – em um tipo de estratificação social. Ela é comum no tipo de estratificação social de classes. No entanto, como evidencia o texto, as condições sociais na quais os indivíduos se encontram podem ou não ser favoráveis para a mobilidade social.

Comentário

A leitura e a análise de texto jornalístico a respeito de pesquisa sobre a mobilidade social, apresentando entraves para a superação da pobreza, favorecem o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS502**.

5. Nessa atividade, pretende-se trabalhar com os estudantes a análise da percepção da mobilidade social na vida cotidiana, com base em entrevistas a pessoas de sua convivência. Os estudantes poderão se apropriar de conhecimentos sociológicos, ao refletir sobre a realidade social em que estão inseridos, sistematizando, analisando e articulando as respostas obtidas aos conceitos e teorias estudados.

Dependendo da realidade escolar, as gravações de áudio podem ser substituídas pela transcrição das entrevistas. Nesse caso, oriente os estudantes a respeitar os modos de falar, as pausas e as expressões utilizadas pelos entrevistados.

Defina com os estudantes a estrutura que deverá ser seguida para a construção do relatório – por exemplo, introdução, desenvolvimento, conclusão e fontes.

Ao final, oriente-os a apresentar seus relatórios para a turma e, em conjunto, discutir as variáveis que fundamentam o tipo de estratificação social identificada.

Comentário

Ao realizar a entrevista, os estudantes têm a oportunidade de exercitar um método de pesquisa científica, favorecendo o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**. O tema proposto está associado às **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **4** e colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS606**. Ao elaborar os questionários a serem aplicados e produzir os relatórios, os estudantes desenvolvem as **habilidades do componente curricular Língua Portuguesa, da área de Linguagens e suas Tecnologias**, **EM13LP33** e **EM13LP34**.

6. Resposta **a**. O texto de Norbert Elias destaca a utilização de garfos como um fator de distinção utilizado pelas classes mais altas da Europa entre os séculos XVI e XVII.

7. Resposta **e**. O primeiro trecho relaciona as cinco diferentes classes sociais, distinguindo as relações de poder entre elas com base na renda ou na ausência dessa, como propõe Weber. No segundo trecho, todavia, a apreciação que se faz das classes está relacionada às relações de produção, caso específico da sociedade capitalista, como posto por Marx.

Sugestões

Livro

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

O livro reúne um conjunto de artigos e conferências de Pierre Bourdieu, que permitem ampliar a compreensão de temas como o poder simbólico, os conceitos de *habitus* e de campo e a posição de classe no espaço social.

UNIDADE 3

Ética e cidadania

A abertura desta unidade promove uma discussão sobre o conceito de cidadania e sua relação com os direitos individuais. Os estudantes são incentivados a refletir sobre suas experiências pessoais relacionadas ao respeito e à violação desses direitos.

As imagens apresentam, respectivamente, um direito (o lazer) e um protesto contra uma forma de violência que fere os direitos dos cidadãos (o racismo). Pergunte aos estudantes se o direito ao lazer é respeitado em seu local de vivência. Questione, por exemplo, se há espaços públicos destinados a atividades desse tipo e se esses espaços são acessíveis a todas as pessoas. Pergunte-lhes também se já vivenciaram situações de racismo ou alguma outra forma de violação de direitos e como reagiram naquele momento. Caso não tenham exemplos próprios para compartilhar, incentive-os a refletir sobre como agiriam em uma situação hipotética se fossem vítimas ou estivessem acompanhando um familiar ou colega que fosse alvo de racismo. Denunciar, oferecer apoio à vítima e buscar ajuda profissional podem ser exemplos de comportamentos indicados pelos estudantes para lidar com essas situações.

Essa discussão proporciona aos estudantes uma oportunidade para compartilharem suas experiências pessoais, praticarem a escuta ativa e exercitarem a empatia, o diálogo e o respeito mútuo, com acolhimento e valorização de indivíduos sem preconceitos de qualquer natureza. Também se trata de um momento em que eles podem ampliar o autoconhecimento e o cuidado com a saúde mental, reconhecendo suas emoções e as dos outros, como preconizado na BNCC.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Compreender os conceitos de interação social, socialização, papel social e suas representações.
2. Analisar os processos sociais de construção de identidades, a produção de estereótipos e estigmas.
3. Reconhecer sexo, gênero e sexualidade como marcadores sociais da diferença e da produção de desigualdades.
4. Compreender os conceitos de raça e etnia como construções sociais, identificando-os como marcadores de distinções, com ênfase na análise da sociedade brasileira.
5. Identificar o fator geracional na produção de identidades nas sociedades contemporâneas, situando-o historicamente e estabelecendo relações com a produção de estereótipos e discriminações.
6. Compreender o que são direitos humanos, estabelecendo relações com a construção da cidadania.
7. Reconhecer os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais e analisar a trajetória desses direitos na experiência política brasileira.
8. Identificar novas demandas geradas pela expansão da cidadania na contemporaneidade.
9. Analisar os tipos de preconceito e discriminação existentes na sociedade brasileira e propor estratégias para combatê-los.
10. Conhecer e avaliar políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades no acesso aos direitos garantidos pela Constituição brasileira de 1988.

Capítulo 5 Socialização e marcadores sociais da diferença

Um bom ponto de partida para o estudo do capítulo é orientar os estudantes a analisar o mundo ao redor, notando as diferenças entre as pessoas. Essas diferenças, ao serem compartilhadas por um grupo, apontam para a constituição de identidades coletivas. O capítulo se dedica a discutir como as identidades são produzidas socialmente, analisando marcadores sociais das diferenças e seus efeitos para a sociedade e para os indivíduos.

O texto didático discorre sobre os conceitos de interação social, socialização e negociação identitária. Discute, também, a constituição de estereótipos e a produção de estigmas, bem como marcadores sociais da diferença que operam nas sociedades contemporâneas: sexo, gênero e sexualidade; raça e etnia; idade. É importante assinalar que tais critérios de diferenciação não são "naturais", e sim construídos por meio de processos históricos, sociais e culturais.

O estudo do capítulo estabelece conexões com a experiência de vida dos estudantes ao discutir a formação das identidades e debater a representação de papéis sociais – temas caros aos adolescentes –, favorecendo a promoção de importantes reflexões, como a prática do *bullying* no ambiente escolar.

A mobilização do instrumental teórico da sociologia permite o desenvolvimento de uma abordagem crítica sobre a sociedade, especialmente a brasileira, marcada por uma história de escravidão, pelo patriarcalismo e por diversas formas de intolerância. Os boxes *Enfoque* e as seções *Contraponto* e *Oficina* problematizam situações de desigualdade, discriminação e violência existentes em função desses marcadores sociais, considerando os processos de interseccionalidade, em que vários deles se sobrepõem. Os estudantes são convidados a pensar em medidas para combater essas situações, incentivando assim o protagonismo juvenil e a formação de sujeitos comprometidos com os direitos humanos.

A abordagem da relação entre estereótipos e estigmas também pode colaborar para o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*, favorecendo reflexões relacionadas ao empoderamento e à inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica.

Discussões relacionadas ao Estatuto da Pessoa Idosa e às discriminações a que os idosos estão sujeitos nas sociedades contemporâneas ocidentais favorecem o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso*. A abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude, por sua vez, contribui para o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Direitos da criança e do adolescente*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo parte de situações cotidianas para introduzir os temas que serão abordados: a representação de papéis sociais e a construção de identidades individuais e coletivas. A curiosidade dos estudantes é instigada por meio de uma imagem que causa ilusão de ótica, bem como pelo convite a pensar sobre questões como: "quem sou eu?", "que imagem os outros fazem de mim?", "essa imagem corresponde à realidade?". Esse exercício da curiosidade favorece o trabalho com a **competência geral da Educação Básica 2**.

Partindo dos conceitos de ação social e interação social, o capítulo discorre sobre o processo de socialização (páginas 127 a 129). Ao compreender os conceitos expostos, comparando as teses de diferentes autores e distinguindo os processos de socialização primária e secundária, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

A mesma competência é mobilizada na compreensão da noção de papel social e de suas representações (página 130). O tema enseja, ainda, a reflexão dos estudantes sobre si e os modos como interagem socialmente, colaborando para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 8**.

Ao analisar o processo de construção das identidades, o capítulo destaca a negociação identitária e os conceitos de estereótipo e estigma (páginas 130 a 133). Ao constatar os vários tipos e as origens do estigma, seus efeitos na formação da identidade dos sujeitos e as relações de poder intrínsecas a ele, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. A associação entre os processos de estigmatização e as diversas formas de violência mobiliza a **habilidade EM13CHS503**.

A construção de marcadores sociais da diferença é analisada na perspectiva do sexo, do gênero e da sexualidade (páginas 134 a 138). Ao reconhecer os estigmas associados à condição intersexo, refletir criticamente sobre a associação direta entre sexo biológico e papéis de gênero e discutir a patologização da homossexualidade, os estudantes desenvolvem a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT305**. As reflexões sobre a complexidade associada à formação das identidades de gênero e sobre a diversidade quanto à orientação sexual favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**. A constatação das discriminações, desigualdades e violências que atingem as mulheres e as populações LGBTQIA+ favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503** e da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

O capítulo também discute os conceitos de raça e etnia como marcadores sociais da diferença (páginas 139 a 141). Ao compreender que, de acordo com as pesquisas genéticas, não existem "raças" humanas, os estudantes reforçam o trabalho com a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT305**. A compreensão desses dois conceitos e de seu papel na construção das distinções sociais colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS102**. A mesma habilidade é mobilizada pelos estudantes ao constatar que a inferiorização de indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados justificava as relações de poder estabelecidas na sociedade colonial, bem como ao compreender o conceito de racismo estrutural.

A seção *Contraponto* (páginas 142 e 143) apresenta diferentes metodologias de pesquisa utilizadas para o estudo das desigualdades e discriminações raciais, contemplando a **competência geral da Educação Básica 1**. Ao promover a análise de uma tabela que combina dados sobre nível de instrução, sexo e cor ou raça, bem como de um trecho de artigo acadêmico que relata os impactos da pandemia de covid-19 entre populações indígenas e quilombolas, a seção favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103** e **EM13CHS606**. As reflexões desenvolvidas pelos estudantes contemplam, ainda, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** e a **habilidade EM13CHS601**.

O fator geracional também atua como marcador social das diferenças (páginas 144 a 148). Ao compreender que o conceito sociológico de geração ultrapassa o critério puramente cronológico, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**. A constatação de que as diferenciações geracionais podem ser acompanhadas por processos de estigmatização e comportamentos excludentes mobiliza a **habilidade EM13CHS502**. Ao relacionar os processos de mudanças históricas e sociais à emergência das ideias de infância e de juventude, bem como ao adiamento da chegada da idade associada à velhice, desnaturalizando esses conceitos, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**. Ao identificar a atuação da juventude como categoria social a partir de meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos, suas manifestações culturais e os signos a elas associados, bem como sua militância política, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS104**. Essa mesma habilidade está associada ao exame das expressões culturais da juventude brasileira na atualidade: a cultura *hip-hop* e o *rap*, a produção literária das periferias, gêneros musicais como o *funk* e o sertanejo, e a cultura *geek*.

Respostas e comentários

Enfoque (página 130)

1. Ao trazer o exemplo de uma fotografia e de como ela pode ser um recorte daquilo que você quer que outra pessoa veja, Calvin está tratando da fachada. O terceiro quadro da tirinha evidencia isso, ao mostrar parte da cama bagunçada e como uma foto apenas do local em que ele está sentado poderia mostrar o contrário. Na ação representada na tirinha, a fotografia de Calvin apresentaria, portanto, uma fachada distinta da realidade.

2. A atividade tem como objetivo o exercício dos conceitos das ciências sociais pelos estudantes, a serem utilizados como ferramentas de compreensão da própria condição no mundo. Nesse sentido, espera-se que eles identifiquem e caracterizem os papéis sociais que desempenham em suas vidas cotidianas. Para isso, é necessário que reflitam acerca dos grupos sociais dos quais fazem parte e procurem identificar as expectativas associadas a cada papel. O quadro a seguir apresenta alguns exemplos que podem ser citados pelos estudantes.

Papel social	Expectativas associadas a ele
Filho ou filha	Ter um comportamento que aceite, legitime e respeite a posição dos pais, participar das tarefas domésticas, frequentar eventos familiares de caráter ritualístico, entre outros.
Estudante	Frequentar aulas com assiduidade, ter um comportamento em sala de aula que aceite, legitime e respeite a posição do professor e as regras escolares, realizar tarefas, trabalhos e atividades com empenho, entre outros.
Amigo ou amiga	Oferecer escuta, companhia e apoio emocional, partilhar intimidades e segredos, realizar atividades de lazer, compartilhar interesses, entre outros.

3. A atividade tem como objetivo estimular a curiosidade dos estudantes para a compreensão do mundo social, exercitando a habilidade de construir hipóteses sobre o comportamento humano, a construção de identidades e as normas de interação social. Diante de uma situação-problema que propõe uma dinâmica de sociabilidade fantasiosa, espera-se que reflitam sobre a importância dos papéis sociais para dar previsibilidade às interações humanas. Dentre as hipóteses levantadas pelos estudantes, é possível que prevejam que as pessoas agiriam de forma mais autêntica, expressando pensamentos e ações sem esconder aspectos de sua rotina, personalidade ou convicções. Se, de um lado, isso poderia

levar a interações mais honestas, por outro poderia deixar os indivíduos mais expostos e vulneráveis, submetendo as pessoas a situações de desconforto e constrangimento, além de mudar a forma como as pessoas são percebidas e aceitas socialmente. Outra hipótese poderia ser que, diante da ausência de papéis sociais, as pessoas se sentissem menos obrigadas a cumprir normas e expectativas externas. Nesse caso, a inserção em certas dinâmicas de poder poderia ocorrer com menor formalidade e menos legitimação de autoridade. Isso poderia levar a mais diversidade de comportamentos; no entanto, também poderia gerar uma espécie de anomia social, em que a ausência de regulação de comportamentos gerasse angústia e dificuldade no estabelecimento de vínculos. A situação poderia impactar também as relações escolares e profissionais, que se dão em um tipo de ambiente em que a legitimação da autoridade é necessária.

4. A atividade tem como objetivo exercitar a compreensão dos conceitos de papel social, palco e bastidor, bem como exercitar a capacidade argumentativa dos estudantes. Espera-se que, durante o debate, os estudantes reflitam que, ainda que a ideia de viver em uma sociedade sem fachadas possa soar mais autêntica, honesta e genuína, nas dinâmicas de interação social a existência de expectativas externas e a representação de papéis não são inteiramente negativas. É importante que identifiquem que tais aspectos, muitas vezes, facilitam as interações sociais, dando maior previsibilidade aos comportamentos e garantindo coesão social, operando em prol da manutenção da ordem e redução de conflitos.

Comentário

Ao promover a leitura e a análise de uma tirinha, com base em conceitos desenvolvidos no capítulo, a atividade promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar os papéis sociais que desempenham em sua vida cotidiana, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 1** e **8**. A resolução de situações-problema pelos estudantes, com base em seus conhecimentos e em sua experiência de vida, levantando hipóteses e apresentando argumentação coerente com os conceitos apresentados, mobiliza as **competências gerais da Educação Básica 2** e **7**. Ao promover a reflexão sobre os papéis sociais representados pelos estudantes, a atividade está associada ao tema contemporâneo transversal *Vida familiar e social*.

Enfoque (página 132)

1. Espera-se que os estudantes utilizem o conceito de estereótipo como ferramenta de análise do mundo social, identificando a presença do capacitismo na sociedade contemporânea. É provável que mencionem, por exemplo, estereótipos de que pessoas com deficiência:
   - são integralmente dependentes e precisam de permanente ajuda externa;
   - são infantilizadas e devem ser tratadas como crianças;
   - são todas iguais e experienciam o mundo e a vida cotidiana da mesma maneira;
   - não têm empregabilidade e são economicamente improdutivas;
   - têm caráter heroico por superarem barreiras que dificultam suas atividades;
   - são um fardo social.
2. Com base na identificação dos estereótipos, espera-se que os estudantes debatam sobre como a consolidação desses estereótipos pode levar à constituição de estigmas que impactam negativamente a autoimagem e as interações sociais das pessoas com deficiência.

Comentário

Ao identificar os estereótipos associados às pessoas com deficiência, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. Ademais, a proposta enseja a discussão proposta pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 133)

1. A charge representa uma situação de interação social entre membros de uma família negra no Brasil. A fala da mulher revela a preocupação da família com a associação entre pessoas negras e a criminalidade por parte das autoridades policiais. Essa associação evidencia a presença do racismo na sociedade brasileira.
2. Em razão do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira, o trabalhador representado na charge é submetido ao estigma da criminalidade. Nesse contexto, o estigma associado a pessoas negras carrega um conteúdo moral de descrédito e depreciação.

Comentário

A atividade demanda a leitura e análise da charge com base no conceito de estigma, contemplando a **competência geral da Educação Básica 9** e as habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS502**.

Enfoque (página 137)

1. O termo é considerado discriminatório porque associa a homossexualidade a uma doença do trato psíquico. Ele remete, portanto, à patologização do exercício da sexualidade.
2. A patologização reforça padrões de comportamentos sexuais socialmente aceitos e perpetua relações de poder assimétricas que legitimam a intervenção e o controle de uns sujeitos sobre outros. Por não se enquadrarem nesses padrões, as pessoas homossexuais e transexuais passam a ser classificadas como "doentes", reforçando preconceitos e práticas discriminatórias, homofóbicas e transfóbicas.
3. Espera-se que os estudantes percebam que um passo fundamental para o combate à homofobia e à transfobia é o respeito à diversidade, reconhecendo que todos têm o direito de expressar sua sexualidade e sua identidade.

Comentário

Ao discutir a relação entre patologização, homofobia e transfobia e refletir sobre medidas voltadas ao combate dessas práticas, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 9** e a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**. O reconhecimento da patologização como dispositivo de controle social mobiliza a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT305**. A atividade favorece, ainda, o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*.

Enfoque (página 141)

1. No desenho, foram reproduzidas imagens de indígenas trabalhando na extração e no transporte de madeira.
2. Os termos inseridos pelo artista proporcionam uma reflexão sobre os impactos da colonização, destacando as relações de poder e dominação estabelecidas e seus efeitos devastadores para os povos indígenas e suas culturas.

Comentário

Se possível, apresente aos estudantes a carta náutica que serviu como base para o desenho de Jaime Lauriano, *Terra Brasilis*, atribuída a Lopo Homem e Pedro Reinel, facilmente encontrada na

internet. Incentive os estudantes a identificar semelhanças e diferenças entre as duas obras. Comente que Jaime Lauriano promove uma releitura, a fim de destacar as estruturas de poder e dominação que marcaram a construção da história do Brasil.

A análise de uma obra de arte contemporânea mobiliza a **competência geral da Educação Básica 3** e a **habilidade EM13CHS103**. As reflexões sobre a etnia como elemento marcador de desigualdades estão associadas à **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

Contraponto (páginas 142-143)

1. Analisando apenas a variável raça, é possível perceber que as pessoas brancas têm a maior escolarização. Já analisando apenas a variável gênero, é possível perceber que o grupo mulheres tem a maior escolarização.
2. Ao atentar às intersecções, é possível perceber que as mulheres brancas são o grupo com maior escolarização, registrando a maior proporção de indivíduos que concluíram o Ensino Superior. Já os homens negros são o grupo com menor escolarização, registrando a maior taxa sem instrução.
3. Espera-se que os estudantes indiquem que as diferenças de escolaridade podem ser atribuídas a diversos fatores, como: o acesso desigual a recursos econômicos, o preconceito, a discriminação e as violências, as normas culturais e as expectativas sociais, dentre outros. A resposta deve estar focada na questão da raça como marcador social da diferença, argumentando como essa variável pode ser considerada na compreensão das desigualdades sociais e econômicas do país.
4. Indígenas e negros, em especial os quilombolas.
5. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente à questão. Para isso devem se valer dos dados presentes no artigo, de modo a demonstrar como a cultura própria dos grupos indígenas e quilombolas – rural, localizada em pequenos municípios, distantes dos centros urbanos e, portanto, de políticas públicas mais efetivas – acaba por lhes inserir em um contexto de maior vulnerabilidade social.
6. Espera-se que os estudantes proponham medidas para enfrentar as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Pode-se discutir, por exemplo, medidas que favoreçam o acesso e a permanência de pessoas negras no ensino formal ou que ampliem o acesso à saúde para indígenas e quilombolas.

Comentário

A atividade demanda a leitura e análise de uma tabela e de um trecho de artigo acadêmico, mobilizando as **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS502** e **EM13CHS606**. Ao propor medidas para a superação das desigualdades analisadas, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS601**. O incentivo à reflexão sobre as desigualdades que afetam a sociedade brasileira, bem como sobre medidas que promovam a superação dessas desigualdades, favorece, ainda, o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*. O reconhecimento das desigualdades relacionadas ao acesso à saúde no contexto da pandemia de covid-19 possibilita explorar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: *Saúde e bem-estar*.

Enfoque (página 145)

1. Espera-se que os estudantes reflitam sobre situações cotidianas em que pessoas são estigmatizadas em razão de sua idade. Por exemplo, quando um adolescente reclama ao ceder lugar a um idoso no transporte público ou quando alguém diz que uma pessoa é velha demais para usar determinada roupa, frequentar certo ambiente ou praticar determinado esporte.
2. A atividade favorece a reflexão dos estudantes sobre formas de superação do etarismo. Eles podem debater, por exemplo, medidas de combate ao preconceito contra os idosos, de inclusão no mercado de trabalho, de convívio respeitoso entre pessoas de diferentes gerações, entre outras.

Comentário

Ao identificar situações que podem ser classificadas como etarismo e propor ações para sua superação, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. Essas discussões favorecem, ainda, o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso*.

Trabalho e juventudes (página 149)

A seção disponibiliza informações acerca do curso superior de pedagogia e das possibilidades de atuação profissional para os formados nesta área. Após a leitura do texto didático, pergunte aos estudantes quais são as percepções deles sobre a carreira de professor. Aproveite para verificar se há estudantes com a intenção de seguir essa profissão e ofereça exemplos de sua experiência profissional para demonstrar que, como ocorre em outras carreiras, a docência apresenta aspectos positivos e negativos. É possível que os estudantes comentem a questão salarial que, segundo dados do levantamento citado no texto, é um dos principais fatores de desencorajamento para novos professores. Embora seja uma realidade, é importante que os estudantes considerem a alta taxa de empregabilidade dos professores como contraponto à questão salarial. Caso demonstrem interesse, incentive-os a acessar a página do curso de pedagogia em diferentes instituições de ensino para obter informações sobre as disciplinas que serão cursadas e a estrutura disponível, entre outras.

Comentário

A discussão acerca da formação e da atuação profissional do pedagogo favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404** e mobiliza o tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Oficina (páginas 150-151)

1. Ação social é toda ação – coletiva ou individual – dotada de significado por seu agente, cujo sentido está, de algum modo, direcionado a outras pessoas e considera a conduta de outros indivíduos. A ação social pressupõe a transmissão de uma informação que se efetiva tanto por meio da fala como pelo gesto ou pela expressão facial do agente. Espera-se que ela gere uma reação a quem recebe o conteúdo da ação social. Ao produzir essa reação, temos então a interação social.
2. Para Durkheim e Parsons, as normas sociais são aprendidas e internalizadas na infância. Por mais que elas perdurem até a vida adulta, a infância é o principal momento para o aprendizado e a incorporação das normas sociais. Para os demais autores, as normas sociais continuam a ser aprendidas ao longo da vida, conforme os espaços em que as pessoas socializam, impondo-se e disciplinando as ações dos indivíduos.

Comentário

Ao identificar e comparar o entendimento de diferentes autores sobre as normas sociais, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

3. Socialização primária é o primeiro contato que temos com a cultura da qual fazemos parte e com regras e normas sociais que compõem nossa sociedade. Acontece por imitação e transmissão e tem a família como principal agente. A socialização secundária acontece em outros espaços, como a escola e o trabalho, e se dá pela interação entre as pessoas e pela compreensão da realidade social ao longo da vida. Ela é importante para a construção das

identidades, uma vez que permite o entendimento das diferenças e a compreensão de quem somos em relação aos outros.

Comentário

Ao distinguir a socialização primária e a secundária e selecionar exemplos, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

4. **a.** O seguidor pressupôs que a influenciadora era ama ou babá da criança, e não mãe.

b. Essa interpretação reproduz o estigma de que as mulheres negras são encarregadas do trabalho de cuidado de crianças.

Comentário

A atividade demanda a leitura e análise de uma notícia jornalística, com base em um conceito sociológico, mobilizando as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS502**.

5. **a.** Nas situações é possível constatar o efeito dos estereótipos – que predeterminam um tipo de atitude ou comportamento apenas pela aparência de um sujeito – nas interações sociais. Nas duas ocorrências, as pessoas recebem um tratamento discriminatório, que se fundamenta em generalizações de comportamento baseadas em estereótipos associados a um grupo de pertencimento (no primeiro caso *skatistas*, no segundo, muçulmanos).

b. Espera-se que os estudantes reconheçam a existência de injustiça, discriminação e exclusão nas situações descritas, apontando efeitos como marginalização, violência, danos psicológicos, constrangimento, entre outros.

Comentário

A atividade propõe a análise de duas situações hipotéticas, com base nos estudos sobre a formação de estereótipos, incentivando os estudantes a refletir sobre as possíveis consequências dos preconceitos para os indivíduos envolvidos, o que favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9** e da **habilidade EM13CHS502**.

6. **a.** A notícia descreve um fenômeno social – a existência de uma larga parcela de jovens brasileiros que não estudam nem trabalham (mais de 1/3 desse grupo populacional) – ao mesmo tempo que apresenta uma situação real de um jovem que, tendo concluído a Educação Básica e o Ensino Técnico, enfrenta o desafio contemporâneo de muitos jovens de encontrar uma colocação no mercado de trabalho.

b. Depreendendo diretamente do texto, o marcador social da diferença presente no fenômeno social abordado é idade: o desafio dessa dupla posição – estudar e trabalhar – é característico do marcador geracional da juventude. Além de identificar esse marcador, é possível que os estudantes utilizem conceitos apreendidos no capítulo para analisar como outros marcadores sociais da diferença – por exemplo, classe, raça, gênero e etnia – podem se combinar a esse desafio da juventude. Nesse sentido, é possível que pontuem que jovens de famílias de baixa renda (marcador classe social) podem enfrentar dificuldades maiores que as de jovens de famílias abastadas para acessar educação de qualidade e permanecer na escola, precisando conciliar estudos com empregos instáveis e de remuneração mais baixa e más condições de trabalho. É também possível que analisem como estereótipos e discriminações podem afetar a inserção e a permanência de jovens negros (marcador raça) e mulheres (marcador gênero) no mercado de trabalho. Além disso, podem apontar como conflitos e discriminações decorrentes de diferenças culturais (marcador etnia) podem afetar a trajetória de jovens indígenas e migrantes.

c. Uma gama variada de propostas de políticas públicas pode ser mencionada, como programas de permanência escolar (bolsas de estudo, transporte, alimentação etc.), de empregabilidade juvenil (desenvolvimento de parcerias com o setor privado para estimular a entrada dos jovens no mercado de trabalho, programas de estágio, mentorias de primeiro emprego) e de enfrentamento a discriminações que atravessam as relações de trabalho (programas de contratação de pessoas indígenas, negras, travestis e transexuais, de mulheres com filhos).

Comentário

A atividade demanda a leitura de um texto jornalístico sobre um fenômeno recente na sociedade brasileira: os jovens que não estudam nem trabalham, promovendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao analisar o problema apresentado na notícia e elencar políticas públicas com o objetivo de enfrentá-lo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS606**. Ao promover a reflexão sobre o direito à educação e o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, a atividade está associada ao tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

7. Resposta: **b.** O estigma que marca os habitantes das favelas acaba por lhes furtar direitos fundamentais, como o de ser e estar no mundo segundo uma identidade real, e não aquela construída segundo um parâmetro que os esteriotipa. Por isso se enfraquecem seus direitos civis.

8. Resposta: **b.** A construção das identidades ocorre no contexto da interação com o outro e é de natureza social, isto é, coletiva.

9. Além de promover um debate fundamental sobre o *bullying*, a atividade propicia a oportunidade de trabalho com duas práticas de pesquisa: **construção e uso de questionário** e **pesquisa-ação**. A construção de questionário é uma ferramenta importante para a primeira etapa da pesquisa-ação, que consiste na identificação do problema que será abordado. Por meio de um questionário, podem-se investigar as ocorrências de *bullying* e as principais formas como ele se manifesta no contexto específico da escola. Oriente os estudantes a debater o problema a fim de construir um questionário estruturado, que proporcione a obtenção de dados quantitativos sobre o tema. Dependendo dos recursos disponíveis na escola, a aplicação do questionário pode ser realizada por meio impresso ou digital. A análise dos dados coletados pode ser feita em conjunto com o professor de matemática, que pode orientar a tabulação dos dados e a confecção de gráficos, tabelas e diagramas que expressem os resultados obtidos. Com base nesses resultados, os estudantes devem planejar soluções, de acordo com a realidade da escola. Reforce que as soluções devem ser exequíveis, pois serão implementadas na terceira etapa de trabalho. Oriente-os a elaborar as estratégias de ação da turma. Caso a ação escolhida tenha sido a elaboração de um cartaz, por exemplo, oriente-os a estruturar o material de forma objetiva e concisa, incluindo um título e elementos visuais que despertem o interesse do público. Se houver na escola a possibilidade de uso de computadores, sugira aos estudantes que construam uma versão digital do cartaz, usando *softwares* gratuitos de diagramação para a construção de um *layout* atrativo e de fácil leitura, incluindo elementos como cores, imagens, gráficos e ícones. Além de conscientizar sobre o problema do *bullying*, o cartaz também pode promover orientações caso a prática seja identificada na escola, como o acolhimento da vítima e a denúncia aos professores e à direção. Oriente, também, o planejamento da distribuição e a divulgação do material. Estabeleça estratégias de monitoramento das ações promovidas, a fim de avaliar sua eficácia. Diante de uma percepção negativa, oriente-os a repensar as estratégias, a fim de que o combate ao *bullying* se torne um exercício constante.

Comentário

Ao mobilizar duas práticas de pesquisa para investigar e promover ações de combate ao *bullying*, a atividade favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**. A elaboração, aplicação e análise dos questionários mobilizam a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP33**. A construção de gráficos, tabelas ou diagramas que apresentem os resultados da pesquisa favorece o desenvolvimento da **habilidade de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT407**. O planejamento e a implementação de ações de conscientização e combate ao *bullying* favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9** e da **habilidade EM13CHS503**. Ao utilizar a criatividade e formular diferentes estratégias, utilizando recursos variados, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 4**.

Sugestões

Livro

SATHLER, André Rehbein *et al*. **200 termos para entender direitos humanos**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024.

O livro reúne verbetes que explicam, de forma concisa, porém com rigor teórico, temas fundamentais para a reflexão sobre os direitos humanos na atualidade, como capacitismo, *bullying*, feminicídio, homofobia, racismo, transfobia e transgênero.

Capítulo 6 Cidadania, desigualdade e discriminação

Cidadania e direitos humanos são temas que permeiam o debate público, provocando, por vezes, acirradas polêmicas e disputas. Este capítulo contribui para esclarecer o significado desses conceitos. Além disso, são analisados os diferentes direitos (civis, políticos e sociais) que compõem a cidadania, a emergência de novas pautas cidadãs, bem como a necessidade do reconhecimento de diferenças, a fim de combater desigualdades, dedicando especial atenção ao caso brasileiro.

Desse modo, o estudo do capítulo possibilita o aprofundamento, pelos estudantes, de suas análises sobre a sociedade em que vivem, as demandas sociais e as lutas políticas que se desenrolam na atualidade. A expectativa é que eles desenvolvam o respeito às diferenças, participem do debate público de maneira qualificada e exerçam a cidadania com base em princípios éticos e solidários.

Ao conhecer o contexto de criação e analisar princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como ao reconhecer políticas afirmativas desenvolvidas no Brasil, os estudantes podem refletir sobre a importância de instituições eficazes no combate às desigualdades e na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, favorecendo o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: *Paz, justiça e instituições eficazes*.

Ao relacionar a dificuldade de acesso à escola à produção de desigualdades, os estudantes podem ser incentivados a refletir sobre a necessidade da educação inclusiva, contribuindo para a discussão do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: *Educação de qualidade*.

Os assuntos abordados favorecem, ainda, o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura apresenta os direitos dos cidadãos como fruto de processos históricos, de lutas sociais e políticas. Além disso, aponta a existência, na atualidade, de grupos cujos direitos têm sido desrespeitados ou ignorados, apesar das garantias constitucionais. Esse aspecto é reforçado pela análise da imagem, que associa a luta pela melhoria da educação pública à defesa de um direito constitucional. Ao incentivar os estudantes a refletir sobre esses temas, a abertura favorece o trabalho com a **habilidade EM13CHS502**.

No capítulo, são analisadas a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) (páginas 153 a 155). Ao reconhecer o contexto de produção desses documentos e analisar seus princípios, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS605**.

O conceito de cidadania é examinado em suas múltiplas dimensões (páginas 156 a 163). Ao compreender esse conceito da perspectiva sociológica, analisando os diferentes tipos de direitos associados a ele e a trajetória de conquista desses direitos no Brasil, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao relacionar a emergência de cada tipo de direito ao respectivo contexto histórico, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS603**. O reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão contribui para o desenvolvimento ético dos estudantes, mobilizando a **habilidade EM13CHS501**. Ao analisar dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano e o percurso, por vezes contraditório, da consolidação de direitos civis, políticos e sociais no Brasil, eles desenvolvem as **habilidades EM13CHS602** e **EM13CHS603**. Ao reconhecer as novas pautas cidadãs que ganharam destaque nas últimas décadas, mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

O capítulo também discute a luta por direitos pelas minorias sociais (páginas 164 a 166). Ao compreender que a conquista de direitos por esses grupos passa pelo reconhecimento das diferenças e de suas implicações na produção de desigualdades, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS601**.

Os temas do preconceito e da discriminação são aprofundados no capítulo (páginas 167 a 171). Ao discuti-los, identificando a legislação brasileira que criminaliza o racismo, a homofobia e a transfobia, bem como a diferenciação entre preconceito de origem e preconceito de marca, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. Ao reconhecer a importância do movimento negro na criminalização do racismo, eles mobilizam a **habilidade EM13CHS601**. Ao conhecer pesquisas e argumentos que desmontam o mito da democracia racial, desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**.

O tópico *Competição e empatia* (páginas 171 e 172) reflete criticamente sobre a prevalência do fator competição na organização das sociedades humanas. O estudo realizado pelo etólogo Frans de Wall sobre o valor da empatia para a cooperação e coesão de grupos de primatas pode contribuir para o desenvolvimento da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT208**. Ao relacionar a empatia às ideias de cooperação e tolerância, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 9**.

O capítulo aborda, ainda, a necessidade de reconhecimento das diferenças para a promoção de políticas públicas eficazes (página 173). Ao reconhecer a importância das políticas afirmativas para a superação das desigualdades, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS503** e **EM13CHS601**.

A seção *Entre saberes* (páginas 174 e 175) discute o tema do preconceito linguístico e seu papel na construção das relações sociais. Ao compreender a linguagem como um fenômeno social, com variações regionais representativas da diversidade cultural brasileira, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Linguagens e suas Tecnologias 4** e a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG401**. A associação entre o preconceito linguístico e as relações de poder mobiliza a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG203**. Ao reconhecer a legitimidade das variações linguísticas como expressões culturais, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 9**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 154)

1. Não. Olympe de Gouges foi presa e morta por expressar ideias que desagradavam aqueles que estavam no poder. Desse modo, não lhe foi garantido o direito à liberdade política e de expressão, à segurança (uma vez que sua vida e integridade física não foram protegidas) e à resistência à opressão, pois sua luta tinha por objetivo a ampliação dos direitos femininos em uma sociedade cujos cargos políticos eram exclusividade dos homens.
2. Espera-se que os estudantes respondam negativamente e apontem casos de desrespeito aos direitos naturais. A perseguição a religiões de matriz africana, por exemplo, atenta contra a liberdade. A invasão de terras quilombolas é um desrespeito à propriedade. A violência contra a população que vive na periferia das cidades viola o direito à segurança. A repressão de agentes do Estado contra manifestantes que lutam em defesa de seus direitos fere o direito à resistência à opressão.

Comentário

Ao tomar como base os direitos naturais para analisar a trajetória de Olympe de Gouges, refletindo sobre as características da sociedade da época, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS502**. Ao reconhecer diferentes formas de violação dos direitos naturais na atualidade, eles desenvolvem, ainda, a **habilidade EM13CHS503**.

Enfoque (página 161)

1. Os estudantes com 17 anos ou menos podem citar o dever de manter seus documentos em ordem, como certidão de nascimento, Carteira de Identidade Nacional e Cadastro de Pessoa Física. Caso haja estudantes com 18 anos ou mais, também podem ser citadas as obrigações eleitorais, fiscais e, no caso dos homens, militares. Os estudantes maiores de idade também podem citar seus deveres como filhos, no caso de pais idosos. Todos os estudantes podem mencionar, ainda, o respeito à legislação, ao patrimônio público, ao meio ambiente e aos demais cidadãos.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o cuidado com os idosos de sua convivência, avaliando se eles recebem os cuidados necessários para uma vida digna por parte da família.

Comentário

A atividade colabora para a construção da cidadania entre os jovens, mobilizando a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**. A reflexão sobre o cuidado com os idosos promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502** e favorece o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso*.

Enfoque (página 163)

1. Os três conjuntos de direitos são: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Como exemplo de direitos civis, podem ser citados: liberdade (de manifestação, de expressão, de ir e vir, de propriedade) e igualdade; de direitos políticos: o exercício do voto, a possibilidade de se candidatar e o direito de ter representação política; de direitos sociais: direito ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia, entre outros.
2. Entre os pontos que os estudantes podem abordar está a permanência de situações de trabalho análogo à escravidão, que impedem o acesso a direitos como liberdade, assim como a manutenção do racismo na sociedade brasileira, que impede que o direito à igualdade possa ser exercido.
3. Espera-se que os estudantes reflitam sobre como a expansão da cidadania, com a garantia de direitos civis, políticos e sociais a toda a população, desempenha papel fundamental na redução das desigualdades, garantindo a todos os indivíduos o acesso a educação, saúde, trabalho, moradia e participação na vida política, bem como que tenham sua vida e liberdade de expressão asseguradas.

Comentário

A atividade parte da leitura e interpretação de um excerto de texto sociológico, a fim de promover a reflexão sobre os direitos e as desigualdades no Brasil, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar e explicar os três conjuntos de direitos e os entraves existentes a seu acesso e relacionar a expansão da cidadania à redução das desigualdades, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS605**. Ao incentivar a reflexão sobre os direitos no Brasil, em especial o acesso aos direitos civis, a atividade possibilita trabalhar com os estudantes o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 168)

1. Espera-se que os estudantes citem exemplos de situações cotidianas em que o preconceito e a discriminação podem ser identificados, como um comentário racista, a não escolha de um estudante para compor um time de determinado esporte em razão de sua forma física ou a exclusão de algum estudante com deficiência de alguma atividade realizada pelos colegas.

2. O objetivo da atividade é incentivar os estudantes a refletirem sobre suas atitudes em busca da superação de preconceitos. A ideia não é taxá-los como pessoas preconceituosas, mas, sim, reconhecer que o preconceito, muitas vezes, é reproduzido de modo inconsciente e que o reconhecimento de sua existência é o primeiro passo para combatê-lo.

3. Espera-se que os estudantes exercitem a criatividade e a capacidade analítica para conceber uma peça de campanha publicitária que tenha como objetivo combater um dos problemas listados, adotando princípios éticos e inclusivos. Para auxiliá-los nessa tarefa, oriente que cada grupo escolha um tema diferente. Peça que estruturem a ideia da campanha em uma ficha, sistematizando o público-alvo, a mensagem, o formato e o meio de divulgação. Com esses elementos concebidos, auxilie-os na produção da peça, que pode ser feita manualmente, utilizando colagens e ilustrações, ou, se houver possibilidade na escola, digitalmente, por meio de *softwares* gratuitos. Reserve um momento da aula para que os estudantes compartilhem os resultados com a turma. Se julgar apropriado, oriente a divulgação das peças produzidas para a comunidade escolar.

Comentário

A identificação de situações de preconceito no cotidiano dos estudantes mobiliza a **habilidade EM13CHS502**. Ao caracterizar tais situações como formas de violência, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS503**. Ao refletir sobre as atitudes preconceituosas em sua experiência pessoal, eles desenvolvem a empatia e o respeito ao outro, contemplando a **competência geral da Educação Básica 9**. Ao elaborar uma peça de campanha de conscientização sobre racismo, etarismo, capacitismo ou gordofobia, desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 4** e **9** e as **habilidades EM13CHS106** e **EM13CHS605**.

Enfoque (página 172)

1. A charge satiriza a produção da tolerância seletiva. Os balões de fala dos personagens fazem alusão ao fato de que diversas pessoas aceitam pactuar apenas com alguns grupos, sendo intolerantes com outros, que tentam excluir do pacto.

2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a exclusão de grupos específicos de discussões importantes motivadas pela intolerância e percebam os impactos negativos para esses grupos, bem como para toda a sociedade. Espera-se, também, que defendam a necessidade da inclusão e da diversidade como formas de superação da intolerância e da exclusão.

Comentário

A atividade demanda a leitura e interpretação de uma charge, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao refletir sobre a relação entre intolerância e exclusão e sobre suas consequências para a sociedade como um todo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**. A reflexão sobre a superação dessas situações contempla a **competência geral da Educação Básica 9**.

Entre saberes (páginas 174-175)

1. Não. Conforme explicado pela professora, a variação linguística ocorre em qualquer língua viva, de acordo com o tempo, os espaços social e geográfico ou a situação em que o falante se encontra. Todas as variações são corretas, embora algumas tenham prestígio social, e outras não. Além disso, algumas podem ser mais adequadas a determinadas situações sociais que outras, mas isso não significa que sejam as únicas variações corretas.

2. Segundo a professora, algumas variedades linguísticas são estigmatizadas e ridicularizadas em razão do preconceito. Isso acontece devido à associação entre o uso de determinada variação linguística e situações ou grupos sociais a quem se atribuem valores negativos.

3. A fala da influenciadora pode ser considerada um preconceito linguístico porque toma como base as formas padrão da língua portuguesa para classificar o modo de falar dos catarinenses como "errado", ignorando as variações regionais e os valores que simbolizam para a comunidade falante.

4. O *meme* combina elementos verbais e visuais para satirizar o preconceito linguístico. Na cena, duas mulheres estão lado a lado. Enquanto uma delas conversa sorridente ao celular, a outra observa com olhar de desconfiança. A interpretação do texto que acompanha a imagem permite inferir o motivo da desconfiança: dizer uma coisa e fazer outra; no caso, dizer que não tem preconceito, mas corrigir a fala dos outros, manifestando, portanto, o preconceito linguístico.

5. Sim. Espera-se que os estudantes percebam que o preconceito linguístico presente em nossa sociedade, especialmente em relação às linguagens regionais e de grupos sociais minoritários, reforça a construção de estigmas. Entre os exemplos estão a relação entre o modo de falar de pessoas que vivem no campo ou de moradores das periferias e uma fala errada e, desse modo, inferior.

Comentário

A atividade demanda a leitura e interpretação de um trecho de um artigo acadêmico, de uma notícia publicada na imprensa e de um *meme*, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao compreender as variações lingísticas como resultado de diferentes fatores (temporais, geográficos, sociais), os estudantes mobilizam a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG401**. Ao solicitar a identificação de preconceito linguístico em situações concretas e relacioná-lo à produção de estigmas sociais, a atividade promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**. No conjunto, a atividade contempla, ainda, a **competência geral da Educação Básica 9**.

Oficina (páginas 176-177)

1. **a.** A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi publicada em 1789, no contexto da Revolução Francesa, e expressa os anseios da burguesia revolucionária. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi publicada em 1948, pela Organização das Nações Unidas, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, e reflete um compromisso global de estabelecer a paz e proteger a dignidade humana, evitando a ocorrência de novas violações massivas de direitos.

b. Como é possível inferir pelo próprio título dos documentos, e comprovado pelos trechos citados, a declaração de 1789 refere-se aos direitos dos homens; já a declaração de 1948 pretende-se universal, portanto assegura o direito de todas as pessoas, independentemente do gênero ou de qualquer outra distinção.

c. Sim. Os trechos citados revelam que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* reconhece a existência de distinções sociais, desde que sejam fundamentadas na utilidade comum. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, por sua vez, é mais abrangente, tanto por estender os direitos nela estabelecidos a todas as pessoas quanto por não reconhecer a existência de qualquer tipo de distinção entre as pessoas para o gozo de seus direitos e liberdades.

Comentário

A atividade demanda leitura, contextualização, comparação e interpretação de trechos de dois documentos fundamentais para a compreensão da trajetória dos direitos humanos, mobilizando as **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103** e **EM13CHS605**.

3. As afirmações incorretas são: **c** e **d**.

Correções: **c.** Ao estudar o caso brasileiro, o cientista político José Murilo de Carvalho percebeu uma inversão na lógica de conquista de direitos averiguada por Marshall na Inglaterra. Aqui, em diferentes momentos, os direitos políticos e sociais antecederam a conquista dos direitos civis.

d. Embora a Constituição brasileira de 1988 seja uma das mais avançadas em termos de direitos sociais, o Brasil ainda é marcado por muitas desigualdades. Além disso, o surgimento de novas pautas, como as referentes às minorias políticas, acarreta novas demandas por direitos.

Comentário

Ao identificar fragilidades argumentativas e promover suas correções, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 7**. A comparação entre as experiências históricas inglesa e brasileira na construção de direitos promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS603**.

3 **a.** O número de matrículas de estudantes indígenas teve um aumento expressivo ao longo desse período, atingindo 374%.

b. Não. Apesar do aumento no número de estudantes indígenas, eles representam apenas 0,5% dos estudantes do Ensino Superior no Brasil.

c. O aumento expressivo no número de indígenas matriculados no Ensino Superior ocorreu após a publicação da Lei de Cotas. Ainda que não seja possível afirmar que todas as matrículas ocorreram em instituições federais, é inegável que a publicação da lei contribuiu para esse aumento. Espera-se que os estudantes percebam a importância de políticas como essa, reconhecendo que a afirmação das diferenças precisa servir de base para a produção de políticas inclusivas, a fim de reverter o quadro de desigualdades que marca a sociedade brasileira.

Comentário

A atividade parte da leitura de uma notícia, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao analisar os dados noticiados e relacioná-los à publicação da Lei de Cotas, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS601** e **EM13CHS606**.

4. A notícia registra a presença do preconceito e da discriminação racial, expressa no anúncio de emprego postado em uma rede social. O anúncio em questão estabelece um padrão no qual mulheres brancas e de cabelo liso seriam a norma, estigmatizando aquelas que não se encaixam nesse padrão. Isso permite reforçar a presença do preconceito racial de marca no Brasil, no qual a cor da pele e os atributos físicos relacionados à raça negra são utilizados para discriminar a população preta e parda.

Comentário

Ao realizar a leitura e a análise de uma notícia com base na noção de preconceito racial de marca, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS502**. Ao relacionar a notícia ao preconceito racial e à discriminação, os estudantes desenvolvem a habilidade **EM13CHS601**.

5. **a.** Os estudantes podem citar dois dos seguintes países: Argentina e Equador, na América do Sul, e Paquistão, na Ásia.

b. O Brasil, cujo número foi superior a 100.

c. A violência está relacionada à transfobia.

d. O mapa evidencia os dados alarmantes da violência contra pessoas transexuais no Brasil, que lidera os casos de assassinatos dessas pessoas em todo o mundo. Espera-se que os estudantes relacionem a morte violenta de pessoas transexuais à intolerância presente em nossa sociedade. Essa intolerância, em muitos casos, é expressa

em práticas preconceituosas e discriminatórias e pode resultar em atos de violência. Por isso, a transfobia, assim como o racismo e a homofobia, foi tipificada como crime pelo Supremo Tribunal Federal em 2019.

Comentário

A atividade demanda a leitura e análise de um mapa, mobilizando as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS106**. A análise das informações sobre a violência contra transexuais em vários países promove o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503**. A reflexão sobre a sociedade brasileira está associada à **habilidade EM13CHS606**.

6. A proposta de pesquisa tem por objetivo familiarizar os estudantes com a leitura e análise de documentos legais, bem como incentivá-los a refletir sobre a eficácia dessa legislação na atualidade. O Estatuto da Igualdade Racial foi promulgado em 20 de julho de 2010, tendo como objetivo "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica" (Brasil. [Estatuto da igualdade racial (2010)]. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. p. 15.).

Voltado especificamente para a população negra, o documento estabelece direitos fundamentais relacionados: à saúde; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; ao acesso à terra e à moradia adequada; ao trabalho; e aos meios de comunicação. Se julgar conveniente, promova a análise coletiva do documento e solicite a cada grupo que pesquise sobre a importância e a efetivação de um desses direitos na atualidade e, depois, apresente suas conclusões aos colegas. Espera-se que, assim, os estudantes compreendam a importância do estatuto para a produção de direitos que garantam a igualdade para a população negra, de modo a promover o pleno exercício de sua cidadania.

Comentário

O trabalho proposto estimula o protagonismo dos estudantes na produção do conhecimento. A leitura e a análise do Estatuto da Igualdade Racial, bem como a sistematização de suas disposições, mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. A identificação do grupo social beneficiado e a contribuição da lei no combate à discriminação e ao preconceito colaboram para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601**. A pesquisa de informações posteriores à promulgação da lei e a avaliação de seus resultados contemplam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. A elaboração do texto com os resultados do trabalho está associada à **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP34**.

7. Resposta: **c**. A adoção de ações afirmativas é uma ferramenta importante de combate ao racismo.

Sugestões

Site

Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Disponível em: https://antrabrasil.org/. Acesso em: 30 set. 2024.

O *site* apresenta dados, notícias, cartilhas e manuais relacionados ao enfrentamento da violência contra a população LQBTQIA+.

Podcast

Revista Fapesp. Entrevista: Guirlanda de Castro Benevides

Produção: Revista Fapesp. Brasil, 2024. 13 minutos.

O episódio apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, financiada pelo Ministério Público do Trabalho, a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado de São Paulo.

UNIDADE 4

Trabalho e transformação social

A abertura desta unidade aborda a quantidade de jovens desempregados e fora da escola no Brasil, incentivando os estudantes a refletir sobre as condições dos estudos e de empregabilidade desta parcela da população. Espera-se que a turma expresse suas preocupações diante desse cenário e analise o modo como os impactos materiais e financeiros e a perda de potencial de produtividade e de capital humano podem afetar suas trajetórias profissionais e seus projetos de vida.

Incentive os estudantes a formular hipóteses que expliquem o quadro apresentado, com base em seus conhecimentos prévios e concepções de mundo. Podem ser citados fatores como: desigualdades sociais, falta de oportunidade de emprego, jovens sem experiência profissional, baixa qualidade da educação que resulta no desinteresse dos estudantes pela escola, maternidade precoce e a sobrecarga das mulheres nos afazeres domésticos. Além disso, as melhorias na qualidade da educação, a implementação de políticas públicas de inclusão social e o aumento do acesso ao primeiro emprego podem ser medidas indicadas para ajudar a minimizar este problema social no Brasil.

O uso de dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística proporciona uma oportunidade para os estudantes compreenderem a importância de debates que sejam fundamentados em fontes e informações confiáveis. Além disso, é preciso criar um ambiente em que todos se sintam confortáveis de participar da discussão, de modo que as impressões e opiniões de cada um sejam consideradas e validadas, como forma de enriquecer e diversificar o debate.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Compreender a centralidade da categoria trabalho na análise do modo de produção capitalista.
2. Identificar os conceitos de coesão social, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.
3. Reconhecer a relação entre ética do trabalho, religião protestante e desenvolvimento do capitalismo.
4. Analisar hábitos de consumo nas sociedades contemporâneas.
5. Examinar a Divisão Internacional do Trabalho e seus impactos para a reprodução das desigualdades no Sul global.
6. Refletir sobre o mercado de trabalho na contemporaneidade, especialmente para a juventude.
7. Compreender o conceito de sociedade de trabalhadores, associando-o à estratificação social, à formação de identidades e ao reconhecimento social.
8. Analisar os modelos de gestão do trabalho implementados ao longo do desenvolvimento do capitalismo e relacioná-los aos conceitos de alienação e degradação do trabalho.
9. Caracterizar a acumulação flexível e o capitalismo de plataforma, analisando as transformações nas relações de trabalho daí decorrentes.
10. Refletir sobre a nova cultura do trabalho, relacionada ao avanço das tecnologias, considerando o perfil esperado da mão de obra e a formação das subjetividades.

Capítulo 7 Trabalho, produção e sociedade

Neste capítulo, os estudantes entrarão em contato com as análises sobre o trabalho produzidas por Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. A exposição das teorias e argumentos desenvolvidos por cada um desses autores e as reflexões sobre os exemplos apresentados, relacionados aos conhecimentos adquiridos na vivência cotidiana ou na escolaridade anterior, constituem oportunidades para que os jovens aprimorem suas habilidades de argumentação na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os temas desenvolvidos no capítulo permitem diálogos frutíferos com os outros componentes curriculares da área, propiciando um trabalho integrado entre os docentes. O estudo do materialismo histórico e dialético, por exemplo, pode ser aprofundado com o apoio da filosofia; os conhecimentos adquiridos em história sobre o feudalismo, a Reforma Protestante ou a Revolução Industrial são requisitados em várias passagens do texto didático; o estudo da Divisão Internacional do Trabalho e dos conceitos de Norte global e Sul global demanda a colaboração da geografia.

Para aprofundar as reflexões sobre o trabalho no Brasil, de acordo com os recursos disponíveis na escola, pode-se propor uma visita virtual ao Memorial do trabalho e do trabalhador, indicado na página 185. Caso os estudantes tenham acesso à internet, sugira a consulta a diferentes materiais disponibilizados, como textos, vídeos e fotografias que abordam a vivência dos trabalhadores apresentados no tópico *Experiências do trabalho*, e incentive os estudantes a analisá-los e discuti-los, a fim de refletir sobre o cotidiano dos trabalhadores no passado e no presente.

O capítulo propõe também o estudo de temas muito próximos da vida dos estudantes: os hábitos de consumo e o mercado de trabalho na contemporaneidade. Desta maneira, contribui para aprofundar o conhecimento sobre a sociedade em que vivem, numa perspectiva crítica, e, simultaneamente, colabora para que os jovens se preparem para o ingresso no mundo do trabalho, favorecendo a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Discussões como a relação paradoxal entre o desenvolvimento técnico e tecnológico e a persistência da fome possibilitam o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: *Fome zero e agricultura sustentável*. As reflexões sobre a Divisão Internacional do Trabalho e as desigualdades nas oportunidades de emprego em países do Sul global e do Norte global também possibilitam abordar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

O texto e a imagem da abertura abordam a relevância da categoria trabalho para o entendimento das sociedades humanas. Ao pontuar o papel da sociologia para esse estudo, a abertura contempla a **competência geral da Educação Básica 1**.

O capítulo retoma o conceito de cultura e discute a importância dos meios de vida na organização social (página 181), favorecendo o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao compreender as relações dialéticas entre o ser humano e a natureza no processo de obtenção da subsistência e de desenvolvimento tecnológico, com base nas análises de Karl Marx (páginas 182 a 187), os estudantes desenvolvem, ainda, as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** e **4**. A reflexão sobre o contraste entre o

desenvolvimento técnico e tecnológico e a persistência da fome no mundo (página 187) está associada à **habilidade EM13CHS404**.

Ao apresentar as análises de Marx sobre o processo de produção capitalista, diferenciar os setores produtivos, caracterizar a atividade produtiva e os fatores de produção e discutir o conceito de mercadoria (páginas 188 a 191), o texto didático mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Ao comparar as definições de mercadoria elaboradas por Adam Smith, William Stanley Jevons e Karl Marx, os estudantes desenvolvem, ainda, a **habilidade EM13CHS101**.

A compreensão de conceitos relacionados à esfera da circulação de mercadorias, como valor de uso, valor de troca, troca direta, troca indireta, relação de equivalência, trabalho concreto e trabalho abstrato (páginas 192 e 193), bem como dos conceitos de fetichismo da mercadoria (página 194) e mais-valia (página 195), mobiliza a **habilidade EM13CHS401**. A análise sobre o processo de alienação do trabalhador (página 196) favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404**.

Ao conhecer as teorias de Émile Durkheim em relação à manutenção da coesão social (páginas 197 a 199), compreendendo os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, bem como a passagem de um modelo de solidariedade a outro como motor de mudança social, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. A reflexão sobre os valores predominantes em cada modelo de solidariedade pode ser associada, ainda, à **habilidade EM13CHS501**. Ao comparar os princípios e argumentos apresentados por Durkheim e Marx para analisar o trabalho na sociedade capitalista, os estudantes desenvolvem a habilidade **EM13CHS101**.

Diferentemente desses autores, Max Weber analisou o papel desempenhado pela cultura no desenvolvimento do capitalismo (páginas 200 a 202). Ao relacionar os valores associados à ética protestante calvinista ao desenvolvimento do capitalismo, os estudantes mobilizam as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **4**. Ao comparar os fundamentos e o percurso da análise de Weber com outros autores estudados no capítulo, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

O capítulo discute, ainda, aspectos do consumo na sociedade capitalista, com base nos estudos de Thorstein Veblen e de Daniel Miller (páginas 203 e 204). As reflexões a respeito do consumo conspícuo, bem como do significado cultural do consumo, favorecem o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Além disso, ao analisar a Divisão Internacional do Trabalho (páginas 204 e 205), identificando as diferenças no desenvolvimento tecnológico, na especialização e na qualificação da mão de obra em países do Sul global e do Norte global, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS202**. Ao verificar os impactos da Divisão Internacional do Trabalho na produção e reprodução das desigualdades em países do Sul global, eles desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

A seção *Entre saberes* (páginas 206 e 207) discute as transformações em curso no mundo do trabalho, incentivando especialmente a reflexão sobre as perspectivas para a juventude brasileira. A leitura e a análise dos gráficos a respeito das projeções mundiais sobre o emprego até 2027 mobilizam as **habilidades de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT102** e **EM13MAT104**. Ao relacionar as transformações tecnológicas em curso e a crise climática às novas demandas do mundo do trabalho, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS401**. A análise dos dados sobre as ocupações mais frequentes entre os jovens trabalhadores brasileiros mobiliza a **habilidade EM13CHS404**. Ao incentivar os estudantes a refletir sobre as suas perspectivas de futuro profissional, a seção contempla, ainda, a **competência geral da Educação Básica 6** e está associada ao tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Respostas e comentários

Enfoque (página 183)

1. Considerando as ideias de Karl Marx, é possível analisar a relação entre desenvolvimento tecnológico e produção de alimentos de modo dialético. Espera-se que os estudantes compreendam que o ser humano dispõe de técnicas para obter seus meios de vida e, assim, conseguir seus alimentos. Contudo, o desenvolvimento dessas técnicas e, por consequência, da tecnologia ocorre simultaneamente à obtenção dos alimentos, em uma interação constante. Conforme a técnica se aperfeiçoa, ela torna mais eficiente a obtenção dos alimentos. O desenvolvimento de tecnologias para a colheita de soja, por exemplo, torna o processo mais rápido e, ao mesmo tempo, aumenta a oferta desse alimento para o consumidor final. No entanto, essa relação gera uma contradição: embora a capacidade de produzir alimentos aumente graças às inovações tecnológicas, a fome ainda persiste em vários locais do planeta.
2. Uma das mudanças que podem ser citadas é a introdução das tecnologias de informação, que transformou o modo de trabalhar, possibilitando o trabalho a distância, por exemplo, e alterou a relação das pessoas com o trabalho. Em termos da produção, a introdução de robôs nas fábricas fez com que muitas pessoas perdessem os empregos e procurassem outros meios de subsistência, o que originou novas ocupações e a ampliação do trabalho informal.

Comentário

Ao analisar a relação entre tecnologia e produção de alimentos, com base nas ideias de Marx, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao refletir sobre o impacto das inovações tecnológicas no mundo do trabalho, eles mobilizam a **habilidade EM13CHS403**.

Enfoque (página 185)

1. A gravura representa trabalhadores. Duas mulheres e um homem operam máquinas de fiar enquanto uma criança provavelmente realiza a limpeza embaixo de uma das máquinas.
2. A Revolução Industrial foi um processo iniciado na Grã-Bretanha, em meados do século XVIII, que transformou a produção e o consumo de mercadorias, bem como as relações sociais, possibilitando a consolidação do modo de produção capitalista. Como características desse processo, podem ser citados o desenvolvimento de máquinas, que aumentaram a produção e propiciaram a venda em larga escala; o uso de diferentes fontes de energia (primeiro o carvão, depois o petróleo e a eletricidade); a divisão do trabalho, de modo que o trabalhador deixou de ter o controle sobre todas as etapas produtivas; a formação de fábricas controladas pela burguesia; o uso de mão de obra assalariada; o controle do tempo do trabalhador, que, destituído dos meios de produção, passou a obedecer ao relógio das fábricas.
3. Sim. Essa imagem pode ser relacionada à história da natureza na medida em que representa o desenvolvimento das forças produtivas, com a substituição do trabalho manual pelo uso de máquinas na produção têxtil. Essa mudança, por sua vez, impacta a história dos seres humanos, alterando a divisão social do trabalho.

Comentário

A atividade parte da leitura e análise de uma gravura, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao caracterizar a Revolução Industrial, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**. A interpretação da gravura de acordo com os conceitos solicitados – história da natureza e história dos seres humanos, segundo

a concepção de Marx – favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Enfoque (página 186)

1. A frase destaca a importância da organização social para a obtenção de alimentos. Nesse sentido, reforça a perspectiva apresentada por Antonio Candido, segundo a qual os seres humanos precisam de mais do que encontrar soluções para explorar os recursos naturais, devendo também estabelecer uma organização social capaz de garantir os seus meios de subsistência.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as desigualdades que marcam o sistema capitalista. Vale reforçar que, para que esse sistema possa se desenvolver, ele precisa criar necessidades para além daquelas que garantam a subsistência dos seres humanos. O foco, portanto, não é a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, como a alimentação, mas, sim, a obtenção do lucro, estimulado pelo desejo de consumo.

Comentário

Ao identificar a necessidade de organização social para a obtenção dos alimentos e refletir sobre as desigualdades no sistema capitalista, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Enfoque (página 189)

1. Espera-se que os estudantes analisem o lugar em que vivem, percebam a contribuição dos diferentes setores para a economia local e identifiquem aquele que é predominante: primário, secundário ou terciário.

   Se possível, após essa identificação, organize uma visita a um estabelecimento do setor econômico predominante no município. Por exemplo, uma propriedade voltada à produção agropecuária (setor primário), uma indústria (setor secundário) ou um centro comercial (setor terciário). Elabore um roteiro para guiar a visitação, a fim de auxiliar os estudantes a compreenderem as características do trabalho e da produção desenvolvidas no local. Ao final, solicite a eles que produzam um relatório sobre a visita e compartilhem suas conclusões com os colegas.
2. Sim. No setor primário, por exemplo, para que o alimento seja plantado e colhido, têm sido utilizadas máquinas modernas que facilitam o processo produtivo (produtos do setor secundário). Também é comum a contratação de agrônomos e outros prestadores de serviço (setor terciário) para incrementar a produção. No caso da pecuária, é preciso que médicos veterinários acompanhem a saúde dos animais (setor terciário). Já o setor secundário precisa da matéria-prima fornecida pelo setor primário. Para fazer folhas de papel, por exemplo, é necessário o eucalipto plantado e colhido pelo setor primário. Por fim, o setor terciário pode comercializar alimentos produzidos pelo setor primário e produtos manufaturados feitos pelo setor secundário, com uso de matérias-primas do setor primário.

Comentário

A observação e a análise dos setores econômicos predominantes no local de vivência dos estudantes e a percepção da interação entre os três setores da economia na atualidade favovorecem o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

Enfoque (página 195)

1. A charge critica a apropriação, pelo patrão, da riqueza gerada pelo trabalhador. Isso pode ser percebido tanto pela frase na parte superior da imagem quanto pela presença de dois cifrões, de tamanhos desproporcionais, evidenciando a diferença entre o salário recebido em relação à riqueza gerada.
2. Na charge, o personagem representa o trabalhador, o cifrão menor representa o seu salário e o cifrão maior representa o lucro dos patrões. A desproporção entre os cifrões, ou seja, entre o salário e o lucro, pode ser explicada por meio da teoria da mais-valia. Segundo essa teoria, o trabalhador usa o seu tempo de trabalho para produzir mercadorias. Para isso, o patrão paga um salário, que equivale à quantidade de tempo gasto para essa produção. No entanto, o trabalhador produz mais mercadorias do que o salário pago. Essa diferença é apropriada pelo patrão na forma de mais-valia. Seu lucro, portanto, é o resultado da diferença entre o valor do produto e os custos de produção. Por isso, na charge, o cifrão referente ao lucro dos patrões é representado em tamanho muito maior do que o que representa o salário do trabalhador.

Comentário

A leitura e a interpretação da charge mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao relacionar a charge à teoria da mais-valia, os estudantes desenvolvem, ainda, a **habilidade EM13CHS101**.

Enfoque (página 202)

1. Ao promover a condução metódica da vida, pautada pela dedicação rigorosa ao trabalho, o ascetismo favoreceu a acumulação de capital. Ao identificarem que possuíam capital suficiente para usufruir dos bens que produziam, as pessoas deixaram de considerar que o trabalho servia para cumprir os mandamentos divinos e passaram a direcioná-lo à aquisição desses bens, que se tornaram, desta forma, mais poderosos, consolidando a vitória do sistema capitalista.
2. A ideia de trabalhar com o que se ama, desenvolvida na contemporaneidade, é um exemplo de trabalho como vocação. Ao identificar-se com o trabalho, trabalha-se constantemente, sem, em muitos casos, estabelecer limites entre trabalho e vida pessoal. Outro exemplo está na produção da identidade social por meio do trabalho, já que, muitas vezes, as pessoas têm suas relações sociais produzidas pelo trabalho e só se identificam socialmente por ele, como: o Carlos, da padaria, ou a Maria costureira.

Comentário

A atividade parte da leitura e interpretação de um excerto de Max Weber, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar um exemplo do trabalho como vocação, refletindo sobre valores e costumes da atualidade, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Além disso, ao convidar à reflexão sobre o valor simbólico dos bens de consumo, a atividade possibilita o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12: *Consumo e produção responsáveis*.

Entre saberes (páginas 206-207)

1. Nos gráficos, os empregos com projeção de crescimento superior a 2 milhões de vagas são: operadores de equipamentos agrícolas, motoristas de caminhões pesados e ônibus, professores de Educação Profissional, mecânicos e reparadores de máquinas, profissionais de desenvolvimento de negócios e trabalhadores de estruturas de construção e afins. Os empregos com projeção de redução superior a 2,5 milhões são: escriturários de entrada de dados, secretárias administrativas e executivas, funcionários de contabilidade, escrituração contábil e folha de pagamento, seguranças e trabalhadores de zeladoria e faxina.
2. Segundo os pesquisadores, os principais fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelos jovens trabalhadores são a baixa escolaridade e a falta de experiência. Para enfrentar essa situação, eles apontam a necessidade de incentivo à capacitação e ao ganho de experiência dos jovens.

3. Comparando o levantamento realizado pelos pesquisadores brasileiros às projeções realizadas pelo Fórum Econômico Mundial, é possível perceber atividades similares e, assim, identificar a perspectiva de redução das seguintes ocupações dos jovens brasileiros: balconistas e vendedores de lojas, escriturários gerais, caixas e expedidores de bilhetes e trabalhadores de controle de abastecimento e estoques. Quando somadas, essas ocupações representam 19,9% do total de jovens trabalhadores brasileiros. Trata-se, portanto, de um cenário negativo, com projeção de redução significativa de suas principais ocupações.

   Diante desses dados, espera-se que os estudantes reflitam sobre seus projetos de vida e expectativas de futuro, percebendo a necessidade de investimento em qualificação profissional. Também é possível que, em seus textos, demonstrem interesse por empregos em áreas com perspectiva de crescimento, como as profissões ligadas à sustentabilidade, às inovações educacionais e ao comércio digital.

Comentário

A atividade demanda a leitura e análise de dados, mobilizando a **habilidade EM13CHS103** e as **habilidades de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT102** e **EM13MAT104**. Ao verificar os impactos das mudanças apontadas pelo Fórum Econômico Mundial no mercado de trabalho, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS402**. Ao identificar fatores que dificultam a entrada dos jovens no mercado de trabalho, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS404**. As reflexões sobre o futuro no mundo do trabalho contemplam a **competência geral da Educação Básica 6** e permitem explorar o tema contemporâneo transversal *Trabalho*, além de ensejarem a discussão proposta pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Oficina (páginas 208-209)

1. **a.** Na história, é possível identificar Tavares, dono de uma empresa de parafusos; Silva, seu funcionário; e Karl Marx.

   b. Na história em quadrinhos, Tavares (o capitalista) paga a Silva (o proletário) um valor de trabalho por hora (R$ 2,50) muito inferior ao valor da mercadoria que este último produz (R$ 50,00). Essa diferença, segundo Marx, caracteriza a mais-valia. Ao final dos quadrinhos, Tavares tenta impedir Marx de explicar sua teoria, em alusão à alienação do trabalhador sobre esse processo.

   c. Segundo a teoria marxista, o trabalhador, ou proletário, está preso ou simplesmente não tem consciência da dinâmica de exploração de seu trabalho porque está alienado do processo produtivo e do valor real da mercadoria, que alcançou valor de troca maior do que o de uso devido a seu trabalho.

   d. A intensificação do trabalho buscada pelo capitalista reforça a relação de exploração do trabalho. Conforme a teoria marxista, nessa relação de exploração o capitalista pode intensificar o processo produtivo, fazendo com que o trabalhador produza mais peças no mesmo período, pagando o mesmo salário. Desta forma, o capitalista se apropriará de um montante maior do produto do trabalho humano, que será vendido no mercado e proporcionará ao capitalista um ganho maior, pagando ao trabalhador o mesmo valor anterior.

Comentário

A atividade parte da leitura e interpretação de uma história em quadrinhos, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar os personagens e interpretar a relação de trabalho com base nos conceitos de mais-valia e alienação, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**.

2. Não. Segundo Marx, a mercadoria pode parecer trivial, ou seja, banal à primeira vista. No entanto, quando analisada em detalhe, percebe-se que ela é muito complicada. Isso acontece porque a mercadoria, que a princípio pode ser compreendida como algo comum, em realidade, oculta em sua forma concreta o trabalho humano e as relações sociais encerradas no trabalho – uma vez que o trabalho humano se realiza na vida coletiva. Por exemplo, uma mesa feita de madeira jamais deixa, em sua forma concreta, de ser madeira, considerando que é dessa matéria-prima que ela é constituída. Entretanto, para se transformar em mercadoria, foram necessários trabalho humano e relações de trabalho.

Comentário

A atividade demanda a leitura de um excerto de Karl Marx, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. Ao refletir sobre as relações de trabalho ocultas na mercadoria, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**.

3. O sociólogo alemão Max Weber, em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, propõe um problema que se tornará típico nos estudos sociológicos: a relação entre a religião e a economia. Segundo o autor, no caso dos protestantes, a ascese religiosa, isto é, o conjunto de condutas comportamentais e morais que iam ao encontro de um estilo de vida no qual pouco se gasta e consome e muito se trabalha, garantiu ao protestantismo uma contribuição importante no processo de acumulação e desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos.

Comentário

Ao sintetizar as ideias de Weber, relacionando a ética protestante ao desenvolvimento do capitalismo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS501**.

4. **a.** O texto 1 aborda o consumo de marcas de luxo entre os jovens, impulsionado, principalmente, pelo uso das redes sociais digitais. O consumo dessas mercadorias pode ser associado ao fenômeno do consumo conspícuo, analisado por Thorstein Veblen, cujo objetivo é ostentar o *status* que as mercadorias podem simbolizar, e não necessariamente a função que elas desempenham.

   Segundo as proposições de Daniel Miller, o consumo está relacionado a aspectos da identidade e do gosto pessoal e legítimo dos indivíduos. Na situação narrada no texto 2, sobre o consumo de camisetas com estampas de bandas e artistas musicais, é possível considerar que os consumidores são de fato motivados a comprar a camiseta de seu artista predileto pelo fato de o conhecerem com alguma profundidade. Portanto, essas camisetas expressam os gostos e a identidade dos indivíduos que as consomem.

   b. Ao refletir sobre os fatores que os levam a consumir um produto, os estudantes podem considerar diferentes fatores, como a necessidade, o preço, a personalidade, a aquisição de autoestima, a sustentabilidade, entre outros. Incentive-os a avaliar se esses hábitos estão relacionados à expressão de sua identidade, como analisado por Daniel Miller, ou a seu *status* social, conforme estudado por Thorstein Veblen.

Comentário

A atividade parte da leitura de notícias veiculadas na mídia eletrônica sobre hábitos de consumo da juventude na atualidade, mobilizando a **habilidade EM13CHS103**. A análise dessas notícias favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao refletir sobre seus hábitos de consumo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS303**. Essas reflexões favorecem, ainda, o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação para o consumo*.

5. O objetivo da atividade é proporcionar uma reflexão com base em dados empíricos, coletados entre os membros da comunidade, por meio de uma pesquisa de campo. Oriente os estudantes

na elaboração dos questionários. Peça a eles que incluam questões relacionadas ao consumo e, também, que permitam traçar um perfil dos entrevistados (idade, gênero e profissão, por exemplo). Além disso, seria apropriado incluir questões que permitam identificar os fatores que levam ao consumo de determinado produto: necessidade, *status*, identidade etc. Alerte ao fato de que questões de resposta fechada facilitam a tabulação dos dados. Defina, com os estudantes, a quantidade de pessoas que serão entrevistadas. Cada membro do grupo pode se responsabilizar pela aplicação de um número determinado de questionários. Se julgar apropriado, convide o professor de matemática para auxiliar a turma na tabulação dos dados. Ao analisá-los, oriente os estudantes a retomar os conceitos desenvolvidos ao longo do capítulo, a fim de construir suas conclusões. Conforme a realidade da escola, esses resultados podem ser apresentados à turma por meio físico, como um cartaz, ou digital, como uma apresentação em *slides*.

Comentário

A atividade propõe uma pesquisa de campo em que os estudantes assumem o protagonismo na produção do conhecimento. O tema sugerido, o consumo, aborda um aspecto da vida econômica da comunidade, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS606**. A elaboração dos questionários, a realização das entrevistas, a organização e análise dos dados obtidos mobilizam a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP33**. A tabulação e a análise dos resultados da pesquisa de campo mobilizam, ainda, a **habilidade de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT202**. A apresentação dos resultados da pesquisa, em meio físico ou digital, contribui para o desenvolvimento de **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP34**. O desenvolvimento da atividade favorece, ainda, as **competências gerais da Educação Básica 2** e **7**.

6. Resposta **c.** Estão corretas as alternativas **01**, que define o conceito de coesão social desenvolvido por Durkheim, e **08**, que explicita as duas principais fontes de coesão social para o autor. Portanto: **01 + 08 = 9**.

Sugestões

Site

Sociedade Brasileira de Sociologia

Disponível em: https://sbsociologia.com.br/. Acesso em: 30 set. 2024.

O *site* disponibiliza notícias, publicações, vídeos e *podcasts* que debatem e divulgam diferentes temas de interesse para o estudo da sociologia.

Capítulo 8 Formas de organização social do trabalho

O capítulo discute a organização do trabalho na sociedade capitalista. Temas abordados em capítulos anteriores, como as lutas operárias pela regulamentação do trabalho e a promulgação da CLT no Brasil, são revisitados e aprofundados. O conceito de alienação também é retomado, agora no contexto do taylorismo, do fordismo e do trabalho mediado pela rede mundial de computadores.

Os estudantes terão oportunidade de analisar situações com as quais têm familiaridade, ao examinar, por exemplo, a constituição do capitalismo de plataforma e o trabalho na era digital, bem como seus impactos na vida dos trabalhadores contemporâneos.

Ao tratar dos modelos de gestão do trabalho, é possível refletir com os estudantes sobre a incorporação, por meio do capitalismo, dos avanços em ciência e tecnologia no desenvolvimento de formas de controle da produção e no aumento da produtividade e da lucratividade, favorecendo a abordagem do tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia*.

Ao longo do estudo do capítulo, os jovens também mobilizam conhecimentos para compreender o mundo em que vivem, o lugar que nele ocupam e o que projetam para suas vidas, como profissionais e cidadãos atuantes. Essas reflexões favorecem a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na atualidade, o desenvolvimento tecnológico acelerado está eliminando o trabalho? Essa pergunta é o ponto de partida para discutir a centralidade da organização social do trabalho no modo de produção capitalista. Ao instigar a curiosidade dos estudantes sobre o assunto, a abertura contempla a **competência geral da Educação Básica 2**.

O capítulo aborda o trabalho como fonte de organização social (páginas 211 a 213). Ao caracterizar a sociedade dos trabalhadores, considerando aspectos como a ordenação do uso do tempo e do espaço, a estratificação social, a formação de identidades e o desenvolvimento de uma ética do trabalho, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao refletir sobre as alterações ocorridas na configuração do espaço em função das atividades industriais, desenvolvem a **habilidade EM13CHS202**.

Durante o estudo dos modelos de gestão do trabalho (páginas 214 a 219), ao comparar o taylorismo e o fordismo quanto a seus objetivos e respectivos métodos de controle da produção e das tarefas a serem executadas pelos trabalhadores, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**. Ao associar a regulamentação do trabalho, a produção em massa e a ampliação do mercado consumidor ao fordismo, desenvolvem a **habilidade EM13CHS202**. As constatações sobre a degradação do trabalho e sobre o aprofundamento do processo de alienação do trabalhador mobilizam a **habilidade EM13CHS404**. Essa mesma habilidade é reforçada ao identificar as mudanças no mercado de trabalho e no perfil da mão de obra daí decorrentes. O reconhecimento das principais características do keynesianismo, do papel do Estado como agente regulador das atividades econômicas e das relações de trabalho, inclusive no Brasil, bem como a caracterização da acumulação flexível, favorecem o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

Essa competência é retomada ao refletir sobre múltiplas dimensões do trabalho na era digital (páginas 220 a 224). Ao conceituar e avaliar os impactos do trabalho mediado por aplicativos sobre a precarização das relações de trabalho e compreender o conceito de economia de plataforma, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**. Ao compreender os conceitos de trabalho imaterial e ilegibilidade do trabalho, ao relacionar os processos de automação à acumulação flexível e à flexibilização das relações de trabalho e ao analisar a economia do compartilhamento, desenvolvem a **habilidade EM13CHS403**.

A mesma habilidade é desenvolvida ao explorar o conceito de competência associado à cultura do trabalho (páginas 225 a 228). Ao relacionar as novas demandas do mundo do trabalho à acumulação flexível, os estudantes desenvolvem, ainda, a **habilidade EM13CHS401**.

O desenvolvimento da **habilidade EM13CHS401** prossegue na análise da desregulação do trabalho (páginas 229 a 233), ao diferenciar as situações de formalidade e informalidade nas relações de trabalho, avaliando as possíveis vantagens e desvantagens para empregadores e empregados. Esse tópico também favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, ao abordar os con-

ceitos de exército industrial de reserva e zonas de mercado, relacionando o desemprego e a informalidade aos interesses do capital, bem como ao analisar a Reforma Trabalhista de 2017 e seus impactos para os trabalhadores.

A seção *Contraponto* (página 234) aprofunda o tema do trabalho por aplicativo, associando sua generalização, na sociedade atual, às relações de trabalho mediadas pelas tecnologias digitais e ao neoliberalismo. Ao propor a leitura de excertos de dois artigos, que introduzem novas perspectivas de abordagem sobre o tema, a seção mobiliza a **habilidade EM13CHS101**. Ao refletir criticamente sobre a situação precária dos trabalhadores por aplicativo, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS403**. A seção contempla, ainda, o tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Respostas e comentários

Enfoque (página 213)

1. A faixa superior apresenta uma ponte e um conjunto de edifícios altos que representam o desenvolvimento econômico típico da sociedade urbano-industrial capitalista. A faixa intermediária apresenta fileiras de operários dormindo. Ela representa a mão de obra que não aparece (invisível), mas que faz essa sociedade se movimentar. A faixa inferior mostra a sala de espera de um banco, representando a acumulação capitalista, resultado do lucro obtido pela venda das mercadorias geradas pela mão de obra dos trabalhadores.
2. Na obra, os trabalhadores são representados dormindo entre os níveis superior e inferior, ocupando o centro da imagem. Essa posição evidencia a importância dos trabalhadores para a existência dos demais níveis. No entanto, ao representá-los dormindo, a obra revela que ser trabalhador não confere *status* social de relevância.

Comentário

A leitura e a análise da pintura mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao reconhecer o contraste entre a importância do trabalho para a manutenção da sociedade e a pouca relevância atribuída aos trabalhadores, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS404**.

Enfoque (página 214)

1. Espera-se que os estudantes identifiquem a transformação do produto em mercadoria como o aspecto central de diferença entre as duas categorias de análise. Enquanto a noção de trabalho concreto faz alusão ao trabalho que produz algo com o objetivo de atender a uma necessidade específica, o trabalho abstrato, além de buscar atender à necessidade, converte o resultado do trabalho em mercadoria, dotando-a, assim, de valor de troca. Como exemplo, é possível opor duas situações relacionadas à produção de feijoada:
   - Situação 1 – trabalho concreto: uma pessoa cozinha uma feijoada em casa para alimentar a família. Nessa situação, o produto do trabalho, a feijoada, é voltado ao uso direto, sem envolver a mercantilização.
   - Situação 2 – trabalho abstrato: uma pessoa cozinha uma feijoada para uma empresa de marmitas da qual é contratada. Nessa situação, a feijoada é produzida com a finalidade de ser comercializada. Há, então, valor de troca, que reflete a transformação do trabalho em mercadoria.
2. Espera-se que os estudantes exercitem a inferência, utilizando elementos do texto e conceitos aprendidos nos capítulos anteriores para elencar impactos do taylorismo na relação entre empregadores e trabalhadores. Eles podem argumentar que, ao separar o planejamento da execução, o taylorismo aliena os trabalhadores do controle do processo do próprio trabalho, atribuindo-o aos empregadores. Com isso, há maior hierarquização das tarefas, perda de autonomia, impessoalidade e desumanização.

Comentário

A diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Ao refletir sobre os impactos do taylorismo na relação entre empregados e patrões, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**.

Enfoque (página 215)

1. O taylorismo é um método de gestão do trabalho que visa aumentar a produtividade separando o planejamento da execução, de forma a garantir uma execução padronizada e otimizada; a degradação do trabalho alude à perda de sentido do trabalho para quem o realiza. Dizer que há uma relação de causalidade (ou seja, que o taylorismo leva à degradação do trabalho) significa afirmar, portanto, que a separação do planejamento da execução destitui o trabalho de sentido. Na análise de Harry Braverman, isso ocorre porque o taylorismo torna o trabalho repetitivo e monótono, um conjunto de instruções rígidas que esvazia o trabalhador da ação criativa e autônoma.
2. A atividade tem como objetivo exercitar a aplicação dos conceitos apreendidos em uma situação hipotética que emula a realidade cotidiana. Além disso, possibilita aos estudantes exercitar a escrita do gênero textual diário. Escrito em primeira pessoa, o diário é um gênero narrativo de registro de acontecimentos cotidianos e percepções subjetivas sobre eles. Nesse sentido, espera-se que os textos produzidos pelos estudantes narrem situações da experiência diária de um trabalhador (expressando, assim, a compreensão dos estudantes acerca do funcionamento do taylorismo), bem como reflexões e sentimentos do trabalhador acerca de suas vivências (revelando, desse modo, sua compreensão acerca da degradação do trabalho).

   É provável que os estudantes narrem o recebimento de instruções e a impessoalidade das orientações, bem como o caráter repetitivo das tarefas executadas. Além disso, é possível que relatem sensações como monotonia e falta de envolvimento (resultantes da degradação), raiva e revolta (como reações à falta de autonomia) ou, então, satisfação e prestígio (resultantes do desempenho no cumprimento das tarefas esperadas).

Comentário

Ao conceituar o taylorismo e relacioná-lo à degradação do trabalho, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**. Ao produzir um texto em primeira pessoa, narrando um dia de trabalho na fábrica de gestão taylorista, eles mobilizam, ainda, a **competência geral da Educação Básica 4** e a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP15**.

Enfoque (página 216)

1. Pode-se argumentar que o fordismo, ao instituir uma gestão da produção padronizada em linha de montagem, aumentou a eficiência, reduzindo o tempo e aumentando a escala de produção de mercadorias; além disso, implicou a especialização do trabalho e estimulou o consumo entre os trabalhadores.
2. A atividade propõe a análise da oposição simbólica de duas expressões contemporâneas que aludem ao 1º de maio,

Nas respostas, espera-se que os estudantes mencionem os seguintes aspectos:

- Dia do Trabalho: a expressão enfatiza a atividade laboral, chamando a atenção para a centralidade do trabalho na vida em sociedade ou, então, para sua importância no desenvolvimento econômico e social. O uso da expressão pode ter um lugar institucional, de reforçar o trabalho em si, como atividade de relevância econômica e social.
- Dia do Trabalhador: a expressão enfatiza os sujeitos do trabalho, chamando a atenção para o conjunto de trabalhadores como categoria política ou classe social. O uso da expressão pode ter a finalidade de reforçar a classe trabalhadora como agente histórico, visibilizando suas reivindicações políticas, bem como os direitos já conquistados.

Comentário

Ao associar o fordismo à consolidação do capitalismo, os estudantes mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Ao analisar os sentidos atribuídos ao 1º de maio, os estudantes mobilizam, também, a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG202**.

Enfoque (página 217)

1. Na tirinha, Mafalda mostra insatisfação com a manipulação do comportamento e o estímulo ao consumo feitos pelos anúncios publicitários que passam na televisão. É possível perceber essa insatisfação por meio do questionamento da personagem acerca dos verbos imperativos "'use', 'compre', 'beba', 'coma', 'prove'", seguido do desligamento do televisor. Ao questionar "o que pensam que somos?", Mafalda exprime seu incômodo. Após desligar o aparelho, a personagem reflete sobre o próprio questionamento, em um momento de introspecção, evidenciado pela dúvida "e o que nós somos?". Ao religar o aparelho e constatar "os malditos sabem que nós ainda não sabemos", ela demonstra uma percepção crítica sobre como o sistema capitalista e suas estruturas de *marketing* e propaganda se aproveitam da alienação das pessoas para moldar seus comportamentos, mantendo-os em um ciclo de consumo.
2. **a.** Os verbos apresentados por Mafalda no imperativo no primeiro quadro representam os estímulos utilizados por empresas no capitalismo para a constituição de um mercado consumidor.

   b. A pergunta "e o que nós somos?" representa o conceito de alienação. Ao não saber quem é, a personagem não consegue reconhecer-se como participante da parcela da sociedade que produz aquilo que é vendido e consumido.

Comentário

A leitura e a interpretação da tirinha mobiliza a **habilidade EM13CHS103**. Ao identificar o estímulo ao consumo pelos meios de comunicação de massa, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS303**. As reflexões sobre a alienação dos consumidores mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

Enfoque (página 218)

1. A escultura representa homens enfileirados, de pé, uns atrás dos outros, olhando para baixo. Esses elementos reforçam o sentimento de tristeza e perda de esperança que muitos podem ter experimentado em meio a uma situação de pobreza e luta contra a fome durante a crise.
2. O pensamento keynesiano defende a intervenção do governo na economia como forma de estabilizar ciclos econômicos em crises, evitando que haja recessões prolongadas. A intervenção na economia implica um aumento dos gastos públicos, com o objetivo de gerar empregos e assegurar o atendimento das necessidades básicas da população mais vulnerável. Tal aspecto pode ser associado à inscrição, que reflete o princípio keynesiano de que o progresso econômico implica assegurar aos mais pobres o suficiente.

Comentário

Ao interpretar a escultura, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. Ao associar as políticas desenvolvidas pelo governo estadunidense para combater a depresssão econômica às propostas de Keynes, os estudantes desenvolvem as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **4**.

Enfoque (página 219)

1. A tirinha apresenta um rapaz saindo de uma escola de cursos de informática com um papel na mão, possivelmente um certificado. Ele toma um ônibus para apresentar o documento em um local de trabalho. O empregador informa que a linguagem de informática que o trabalhador aprendeu já está obsoleta. A acumulação flexível é caracterizada pelo caráter transitório dos processos, que estão em constante transformação, fazendo com que o trabalhador precise constantemente se qualificar para se adequar às novidades. Assim, a associação entre o modelo e a tirinha está na necessidade de constante qualificação do trabalhador.
2. Algumas das ocupações que podem ser citadas pelos estudantes são: operador de caixa (bancos, farmácias, supermercados), frentista de posto de gasolina, cobrador de ônibus, porteiros de edifícios residenciais. Algumas dessas profissões já usam automatização, como os caixas eletrônicos de bancos e o autoatendimento em supermercados. Algumas portarias de edifícios contam com análise biométrica dos moradores para entrada, transmissão por vídeo da portaria para os apartamentos e portaria a distância. Em muitas cidades, o uso de bilhetes eletrônicos no transporte público tem acarretado a extinção da ocupação de cobrador. Por fim, vale reforçar o uso cada vez maior de aplicativos que tornaram negócios 100% digitais, como os bancos e empresas de entregas.

Comentário

A interpretação da tirinha, associando-a ao modelo de acumulação flexível, colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS403**.

Enfoque (página 220)

1. Trabalho mediado por aplicativos é uma expressão utilizada para categorizar atividades laborais cuja contratação e gerenciamento ocorre por meio de plataformas digitais, como aplicativos de celulares. Nesse tipo de trabalho, o trabalhador atua como um prestador de serviços, e o aplicativo é um intermediário do contato com clientes. Trata-se de uma forma de trabalho caracterizada por flexibilidade, ausência de proteções trabalhistas formais e baixa regulamentação.
2. Resultado de políticas de desregulamentação do trabalho, características do modelo de produção da acumulação flexível, a flexibilização implicou a substituição de contratos formais, duradouros e protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária por modalidades informais e precárias, como os trabalhos autônomos, terceirizados, não registrados ou plataformizados. Nessas modalidades, há menos garantias trabalhistas (como salário mínimo, limite de jornada e seguridade social), caracterizando o trabalho precário.

3. Podem ser sugeridas políticas voltadas à regulamentação do trabalho mediado por aplicativos, como a aprovação de legislação que preveja direitos básicos, por exemplo, piso salarial, seguro-desemprego, férias, entre outros; políticas de proteção contra desligamentos arbitrários; obrigatoriedade de contribuição das empresas de aplicativo para a seguridade social dos trabalhadores (prevendo auxílio em caso de doença, licença-maternidade, aposentadoria etc.); e fundos de fomento ao cooperativismo de plataforma.

Comentário

Ao explicar o trabalho mediado por aplicativos, relacionar a flexibilização das regulamentações do trabalho à precarização e sugerir políticas públicas para superá-la, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS403**.

Ao propor aos estudantes que reflitam sobre políticas públicas que poderiam ser implementadas para melhorar as condições de trabalho por aplicativo, a atividade colabora, ainda, para o desenvolvimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Enfoque (página 221)

1. Sim, pois o trabalhador não precisa ser qualificado para a função. Ele precisa apenas aprender a operar a máquina. O trabalho perde conteúdo e o significado.
2. Sim, pois o trabalhador não reconhece o produto do trabalho como seu. Dessa forma, o fator humano existente no trabalho não é mais reconhecido, tornando o trabalho alienado.

Comentário

A associação entre a situação relatada no texto citado e o conceito de alienação contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404**.

Enfoque (página 224)

1. A charge critica a precarização do trabalho por aplicativo. Nela, são representados dois entregadores. A fala dos personagens revela a ausência de vínculos empregatícios ("é seu próprio patrão") e as longas jornadas de trabalho ("eu não durmo"), elementos que caracterizam o trabalho plataformizado como precário.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a carga horária de trabalho da pessoa conhecida, avaliando se ela é superior àquela regulamentada pela legislação, o que pode caracterizar a precariedade do trabalho.

Comentário

Ao analisar a charge, associando o trabalho plataformizado à precarização, e refletir sobre as condições de trabalho de pessoas de seu convívio, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS403**.

Enfoque (página 230)

1. O trabalhador, vendedor de lanches, é representado se equilibrando sobre uma ponte falha, vazada e quebradiça, que liga os dois lados de um penhasco.
2. Na charge, a ponte pode ser interpretada como uma metáfora da instabilidade do trabalho informal. O vendedor de lanches, para se sustentar, precisa se submeter a essa estrutura frágil, remetendo à instabilidade e à insegurança. Isso pode ser interpretado como uma alusão ao fato de o trabalhador informal não ter assegurados direitos como aposentadoria e licença-saúde, além de não ter a garantia de receber um salário mínimo.

Comentário

Ao analisar a charge e relacioná-la à informalidade nas relações de trabalho, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS401**.

Contraponto (página 234)

1. Apesar de o primeiro texto nos levar a acreditar que o trabalho não é mais fonte de reconhecimento, ou ao menos não é interpretado dessa maneira pelos trabalhadores, e de o segundo texto destacar o antissindicalismo por parte de muitos trabalhadores, a forma como os trabalhadores por aplicativos se posicionaram nos movimentos iniciados em 2020 demonstra que o trabalho ainda é fonte de reconhecimento e que eles almejam ser reconhecidos como trabalhadores e, assim, ter acesso à regulação do trabalho.
2. Pode-se argumentar que o crescimento da flexibilização e da precarização entre os trabalhadores por aplicativo, ao mesmo tempo que tem gerado problemas para a construção de uma identidade entre esses trabalhadores, tem produzido condições precárias de trabalho e de vida, que os levam a reconhecer a necessidade de unidade como forma de se opor ao quadro existente e lutar pelo acesso a direitos sociais mínimos.

Comentário

Se julgar conveniente, durante a leitura dos textos da seção pelos estudantes explique o conceito de neoliberalismo para facilitar a interpretação das ideias apresentadas. Destaque que neoliberalismo refere-se ao conjunto de políticas econômicas implementadas a partir dos anos 1970 no Reino Unido (por Margaret Thatcher), nos Estados Unidos (por Ronald Reagan) e no Chile (por Augusto Pinochet), com o objetivo de promover o livre mercado, limitando assim a atuação do Estado na economia e na regulamentação das relações de trabalho.

Na apreciação do texto elaborado pelos estudantes, atente-se para possíveis generalizações indevidas, digressões e incoerências internas. Se julgar necessário, oriente a reescrita do texto após a avaliação.

Ao refletir sobre a formação de identidades relacionadas ao trabalho, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Ao elaborar o texto, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 7** e a **habilidade EM13CHS103**. A produção desse texto favorece, ainda, o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Trabalho e juventudes (página 235)

A seção apresenta o profissional especialista em gestão de recursos humanos e o curso superior tecnológico nessa área. Realize a leitura compartilhada do texto, intervindo para destacar ou exemplificar aspectos relevantes. Destaque que é recomendável ao gestor de recursos humanos apresentar competência nas relações interpessoais, pois esse profissional trabalha na interface entre empregadores e empregados.

Incentive os estudantes a acessar a página do curso em diferentes instituições de ensino para obter mais informações, como as disciplinas e o tempo de duração do curso.

Comentário

Conhecer diferentes formas de atuação profissional favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**. Refletir sobre as relações que se estabelecem entre empregados e empregadores e a maneira como essas relações podem ser mediadas por direitos e obrigações contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404** e favorece a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Oficina (páginas 236-237)

1. A gravura apresenta elementos que podem ilustrar a concepção de labor proposta por Hannah Arendt, pois as tarefas são executadas sem remuneração, na esfera privada e por sujeitos que não acessam a cidadania.

Comentário

Ao analisar a gravura e relacioná-la às discussões propostas por Hannah Arendt, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS404**.

2. O filme de Charlie Chaplin faz uma crítica ao fordismo, modelo de gestão de produção que introduziu a linha de montagem, na qual os trabalhadores ficavam dispostos ao longo de uma esteira e cada trabalhador realizava uma parte do trabalho. Na figura estão quatro trabalhadores, cada um realizando uma atividade diferente, conforme o produto passa por eles na esteira.

Comentário

Ao interpretar a imagem e identificar a crítica ao fordismo, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS401**.

3. Resposta **d.** Na sociedade de trabalhadores, originada a partir da Revolução Industrial, a utilização da energia elétrica prolongou as jornadas de trabalho, possibilitando o trabalho noturno, o que modificou a organização dos períodos de trabalho e de não trabalho. O espaço urbano também sofreu modificações, como a criação de bairros operários, a exemplo de São Miguel Paulista, em São Paulo.

4. A ideia de habilidade representa certa capacidade no uso de determinada técnica, podendo ser comprovada por certificados que atestem a experiência. A noção de competência, por sua vez, tende a ser mais complexa e imprecisa: está relacionada a uma capacidade de agir de determinada maneira em certa circunstância. Diferentemente das habilidades, as competências não estão relacionadas ao uso das tecnologias, mas a comportamentos simultaneamente esperados e considerados adequados pelos gestores em determinado contexto ou profissão.

5. Zonas de mercado são uma divisão no mercado de trabalho, que seria composto de uma parte central – com a presença de poucos trabalhadores de alta qualificação, inseridos no mercado formal e usufruindo de proteção social – e de duas áreas periféricas: uma em que estariam os trabalhadores com a qualificação disponível no mercado, mas quase sem experiência com trabalhos regulados; e outra com os trabalhadores de baixa qualificação, destinados à informalidade ou à não participação na força de trabalho.

6. O texto 1 revela que, apesar de flexível, ou seja, sem horários ou local definido, o trabalho das revendedoras de cosméticos é rigidamente controlado pela empresa, por diferentes meios, como a rigidez no pagamento dos boletos, as cotas de vendas e a cobrança de juros. O texto 2, por sua vez, destaca o uso da tecnologia para impulsionar as vendas desse segmento. Com base nesses textos, é possível discutir a ampliação da flexibilização por meio do uso da tecnologia, argumentando que o trabalho de revenda pode ser realizado em qualquer local e em tempo integral, inclusive nas redes sociais. Além disso, pode-se relacionar o uso da tecnologia ao aumento do controle do trabalho, pois a empresa pode rastrear as atividades realizadas pelos consultores nas plataformas digitais.

Comentário

Ao analisar os impactos da tecnologia para o trabalho de revendedores de cosméticos, por meio de diferentes fontes, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS403**. A elaboração do texto colabora para o desenvolvimento da **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP12**. A correção do texto produzido pelos estudantes deve considerar possíveis fragilidades argumentativas, como digressões e generalizações indevidas.

7. No texto 1, são citados o trabalho desregulamentado, desprotegido, com renda baixa e volátil e a falta de contribuição para a previdência social. O texto 2 destaca as longas jornadas de trabalho, superiores ao previsto na legislação, e o ganho médio menor do que o dos *motoboys* que não trabalham para plataformas.

Comentário

Ao analisar os textos e identificar os elementos que permitem associá-los à precarização, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS403**.

8. O objetivo da atividade é apresentar aos estudantes a triangulação de técnicas de pesquisa como forma de construção do conhecimento em ciências sociais. No caso, eles utilizarão observação direta, entrevistas e coleta de dados secundários para identificar as ocupações, classificá-las como formais ou informais e verificar a modalidade predominante.

Comentário

Ao pesquisar sobre as condições de trabalho em seu município, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 2**, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4** e a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP32**. A atividade também favorece a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

9. Resposta **c.** O emprego de novas tecnologias foi acompanhado de um novo modo de regulamentação, a acumulação flexível, no qual a flexibilização – da produção, do trabalho e dos mercados – é o principal componente.

Sugestões

Filme

Dois dias, uma noite.

Direção: Jean-Pierre e Luc Dardenne. Bélgica, França, Itália, 2014. Duração: 95 minutos.

O filme narra as dificuldades de uma operária diante da perspectiva de demissão, em uma pequena fábrica na França, proporcionando reflexões sobre os modelos de gestão do trabalho e seus impactos nas relações entre os trabalhadores.

UNIDADE 5

ESTADO, PODER E DEMOCRACIA

A abertura dessa unidade apresenta uma pesquisa realizada pelo Instituto V-Dem fundado por pesquisadores do departamento de ciência política da Universidade de Gotenburgo, na Suécia, a respeito do estado da democracia em diversos países, incluindo o Brasil. Com base nos critérios utilizados pelo instituto e nas imagens – uma foto histórica de uma manifestação feminina pela aprovação de cotas para mulheres nas eleições e um grafite sobre a liberdade de imprensa produzido na Praça dos Três Poderes –, os estudantes são incentivados a refletir sobre a democracia eleitoral brasileira na atualidade. Oriente-os a expor suas impressões sobre as imagens e a relacioná-las ao processo eleitoral brasileiro. Reforce a ideia de que a realização de eleições livres e justas está associada ao exercício da liberdade de expressão, de associação e de imprensa, bem como à igualdade de gênero no sistema político.

Pode-se aproveitar para discutir o baixo investimento dos partidos políticos em candidaturas femininas e a importância das cotas para superar a desigualdade de gênero no exercício de cargos eletivos.

Outro ponto importante é incentivar os estudantes a identificar a confiabilidade das informações a que têm acesso sobre o sistema eleitoral e a refletir sobre o respeito ao direito de expressar suas opiniões, ideias e atividades intelectuais e artísticas sem interferência ou perseguição do Estado.

Desse modo, espera-se motivá-los a se posicionar com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, contribuindo para a reflexão sobre os desafios contemporâneos.

Objetivos de aprendizagem dessa unidade

1. Identificar diferentes formas de governo.
2. Diferenciar os sistemas de governo parlamentarista, presidencialista e semipresidencialista.
3. Compreender as funções dos poderes do Estado, suas limitações e contradições.
4. Analisar instrumentos de representação e participação democráticos, seus papéis e formas de acionamento.
5. Compreender o sistema eleitoral brasileiro.
6. Reconhecer a importância da mobilização digital e a influência do ciberativismo na contemporaneidade.
7. Relacionar as demandas, as conquistas e os direitos constitucionais a diferentes tipos de mobilização social.
8. Caracterizar os estudos sobre os movimentos sociais no campo sociológico e seu desdobramento no Brasil.
9. Relacionar o movimento sindical à luta por melhores condições de trabalho.
10. Identificar novos movimentos sociais e suas agendas.

Capítulo 9 Formas e sistemas de governo

Nesse capítulo, são caracterizadas diferentes formas de governo e Estado. O exercício da democracia é analisado, considerando os níveis de participação popular, os modos de selecionar os governos e a capacidade de influenciá-los direta ou indiretamente. Destaca-se o conhecimento sobre os partidos políticos, os sistemas partidários, os formatos eleitorais e, sobretudo, o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. Esses temas possibilitam aos estudantes identificar o governo e a política em nível local e nacional e conhecer as regras que determinam a escolha dos seus representantes.

Os itens referentes às formas de governo e à divisão dos poderes possibilitam discutir o papel de cada poder e a organização do Estado brasileiro. Pode-se utilizar como exemplo a estrutura municipal e notícias locais, a fim de ilustrar as obrigações e possíveis embates entre os poderes no município em que os estudantes vivem. Ao analisar as formas de participação política, vale destacar exemplos que ocorrem na própria escola, como a eleição de um grêmio estudantil ou a votação para definir o tema de uma atividade. Essa abordagem favorece o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Vida familiar e social*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo é um convite à compreensão das instituições políticas e do sistema eleitoral brasileiro. Ao refletir sobre seus conhecimentos acerca do tema, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 1** e a **habilidade EM13CHS603**.

O conhecimento de diferentes formas de governo (páginas 241 a 245), diferenciando monarquia, república, teocracia, oligarquia e anarquia e compreendendo a divisão tripartite dos poderes de Estado, favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**.

Ao analisar os sistemas de governo (páginas 246 a 248) e as formas de Estado (página 249), caracterizando o presidencialismo, o parlamentarismo e o semipresidencialismo e diferenciando Estados unitários e Estados federados, os estudantes mobilizam conceitos que contribuem para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e da **habilidade EM13CHS603**.

Ao explorar múltiplos aspectos da democracia (páginas 250 a 255), diferenciando democracia direta e indireta e democracia representativa e participativa, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS501** e **EM13CHS603**. Ao reconhecer a importância da *e-democracia* para a participação dos cidadãos nas decisões políticas, eles mobilizam, ainda, a **habilidade EM13CHS202**. Além disso, os temas favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**, pois ajudam os estudantes a compreender os mecanismos disponíveis para influenciar o curso dos eventos da sociedade em que vivem.

O trabalho com a **habilidade EM13CHS603** é reforçado na análise dos partidos políticos (páginas 256 a 260), ao incentivar os estudantes a conhecer diferentes tipos de partido e de sistema partidário. A mesma habilidade é reforçada na abordagem das eleições (páginas 261 a 264), ao analisar os tipos de voto, os sistemas eleitorais majoritário e proporcional, as características das eleições brasileiras e o sistema político do país.

Na seção *Contraponto* (páginas 266 e 267), promove-se a reflexão sobre a representatividade no sistema político brasileiro, destacando os desafios enfrentados por mulheres, indígenas e negros para alcançar os cargos eletivos e incentivando os estudantes a propor soluções para o problema, abordagem que favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS601** e **EM13CHS606**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 241)

1. Na primeira definição, governo diz respeito a quem exerce o poder político. Já na segunda, abarca também as instituições por meio das quais o poder é exercido.

2. No primeiro sentido, pode ser mencionada como exemplo a equipe de governo. Em um sistema presidencialista, como o brasileiro, compõem o governo o presidente, o vice-presidente e um conjunto de ministros. Essas pessoas exercem o Poder Executivo, sendo responsáveis por tomar decisões políticas, bem como elaborar e implementar políticas públicas. Por isso, podem ser consideradas o governo.

   No segundo sentido, podem ser mencionados os órgãos e as instituições que constituem os três poderes no Brasil: presidência e ministérios (Poder Executivo), Congresso Nacional (Poder Legislativo) e Supremo Tribunal Federal e demais tribunais (Poder Judiciário). Cada um desses órgãos é responsável por um conjunto específico de funções, que constituem o exercício do governo de forma institucionalizada.

3. A fala da Mafalda no terceiro quadrinho da tirinha, que caracteriza brincar de governo como não fazer nada, pode ser interpretada como uma crítica à inatividade do governo (considerado desinteressado ou incapaz de resolver problemas que afetam a sociedade) ou, então, como um desencantamento com a política (expressando ceticismo ou descrença na capacidade do governo de resolver problemas sociais).

Comentário

Ao promover a leitura e a interpretação de diferentes fontes (um texto filosófico e uma tirinha), a fim de refletir sobre o significado do termo *governo*, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 245)

1. Segundo Montesquieu, a separação de poderes é fundamental para garantir liberdade política, evitando que o poder seja exercido tiranicamente.

2. Sim. O Estado brasileiro adota a divisão tripartite de poderes, conforme expresso na teoria de Montesquieu.

Comentário

Ao explicar a teoria de Montesquieu e relacioná-la ao Estado brasileiro, os estudantes exercitam as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 248)

1. No sistema presidencialista, a chefia do Estado e a do governo estão subordinadas à mesma pessoa: o presidente. Já no sistema parlamentarista, a chefia do Estado, em geral, é exercida por outro representante que não o chefe do parlamento, responsável apenas pela chefia do governo. Em países que adotam o sistema semipresidencialista, os poderes de Estado e governo são compartilhados entre o presidente da república e o chefe do parlamento, também chamado de primeiro-ministro.

2. No sistema presidencialista, o tempo de mandato do chefe governamental costuma ser predefinido, de modo que os eleitores têm conhecimento do período que o representante ficará no cargo. No sistema semipresidencialista, o tempo de mandato do presidente tem duração prefixada, enquanto o cargo de primeiro-ministro depende de acordos com a assembleia nacional. Já no sistema parlamentarista, o tempo de mandato do chefe de governo pode variar muito, visto que depende da manutenção do acordo parlamentar.

Comentário

Ao diferenciar os sistemas presidencialista, parlamentarista e semipresidencialista, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Enfoque (página 250)

1. Ao destacar a importância da democracia para que as pessoas continuem discordando, a tirinha valoriza o papel democrático para a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias. Em um regime democrático, a divergência de opiniões é natural e desejável, bem como o espaço para o debate e a apresentação de opiniões divergentes.

2. Os estudantes podem mencionar a supressão de direitos e liberdades das minorias, a falta de representação adequada, o agravamento de conflitos sociais que minem a coesão social e a estabilidade política e a homogeneização do pensamento, acarretando a perda da diversidade de opiniões.

Comentário

Ao analisar a tirinha, relacionando-a à valorização de princípios democráticos, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**. A reflexão sobre os perigos da tirania da maioria para as sociedades democráticas contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS602**.

Enfoque (página 255)

1. A *e-democracia* é importante por ampliar os canais de participação democrática da população, que, desse modo, pode ser consultada a respeito de matérias de governo e políticas públicas em curso.

2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre sua participação por meio de canais formais de consulta digital, como o portal *e-democracia*, e por canais informais, como mobilizações organizadas por redes sociais e petições *on-line*.

Comentário

Ao refletir sobre a importância da *e-democracia* e sobre a participação democrática pela internet, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS202**.

Enfoque (página 260)

1. Ao representar os dois mascotes disputando uma queda de braço, a charge satiriza o bipartidarismo.

2. A situação-problema apresentada possibilita aos estudantes refletir sobre as vantagens e desvantagens de cada um dos sistemas partidários. Espera-se que eles compreendam que o pluripartidarismo possibilita a representação de maior diversidade de interesses; no entanto, também pode dificultar a governabilidade. O bipartidarismo, por sua vez, facilita a governabilidade, porém pode levar à sub-representação de grupos minoritários. Já o unipartidarismo exclui a diversidade de representações e pode ser associado ao autoritarismo.

Comentário

Ao analisar a charge a fim de identificar o bipartidarismo, os estudantes mobilizam a habilidade **EM13CHS103**. Ao refletir sobre uma situação-problema relacionada a seu cotidiano, eles desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Trabalho e juventudes (página 265)

A seção apresenta o curso técnico em serviços públicos. Após a leitura compartilhada do texto, incentive os estudantes a mencionar situações em que recorreram a serviços públicos. Ajude-os a pensar sobre a qualidade dos serviços prestados. Conduza a discussão de modo que reflitam sobre a importância dos profissionais dessa área, responsáveis por viabilizar o acesso dos cidadãos a alguns de seus direitos fundamentais.

Caso haja instituições de ensino que ofereçam o curso nas proximidades do município onde vivem, incentive os estudantes a pesquisar informações sobre os componentes curriculares estudados e a estrutura disponível.

Comentário

O conhecimento sobre diferentes áreas de atuação profissional contribui para a compreensão das relações próprias do mundo do trabalho, favorecendo o desenvolvimento da **competência geral de Educação Básica 6**. Ao apresentar a formação e a atuação profissional do técnico em serviços públicos, a seção colabora, ainda, para a abordagem do tema contemporâneo transversal *Trabalho*.

Contraponto (páginas 266-267)

1. Não. Embora sejam maioria entre os eleitores (53%), as mulheres representam apenas 34% das candidaturas e 18% dos eleitos, revelando sua sub-representação política.
2. Historicamente, a política institucional brasileira foi ocupada por homens, sobretudo, brancos. Predominou, também, no campo da cultura, uma perspectiva preconceituosa e discriminatória em relação às mulheres. Em relação aos negros e indígenas, o preconceito racial parece ser decisivo para submeter esses grupos a uma discriminação que é, também, política.
3. Para reduzir as desigualdades, foram estabelecidos o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, a reserva de 30% do Fundo Eleitoral a candidatas mulheres e maior tempo de propaganda na TV a essas candidaturas. Também foi estabelecido que a participação de negros no Fundo Eleitoral e no tempo de TV deve ser proporcional ao número de candidaturas. Essas medidas são importantes para aumentar a viabilidade de candidaturas de mulheres e negros. No entanto, sozinhas, não resolvem o problema. Além disso, ainda há vários desafios a serem enfrentados, como as fraudes e as candidaturas "laranjas".
4. Espera-se que os estudantes reflitam sobre diferentes medidas destinadas à superação das desigualdades, como a formulação de leis, a fiscalização e o rigor na punição pelo descumprimento das leis atuais, a realização de campanhas pela valorização de candidaturas de negros e mulheres, e a utilização de critérios raciais e de gênero na escolha dos candidatos pelos eleitores.

Comentário

Ao promover a análise do gráfico, identificando a sub-representação política das mulheres, a atividade favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS606**. A identificação de fatores relacionados à sub-representação política de mulheres, indígenas e negros na política institucional mobiliza, ainda, a **habilidade EM13CHS601**. As reflexões sobre medidas relacionadas à redução das desigualdades de raça e gênero no contexto eleitoral brasileiro favorecem também o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS503** e possibilitam o trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*, e 10: *Redução das desigualdades*.

Oficina (páginas 268-269)

1. **a.** anarquia; **b.** monarquia; **c.** teocracia; **d.** república.
2. **a.** Presidencialismo. Exemplo: sistema político brasileiro.

   b. Parlamentarismo. Exemplo: sistema político dinamarquês.

   c. Semipresidencialismo. Exemplo: sistema político francês.
3. **a.** O quadrinho foi produzido em 1983, no final da ditadura civil-militar. Nesse período, ganhava força no Brasil o movimento por eleições diretas para presidente, o que não ocorria desde o golpe de 1964.

   b. Eleições diretas são aquelas nas quais os eleitores escolhem os candidatos que vão representá-los por meio do voto livre.

   c. O quadrinho satiriza a forma como os candidatos eram eleitos durante a ditadura civil-militar. Diante da possibilidade de eleições diretas, o desconhecimento da urna pelo candidato alude ao autoritarismo que marcou esse período, revelando a ausência da participação popular nas eleições.

Comentário

Ao analisar o quadrinho, recorrendo a seus conhecimentos de história para identificar a crítica ao processo eleitoral durante a ditadura civil-militar brasileira, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS602**.

4. **a.** O trecho refere-se às relações partidárias chamadas de clientelistas.

   b. De modo geral, as relações de tipo clientelista são mais comuns em Estados que adotam o sistema de governo presidencialista e o multipartidarismo, com a presença de partidos eleitoralistas.

Comentário

Ao propor a análise de um excerto sobre a história política do Brasil e o reconhecimento de aspectos da realidade atual, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**.

5. Os estudantes podem argumentar que as eleições para o nível local são separadas das eleições estaduais e nacionais para enfatizar os laços comunitários e destacar o rol de responsabilidades executivas e legislativas mais próximas às esferas de ação do município onde os eleitores vivem. Também podem refletir sobre o grande número de cargos em disputa nas eleições estaduais e federais e sobre o fato de que a inclusão de mais cargos poderia dificultar a compreensão efetiva da finalidade e da responsabilidade de cada cargo em disputa. Se necessário, proponha aos estudantes a reescrita do texto, a fim de identificar e superar fragilidades argumentativas, como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

Ao incentivar os estudantes a elaborar hipóteses sobre o sistema eleitoral brasileiro, fundamentadas em informações e nos conhecimentos adquiridos ao longo do capítulo, a atividade favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

6. Ao propor essa atividade, pretende-se aferir a compreensão dos estudantes acerca do funcionamento do sistema político brasileiro por meio da metodologia ativa de *design thinking*. Sugere-se dividir o trabalho nas seguintes etapas.
   - Apresente o conceito de *design thinking* aos estudantes e caracterize cada uma das etapas: compreensão do problema, definição, ideação e teste. Na primeira etapa, reflita com a turma sobre o fato de que a compreensão das necessidades dos usuários (no caso, dúvidas de membros da comunidade escolar sobre o sistema político) pode impulsionar a criação de soluções mais eficazes para os problemas. Peça à turma que se organize em grupos e instrua os estudantes a conversar com os membros da comunidade escolar para identificar as duas principais dúvidas sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. Pode ser interessante elaborar um pequeno conjunto de perguntas abertas que guiem essa conversa. Oriente-os também a registrar as respostas obtidas.
   - Com as dúvidas coletadas, inicia-se a etapa de definição do problema. Cada grupo de estudantes deve analisar os registros, buscando identificar os conceitos políticos adequados para solucionar as dúvidas apresentadas.
   - Após a identificação dos conceitos, segue-se à etapa de ideação. Oriente os estudantes a conversar em grupos sobre maneiras de representar visualmente os conceitos identificados. É importante que cada grupo defina um estudante para registrar as ideias sugeridas pelos colegas. Para auxiliá-los na construção do infográfico, pode ser interessante apresentar técnicas de criação, sejam manuais (como ilustrações, esquemas e colagens), sejam digitais (utilizando programas gratuitos de elaboração de apresentações e conteúdos visuais).

- Com as versões preliminares de infográficos prontas, inicia-se a etapa de testagem. Nela, cada grupo deve apresentar seu infográfico aos demais colegas, buscando coletar opiniões e sugestões sobre como aprimorar a comunicação das informações. Vale reforçar a importância da comunicação assertiva e não violenta. Explique que as apresentações não têm como objetivo instaurar comparação ou concorrência entre os grupos, mas, sim, exercitar a empatia e a colaboração, a fim de aprimorar o trabalho de toda a turma e, com isso, atender de forma mais eficiente à comunidade escolar. Com base nas opiniões coletadas, oriente os estudantes a promover os ajustes necessários nos infográficos.
- Por fim, auxilie-os na definição da data da apresentação dos resultados, articulando com a gestão escolar o local e o momento mais adequados para a exposição dos trabalhos. Se julgar conveniente, a divulgação dos infográficos também pode ser realizada por meio das redes sociais da escola. Como fechamento, promova uma conversa com estudantes, buscando refletir sobre as soluções encontradas pelos grupos e as abordagens utilizadas.

Comentário

A produção do infográfico pelos estudantes possibilita o exercício da criatividade, da colaboração, da autonomia e do protagonismo, favorecendo o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 5** e **10**. A produção colaborativa incentiva a capacidade de interpretar, sistematizar e comunicar informações complexas e relevantes de forma acessível e visualmente atraentes para a comunidade escolar, favorecendo o desenvolvimento das **habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG301** e **EM13LGG305**. A sistematização das informações e o uso de diferentes linguagens para a produção do infográfico favorecem, ainda, o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS103** e **EM13CHS106**.

7. Resposta **a.** A supressão de eleições de representantes políticos viola o princípio do Estado de direito por impedir a participação dos cidadãos na escolha de seus governantes.

8. Resposta **b.** Os partidos políticos são característicos da democracia representativa. É por meio deles que os cidadãos são indiretamente representados.

Sugestões

Livro

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

O autor analisa os processos de fortalecimento e crise do sistema democrático, o avanço dos políticos de perfis populistas e a recente ascensão do autoritarismo.

Capítulo 10 Transformação social, sociedade civil, movimentos sociais

Nesse capítulo, são discutidos conceitos importantes para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como os de sociedade civil, ação social e movimentos sociais. Com base nesses conceitos, é possível incentivar os estudantes a analisar exemplos da realidade, sejam eles locais, nacionais ou internacionais, a fim de que participem do debate público de forma qualificada, guiando-se por princípios éticos e democráticos.

Conhecer pautas relacionadas a questões climáticas, ao feminismo e a movimentos em defesa dos direitos de pessoas indígenas, quilombolas e LGBTQIA+ é fundamental para que os estudantes compreendam o mundo em que vivem e desenvolvam uma atitude empática em relação às lutas de diferentes grupos sociais, além de contribuir para a abordagem do tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*.

O trabalho com a BNCC nesse capítulo

Na abertura, promove-se a reflexão sobre os direitos constitucionais e a importância da sociedade civil e da ação coletiva para a conquista e a manutenção desses direitos, favorecendo o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**.

Os tópicos "Sociedade civil" e "Movimentos sociais" (páginas 271 a 275), ao apresentarem a trajetória do conceito de sociedade civil e diferentes concepções sobre os movimentos sociais, favorecem o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Ao analisar diferentes pautas dos movimentos sociais, diferenciando as lutas por redistribuição e por reconhecimento, os estudantes desenvolvem, nestes tópicos também, **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503**.

A mobilização da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** é retomada por meio da análise do conceito de ação social (páginas 276 e 277), considerando diferentes formas de ação no passado e no presente. No tópico sobre o movimento operário e o sindicalismo (páginas 278 a 281), as lutas sociais são relacionadas ao modo de produção capitalista, contribuindo para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. A análise da trajetória do movimento operário no Brasil, considerando a ação do Estado brasileiro em diferentes contextos, favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS602**.

Na seção *Contraponto* (páginas 282 e 283), analisa-se a sindicalização dos trabalhadores brasileiros, diante de desafios como a Reforma Trabalhista e as formas de trabalho sem vínculo empregatício, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404**.

Ao aprofundar a análise sobre os movimentos sociais do século XX (páginas 284 a 287), dedicando especial atenção ao movimento feminista e ao movimento negro, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS601**. As mesmas habilidades são mobilizadas na análise dos novos movimentos sociais do final do século XX (páginas 289 a 294), como o feminismo negro e os movimentos LGBTQIA+, indígena e quilombola.

A reflexão sobre a estrutura adotada pelos movimentos sociais do século XXI (páginas 295 a 297), que caracteriza a mobilização digital e o ciberativismo, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Na seção *Entre saberes* (páginas 298 e 299), aborda-se a literatura negro-brasileira. Ao refletir sobre a marginalização e o branqueamento de autores negros, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503**. Ao analisar o conceito de escrevivência, criado por Conceição Evaristo, e reconhecer a literatura como instrumento de luta do movimento negro, eles desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 3**, a habilidade **EM13CHS601** e as **habilidades de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG601** e **EM13LGG602**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 271)

1. Os estudantes podem citar desde organizações de grande porte e abrangência internacional, como Greenpeace e Médicos sem Fronteiras, até organizações de abrangência local, como grupos de voluntários e associações de moradores do entorno da escola.

2. Com base nas respostas da questão anterior, incentive os estudantes a pensar nas causas em que as organizações citadas atuam e em suas formas de ação. Por exemplo, o Greenpeace atua na defesa do meio ambiente, por meio de campanhas na televisão, mobilização de voluntários e protestos, entre outras ações.

Comentário

Ao refletir sobre as organizações da sociedade civil que conhecem, identificando suas pautas e meios de atuação, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 272)

1. Tocqueville destaca o papel positivo da atuação da sociedade civil na promoção de um ambiente democrático. Em contraposição, Marx apresenta uma perspectiva crítica, interpretando a sociedade civil como um espaço em que se manifesta o conflito de classes, comprometendo a agenda política solidária. Influenciado por Marx, porém adotando uma perspectiva positiva sobre a atuação da sociedade civil, Gramsci a compreende como campo de luta ideológica em que a hegemonia burguesa poderia ser desafiada por meio da contracultura.
2. Diversas ações podem ser citadas, como: incidência política (mobilização de pessoas e recursos para pressionar o Estado e organizações privadas por meio de campanhas, protestos e manifestações), produção de conhecimento (elaboração de pesquisas, artigos e subsídios para fundamentar o debate público sobre um tema de interesse), monitoramento e fiscalização (acompanhamento de ações governamentais, exigindo transparência e denunciando abusos e violações, bem como demandando reparações), composição de espaços participativos institucionais (participação em conselhos e fóruns de políticas públicas), realização de atividades educativas (organização de espaços de formação da população sobre seus direitos).

Comentário

Ao debater a capacidade de influência da sociedade civil na agenda política do país, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 273)

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que a compreensão do que são e do impacto dos movimentos sociais pelas ciências humanas mudou ao longo do tempo, passando de uma perspectiva patologizante para um reconhecimento dos movimentos sociais como atores legítimos importantes para a sociedade. A análise de Gustave Le Bon compreende os movimentos sociais de uma perspectiva negativa, como parte dos fenômenos de massa caracterizados por irracionalidade coletiva, em que a multidão leva à perda da consciência individual e ao comportamento de massa. Essa perspectiva pode ser contraposta pela interpretação de Herbert Blumer, que evidencia a racionalidade e a finalidade dos movimentos, dando destaque ao seu impacto como agentes de mudança política. Em perspectiva contemporânea, é possível compreender os movimentos como "tentativas de modificar a sociedade", conforme destacam Giddens e Sutton. Maria da Glória Gohn, por sua vez, aprofunda a abordagem, apontando dois aspectos importantes dos movimentos: (fazer e pensar), dando, assim, destaque analítico à agenda e às formas de ação dos movimentos.
2. Espera-se que os estudantes escolham um movimento, a fim de identificar o fazer, ou seja, o conjunto de procedimentos implementados pelo movimento, e o pensar, isto é, o conjunto de ideias que fundamenta suas ações. Ao analisar o Movimento dos Atingidos por Barragens, por exemplo, é possível identificar como fazer: organização e articulação dos atingidos por barragens antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos; organização de manifestações, protestos e ocupações com a finalidade de chamar a atenção para os impactos socioambientais das barragens e exigir reparação aos grupos afetados; negociação com autoridades; apoio às comunidades atingidas, entre outras ações. Como pensar, pode-se destacar: a reivindicação da identidade coletiva de "atingidos por barragens" e de "defensores de direitos humanos"; o questionamento da política energética e da concepção de água e energia como mercadoria, lutando por um projeto de uso dos recursos da água e da energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular; a defesa da justiça socioambiental, criticando o modelo de desenvolvimento que privilegia grandes empreendimentos em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente.

Comentário

A atividade possibilita aos estudantes refletir sobre as inquietações intelectuais que dão origem aos conceitos das ciências sociais, desenvolver a capacidade de síntese e argumentação textual, bem como exercitar o uso de conceitos das ciências sociais a fim de analisar o mundo em que estão inseridos, favorecendo o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**.

Enfoque (página 275)

1. A luta por redistribuição busca corrigir desigualdades econômicas, promovendo uma distribuição equitativa de recursos e riquezas, por exemplo, por meio da ação de sindicatos e da realização de greves e paralisações. Já a luta por reconhecimento reivindica o respeito às diferenças e o reconhecimento de minorias políticas. São exemplos dessa luta movimentos feministas, negros, indígenas e LGBTQIA+.
2. Ao lutar contra o marco temporal, os povos indígenas solicitam o reconhecimento como povos originários (luta por reconhecimento) e seu direito ao uso da terra, independentemente do ano em que as estavam habitando (luta por redistribuição).

Comentário

Ao caracterizar os conceitos de luta por redistribuição e luta por reconhecimento e relacioná-las à luta dos povos indígenas contra o marco temporal, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 2** e a **habilidade EM13CHS601**. A reflexão sobre as demandas dos povos indígenas possibilita, ainda, o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 276)

1. Por meio da resposta de Armandinho, é possível inferir que, ainda que cada pessoa possa sentir-se sozinha para implementar uma grande mudança, a existência de demandas e interesses partilhados entre indivíduos "espalhados" possibilita a reunião e a colaboração de diferentes pessoas na defesa de uma causa comum. O vaso de planta na mão do personagem pode ser interpretado como uma muda, que simboliza o crescimento e a potencialização das ações individuais.
2. É possível que os estudantes defendam a importância da coletividade como forma de ampliar a troca de ideias, angariar recursos, construir ações de impacto e atingir de modo mais potente a opinião pública. Também é possível que defendam, além das ações coletivas, a existência de impacto de ações individuais.

   Se julgar adequado, incentive os estudantes a refletir sobre a questão com base no repertório sociológico já desenvolvido, estimulando a imaginação sociológica. Podem-se resgatar as noções de agência e estrutura, a fim de pensar o lugar da mudança social.
3. Para construir suas hipóteses, os estudantes podem considerar os aspectos a seguir.
   - Articulação, mobilização e engajamento: apontando possíveis dificuldades em angariar apoio à causa, mobilizar tempo, agenda e interesse dos apoiadores das mesmas ações e garantir o engajamento a médio e longo prazo mesmo quando não há resultado imediato.
   - Consenso e coordenação das ações: mencionando o fato de que, ainda que diferentes indivíduos tenham interesses comuns de mudança, pode ser difícil articular consensos entre todos os envolvidos sobre as estratégias de atuação mais pertinentes e eficientes para cada causa.

- Recursos: considerando possíveis dificuldades na obtenção de recursos e estruturas para garantir suprimento material e logístico à ação coletiva.

Comentário

Ao analisar a tirinha e refletir sobre a importância e os desafios da ação coletiva para a mudança social, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 281)

1. O decreto de 1931 estabeleceu um sindicato único por categoria profissional e base territorial, reconhecido e supervisionado pelo governo. Ao vincular os sindicatos ao Estado, reduziam-se os conflitos entre capital e trabalho.
2. Os sindicatos foram reprimidos durante a ditadura civil-militar. Houve perseguição a lideranças e intervenções, destruição de sedes, confisco de documentos e controle de atividades, a fim de reduzir o confronto direto.
3. O sindicalismo de confrontação é uma forma de organização e ação de trabalhadores que se caracteriza pela pressão por meio de realização de greves e ações diretas. Em oposição, o sindicalismo negocial prioriza o diálogo entre sindicatos e empregadores como instrumento para alcançar acordos sobre salários e condições de trabalho, entre outros.

Comentário

Ao refletir sobre a atuação autoritária do Estado diante das atividades sindicais, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS602**.

Contraponto (páginas 282-283)

1. Houve queda mais acentuada das taxas de sindicalização a partir de 2017. Entre os setores analisados, o que apresentou maior queda foi o de transporte, armazenagem e correio.
2. Espera-se que os estudantes relacionem a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 à acentuação da queda das taxas de sindicalização a partir desse ano. Entre os elementos da reforma que podem acarretar a fragilização dos sindicatos, é possível mencionar a eliminação da contribuição sindical compulsória, que, ao reduzir os recursos financeiros dos sindicatos, pode ter dificultado a capacidade de mobilização dessas organizações. Podem ser citadas também a flexibilização das relações de trabalho e a adoção de novos modelos de contratação, que, ao precarizar as relações de trabalho, podem dificultar ainda mais a sindicalização dos trabalhadores.
3. Os estudantes podem elencar fatores como a desindustrialização, mencionada por Leôncio Martins Rodrigues, e a consequente transição para uma economia de serviços, reduzindo o número de pessoas empregadas em setores tradicionalmente sindicalizados. Podem citar, ainda, a flexibilização das relações de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora, mencionada por Patrícia Maeda, com a divisão em subconjuntos de trabalhadores estáveis, instáveis e excluídos, dificultando a articulação de pessoas em diferentes relações trabalhistas em defesa de uma agenda comum.
4. Considerando os desafios do contexto atual, é possível que os estudantes citem: o importante papel que os sindicatos, como organizações da sociedade civil, desempenham na proteção dos trabalhadores e no fortalecimento da democracia; a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho, buscando novas maneiras de articulação e mobilização de trabalhadores em diferentes regimes de trabalho, sobretudo naqueles em condições precárias e informais, em defesa de uma agenda comum; a necessidade de adaptação de suas estratégias de mobilização, incorporando tecnologias digitais e agendas de reconhecimento, a fim de dialogar com as novas formas de ação dos movimentos sociais.

Comentário

Ao refletir sobre a queda das taxas de sindicalização, associando-a às transformações do mercado de trabalho decorrentes da Reforma Trabalhista, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS404**.

Enfoque (página 284)

1. Enquanto as teorias norte-americanas têm como foco a estrutura organizacional dos movimentos, as teorias europeias analisam as contradições entre classes, atentando aos aspectos da luta por redistribuição.
2. A teoria da mobilização de recursos atenta ao cálculo do custo-benefício pelas pessoas para se organizar em ações coletivas. A teoria do processo político analisa a decisão de atuar coletivamente com base no pertencimento ao grupo e nas relações interpessoais.

Enfoque (página 289)

1. Segundo a autora, os sujeitos dos novos movimentos sociais seriam os grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Como exemplo, podem ser citados grupos LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.
2. Esses movimentos adotariam formas de ação direta, realizando pressão social a fim de persuadir a sociedade civil a defender sua causa.

Comentário

Ao analisar um texto sociológico, citar exemplos e refletir sobre as formas de ação dos novos movimentos sociais, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 293)

1. Apesar de a resistência indígena ocorrer em diferentes momentos da história, a atuação era fragmentada, não constituindo um movimento unificado. O movimento indígena, como agente razoavelmente unificado de atuação na política institucional brasileira, começou na segunda metade do século XX, consolidando-se a partir das décadas de 1970 e 1980.
2. A Constituição de 1988 reconheceu os povos indígenas como originários, atribuindo a eles direitos sobre as terras ocupadas, assim como o de exercer sua organização social, línguas e tradições.

Comentário

Ao refletir sobre a consolidação do movimento indígena e a importância dos direitos estabelecidos na Constituição de 1988, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS601**.

Entre saberes (páginas 298-299)

1. A palavra *escrevivência*, composta pela justaposição de "escrever" e "vivência", refere-se a uma narrativa escrita baseada na experiência vivida pela população negra. Embora tenha origem nas histórias das mulheres negras escravizadas, a escrevivência é marcada pela autoria negra autônoma, que traz à tona histórias silenciadas, expressando sua realidade e sua memória pessoal e coletiva.
2. Atualmente, a literatura é um espaço para discussão da questão racial e da apresentação de histórias que não eram ditas ou escritas no passado. A escrevivência constitui uma forma de narrar as histórias esquecidas, silenciadas e oprimidas do povo negro, assim como de apresentar suas vivências de conquistas e lutas.
3. Nessa atividade, os estudantes poderão exercitar a *cultura maker*, organizando e executando uma mostra literária escolar.

   Divida o trabalho nas quatro etapas indicadas a seguir.

   - Planejamento: estabeleça um cronograma de atividades.

- Criação: oriente os estudantes a selecionar informações importantes e organizá-las em parágrafos curtos e estruturas em tópicos. Incentive a criação de elementos visuais, como ilustrações ou colagens que representem cenas, situações ou conceitos das obras literárias. Os painéis podem ser montados em cartolinas, folhas de papel *Kraft* ou *slides*.
- Organização: defina a data e o local em que os cartazes serão expostos. Peça aos estudantes que se organizem em grupos, responsáveis por diferentes aspectos logísticos da mostra: organização do espaço, coordenação das apresentações, divulgação para a comunidade escolar e registro do evento.
- Execução: oriente os estudantes a apresentar os painéis e a interagir com os visitantes. Se julgar conveniente à realidade da escola, promova um sarau com a apresentação de pequenos trechos das obras escolhidas, declamações e músicas pelos estudantes. Oriente-os a coletar as impressões dos visitantes sobre a mostra. Finalize a atividade promovendo uma conversa em que os estudantes possam partilhar o que aprenderam.

Comentário

Ao refletir sobre a literatura negro-brasileira e o conceito de escrevivência, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 3** e a **habilidade EM13CHS601**. A realização da mostra literária contribui, ainda, para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 9** e **10** e para a **competência específica de Linguagens e suas Tecnologias 6**.

Oficina (páginas 300-301)

1. A afirmação é verdadeira. Segundo Maria da Glória Gohn, um movimento social diz respeito a um conjunto de procedimentos da ordem do "fazer", ou seja, da ação, e do "pensar", que motiva a prática.

2. Nancy Fraser se refere aos movimentos sociais de redistribuição, que têm entre suas pautas a luta por igualdade, justiça social, ampliação dos direitos dos trabalhadores e redução de desigualdades.

3. **a.** A charge foi produzida em 1986.

b. A charge satiriza o critério utilizado para a substituição de trabalhadores por robôs, ou seja, a não realização de greves.

c. Na charge, a fala do homem expressa o incômodo dos patrões com a realização de greves pelos trabalhadores. Essa estratégia de ação foi um dos meios utilizados pelo Novo Sindicalismo durante a retomada da ação sindical, a fim de reivindicar o atendimento de suas pautas.

Comentário

Ao analisar a charge e relacioná-la ao Novo Sindicalismo, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 6** e a **habilidade EM13CHS103**.

4.

Primeira onda (séculos XIX e XX): direitos políticos (votar e candidatar-se); inserção no mercado de trabalho.
Segunda onda (1960-1980): crítica à estrutura patriarcal; direitos sexuais reprodutivos; igualdade no mercado de trabalho.
Terceira onda (1990 até atualidade): reconhecimento das diferenças entre as mulheres; combate a múltiplas opressões.

Espera-se que os estudantes argumentem que, apesar dos avanços, nem todas as reivindicações foram plenamente atendidas. Embora as mulheres tenham conquistado direitos políticos, ainda há grande desigualdade representativa entre elas e os homens. Também há desafios no que concerne à inserção e à igualdade no mercado de trabalho, relacionados à dupla jornada e à equiparação salarial. Apesar de importantes conquistas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, como o acesso a métodos contraceptivos, há desafios a serem enfrentados, por exemplo, no acesso desigual a serviços de saúde reprodutiva.

Comentário

Ao sistematizar informações sobre as diferentes ondas do movimento feminista e refletir sobre as conquistas e os desafios do movimento na atualidade, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS502**.

5. Espera-se que os estudantes argumentem que, embora as lutas por reconhecimento e redistribuição sejam fundamentais para a compreensão do cenário contemporâneo, elas nem sempre são consideradas em conjunto, como abordado no texto 1. O texto 2, por sua vez, critica a distinção entre economia e identidade, que podem ser associadas, respectivamente, à luta por redistribuição e à luta por reconhecimento. Sobretudo no Brasil, a efetivação da cidadania não ocorre de maneira isolada de pautas identitárias. Desse modo, as lutas por reconhecimento reavivam os movimentos sociais e trazem novamente a pauta da redistribuição para o debate, pois não há contraposição entre "economia e identidade", ou seja, entre reconhecimento e distribuição. Os movimentos de luta por reconhecimento reivindicam também a inserção produtiva dos grupos, focando, dessa forma, na redistribuição. Apesar de haver críticas de que essa luta se restringe às minorias sociais, deve-se reconhecer que boa parte dessas minorias é formada por maiorias populacionais, caso dos negros e das mulheres. Dessa forma, a luta por reconhecimento aos direitos produtivos dessas parcelas da população torna-se, também, a luta contra a desigualdade econômica e social da classe trabalhadora. Se necessário, proponha aos estudantes a reescrita do texto, a fim de identificar e superar fragilidades argumentativas, como digressões, generalizações indevidas e incoerências internas.

Comentário

Ao analisar trechos de artigos acadêmicos a fim de construir seus argumentos, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103** e a **habilidade do componente Língua Portuguesa da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP05**.

6. Resposta **c.** A denúncia contra o racismo poderia ser interpretada como uma ameaça à ordem social, levando à criminalização daquele que procurou refúgio na lei.

7. Oriente os estudantes a elaborar uma pergunta objetiva e consultar fontes confiáveis para respondê-la. Caso não estejam familiarizados, apresente a eles um modelo de fichamento. Alerte-os para a importância de uma leitura atenta e da análise criteriosa dos argumentos apresentados. Demonstre exemplos de fragilidades argumentativas que podem ser encontradas e incentive-os a refletir sobre maneiras de superá-las. O texto coletivo pode ser produzido no caderno ou por meio de ferramentas digitais de edição.

Comentário

A realização de uma revisão bibliográfica favorece o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 2** e **5** e das **habilidades do componente Língua Portuguesa da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP11** e **EM13LP12**.

Sugestões

Livro

BEZERRA, Corina Alessandra; RIBEIRO, Carril. **Teorias sociológicas modernas e pós-modernas**: uma introdução a temas, conceitos e abordagens. Curitiba: Intersaberes, 2016.

A obra apresenta teorias de autores clássicos e contemporâneos da sociologia e constitui-se em um material de apoio para professores de Ensino Médio deste componente curricular.

UNIDADE 6

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Com base no exemplo da tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul, em 2024, os estudantes são incentivados a refletir sobre os riscos ambientais enfrentados pelos moradores do município onde vivem – sendo possível citar deslizamentos, alagamentos, secas, queimadas, ondas de calor, contato com água contaminada, entre outros exemplos – e a identificar os grupos sociais mais vulneráveis a eles.

No debate sobre o papel de diferentes agentes no combate aos problemas levantados, pode-se mencionar, por parte do poder público: fiscalizar as atividades econômicas; promover a gestão dos recursos hídricos; coletar e tratar corretamente o esgoto e os resíduos sólidos; promover a educação ambiental. Pelo poder privado: ampliar os modelos de produção sustentáveis; investir em tecnologias que diminuam a exploração dos recursos naturais; respeitar a legislação ambiental; criar medidas que minimizem os impactos gerados em suas cadeias produtivas. Pela sociedade civil: reivindicar políticas ambientais mais rigorosas; denunciar atividades causadoras de impactos ambientais; adotar o consumo ético e sustentável, entre outras medidas. Pode-se destacar, também, o poder das redes sociais para promover ações solidárias, compartilhar informações úteis, angariar doações, incentivar o voluntariado, combater notícias falsas etc.

Espera-se que tais reflexões contribuam para que os estudantes desenvolvam a perspectiva crítica da realidade, a consciência ambiental e a empatia, favorecendo a formação de cidadãos éticos e socioambientalmente responsáveis.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Compreender as cidades como objeto de estudo da sociologia.
2. Analisar a sociabilidade urbana e o processo de gentrificação.
3. Caracterizar as cidades globais e seus problemas.
4. Reconhecer processos de exclusão relacionados ao desenvolvimento urbano e compreender o conceito de direito à cidade.
5. Refletir sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, considerando os conhecimentos dos povos originários.
6. Compreender avanços e contradições relacionados ao desenvolvimento tecnológico.
7. Identificar, comparar e utilizar diferentes teorias e análises sociológicas sobre o estudo das mídias.
8. Entender o conceito de indústria cultural.
9. Analisar o papel da publicidade no estímulo ao consumo.
10. Reconhecer e analisar os impactos das tecnologias digitais de comunicação nas sociedades contemporâneas.

Capítulo 11 Cidade e meio ambiente

Os temas apresentados no capítulo incentivam a reflexão sobre o desenvolvimento das cidades, o estilo de vida urbano e seus principais problemas sociais, econômicos e ambientais, contribuindo para estimular o debate sobre os desafios do mundo contemporâneo. Trata-se, também, de uma oportunidade para dialogar com os estudantes sobre os problemas de seu local de vivência e sobre ações individuais e coletivas para enfrentá-los.

A abordagem de temas como meio ambiente, mudanças antropogênicas e desenvolvimento sustentável favorece o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação ambiental*. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável, com ênfase no modelo de economia circular, favorece também o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12: *Consumo e produção responsáveis*. A reflexão sobre o direito à cidade permite levantar temas como o acesso à habitação, a serviços públicos, ao sistema de transporte, a áreas de lazer, entre outros, favorecendo o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: *Cidades e comunidades sustentáveis*. A discussão sobre o aumento da temperatura na Terra e o enfrentamento desse e de outros problemas por meio do conhecimento ancestral contribui, ainda, para o trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 13: *Ação contra a mudança global do clima*, 14: *Vida na água* e 15: *Vida terrestre*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Ao iniciar o capítulo, na abertura, vale retomar com os estudantes a diferença entre município – divisão administrativa formada, na grande maioria dos casos, por uma área urbana e uma área rural – e cidade – área urbana onde se localiza a sede do governo municipal – e introduzir a discussão sobre a vida nas cidades brasileiras, sensibilizando os estudantes para o desafio de conciliar o avanço da urbanização à preservação ambiental, o que mobiliza as **competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e **3**.

Ao analisar a noção de cidade da perspectiva sociológica (página 305), reconhecendo a diversidade de relações que permeiam o espaço urbano, os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**.

Durante a abordagem da vida social nas cidades (páginas 306 a 309), ao compreender diferentes estudos e teorias sobre o assunto, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**. Ao analisar o processo de gentrificação, desenvolve-se a **habilidade EM13CHS201**.

Ao refletir sobre os impactos da globalização para as cidades (páginas 310 a 312), compreendendo o conceito de cidades globais e examinando a ampliação da desigualdade, o racismo de coabitação e os movimentos antiglobalização, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS204**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** volta a ser mobilizada nas discussões sobre o futuro das cidades (páginas 313 a 315) e sobre a relação da sociedade com o meio ambiente (páginas 316 e 317) e da sociologia com a questão ambiental (páginas 318 a 324), ao avaliar criticamente a relação entre os seres humanos e a natureza. Além disso, ao analisar as contradições e os conflitos decorrentes de processos desiguais da globalização e compreender o conceito de direito à cidade, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS204**. Ao refletir sobre os impactos da ação humana para o meio ambiente e valorizar os conhecimentos e modos de vida ancestrais, desenvolvem-se as **habilidades EM13CHS302** e **EM13CHS306**. Ao reconhecer o papel da Organização das Nações Unidas nas discussões sobre os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS305** e **EM13CHS604**. As reflexões sobre o desenvolvimento sustentável favorecem o diálogo com a **área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias,** contribuindo para a abordagem da **habilidade EM13CNT309**. Ao compreender a importância da economia circular para a promoção do desenvolvimento sustentável, os estudantes mobilizam, ainda, a **habilidade EM13CHS304**.

A mesma habilidade é mobilizada na seção *Contraponto* (páginas 322 e 323), na qual os estudantes são incentivados a refletir sobre a viabilidade do desenvolvimento sustentável diante da manutenção do modo de produção capitalista.

Respostas e comentários

Enfoque (página 307)

1. Segundo Simmel, a vida nas grandes cidades – marcada pela alta concentração populacional e pelo ritmo acelerado – implica intensa estimulação sensorial e mental, que leva à sobrecarga das pessoas. Nesse contexto, as relações sociais passam a ser fundamentadas em cálculos racionais, de caráter impessoal. A indiferença, típica do caráter *blasé*, é interpretada como uma defesa das pessoas aos estímulos urbanos.
2. A imagem retrata uma cena comum: pessoas no transporte público brasileiro utilizando celulares, sem prestar atenção ao que acontece em sua volta. Essa é uma atitude comum ao comportamento *blasé*. Nesse sentido, a imagem reforça a análise de Simmel, pois demonstra a indiferença e a desconexão entre citadinos fisicamente próximos.

Comentário

A mobilização da teoria de Simmel para analisar uma cena cotidiana das grandes cidades brasileiras favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 309)

1. A charge apresenta uma crítica ao processo de gentrificação ao ilustrar pessoas sendo expulsas de um bairro verticalizado (representativo das áreas centrais urbanas) e sendo lançadas em direção a moradias de alvenaria e telhas de zinco (representativas de um bairro periférico).
2. Ao mobilizar os conhecimentos de geografia, é possível que os estudantes indiquem: o deslocamento das populações de baixa renda para regiões mais afastadas e com menos infraestrutura, a intensificação da favelização, o aumento da população em situação de rua, a quebra de laços de vizinhança, entre outras consequências.

Comentário

Ao interpretar a charge com base no conceito de gentrificação e refletir sobre as consequências desse processo, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS204**.

Enfoque (página 310)

1. O texto menciona a existência de um processo de expansão da internet a partir da década de 1990, com popularização nas duas décadas seguintes. Os dados do gráfico evidenciam esse processo na última década, registrando um aumento significativo no número de domicílios conectados à internet entre 2015 e 2020, com pequena queda a partir de 2021, nas classes B, C, D e E e o retorno do crescimento em 2023.
2. Ao longo da série histórica, é possível notar que o acesso à internet entre as classes A e B é grande e atinge índices muito próximos a partir de 2020. Também é possível notar uma redução gradual da diferença no acesso à internet entre as classes A e B e as classes C, D e E. A classe A tinha um volume de acesso muito alto à internet já em 2015. Entre as classes D e E, houve um aumento significativo recentemente, passando de menos de 20% em 2015 para mais de 60% em 2023. Verifica-se também um aumento significativo na classe C, que passa de menos de 60% para mais de 90% no período analisado.

Comentário

Ao analisar a evolução do acesso à internet entre diferentes classes sociais brasileiras, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS606**.

Enfoque (página 312)

1. O racismo de coabitação pode ser definido como uma forma específica de racismo que se manifesta em situações de convivência cotidiana entre diferentes grupos étnicos. Nas dinâmicas de sociabilidade, diferenças culturais expressas na culinária, nos sons e nas práticas religiosas são interpretadas como fonte de perturbação.
2. O racismo de coabitação seria uma resposta da população francesa à crise social e urbana. Diante do cenário de crise, a população local passaria a responsabilizar os imigrantes por problemas como o desemprego.

Enfoque (página 314)

1. Lefebvre sugere a participação de toda a sociedade, em especial daqueles que mais sofrem com a segregação, a fim de criar um espaço de discussão e reivindicar o direito à cidade, com o objetivo de proporcionar uma relação desses grupos com a cidade para além da lógica do emprego e do trabalho.
2. Com base na prática gamificada que simula uma reunião, a atividade possibilita exercitar a argumentação dos estudantes e sensibilizá-los para as desigualdades socioespaciais de seu local de vivência. Comece explicando os objetivos e o funcionamento da atividade e os atores que serão representados. Depois, realize as etapas a seguir.

- Proponha uma situação-problema que justifique a convocação e oriente a pauta da reunião. Por exemplo: nos últimos anos, o centro-histórico da cidade tem despertado a atenção de investidores, interessados em seu potencial de valorização imobiliária. Atendendo a essas demandas, a prefeitura anunciou um projeto de revitalização na região. No dia seguinte, um jornal de grande circulação local publicou uma reportagem em que especialistas alertam para impactos da medida aos atuais residentes do bairro. Após a reportagem, manifestantes realizaram um ato, denunciando o projeto como prejudicial ao direito à cidade. Para ouvir os envolvidos, foi convocada a reunião do fórum.
- Distribua os papéis e dê aos estudantes um tempo para que, individualmente, pensem sobre o papel recebido e os interesses dos personagens diante da situação-problema. Seguem alguns exemplos. Citadinos de classe baixa residentes nas áreas centrais da cidade: preocupação com a elevação dos preços dos aluguéis, o aumento do custo de vida e o processo de gentrificação. Citadinos de classe baixa residentes em áreas periféricas: melhoria do transporte público, estímulo à criação de postos de trabalho fora do centro da cidade. Integrantes de movimento de moradia: regularização de ocupações urbanas e desapropriação de imóveis vazios, investimento em políticas de habitação urbana. Investidores imobiliários: revitalização do bairro, atração de investimentos.
- Determine um tempo de duração da reunião, na qual os estudantes devem buscar negociar e tomar decisões sobre o uso do espaço urbano representando as diferentes partes interessadas. Oriente a apresentação de argumentos baseados nos interesses e preocupações de cada grupo e, em seguida, a redação das propostas a serem encaminhadas à prefeitura.
- Finalize a atividade incentivando os estudantes a refletir sobre como os interesses dos diferentes atores influenciaram a redação das propostas.

Comentário

Ao refletir sobre o direito à cidade e participar de uma simulação considerando os interesses de diferentes grupos sociais para resolver uma situação-problema, os estudantes desenvolvem a criatividade, a argumentação e o diálogo, mobilizando as **competências gerais da Educação Básica 2**, **7** e **9**.

Enfoque (página 318)

1. Um paradoxo é uma afirmação de aparência contraditória. No Paradoxo de Giddens, a contradição está no fato de os perigos das mudanças climáticas não serem imediatamente perceptíveis, levando à inação ou à procrastinação. Giddens interpreta essa contradição como algo contido na racionalidade do capitalismo, apontando uma tendência de atribuir menos importância aos problemas futuros diante dos benefícios imediatos.
2. Espera-se que os estudantes apliquem o Paradoxo de Giddens à mudança climática, argumentando que os impactos adversos de fenômenos como o aumento das temperaturas e a escassez de recursos podem até parecer distantes para algumas pessoas, no entanto, o cartaz aponta o caminho contrário, reforçando a necessidade urgente de ação.
3. Espera-se que os estudantes analisem suas práticas e atitudes, identificando ações como: economia de energia, reciclagem e compostagem, redução do consumo e do transporte em veículos emissores de gases poluentes, entre outros.

Comentário

Ao analisar o Paradoxo de Giddens e refletir sobre os impactos socioambientais de seus hábitos, elencando mudanças de suas práticas e atitudes, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS301**.

Contraponto (páginas 322-323)

1. A charge representa o planeta Terra como um paciente doente. De costas para ele, há um homem de jaleco, que remete a um médico, olhando um raio-x de pulmão, em que há inscrições de cifrão. O médico pode ser interpretado como a ciência ou a sociedade, diagnosticando os problemas do paciente planeta Terra.
2. O raio-X com cifrão somado à fala "Hmmmm! Seu problema é capitalismo!" sugere que o modo de produção capitalista é a causa dos problemas do planeta Terra.
3. Espera-se que os estudantes argumentem que a crise ambiental é resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, para manter os níveis de crescimento, amplia a extração de recursos naturais e o descarte de resíduos tóxicos no meio ambiente. Além de ambientalmente danoso, esse processo não tem gerado a ampliação do desenvolvimento econômico para todos, aumentando a desigualdade econômica e social e a precarização das condições de vida.
4. Os defensores do capitalismo sustentável acreditam que mudanças nas práticas de produção (que passaria a objetivar o propósito no lugar do lucro) e de consumo (o qual seria consciente, feito com base nos propósitos da empresa e não apenas na utilidade do produto ou serviço adquirido) seriam meios de manter o capitalismo ao mesmo tempo que se desenvolvem formas sustentáveis de vida.
5. Espera-se que os estudantes construam seus argumentos com base nas discussões apresentadas na seção, bem como nas teorias sociológicas estudadas ao longo do capítulo, a fim de sustentar suas opiniões.

Comentário

Ao analisar a charge, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103**. Ao refletir sobre a relação entre o modo de produção capitalista e a sustentabilidade, eles mobilizam a **habilidade EM13CHS304**. A conscientização sobre a emergência climática favorece o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: *Ação contra a mudança global do clima*.

Trabalho e juventudes (página 325)

Promova a leitura coletiva do texto, incentivando os estudantes a conhecer o papel da engenharia ambiental na busca por soluções capazes de equilibrar as demandas da sociedade por recursos e a preservação ambiental. Incentive-os a identificar as características do curso, o campo de atuação e exemplos de atividades exercidas pelas pessoas com formação na área. Caso demonstrem interesse, oriente-os a buscar mais informações em portais de universidades que oferecem esse curso.

Comentário

Ao conhecerem as possibilidades de atuação de engenheiros ambientais, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 6**. A discussão sobre a importância desse profissional para ações de preservação da biodiversidade favorece o diálogo com a **área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias**, mobilizando a **habilidade EM13CNT206**.

Oficina (páginas 326-327)

1. As alternativas incorretas são: **a** e **c**. Correções:

   a. Nas pequenas cidades, o ambiente comunitário favorece o desenvolvimento de relações colaborativas e de reciprocidade.

   c. O termo *blasé* é utilizado para designar um comportamento de indiferença ou pouca preocupação aparente das pessoas com o que ocorre a sua volta no ambiente urbano moderno.

2. Espera-se que os estudantes identifiquem a presença do caráter *blasé* em ambientes ou situações cotidianas urbanas de multidão e hiperestímulo como transportes públicos lotados, grandes ruas de comércio, *shows*, lojas de departamento e supermercado, entre outros. É possível que apliquem também o sentido ao ambiente virtual das redes sociais.
3. A gentrificação é um fenômeno caracterizado pela valorização simbólica e financeira de áreas urbanas degradadas ou de baixo valor imobiliário. A atração do novo público, em geral de classe média, para essas áreas é mobilizada por meio do plano imaterial, que soma atributos descolados, artísticos e desejáveis ao local em questão. Esse fenômeno frequentemente resulta na expulsão ou deslocamento de pessoas de baixa renda que costumavam residir na região, em decorrência do aumento do custo de vida.
4. **a.** Cidades globais são centros urbanos que concentram atividades econômicas em finanças, comércio, tecnologia e serviços especializados e desempenham influência mundial.

   b. São Paulo e Rio de Janeiro.

   c. Cidade do México, Bogotá, Lima, Santiago, Buenos Aires, além de São Paulo e Rio de Janeiro.

   d. Os estudantes podem citar desafios relacionados ao aprofundamento dos problemas urbanos, como a desigualdade social, a preservação ambiental, a mobilidade urbana e o racismo de coabitação.

Comentário

A análise do mapa favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS206**.

5. David Harvey caracteriza o direito à cidade como algo que não se limita ao acesso aos recursos urbanos, mas envolve, especialmente, o direito de participar ativamente na criação e recriação da cidade, garantindo um espaço mais adaptado aos desejos coletivos de seus habitantes. Sua proposta é condizente com a ideia de Henri Lefebvre, para quem a cidade deve servir aos cidadãos, e não ao capital e aos gestores da cidade.

Comentário

Ao comparar as perspectivas apresentadas por David Harvey e Henri Lefebvre, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

6. **a.** Na charge, uma criança com feição reflexiva observa um homem de casaca e cartola segurando o planeta Terra em ebulição nas mãos. A figura da criança pode ser interpretada como uma representação das futuras gerações, e sua expressão indica a preocupação com o futuro. O homem pode ser interpretado como uma representação da elite econômica e política, que domina o destino do planeta.

   b. Com o título *Herança*, a charge sugere a reflexão sobre como as decisões e ações atuais afetam o futuro das próximas gerações. A frase "Entrego-te em perfeitas condições", contraposta aos elementos visuais que evidenciam a deterioração do planeta, pode ser interpretada como sarcástica, criticando o descomprometimento da elite econômica e política com a sustentabilidade.

   c. A charge destaca o impacto intergeracional das ações que afetam o meio ambiente, chamando a atenção para a herança socioambiental danosa que será deixada às próximas gerações. A proposta para um futuro que preserve o planeta, conforme Ailton Krenak, deve considerar que a humanidade é parte do planeta e não algo apartado dele. Para evitar o ponto de não retorno, ou seja, uma mudança irreversível, é preciso estabelecer uma relação saudável com a natureza, preservando-a e respeitando o ciclo da vida. Considerando esses pontos, os estudantes podem propor a preservação de ecossistema, a diminuição da emissão de poluentes, a promoção de energias renováveis, a redução da geração de lixo, o combate ao consumismo, a reciclagem e o reúso de materiais, entre outras ações.

Comentário

A reflexão sobre o futuro do planeta com base na análise de uma charge e nas ideias de Ailton Krenak favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS306**.

7. Os grupos podem ser formados previamente, considerando os diferentes perfis dos estudantes, ou de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de interesse de cada um. Oriente a atividade de modo que cada grupo pesquise um objetivo diferente. Os estudantes podem consultar a internet ou outras fontes utilizadas pelo poder público para divulgar suas ações, como a imprensa oficial e órgãos da imprensa local. Após a coleta dos dados, defina a estrutura adotada na construção do relatório: por exemplo, capa, introdução, desenvolvimento, conclusões e referências bibliográficas. Agende uma data para que cada grupo apresente seu trabalho aos colegas. Aproveite para promover um debate com a turma, incentivando os estudantes a refletirem sobre as possibilidades e desafios relacionados à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seu município.

Comentário

A atividade aprofunda a reflexão sobre a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no local de vivência dos estudantes, mobilizando a **competência geral da Educação Básica 2**. A pesquisa e sistematização dos dados coletados por meio da construção de um relatório favorece o trabalho interdisciplinar, ao mobilizar as **habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LP30** e **EM13LP34**.

8. Resposta: **d.** A líder indígena enumera consequências socioambientais decorrentes da exploração predatória do meio ambiente.

9. Resposta: **c.** Weber não aborda a história como uma sequência causal universal. Em suas análises, ele considera o surgimento de cidades antigas, anteriores ao desenvolvimento do capitalismo.

Sugestões

Livro

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

O livro adapta para o formato de texto falas proferidas por Ailton Krenak, uma das principais lideranças indígenas da atualidade, durante palestras, entrevistas e *lives*, incentivando a reflexão sobre o modo predatório como a sociedade capitalista se relaciona com a natureza.

Capítulo 12 Sociedade, tecnologia e comunicação

Os conteúdos desenvolvidos neste capítulo possibilitam aos estudantes compreender e analisar as profundas transformações sociais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, em especial à difusão da internet e ao uso das redes sociais, favorecendo o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia*. O capítulo também favorece o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos*, ao propiciar reflexões sobre assuntos como a disseminação de discursos de ódio pela internet e o racismo algorítmico.

Ao articular às discussões propostas a suas observações e vivências no mundo contemporâneo, os estudantes podem refletir sobre sua relação pessoal com as tecnologias e participar do debate público com pertinência, espírito crítico e responsabilidade, fortalecendo assim a formação da cidadania.

Além disso, na seção *Entre saberes* (páginas 336 e 337), eles são apresentados a estratégias publicitárias utilizadas para incentivar o consumo e convidados a refletir sobre os impactos socioambientais dessa prática, contribuindo para o trabalho com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12: *Consumo e produção responsáveis*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo sensibiliza os estudantes para os avanços tecnológicos das últimas décadas, seus impactos nos meios de comunicação e nas interações sociais, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 5**.

Ao examinar o conceito de tecnologia, relacionando-o ao desenvolvimento da imprensa, à comunicação de massa e ao fenômeno da opinião (páginas 329 e 330), os estudantes mobilizam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e a **habilidade EM13CHS202**.

Ao compreender diferentes abordagens sociológicas para o estudo da mídia (páginas 331 a 335), os estudantes desenvolvem a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. A análise do conceito de indústria cultural contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS303**. Ao relacionar indústria cultural e ideologia e refletir sobre a razão instrumental e a razão emancipatória, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS504**.

A **habilidade EM13CHS303** também pode ser mobilizada na seção *Entre saberes* (páginas 336 e 337), que discute a publicidade veiculada pelos meios de comunicação de massa. A análise das estratégias utilizadas pelas propagandas para chamar a atenção do público, despertar seu desejo e induzir o consumo possibilita o trabalho interdisciplinar com a **área de Linguagens e suas Tecnologias**, mobilizando a **habilidade EM13LGG101**.

Ao compreender o conceito de sociedade em rede, identificando impactos dos avanços tecnológicos nas comunicações, na economia, na política e na vida dos indivíduos, bem como o papel das *big techs* na propagação de desinformação e do racismo algorítmico (páginas 338 a 347), os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS202**. Ao avaliar dados sobre a propagação de discursos de ódio e crimes por meio da

internet, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS503**. A reflexão sobre a divulgação massiva de imagens de sofrimento e de violência e sobre os impactos que elas exercem nos indivíduos mobiliza a **habilidade EM13CHS504**. A análise de diferentes formas de polarização e do conceito de guerra híbrida favorece o trabalho com a **habilidade EM13CHS502**. A caracterização do racismo algorítmico contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601**. A compreensão dos conceitos de modernidade concreta e modernidade líquida, relacionando-os aos respectivos contextos históricos, favorece o desenvolvimento da **habilidade EM3CHS102**.

As **habilidades EM13CHS102, EM13CHS202** e **EM13CHS601** voltam a ser mobilizadas na seção *Contraponto* (páginas 348 e 349), ao discutir a utilização das modernas tecnologias de comunicação pelos povos originários, desconstruindo estereótipos relacionados ao uso dessas tecnologias pelas comunidades tradicionais.

Respostas e comentários

Enfoque (página 330)

1. Na caricatura, José do Patrocínio é representado em primeiro plano, segurando uma pena, que simboliza o jornalismo, e defendendo-se das pedras atiradas, que fazem alusão às críticas recebidas por ele. Essas pedras, como explicado no texto, são utilizadas na construção de uma espécie de pedestal que eleva Patrocínio, o que pode ser interpretado como um impulso ao jornalista, aumentando o alcance de suas ideias.
2. Considerando a teoria de Gabriel Tarde, é possível destacar a atuação de Patrocínio na sensibilização da população à causa abolicionista, apontando a existência de um processo gradual de difusão de informações pela imprensa e a formação de uma opinião pública favorável à abolição.
3. Os estudantes podem relatar casos de trabalho análogo à escravidão que tiveram repercussão nacional por meio da imprensa. Espera-se que reconheçam a importância da imprensa na sensibilização para o problema e na divulgação de canais de denúncia, bem como o papel da opinião pública na condenação do trabalho análogo à escravidão, por exemplo, por meio do boicote a marcas associadas a essa prática.

Comentário

Ao analisar a caricatura, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS103**. As reflexões sobre o fenômeno da opinião em diferentes contextos, considerando o papel da imprensa no combate ao trabalho análogo à escravidão, favorecem o trabalho com as **habilidades EM13CHS202** e **EM13CHS502**.

Enfoque (página 333)

1. As indagações revelam que as telespectadoras do programa (ou seja, as receptoras) não compreenderam a mensagem da entrevistada e, portanto, não deram credibilidade à opinião dela.
2. A situação da tirinha leva à reflexão de que a compreensão e internalização das informações transmitidas pelos meios de comunicação depende de um repertório de contexto que extrapola a mensagem transmitida. Quando os receptores da informação não têm conhecimentos necessários para compreender a mensagem, há menor adoção de opiniões e comportamentos. Com base nessa reflexão, os estudantes podem inferir que os meios de comunicação de massa, por si sós, não são capazes de formar a opinião dos receptores, que depende de outros fatores de contexto. Sem a compreensão integral da mensagem, há menor propensão de que os receptores a internalizem e ajam de acordo com ela.
3. Com base na teoria do modelo de dois tempos, pode-se considerar que a mensagem televisiva poderia ter mais influência sobre o público receptor se passasse, primeiramente, por líderes de opinião. Na situação da tirinha, as receptoras não compreendem a mensagem de maneira direta. Se houvesse em seu círculo social alguém inteirado do universo da moda, essa pessoa poderia entender e explicar o significado de *out* (palavra em inglês que significa *fora*), bem como o lugar de legitimidade social de Val. Com essa mediação, a informação poderia ser retransmitida de maneira mais inteligível.

Comentário

Ao interpretar a tirinha, levantando hipóteses para explicar a reação das personagens e relacionar a situação representada à teoria dos dois tempos, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS103**.

Entre saberes (páginas 336-337)

1. A transferência de significação consiste em relacionar um produto à imagem de alguém ou de algum atributo desejado pelo público-alvo, a fim de associar ao produto as qualidades oferecidas na propaganda e estimular o consumo. Ao refletir sobre seus hábitos de consumo, os estudantes podem mencionar, por exemplo, compras motivadas pelo desejo de consumir o mesmo produto que determinado artista ou influenciador digital.
2. Segundo Mazetti, nessas propagandas, a noção de felicidade esteve associada à família, à nação e à conquista de *status*.
3. A partir dos anos 2000, as propagandas deixaram de impor regras estabelecendo o que é ser feliz e passaram a enfatizar que essa definição cabe aos indivíduos. Ao refletir sobre essa mudança, os estudantes podem mencionar as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira ao longo desse período, como a valorização da diversidade, dos indivíduos e de ações de cuidado com a saúde mental, a possibilidade de os consumidores expressarem suas opiniões por meio da internet, a luta de grupos minoritários por mais visibilidade e igualdade etc.
4. Sim. No anúncio, a presença de uma família em momento de lazer reforça a associação entre o produto e a ideia de felicidade. Essa associação exemplifica a transferência de significação abordada por Sehn. Além disso, confirma a análise de Mazetti, segundo a qual a noção de felicidade estava relacionada à família nas propagandas das décadas de 1960 e 1970.
5. Desde a década de 1950, a indústria automobilística foi incentivada pelo governo brasileiro. Entre as consequências da opção pelo automóvel é possível destacar a ampliação da malha rodoviária, que implicou a derrubada da cobertura vegetal e o deslocamento de populações tradicionais; o aumento do consumo de combustíveis fósseis e, por consequência, da poluição do ar; e a valorização de um meio de transporte individual em detrimento do transporte público, acarretando trânsito e congestionamentos nas grandes cidades.
6. Os estudantes podem escolher anúncios veiculados em diferentes mídias, inclusive nas plataformas digitais. Incentive-os a identificar os grupos sociais representados, os valores associados ao produto e as estratégias utilizadas para vendê-lo. Para isso, é importante considerar elementos verbais e não verbais, como gestos, sons, estratégias de viralização, bem como os valores intangíveis associados ao produto. Após a análise, solicite aos estudantes que imaginem o que aconteceria se todas as pessoas fossem convencidas a consumir o produto anunciado. Por exemplo, no caso de um aparelho celular, quantos recursos naturais seriam necessários para produzi-lo? Quanto lixo seria gerado pelo descarte dos aparelhos antigos? Com base nesse exercício, incentive-os a refletir sobre a importância do consumo consciente e ambientalmente sustentável.

Comentário

Ao analisar dois textos e uma imagem, a fim de refletir sobre o papel da propaganda no estímulo ao consumo e os impactos socioambientais dessa prática, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS303**. A seleção e análise de uma propaganda atual possibilita o trabalho interdisciplinar com a **área de Linguagens e suas Tecnologias**, mobilizando as **habilidades EM13LGG101**, **EM13LGG102** e **EM13LP44**.

Enfoque (página 340)

1. Ao retirar o teclado do computador e citar uma campanha de desarmamento, Armandinho chama a atenção para o potencial do uso da internet como espaço para agressões.
2. Ao construir seus argumentos, espera-se que os estudantes levem em consideração que a internet, em si, é apenas uma ferramenta. O importante é o uso que se faz dela. Desconectar-se das redes não impede a propagação de discursos de ódio por outros usuários. O fundamental é rever a própria postura na produção e no compartilhamento de conteúdos nas redes sociais.
3. Diferentes estratégias podem ser citadas, como o desenvolvimento de campanhas contra o discurso de ódio, a denúncia de perfis que propagam esse tipo de discurso aos administradores das redes sociais e o uso das redes sociais para a valorização da heterogeneidade dos grupos sociais.

Comentário

Ao analisar a tirinha, refletir sobre a relação entre a tecnologia e a propagação do discurso de ódio e propor estratégias para enfrentar o problema, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

Enfoque (página 341)

1. Na análise da autora, as tecnologias revolucionaram a disseminação dessas imagens, transformando-as em mercadorias amplamente compartilhadas.
2. A atividade busca incentivar a criatividade dos estudantes e familiarizá-los com a produção de um texto ficcional. Se julgar apropriado, oriente-os a retomar as ideias de Susan Sontag antes de produzir o diálogo, a fim de embasar a construção do texto. Eles podem, por exemplo, criticar a mercantilização do sofrimento e o fato de o personagem ganhar dinheiro explorando a dor dos outros.

Comentário

Ao retomar a análise de Susan Sontag para produzir um diálogo ficcional, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS202** e a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG301**.

Enfoque (página 344)

1. O conceito de dupla opacidade faz alusão ao ocultamento das relações de poder perpetuado pela ideologia da democracia racial e à falsa noção de neutralidade nas tecnologias.
2. Microagressões algorítmicas referem-se às práticas de discriminação incorporadas em algoritmos e sistemas automatizados. Essas práticas podem impactar a experiência dos usuários por perpetuarem hierarquias raciais da sociedade. Como exemplo, é possível mencionar sistemas de reconhecimento facial, que apresentam maiores taxas de erro no reconhecimento de pessoas negras; sistemas automatizados de recrutamento de pessoal, que filtram candidaturas com base nos históricos do setor de recursos humanos, operando como barreira à entrada de profissionais de grupos minoritários; algoritmos de recomendação em redes sociais e serviços de *streaming*, que podem reforçar estereótipos; filtros de imagens disponíveis em redes sociais e projetados para modificar a aparência dos usuários, a fim de reproduzir padrões de beleza que podem ter embutidas percepções racistas.
3. Podem ser apresentadas propostas como: estabelecimento de políticas de diversidade nas organizações de tecnologia; uso de dados representativos que não reproduzam preconceitos e que objetivem a superação do racismo; implementação de auditorias regulares para identificar e corrigir vieses; estabelecimento de legislação de transparência nos processos de desenvolvimento e na tomada de decisões algorítmicas, entre outros.

Comentário

Ao refletir sobre o racismo algorítmico e elaborar propostas para seu enfrentamento, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 346)

1. No quadrinho, Bauman caracteriza a própria concepção de amizade como algo "físico, duradouro, difícil de se fazer e mais ainda de se desfazer". Em contraste, caracteriza a noção de amizade de seu interlocutor como algo "líquido, fácil, que pode ser desfeita com cliques". Dessa forma, opõe uma acepção de amizade que valoriza a profundidade, a longevidade e o esforço contínuo das relações a um estabelecimento de relações rápidas e efêmeras.
2. Sim. Na análise de Bauman, as relações predominantes na modernidade sólida tinham caráter estável e duradouro, marcado por um compromisso profundo entre os envolvidos. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação aliado a uma maior instabilidade de instituições como a família, o trabalho e o Estado, bem como das identidades e papéis sociais, as relações típicas da modernidade líquida, marcadas pela flexibilidade e transitoriedade, passaram a predominar.
3. Espera-se que os estudantes reflitam sobre suas experiências, considerando como cada tipo de amizade colabora para seu bem-estar social e emocional. É possível que apontem um compartilhamento mais perene de intimidades, conquistas e apoio com as amizades sólidas e mencionem o papel dessas amizades na sua autopercepção da identidade, em seu processo de socialização e na constituição dos seus gostos, hábitos, pensamentos e opiniões. Também é possível que apontem as amizades líquidas como mais numerosas e menos duradouras, relacionando-as a um senso de pertencimento e legitimação em comunidades e temas de interesse. Vale atentar também que a manutenção de amizades duradouras pode ser reforçada por meio das interações *on-line*.
4. Espera-se que os estudantes considerem diversos fatores para construir argumentos favoráveis ou contrários à conciliação dos dois tipos de amizade, como as distâncias, a disponibilidade de tempo, a diversidade de gostos e interesses, a saúde mental, entre outros aspectos.

Comentário

Ao analisarem a tirinha e refletirem sobre os conceitos de Bauman, relacionando-os às suas experiências pessoais, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS202** e a **competência geral da Educação Básica 8**.

Enfoque (página 347)

1. A noção de *web* instrumental faz referência ao uso da internet como ferramenta para atividades utilitárias: coleta e difusão de informações, tratamento e transmissão de dados, entre outros. Nessa forma de uso, a internet é tomada como um meio para alcançar objetivos funcionais, relacionados ao trabalho, ao estudo ou ao consumo. Em oposição a ela, a noção de *web* social ou relacional faz alusão ao uso da internet como um espaço de sociabilidade. Aqui, a internet serve de meio para criação e manutenção de vínculos interpessoais.
2. A transição reflete uma mudança na forma de uso dos recursos digitais, de um meio predominantemente utilitário para um espaço essencialmente relacional.
3. Espera-se que, na justificativa, os estudantes reflitam sobre os tipos de uso que fazem da internet, aplicando os conceitos aprendidos à sua realidade.

Comentário

Ao refletir sobre os diferentes usos da internet, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS202**.

Contraponto (páginas 348-349)

1. No texto 1, Ariene Susui menciona como motivação para cursar jornalismo a baixa presença de indígenas nos meios de comunicação de massa e na mídia independente. A internet pode ajudar a preencher essa lacuna, possibilitando que pessoas indígenas disseminem suas próprias narrativas. No texto 2, a matéria jornalística relata como o uso das redes sociais por Alice Pataxó mobilizou apoio pela suspensão de uma reintegração de posse durante a pandemia, evidenciando que a internet pode ser usada como ferramenta de atuação política para a denúncia de violações e a defesa de direitos. Além disso, nos dois textos, as comunicadoras abordam o potencial da internet para promoção da cultura indígena, possibilitando difundir saberes tradicionais e aspectos culturais para o público não indígena e fortalecer a identidade cultural dentro das próprias aldeias.
2. Espera-se que os estudantes argumentem que o uso de tecnologias de comunicação possibilita que pessoas indígenas sejam emissoras, e não meras receptoras de conteúdo, bem como que utilizem os canais de comunicação de forma dinâmica, sem a mediação de empresas, conglomerados de comunicação ou de pessoas não indígenas. Pode ser apontado também que a recepção da informação entre os envolvidos – sejam eles membros de comunidades indígenas ou não indígenas – pode fortalecer os laços interculturais, bem como favorecer a divulgação de saberes, línguas e culturas dos povos indígenas.
3. Os estudantes podem mencionar que a atuação de influenciadores digitais indígenas favorece a difusão de suas histórias e culturas, colabora para o combate a estereótipos e favorece a difusão de suas pautas para um público mais amplo.

Comentário

Ao analisar dois textos sobre o uso de recursos tecnológicos por comunicadoras indígenas, relacionando-os a conceitos da sociologia da comunicação, a fim de combater estereótipos, os estudantes desenvolvem as **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS202** e **EM13CHS601**.

Oficina (páginas 350-351)

1. **a.** receptor; **b.** emissor; **c.** tecnologia; **d.** mídia; **e.** técnica.
2. **a.** A reprodução técnica refere-se à possibilidade de reproduzir obras de arte em massa. Se, por um lado, essa reprodução – como as projeções, releituras e produtos vendidos no museu Van Gogh – possibilita a ampla difusão das obras, aumentando o público que tem acesso a elas, por outro, também impacta a natureza da obra de arte, destituindo-a de sua singularidade e autenticidade original.

   b. Na análise de Walter Benjamin, a reprodutibilidade técnica acarreta a perda da aura da obra de arte, ou seja, a autenticidade conferida pela singularidade e caráter ritual da obra original.

   c. Como vantagens, os estudantes podem mencionar a democratização do acesso às obras, o aumento da popularidade do artista e o estímulo à criatividade pela releitura dos originais. Como desvantagens, podem ser mencionados a perda da aura, a destituição de sentido e a banalização das obras.
3. **a.** O conceito de indústria cultural faz alusão à produção em massa de bens culturais para serem comercializados como mercadorias, ou seja, à mercantilização da cultura no modo de produção capitalista.

   b. Para Adorno e Horkheimer, há uma relação entre indústria cultural, meios de comunicação e capitalismo, que permite a transformação da arte em produto destinado ao consumo. A originalidade e a diversidade são sacrificadas em favor de fórmulas repetitivas, que padronizam e homogeneizam as obras, a fim de garantir o sucesso comercial. Para atender um público cada vez maior, as produções costumam ser acríticas e de fácil compreensão. Nesse processo, o produto da indústria cultural é esvaziado de significado e se distingue da arte em seu estado pleno.

   c. Espera-se que, além de identificar exemplos de bens, como filmes, novelas, músicas, *games* etc., os estudantes consigam argumentar sobre o caráter padronizável, comercializável, massificado e acrítico desses bens.

Comentário

Ao refletir sobre o conceito de indústria cultural e relacioná-lo a bens culturais de seu cotidiano, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS303**.

4. **a.** Espera-se que a imagem e a mensagem escolhidas valorizem a diversidade e não reproduzam estereótipos.

   b. As respostas podem variar de acordo com a rede social escolhida para a publicação da mensagem. De modo geral, é possível identificar as respostas a seguir. Emissor: qualquer pessoa ou instituição pode exercer esse papel, desde que inscrito na rede social. No caso da postagem, o emissor é o estudante. Mensagem: o que se diz é, a princípio, livre, mas há a possibilidade de haver alguma moderação por parte da rede social. Meio: o canal, inicialmente, é a rede social utilizada para a postagem, embora a publicação possa ser difundida em outros canais sem que o emissor tenha controle desse fato. Receptor: a quem se diz, nas redes sociais, é indeterminado, pois, ainda que o emissor tenha um público-alvo definido, o compartilhamento pode atingir redes e públicos mais amplos. Efeito: postagens em redes sociais podem alcançar os mais diversos efeitos. Para prevê-los, é necessário analisar casos e tendências.

Comentário

Ao formular uma postagem e analisá-la com base em conceitos relacionados ao estudo de mídia, os estudantes mobilizam a **competência geral da Educação Básica 5**.

5. Theodor Adorno e Max Horkheimer, autores da chamada teoria crítica, compreendem os receptores do discurso reproduzido pelos meios de comunicação de massa como altamente influenciáveis e a mídia como proporcionalmente alienadora. Nessa perspectiva, os sujeitos são suscetíveis à parcela da sociedade que controla os grupos de comunicação. Por sua vez, Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet trabalham com o modelo dos dois tempos, segundo o qual a população não é passiva em relação às informações recebidas, pois apenas a mensagem não é suficiente para persuadir o receptor. O convencimento ocorre conforme uma figura influente persuade um grupo por quem é admirada ou que a ela confere credibilidade.

Comentário

Ao comparar as teorias e análises produzidas por diferentes autores, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

6. A passagem da modernidade concreta para a modernidade líquida resulta de um momento de incertezas e transformações aceleradas sob a influência do desenvolvimento tecnológico. Há alterações no núcleo familiar, na durabilidade dos casamentos, nas relações entre os sujeitos, afetando rapidamente os ciclos de sociabilidade. A identidade profissional se atomiza como uma consequência das incertezas do mercado e do fim da segurança no emprego. A facilidade e a velocidade nos deslocamentos se acentuam. Desse modo, a modernidade líquida é caracterizada por sua fluidez, velocidade e imprevisibilidade.

Comentário

Ao caracterizar a passagem da modernidade concreta para a modernidade líquida, considerando as mudanças tecnológicas envolvidas nesse processo, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS202**.

7. Ao debater sobre o uso das redes sociais na atualidade, os estudantes podem considerar aspectos positivos, como a

possibilidade de comunicação com pessoas distantes, a frequência de interação, o estabelecimento de novos contatos, a velocidade de compartilhamento de informações, entre outros. Também podem-se destacar aspectos negativos, por exemplo a liquidez das interações, a distração e a diminuição da capacidade de reter a atenção das pessoas, a insegurança e a dependência de validação *on-line* , a disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas e o *cyberbullying*.

Comentário

O debate e a produção do texto coletivo pressupõem capacidade de escuta e respeito pelas diferenças de opinião, colaborando para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Basica 9**, além de favorecer o trabalho com a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG303**.

8. Após a formação dos grupos (etapa **a**), oriente a montagem dos projetos de pesquisa (etapas **b**, **c**, **d** e **e**), reforçando a necessidade de definição do objeto de estudo, seleção do público-alvo, estruturação das questões e definição do método de coleta de dados. Concluído o projeto, promova a realização da pesquisa (etapas **f**, **g** e **h**), por meio da coleta, sistematização e análise de dados, que devem embasar a formulação do relatório. Caso a divulgação dos resultados da pesquisa (etapa **i**) não possa ser realizada por meio das redes sociais da escola, oriente a elaboração de cartazes que reproduzam as postagens.

Comentário

Ao realizar um estudo de recepção sobre produtos da indústria cultural, os estudantes desenvolvem a **competência geral da Educação Básica 2** e a **habilidade EM13CHS303**.

9. Resposta: **a.** O texto critica a mercantilização da diversão no sistema capitalista.

10. Resposta: **c.** Produzir o consumidor antes da produção pressupõe criar necessidades ainda não existentes, a fim de orientar os consumidores a quererem algo que sequer foi produzido.

Sugestões

Podcast

De que maneira os algoritmos podem ser racistas e sexistas?

Produção: Jornal da USP Mais! Brasil, 2022. 19 minutos.

Esse episódio, da série *Por trás das telas*, explica o funcionamento dos algoritmos, abordando seus vieses e formas de superar o problema.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

O perigo das informações falsas

Esta seção (páginas 352 e 353) busca estimular os estudantes a compreenderem criticamente as informações veiculadas nos diversos meios de comunicação, com ênfase nas plataformas *on-line*, por meio de um estudo dirigido sobre os problemas das chamadas *fake news* ou notícias falsas.

Ao contextualizar o tema, verifique os conhecimentos prévios dos estudantes e mostre exemplos reais de notícias falsas que tiveram impacto significativo.

Saliente as características desses conteúdos, como informações enganosas, falta de fontes confiáveis e intenções ocultas. Discuta como o sensacionalismo, interesses políticos, econômicos e sociais podem motivar a propagação de informações falsas.

Promova um debate sobre como adotar uma abordagem crítica ao consumir informações *on-line*, destacando a importância de verificar a fonte, procurar evidências, comparar várias fontes e considerar o contexto antes de acreditar em uma notícia.

Considere os recursos disponíveis na escola para a elaboração do material informativo sobre *fake news* em versão analógica ou digital. Se julgar conveniente, podem ser adotados diferentes formatos, como cartazes, apresentações em *slides*, vídeos ou infográficos que destaquem as principais dicas para identificar e combater informações falsas. Divida os estudantes em grupos e oriente-os a utilizar a criatividade na confecção de seus materiais.

É importante que sejam realizados debates com base nas produções dos estudantes, possibilitando-lhes expressar suas opiniões, compartilhar suas descobertas e desenvolver habilidades de argumentação. Durante as apresentações, reforce a importância de agir de maneira ética, incluindo a responsabilidade ao compartilhar informações e a proteção da privacidade digital.

Comentário

Ao promover a análise crítica das informações acessadas nas plataformas digitais e orientar o uso de diferentes linguagens para compartilhar informações e ideias, a atividade favorece o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 4** e **5** e da **habilidade EM13CHS106**.

PESQUISA EM FOCO

Políticas públicas nas mídias

A seção (páginas 354 a 357) propõe que os estudantes analisem o conteúdo produzido pelas mídias sociais e tradicionais a partir do estudo de publicações relacionadas a uma política pública.

Inicie a atividade retomando o que são políticas públicas e as discussões realizadas sobre o papel dos meios de comunicação, sobretudo das redes sociais e dos meios de comunicação tradicionais, na formação da opinião pública.

Solicite aos estudantes que formem grupos e escolham uma política pública para analisar que esteja relacionada ao seu cotidiano ou ao seu universo de interesses. Oriente-os a definir o escopo da pesquisa, elegendo um ou dois veículos de mídia e o período de tempo para a apuração das publicações.

É provável que os estudantes precisem de ajuda para definir as melhores ferramentas para encontrar as publicações. No caso da mídia impressa (jornais e revistas) é possível consultar edições passadas em bibliotecas públicas ou acervos digitalizados. No caso de programas televisivos, é possível que alguns vídeos estejam disponíveis em plataformas de *streaming*; no entanto, o acesso a eles pode estar condicionado à assinatura de serviços pagos. Em relação às mídias sociais, os estudantes podem analisar um perfil específico, identificando as publicações disponíveis sobre o tema escolhido, ou podem usar as ferramentas de busca disponíveis nas redes sociais. No entanto, é preciso considerar que o resultado das buscas é influenciado pela ação de algoritmos que vão privilegiar o acesso a postagens que atendam ao perfil do usuário. É importante que os estudantes tenham ciência das limitações de cada opção.

A análise do conteúdo deverá ser adaptada ao tipo de publicação escolhida; porém, de modo geral, é esperado que os estudantes verifiquem se uma determinada política pública tem obtido êxito, levando em consideração a existência ou não de estratégias de comunicação que possam influenciar a opinião das pessoas que recebem a mensagem.

Comentário

Ao utilizar diferentes práticas de pesquisa a fim de analisar políticas públicas desenvolvidas em âmbito municipal, estadual ou federal e apresentar suas conclusões à comunidade escolar por meio de um seminário, os estudantes desenvolvem as **competências gerais da Educação Básica 2**, **7** e **10**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

BALLESTER, Margarita. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Aborda a função pedagógica da avaliação e o papel dela no processo de ensino-aprendizagem.

BARROS, Rafael D'Avila. Ensinar e aprender sobre a política do Brasil: usos de metodologias ativas para o ensino de sociologia no Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, [*S. l.*], v. 7, n. 2, p. 15–27, 2024. Disponível em: https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/479. Acesso em: 8 set. 2024.

Apresenta o relato de experiência da aplicação de metodologias ativas diversas para o ensino de sociologia no Ensino Médio.

BLOOM, Benjamin; HASTINGS, Thomas; MADAUS, George. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.

Apresenta métodos, técnicas e práticas para implementar avaliações eficazes.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/51194/30973. Acesso em: 29 set. 2024.

Analisa o ensino da sociologia na Educação Básica brasileira e suas contribuições para o desenvolvimento de competências e habilidades.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

Documento normativo que estabelece o conjunto de aprendizagens a serem desenvolvidas nas diferentes etapas da Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: propostas de práticas de implementação. Brasília, DF: MEC, 2019.

Apresenta propostas práticas para a aplicação dos temas contemporâneos transversais nas escolas.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. **Inferência e argumentação na constituição da compreensão textual**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Tese na qual a autora defende que a compreensão de texto é uma atividade dialógica, destacando a importância do processo inferencial.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1998.

Propõe um modelo educativo baseado em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 19, n. 41, p. 347-372, 2008.

Discute a construção de uma teoria de avaliação das aprendizagens, considerando a necessidade de sistematização, clarificação, identificação e compreensão de seus elementos essenciais e do modo como eles se relacionam.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

Utiliza exemplos da realidade social para discorrer sobre a educação como instrumento de libertação e construção do ser humano.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.

Discute a importância do diálogo na construção do conhecimento e como os conflitos podem ser usados para promover a conscientização e a transformação social.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

Explora as principais contribuições da sociologia para a compreensão das juventudes nas sociedades contemporâneas.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Apresenta os princípios da avaliação mediadora para promoção da aprendizagem, com foco nos diferentes processos operacionais das avaliações.

KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Discute a relação entre juventude e consumo, analisando o papel dos importantes atores no mercado e como essa perspectiva afeta suas identidades e comportamentos sociais.

LOPES, Maristela Santos *et al.* Metodologias ativas em aulas de sociologia no Ensino Médio: uma revisão sistemática de literatura. **Ensino Em Re-Vista**. [*S. l.*], v. 31, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/73952. Acesso em: 25 set. 2024.

Revisa as principais metodologias ativas utilizadas no ensino de sociologia no Ensino Médio.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. Brasília, DF: Cortez, 2013.

Aborda a avaliação da aprendizagem escolar, enfatizando a importância da compreensão, da mobilização de conhecimentos prévios e da aprendizagem ativa.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

Apresenta a trajetória de quinze dos mais importantes historiadores brasileiros, abordando suas histórias pessoais, seus percursos escolares e universitários, suas influências, linhas de pesquisa e contribuições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

Apresenta sete princípios essenciais para a educação, a fim de preparar os sujeitos para os desafios do mundo contemporâneo.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Contrapondo-se à transformação da educação em mera engrenagem do crescimento econômico, a autora defende o retorno às humanidades para capacitar estudantes como cidadãos e atores democráticos.

OLIVEIRA, Amurabi. Em que a sociologia pode contribuir para a educação profissional e tecnológica? **Holos**, [*S. l.*], v. 5, p. 166-174, 2013. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1606/734. Acesso em: 25 set. 2024.

Discute a contribuição da sociologia para a educação profissional e tecnológica, com base nos estudos de Anthony Giddens.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 81-98, 2014.

Analisa legislações referentes à obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-brasileira e africana na Educação Básica e do ensino de sociologia no Ensino Médio, avaliando os efeitos dessas legislações sobre a prática pedagógica.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. *In*: ISHAY, Micheline. **Direitos humanos**: uma antologia. São Paulo: Edusp, 2006.

Documento fundamental, que baliza a compreensão e a abrangência dos direitos humanos na atualidade.

PAIS, José Machado. As correntes teóricas da sociologia da juventude. *In*: PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

Identifica as principais correntes teóricas e analíticas sobre a juventude no âmbito da sociologia, apresentando as principais filiações entre as correntes classista e geracional, suas inter-relações e sua proposição metodológica para melhorar os modelos analíticos.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. São Paulo: Penso, 1999.

Explora a complexidade da avaliação educacional, destacando suas lógicas diversas e conflitantes.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

Realiza uma retrospectiva da educação e discute a importância da transformação no modo de ensinar na contemporaneidade.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Apresenta a história de Joseph Jacotot, um professor francês que, em 1818, propôs um método de emancipação intelectual e rompeu com os pressupostos pedagógicos do período.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educar en la sociedad del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

O autor defende o fortalecimento da educação para evitar o aumento das desigualdades.

UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília, DF: Unesco, 2016.

No texto, defende-se a ideia de que a educação deve preparar sujeitos e comunidades para as tensões contemporâneas, estimulando o debate sobre o papel das políticas públicas para a promoção de respeito, igualdade, justiça, diversidade, solidariedade e responsabilidade compartilhada para um futuro sustentável.

WEBER, Max. A ciência como vocação. *In*: WEBER, Max. **O político e o cientista**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

Promove uma reflexão sobre a relação entre teoria e prática nas ciências sociais e os limites entre ciência e política.

WORLD BANK. **World Development Report 2018**. Learning: to realize education's promise. Washington: World Bank, 2018.

Relatório do Banco Mundial dedicado à educação, que explora quatro áreas principais: a promessa da educação, a necessidade de priorizar a aprendizagem, como melhorar a eficácia das escolas para os estudantes e como otimizar os sistemas educacionais para promover a aprendizagem.

ISBN 978-85-16-14032-8